

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO**

CLEMERSON ELDER TRINDADE RAMOS

**QUEM TEM MEDO DO LOBO MAU? INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O
TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GOIÂNIA

2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO**

**QUEM TEM MEDO DO LOBO MAU? INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O
TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CLEMERSON ELDER TRINDADE RAMOS

Dissertação elaborada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

GOIÂNIA - GO
2020

R175q Ramos, Clemerson Elder Trindade
Quem tem medo do lobo mau?: inquietações e medos sobre o trabalho
do homem na educação infantil / Clemerson Elder Trindade Ramos.--
2020. 379 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2020
Inclui referências: f. 213-223

1. Educação infantil. 2. Homens na educação. 3. Preconceitos.
4. Identidade de gênero. I. Siqueira, Romilson Martins.
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa
de Pós-Graduação em Educação - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.011.3-051(043)



QUEM TEM MEDO DO LOBO MAU? INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 18 de setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Romilson Martins Siqueira

Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira / PUC Goiás

p/

Altino José Martins Filho

Prof. Dr. Altino José Martins Filho / UDESC

Rodrigo Fideles Fernandes Mohn

Prof. Dr. Rodrigo Fideles Fernandes Mohn / PUC Goiás

Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues / PUC Goiás

Prof.ª. Dra. Sheila Santos de Oliveira / UFG

DEDICATÓRIA

Aos auxiliares de atividades educativas e professores homens da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia e Goiânia que, mesmo em meio aos desafios postos, não desistem de constituir suas profissões *com* e *para* as crianças.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um ato humano que enobrece a alma de quem ajudou e de quem foi ajudado. Nesta página destinada aos agradecimentos, gostaria de deixar registrado o meu muito obrigado a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estenderam-me a mão para que minha travessia no mestrado acontecesse da forma mais leve possível.

A travessia do mestrado não foi fácil, uma vez que realizei a pesquisa trabalhando e em meio à pandemia do COVID-19, transmissor do Corona Vírus, onde houve a necessidade de realizar o isolamento social, mas fui cercado de tanta gente boa e solidária, que consegui chegar à reta final. Sentir cercado por esse carinho me fez um bem enorme! Para tanto, quero agradecer,

A Deus, autor e escritor da minha vida, por ter me permitido essa travessia, pela sabedoria e discernimento na realização desta pesquisa;

Ao meu pai, o saudoso carroceiro Eneas da Silva Ramos (*in memoriam*) que, mesmo tendo partido para o outro plano quando eu ainda era criança (6 anos), nunca deixou de interceder a Deus por mim e pelos meus estudos;

À minha mãe, Dalvina Ana da Trindade, minha maior e melhor professora que, mesmo não tendo o grau de escolaridade que eu possuo, me ensinou valores tão importantes pelos quais tornei-me o ser humano que sou hoje.

À minha amada esposa, Synara Florêncio Ramos Coelho, pelo carinho, amizade, cumplicidade e compreensão nesse período de renúncia. Pelos livros ofertados a mim que tanto me ajudaram na escrita deste trabalho;

À minha filha amada, Ana Luisa Ramos Trindade, pelo amor incondicional, por cada beijo, abraço, palavras de incentivo (papai, você vai conseguir terminar essas coisas da Educação Infantil), pelos lanches preparados, sempre se preocupando com o meu bem-estar;

Aos meus irmãos e irmãs, Ivanildo da Trindade (meu segundo pai), Irismárcia Trindade Ramos (minha inspiração), Arsênio da Trindade Ramos (meu nordestino acolhedor) e Leisa Betânia da Trindade Ramos (minha amiga confidente). Gratidão a vocês pelo carinho, amizade e companheirismo;

À professora Vanda Campos, que me acolheu, ajudando-me a lidar com as tecnologias. Querida professora, a inclusão está no seu sangue e na sua alma;

Às minhas amigas e professoras Wilma Martins Carvalho e Wilma Luiza Pinto, grandes incentivadoras, mãos amigas nessa travessia.

À professora Maria de Lourdes Dantas Reges, minha colega de trabalho, minha amiga e minha maior incentivadora nesse percurso, acreditando que eu poderia chegar mais longe;

À minha amiga e coordenadora pedagógica Crístiely da Silva Mendonça, por me fortalecer e por me ajudar nos trabalhos da instituição, sua ajuda proporcionou-me ganhar tempo para escrever;

Aos colegas da Gerência de Formação dos Profissionais da SME (GERFOR), que me proporcionaram grandes lições, leituras e discussões;

Aos colegas dos CMEI Deusdete Lêdo David e Solange Park II que me acolheram, mostrando-me que os homens podiam atuar na Educação Infantil;

Aos colegas da Educação Infantil da GERFOR, Adriana Aparecida, Elias Antonio Demochi, Luciana Paiva, Patrícia Marciano por tanto carinho, força, ajuda, compreensão. Cada vez que o cansaço batia, o incentivo de vocês me fortalecia;

Aos professores e colegas do PPGE da PUC Goiás pelos estudos, ensinamentos e atividades compartilhadas. Foram experiências únicas que levarei para a vida inteira;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância (GEPCEI) e ao Fórum Goiano de Educação Infantil do qual sou integrante, por me proporcionar grandes conhecimentos, conhecer grandes pesquisadores e ricas produções;

Aos professores Dr. Altino José Martins Filho (UDESC-SC) e Dr. Rodrigo Fidelis Fernandes Mohn (PUC Goiás) que aceitaram participar da banca de defesa, além das preciosas contribuições dadas a esta pesquisa na qualificação;

Ao meu orientador Dr. Romilson Martins Siqueira que, para além da pesquisa, cuidou de mim. Convivendo com ele no PPGE da PUC Goiás e GEPCEI aprendi que essa relação não precisa ser de poder. Os cuidados que Romilson teve comigo e minha pesquisa fortaleceram laços e vínculos que irão durar para sempre, pois esses vínculos me permitiram ser ouvido pelo meu orientador, mesmo quando o assunto era para além da dissertação.

RESUMO

O presente trabalho, inscrito na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás, tem por objetivo o estudo sobre a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil. Toma como ponto de partida as tensões e dilemas do trabalho de professores e auxiliares de atividades educativas nos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia e Aparecida de Goiânia. As categorias de estudo deste trabalho partiram da compreensão de trabalho, do trabalho docente, do gênero e da infância. A partir dos pressupostos do Materialismo Histórico Dialético, essas categorias permearam a análise dos dados de forma a conceber os fenômenos da natureza e seu método de estudá-los dialeticamente por meio da historicidade e da contradição. Sendo assim, as categorias de análise que emergiram dos resultados do trabalho foram: trabalho, preconceito, estranhamento, medo e não lugar. Construídas à luz de uma sociedade de classe e marginalizadora, buscou-se compreender a dinâmica daquilo que é objetivo (condições de trabalho) e subjetivo (ideologias) presentes na vida social a partir da dialética inclusão x exclusão. Além das contribuições de um estudo crítico para a compreensão das categorias de estudo Marx (1985, 2010), outros autores foram fundamentais para elucidar o debate do tema da docência masculina à luz da igualdade de gênero no campo da Educação Infantil: Carvalho (1999), Carvalho (2011), Freire (1996), Faria *et al.* (2011) Gomes (2013), Louro (1999, 2001, 2007 e 2008), Malaguzzi (2016), Martins Filho (2018, 2020), Pereira (2016), Pincinato (2007), Priori (2018), Sayão (2005), Silva (2014), Sousa (2015); dentre outros. A base metodológica deste estudo fundamentou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa, a fim de dar vez e voz aos homens da/na Educação Infantil. Todavia, como toda voz é polifônica, outros sujeitos (gestores e famílias) foram também ouvidos, pois estão diretamente envolvidos com o cuidado e com a educação das crianças nas instituições públicas em que esses profissionais atuam. Sendo assim, os resultados desta pesquisa partiram do entrecruzamento de duas fontes: de um questionário *online* que obteve a resposta de 54 profissionais homens na Educação Infantil e de entrevistas com 18 sujeitos (06 gestores, 06 pais e 06 profissionais). As entrevistas foram realizadas depois do encerramento do questionário de pesquisa, e os 18 profissionais que participaram das entrevistas também se prontificaram a responder o questionário. Os resultados encaminham para reflexões que envolvem estereótipos, discriminação, julgamento de valores, medo e desvalorização social do lugar ocupado por esses homens e seu trabalho na Educação Infantil. Outrossim, foram essas reflexões que subsidiaram a construção das categorias: trabalho, preconceito, estranhamento, medo e não lugar.

Palavras-chave: Trabalhador homem. Educação Infantil. Preconceito. Gênero.

ABSTRACT

This work, enrolled under Education, Society and Culture research field, from the Postgraduate Program in Education at PUC Goiás, aims to study the men presence and work in early Childhood Education. It takes, as a starting point, the tensions and dilemmas of teachers and assistants work in educational activities at Municipal Centers for Childhood Education in the cities of Goiânia and Aparecida de Goiânia. The study categories of this work started from the understanding of work, teaching work, gender and childhood. Based on the Dialectical Historical Materialism premises, these categories permeated the data analysis in order to conceive the nature phenomena and its method of studying them dialectically through historicity and contradiction. Thus, the categories of analysis that came out from the results of this study were: work, prejudice, strangeness, fear and “not belonging”. Built under the aspect of a class and marginalizing society, it was sought to understand the dynamics of what is objective (work conditions) and subjective (ideologies) present in social life from the dialectic inclusion versus exclusion. In addition to the contributions of a critical study to the comprehension of Marx study categories (1985, 2010), other authors were essentials in elucidating the debate on the male teaching theme under the view of gender equality in early Childhood Education field: Carvalho (1999), Carvalho (2011), Freire (1996), Faria *et al.* (2011) Gomes (2013), Louro (1999, 2001, 2007 and 2008), Malaguzzi (2016), Martins Filho (2018, 2020), Pereira (2016), Pincinato (2007), Priori (2018), Sayão (2005), Silva (2014), Sousa (2015); and others. The methodological basis of this study was established on a qualitative research approach, in order to give turn and voice to men in early childhood education. However, as every voice is polyphonic, other subjects (managers and family) were also heard, as they are directly involved with children’s care and education in public institutions where these professionals work. Thus, the results of this research started from the intersection of two sources: an online questionnaire which obtained the answer of 54 male professionals involved in early childhood education and interviews with 18 individuals (6 managers, 6 parents and 6 professionals). The interviews were conducted after the research questionnaire ended, and the 18 professionals who attended the interviews also volunteered to answer the questionnaire. The results lead to thoughts involving stereotypes, discrimination, judgment of values, fear and social devaluation of the place occupied by these men and their work in childhood education. Furthermore, these reflections contributed to the construction of the categories: work, prejudice, strangeness, fear and “not belonging”.

Keywords: Male worker. Early childhood education. Prejudice. Gender.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Teses e dissertações encontradas após o uso dos descritores e filtros.....	14
Tabela 2	Teses e dissertações selecionadas por meio dos critérios pré-estabelecidos.....	14
Tabela 3	Teses e dissertações divididas por ano e por correntes de pensamento humano.....	17
Tabela 4	Quadro dos profissionais lotados nas Redes Municipais de Educação Goiânia.....	104
Tabela 5	Quadros dos profissionais lotados na Rede Municipal de Aparecida de Goiânia.....	106
Tabela 6	Questões Étnico Raciais.....	117
Tabela 7	Processo migratório.....	119
Tabela 8	Motivos da migração para Goiânia.....	119
Tabela 9	Com quem reside?.....	120
Tabela 10	Quantas pessoas moram com você?.....	121
Tabela 11	Qual a renda familiar?.....	122
Tabela 12	Com quem as crianças ficam quando vão trabalhar?.....	122
Tabela 13	Outros lugares ocupados pelos homens na Educação Infantil.....	137
Tabela 14	Quadro de Entrevistas. Amostra da entrevista nas redes de ensino.....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Orientação Sexual.....	116
Figura 2	Idade dos profissionais.....	116
Figura 3	Tem filhos?.....	119
Figura 4	Como você se sustenta?.....	122
Figura 5	Rede em que trabalha.....	123
Figura 6	Lotação de profissionais por agrupamentos.....	128
Figura 7	Quantitativo de profissionais atuando por agrupamentos.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese da análise das teses e dissertações do Banco de dissertações e teses da Capes, realizada em 10 de agosto de 2018.....	14
-----------------	---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – TRABALHO E CAPITALISMO: TENSÃO DIALÉTICA E PROJETOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO.....	32
1.1 DIALÉTICA DO TRABALHO.....	34
1.2 MORAL BURGUESA E DISCURSOS NEOLIBERAIS: O DUALISMO PERVERSO NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	44
CAPÍTULO II – TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	57
2.1 IDENTIDADE, QUESTÕES DE GÊNERO E INFÂNCIA: DEBATES EM CONSTRUÇÃO.....	58
2.2 TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE GÊNERO: DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES.....	72
2.2.1 Políticas e cenários nacionais.....	80
2.2.2 Políticas e cenários locais.....	94
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO INFANTIL E GÊNERO: QUANDO O CUIDAR E O EDUCAR SÃO REALIZADOS POR HOMENS EM “TERRITÓRIOS” DE DISPUTAS HEGEMÔNICAS COM AS MULHERES.....	101
3.1 ELES ESTÃO NAS REDES.....	103
3.2 VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE: A VOZ DOS HOMENS NAS REDES.....	109
3.2.1 Quem são eles? Perfil socioeconômico e profissional.....	115
3.2.2 Educação Infantil: encontros e desencontros na profissão.....	123
3.2.3 Quando eles se deparam com as famílias e outras mulheres no trabalho: tensões, inseguranças e diálogos possíveis.....	137
CAPÍTULO IV - ESTRANHAMENTO, NÃO LUGAR E DISCRIMINAÇÃO: DISCURSOS E MATERIALIZAÇÕES POLÍTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS ENTRECRUZANDO AS NARRATIVAS DE PAIS, GESTORES E PROFISSIONAIS.....	156
4.1 O HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR DAS FAMÍLIAS: <i>UM ESTRANHO NO NINHO</i>	173
4.2 O Homem Na Educação Infantil Sob O Olhar Da Gestão: <i>Um OUTSIDER</i>	182
4.2.1 O que dizem os homens que atuam na Educação Infantil? <i>Discriminação e preconceito</i>	191
SÍNTESES E PROBLEMATIZAÇÕES.....	200
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICES E ANEXOS.....	224

APRESENTAÇÃO

Sonho Impossível

Composição: Joe Darion, Mitch Leigh (Versão em Português de Chico Buarque)

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*



Fonte: Arquivo de trabalho do Pesquisador¹

A música “Sonho Impossível”, interpretada por Chico Buarque e Maria Betânia, traz em seus versos o sentimento que muitos profissionais homens sentem ao decidirem trabalhar na Educação Infantil. Por mais que alguns sejam motivados a trabalhar com crianças por questões econômicas ou falta de opção, há aqueles que, desde criança, sonharam em ser professores. Ser profissional num espaço feminizado não é fácil, principalmente quando todos os questionamentos, dúvidas, incertezas sobre nossa identidade, desconfiança recaem sobre nós. Estão em jogo processos culturais, processos sociais e, acima de tudo, objetividades e subjetividades que passam a marcar a profissionalidade dos homens que atuam na Educação Infantil. Essa canção soa como um hino de resistência para homens e mulheres que lutam pelo direito de estar, frequentar, trabalhar e serem respeitados e respeitadas em todos os espaços da

¹ Imagem das crianças do agrupamento de 2 anos do Centro Municipal de Educação Infantil Deusdete Lêdo David, em Aparecida de Goiânia. Cantava com e para elas num período que era de transição de agrupamento para umas e de inserção para outras (os novatos e novatas). Essas crianças foram atendidas por mim no ano letivo de 2018, mesmo período em que ingressei no PPGE da PUC Goiás.

sociedade; todos os espaços, cargos e funções devem ser ocupados por homens e mulheres. É com base nesse pressuposto que passamos agora a apresentar o mapeamento dos estudos já realizados sobre o tema e o delineamento desta pesquisa, a fim de contribuir para o avanço do debate.

Estado do Conhecimento

Em se tratando do **estado do conhecimento**, foi necessário realizar o levantamento das produções acadêmicas sobre esse objeto. Como ponto de partida optou-se pela busca de trabalhos de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação produzidos nos últimos 05 (cinco) anos e depositados no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do território brasileiro e faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC (BRASIL, 2014). Ao pesquisar as produções no banco de dissertações e teses da Capes a intencionalidade é perceber no que o objeto aproxima, diferencia e avança no campo do tema. Entretanto, ao aproximar dessas produções, percebe-se a convergência entre a maioria delas, ainda que algumas trazem a presença masculina na Educação Infantil a partir de diferentes recortes para sujeitos e funções, tais como professores, diretores e auxiliares de creche.

Como critérios de recortes de pesquisa optou-se por pesquisar somente aquela no idioma português, onde foi realizado um recorte temporal que possibilitou nas buscas das dissertações e teses defendidas entre os anos de 2013 a 2017. Para identificação dos trabalhos foram utilizados descritores mais amplos: gênero, gênero/educação e gênero/Educação Infantil. Ao direcionar a pesquisa para a educação e gênero, foram utilizados os seguintes filtros no Banco de dissertações e teses: a) Grande área do conhecimento: Ciências Humanas; b) Área do conhecimento: Educação; c) Área de concentração: Educação. Foram encontrados 46 trabalhos, destes sendo 46 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Teses e dissertações encontradas após o uso dos descritores e filtros

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Dissertações	22	12	04	05	03	46
Teses	-	-	-	-	-	-
TOTAL	22	12	04	06	03	46

Fonte: Dados obtidos no banco de dissertações e teses da Capes

Para selecionar as dissertações que mais se aproximavam ao tema desta pesquisa foram utilizados como critérios os seguintes parâmetros: a) a relação com o objeto de pesquisa; b) a temática abordada na pesquisa; c) os temas que coadunam com o objeto de pesquisa. Por meio da leitura exploratória (nos resumos, índices e considerações finais) verificou-se a convergência das obras para a pesquisa, eliminando aquelas que possuíam pouca ou nenhuma relação com o objeto de estudo. Após essa análise, foram selecionados 07 trabalhos, conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Teses e dissertações selecionadas por meio dos critérios pré-estabelecidos

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Dissertações	01	02	03	-	01	07
Teses	-	-	-	-	-	-
TOTAL	01	02	03	-	01	07

Fonte: Dados obtidos no Banco de dissertações e teses da Capes

Ao fazer a análise da tabela, percebe-se maior produção de pesquisas sobre a temática Docência Masculina na Educação Infantil no ano de 2015. Porém, fica clara a ausência de produção no ano de 2016 (dissertações e teses) e nos anos 2013, 2014, 2015 e 2017 (teses).

Quadro 1: Síntese da análise das teses e dissertações do Banco de dissertações e teses da Capes, realizada em 10 de agosto de 2018

INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR	RESUMO/CONCLUSÃO
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Docência e gênero: um estudo sobre o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO) (Dissertação)	Patricia Gouvea Nunes (2013)	A presente dissertação tem como objetivo investigar e analisar o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO) e como este é percebido pela comunidade escolar. A investigação orientou-se por questões como: existem muitos professores homens nesta etapa da educação básica? Como o professor homem se constitui/se constrói nesse espaço social que é composto majoritariamente por mulheres? Como os pais de alunos (as) e colegas de trabalho percebem o professor homem na Educação Infantil? Essa investigação desenvolveu-se mediante estudo bibliográfico, análise documental, aplicação de questionários e

			entrevistas. Como suporte teórico para essa pesquisa houveram estudos que nos permitiram conceituar e contextualizar gênero e docência realizados por autores (as) como Scott (1995), Louro (2011), Assunção (1996), Carvalho (1999) e Rosemberg (2001). Os conceitos de Habitus e de violência simbólica, de Pierre Bourdieu (2011), e os estudos sobre masculinidades, de Robert Connel (1995), auxiliaram-nos no entendimento e na sustentação teórica para as questões que nos propomos a desenvolver.
Universidade Estadual de Campinas	Trajetórias na docência: professores homens na Educação Infantil (Dissertação)	Mariana Kubilius Monteiro (2014)	Essa pesquisa analisa trajetórias profissionais de professores homens que atuavam na rede municipal de ensino de Campinas/SP, área profissional ocupada predominantemente por mulheres no Brasil e em muitos outros países. Buscou-se evidenciar as trajetórias profissionais dos sujeitos, a escolha da profissão e a sua experiência profissional. A partir da perspectiva antropológica das histórias de vida, todos os professores homens que atuavam na rede municipal no primeiro semestre de 2012 foram entrevistados, totalizando sete entrevistas, além da coleta de dados estatísticos junto à Secretaria Municipal de Educação.
Universidade Federal de Pelotas	Gênero Educação Infantil: o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil (Dissertação)	Lilian Borges dos Santos (2014)	Esta dissertação, de natureza qualitativa, analisa a docência masculina na Educação Infantil. A questão central da pesquisa é compreender quais os sentidos do trabalho de educação e cuidado de um auxiliar e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola de Educação Infantil da rede municipal de Pelotas/RS. A pesquisa foi realizada em uma turma de 20 (vinte) crianças da faixa etária entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos da Pré-Escola, onde trabalham uma professora e um auxiliar. Os principais instrumentos de pesquisa utilizados foram observações, entrevistas semiestruturadas com a professora e o auxiliar e, com as crianças, foram utilizadas conversas informais. O referencial teórico que sustenta as análises abrange estudos de gênero, estudos da infância e da Educação Infantil.
Universidade Federal de Pelotas	Homens na Educação Infantil: o que pensam as diretoras sobre isso? (Dissertação)	Karine Jacques Hentges (2015)	Esta pesquisa teve como objetivo conhecer as representações das diretoras de escolas de Educação Infantil sobre professores/auxiliares homens, de modo a identificar o que pensam as diretoras sobre as masculinidades presentes no espaço escolar, bem como compreender se é oportunizada ou dificultada a inserção dos homens nesse espaço profissional. O referencial teórico está ancorado nos estudos de gênero e masculinidades. Neste trabalho entende-se por gênero as construções sociais, culturais e linguísticas que identificam o que seria mais apropriado a cada sexo, essas construções estão

			<p>marcadas nos corpos implicando em um processo de diferenciação de homens e mulheres. Já as masculinidades são compreendidas, segundo Connell (1995), como configurações de práticas em torno das posições que os homens ocupam nas relações de gênero. A pesquisa foi realizada com diretoras de cinco escolas de Educação Infantil, localizadas no município de Pelotas – RS, que possuem em seu quadro de funcionários professores ou auxiliares homens. Como instrumento de produção de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada.</p>
<p>Centro Universitário Moura Lacerda</p>	<p>O trabalho docente na Educação Infantil na perspectiva de professores homens de um município do interior paulista (Dissertação)</p>	<p>Luciano Goncalves Teodoro (2015)</p>	<p>Levando-se em consideração que a Educação Infantil, historicamente, é um campo de atuação profissional majoritariamente feminino, temos hoje professores homens assumindo essa profissão para si. A partir do histórico da Educação Infantil e sua constituição enquanto espaço de atendimento especializado para a criança pequena, percebe-se que a construção de sua especificidade reside na relação cuidar/educar/brincar. Esse segmento educacional está inserido num contexto sociopolítico que interfere no trabalho docente a ser realizado pelo profissional que atenderá essa criança. Assim, o objetivo da pesquisa é analisar as percepções de professores homens que estão na Educação Infantil sobre a atuação profissional que desempenham em relação à especificidade da Educação Infantil, que reside na tríade cuidar/educar/brincar; também, na percepção da comunidade em tê-los atuando nesse segmento educacional e se são profissionalmente realizados na profissão que escolheram.</p>
<p>Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Araraquara)</p>	<p>Vozes masculinas no cotidiano escolar: desvelando relações de gênero na Educação Infantil sob a perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz (Dissertação)</p>	<p>Ana Márcia de Oliveira Carvalho (2015)</p>	<p>A presente pesquisa busca problematizar/refletir como são vividas as relações de gênero no ambiente escolar a partir dos significados e sentidos que os homens atribuem à sua vivência pedagógica na Educação Infantil, no trabalho com meninos e meninas entre zero a cinco anos. A presença do sexo masculino gera questionamentos por parte da comunidade escolar e das famílias, principalmente no que se refere aos cuidados corporais de higiene na relação corpo do adulto/corpo da criança. Estudos apontam que faz parte do imaginário social associar a profissão da docência às mulheres, principalmente no ensino dos anos iniciais, já que essas possuiriam “biologicamente” características necessárias ao exercício do magistério como a doçura e a delicadeza nos cuidados de meninos e meninas, ou seja, a “vocação”, muito próxima da função materna. Essa concepção naturalizada, que alia os cuidados infantis às mulheres, deriva da divisão sexual do trabalho, que separa atividades específicas para homens e mulheres vinculando o conceito de gênero ao sexo. Elegemos a</p>

			metodologia qualitativa fenomenológica como forma de compreender os “motivos para” e os “motivos porque” das vivências dos homens no contexto escolar infantil em meio às relações de gênero.
Universidade Federal de Minas Gerais	As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte (Dissertação)	Waldinei do Nascimento Ferreira (2017)	A presente dissertação investigou as relações de cuidado nos relatos dos homens professores nos equipamentos públicos de Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte. A Educação Infantil, concebida historicamente como espaço de trabalho do gênero feminino, recentemente vem recebendo a presença de homens professores atuando no cuidado e na educação de crianças pequenas. Em Belo Horizonte, somente a partir do primeiro concurso público para preenchimento de vagas de professores para a Educação Infantil em 2003, é que percebemos a inserção de homens professores nesta carreira.

Fonte: Quadro síntese das dissertações analisadas no banco de dissertações e teses da Capes, elaborada pelo pesquisador.

O estudo do método de análise das obras presentes no quadro acima foi realizado por meio da leitura dos resumos, da leitura da introdução e, em algumas obras em que os resumos não apresentaram o método utilizado, foi feita a leitura de outras partes para identificação do método. Dessa forma, observa-se a recorrência do materialismo histórico dialético em seis (6) delas, sendo as obras de Nunes (2013); Monteiro (2014); Santos (2014); Henteges (2015); Teodoro (2015); e Ferreira (2017). Somente a obra de Carvalho (2015) utilizou o método fenomenológico para desenvolver a pesquisa. A tabela abaixo traz o detalhamento desses dados:

Tabela 3: Teses e dissertações divididas por ano e por correntes de pensamento humano

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Positivismo	-	-	-	-	-	00
Materialismo Histórico	01	02	02	-	01	06
Fenomenologia	-	-	01	-	-	01
	Total de obras selecionadas					07

Fonte: Tabela elaborada à partir da leitura realizada das dissertações do Quadro 1 desta pesquisa. As obras foram pesquisadas no Banco de dissertações e teses da Capes.

A partir da leitura das introduções e/ou conclusões das obras, pôde-se perceber que 6 (seis) pesquisadores optaram pelo materialismo histórico e dialético, sendo que apenas 1 (um) optou pela fenomenologia. Segundo registros nas obras, a preferência pelo materialismo histórico se dá pela recorrência das categorias dessa corrente teórica que aparece na discussão de gênero, tais como a contradição a historicidade do tema, como esse tema está localizado na

história, como ele se desdobra no singular, no particular e universal. A temática tem sido discutida com recorrência no campo da Educação, onde há quem discute o assunto contrapondo sua construção pelo fator biológico e quem discute gênero como uma categoria de análise e construção social das masculinidades e feminilidades à luz das contradições sociais de classe que excluem e diferenciam os sujeitos. Os autores deixam claro que o método utilizado proporciona a busca e o entendimento das contradições nas relações de gênero em todos os contextos da sociedade tanto de forma individual como coletiva (família, sujeitos, trabalho, esporte, lazer, mídia e relações de poder). Nesse sentido, essas contradições, que são conflituosas e cheias de confronto, trazem a dimensão da dialética marxista fazendo uma relação entre o sujeito e o objeto.

Para identificar os procedimentos técnicos das obras realizou-se uma leitura mais amíúde a luz dos resumos, das introduções e das conclusões quando os resumos e introduções não apresentavam que tipo de metodologia foi utilizada. Em todas as obras pesquisadas observa-se o uso da pesquisa de campo com questionário e entrevista envolvendo professores e auxiliares de atividades educativas (homens), profissionais da instituição e famílias em cinco (5) das sete (7) obras selecionadas: Ferreira (2017); Henteges (2015); Monteiro (2014) e Teodoro (2015). Já as obras de Nunes (2013) e Santos (2014) tiveram como metodologia o estudo bibliográfico e análise documental com aplicação de questionário e entrevistas. Por último, a obra de Carvalho (2015), que optou pela pesquisa qualitativa fenomenológica. Não foi observado nas obras o uso da pesquisa quantitativa ou quanti-qualitativa.

Nas obras pesquisadas percebe-se que 6 (seis) autores optam por entrevistar os profissionais homens, os demais profissionais da instituição e as famílias como forma de alcançar dados que respondam aos questionamentos do objeto e apenas 1 (um) investiga a visão do gestor sobre o trabalho do auxiliar de atividades educativas homens na Educação Infantil. Outro fator que fica evidenciado é o espaço de Educação Infantil que, na maioria das obras, são utilizados para realização da pesquisa.

As pesquisas analisadas têm uma relação próxima à minha, uma vez que busca compreender a constituição do lugar dos homens na Educação Infantil, como também as questões de gênero num campo de atuação em que as mulheres são maioria. Outro fator que aproxima nossas pesquisas é a necessidade em investigar como se constitui a identidade de profissionais homens atuando com crianças pequenas e o olhar das famílias, profissionais, gestores para essa presença na escola da infância.

De um estudo mais aprofundado de todas as 07 produções acadêmicas, agora com a leitura na íntegra dos trabalhos, tem-se as seguintes análises:

A dissertação construída por Patricia Guvea Nunes, com o título “*Docência e gênero: um estudo sobre o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO)*”, realizada em 2013, objetivou investigar e analisar o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO) e como este é percebido pela comunidade escolar. A investigação orientou-se por questões como: existem muitos professores homens nesta etapa da educação básica? Como o professor homem se constitui/se constrói nesse espaço social que é composto majoritariamente por mulheres? Como os pais de alunos (as) e colegas de trabalho percebem o professor homem na Educação Infantil? Essa investigação desenvolveu-se mediante estudo bibliográfico, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas.

A pesquisa de mestrado acadêmico em Educação produzida no ano de 2014, de autoria da pesquisadora Mariana Kubilius Monteiro, cujo tema é “*Trajetórias na docência: professores homens na Educação Infantil*”, analisou trajetórias profissionais de professores homens que atuavam na rede municipal de ensino de Campinas/SP, área profissional ocupada predominantemente por mulheres no Brasil e em muitos outros países. Buscou-se evidenciar as trajetórias profissionais dos sujeitos, a escolha da profissão e a sua experiência profissional. A partir da perspectiva antropológica das histórias de vida, todos os professores homens que atuavam na rede municipal no primeiro semestre de 2012 foram entrevistados, totalizando sete entrevistas, além da coleta de dados estatísticos junto à Secretaria Municipal de Educação.

A dissertação de Lilian Borges dos Santos, defendida no ano de 2014, intitulada “*Gênero Educação Infantil: o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil*” é de natureza qualitativa e analisa a docência masculina na Educação Infantil. A questão central da pesquisa é compreender quais os sentidos do trabalho de educação e cuidado de um auxiliar e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola de Educação Infantil da rede municipal de Pelotas/RS. A pesquisa foi realizada em uma turma de 20 (vinte) crianças da faixa etária entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos da Pré-Escola, onde trabalham uma professora e um auxiliar.

A pesquisa realizada pela pesquisadora Karine Jacques Hentges no ano de 2015, com o tema “*Homens na Educação Infantil: o que pensam as diretoras sobre isso?*” objetivou conhecer as representações das diretoras de escolas de Educação Infantil sobre professores/auxiliares homens, de modo a identificar o que pensam as diretoras sobre as masculinidades presentes no espaço escolar, bem como compreender se é oportunizada ou dificultada a inserção dos homens nesse espaço profissional. O referencial teórico está ancorado nos estudos de gênero e masculinidades. Neste trabalho entende-se por gênero as construções

sociais, culturais e linguísticas que identificam o que seria mais apropriado a cada sexo. Essas construções estão marcadas nos corpos implicando em um processo de diferenciação de homens e mulheres.

A dissertação do pesquisador Luciano Gonçalves Teodoro, defendida em 2015, com o tema “*O trabalho docente na Educação Infantil na perspectiva de professores homens de um município do interior paulista*” objetivou analisar as percepções de professores homens que estão na Educação Infantil sobre a atuação profissional que desempenham em relação à especificidade da Educação Infantil, que reside na tríade cuidar/educar/brincar; também, na percepção da comunidade em tê-los atuando nesse segmento educacional e se são profissionalmente realizados na profissão que escolheram.

A pesquisa de Ana Márcia de Oliveira Carvalho, defendida em 2015, cujo tema é “*Vozes masculinas no cotidiano escolar: desvelando relações de gênero na Educação Infantil sob a perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz*”, buscou problematizar/refletir como são vividas as relações de gênero no ambiente escolar a partir dos significados e sentidos que os homens atribuem à sua vivência pedagógica na Educação Infantil, no trabalho com meninos e meninas entre zero a cinco anos. A presença do sexo masculino gera questionamentos por parte da comunidade escolar e das famílias, principalmente no que se refere aos cuidados corporais de higiene na relação corpo do adulto/corpo da criança.

A dissertação de mestrado em Educação pesquisada por Waldinei do Nascimento Ferreira, defendida em 2017, cujo tema “*As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte*”, investigou as relações de cuidado nos relatos dos homens professores nos equipamentos públicos de Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte. A Educação Infantil, concebida historicamente como espaço de trabalho do gênero feminino, recentemente vem recebendo a presença de homens professores atuando no cuidado e na educação de crianças pequenas. Em Belo Horizonte, somente a partir do primeiro concurso público para preenchimento de vagas de professores para a Educação Infantil em 2003 é que percebemos a inserção de homens professores nesta carreira.

Por Novos Estudos no Campo da Educação Infantil: delineamento da pesquisa

Os estudos analisados no campo da produção acadêmica foram importantes para a compreensão do campo da Educação Infantil. Nesse sentido, reafirma-se a importância da continuidade de novos estudos e também de referências àqueles que foram produzidos

anteriormente ao período aqui delimitado. A exemplo disso, há que se destacar que no momento da pesquisa surgiram outras dissertações e teses em relação à temática docência masculina na Educação Infantil, porém as mesmas foram defendidas antes de 2013, ou seja, anterior à plataforma sucupira, sendo que algumas dessas pesquisas viraram livros, tais como a tese *“Cuidado, relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo de professores e professoras de pré-escola pública”* (2007), de Eronilda Maria Góis de Carvalho; a dissertação *“Um estudo sobre os professores homens da Educação Infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte”* (2011) de Joaquim Ramos e a dissertação *“Professor homem na Educação Infantil: a construção de uma identidade”* (2012) de Maria Arlete Bastos Pereira. Esses trabalhos, a despeito de não comporem o enquadramento temporal e descritivo do estado do conhecimento, também foram lidos e compõem o conjunto das leituras de base desta pesquisa.

Da mesma forma, deve-se ter claro que as discussões e problematizações apresentadas nos trabalhos citados nesta dissertação, bem como os demais que esta pesquisa propõe citar no corpo do seu texto, possibilitam fontes importantes e outras questões que o tema ainda não descortinou e que, no futuro, desdobrar-se-á em novas pesquisas. Neste sentido, a presente dissertação avança no campo do tema e da discussão teórica por apresentar além das questões de gênero, inquietações, medo e preconceito do trabalho masculino na Educação Infantil, a maneira que os discursos sexistas, machistas e homofóbicos se materializam no campo jurídico, transformando em projetos de lei, sem levar em conta que os seres humanos possuem direitos iguais perante a lei, direitos legítimos e constitucionais na Constituição (BRASIL, 1988, art.5º). Portanto, procurou-se elucidar o **problema da pesquisa** a partir da seguinte questão central: quais as tensões do trabalho do masculino na Educação Infantil e como está se constituindo a profissionalidade dos homens que desenvolvem a ação educativa e pedagógica nessa primeira etapa da educação básica? Este estudo trouxe novas problematizações e perguntas para se pensar sobre o baixo número de pedagogos e auxiliares de atividades educativas lotados nos CMEI da SME de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Entretanto, o foco desta investigação não está direcionado somente aos professores homens que atuam com crianças pequenas. Para o entendimento dessa complexidade nos Centros Municipais de Educação Infantil da SME dos dois municípios mencionados, foi necessário, por meio da pesquisa qualitativa, dar vez e voz a outros sujeitos (gestores e famílias²), uma vez que essas pessoas estão diretamente envolvidas com o cuidado e com a educação das crianças nas instituições públicas e que, sem sombra de

² Esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética da PUC, seguindo todos os protocolos, sendo aprovada por esse departamento. O TCLE está em anexo no apêndice I desta pesquisa.

dúvidas, têm implicações objetivas e subjetivas no trabalho que esses professores homens constroem.

A presente pesquisa “*Quem Tem Medo do Lobo Mau? Inquietações e Medos sobre o Trabalho do homem na Educação Infantil*”³ tem como **objeto de estudo** o trabalho masculino e como **sujeitos da pesquisa** os profissionais homens que atuam na Educação Infantil dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, sendo que os profissionais foram selecionados a partir de critérios específicos para participação desta pesquisa. No primeiro momento foi levantada a quantidade de profissionais homens que trabalhavam na função de pedagogo e auxiliar de atividades educativas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Esse levantamento foi feito junto ao departamento de Gestão de Pessoas (DGP) da SME de Goiânia e de Recursos Humanos (RH) da SME de Aparecida de Goiânia. Constatou-se que em Goiânia haviam 390 auxiliares de atividades educativas homens, sendo que somente 44 atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Conta com 851 pedagogos homens, sendo que somente 5 estavam lotados em CMEI. Os demais estavam lotados nas escolas e em outros departamentos da Secretaria Municipal de Educação e Esporte. Em Aparecida de Goiânia haviam 12 auxiliares de atividades educativas, todos lotados em CMEI. No mesmo município haviam 126 pedagogos, mas, somente 12 estão lotados nos CMEI.

Munido das listas com nomes, telefones e *e-mails*, foi o momento de elaborar um questionário de pesquisa no *Google Drive*, que foi enviado aos profissionais por *e-mail* e via *WhatsApp* num período de 15 dias, prorrogados para mais 10 dias para os 73 profissionais das duas redes. O próximo passo foi realizar a escolha das instituições que iriam participar da entrevista. Como critério, foi decidido que escolheríamos uma instituição por Coordenadoria Regional de Educação de Goiânia, e por região em Aparecida de Goiânia, sendo que a escolhida seria aquela que apresentasse o maior número de profissionais homens lotados como pedagogo e auxiliar de Atividades educativas. Seguindo esses critérios, foram escolhidas 4 instituições de Goiânia e 4 de Aparecida de Goiânia como campos de estudo para a apreensão desse objeto. Por que tratar do trabalho masculino na Educação Infantil como objeto de estudo numa pesquisa acadêmica? A pesquisa teve como **objetivos: geral:** compreender como tem se constituído a presença e a profissionalidade dos homens na Educação Infantil; compreender o que essa presença causa nos pais e nos profissionais da instituição; entender de onde vem os dilemas dessa temática na Educação Infantil. **Específicos:** investigar, sob a ótica da instituição, dos pais

³ No decorrer dessa pesquisa, mais precisamente onde trata da metodologia, será explicado o porquê do trabalho levar o nome Quem tem medo do Lobo Mau? Inquietações e medos sobre o trabalho do homem na Educação Infantil.

das crianças e dos profissionais os preconceitos, discriminação, inquietações e medos da presença e do trabalho do homem na Educação Infantil.

A **justificativa** para a realização desta pesquisa está vinculada à trajetória e ao percurso profissional deste professor/pesquisador atuante na Educação Infantil e ao interesse de apropriar e ampliar conhecimentos sobre a discussão de Gênero na Infância, a fim de compreender o lugar, as ações, os comportamentos de homens, mulheres e crianças nesses espaços educativos. Nessa perspectiva, esta pesquisa reporta-se aos estudos de gênero e da Pedagogia da Infância, que têm como defesa as relações dos sujeitos adultos e crianças, homens e mulheres na Educação Infantil.

A necessidade de pesquisar esse tema se deu quando tomei posse no concurso da Rede Municipal de Educação de Goiânia, realizado em 2010, período em que ainda éramos uma raridade nessa etapa de Educação Básica, digo raridade, porque éramos pouquíssimos homens na Educação Infantil, comparando com a quantidade que temos hoje. Na época, ao chegar à instituição, num período em que ela enfrentava sérios problemas com déficits de profissionais, a mesma não viu minha chegada como um alívio, já que eu preencheria uma das vagas que estavam ociosas, mas como outro desafio que a gestão teria que enfrentar, uma vez que a mesma deveria apresentar-me para as famílias como o novo professor das crianças.

A minha lotação na instituição mexeu com algumas profissionais que estavam lotadas, já que a norma era que eu ficasse em um agrupamento de crianças maiores e não participasse de algumas atividades da ação educativa e pedagógica como o banho, trocas de roupas e nem retribuir certos afetos recebidos das crianças, tais como beijos, abraços e colo, porque segundo a gestão, as famílias não confiavam em homens educando e cuidando das mesmas e a desconfiança dos pais poderia ensejar em mal-entendido e acusações infundadas.

O desafio naquele momento, segundo a gestão, era também de me resguardar. Em Aparecida de Goiânia percebia as mesmas inquietações e insegurança das famílias. Muitas me olhavam e iam até a direção perguntar se era um homem o professor das crianças e quem iria dar banho e trocar as fraldas das mesmas.

Diante de tantas limitações do que é inerente à minha função, os olhares enviesados das famílias e até mesmo de algumas colegas de trabalho, eu me perguntava: de onde vem tanto medo por parte das famílias e profissionais em relação à minha presença? Ser professor de crianças era coisa de homem ou de mulher? Até quando permanece essa desconfiança? Será que esse lugar não foi pensado para profissionais homens?

Imbuído desses questionamentos ingressei no PPGE da PUC Goiás em 2018, na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, para investigar esse assunto nas duas redes

municipais de ensino do qual sou lotado como professor de Educação Infantil. Sendo assim, para discutir essa temática com o aprofundamento necessário, reporte as discussões sobre trabalho e capitalismo, divisão sexual do trabalho, as questões de gênero na sociedade, na religião e, sobretudo, na infância, onde busquei participar de algumas disciplinas relacionadas ao assunto oferecidas pelo PPGE da PUC Goiás. Concordo com Finco (2007) ao discutir como os corpos de homens e mulheres, meninos e meninas são disciplinados e ajustados de acordo com os padrões de uma sociedade que não reconhece e não respeita a diversidade, muito menos as formas de ser e estar no mundo de adultos e crianças.

Problematiza-se nesta pesquisa como as instituições têm olhado para os profissionais no que se refere às questões de gênero e como essas questões têm reverberado nas crianças e suas infâncias nos contextos de vida cotidiana na Educação Infantil, onde meninos e meninas não podem brincar, imaginar e ser o que elas quiserem. O espaço, ao invés de valorizar suas experiências, cerceia em nome dos padrões atribuídos pela sociedade adultocêntrica e patriarcal que determinam suas ações, preferências e formas de ser como características e comportamentos para meninos e outros para meninas. No pensamento de Louro (2014, p. 61): “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas”.

O foco desta pesquisa são os professores e auxiliares de atividades educativas lotados nas Redes Municipais de Educação de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Procurou-se investigar sobre a profissionalidade destes homens, o porquê da escolha dessa profissão, quais eram seus desafios, como eram suas relações com as famílias e os profissionais da instituição. Concorda-se com Cruz (2012), quando afirma da importância da profissionalização para a construção da profissionalidade nos contextos de trabalho e nas ações realizadas pelos sujeitos. Para essa estudiosa, a profissionalidade envolve tanto qualificação como competência, incluindo valores coletivos e individuais.

Os últimos concursos realizados nas duas redes aumentaram o número de homens atuando na Educação Infantil. Um aumento que não é o ideal, mas, em vista da quantidade que tínhamos, ampliou significativamente a presença deles e, por que não, os dilemas vividos.

Ao usar o termo homens na pesquisa, me refiro àqueles homens profissionais de Educação Infantil que atuam nas funções de auxiliares de atividades educativas, cuja função é apoiar o professor no atendimento às crianças nos momentos da ação educativa e pedagógica, garantindo que o cuidar e educar seja materializado numa perspectiva indissociável e ética, ou seja, educar cuidando; e pedagogos que têm a função de observar as crianças, escutá-las, mediar

percursos de descobertas das aprendizagens, planejar espaços, ambientes, ofertas de materiais e situações de aprendizagens para garantir que as crianças aprendam e se desenvolvam nos cotidianos da Educação Infantil e fora dela. Nesse sentido, torna-se necessário investigar a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil e, assim, compreender o baixo número de homens atuando com as crianças pequenas, apresentado no último Censo do Professor MEC (BRASIL, 2009a), onde os homens na Educação Infantil não passam de 5%.

O **método** utilizado nesta pesquisa é o Materialismo Histórico Dialético, uma vez que a forma de conceber os fenômenos da natureza e seu método de estudá-los é dialético. Conforme Marx (2010), a interpretação desses fenômenos, seu modo de focalizá-los, sua teoria, é materialista, possibilitando assim, o estudo da vida social aos fenômenos da vida em sociedade, ao estudo desta e de sua história.

Partiu-se do pressuposto de que ao tratar do trabalho do homem na Educação Infantil era preciso recorrer aos estudos de Marx para compreender a sociedade capitalista de produção. Concorda-se com Carneiro, Mesquita e Afonso (2017) ao afirmar como uma sociedade capitalista de produção nasce, desenvolve e entra em crise; e assim refletir como está estruturada a sociedade burguesa e a constituição do ser social. Sendo assim, há a necessidade de descortinar nesta pesquisa que é na sociedade burguesa onde trabalhadores e trabalhadoras podem e devem estar nos mesmos espaços, exercerem as mesmas funções e receberem os mesmos salários, “compreendendo-os como sujeitos constituintes de suas próprias histórias e que os homens e as mulheres, ao apropriar-se da real consciência humana, percebam-se como seres que, condicionados pela natureza se diferenciam dela” (CARNEIRO; MESQUITA; AFONSO, 2017 *apud* NETTO, 1987, p. 61).

A **metodologia de pesquisa** foi a pesquisa qualitativa e como instrumentos foi utilizado um roteiro de entrevista com profissionais, gestores e famílias. Para desenvolvimento dessa metodologia de pesquisa foi necessário buscar juntos às secretarias de educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia autorização para ir a campo realizar a pesquisa. Nesse período, fui convocado pelas duas redes para uma entrevista na qual tive que apresentar o projeto. Concomitante a esse pedido foi solicitado ao Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) em Goiânia e ao Recursos Humanos (RH) em Aparecida o levantamento de profissionais homens (professores e auxiliares de atividades educativas) lotados nos centros municipais de Educação Infantil (CMEI), de forma que fui atendido prontamente, tanto na disponibilização dos documentos como nos termos de anuência para ir a campo.

Munido dos documentos que são exigidos para submeter o projeto ao Comitê de ética para ser aprovado, procurei o departamento e realizei a submissão. Com a pesquisa aprovada

no Comitê de Ética da PUC Goiás e de posse do quantitativo de profissionais, instituições que eram lotados, telefones e *e-mails*, construí o questionário de pesquisa no *Google Drive* com perguntas objetivas de múltipla escolha e perguntas abertas para que os profissionais homens respondessem. O objetivo era observar os elementos importantes no processo de constituição da profissionalidade dos homens na Educação Infantil das duas redes. Para tanto, o questionário foi enviado via *e-mail* e *WhatsApp* somente para 73 profissionais homens lotados nos dois municípios, 44 auxiliares de atividades educativas e 5 pedagogos de Goiânia, 12 auxiliares de atividades educativas e 12 pedagogos de Aparecida de Goiânia, pois o objetivo era pesquisar os homens lotados em CMEI. Ao encaminhar aos sujeitos da pesquisa o questionário, encaminhei junto um texto explicando sobre a pesquisa e a importância da participação de cada um. Foi estipulado um prazo de 15 dias, prorrogado para mais dez. Encerrando o prazo tivemos um total de 54 instrumentos respondidos.

Ao realizar a tabulação dos dados da pesquisa⁴, percebe-se que os homens traziam alguns elementos da constituição de suas profissões envolvendo crianças, colegas de trabalho, gestão e famílias, sendo que as duas últimas apareciam com maior recorrência. Na tabulação dos dados, foram observados vários elementos da constituição do trabalho dos homens na Educação Infantil, porém, com pouca riqueza de detalhes. Sendo assim, surgiu a necessidade de realizar uma entrevista com professores, auxiliares de atividades educativas e famílias para buscar mais elementos que esta pesquisa buscava descortinar. Para realização das entrevistas⁵, foram escolhidas 4 instituições por município, ou seja, um total de 8 instituições. Tomou-se como critério de escolha 1 instituição por Coordenadoria Regional de Educação de Goiânia que apresentasse o maior número de homens trabalhando nas funções de pedagogo e auxiliares de atividades educativas. Já em Aparecida de Goiânia seria 1 instituição por região que apresentasse o maior número de homens trabalhando.

Depois de selecionadas as instituições e com termo de anuência concedido pelas Secretarias Municipais de Educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia, foram realizados os contatos com os sujeitos que iriam participar das entrevistas, profissionais e gestão, sendo que em algumas instituições nem todos os profissionais homens modulados aceitaram participar, uns por não querer falar do assunto, outros porque afirmaram não gostar de participar de entrevistas; os demais participaram. Para as famílias, o critério era que elas fossem pais de crianças que os profissionais homens participantes da pesquisa atendiam. As famílias foram abordadas no momento da entrada e/ou saída das crianças do CMEI, sendo muito difícil

⁴ Ver apêndices A, B, C, D, E.

⁵ Ver apêndices F, G, H, I e anexos A e B.

convencê-las, uma vez que davam desculpas de que estavam atrasadas, iam para a escola ou faculdade, trabalhavam à noite e não podiam chegar atrasados. Porém, houve aqueles que se disponibilizaram a participar e foram ouvidos. Antes das entrevistas, foi apresentado e lido o Termo Consentido Livre Esclarecido (TCLE)⁶ para todos os participantes que concordaram com o que estava proposto no documento, os participantes assinaram uma via para o pesquisador e receberam uma via assinada por ele.

No entanto, em meio ao processo de entrevistas, fomos surpreendidos com a interrupção dos atendimentos na Educação Infantil de Aparecida Goiânia por causa da pandemia da COVID-19, transmissor do Coronavírus⁷. Sendo assim, duas instituições dessa rede municipal não participaram da entrevista. Portanto, a entrevista foi realizada com 18 participantes das duas redes, sendo 6 famílias, 4 pedagogos, 2 auxiliares de atividades educativas e 6 gestores.

Como **método de exposição**, a produção teórica desta pesquisa se deu a partir da definição das categorias de análise que emergiram dos dados tabulados. Para tanto, optou-se pela estratégia de agrupar os dados coletados nos questionários de pesquisa e das entrevistas de cada grupo (famílias, gestores, auxiliares e pedagogos). Em seguida, foram realizadas as análises nas respostas do questionário de pesquisa e nas falas dos sujeitos nas entrevistas para identificar onde esses dados convergem, divergem, aproximam e distanciam, ação que possibilitou perceber as categorias que aparecem com maior recorrência. O entrecruzamento dos dados permitiu chegar às categorias de análise trabalho, preconceito, estranhamento, medo e não lugar. De toda forma, essas categorias compuseram o tema dessa pesquisa *“Quem tem medo do Lobo Mau? Inquietações e medos sobre o Trabalho do homem na Educação Infantil”*. Há de se destacar aqui a advertência para o fato de que o tema escolhido não tem como objetivo reduzir os profissionais a um animal irracional (o lobo), mas chamar atenção para o imaginário de muitas famílias que, ao conceberem o espaço da Educação Infantil como um espaço que deve ser totalmente feminizado, coloca em discussão o que de fato será a intenção desse ser forasteiro trabalhando com as crianças. Essas famílias, no primeiro momento, olham para os profissionais como se eles fossem uma ameaça para as crianças, aquele que ganha a confiança para depois abusar. A alegoria se aproxima aos contos de fadas no qual, também o Lobo, no caso animal, ganha a confiança de Chapeuzinho Vermelho e, nesse caso, praticar o mal com ela

⁶ Ver apêndice I.

⁷ A pandemia do novo Coronavírus atingiu todo o mundo e mesmo os países com os sistemas de saúde mais desenvolvidos têm dificuldade para lidar com o número de pacientes com necessidade de cuidados intensivos. Mais de 200 países já relataram casos do Covid-19, a doença provocada pelo Coronavírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto como uma pandemia, que é uma epidemia que ganha escala global. Diante desse cenário, estados e municípios atendendo a OMS decretaram o isolamento social para evitar que as pessoas sejam infectadas.

e sua avó (BETTELHEIM, 2017). Nas falas dos pesquisados aparece com recorrências afirmações em relação às famílias quando perguntadas como as mesmas os veem: “nos veem como raposas olhando o galinheiro”; “eles pensam que somos animais e as crianças nossas presas”; “eles pensam que somos ogros e queremos abusar de suas crianças”. “Nunca, nos veem como lobos que vai abusar das crianças”. Entre fantasia e realidade, o tema deste trabalho procura dar voz a diferentes sujeitos (pais, gestores e profissionais) na tentativa de entender entre aquilo que é objetivo e aquilo que é subjetivo, o lugar construído nesse campo de tensão.

De modo geral, pode-se anunciar aqui que os preconceitos e estigmas vividos por profissionais homens nas instituições de Educação Infantil advém de pensamentos que concebem a profissão como eminentemente feminizada e restringe o trabalho na Educação Infantil como a continuação da maternidade, cuidado e higienização dos corpos das crianças, provocando assim a desarticulação do binômio cuidar e educar. Segundo Carvalho (2011, p. 18):

nas políticas estabelecidas para as crianças pequenas, a função assistencialista continua sendo associada às atividades desenvolvidas na maioria das creches e pré-escolas públicas e essas atividades ainda estão atreladas à figura da mulher “naturalmente” educadora, passiva e amorosa, que sabe agir com bom senso, em detrimento de sua formação profissional.

A fala da autora evidencia que as ações de cuidado e educação realizadas por mulheres com o discurso e a crença de que elas possuem um instinto materno naturalizado contribuem para o fortalecimento das tensões que dificultam o acesso e permanência dos homens na Educação Infantil. Nas falas de alguns participantes é perceptível a construção da imagem de um homem sexuado, ativo e cheio de intenções perversas, que é necessário ser retirado daquele espaço para não abusar das crianças. Como não tem essa autonomia, criam dentro do espaço várias restrições que, mesmo estando dentro do agrupamento, esses profissionais acabam ficando distantes das crianças. No entanto, as mulheres nesses espaços são vistas como assexuadas, puras, incapazes de cometer um mal a uma criança, ideais para realizar todo e qualquer tipo de atividades em qualquer grupo ou faixa etária.

É indiscutível os altos índices de abusos e violência contra crianças, cometidos por pais, padrastos, tios, avós, primos e também por bandidos travestidos de profissionais, que usam da profissão para agredir e abusar meninos e meninas. Mas é preciso refletir. Todos os profissionais agem assim? Onde os índices apontam a ocorrência desses crimes com mais frequência? Quem são os principais autores desses crimes? Outro fator que precisa ser problematizado são as estatísticas que apontam que o abuso sexual contra crianças acontece

também por mulheres, não é na mesma proporção que os homens, mas elas também abusam. Uma matéria publicada no G1 (COELHO, 2018) no dia 29/06/2018 apontou que dados do Ministério da Saúde entre 2011 e 2017 revelaram o perfil das vítimas e dos agressores. A maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa. No que trata do perfil dos abusadores, as estatísticas apontam que 81,6% dos abusos são cometidos por homens e 4% são cometidos por mulheres.

Diante do exposto por Sayão (2005), fica a pergunta: imbuídos das nossas crenças mais comuns e muitas vezes pré-concebidas histórica e culturalmente, o que sabemos da presença e do trabalho do homem na Educação Infantil? Portanto, tomei todos esses questionamentos que fragmenta, cerceia e separa o trabalho de homens e mulheres na Educação Infantil como um estranhamento. O incômodo de em pleno século XXI presenciar homens e mulheres sendo julgados e determinados pelo sexo biológico me causava um mal-estar docente, uma vez que minha luta dialoga na perspectiva de uma diversidade que também perpassa pela construção social de gênero, ou seja, das masculinidades e feminilidades, bem como o direito de homens e mulheres estarem nos mesmos espaços e exercerem os mesmos cargos e funções.

Foi com base nessa lógica argumentativa que os dados foram analisados e expostos da seguinte forma:

No capítulo I *“Trabalho e Capitalismo: tensão dialética e projetos formativos na Educação*, discute-se a dialética da categoria trabalho em Marx (1985; 2010) e Hegel (2014) a partir de suas perspectivas ontológicas e alienadoras. No diálogo com a base teórica foi possível discutir os modos capitalistas na perspectiva do objeto, do processo, de si e do outro. Nessa mesma perspectiva, discuto a categoria trabalho como alienadora e emancipadora, trabalho como cultura e também como atividade humana. Discute-se, ainda, sobre o neoliberalismo e o discurso da moral burguesa na sociedade capitalista e seus efeitos na construção de um estado mínimo, na precarização da educação pública e na censura dos profissionais da educação e dos estudantes a partir dos estudos de Almeida, Mohn e Souza (2019), Freire (2013), Freitas (2018), Frigotto (2017), Harvey (2008), Saviani (2018), entre outros.

No capítulo II, *“Trabalho e Condições de Trabalho na Educação Infantil”*, discute-se a identidade e a diversidade no contexto da sociedade e da educação. Problematiza sobre o trabalho e as condições de trabalho na Educação Infantil a partir das concepções, princípios e fundamentos que orientam o trabalho nessa primeira etapa de educação básica. Busca entender as questões de gênero no trabalho docente e como os discursos hegemônicos, sexistas e adultocêntricos reverberam na educação e cuidado das crianças, bem como no trabalho dos profissionais, gerando desigualdades sociais. Para tanto, realizou-se a contextualização do

conceito gênero a partir de algumas autoras como Scott (1995), Louro (2013, 2014), Finco (2007). Reporta-se a Lemos (2005) para discutir a influência da religião nos estudos de gênero. Faz um percurso nas políticas públicas para a Educação Infantil no cenário nacional, apresentando os marcos, conquistas e desafios dessa etapa e também nos cenários locais para compreender como os municípios pesquisados têm se organizado no cumprimento e consolidação dessas bases legais.

O capítulo III *“Educação Infantil e Gênero: quando o cuidar e o educar são realizados por homens em “territórios” de disputas hegemônicas com as mulheres”*, discorre sobre o ingresso e trajetória dos trabalhadores homens na Educação Infantil, bem como os desafios enfrentados por eles na construção de suas profissões nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Para tanto, trouxe a voz de 54 profissionais, por meio da devolutiva de suas respostas ao questionário *online*, enviado por *e-mail* e *Whatsapp* via *Google Drive*. Discorre-se, de maneira geral, sobre as impressões e os desafios que os profissionais vivenciam frente ao trabalho *com e para* as crianças de 0 a 5 anos de idade, relação/parceria com as famílias e os demais profissionais da instituição. Discute a constituição da profissão dos homens no interior das instituições de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia e os desafios enfrentados por eles frente ao trabalho realizado junto às crianças. Problematisa o binômio cuidar e educar como termos indissociáveis, realizados numa perspectiva ética entre adultos e crianças e pautado pelos direitos humanos. Discute o termo maternidade e maternagem na Educação Infantil, problematisando o segundo termo como ação realizada independente do sexo e do gênero do profissional. Para essa discussão, buscou-se os estudos de Azevedo (2013), Barbosa (2006), Carvalho (1998), Cerisara (1996), Chamon (2005), Cruz (1998), Cruz (2012), Felipe (2011), Guimarães (2011), Kramer (2011), Morin (2016) e outros autores que investigam essas discussões.

O Capítulo IV *“Estranhamento, Não Lugar e Discriminação: discursos e materializações políticas e ações pedagógicas entrecruzando as narrativas de pais, gestores e profissionais”* discorre sobre o trabalho do homem na Educação Infantil trazendo as narrativas das famílias, gestores e profissionais. Ao trazer a voz dos sujeitos por meio de entrevistas realizadas no local de trabalho, esta pesquisa toma como ponto de partida o questionamento aos participantes sobre o Projeto de Lei nº 1174/2009 apresentado na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que confere às profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. Ouve-se, portanto, suas opiniões, defesas e posicionamentos acerca dos artigos e justificativas da proponente do referido Projeto de Lei e faz o entrecruzamento delas. Destaca-se, aqui, que a intenção não é a avaliação do Projeto,

mas acima de tudo, como os discursos, racionalidades e subjetividades estão presentes nas falas de muitos dos sujeitos pesquisados e, assim como muitos, também materializaram e objetivaram este Projeto e outros discursos. Entre afirmação e negação, a dialética do tema encontra-se também na voz dos participantes desta pesquisa. Ao ouvir as diferentes categorias, o foco da pesquisa se deu no modo de conceber o trabalho masculino de cada grupo buscando entender como construíram suas certezas e incertezas em relação ao cuidado e educação de crianças mediados por homens. Analisar as certezas, incertezas e como essas se tornaram uma verdade absoluta para esses sujeitos torna-se primordial para descortinar quais são os medos, inquietações e preconceitos do trabalho masculino na Educação Infantil. Para suscitar o debate, buscou-se os estudos de Auad (2019), Eliot (2013), Libâneo (2001), Louro (2014), Malaguzzi (2016), Oliveira (2014), Rinaldi (2016), Santos (2004), Sousa (2015), Sousa e Mello (2018), entre outros.

TRABALHO E CAPITALISMO: TENSÃO DIALÉTICA E PROJETOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO



Só há um caminho. Que não é o da imposição. Mas o da sedução. Os outros necessitam conhecer-nos. Porque até aqui eles conhecem uma miragem. O nosso retrato - o retrato feito pelos outros foi produzido pela sedimentação de estereótipos [...] A questão é, portanto, a de um outro conhecimento. Se os outros nos conhecerem, se escutarem a nossa voz e, sobretudo, se encontrarem nessa descoberta um motivo de prazer, só então estaremos criando esse território de diversidade e de particularidade (COUTO, 2005, p. 155).

CAPÍTULO I

TRABALHO E CAPITALISMO: TENSÃO DIALÉTICA E PROJETOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO

A economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, a mercadoria é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores (MARX, 2010, p. 35).

O presente capítulo tem como objetivo discutir a categoria trabalho para entender a dinâmica da sociedade capitalista de produção e como o trabalhador relaciona com o produto do seu trabalho, uma vez que quanto mais força de trabalho for investida pelo trabalhador ao mundo objetivo, alheio, mais pobre ele fica no seu mundo interior. Entender que, segundo Marx (2010), quanto mais o trabalhador põe sua força de trabalho na atividade, tanto mais sem objeto ele se torna. É nesse contexto que o capítulo procura compreender as desigualdades sociais que separam homens e mulheres, os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora, ricos e pobres. Dessa forma, esse capítulo busca dialogar com teóricos que pensaram a categoria trabalho e capitalismo a partir de uma perspectiva dialética, discutindo sua historicidade e contradições, o singular, universal e o particular na sociedade capitalista, bem como os reais interesses dos capitalistas em relação aos meios de produção e à classe trabalhadora.

Para tanto, torna-se necessário compreender a importância do trabalho como categoria para a análise do homem em relação à natureza e à formação da consciência. Tomando como referência diálogo iniciais com Hegel (2014) e Marx (1985- 2010), buscar-se-á uma base teórica e epistemológica importante para discutir trabalho na perspectiva de atividade humana, trabalho como cultura e alienação. Da mesma forma, há que se tratar do tema a partir do ponto de vista da educação, do trabalho docente e do exercício daquilo que constitui sua profissionalidade no mundo do trabalho capitalista.

De modo geral, o capítulo assim se organiza: questões iniciais sobre a dialética do trabalho e a constituição de uma moral burguesa que sustenta os Discursos Neoliberais; o dualismo perverso na precarização do trabalho e do trabalho docente com acento para as questões de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres; Identidade, Questões de Gênero e Infância, alguns elementos para um debate em construção.

1.1 DIALÉTICA DO TRABALHO

Nos últimos anos, os estudos e pesquisas sobre a categoria “trabalho” tem ganhado um amplo espaço na academia. Essas discussões ocorreram tanto no âmbito profissional, como na luta de classes e meios de produção. No entanto, para entender como essa categoria foi se desdobrando por meio de pesquisas realizadas, é necessário recorrer à história e compreender as mediações que constituíram as marcas no dualismo que têm colocado o homem e sua condição de trabalho como dicotômicos. Conforme Cardoso (2011), na sociedade civil, a categoria trabalho é pensada como um instrumento de mediação que perpassa pelas necessidades subjetivas e as necessidades do outro. Na visão desse autor:

Os produtos do trabalho funcionam como mediadores entre os dois polos, uma vez que as necessidades do outro também assumem um status de necessidade pessoal. A satisfação de uma necessidade subjetiva somente se faz possível na medida em que o trabalho adquire envergadura social, isto é, geral (CARDOSO, 2011, p. 267).

Concorda-se com o autor quando ele elucida que a necessidade subjetiva e a necessidade do outro consistem na manifestação da qual o homem se liberta das necessidades naturais para, por meio do trabalho, depender de uma necessidade realizada por ele mesmo, ainda que nesse processo ele se coloca na condição de coisa.

A categoria “trabalho” tem sido objeto de discussão no campo da Sociologia e contribuiu para a formação do pensamento sociológico e nos estudos críticos. Portanto, ao estudar a categoria trabalho, há que se considerar sua historicidade: a relação lógico-histórica e o passado-presente.

Do ponto de visto do Método Materialista Histórico Dialético⁸, toma-se o desenvolvimento da revolução industrial como emblema para o processo de configuração da lógica capitalista que alterou substancialmente a relação do trabalho humano. Nessa lógica, à medida que a sociedade ia se transformando, o trabalho ganhava mais espaço e se configurava como principal mercadoria que o caracterizava como mecanismo de geração de valor e acumulação capitalista. Nesse viés, o trabalho é uma das categorias mais importantes na Sociologia, pois permite compreender a dinâmica da sociedade e as relações que se produzem no campo da objetividade e subjetividade. Nesse sentido, sustentados nos estudos de Marx (2010), o exposto nos permite argumentar que o trabalho sempre foi uma categoria ontológica.

⁸ O Método Materialista Histórico Dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história (PIRES, 1997, p. 83).

Mesmo antes de ser problematizada pelo pensamento social, já se discutia a categoria trabalho e a destacava como categoria importante na essência humana. Nela, sempre foi possível perceber a relação indivíduo-sociedade. Segundo Resende (2009, p. 34):

A apreensão empírica do trabalho é tão antiga quanto o próprio homem. A ideia de trabalho como castigo ou como redenção existiu desde sempre. Esteve e está, como o próprio homem, no início e no fim. Parece ser impossível o recuo ou o avanço a uma época em que, existindo o homem, o trabalho não se interponha como uma dimensão fundamental na sua relação com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo.

Nessa perspectiva, é possível compreender que todo trabalho é uma atividade mental ou física que produz uma ação humana, como também constitui uma atividade produtiva. Os estudos de Hegel (2014) reafirmam este pressuposto quando atribui ao mundo das ideias a possibilidade de produção da história humana. Assim, concebe o pensamento como criador e transformador da realidade.

A compreensão da categoria trabalho, em Hegel (2014), nos permite avançar na análise do homem frente à natureza que o faz mobilizar, por meio de suas necessidades e carências, o espírito e o pensamento. Ao colocar em prática sua ação no mundo, ao realizar sua atividade humana transformando a natureza para sua existência, o trabalho se constitui como produto da consciência humana. Os estudos de Hegel (2014) mostram que o teórico via no trabalho a fonte de toda riqueza e, assim, afirmava a civilização e o processo dialético de exteriorização do sujeito. No que diz respeito ao trabalho, é possível concordar com Hegel (2014), quando ele afirma que na relação homem e natureza o trabalho tem caráter mediador, porque fornece condições para que, no homem, forme uma consciência. Nessa perspectiva, o autor quer dizer que, por meio do trabalho, o homem desenvolve capacidades de conhecer a natureza e perceber as possibilidades de aproveitá-las instrumentalmente. Como problematiza Resende (2009, p. 50):

Nesse sentido mais geral, o trabalho se relaciona com a atividade produtiva, com a transformação que o homem realiza no mundo objetivo e na natureza. O trabalho é a forma humana de existência, condição ontológica essencial da 'humanidade do homem', cuja constituição só se efetiva pela relação com a natureza, com a objetividade, mediação fundamental. Este é o fator absoluto da condição humana: sem a objetivação da subjetividade, sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva, o modo humano de existência é irrealizável.

Ao discutir o sistema filosófico elaborado por Hegel (2014), torna-se inegável a sua importância para que se fique esclarecido o que é o trabalho e a formação do pensamento social, uma vez que seu pensamento possibilitou perceber a categoria trabalho em dois polos distintos: exteriorização do sujeito e a interiorização do social. No processo de exteriorização do sujeito, a categoria trabalho afirma-se na separação e fusão, como também negação e negação da

negação; se por um lado, o homem afirma-se na perspectiva antológica por possuir a capacidade de recusa, por outro ele alcança a satisfação por sua condição de trabalhador, pois é desse lugar que emergem os resultados do seu trabalho, como também as interações que o mesmo promove na constituição de espaço que unifica as coisas:

Em primeiro lugar, esse exterior só torna o interior visível ou - em geral - faz do interior um ser para o outro, uma vez que o interior, enquanto está no órgão, é a atividade mesma. A boca que fala, a mão que trabalha - e também as pernas, se quiserem - são órgãos que efetivam e implementam, que têm neles o agir como agir ou o interior como tal. Todavia, a exterioridade que o exterior ganha mediante os órgãos é o ato, como uma efetividade separada do indivíduo. Linguagem e trabalho são exteriorizações nas quais o indivíduo não se conserva, nem se possui mais em si mesmo; senão que nessas exteriorizações faz o interior sair totalmente de si, e o abandona a Outro (HEGEL, 2014, p. 221).

Se por um lado o trabalho se configura como uma ação intencional, reflexiva, consciente, capaz de livrar o homem das armadilhas impostas pela natureza, por outro, Marx (1985) retoma esse pressuposto hegeliano e o problematiza, uma vez que o homem precisa ser pensado não apenas com consciência, mas, acima de tudo, como corpo físico e corpo histórico. Sendo apropriado pelo capitalismo e convertido em alienação e mortificação, o trabalho também encontra sua dialética negativa. É nesta última que a objetivação do trabalho se converte em produto, em mercadoria, em objeto de outros.

A partir de grandes obras deixadas por Marx (1985; 2010), podendo citar aqui “O Capital e Manuscritos econômico-filosóficos”, afirma-se que o filósofo dialoga com a teoria hegeliana numa perspectiva da ideia sobre a realidade. No entanto, se coloca numa condição revisionista, ou seja, problematiza as ações do capitalismo a partir de análises que a própria teoria hegeliana não poderia alcançar. É dessa condição que o teórico concebe a influência do pensamento, da consciência das ideias como construção da dialética. Nesse percurso, os estudos marxistas avançam nesse debate sobre a categoria trabalho, pois considera que pensamento e mundo das ideias são crivados por determinações políticas e econômicas da realidade. O mundo real, objetivo e objetivado ganha centralidade sob o pensamento abstrato. Os determinantes que serviram de análise desse processo de análise foram construídos historicamente a partir de suas críticas aos meios de produção, das relações de trabalho, das forças produtivas que condicionam o desenvolvimento da vida social, política e intelectual do indivíduo, da alienação e das relações de poder. Dessa maneira Marx (2010, p. 123) salienta:

A grandeza da ‘Fenomenologia’ hegeliana e de seu resultado final a dialética, a negatividade enquanto princípio motor e gerador, é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como exteriorização e suprassunção dessa exteriorização; é que compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, ativo do homem para consigo mesmo na condição de ser genérico, ou o acionamento

de seu ser genérico enquanto um ser genérico efetivo, isto é, na condição de ser humano, somente é possível porque ele efetivamente expõe todas as suas forças genéricas o que é possível apenas mediante a ação conjunta dos homens, somente enquanto resultado da história, comportando-se diante delas como frente a objetos, o que por sua vez, só em princípio é possível na forma do estranhamento.

Para serem criados no capitalismo, os bens e serviços precisam dos meios de produção, ou seja, do conjunto formado pelos meios do trabalho e pelo objeto de trabalho que inclui as fábricas, as ferramentas, as instalações, os combustíveis, os meios de transportes e os recursos tirados da natureza, a matéria prima. Assim, o conceito de trabalho e o valor atribuído a ele dependem da época, do local e de quem o controla. De acordo com Marx (1985):

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 1985, p. 105).

O valor de uma mercadoria depende do trabalho utilizado para produzi-la, ou seja, quanto maior o tempo, a técnica e o conhecimento necessário empregado para realizar o trabalho, maior deve ser o preço cobrado pela mercadoria produzida. O trabalho é um dos requisitos principais para determinar o valor da mercadoria, daí vem a afirmação de que para Marx todo trabalho tem um valor. Para tanto, a partir dos estudos de Gadotti (2010), o trabalho é a condição para que o homem se torne homem, porque ele não é, ele se torna por meio do trabalho.

O legado teórico desenvolvido pelos estudos de Marx (2010) tem ganhado grande relevância no contexto atual, pois sua crítica ao sistema capitalista contribuiu para compreender o lugar que o capitalista e proletariado ocupam. O teórico, ao abordar o trabalho no contexto da sociedade ocidental, contribuiu para desvelar a exploração capitalista e suas classes sociais, ideologias, fetiches da mercadoria etc. Dessa forma, o autor descortinou como a categoria trabalho está intimamente ligada a esses conceitos e assume o lugar de necessidade natural da vida social.

A dialética posta por Marx (2010) à condição do trabalho no capitalismo reafirma que, mesmo onde há uma constituição que afirma ao homem que ele é livre, ao mesmo tempo se desloca e o coloca na condição de escravo do trabalho capitalista. Os donos dos meios de produção capitalista o igualam a um tipo mercadoria menos valorizada. Todo esse movimento se configura na transformação no mundo do trabalho. Com o trabalho alienado, Marx percebe que muitas coisas se modificaram na sociedade, não só do campo do trabalho, mas também, das relações de trabalho:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho que está diante dele, então isso só é possível pelo fato de o [produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se a atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem (MARX, 2010, p. 86).

O capitalismo baseia-se na teoria da acumulação de capital, ou seja, quanto mais se tem, mais se pode e quer ter. Essa afirmação baseia-se na exploração não só do trabalhador, mas essencialmente, do seu trabalho. No processo de alienação, o teórico pontuou alguns conceitos que se fazem necessários para compreensão e problematização dessa discussão. Marx (2010, p. 81) afirma em seus manuscritos que:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho estão todas essas consequências. Com efeito, segundo esse pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais se torna poderoso o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio.

Concorda-se com Marx (2010), quando problematiza sobre a propriedade privada, a troca e a divisão do trabalho, bem como ocorre o processo de desvalorização, coisificação e alienação do homem nos sistemas de economia capitalista. Sendo assim, torna-se imprescindível compreender como se dá esse processo de trabalho alienado na perspectiva de quatro aspectos fundamentais: o primeiro aspecto se dá pela alienação do produto. Nesse, o trabalho realizado pelo homem desdobra-se em objetos que não os pertence, nem no sentido humano e nem no econômico, já que o valor ganho pela venda da sua força de trabalho não possibilita possuir o que ele próprio produz, já que, do produto do seu trabalho o trabalhador não pode viver. Sendo assim, “o trabalhador se degrada material e espiritualmente e se converte no mais miserável das mercadorias” (MARX, 2010, p. 81).

O segundo aspecto é a alienação do processo. Ela acontece quando o homem estranha o seu próprio trabalho, o que faz negar a si mesmo na sua atividade laborativa. Para tanto, o trabalhador não é realizado no trabalho que realiza, arruína seu corpo, seu espírito ao invés de fortalecer-se e desenvolver-se. Portanto, a alienação do processo acontece porque o trabalho já não é a satisfação de uma necessidade do trabalhador, mas um meio de satisfazer as necessidades fora do trabalho, tais como comer, beber e vestir etc. Conforme Marx (2010), o trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação.

O terceiro aspecto de alienação é o de si mesmo. Isso se dá pela manifestação da natureza do homem que, na sua essência mais genérica, usa o seu trabalho para transformar a natureza, cria a realidade humana na sua forma alienada, deforma a relação que o homem possui

com aquilo que é essência da sua humanidade. Conforme Marx (2010), na medida em que o trabalho estranhado estranha o homem, a natureza, e o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero.

O quarto e último aspecto de alienação se dá na crescente alienação dos homens em suas relações mútuas. Nesse aspecto, o homem, ao alienar-se do seu trabalho e de si mesmo, acaba alienando-se dos outros homens, uma vez que a verdadeira comunidade humana se constitui sobre a verdadeira essência da humanidade, que é por meio do trabalho produtivo, livre e consciente. Segundo os estudos de Resende (2009, p. 83):

Quando esse sentido se perde, as bases da realização da humanidade ficam comprometidas. No entanto, o processo de alienação, separando os produtos próprios, o trabalho do homem, de suas capacidades essenciais, conduz a antagonismos entre, concretamente, aqueles que trabalham e aqueles que dominam e que utilizam os produtos do trabalho realizado.

A revolução industrial trouxe consigo a fragmentação do trabalho e a perda do sentido de totalidade do produto. Ao proceder assim, não só o operário não tem necessidade de compreender a relação entre valor da produção, da mercadoria e da força de trabalho, como encontra-se alienado em todas as etapas do processo. Concorda-se com Marx (2010) quando diz em seus escritos que as categorias capital e trabalho estão unidas, mas acabam se separando e estranhando, porém, continua sustentando a si mesmo:

A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

Para Marx (2010), o trabalhador é alienado, porque ele vende o seu serviço e sua força de trabalho. Não é dono do seu tempo e nem do produto criado; o dono é o capitalista que também é o proprietário dos meios de produção. Os marxistas defendem que a única forma de acabar com essa exploração e, também, com o sistema de exploração criado pelo capitalismo, é o trabalhador tornar-se consciente do trabalho que realiza e compreender de fato quem é explorado e quem lucra com ele. Para tanto, faz-se necessário torná-lo consciente do valor do seu trabalho, acabar com a propriedade privada, constituindo assim uma sociedade igualitária na qual os trabalhadores não estariam mais alienados, mas cientes que a qualidade do trabalho prestado deve ser equivalente ao valor pago. Como discute Resende (2009, p. 66):

Em síntese, a ideia, o espírito, quando não tem consciência plena de si, aliena-se na realidade natural ou histórica, objetiva-se e não reconhece a mesma realidade como

produto de suas objetivações. Mas essa alienação é, desde o início, aparente e transitória, porque o objeto é o próprio espírito objetivado e, portanto, a superação da alienação virá com a superação do objeto como tal.

Nas mãos do capital, o operário é mercadoria. A partir dos estudos de Marx (2011), esse tipo de apropriação dos serviços, da força de trabalho, da jornada exaustiva e da desvalorização do valor pago configura como alienação do trabalho, da qual deriva outras formas de alienação, tais como alienação política do estado, onde o mesmo se ergue acima de todos e contra os homens concretos. Mas de fato, em que consiste exatamente um trabalho alienado?

Quando o operário não se reafirma no que faz ou produz, a alienação do trabalho faz com que o operário se torne tanto mais pobre quanto a riqueza que ele vai produzir; quanto mais a riqueza cresce em potência e extensão, mais o operário vai se tornando mercadoria. Portanto, a alienação torna o trabalho estranho, o trabalhador não se apropria do que é produzido. O indivíduo não se reconhece no trabalho, ele se desumaniza, o trabalho está longe de ser sua realização enquanto indivíduo, é na verdade a escravidão e alienação da sua própria vontade. Assim,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2010, p. 80).

Na contemporaneidade, o capitalismo, por meio das relações sociais, aponta os lugares que são verticalmente determinados. O objetivo é demarcar quem vai ser beneficiado com o enriquecimento pessoal, reverberando assim na perspectiva do individualismo burguês. A sociedade burguesa ainda luta para o fortalecimento da ignorância do proletariado, pois quanto menos instruído, mais fácil é de controlar seus corpos, pensamentos e seu trabalho, uma vez que o patrão explora do trabalhador conforme reza as leis e as necessidades do mercado.

Dessa forma, a força de trabalho nos dias atuais ainda continua a perder sua característica humana. Quanto maior a concentração da riqueza de um lado, maior é o aumento da miséria do outro. Assim,

O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior é a atividade, tanto mais sem objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, que se torna uma existência que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2010, p. 81).

As novas formas de reinvenção do capitalismo contemporâneo ainda mantêm força sobre o proletariado. Opera na lógica da perda dos próprios direitos, da meritocracia, do esforço individual, do fim das organizações representativas de classe. Com o mercado cada vez mais competitivo e exigente, onde trabalhadoras e trabalhadores têm a necessidade de qualificação profissional, ver o direito ao trabalho usurpado é uma afronta à dignidade humana. Sem pensamento crítico fica mais fácil o processo de exploração e apropriação do seu trabalho, transformando o produto produzido em mercadoria. Conforme Freitas (2018):

Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em ‘serviços a serem adquiridos’, o neoliberalismo derruba a proteção social, que tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário exatamente por contar com proteção social do estado (p.ex. saúde, educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado (FREITAS, 2018, p. 24).

Freitas (2018), ao falar de direitos sociais, nos chama atenção para um problema sério: a força capitalista que busca retirar direitos fundamentais dos trabalhadores, uma vez que na concepção capitalista a norma não é ter gastos, mas lucro.

Na teoria discutida por Marx (1985), a célula fundamental do capitalismo é a mercadoria. Para esse autor, é ela que consegue cristalizar todas as contradições sociais desse modo de produção, sendo que será essa mesma mercadoria que vai compor os ganhos do capitalista por ser realizada na produção com o uso da força de trabalho. De acordo com Resende (2009), é importante ressaltar que na esfera da produção é extraído um excedente produzido. Esse excedente vai compor o que esse teórico vai chamar de mais-valia, uma vez que a realização dessa mais valia vai materializar-se na esfera de circulação do mercado. Entretanto, sem essas duas esferas conectadas o movimento de exploração e dominação do capital é cessado. Sendo assim, a mercadoria como célula fundamental vai passar por esses dois processos.

Conforme os estudos de Resende (2009), entende-se por fetiche a relação na qual se atribui um poder sobrenatural ao objeto encontrado na natureza ou produzido pelo próprio homem. Marx (1985), ao partir dessa premissa, chega à ideia de que no capitalismo, como necessidade para alavancar a circulação e realização do valor, uma ideologia por trás desse sistema vai produzir o fetichismo da mercadoria, na qual as pessoas vão se ver necessitadas do consumo da mesma. Segundo os estudos de Resende (2009):

A separação entre o sujeito e sua atividade vital é efetiva, ao vender sua força de trabalho, o indivíduo está vendendo a si mesmo, sua energia vital objetivada na constituição de um objeto que não lhe pertence e no qual ele não se reconhece: separa-se do objeto que produz, distancia-se de si mesmo e, ainda separa-se dos outros homens com os quais passa a antagonizar e concorrer (RESENDE, 2009, p. 91).

Para entender esse processo é necessário atentar-se para três pontos: no fetichismo da mercadoria, a produção ganha status autônomo em relação à vontade humana, pois o foco, além de produzir, é objetivar as vontades alheias, uma vez que a produção humana vai focar mais numa necessidade que está além do humano, está na satisfação da própria realização do valor e dos interesses do capital. Assim, o homem produz mais do que a própria capacidade humana necessita.

No segundo ponto, o caráter social do trabalho é ocultado. Marx (1985) diz que é como se as mercadorias ganhassem vida, conversassem entre si e nos convencessem que a necessidade dela é de suma importância para homens, mulheres e crianças. Para o teórico, a mercadoria ganha vontade e vida própria. O terceiro ponto é que essa mercadoria e as relações sociais que estão por traz da produção são ocultadas, tornando-as objetos de adoração, desconsiderando o caráter social de quem as fez. Nessa perspectiva, vai ocorrer uma inversão do sujeito produtor que pensa, trabalha, deposita nervos, força, músculos e pensamentos na criação de um objeto, passa a ter uma posição subordinada, ou seja, o objeto que é criado se torna sujeito da relação, e o sujeito se torna objeto manipulável pelo objeto, o que denominamos de coisificação ou reificação. As relações sociais passam a ser coisificadas. Resende (2009) destaca que a análise do fetichismo como desvendamento do mistério da mercadoria permite a inteligibilidade da fetichização da consciência na compreensão do mundo objetivo.

Marx (2010) assevera que a mais valia é a forma a partir da qual o acúmulo do capital e da força de trabalho operam na expropriação do trabalho, segundo o autor:

Se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades, mas, mesmo segundo princípios da economia nacional, o trabalho não é mercadoria porque não é o livre resultado de um mercado livre. O regime econômico atual baixa ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho; ele aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem (MARX, 2010, p. 37).

A mais-valia foi trabalhada por Marx em *O Capital* (1985) e serviu para ilustrar a base do poder capitalista. Segundo esse teórico, a base do poder capitalista está justamente na extração da mais-valia que se caracteriza como a extração de um trabalho mais excedente, que não é pago e o lucro é apropriado pelo capitalista. Esse trabalho que gera mais valor, ou seja, um valor extra para o capitalista, é extraído na produção e finalizado na esfera de circulação, em outras palavras, no mercado. Nesse sentido, há duas formas de mais-valia: a absoluta e relativa (MARX, 1985). A mais-valia absoluta é caracterizada basicamente por ter seu início no período remoto da manufatura, quando ainda não empregava tantos artifícios tecnológicos, a produção era realizada em pequena escala, a extração da mais-valia desse mais valor e iria compor o lucro do capitalista, está baseada na extensão da jornada de trabalho. O trabalhador

trabalha além de sua jornada sem receber nenhum valor a mais do seu próprio salário. Portanto, a mais-valia absoluta consiste na intensificação dos meios de trabalho por meio de uma série de controles impostos aos operários, que incluem a mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtora até a cronometragem e determinação dos movimentos necessários à realização de suas tarefas. Na visão de Marx (1985, p. 105):

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Com o avanço tecnológico na sequência das revoluções industriais, surge a extração da mais-valia relativa que não é mais dependente da extensão da jornada de trabalho, pelo contrário, os trabalhadores produziam nesse contexto até mesmo as lutas que diminuíssem a carga de trabalho. No entanto, a extração da mais-valia aumentou porque ela estava baseada na renovação e incremento tecnológico que possibilitou a ampliação da produtividade e consequentemente do trabalho excedente, aquele trabalho sobrando, que gera lucro e é cada vez mais apropriado pelo capitalista. Outrossim, a mais-valia relativa consiste no aumento da produtividade resultantes de novos métodos de produção, nos quais o trabalho morto sob a forma de máquinas, assume o lugar do trabalho vivo e reduz o valor dos bens individuais produzidos. Na perspectiva de Marx:

Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (MARX, 1985, p. 106).

Ao discutir sobre o processo da mais-valia não se pode esquecer do conceito de alienação que se configura na condição do trabalhador que realiza seu trabalho alienadamente, pois o mesmo fica na condição de mercadoria desvalorizada. Esse processo leva o trabalhador para o viés da desumanização, já que não se sente realizado no trabalho que realiza provocando um distanciamento entre o trabalhador, a força do trabalho e o produto.

1.2 MORAL BURGUESA E DISCURSOS NEOLIBERAIS: O DUALISMO PERVERSO NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O conceito “moral” tem profunda relação com a ética, apesar de serem termos distintos. Se analisarmos essas duas categorias, pode-se perceber que os costumes, as regras, comportamentos, posicionamentos, valores e atitudes exercidos pelos sujeitos deveriam estar pautados numa perspectiva ética, já que é essa que estuda o fundamento dos valores morais que os seres humanos exercem numa sociedade. Sendo assim, Cunha e Dias (2016, p. 37), em seus estudos sobre moral e ética, as conceituou:

[...] entendemos ética como um saber que procura se ater aos valores preenchedores de nossa vida e relações. Já a moral tange às práticas dos indivíduos, às ações que eles executam segundo uma orientação consuetudinária. Pode-se oferecer forma mais lúcida e direta da distinção entre moral e ética, qual seja: a moral é comportamento individual ou coletivo que se aufere na prática, no plano do ‘real’, e a ética é a atenção reflexiva, relativa a um processo em que se teorizam, se cogitam e põem-se em xeque as proposições morais – ou seja, ‘reais’, ‘práticas’ – e a própria moral em si. A ética se ocupa da moral no sentido de buscar a ponderação de ações morais (assim, práticas) concluindo-as certas ou errada.

Se atentarmos para a corrente materialista histórica de Marx, que faz análise da realidade a partir do concreto pensado, do passado e presente e das contradições nos discursos, comportamentos, atitudes e valores do homem na produção e distribuição de bens necessários à sobrevivência humana, pode-se constatar que há anos os valores morais sustentados pelas classes dominantes estão ancoradas nos interesses dos capitalistas sobre a classe trabalhadora na perspectiva da exploração da força de trabalho. Assim:

Valores como a ganância, avareza, caça apaixonada por capital, competição, egoísmo, exploração, coisificação do outro, igualdade como igualdade entre possuidores de mercadorias e liberdade entendida como liberdade de comércio são valores que compõem a moral dominante capitalista e servem para a sustentação desse modo de produção (CUNHA; DIAS, 2016, p. 36).

O capitalismo não opera apenas no mundo da produção e trabalho. Opera, mais ainda, nas formas de sociabilidade humana. Nesse sentido, a sociedade em que vivemos é diversa em seus pensamentos, ideias e opiniões. Pensar a sociedade na perspectiva da moral é perceber que no seu real sentido, os preceitos e regras estabelecidos e admitidos pela sociedade, acabam por regular quem dela faz parte, uma vez que a moral, no sentido mais genérico da sociedade, configura-se como leis da honestidade e do pudor. No campo da Filosofia, a moral é concebida como parte da própria área do conhecimento, que trata dos costumes, dos deveres e do modo de proceder dos homens nas relações com seus semelhantes. Nesse sentido:

Pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo enquanto comportamento humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança etc. Se tu quiseres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens que ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza tem de ser uma externalização determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade (MARX, 2010, p. 161).

Em tempos de crise política e econômica, dos casos de corrupção e as jogadas obscuras para tomar o poder com respaldo da grande mídia e de uma grande parcela da população, torna-se necessário problematizar o que a sociedade tem chamado de moral, sua natureza, finalidade e a quem ela empresta seus discursos e serviços. Para Hobsbawm (2007) a moral burguesa é caracterizada pelo seu caráter contraditório nas ações, hábitos e costumes na sociedade. Para esse autor, o burguês afirma-se em um falso discurso para manter sob seu domínio o capital, os meios de produção e a força de trabalho da classe operária. Na máxima capitalista, tem-se o discurso em defesa da família, da propriedade e da igreja.

Um dos campos em que a moral burguesa se vale no capitalismo é a política e, em decorrência, o atrelamento das questões sociais às ameaças que ocorrem com o estado democrático de direito. A classe política, na proposição de manter o *status quo* social, propõe projetos e aprovam leis que não dialogam com o bem comum. Para tanto, o que a burguesia tem a ver com esse cenário? Imbuídos de interesses individuais e crenças, proferem discursos que ferem as instituições democráticas, a Constituição Federal e aqueles que contrapõem aos seus interesses. A classe burguesa propõe à população, sobretudo as mais carentes e fragilizadas, um estado mínimo. Em nome da moral, vão à tribuna professar em nome de Deus, da própria família, da intervenção militar, reforçando o distanciamento social e o antagonismo entre os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora. Na visão de Frigotto (2017, p. 21):

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura.

O discurso burguês está demarcado pelo contexto da incoerência e da separação, onde, de forma sutil, é proposto o sacrifício dos mais pobres como forma de salvar a economia, os postos de trabalho, a educação, a saúde e todos os bens e serviços que a população deveria ter acesso:

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, condena também à miséria educacional e cultural e as deixam reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria (FRIGOTTO, 2017, p. 21).

Se por um lado, há aqueles que pela contradição pedem o fim da corrupção, apoiam medidas e propostas de lei que fragilizam a classe trabalhadora, por outro estão os capitalistas que aproveitam desses discursos para impor à população situações precárias de sobrevivência em nome do lucro. Dessa forma, a exigência de emancipação dos sujeitos parece ser evidente numa democracia (ADORNO, 1995).

Outra característica do discurso burguês é a propagação de uma lógica social e de pensamento que se expressa em preceitos racistas, machistas, misóginos, xenofóbicos, homofóbicos e sexistas, fortalecendo as desigualdades sociais e de gênero, atacando a diversidade e a educação pública brasileira. Isso fere a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 205), que tem por finalidade promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, ao preparar para o exercício da cidadania, ela demarca a educação como um direito. Nesse sentido, há a necessidade de apresentar aqui os desdobramentos do discurso burguês e os contrapontos que a educação faz dele.

Ao defender um “falso discurso” que silencia minorias e afirma que todos devem ser tratados de forma igual, criticam programas sociais de inserção que buscam corrigir as desigualdades na educação, cargos e funções, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁹, Programa Universidade para Todos (Prouni)¹⁰ e as cotas, por exemplo. O discurso burguês procura desqualificar a equiparação às oportunidades que jamais foram iguais para todos; negros, brancos, índios, quilombolas, ricos e pobres sempre andaram na contramão das oportunidades. O acesso e permanência dessa diversidade na educação e nos demais espaços da sociedade foram marcados pelas disparidades da inclusão/exclusão. Segundo os estudos de Munanga (2008), no campo das relações étnico-raciais:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e culturalmente entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as

⁹ Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é uma plataforma digital no ar desde janeiro de 2010, sendo desenvolvida pelo Ministério da Educação brasileiro e utilizada pelos estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para se inscreverem nas instituições de ensino superior que aderiram totalmente ou parcialmente, com uma certa porcentagem de suas vagas, à nota do Enem como forma de ingresso, em substituição ao vestibular.

¹⁰ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2008, p. 77).

Os ataques às comunidades LGBTI+¹¹ é outro assunto que carece de ser problematizado, uma vez que o crescimento exacerbado da violência e os casos de crimes cometidos por homofobia crescem de forma acelerada no país. No entanto, deve-se ter claro que muitos professores têm enfrentado dificuldades em relação à discussão da diversidade nas escolas públicas e privadas do país, principalmente quando o assunto tratado são as questões de gênero e sexualidade. Tal dificuldade advém da falta de conhecimento da população e necessidade de respeitar o outro e conviver com as diferenças. O discurso burguês, na maioria das vezes ancorado no viés machista, homofóbico e sexista, coloca a escola e seus professores como doutrinadores de uma ideologia que interfere na educação e identidade das crianças, adolescentes e jovens, erroneamente intitula ideologia de gênero. Para Neves e Silva (2015, p. 78):

[...] acerca do professor e seu protagonismo para a minimização de preconceitos para estudantes LGBT na escola e suas atribuições de significados, faz-se importante considerar que há interesse e que alguns buscam levar o tema diversidade sexual para a sala de aula. Mas, ainda é ausente, o discurso fundamentado pela ideia de igualdade de direitos, ainda se tem medo do sistema.

Para os autores, trabalhar a diversidade na sala de aula torna-se perigoso, pois o sistema não aceita e reconhece a legitimidade dessa discussão. Um exemplo disso são os projetos de lei que são propostos para cercear o pensamento crítico dos professores quando se trata de discussões que venham contribuir para a emancipação dos sujeitos que, munidos desse conhecimento, interferem de forma crítica no mundo (FREIRE, 2013).

Registra-se, ainda, o discurso da “Escola sem Partido¹²” que se caracteriza como um projeto de lei que tenta amordaçar professores e alunos a fim de cercear o pensamento crítico e divergente. Está a serviço dos interesses do capitalismo burguês que não tem a educação

¹¹ “Hoje, utilizamos LGBTI+”, resume, citando o acrônimo adotado pelo Dignidade e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT). Com expressão nacional, a ABGLT reúne mais de 300 organizações LGBTI+ — é a maior associação do gênero na América Latina. “O ‘mais’ indica que há pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero que não aparecem nesse acrônimo. Como as pessoas agênero e as não-binárias, além de tantas outras”, explica. (https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/500-por-que-a-sigla-lgbti-mudou-ao-longo-dos-anos?gclid=CjwKCAjwqJ_1BRBZEiwAv73uwHaY-3otPzHXyn_Q-686m-X-SraGb7eR4BfY0CX6-RQ90vSJ37uljhoCsMcQAvD_BwE).

¹² O projeto Escola sem partido foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib. O projeto visa eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento, contrariando o que está assegurado na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 206), onde diz que deve haver o pluralismo de ideias, assim como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

pública, de qualidade e laica como prioridade para todos. Na discussão realizada por Frigotto (2017, p. 31):

O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores.

Esse projeto de lei, criado pelo advogado Miguel Nagib, diz defender uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias. Teve início em 2004, mas ganhou força nas campanhas eleitorais do atual presidente Jair Bolsonaro. Por outro lado, pesquisadores e profissionais da educação dizem que esse projeto é uma armadilha para cercear e amordaçar professores e alunos que estudam, leem e se posicionam pelo viés crítico. Na perspectiva de Frigotto (2017, p. 29):

O passo necessário neste processo implicaria a mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. No mesmo processo, atacar as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores de Economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a formação docente – treinar para o ensinar. Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital.

A afirmação de Frigotto (2017) evidencia outros interesses em implementar o programa Escola sem Partido nas escolas e universidades: ferir a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 206) no que trata da educação e que garante ao professor a liberdade de cátedra, ou seja, liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

O Brasil vive uma política neoliberal em todos os âmbitos da sociedade, na educação, na saúde, nas grandes estatais e na economia. É um assunto muito polêmico, discutido amplamente nas academias. No entanto, deve-se ter claro que o neoliberalismo se constitui como a doutrina econômica vigente a favor do sistema capitalista e na contramão da classe trabalhadora. Segundo os estudos de Harvey (2008, p. 2):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

O neoliberalismo surge como uma nova organização da economia capitalista. Ganha força no mundo na década de 1990, mesmo período em que chega ao Brasil, período em que se

deve destacar duas fases: a era Fernando Collor de Mello, que foi marcada pela abertura econômica e redução das taxas alfandegárias das tarifas de importação; e a era Fernando Henrique Cardoso, marcada pelas intensas privatizações de estatais. Para tanto, o país vem desde a década de 90 numa sequência de políticas públicas neoliberais. Na visão de Almeida, Mohn e Souza (2019, p. 31):

No cerne do neoliberalismo, encontram-se fundamentos para a manutenção do sistema de produção capitalista, sendo patente o papel assumido pelo Estado. É a partir dessa ótica, que se constitui essa ideologia, segundo a qual, além de regular o mercado com vistas ao lucro de uma minoria, o Estado intervém, de modo consensual, por meio de ações políticas, visando garantir o mínimo necessário para os trabalhadores.

Para compreensão desse processo neoliberal é preciso discutir os princípios que o constitui, sendo a mínima intervenção do estado na economia um dos pressupostos que regem uma doutrina neoliberalista. O estado precisa estar fora da economia para que ela, por meio das leis do mercado, se estabeleça, cresça e se organize. Nesse sentido, existem algumas ações que necessitam ser adotadas para que esse estado saia da economia, uma delas é a abertura econômica. Governos neoliberais defendem economias abertas basicamente sem grandes políticas protecionistas. Outro ponto preocupante dentro do neoliberalismo são as privatizações, a venda de empresas e serviços estatais. Na perspectiva de Harvey (2005, p. 2):

As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Outro elemento nefasto nas práticas neoliberalistas é a flexibilização das leis trabalhistas. O governo basicamente vai reduzindo direitos, mudam a legislação trabalhista a fim de que a iniciativa privada tenha o poder de decisão sobre o trabalhador. Todo esse processo de desburocratização das leis trabalhistas no processo neoliberal tem uma única finalidade: cortar gastos nos setores sociais.

Em se tratando da Educação na perspectiva do neoliberalismo, é preciso pensar nos interesses do mercado e as posições mercadológicas que procuram definir o que deve ser ensinado, como vai ser ensinado e como esse ensinar vai ser desenvolvido nos espaços da escola. Entretanto, muitas forças do campo acadêmico têm movido para demarcar a educação como esclarecedora que liberta os sujeitos, contrapondo a ideia de educação como um negócio, que qualquer educação serve e que o governo precisa somente cumprir o que está no artigo 205 da Constituição Federal, que a Educação é para todos. Para tanto, é preciso afirmar que, para além desse direito, há a responsabilidade do estado, da família e da sociedade para que todos

tenham acesso à educação pública, atentando-se para inclusão, acesso, permanência, ensino e aprendizagem de qualidade social a todos pelo princípio das oportunidades. Assim,

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cujo própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação (FREITAS, 2018, p. 31).

Ao discutir a educação neoliberal baseada no livre mercado, Freitas (2018) problematiza o projeto cruel arquitetado para o desmonte da educação. O Estado se exime de suas responsabilidades deixando de investir na escola pública, pagando às famílias *vouchers*¹³ na intencionalidade de abrir a ampla concorrência entre instituições públicas e privadas, atendendo aos reais interesses dos capitalistas. Nesse sentido, faz-se pensar em emendas, projetos de lei, cortes e, sobretudo na implementação de um currículo mínimo como evidências para tal desmonte. É urgente e necessário o posicionamento de todos os movimentos sociais na defesa da escola pública:

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca-se converter-se, articulando-se com as forças mais emergentes da sociedade, instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária (SAVIANI, 2018, p. 52).

A fala de Saviani (2018) nos faz pensar em uma pedagogia revolucionária para refletir sobre a força do capitalismo e neoliberalismo para o desmonte de bens e serviços gerando desigualdades sociais. Fazer uma pedagogia revolucionária é ser contrário à emenda constitucional 241, que ficou conhecida como “emenda do fim do mundo”, que congelou gastos públicos em saúde e educação por 20 anos. Essa medida restringiu eventuais aumentos apenas à inflação do ano anterior:

Com isso, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014, resultaram inviabilizadas, de modo especial a meta 20, que previa elevar os recursos investidos em educação, em 2019, a 7% chegando, em 2024, a 10% do produto interno bruto (PIB) de todo país (SAVIANI, 2018, p. 05).

Medidas como essas fragilizam a escola e o trabalho docente, uma vez que os recursos destinados para a garantia do funcionamento da escola, formação e valorização dos profissionais da educação acabam ficando em segundo plano. Os professores, que deveria

¹³ Segundo Freitas (2018), vouchers é uma quantia em dinheiro passado aos pais para que eles tenham a livre “escolha” da escola de seus filhos, em um mercado competitivo, transferindo recursos públicos para escolas privadas (com ou sem fins lucrativos).

exercer a docência munido de condições dignas de trabalho, receber formação que o possibilitasse atender os alunos e garantir a formação integral deles, ter estabilidade profissional, carga horária compatível com tempo para realizar um bom planejamento e pesquisa, amparo à saúde, acabam sendo prejudicados e desvalorizados. Da mesma maneira que acontece com a educação, acontece com os professores. Na perspectiva da educação como negócio, os docentes são lançados no mercado cada dia mais competitivo, que só espera deles resultados satisfatórios para elevação de números e estatísticas inerentes à educação. Com poucas opções de trabalho e salários irrisórios, professores e professoras se submetem aos contextos de desvalorização, exploração e competitividade, onde os salários são de acordo com os resultados esperados. Ganhando cada vez menos, o professor assume jornadas exaustivas de trabalho que se estendem para dentro de suas próprias casas, causando assim o mal-estar e o adoecimento docente:

Essa desqualificação, tanto na formação quanto no exercício profissional, é acompanhada pela desvalorização profissional, que é apresentada ao magistério pelo seu contrário, ou seja, como se fosse valorização. A lógica novamente está no mercado: segundo ela, é preciso motivar as pessoas a trabalhar mais, e aumentos salariais iguais para todos não estimulam, sendo necessário sua ligação com os resultados, no caso, com o desempenho dos estudantes medido em testes, permitindo uma complementação salarial variável e personalizada (FREITAS, 2018, p. 109).

Nos últimos 16 anos¹⁴ viu-se no Brasil a discussão de medidas e algumas mudanças a serem realizadas no campo do trabalho no que trata da promoção e correção das desigualdades sociais, mas não surtiram efeitos tão consideráveis, apesar de ter sido um passo importante. A crescente oferta de empregos, cursos técnicos e uma gama de editais para contratação em diversas áreas do setor público surgiram como esperança para quem estava desacreditado. Nesse mesmo período, outras conquistas aconteceram, tais como: o Brasil conseguir saudar a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI); o país também saiu do mapa da extrema pobreza, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU); ampliou-se o programa “Universidade para todos” com a abertura de vagas em instituições de ensino superior públicas e privadas; abriu-se a Farmácia Popular que disponibilizava medicamentos à população carente de graça ou a baixo custo; bem como toda a estrutura que ganhou o maior programa habitacional

¹⁴ Este trabalho não se exime de fazer a leitura crítica de que também, durante este período, a dialética inclusão/exclusão se fez presente nas gestões denominadas social-democratas. Nelas esteve também em curso projetos e interesses privados. Todavia, registra-se, nesse período, um conjunto de ações no campo social que demarcaram a história brasileira. Por ser um período muito recente na história, outros estudos precisam ser construídos para análise desse período. Todavia, sua característica é, sem dúvida, oposta ao atual modelo implementado hoje no campo da efetivação das políticas públicas e sociais.

do país “Programa Minha casa, minha vida” possibilitando que milhares de brasileiros e brasileiras possuíssem condições dignas de comprar a casa própria. Todavia,

Ainda não temos uma teorização acabada que possa dar conta das mudanças pelas quais passou o país mais recentemente, culminando com o golpe jurídico parlamentar em 2016 que afastou a coalisão do PT do poder, mas pode-se dizer que 2016 representa um momento de inflexão na política brasileira, não por acaso com o poio incondicional do PSDB e do antigo PFL, agora DEM - sem contar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de cujas fileiras era o vice presidente na coalisão PT- MDB, elevado pelo golpe à condição de presidente da república em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Mas pode-se dizer que 2016 representa um momento em que sai de cena o desenvolvimentismo, cedendo o lugar a retomada do liberalismo econômico (neoliberalismo) na política brasileira (FREITAS, 2018, p. 10).

Todas essas políticas públicas objetivavam assegurar direitos fundamentais, como preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 6º), tais como: direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

No entanto, é preciso se ter claro que toda essa discussão se constituiu como uma promessa que não foi consolidada, visto que o Brasil avançou de forma moderada em suas políticas, porém retrocedeu em pontos fundamentais para atender aos interesses de empresários e banqueiros, principalmente aquelas políticas que buscavam diminuir as desigualdades sociais, a exemplo das reformas da previdência e trabalhista. Em outros lugares do mundo esse processo também não se afirmou, uma vez que o crescimento exacerbado da onda liberal mundial possibilitou o fortalecimento dos discursos individuais que dialogam na perspectiva da meritocracia. Os que se opõem ao sistema capitalista são perseguidos e criminalizados por ele. Para Freitas (2018, p. 11):

Os personagens são quase os mesmos, os tempos são outros, uma “nova direita” se estruturou no Brasil desde a redemocratização dos anos de 1980, imersa no tecido social com organizações da sociedade civil que criam uma estrutura alargada de influências. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos a partir dos anos 1950, tendo seus efeitos mais visíveis em 2010 na “guerra contra Obama”, durante sua campanha presidencial, na qual os milionários irmãos Koch gastaram cem milhões de dólares para combatê-lo.

Nesse mesmo período surgiu com muita força o discurso que aqui chamaremos de “O discurso da moral burguesa”, usado pelos donos do poder para legitimar a retirada de todas as conquistas do povo brasileiro. Em nome de Deus, da moral e dos bons costumes propagam a segregação, o ódio, a negação da diversidade, da cultura, da arte e a exclusão aos mais pobres. Uma vez que esse discurso é constituído na perspectiva da hegemonia de uma outra lógica, reforça por um grupo que luta em nome de uma falsa democracia e implementação do

neoliberalismo em detrimento das ideias progressistas. Ainda na perspectiva de Freitas (2018, p. 14):

Não levamos a sério o fato do liberalismo econômico retornar como um movimento de resistência mundial às teses progressistas *e não ter compromisso com a democracia*, mas apenas com a instauração do livre mercado - o que surpreendeu o 'socialismo democrático' e a 'social-democracia', que tinham na democracia liberal seu parâmetro constitutivo.

Esses discursos foram(são) propagados por um grupo que não aceitava a correção das desigualdades sociais que estavam acontecendo no país, muito menos a vitória de uma mulher (Dilma Rousseff), que foi eleita democraticamente com mais de cinquenta e quatro milhões de votos. Esse grupo que discursava em favor de um pseudomoralismo com a ajuda daqueles que não aceitaram a vitória da presidente, começaram a dificultar as ações do seu governo. Segundo Frigotto (2017, p. 22):

O que então se tornou insuportável à classe dominante brasileira associada ao grande capital mundial e ao imperialismo norte-americano, sob a bandeira do moralismo, uma vez mais da corrupção e dos riscos do socialismo? A ponto de materializar mais um golpe que se articula, agora, nos campos jurídico, policial, midiático e parlamentar? Por certo, não foi mera coincidência o fato de que mais de 90% dos parlamentares que votaram pela abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em vez de justificarem a razão de seu voto, invocassem Deus, a família e a pátria.

Outro discurso é a banalização do sentido e daquilo que expressa o comunismo como regime econômico e social. Pautado no senso comum e a propagação de *fake news*, proliferou-se um discurso que conferia à todos aqueles que não comungavam com os preceitos liberais a identidade comunista e que tinham a finalidade de trabalhar para doutrinar as pessoas em escolas, shopping, ruas, festas. Na lógica burguesa, era preciso varrer essa ideologia comunista. Foi precisamente no dia 31 de agosto de 2016 que a presidente Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment*:

[...] combatida ao final de treze anos no poder, a coalizão petista foi vencida por esta 'nova direita' que, associada a outras vertentes políticas, organizou com apoio jurídico, parlamentar e midiático, o golpe de 2016, por dentro da 'democracia liberal', corroendo suas instituições (FREITAS, 2018, p. 15).

Trazer certos elementos da história para essa discussão faz-se necessário, uma vez que o fortalecimento desses discursos ganhou forças em homens, mulheres, crianças e trabalhadores desse país. Com a assunção de Michel Temer, que no período era o vice da presidente Dilma Rousseff, acentuou-se o desmonte de programas sociais e de direitos conquistados pelos trabalhadores após anos de luta, direitos esses que custaram o derramamento de sangue. Logo após o processo de *impeachment* da presidente Dilma, o governo interino cuidou de realizar uma reforma trabalhista que, além de retirar direitos, criava brechas com a finalidade de

prejudicar o trabalhador na hora de procurar a justiça em busca dos seus direitos. Para fortalecer esse desmonte, perseguiram os sindicatos dos trabalhadores tirando a obrigatoriedade do recolhimento sindical anual e algumas responsabilidades junto ao trabalhador, deixando essa entidade fragilizada na luta pela garantia dos direitos trabalhistas de suas categorias. Segundo Frigotto (2017):

No plano das relações trabalhistas, trata-se de desmontar o poder dos sindicatos e anular as leis que davam alguma estabilidade e direitos aos trabalhadores. Flexibilizar as leis trabalhistas se constituiu em sinônimo de perda de direitos e superexploração e desemprego. No âmbito da educação, os novos pedagogos são intelectuais ligados aos organismos econômicos guardiões do capital: Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (FRIGOTTO, 2017, p. 28).

Se as condições do trabalho já estavam precarizadas, o cenário apontou para um percurso muito mais agravado: negociação da jornada de trabalho, negociação do patrão e empregado sem a mediação do sindicato etc. Os sindicatos, já enfraquecidos, tentaram colocar o povo nas ruas, fizeram campanhas nas redes sociais, mas foi em vão, todas essas reformas cruéis foram aprovadas para o bem do Brasil com promessas de crescimento no setor trabalhista, que até hoje não aconteceram. O país apresenta uma grande população de desempregados e de pessoas que, para se livrar da fome, caíram na informalidade.

Entender as contradições que envolvem o capitalismo nas relações de trabalho requer de nós, docentes/pesquisadores, mas também de outros trabalhadores, um posicionamento crítico, fundamentado, capaz de superar e contrapor qualquer discurso que tenta mascarar uma verdade posta, de que o trabalhador nunca foi dono do objeto que produz, da sua força de trabalho e nem do seu próprio trabalho, pois a proposta do capitalismo, principalmente na categoria trabalho mata, cega, rouba e exclui, desconhece a condição humana. Daí vem a necessidade da perspectiva do pensamento crítico no contexto da sociedade. Para Arendt (2020, p. 148):

A condição humana é tal que a dor e o esforço não são meros sintomas que podem ser eliminados sem que se transforme a própria vida; são mais propriamente os modos pelos quais a vida, juntamente com a necessidade está vinculada, se faz sentir. Para os mortais, a ‘vida fácil dos deuses’ seria uma vida sem vida.

A fala da autora nos provoca a pensar na condição humana diante do capitalismo, que coloca o capital em detrimento do trabalho de homens e mulheres, onde o obscurantismo faz com que a forma de dominação dos donos dos meios de produção sobre a classe trabalhadora seja numa perspectiva de um poder que instaura a divisão entre os que tem o controle do capital e os que vendem a força de trabalho.

O que se pode constatar, no percurso do texto, é que Marx (2010) nos faz compreender que a exploração do trabalho, especificamente nos contextos capitalistas, descortina expressões e situações que, na maioria das vezes, passam despercebidas por quem é vítima desse sistema cruel, o que leva o trabalhador a condição de ser uma mera mercadoria. Esse contexto fica claro quando o filósofo desmascara a identidade do burguês e seu individualismo, ou seja, trabalhador alienado de um lado e o capital do outro, lugares marcados e determinados, que na atualidade aumenta continuamente com a legitimação do próprio trabalhador que não entende que, nesse viés, ele não passa de uma mercadoria que é mais desvalorizada do que o que ele próprio produziu, ou seja, as necessidades humanas estão num patamar bem abaixo das necessidades do capital.

Além disso, o processo de acumulação do capital corrobora para a intensificação das contradições que colocam em risco o futuro da humanidade, uma vez que, para o sistema capitalista, a preocupação não é com o bem-estar de todos, mas de uma minoria que não aceita redistribuir o capital de maneira igualitária. Conforme Marx (2010), o capitalista possui o poder sobre o trabalho, seus produtos e os trabalhadores, não é por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital.

Outrossim, o discurso da moral burguesa se sustenta na negação da diversidade, dos estudos de gênero e se afirma em padrões sexuais pelo fator biológico, onde quem nasce com pênis é homem e quem nasce com vagina é mulher, o que foge a esse padrão está cometendo atos pecaminosos. Para tanto, as construções sociais das masculinidades e feminilidades é uma afronta aos defensores da moral burguesa que, imbuídos de uma doutrinação religiosa concebem toda identidade que não está em consonância com a sua como inexistente, excluindo quem pensa diferente desses padrões rigidamente estabelecidos. Os discursos da moral burguesa impostos na sociedade implanta o caos, defendem o estado mínimo, precariza a educação transformando o coletivo em individual com a intencionalidade de implantar a disputa entre profissionais na perspectiva da meritocracia. Todas essas práticas interferem na escola e nos professores, porque os moralistas burgueses mentem acintosamente para garantir a regulação dos sujeitos, punição para quem não apresenta dados satisfatórios, premiação para os que alcançam e culpabilização dos profissionais como justificativa para entregar o que é público aos interesses privados. Para tanto, Morin e Díaz (2016) asseveram que:

Todas as reformas convergem em uma reforma da vida. Ainda que as imagens de bem-estar anunciem os gozos da vida plena e da abundância, da civilização e da razão, vivemos vidas degradadas e ameaçadas pelas barbáries do egoísmo, da inveja, do ressentimento, do ódio; alimentam-se os ódios de nações, de indivíduos, gêneros, sexos, classes, povos e regiões. A civilização é acompanhada pela barbárie; a velocidade e a mudança nos afastam do desfrute e da plenitude, a disjunção valorativa

transforma-se em hipertrofia dos valores econômicos e do dinheiro, e a angústia existencial se aplaca com a posse e o consumismo desenfreados (MORIN; DÍAZ, 2016, p. 99).

A reflexão dos autores nos chama atenção para as ameaças que vivemos em nossos cotidianos mediadas pelo conservadorismo, que busca impor padrões e comportamentos ditos “normais” e aceitáveis pela sociedade, onde a negação do outro, de suas formas de ser e estar no mundo gera ódio e culmina na barbárie que ameaça a diversidade de ideias, cultural e de escolhas entre os seres humanos e as nações. À guisa de conclusão deste capítulo, poder-se-ia dizer que está em curso contemporaneamente um conceito/discurso de **moral**. A construção desse discurso/conceito de moral vem sendo afirmada em padrões sexuais (repressão sexual), cristãos (pecado, culpa), psíquicos (narcismo, individualismo) e meritocracia (para promoção ou culpabilização). Esse conjunto de preceitos vem reafirmando na escola e nos professores um **movimento interno/subjetivo** que o inferioriza e o mantém regulado. **Regulação, punição, premiação e culpabilização** são marcas dessa moral burguesa.

Este capítulo buscou discutir a categoria trabalho e capitalismo como forma de apresentar seus desdobramentos na sociedade de consumo. Problematizar a maneira que o capitalismo e neoliberalismo contribuem para a promoção das desigualdades sociais é importante num contexto onde se observa o fortalecimento e a legitimação dos mesmos por aqueles que, pela contradição da moral, propõem a instauração de um estado mínimo aprovando reformas educacionais, trabalhistas e previdenciárias em nome da concentração do lucro e da exploração da força de trabalho (MARX, 2010). Compreender como o capitalismo perpassa por diversos espaços, contextos da sociedade e na educação subsidia perceber a maneira sutil em que o discurso da qualidade do ensino e da aprendizagem está na defesa da precarização, terceirização e desmonte da educação e escolas públicas, bem como na culpabilização do trabalho docente com o objetivo de entregar a educação pública aos interesses privados, como foi discutido e problematizado nos estudos de Freitas (2018).

No capítulo II serão discutidas as condições de trabalho na Educação Infantil, fazendo um resgate do contexto histórico dessa etapa, desde a Constituição Federal de 1988 à sua demarcação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996), apresentando as políticas em cenários nacionais e locais.

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até a condição de máquina. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e com isso, o progressivo bem-estar da sociedade, a divisão do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impede-o à caça da sobreprodução, que é seguida por uma correspondente queda de intensidade (MARX, 2010, p. 29).

CAPÍTULO II

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Vale a pena abrir um parêntese aqui para falar da importância das descobertas das crianças. É fundamental que as crianças tomem consciência de que elas estão fazendo, conquistando, estão se apoderando do seu processo de conhecimento. E que o professor, igualmente, com elas, os dois são sujeitos desse processo na busca do conhecimento. Daí que o papel do professor não é o de ‘dono da verdade’, que chega e disserta sobre ‘o corpo e seu funcionamento’, mas sim o de quem, por maior experiência e maior sistematização, tem a capacidade de devolver às crianças, de modo organizado, as informações de objeto de conhecimento (FREIRE, 1983, p. 45).

O presente capítulo tem por finalidade discutir a constituição dos sujeitos a partir das categorias identidade e diversidade. Busca tensionar aquilo que o tema expressa entre aquilo que é individual, aquilo que é diverso, bem como o respeito aos comportamentos, valores e atitudes que adultos e crianças trazem dos contextos em que estão inseridos. Discorre sobre as questões de gênero e como os estereótipos firmados nos padrões adultocêntricos que, no uso do poder, interferem na educação e cuidado das crianças na perspectiva de controlar seus corpos, tornando os corpos das mesmas ajustados às expectativas dos adultos. Abre uma defesa para uma educação libertária das crianças, onde elas possam viver uma infância mais diversa e menos uniforme. Problematisa as categorias gênero e sexualidade para além do fator biológico, mas pela construção social das masculinidades e feminilidades. Descortina a partir dos estudos da infância a constituição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, trazendo os marcos legais tanto em cenários nacionais como locais. Como continuidade do capítulo anterior, discute trabalho e as condições de trabalho na ação docente. Está estruturado em identidade, questões de gênero e infância; Trabalho docente e questões de gênero: desigualdades entre homens e mulheres; Políticas e cenários nacionais e Políticas e cenários locais para a primeira infância.

2.1 IDENTIDADE, QUESTÕES DE GÊNERO E INFÂNCIA: DEBATES EM CONSTRUÇÃO

A identidade e diversidade não são categorias novas. No entanto, foram ganhando espaço e visibilidade no final do século XX e início do século XXI, quando surgiram grandes movimentos de lutas identitárias, culturais e étnicas, bem como a aprovação de estatutos e

políticas criadas no Brasil e no mundo que reafirmam o protagonismo, a existência e a cultura de diferentes povos. De acordo com Ciampa (1984), a identidade, que se constitui no produto de um permanente processo de identificação, aparece como um dado e não como um dar-se constante que expressa o movimento social.

Ao concluir seu texto intitulado *A Produção Social da Identidade e da diferença*, para compor a obra *Identidade e Diferença*, o professor Tomaz Tadeu da Silva (2014) faz uma descrição da identidade para mostrar o que ela é e o que não é, apontando caminhos para compreender a identidade como diversa pelas diferenças. Para o autor:

Primeiramente a identidade não é uma essência, não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2014, p. 96-97).

Quando o autor afirma que a identidade não é fixa, nos leva a reconhecer que nossa identidade está em constante construção e transformação na relação com o espaço, ambiente, grupos, etnias com os quais nos relacionamos. Ao afirmar que a identidade tem estreitas conexões com as relações de poder, nos chama atenção para o entendimento de que ninguém determina e nem impõe sua identidade ao outro. Os seres humanos constroem suas identidades desde que nascem na relação com o outro e não na imposição. A identidade não é homogênea pela multiplicidade, por isso, o conjunto delas compõem a diversidade. Os estudos de Silva (2014, p. 73) apontam que:

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença.

A fala de Silva (2014) traz os argumentos importantes que esta pesquisa defende, de que a identidade se reafirma pelas diferenças e que essas diferenças compõem a diversidade. Sendo assim, cabe aos sujeitos compreenderem que enaltecer uma identidade e demonizar outra configura exclusão das diferentes identidades e que o conjunto delas compõem a diversidade. Entretanto, o autor chama-nos a atenção:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é 'natural', desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, 2014, p. 83).

Para Ciampa (1984), discutir a identidade é compreender a multiplicidade que compõe o ser humano. É entender quem somos, o que constitui a nossa história e nossos antepassados, como a nossa identidade vai sendo construída no decorrer do tempo com a transformação das gerações, da sociedade e, sobretudo, reconhecer a igualdade e diferença como princípio da identidade. Ainda na visão desse autor:

Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantido pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando (CIAMPA, 1984, p. 67).

A fala do autor leva-nos a perceber que a identidade é social, por não ser pronta e acabada, mas está sempre em constante mudança de acordo com o tempo, as gerações, os costumes e a sociedade em que os grupos vivem. Sendo assim, uma alternativa impossível é o homem deixar de ser social e histórico; ele não seria homem absolutamente Ciampa (1984). Todo ser social tem sua identidade diferente do outro, a identidade do outro é a alteridade, porque tudo que liga ao nosso grupo está ligado à nossa identidade e tudo que identifica o grupo do outro está ligado à ideia de alteridade. Para Ciampa (1984, p. 70):

[...] ora, essa expressão do outro 'outro' que também sou eu consiste na 'alterização' da minha identidade, na supressão de minha identidade pressuposta e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante em que toda humanidade contida em mim pudesse se concretizar pela negação (não representar no terceiro sentido) do que me nega (representar no segundo sentido), de forma que eu possa como possibilidade e tendência representar-me (no primeiro sentido) sempre como diferente de mim mesmo a fim de estar sendo mais plenamente.

Pensar a alteridade na perspectiva de Ciampa é compreendê-la como elemento importante na construção e transformação da identidade, ou seja, na relação e na interação com o outro os homens podem perceber suas igualdades e suas diferenças.

No pensamento de Gomes (2005), a identidade constitui-se como um conjunto de qualidades e características peculiares de uma pessoa que torna possível sua identificação ou reconhecimento. Implica considerar a diversidade como verdade, pluralidade, diferença. Caracteriza-se por tudo que é diverso e tem multiplicidade. Sendo assim, a identidade demarca nossa constituição histórica como sujeito no mundo na interação com o outro e com as culturas que nos constitui. Mesmo porque:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais por grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p. 12).

Discutir a identidade pelo viés do modo de ser no mundo e com os outros nos permite evidenciar que no processo de construção da identidade vão ficando pistas que reúnem elementos culturais do eu e dos outros para demarcar o sentimento de pertença no processo de igualdade e diferença que constitui os seres humanos como pessoas singulares e únicas. A compreensão de cultura é importante para entendermos como a diversidade se caracteriza na multiplicidade dos seres humanos que são diversos em suas características, grupos culturais, pensamentos, ações e nas formas de ser e viver em sociedade. Em alguns países como o Brasil, respeitar a diversidade de idades, etnias, religiões, crenças, de gênero e classe social são garantidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 215).

Nos contextos das infâncias, as identidades tornam-se mediações que compõem a diversidade. A partir dos estudos de Gomes (2005), para ser um sujeito com identidade própria é preciso se reconhecer como um sujeito histórico que está inserido num grupo de pertencimento. Assim, constituirão sujeitos de múltiplas identidades. A construção de uma identidade pessoal e social implica compreender aquilo que iguala e diferencia os sujeitos. Entretanto, para chegar a esse nível torna-se necessário compreender que todo sujeito possui características próprias que foram mediadas por uma cultura. Na Educação Infantil é importante atentar-se para o modo como adultos e crianças se relacionam. Sendo assim, Rotta (2008, p. 09), vem nessa defesa para afirmar que “o respeito à infância requer o resgate com a experiência humana, um jeito que rompa com a barbárie em que muitos adultos e crianças estão imersos atualmente”.

Concorda-se com Barbosa e Richter (2015, p. 496) que chama atenção para a forma como as pessoas uniformizam a diversidade na infância. Segundo a autora “tratar a diversidade como uma opção uniformizadora de infância que não reconhece a história, os contextos e as práticas sociais das crianças são diferentes e marcados por experiências, é negá-las e desconsiderar sua história e existência”. Os contextos em que as crianças são cuidadas e educadas devem ser pensados na perspectiva de promover o encontro do outro com seus pares e grupos de pertencimento. Segundo Oliveira (2018, p. 9):

Como o Brasil é um país que conta com uma diversidade de culturas, não podendo a Educação ser pensada apenas em relação a população urbana, as crianças podem e devem conhecer e respeitar diferentes modos de vida e saberes construídos pelo homem ao longo do tempo nos vários territórios. Para isso, é preciso que sejam apresentadas aos costumes e aos modos de viver de seu grupo social e dos de outras

regiões, estados e países, ao mesmo tempo que se percebiam como indivíduos pertencentes a uma comunidade com saberes, formas de expressão e celebrações específicos, habitando determinado lugar.

Problematizar as questões de gênero na infância implica discutir a polarização dos discursos dos adultos acerca do que Graciano (1978 *apud* CRUZ, 1998), aponta como certo e errado e do que é moralmente correto e incorreto. A visão adultocêntrica, na maioria das vezes, nega e desconhece as necessidades das crianças de serem ouvidas e atendidas em suas necessidades biopsicossociais. Quando se trata da sexualidade infantil, o adulto pensa na criança somente na perspectiva do seu órgão genital, igualando equivocadamente as suas formas de conceber a sexualidade com as delas. Nesse sentido, há necessidade de desconstruir o que erroneamente as pessoas têm concebido como gênero, colocando-o na perspectiva do biológico ou concebendo gênero e sexualidade como sinônimos. Para tanto, busco nos estudos de Scott (1995), e concordo com ela, ao afirmar que a categoria gênero faz parte da luta e resistência das feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para contrapor ao caráter inadequado das teorias existentes em explicar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Sendo assim, a autora defende gênero como uma categoria útil de análise histórica e assim o conceitua:

O gênero é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 7).

Os estudos da história da educação, de gênero e sexualidade mostraram que o corpo é objeto de discussão na perspectiva de enquadramento, assim como as práticas pedagógicas se preocupavam em como vigiar, cercear, moldar e construir um tipo de corpo que atendia aos padrões da sociedade. Para a sociedade patriarcal, por exemplo, havia um padrão de corpo proposto para o homem e para a mulher e o que distanciasse desse padrão era considerado um desvio ou má-conduta do sujeito. Segundo os estudos de Louro (2015, p. 77):

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura.

Um corpo com padrões ditos “normais” traz no seu conjunto características como submissão, meiguice, postura moral, dóceis para as meninas, e braveza, hostilidade, domínio e força para os meninos, pois, segundo os estudos de Louro (2015), o objetivo era educá-los para comportar-se como dominadores no caso dos meninos e dominadas no caso das meninas. Na maioria das vezes, escolarizar os corpos era na intenção de determinar certos comportamentos

que só contribuíam para padronizar o que era de menina e o que era de menino, separando o que Foucault (2019) chamou de sincronia que deveria existir entre corpo e mente. Esses comportamentos consolidavam-se pela perspectiva de produzir gestos, posturas e movimentos educados, cristãos, civilizados e urbanizados.

Para Louro (2015), as discussões acerca da identidade e tipificação de gênero precisam ser afirmadas na perspectiva da construção social das masculinidades e feminilidades contrapondo ao que nomearam de “ideologia de gênero”. O uso do termo inadequadamente está carregado de equívocos, sendo que o maior deles é conceber gênero e sexualidade como sinônimos, com defesa pelo viés biológico e não na construção social das diferentes maneiras de ser masculino e feminino. Conforme Louro (2013), gênero e sexualidade estão intimamente ligados. Contudo, isso não quer dizer que são a mesma coisa; erroneamente, o corpo se tornou causa e justificativa das diferenças.

Ao realizar a discussão sobre as questões de gênero, é preciso compreender como os estereótipos desconhecem as construções sociais de adultos e, sobretudo, das crianças na Educação Infantil. Para Rodrigues (2003), estereótipos referem-se às expectativas e crenças partilhadas acerca de comportamentos apropriados e características para homens e mulheres numa dada sociedade. Os estereótipos de gênero, o pensamento hegemônico e polarizado, ainda são desafios na educação e cuidado na primeira infância. Causam grandes impactos na vida cotidiana das crianças que, desde pequenas, precisam enfrentar os padrões adultocêntricos que, na maioria das vezes, estão a serviço de controlar seus corpos num processo de escolarização. Para Finco (2011, p. 171):

Ao buscar compreender como ocorria a educação de meninos e meninas que transgrediam as fronteiras do que lhes era imposto, foi verificado como características aparentemente naturalizadas à masculinidade e à feminilidade são resultantes de muitos esforços para deixar as marcas distintas no corpo, no comportamento e nas habilidades dessas crianças.

Nas instituições de Educação Infantil a prática do ajustamento dos corpos, dos interesses, das necessidades e das curiosidades das crianças são fortes e ficam evidentes em diferentes situações e ambientes. Malaguzzi (1999, p. 69), afirmava que “na escola, as paredes são usadas como espaços para exposições temporárias e permanentes do que as crianças e os professores criaram: nossas paredes falam e documentam”. Se por um lado a fala do teórico evidencia que a intencionalidade do professor é deixar o ambiente agradável para as crianças com suas marcas e registros expostos, tornando visíveis suas aprendizagens, por outro, as paredes denunciam que o direito de escolha e elementos importantes para a construção da identidade, da arte, da estética e da autoria das crianças ficam negligenciados pelas relações de

poder das professoras em querer delimitar o que é de menino e de menina na perspectiva do controle. Segundo os estudos de Finco (2011, p. 171):

As interações observadas trazem consigo complexas relações de poder e evidentes tentativas de controle. As professoras da classe de pré-escola em foco muitas vezes orientam e reforçam diferentes habilidades nos meninos e nas meninas, de forma sutil, transmitindo expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual mais adequado para cada sexo, manipulando sanções e recompensas sempre que tais expectativas sejam ou não satisfeitas.

Ao entrar no interior de muitas instituições de Educação Infantil pode-se perceber que os cartazes, os murais afixados nas paredes e os próprios materiais escolares das crianças trazem as marcas dos estereótipos de gênero. Essas marcas da escola da infância denunciam as características que, para os adultos, são mais desejáveis para o masculino e feminino. Para Finco (2007, p. 96):

As marcas da escolarização vão além da organização do espaço, do controle dos movimentos e da disciplina dos corpos: vão sendo deixados nos corpos das crianças, intensificam-se, alcançando práticas minuciosas, arrancam os vícios, implantam a civilidade, lapidam os sentimentos, ensinam o gosto, afinam a voz e educam as mãos para a escrita.

Outro fator que necessita ser discutido são as interações e as brincadeiras que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) são eixos estruturantes do currículo e condição fundamental para que as crianças aprendam e se desenvolvam:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 18).

Ao refletir sobre os objetivos que uma proposta pedagógica para a Educação Infantil deve garantir à criança, fica-nos marcado, nos estudos da educação da infância, de uma cultura escolarizada e pedagogizada da brincadeira e da interação com a finalidade de cercear, disciplinar o pensamento, liberdade, o respeito, a interação e brincadeira. Está em causa o desejo do adulto em detrimento dos direitos inalienáveis das crianças, já que muitos profissionais usam as brincadeiras para garantir que os corpos das crianças fiquem estáticos na intencionalidade de torná-los dóceis. Na perspectiva de Finco (2007, p. 95):

Em muitas creches e pré-escolas brasileiras, as crianças ainda são colocadas para brincar sentadas em cadeirinhas e mesas, as quais, ao mesmo tempo que propiciam o brincar, acabam controlando seus corpos. A escola acaba escolarizando as brincadeiras e os corpos. É possível perceber que o brincar não é o eixo do trabalho pedagógico, não permeia as práticas educativas nessa etapa de educação.

As músicas também acabam passando por um processo de fragmentação, onde meninos e meninas são impedidos de realizar certos movimentos por comprometer sua masculinidade e

feminilidade. Algumas músicas usadas nas instituições de Educação Infantil promovem o cerceamento das crianças em contraposição a um sujeito de direitos que tem a necessidade de se expressar como sujeito dialógico. Quando são convidadas a cantarem “zip, zap na boquinha acabou a conversinha” por exemplo, a criança tem seu direito de voz usurpado por uma prática pedagógica que educa para a passividade e submissão e não para a autonomia. Felipe (2019) nos chama atenção para o fato de que muitas escolas se tornam um espaço que determina o que é do masculino e do feminino, como também separa meninos de meninas. A autora alerta-nos ao afirmar:

Sabemos o quanto a escola pode se tornar um dos espaços mais cruéis para os sujeitos, fomentando discriminações e maus-tratos emocionais contra as crianças e jovens, pois é nela que se aprendem inúmeros comportamentos de violência e preconceito das mais diversas ordens, no convívio com outras crianças. Algumas vezes atitudes preconceituosas e discriminatórias podem partir da própria direção da escola ou do corpo docente, por desconhecerem a dinâmica e a complexidade dos scripts de gênero e dos scripts sexuais (FELIPE, 2019, p. 243).

Os estudos de Finco (2007) vão ao encontro dos estudos de Felipe (2019) ao afirmar que a escolarização e o disciplinamento do corpo, além da produção de uma feminilidade e masculinidade pela escola, acontecem muitas vezes de forma sutil, mas muito eficiente. A pesquisadora assevera que:

São as crianças que mais resistem aos modelos que os adultos impõem na escola: elas encontram, entre uma brecha e outra, a possibilidade de resistência. Durante a jornada na pré-escola, é importante a invenção de novas formas de representação do tempo e de modos mais prazerosos de organizá-lo, a fim de possibilitar um tempo de experimentação que se revela significativo, oferecendo para a criança atividades e vivências não mais interrompidas e segmentadas (FINCO, 2007, p. 97).

Para tanto, o que fica evidente é que, ao separar os corpos das crianças, proibindo-as do direito de escolher a brincadeira e com quem brincar, descortina-se que os cursos de formação de professores pouco ou nada tem discutido sobre a temática de gênero, uma vez que é perceptível a falta de conhecimento do profissional em relação às necessidades das crianças nessa tenra idade. Segundo Felipe (2019, p. 246):

Em geral, as professoras que atuam com crianças de zero a seis anos referem que não tiveram formação para trabalhar com essas temáticas e vez por outra são demandadas pelas próprias crianças, com suas perguntas sobre concepção e nascimento, além das curiosidades naturais em relação ao corpo. Muitas vezes o corpo docente se sente então despreparado (e desamparado) para que possa discutir essas questões de forma tranquila, já que muitas famílias têm um pânico moral diante de qualquer pergunta ou comportamento que tenha ligação com o tema da sexualidade ou relações de gênero.

Fica evidente também que há uma preocupação e uma necessidade da formação discutir e problematizar os assuntos que envolvem gênero e sexualidade com os professores e professoras, para que os mesmos se desloquem de concepções petrificadas que os impedem de

olhar para a infância com empatia, com olhos de criança e, sobretudo, como espaço da liberdade. Conforme Felipe (2019, p. 243):

Outra questão que inquieta os profissionais das instituições escolares, refere-se às crianças que ousam romper com os rígidos padrões de gênero, estabelecidos pela cultura. É preciso entender que crianças pequenas brincam de qualquer coisa, experimentam outros scripts, não havendo uma “essência” ou uma “natureza” que as faça brincar de boneca ou casinha pelo simples fato de serem meninas. Do mesmo modo, meninos não nascem propensos a brincar de determinadas coisas por serem do sexo masculino.

Há, portanto, a necessidade de que o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias de educação considerem os cursos de formação de professores para atuarem na Educação Infantil, a fim de que eles possam se preocupar menos com o acúmulo de conteúdos, que na maioria das vezes descaracterizam a primeira etapa da educação básica em sua identidade, e se preocupar mais com discussões necessárias que surgem no cotidiano da Educação Infantil, e que muitas vezes precisam ser discutidas e problematizadas com as crianças e suas famílias.

Concordo com Martins Filho (2020) ao discutir que, pelo viés da escolarização, a Educação Infantil tem sido historicamente subordinada ao Ensino Fundamental, fato que não deixa em evidência as concepções de crianças, infâncias, Educação Infantil, aprendizagem, desenvolvimento, bem como seus pressupostos políticos e pedagógicos para a garantia da qualidade socialmente referenciada na educação na primeira infância. O autor afirma que:

Somos herdeiros de uma educação escolar castradora do prazer. Escolarização sabotadora das infâncias e encapsuladora da vida. Sabemos que não podemos deletar a forma escolar que hegemonicamente vem se apresentando no cotidiano das creches e pré-escolas, porém podemos reescrevê-la, reinventá-la e vencer os vícios que suicidam o surpreendente, extraordinário e o insólito (MARTINS FILHO, 2020, p. 238).

Afirma ainda que negar a identidade da Educação Infantil como espaço *da e nas* interações e aprendizagens é negar toda a essência que coloca a criança como protagonista, sujeito da experiência e de suas aprendizagens. Esse poder que está centrado no adulto nega a elas o direito de aprender e desenvolver na relação com o outro, bem como o negligenciar do direito de conviver com diferentes sujeitos homens e mulheres, adultos e crianças na Educação Infantil, garantidos nas DCNEI quando afirma que a instituição de Educação Infantil deve:

Possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas. Construir novas formas de sociabilidade e subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnica, racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009, p. 17).

Já para Finco (2007, p. 94):

As teorias educacionais e as disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada nos dizem sobre os corpos. Entramos em uma sala de aula como se apenas a mente estivesse presente, como se fôssemos, todos, espíritos descorporificados. O corpo parece ter ficado fora da escola.

Há na contemporaneidade um desafio de se fazer com que os professores compreendam que toda criança é potente, competente, produtora de cultura, que a infância é um tempo social da vida e precisa ser vivida de forma plena. Conforme Eliot (2013), há também a necessidade de constituir um diálogo franco com as famílias, essas, que na maioria das vezes não têm conhecimento das especificidades da infância e nem das necessidades que as crianças possuem de explorar, conviver, expressar, brincar, conhecer-se e participar de experiências sem levar em conta os estereótipos de gênero. Essa autora afirma:

Em vários estudos, descobriu-se que os pais respondem mais positivamente quando a criança escolhe um brinquedo adequado ao seu gênero, por exemplo, quando o menino pega o martelo e a menina empurra um carrinho de compras. E é mais provável que fiquem arrepiados quando a criança brinca com o tipo 'errado' de brinquedo - o menino abraça uma boneca ou a menina brande uma espada. Os pais (homens) reagem mais fortemente que as mães, especialmente quando veem o filho em uma brincadeira tipicamente feminina (ELIOT, 2013, p. 134).

Os estudos da autora evidenciam que as crianças, desde muito pequenas, já sofrem os estereótipos de gênero. Afirma que esse processo começa em casa e tem continuidade na escola. Para os meninos o fardo é ainda maior, visto que além dos estereótipos, sofrem com o peso do machismo colocado sobre eles. Outra situação é quando os pais vão buscar a criança na instituição e deparam com o menino brincando de bonecas com as meninas. A reação é imediata para lembrar ao filho que boneca é brinquedo de meninas, que menino brinca com bolas e carrinhos. Em alguns casos, os pais procuram as profissionais para saber por que as mesmas permitiram que a criança brincasse com brinquedos que não foram feitos para os meninos. Ainda na perspectiva de Eliot (2013, p. 135):

As meninas têm maior liberdade. Assim como as meninas molecas são mais aceitáveis para a maioria dos pais do que os filhos efeminados, os pais não ficam chateados se veem a filha brincando com carrinhos de corrida ou jogando basquete. No entanto, é surpreendente como continuam promovendo estereótipos por suas reações ao brincar infantil, especialmente se pensarmos quantas coisas as crianças podem aprender em brincadeiras tradicionais masculinas e femininas.

Nesse sentido, é necessário pensar os aspectos relacionados ao cuidado e educação de meninos e meninas passando pela perspectiva das questões de gênero. Refletir como os estereótipos e os comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos estão presentes nos contextos que cuidam e educam as crianças é de suma importância, pois as marcas deixadas nos corpos e no cotidiano desses seres tão pequenos são cruéis e só tem a finalidade de disciplinar, manter o controle, separar e cercear toda essência que há nos modos de ser e estar

no mundo de meninos e meninas. As diferenças, as distinções e as desigualdades sempre foram aspectos que estiveram presentes nos espaços educativos, por mais que alguns documentos orientem o contrário, ao afirmar que as crianças aprendem e se desenvolvem pelas interações e brincadeiras, muitos espaços educativos ainda procuram fazer essas separações. Na visão de Louro (2016, p. 59):

A afirmação 'é um menino' ou 'é uma menina' inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete. Para falsificar como sujeito um legítimo, como um 'corpo que importa', no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura.

A afirmação da autora demarca que os espaços de Educação Infantil precisam não somente considerar que há meninos e meninas, mas saber como as crianças em seus cotidianos, permeados pelas interações e brincadeiras, produzem e reproduzem as masculinidades e feminilidades.

Os estudos e discussões de Finco (2007, 2011) apontam que disciplinar os corpos das meninas e dos meninos torna-se uma necessidade para os adultos, no sentido de adequar os corpos delas(es) às expectativas e ao que é adequado para a sociedade. Quando o corpo não é disciplinado, a menina ou o menino podem sofrer exclusão ou não serem aceitos em um grupo ou na sociedade. A afirmação da autora evidencia também que muitos dos padrões e comportamentos que afirmam a masculinidade dos meninos são inadequados e totalmente fora dos padrões para as meninas, enquanto a agressividade e a violência são totalmente inadequadas para as meninas. Já para os meninos, é um padrão adequado, e os mesmos são estimulados a apresentar esse comportamento para afirmar que é macho:

Para o menino, esse processo se dá no sentido contrário: na atribuição de tarefas dinâmicas e extrovertidas e, principalmente, com a privação da afetividade, não lhe sendo permitido, por exemplo, expressar-se pelo choro. A masculinidade está calcada basicamente na coragem física, no trabalho, na perseverança, na competitividade e no sucesso, elementos entendidos como os mais importantes para a constituição da masculinidade considerada hegemônica: a coragem, diretamente relacionada à força física, à energia, à ousadia, à virilidade (FINCO, 2007, p. 105).

A adaptação abrupta dos corpos das crianças com o objetivo de discipliná-los, no caso das meninas, ou deixá-los mais selvagem, no caso dos meninos, denunciam a fragmentação do pensamento, sentimento e comportamento deles(as) bem como a padronização de seus corpos e suas personalidades, mesmo porque tanto meninos como meninas podem ser meigos, agressivos, fortes, fracos. Para tanto, é necessário compreender que essas características não são de meninos ou meninas, homens ou mulheres, mas características dos seres humanos. Esses padrões permeiam o cotidiano infantil. As crianças acabam sendo vítimas do preconceito de gênero.

Discutir *com e para* as crianças as questões de gênero em diferentes momentos da vida cotidiana na Educação Infantil é essencial até para compreender o que elas trazem em suas narrativas. Para tanto, os profissionais precisam mais ouvir do que falar, mediar situações em que esses estereótipos aconteçam. No pensamento de Iturra (1999, p. 131):

Os adultos têm que entender que a criança tem uma mente própria que está a aprender, mas cujo objetivo é também enganar o adulto. Enganar naquelas coisas que conseguem porque a criança, saiba o adulto ou não, entende que o adulto não sabe de tudo. Porque a criança é uma pessoa com a cabeça extremamente aberta, não tem preconceitos.

Sendo assim, torna-se necessário refletir como as instituições de Educação Infantil têm organizado a ação educativa e pedagógica no que diz respeito aos tempos, espaços, ofertas de materiais, atitudes e valores de modo a assegurar que as crianças vivam plenamente as infâncias sem julgamentos ou rótulos pré-estabelecidos, uma vez que, segundo Rodrigues (2003), a orientação sexual de cada um é única, pessoal e inviolável.

Ainda, em se tratando do atendimento em *creches e pré-escolas como direito*¹⁵ *social das crianças*, afirmados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), garantidos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), bem como no tema proposto nesta pesquisa, pensar a formação da criança é compreender que elas são sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade. Olhar a criança desse lugar é de suma importância para garantir que elas vivam suas infâncias com diferentes sujeitos que numa relação harmoniosa e respeitosa construam sentidos e experiências nesse espaço, nomeando-o como o espaço da diversidade. Entender a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e que, historicamente foi constituída como um espaço majoritariamente feminino, faz-se necessário para profissionais e comunidade. Conhecer o contexto histórico e o lugar que as mulheres e os homens ocupam nele e a importância desses profissionais frente ao cuidado e educação das crianças ajudarão a romper com os estereótipos que separam espaços de homens e mulheres (CRUZ, 1998).

¹⁵ A questão da educação para a primeira infância ganha contornos legais em 20 de novembro de 1959, com a Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Na década de 1970 houve no Brasil a ampliação de pesquisas sobre o tema. O termo Educação Infantil foi adotado recentemente em nosso país, afirmada na Constituição Federal de 1988 e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 para caracterizar instituições educacionais que cuidam e educam crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. Nesse percurso histórico, as pesquisas reuniram um amplo acervo que têm sustentado a dinâmica transformadora da história da Educação Infantil no Brasil. Para aprofundamento nesse contexto histórico, leia o livro *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica* de Moysés Kuhlmann Jr (2015).

No que diz respeito à ação educativa e pedagógica, bem como a relação destes com o tema desta pesquisa, destaca-se a necessidade de planejamento intencional considerando três princípios do fazer, que são: a ludicidade, a continuidade e a significatividade das experiências (BONDIOLI; MONTOVANI, 1998). Nesse sentido, ao pensar na ação educativa e pedagógica é preciso reportar ao binômio cuidar e educar como termos indissociáveis e que têm como premissa a não fragmentação das ações, ou seja, homens e mulheres, ao atuarem com crianças, devem atentar-se para que as ações sejam realizadas *com e para* as crianças, sem separá-las por questões de gênero. Conforme Eliot (2013), no que trata dos tempos, espaços e ofertas de materiais, as crianças precisam ter a liberdade de brincar, escolher o brinquedo, imaginar e ser o que elas quiserem.

De acordo com Gomes (2013), no que toca a formação, essa se constitui como o espaço de aprendizagem sobre a área de atuação, mas, sobretudo, como o espaço de debate em relação aos desafios que são postos no cotidiano das instituições, uma vez que as transformações do pensamento e das práticas docentes só se efetivam à medida que o professor ou a professora ampliam a consciência da sua própria prática. Para tanto, Silva (2016) nos chama atenção para a necessidade de buscar uma formação que subsidie os profissionais a conhecer e compreender a constituição histórica do trabalho e da presença do homem na Educação Infantil. Esse conhecimento contribuirá para o rompimento da ideia de que alguns lugares são de mulher e outros de homem, mas todos os lugares são de homens e mulheres, uma vez que, imbuído dessa certeza, é possível respeitar e acolher o outro naquilo que eu não sou e não posso ser.

Em se tratando da presença e do trabalho de homens e mulheres na Educação Infantil, somos colocados diante de um dado que merece muita atenção, visto que muitas crianças que ainda são cuidadas e educadas nesse espaço, muitas vezes, vivem todas as suas jornadas com as mulheres. Para Faria, Macedo e Santos (2013, p. 61):

Diferenças de gênero, etnia, classe social e idade, brincadeiras entre meninos pequenos e meninas pequenas, interlocução entre arte e ciências humanas na formação docente para a Educação Infantil, ao serem problematizadas pela produção acadêmica, contribuem para a compreensão dos espaços educativos das crianças pequenas de 0 a 6 anos como lugar de confronto e diversidade.

Ao utilizar o termo “lugar de confronto com a diversidade”, as autoras buscam reafirmar a necessidade de pensar as instituições de Educação Infantil como mais diversificadas e menos uniformes, onde adultos e crianças possam perceber suas diferenças e suas igualdades como forte instrumento na contraposição das desigualdades sociais que determinam, discriminam, marcam o lugar e o fazer dos sujeitos que nesses espaços trabalham. Pensar o número de profissionais homens trabalhando na Educação Infantil dos municípios de Aparecida de Goiânia

(24 profissionais) e Goiânia (49 profissionais) faz-nos refletir se, de fato, nesse espaço há a promoção da diversidade e se as crianças estão convivendo com diferentes adultos.

Segundo Silva (2014) os estudos e pesquisas sobre o trabalho e a presença do homem na Educação Infantil ainda apresentam inquietações, medos, dúvidas e incertezas. Para tanto, discutir a questão dos direitos das crianças a uma Educação Infantil de qualidade demanda compreender que tanto a infância quanto as instituições que a compõem, em relação à época em que vivemos, passam por transformações. A inserção desse homem num espaço que em sua maioria é constituído por mulheres, o coloca em situação conflitante com a comunidade que põe em xeque qual serão as verdadeiras intenções desse sujeito nesse espaço. Para Ramos (2017, p. 125):

Além da explícita rejeição à figura masculina na Educação Infantil, é perceptível o olhar atento e desconfiado dos adultos quando um professor do sexo masculino ingressa na instituição. Ao tomarem posse para os cargos de educador infantil, são encaminhados para as funções onde atuariam sob a vigilância constante de outros profissionais.

O medo de que os profissionais homens pratiquem alguma violência contra as crianças faz com que famílias e gestão das instituições proponham a separação do trabalho, destinando o que homens e mulheres devem realizar. Os homens diante desses dilemas, se vê próximo, mas cada vez mais distante das crianças, diante de um lugar marcado pelos dilemas, preconceitos e pelo medo. Esses profissionais, frente a essas tensões, precisam provar que não estão ali para ameaçar as crianças, mas desenvolver o trabalho do qual foi aprovado em concurso público, o que demora um tempo para que a comunidade o conheça e perceba quais são suas reais intenções. Ramos (2017) chama essa fase de “período probatório”.

Concordo com Pereira (2016) que, ao comparar o homem na Educação Infantil como um “estrangeiro”, ou seja, alguém que está fora do lugar, afirma que ser homem e profissional que atua com crianças pequenas é assumir que até hoje há um desconforto nas pessoas que estão à sua volta, pois não conseguem perceber as capacidades que um homem possui para cuidar e educar crianças, caracterizando-o como incompatível com as funções e vivências do cotidiano das mesmas, uma vez que, no imaginário das pessoas, homens cuidando e educando crianças trazem as marcas do estranho, do esquisito, do grosseiro e da má-intenção que esse sujeito carrega. Essa pesquisadora problematiza que:

Na Educação Infantil, é lícito supor que a norma são as mulheres no cuidado e educação de crianças, não há para ‘uma’ identidade, a ‘identidade hegemônica’ passa a ser a mulher: maternal, carinhosa, delicada. O seu outro, o homem, ‘torna-se estrangeiro’ em território considerado ‘naturalmente’ feminino, e como todo ‘estrangeiro’, levanta suspeitas, curiosidades, e conseqüentemente, fabrica-se ‘verdades’ sobre esse ser ‘forasteiro’ (PEREIRA, 2016, p. 63).

Esta pesquisa buscou investigar todas essas marcas e estereótipos, mostrando quais são as tensões do trabalho masculino na Educação Infantil e como está se constituindo a profissionalidade dos homens que desenvolvem a ação educativa e pedagógica nessa primeira etapa de educação básica. Tal investigação se faz necessária para nos ajudar a pensar quais são os desafios e possibilidades da presença e trabalho do homem na Educação Infantil.

2.2 TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE GÊNERO: DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

Se o trabalho é uma atividade mental ou física, todo trabalho é uma atividade produtiva que implica o uso deliberado da consciência. Para Marx (2010), o trabalho humano é o único capaz de transformar a natureza. Só o homem é capaz de modificar o meio em que vive.

Discutir trabalho e seus desdobramentos na ação docente não é uma tarefa fácil. Constitui-se como um grande desafio posto na contemporaneidade, visto que os discursos que se propagam na sociedade estão mais a serviço dos grandes empresários, os chamados reformadores da educação, como nomeou Freitas (2018), que a todo custo lutam para terceirizar a escola desconstruindo seu caráter público e de conquista da comunidade. Ano após ano, torna-se preocupante a falta de interesse dos estudantes do Ensino Médio em optar por uma licenciatura. Quando interrogados sobre os reais motivos, narram toda a situação que eles presenciam dentro da própria escola junto aos professores, situações que vão desde a formação, passando pelo financeiro até chegar às condições precárias que os docentes são submetidos para ensinar seus alunos. Shiroma e Evangelista (2015), em um estudo realizado sobre os professores, revelaram que, no Brasil, os dados da UNESCO decresce o interesse dos jovens pela profissão docente. As autoras ainda afirmam que a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), em abril de 2015, apontou que quem se forma professor são os alunos com piores rendimentos no Ensino Médio.

No entanto, é preciso ter claro que as condições em que os profissionais da educação são postos para exercer a docência, o lugar da culpabilização que os mesmos são submetidos pelo estado e pelas famílias no que diz respeito ao fracasso, é intencionalmente orquestrado pelo sistema por não oferecer condições dignas de trabalho e nem propiciar meios para que os alunos de fato aprendam e se desenvolvam. Este fato tem desmotivado alunos na hora de escolher a licenciatura e levado educadores a abandonarem a docência. Shiroma e Evangelista (2015) afirmam que a escola como espaço de trabalho do professor, profere o discurso da democracia e autonomia docente, mas na realidade os professores trabalham sob o controle do

estado, que impõe a eles uma proposta pedagógica reducionista e um currículo mínimo com a exigência de resultados que jamais serão alcançados dadas as condições. Nesse sentido, cabe ressaltar que, quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática ela o foi, como afirmou Saviani (2018) em *Escola e Democracia*.

A propagação de índices e *ranking* que colocam a desvalorização da educação pública é apresentada na grande mídia para encobrir a verdade: a educação nunca foi prioridade nesse país e todas as vezes que esses dados são divulgados, junto a eles são apresentados planos de ações e medidas que visam atacar a má qualidade da educação, combatendo os docentes, impondo medidas e ações que são humanamente impossíveis de serem realizadas. Shiroma e Evangelista (2015, p. 324-325) defendem que:

Boa ou má, a qualidade da educação é uma produção social. A qualidade da escola que temos foi produzida historicamente nos marcos do projeto burguês que agora busca reverter a formação e o trabalho docente e a função social da escola para que se adequem às novas bases materiais no que tange à produção de novas competências técnicas, atitudinais e consciências domesticadas que enxerguem a selva tecnológica, mas não o ‘labirinto do capital’.

Ao afirmarem que a qualidade da educação foi produzida historicamente no projeto burguês, as autoras tocam no que seja o real motivo da má qualidade, visto que nesse projeto o objetivo não é qualidade, mas o lucro. Na perspectiva do lucro, exige da escola resultados a curto e médio prazo tirando a autonomia da mesma em pensar seu currículo a partir da realidade de seus estudantes. Sendo assim, nega-se a autonomia de ensinar do professor e a autonomia de aprender dos alunos. Shiroma e Evangelista (2015, p. 328) esclarecem que:

Talvez possamos concluir que a concepção de autonomia brandida das entranhas do capital não se preste a pensar o trabalho do professor como autônomo nem o aluno como capaz de desenvolver autonomia. Como no caso do protagonismo, a autonomia aqui é ressignificada e, usada como *slogan* tal qual o protagonismo, só pode ser entendida em termos de subalternidade.

Outro elemento que é preocupante no trabalho docente é a desvalorização da carreira. O não cumprimento da lei do Piso¹⁶, de concessões de progressões e titularidades têm forçado os docentes a assumir uma extensa e exaustiva jornada de trabalho, que na maioria das vezes o impede de desenvolver um trabalho de qualidade, pois, quando sai de uma escola, assume outra, e mais outra, e já não consegue exercer uma docência de qualidade. Diante do exposto, há também os discursos da qualidade da educação que têm como objetivo controlar o trabalho

¹⁶ Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando disposição constitucional (alínea ‘e’ do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>

docente, premiar os ditos “bons resultados” com bônus, expor e punir quem não apresentou resultados satisfatórios:

A oferta de prêmios, bônus ou gratificações pelo alcance de metas tem sua face exposta: o corte de verbas, sanções, exposição pública vexatória pelo fracasso, indicando a desqualificação do professor. Essas medidas constrangedoras produzem efeitos diversos. Podem aguçar a resistência e repulsa às medições arbitrárias e o uso dos resultados para punição e segmentação dos professores, mas também podem acirrar a autointensificação do trabalho. Podem gerar cobrança entre pares no interior da escola, com a horizontalização do conflito, entre outras implicações. Elevar os indicadores está se tornando, em poucos anos, o objetivo maior das escolas, que sutilmente vão sendo transformadas ‘de fora para dentro’, por ingerência anunciada no documento Rumo a 2022 do movimento Todos pela Educação (SHIROMA; EVANGELISTA, 2015, p. 330).

A fala das autoras nos chama a refletir que o movimento “Todos pela Educação¹⁷”, que está centrado mais nos índices e resultados, objetiva entregar a escola para os empresários do que na promoção da valorização, condições de trabalho e qualidade de vida do trabalhador. Nesse sentido, os professores são lançados num regime de controle e trabalhos exaustivos que ferem sua autonomia e seu fazer docente, fator que também tem contribuído para o esgotamento do docente.

Discutir o capitalismo e neoliberalismo e como eles funcionam e corroboram na disseminação das desigualdades sociais é uma necessidade urgente e necessária diante do atual contexto em que vivemos. Entretanto, torna-se necessário conhecer e tencionar os conceitos de igualdade, diferença e desigualdade para compreender esse desdobramento nos seres humanos e na sociedade. Para tanto, é preciso levantar os seguintes questionamentos: o que é diferença? Como se caracteriza a desigualdade? Como é que podemos compreender a igualdade? E por fim, o difícil equilíbrio para o ser humano perceber a relação entre igualdade e diferença.

As diferenças são sociais e se dividem em diferenças naturais e culturais, daí a defesa de que a sociedade possui etnias, gêneros, faixas etárias e religiões diferentes. Nesse sentido, a diferença é uma característica humana e fonte de enriquecimento humano, o modo de ser, estar, pensar e viver das pessoas passa a ser compreendido de forma mais ampla, com mais possibilidades e por meio de diversas expressões. Conforme Vandembroeck (2013), compreender que os outros são diferentes de nós em suas características humanas e culturais é

¹⁷ Em trabalho intitulado “Todos pela educação”: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI”, André Silva Martins apresentou críticas ao organismo denominado “Todos pela Educação” sob o prisma das relações de hegemonia no Brasil contemporâneo. Descartou o papel dessa entidade na atual configuração da sociedade civil brasileira, bem como sua inserção no movimento político-empresarial em curso no país na atualidade. Em síntese, tece considerações sobre o significado político do organismo “Todos pela Educação” na realidade brasileira, tendo como referência o projeto de hegemonia da classe empresarial no país (MARTINS, 2008). Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_356.

perceber que o mundo é diverso, e a negação da diversidade sugere que se trate todos como iguais.

Pensando na desigualdade social, essa não foi criada pela natureza e nem pela cultura. Ela foi criada pelo ser humano no contexto das relações de forças, dominação e exploração. Implica em juízo de superioridade e inferioridade, entre grupos ou classes sociais. Portanto, se por um lado, existem as diferenças como algo que é característico do ser humano, por outro, há as desigualdades como ações criadas socialmente, que tem a intencionalidade de fazer com que grupos ou classes sociais exerçam relações de poder uns sobre os outros, ou seja, estabelecem hierarquias de superioridade e inferioridade. Para Marx (2010), são as desigualdades que fazem o capitalismo funcionar, uma vez que são os capitalistas que exercem relações de poder sobre os meios de produção e a classe trabalhadora:

A desigualdade é uma característica da sociedade contemporânea. Os sistemas hierárquicos de classificação e hierarquização criam mecanismos de subalternização, que se fundamentam em uma lógica binária que coloca em lados opostos adultos e crianças, brancos e negros, homens e mulheres, e contribuem para a construção, desde o nascimento, da desigualdade, ajudando assim, a manter a norma estabelecida. Esta é, por si só, mais uma razão para afirmar a necessidade de desvelá-la (FARIA; MACEDO; SANTOS, 2013, p. 53).

A igualdade nasce da tendência de os indivíduos se considerarem todos fundamentalmente iguais, sendo que ela se configura como princípio fundamental para a constituição dos estados e da nossa Constituição Federal ao afirmar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, art. 5º). Sendo assim, a Constituição Federal afirma que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações de qualquer natureza, por isso, enquanto modernidade, as pessoas tendem a se enxergar como iguais. Para tanto, é necessário que a igualdade seja reivindicada como direito e condições de oportunidades para que todos os seres humanos supram as desigualdades.

As pesquisas, estudos e discussões sobre as questões de gênero no Brasil tem avançado muito nos últimos anos. Universidades, escolas e grupos de estudos têm intensificado os debates e posicionamentos para demarcar o papel e a construção social das masculinidades e feminilidades na perspectiva do gênero. No entanto, deve-se ter claro que essa categoria ainda é objeto de muitas tensões no contexto da contemporaneidade, visto que há um equívoco ao conceber o que é essa categoria e como ela de fato contribui no campo da ciência, da identidade e da diversidade. Para Louro (2014, p. 29):

Numa aproximação às formulações mais críticas dos estudos feministas e dos estudos culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classes, de gênero, etc. – constitui o sujeito e pode levá-lo a perceber como se fosse ‘empurrado em diferentes direções’, como diz Stuart Hall (1992, p. 4) ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito.

Muitos são os discursos equivocados acerca dos estudos de gênero, sendo que o maior equívoco está em conceber gênero e sexualidade como sinônimos, ou seja, grande parte da sociedade tem discutido e até demonizado essa categoria pelo fator biológico, desconhecendo que o estudo de gênero está ancorado na perspectiva da construção social, uma vez que não há somente uma maneira de ser homem e ser mulher, mas várias. Scott (1995) em seu artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*” posicionava-se acerca desses equívocos, procurando explicar que não se pode usurpar a categoria colocando-a como uma “ideologia”, trazendo-a numa perspectiva de doutrinação dos sujeitos, como se um ser humano pudesse e tivesse o poder de influenciar o outro a ser bissexual, heterossexual, homossexual, transexual.

Entretanto, é necessário colocar que nos discursos hegemônicos e sexistas há o que é padronizadamente correto, ou seja, a heterossexualidade e o que foge a esse padrão é considerado um desvio sexual do sujeito. Ao diferenciar gênero de sexualidade Scott (1995) demarca gênero, sexualidade, sua importância para o desenvolvimento humano e para a construção da identidade dos sujeitos, sendo que a estudiosa defende que enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, o gênero é uma categoria mais fluida que se refere aos papéis sociais atribuídos aos sexos. O sexo de uma pessoa é determinado pelo fator biológico, entretanto, o gênero é uma categoria de ideias e ideais em que as feminilidades e masculinidades podem diferir de forma considerável em sociedades distintas e em diferentes momentos da história.

Numa sociedade que ainda prega e legitima discursos patriarcais, que separam os sujeitos por classe social, orientação sexual, crença religiosa entre outros, há dois pesos e duas medidas em se tratando de igualdade de direitos de homens e mulheres. Há uma relação de poder na qual os homens são vistos a partir de padrões construídos historicamente e socialmente nos quais são polarizadas as posições de gêneros. Segundo Louro, Felipe e Goellner (2013, p. 35-36):

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe mulher, mas várias e diferentes mulheres, que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras).

A afirmação das autoras evidencia que, ao se considerar fator biológico como a única forma de construir uma identidade, nesse caso, a perspectiva da heterossexualidade é um equívoco que padroniza as diferentes formas de ser e estar no mundo dos sujeitos que não são iguais, não vivem nos mesmos contextos, não possuem as mesmas culturas e escolhas. Assim, é necessário buscar nos estudos de gênero e entender que essa categoria dialoga na perspectiva pela qual a condição social que nos identifica como masculino e feminino não é algo natural que está dado, pronto e acabado, mas é construído de forma social, cultural e envolve um processo de conjuntos e marcas que vão se inserindo nos sujeitos a partir daquilo que significam suas masculinidades e feminilidades. Louro afirma que:

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava uma disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações 'positivas' de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política (2016, p. 32).

A autora, ao trazer os contrapontos em relação a identidade homossexual, nos faz pensar que não são somente as pessoas que apresentam comportamentos homofóbicos mas, também, a grande mídia que de maneira desrespeitosa e preconceituosa, traz a identidade homossexual estereotipada com a finalidade de promover o deboche e o escárnio da comunidade LGBT.

Dessa forma, a categoria gênero está relacionada à identidade de cada sujeito. Nesse conjunto, estão as formas como se veste, aos gestos, os hábitos e a maneira como cada sujeito se posiciona e se coloca no mundo. A identidade de gênero se organiza na forma como o sujeito se constrói como masculino e feminino, como o indivíduo vê e interpreta a si mesmo em relação ao seu sexo biológico. Louro, Felipe e Goellner (2013) posicionam-se acerca da identidade de gênero trazendo uma afirmação proferida pela feminista francesa Simone de Beauvoir:

Nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres, o mesmo se pode dizer dos homens. Isso implica, portanto, analisar os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos como mulheres e homens de determinados tipos, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar, minimamente, as relações de poder de gênero vigentes na sociedade em que vivemos (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013, p. 20).

A afirmação proferida por Simone de Beauvoir aponta elementos importantes para desconstruir essa polarização que prega um só tipo de homem e mulher como perfil para a sociedade, sem falar que desses contextos há também as relações de poder que tem como finalidade promover a valorização e demarcação do masculino em detrimento do feminino. Nesses discursos hegemônicos e sexistas na perspectiva do conservadorismo patriarcal, a

mulher deve ser submissa ao homem, visto que erroneamente pregam e colocam os homens como dominadores e as mulheres como as dominadas. Na perspectiva de Biroli (2018, p. 91):

O universo das relações familiares é feito de afetos, cuidado e apoio, de exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência. A violência doméstica afeta, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis nos agrupamentos familiares: mulheres – por razões socioeconômicas e pela construção simbólica do feminino como subordinado ao masculino, crianças e idosos pela maior fragilidade e de dependência que essas fases da vida implicam.

Dessa forma, é preciso entender que ao contrapor esses tipos de pensamentos que ferem direitos fundamentais tais como, a igualdade e equidade entre homens e mulheres, estamos contribuindo para que as novas gerações percebam que cada ser humano, independentemente de sua identidade de gênero, possui e deve gozar dos mesmos direitos e deveres como preconiza a Constituição Federal de 1988.

Ao se tratar das questões de gênero e das desigualdades sociais é preciso entender a história e, sobretudo, o papel da religião para legitimar a separação dos corpos de homens e mulheres e o que é determinado para cada gênero. Nesse sentido, é preciso compreender como as desigualdades sociais subestimam a capacidade dos sujeitos na perspectiva de sua orientação sexual, assim, espaços, ocupações e decisões são selecionados, separando homens e mulheres, proibindo-os de estarem nos mesmos espaços e gozarem dos mesmos direitos. A discutir sobre a divisão sexual do trabalho, Biroli (2018, p. 21) afirma que:

Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, é claro, nas consequências dessas classificações. As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se levem em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionados à divisão sexual do trabalho.

Discutir sobre a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade possibilita entender que uma sociedade democrática pautada no respeito e no reconhecimento das potencialidades do outro, demarca que todos os espaços são de homens e mulheres e, ao fazer essa importante afirmação, cabe a responsabilidade de problematizar que homens e mulheres podem e devem ser/fazer o que quiserem, visto que numa sociedade igualitária todos os papéis podem ser realizados por ambos. Na cultura em que os sujeitos estão inseridos, não há dúvidas sobre a importância das religiões, do papel do sagrado e da maneira como certos discursos são legitimados em nome de Deus e como subversão do pecado. Segundo os estudos de Lemos (2005, p. 127):

A tradição judaico-cristã, que prevalece em nossa cultura ocidental, tem apresentado a ideia de que o sagrado por excelência (Deus) é uma entidade masculina. Além disso,

a forma privilegiada desse Deus se manifestar, a hierofania, é também masculina. Vejamos alguns exemplos: a imagem tradicional da divindade é a de um velho sábio; esse cria primeiramente Adão para depois Eva; Eva peca e leva Adão a pecar também (além de não ter sido criada primeiro, Eva não merece confiança, é responsável por todos os males).

A fala da autora elucidada sobre os papéis e posições que as mulheres ocupam em suas religiões. A maioria delas segue a Bíblia que, segundo seus ensinamentos, propõe uma imagem de mulher submissa e obediente aos seus maridos. Em muitos desses espaços, as mulheres não assumem cargos e funções de liderança, somente seus esposos. E qualquer forma de desobediência ou enfrentamento aos maridos é visto pela igreja como afronta aos ensinamentos bíblicos. Em muitas doutrinas, a mulher carrega o fardo da desobediência de Eva e seu papel é buscar uma conduta que a aproxime de Maria, mãe de Jesus. Ainda na perspectiva de Lemos (2005, p. 129):

As esposas podiam obter a salvação pelo devotamento ao marido, pelos cuidados aos filhos e pela prática de boas obras. A sexualidade somente poderia ser exercida em função da procriação, caso contrário, constituía o mais grave dos pecados, colocando a mulher na condição de Eva.

Diante desses contextos, fica claro que a mulher teve seu espaço construído em meio a uma cultura da não participação, do cerceamento e da submissão aos seus maridos, sendo que diante de qualquer forma de subversão a esse padrão, as mulheres estavam predestinadas ao maior e mais pecaminoso dos pecados.

Discutir as questões de gênero no campo dos direitos humanos ainda se constitui outro desafio, já que as igualdades de oportunidades para homens e mulheres, ainda é marcada pelo distanciamento e disparidades. Se na Educação Infantil as mulheres são a maioria esmagadora, em outros postos de trabalho, com melhores remunerações, as mulheres são minoria, ou na maioria das vezes, elas nem estão inseridas nesses espaços. Estudos de gênero mostram que as mulheres ainda ocupam os piores cargos e assumem todo o trabalho da casa. Para Cyrino (2011, p. 131):

A organização familiar tradicional sustentava-se na figura do homem, 'chefe de família' e da mulher 'dona da casa' em uma realidade em que a divisão sexual do trabalho entre os casais era bem delimitada. A entrada massiva das mulheres para o mercado de trabalho alterou de maneira importante as configurações familiares, embora os estudos de gênero mostrem uma persistência de certo tradicionalismo nas relações de gênero no que se refere a divisão do trabalho entre os sexos.

Pensar essas disparidades é necessário como forma de pensar as desigualdades de gênero e contrapô-las. Outra questão que necessita ser problematizada é a representatividade de homens e mulheres no mundo de trabalho e suas remunerações. Em muitos casos, as mulheres têm recebido menos que os homens pelo trabalho que realizam, mesmo cumprindo a

mesma carga horária e exercendo a mesma função. Para Cyrino (2011), muitas vezes, quando elas assumem um cargo que majoritariamente é assumido por homens, as características atribuídas a elas contribuem para reforçar o seu papel tradicional de mãe.

Outros desdobramentos dessas desigualdades podem ser vistos na educação, onde as oportunidades de estudo para as mulheres são mais difíceis, sobretudo as casadas que precisam se dividir entre o trabalho, os estudos e os serviços domésticos que, na maioria das vezes, é assumido integralmente por elas, sendo que essa elevada carga de tarefas as fazem desistir dos estudos (CYRINO, 2011). Em se tratando da política, as mulheres ainda são uma minoria que, segundo Biroli (2018), além de pouca representatividade, há o discurso sexista que política não é coisa para mulher. Ainda na perspectiva dessa autora:

A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados. Vem sendo contada por intelectuais feministas de um modo que explicita as conexões e as tensões entre patriarcado e capitalismo, desvenda o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas e as matrizes de dominação que são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas (BIROLI, 2018, p. 172).

A fala da autora evidencia que na perspectiva dos direitos humanos, as desigualdades de gênero ainda têm muito o que avançar não só no Brasil, pois é uma questão mundial e que mulheres e outros grupos sociais excluídos do debate sobre a inserção na política precisam fazer valer não somente o direito ao voto, mas, também, a participação política.

2.2.1 Políticas e Cenários Nacionais

Discutir as políticas públicas no campo da Educação Infantil nos leva a pensar e refletir como se constituiu a história social da criança e da infância. Para tanto, faz-se necessário retomar a história para compreender como as mudanças nesse olhar ocorreram com o passar dos tempos, de que forma atingiu a educação e, conseqüentemente, a aprendizagem e desenvolvimento das crianças na contemporaneidade. Conforme discute Almeida (2010), a infância é parte da sociedade e essa pertença se dá por diversos acontecimentos históricos que fazem da infância uma categoria de estudo e investigação. O lugar ocupado pela condição social das crianças e suas infâncias orientou muitas das políticas que foram pensadas e implementadas. A exemplo disso, os estudos de Ariès (1984) nos permitem conhecer os marcos históricos do que foi essa condição na idade média e o projeto de escolarização que se pretendia à época. Para o autor:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de uma habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura cotidiana do século XI nos dá informação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão (ARIÈS, 1984, p. 17).

O autor descortina que na idade média a arte medieval e as representações iconográficas do século XII não reconhecia a infância e a imagem da criança com suas características e peculiaridades; eram vistas como adultos em tamanho reduzido. As crianças conviviam e realizavam as mesmas atividades que os mais velhos faziam. Ainda para o autor, os trabalhos domésticos eram utilizados pelas crianças como forma de aprendizagem, era por meio do serviço doméstico que os mestres transmitiam aos filhos dos outros a bagagem de conhecimento, os valores e as práticas que deveriam possuir. De acordo com Ariès (1984), as preocupações para as condições básicas de saúde não existiam, uma vez que a Medicina não era avançada, fato que tornava muito comum a morte de crianças. Havia também o abandono delas, já que nasciam muitas na época. Sendo assim, quando se perdiam, não faziam falta.

Conforme Ariès (1984), a partir do século XIII é que a arte começou de forma bem sutil a representar imagens de crianças com traços infantis, sendo perceptíveis na representação dos anjos e do Menino Jesus. No século XIV, por mais que as crianças aparecessem em ambientes com os adultos, as mesmas viviam no anonimato, pois, a elas, não era dado nem um tipo de importância. Segundo os estudos de Ariès (1984) nem sempre as crianças permaneciam em suas famílias de origem, e diante do óbito, nenhum sentimento era demonstrado por suas famílias, já que para os adultos as crianças eram substituíveis devido à taxa de natalidade, que na época era alta. Nesse sentido, Ariès (1984, p. 21) discorre que:

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulto ou que tivesse morrido pequeno. No primeiro caso, a infância era apenas fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança; havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. O sentimento de que faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte.

De acordo com Ariès (1984), somente a partir do século XVIII, com o surgimento das ideias humanistas e a contribuição dos estudos da Psicologia, é que começou a surgir um sentimento mais afetivo dos adultos, onde as crianças começaram a ser percebidas como seres com características próprias e singulares desse tempo social da vida.

No decorrer dos anos, diferentes concepções de crianças, infâncias e Educação Infantil foram deixando suas marcas na história pelas formas de tratamento dadas às crianças no território brasileiro, atendimento que muitas vezes trazia consigo um discurso carregado de

preconceito e segregação, de que era preciso garantir atendimento às crianças devido à sua condição social e de sua família, ou seja, por serem provenientes das classes desfavorecidas.

Para Kuhlmann Júnior (2015, p. 87):

A creche não era defendida de forma generalizada, pois trazia à tona conflitos, tais como a defesa da atribuição de responsabilidade primordial à mãe na educação da pequena infância. Vieira salienta que a expressão “mal necessário” foi utilizada para caracterizar a creche por autores que a preconizavam. No entanto, se a proposta de constituição das creches foi objeto de controvérsias, a afirmação de sua necessidade pressupunha que essas instituições poderiam colaborar para conciliar a contradição entre o papel materno defendido e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora, embora essa não deixasse de ser responsabilizada por sua situação.

Ao atentar para a estreita relação que a Educação Infantil tem com os mais diversos aspectos da sociedade, percebe-se a importância do seu papel e a necessidade de fortalecer as políticas públicas e ampliá-las no sentido de garantir e materializar o direito de estar, aprender e se desenvolver a todas as crianças nesses espaços. Ainda na Perspectiva de Kuhlmann Júnior (2015, p. 16):

A história da Educação Infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc; e, é claro, com a história das demais instituições educacionais. Não se trata apenas da Educação Infantil: a história da educação em geral precisa levar em conta todo o período da infância, identificada aqui como condição da criança, com limites etários amplos, subdivididos em fase de idade, para as quais se criaram instituições educacionais específicas.

Conforme Campos, Rosemberg e Ferreira (1993) o fato do atendimento em creches e pré-escolas terem se tornado subordinadas à área da Educação de maneira legítima e constitucional é um grande passo para a superação do caráter assistencialista que impregnou os programas voltados para essa faixa etária, uma vez que essa subordinação retira as creches e pré-escolas da condição de assistencialismo para ganhar o caráter educacional. Na visão das autoras:

Ao definir que ‘o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de’ (Art. 208), entre outros, ‘o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade’ (inciso IV), a constituição cria uma obrigação para o sistema educacional, que certamente terá que equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1993, p. 18).

Para Oliveira (2011), no contexto do território brasileiro, a Educação Infantil deve ser pensada na perspectiva da expansão do trabalho feminino na atividade industrial e no setor de serviços perpassando por uma urbanização cada vez maior. Nesse sentido, pensar essa etapa de maneira mais ampla requer a reflexão das inúmeras contradições sociais, políticas e econômicas que incoerentemente coexistem e mantêm o discurso do crescimento com miséria e

desemprego, promovendo de maneira desigual o acesso e permanência de qualidade social à educação para as diferentes camadas sociais. Para tanto, o dualismo que há entre a defesa de uma educação mais assistencialista ou mais educativa para o atendimento às crianças em creches e pré-escolas tem recorte de classe social. Segundo Oliveira (2011, p. 80):

Em relação à pré-escola, enquanto as propostas educacionais de Froebel, Decroly e Montessori, originalmente elaboradas para atender as crianças das camadas ou grupos desprivilegiados da população – como órfãos da guerra e crianças com deficiência -, foram sendo apropriadas e aperfeiçoadas por educadores que trabalhavam com crianças de grupos mais privilegiados, cujos filhos necessitariam de um atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, o atendimento às crianças oriundas das famílias de baixa renda continuou a obedecer a modelos assistencialistas voltados para a satisfação das necessidades de guarda, higiene e alimentação, ou, quando muito, procurou imitar uma pálida e distorcida visão da prática pedagógica das pré-escolas organizadas para alunos da classe média e que era orientada por preceitos um pouco mais científicos. Também em relação à creche, apenas quando segmentos da classe média foram procurar atendimento em creches para seus filhos é que essa instituição recebeu força de pressão suficiente para aprofundar a discussão de uma proposta verdadeiramente pedagógica, compromissada com o desenvolvimento total e com a construção de conhecimento pelas crianças pequenas.

Ao refletir sobre os contextos históricos colocados pela autora, pode-se perceber que as crianças das classes trabalhadoras só conhecem e têm acesso ao caráter educativo nas instituições de Educação Infantil, enquanto as famílias da classe média buscam outra forma de atendimento escolar. De uma educação assistencialista e compensatória, que restringia a alimentação, guarda e higiene, a Educação Infantil passa a compor as etapas da educação com suas funções sócio-políticas.

Conforme os estudos de Campos, Rosemberg e Ferreira (1993), a luta pela democratização da escola pública já ecoava desde a década de 70. Esse movimento envolveu a luta de diversos profissionais da educação, junto com os movimentos feministas e outros movimentos sociais que lutavam por direito à creche para os filhos dos trabalhadores. Foram esses movimentos e lutas que possibilitaram a conquista e reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como direito das crianças e um dever do estado previsto no art. 208 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Outro marco importante nas políticas educacionais brasileiras aconteceu no ano de 1990. Segundo Oliveira (2011), crianças e adolescentes, pela sua condição de seres humanos e sujeitos sociais, possuem direitos e deveres. A garantia dos direitos das crianças e adolescentes foi objeto de discussão na Convenção sobre o direito da criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989. No Brasil entrou em vigência em 1990, onde todos os estados da nação são convocados a proteger suas crianças e seus adolescentes de todas as formas de violação de direito.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, concede às crianças e adolescentes absoluta prioridade, exigindo, para tanto, uma lei específica que o regulamentasse:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Nesse sentido, Oliveira (2011) afirma que Constituição Federal (BRASIL, 1988) no art. 227, ao colocar as questões das crianças e adolescentes como prioridade, direciona para a necessidade de criação de uma lei que a regulamentasse. Sendo assim, em 13 de julho de 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069 (BRASIL, 1996) que, de maneira compartilhada entre família, sociedade e estado, passou a ser exigência para a garantia de todos os direitos das crianças e adolescentes assegurados no Art. 227. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nasce um novo direito constitucional da infância e da adolescência brasileira, construção que foi resultado de um longo processo de mobilização social, que promoveu transformações profundas principalmente, na concepção da criança e do adolescente como seres humanos em desenvolvimento. Na perspectiva de Craidy (2011, p. 24):

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, também conhecido como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação de Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas.

As lutas pela democratização da escola pública contaram com a mobilização de educadores, pressões feministas e também de movimentos sociais de lutas por creches e pré-escolas. De acordo com Oliveira (2011), além desses movimentos terem conquistado o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do estado na Constituição Federal de 1988, levantaram o debate para garantir que o atendimento em creches e pré-escolas deveria integrar-se aos sistemas de ensino. Na visão da autora:

Esses pontos preparam um ambiente, para a aprovação da LDB, Lei nº 9394/96, que colocou a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica. Essa foi uma conquista histórica, pois tirava as crianças pequenas, e pobres de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social (OLIVEIRA, 2011, p. 80).

Nessa perspectiva, a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, ter identidade própria e com encaminhamentos assegurados no art. 89 da LDB em que “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar a partir da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”. Conforme

Oliveira (2001), a LDB faz uma organização na educação brasileira, do qual o acesso e permanência de crianças e adolescentes sejam mais ampliados. Ainda segundo essa autora:

Amplia o conceito de educação básica que passa a abranger a Educação Infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Expande o conceito de educação, vinculando o processo formativo com o mundo do trabalho e a prática social exercida nas relações familiares, no trabalho, no lazer e na convivência social. Aumenta as responsabilidades das unidades escolares (aí incluindo creches e pré-escolas) e determina que os sistemas de ensino garantam-lhes graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, com a participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração e gestão de seus projetos pedagógicos (OLIVEIRA, 2011, p. 81).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ao regulamentar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (9394/96, art. 21) demarca suas finalidades educativas e pedagógicas, afirmando que a primeira etapa tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação das famílias e da comunidade como proposto no (BRASIL, 1996, Art. 29).

Em se tratando dos princípios da valorização dos profissionais da educação, a LDB traz como requisito a Educação Infantil ser dirigida por profissionais habilitados na área da educação, podendo contar com profissionais de outras formações para que coletivamente possam definir caminhos e dividir as tarefas que forem coletivamente pensadas. Nesse sentido, a LDB (9394/96) afirma que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I- ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III- piso salarial profissional; IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI- condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996, Art. 67).

Os marcos históricos e legais que foram apresentados até aqui demarcam o que as legislações trazem como o ideal para atendimento qualificado na primeira infância, porém, no plano real, muito do que propõe a lei ainda está em processo e não foi materializado em diversos estados e municípios do país, tais como: cumprimento da lei do Piso salarial para os profissionais da educação, incentivo à profissionalização docente, realização de concursos públicos para atendimento da demanda, entre outras situações que, segundo Craidy (2011), inviabiliza a qualidade no atendimento.

Outro ponto importante que precisa ser problematizado é o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005) aprovado em 25 de junho de 2014, com validade de dez anos. Esse plano

estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. O artigo 2º do PNE (2014/2024) anuncia dez diretrizes orientadoras que envolvem:

I- erradicação do analfabetismo; II- universalização do atendimento escolar; III- superação das desigualdades educacionais; IV- melhoria da qualidade da educação; V- formação para o trabalho e para a cidadania; VI- gestão democrática da educação pública; VII- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII- aplicação de recursos públicos em educação tendo como referência percentual do Produto Interno Bruto (PIB); IX- Valorização dos profissionais da educação; X- promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (SAVIANI, 2014, p. 03).

Entretanto, muitas das metas contidas no Plano Nacional de Educação estão longe de serem consolidadas devido à falta de investimento e incentivo por parte do poder público, em especial a meta 20, que é a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do país no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. De acordo com Saviani (2014), a aprovação da PEC 241, que congela investimentos em saúde e educação por 20 anos, atinge diretamente as metas contidas no PNE. Para Saviani (2014) um dos maiores entraves para a não consolidação das metas contidas no PNE são os obstáculos políticos que promovem a descontinuidade nas políticas educativas. Na visão desse autor:

A outra característica estrutural da política educacional brasileira que opera como um desafio para a construção do Sistema Nacional de Educação é a descontinuidade. Esta manifesta-se de várias maneiras, mas tipifica-se mais visivelmente na plethora de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do zigue-zague ou do pêndulo. A metáfora do zigue-zague indica um sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai e vem de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional (SAVIANI, 2014, p. 34).

Ter a Educação Infantil incluída no sistema de ensino, traz a necessidade de elaborar uma proposta pedagógica a ser planejada, desenvolvida e avaliada por toda a comunidade escolar numa perspectiva de gestão democrática e participativa, onde a participação de todos é o fio condutor para as tomadas de decisões. Segundo os estudos de Oliveira (2011, p. 81):

Essa gestão democrática da creche deve ser voltada para o aperfeiçoamento pedagógico do seu cotidiano. O padrão de qualidade a ser obedecido pela creche passa a incluir os critérios pedagógicos de desenvolvimento de competências pelas crianças, além de outros requisitos que em uma instituição para crianças deve apresentar: ambiente limpo, saudável, organizado, com cuidados físicos também atentamente observados.

Atentar-se para as propostas pedagógicas que perpassam pelos tempos, espaços e ofertas de materiais nos espaços que cuidam e educam crianças é de suma importância para a garantia da aprendizagens e desenvolvimento das mesmas, bem como a centralidade delas em suas

pesquisas, explorações e descobertas. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98) e fixada pela Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, foram fundamentais por trazer um conjunto de princípios e orientações para que os sistemas de ensino possam pensar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Sendo assim, as DCNEI (2009) apresentam uma série de orientações pensadas em diversas perspectivas para garantir a formação integral das crianças, tais como: a identidade no atendimento na Educação Infantil; a função sociopolítica e pedagógica; a definição de currículo; a visão de criança como sujeito do processo educativo; princípios éticos, estéticos e políticos; objetivos e condições para a organização curricular; a necessária e fundamental parceria com as famílias; organização das experiências de aprendizagem na proposta curricular; o processo de avaliação e o acompanhamento da continuidade do processo de educação.

Ao tratar das aprendizagens das crianças, as DCNEI (2009, p. 12)

concebem o currículo “como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental científico e tecnológico de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade” (Art. 3º).

O currículo pensado para a Educação Infantil contrapõe a crença de uma criança rasa, como uma folha em branco, mas a reafirma como uma criança potente, que cria, imagina, questiona, levanta hipóteses e na relação com outras crianças e adultos aprendem e desenvolvem. Nesse sentido as DCNEI (2009) propõem que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações as práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura (BRASIL, 2009, Art. 4º).

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para toda educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A BNCC (BRASIL, 2017) foi homologada pelo ex-ministro da educação Mendonça Filho no governo de Michel Temer. No que se refere à Educação Infantil, o documento propõe uma organização curricular com seis direitos de aprendizagens, cinco campos de experiências e seus respectivos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento por grupo e faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas),

mediados pelos eixos estruturantes do currículo que são as interações e brincadeiras. Conforme Freitas (2018), o processo de construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular tem sido alvo de muitas discussões e críticas pelas academias, sindicatos dos trabalhadores em educação, fóruns, trabalhadores em educação e outros segmentos da sociedade que discutem a educação. A principal contraposição foi a maneira verticalizada do qual a BNCC foi elaborada sem participação desses segmentos na construção e debate do documento, bem como as propostas de um currículo prescritivo e padronizado para as etapas, minimizando áreas do conhecimento e conteúdos que os educandos têm acesso. Conforme Freitas (2018, p. 113):

A padronização dos objetivos de ensino e, por consequência, dos conteúdos de aprendizagem, atinge o desenvolvimento cognitivo, mas não somente, pois as bases nacionais curriculares tem incluído as chamadas “habilidades socioemocionais”, ampliando o grau de padronização em direção a hábitos e atitudes sociais dos estudantes. Este movimento em direção ao que é “correto” socialmente (p. ex. “ser cooperativo, resiliente”) cria, pelo oposto, o que “não é correto” e fornece, ao mesmo tempo, as bases para o julgamento moral dos estudantes considerados “adequados” ou “inadequados”.

Na Educação Infantil propor objetivos de aprendizagens para as crianças desde bebês, traz um sério problema, pois fere os tempos da vida das mesmas já que as crianças não são iguais, não têm os mesmos ritmos. Homogeneizar as crianças é desconsiderar suas formas de ser e estar no mundo. Nesse sentido, Freitas (2018) faz um alerta sobre o des(serviço) que a BNCC presta à educação e suas finalidades educativas com a intencionalidade de favorecer aos empresários:

Bases Nacionais Comuns Curriculares cumprem o papel de impedir uma discussão fundamental sobre quais são as finalidades da educação e sobre o que devemos entender por ‘boa educação’. Qualquer planejamento educacional tem que iniciar pelo questionamento de que uma determinada sociedade (não apenas um grupo dela, os empresários e seus intelectuais organizados em suas fundações) pensa que deva ser uma “boa educação” (FREITAS, 2018, p. 131).

Ao discutir as políticas educacionais, sobretudo para a Educação Infantil, há a necessidade de refletir e problematizar sobre as políticas propostas no atual contexto, onde os interesses de uma minoria que, ancorada pelos dogmas morais e religiosos tem imposto à população suas normas excluindo a pluralidade humana. Concordo com Biroli (2018) ao afirmar que, “a contestação da noção de gênero é, na prática, uma recusa ao reconhecimento da diversidade e da pluralidade nas sociedades, trata de uma investida contra um pilar das democracias que é a laicidade do estado”. Esses grupos, de maneira conservadora, desrespeitosa e autoritária, buscam a qualquer custo banir da cultura brasileira, identidades negras, índios, quilombolas, LGBT, questões de gênero e sexualidade em nome de suas crenças pessoais. Querem a qualquer custo colocar o que suas crenças acreditam e pregam em

detrimento da cultura e da crença dos outros, demonizando-as de maneira cruel. Para Morin (2011, p. 74):

Tantos problemas dramaticamente unidos fazem-nos pensar que o mundo não só está em crise; encontra-se em violento estado no qual se enfrentam as forças de morte e as forças de vida, que se pode chamar de ‘agonia’. Ainda que solidários, os humanos permanecem inimigos uns dos outros, e o desencadeamento de ódios de raça, religião, ideologia conduz sempre a guerras, massacres, torturas, ódios, desprezo.

Os discursos de ódio, hegemônico, sexistas, homofóbicos, vem desrespeitando a diversidade e enfraquecendo processos democráticos e crenças em uma sociedade mais humana. Há, portanto, a necessidade de estranhamento e posicionamento. Nesse sentido, concorda-se com Silva (2014) quando nos alerta para a preocupação da fixação de uma identidade como norma. Na perspectiva desse autor:

Fixar determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, 2014, p. 83).

A afirmação do autor evidencia que instituir uma única identidade como positiva, acarretará na negatização das outras. Em se tratando da Educação Infantil, que acolhe as identidades representadas na instituição, cabe aos educadores valorizá-las, uma vez que as crianças ampliam seu repertório na relação e na experiência com o outro. Biroli (2018) afirma que as defesas e discursos impostos aos homens e mulheres, determinando a eles e elas o que deve ser realizado, quem deve permanecer nesse ou naquele lugar, reforça a divisão sexual do trabalho, bem como as desigualdades sociais e de gênero.

A empreitada contra a igualdade de gênero, não se limita ao Brasil e está em curso de forma aguda em diferentes países e continentes. Há alguns marcos nessa investida conservadora. Um deles remete às contestações lideradas por grupos católicos às diretrizes assumidas na Conferência Internacional da Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas em Pequim, em 1995. Outro é o aparecimento da “ideologia de gênero” em documento do Conselho Pontifício para a Família, da Igreja Católica em 2003 (BIROLI, 2018, p. 130).

Os discursos e políticas atuais aprovados e legitimados no Brasil tem demonstrado o preconceito velado daqueles que querem a todo custo impor sua crença e o que acredita aos outros, desmerecendo o pluralismo de ideias que deve haver num estado democrático de direito. Muitos foram os golpes institucionais para desmobilizar as lutas e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, em nome da exploração, do acúmulo do capital pelos donos dos meios de

produção. Com o golpe parlamentar de 2016, veio a usurpação de direitos fundamentais alinhados ao discurso de que era para o bem do país e que o mesmo não podia parar. Para Frigotto (2017, p. 21):

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura.

O golpe atingiu de maneira cruel a educação, uma vez que vivenciamos o desmonte dos direitos dos estudantes com as implementações de currículos mínimos, padronizados, baseados testes que geram resultados e esses resultados em índices, inviabilizando o pensamento crítico dos estudantes. Segundo os estudos de Freitas (2018, p. 83):

A insistência da reforma empresarial para que a escola se restrinja à ‘aprendizagem das disciplinas básicas’ é uma demanda de longa data do *status quo*, assustado com a possibilidade de que os processos de trabalho inevitavelmente baseados em maior uso de tecnologia, ao demandarem mais instrução, acabem por ‘educar de mais a mão de obra’, levando-a a níveis de conscientização maiores que mobilizem e coloquem em xeque o próprio *status quo*.

Os profissionais da educação também são confrontados, uma vez que, diante de propostas abusivas como o Projeto Escola sem Partido, que propõe censurá-los, tirar deles a liberdade de cátedra para exercer a docência, impedem que ensinem e formem sujeitos emancipados, para que os mesmos possam intervir criticamente no mundo, desvalorizam a carreira, para desmotivar os educadores com o objetivo de posteriormente afirmar que a escola e seus professores fracassaram e assim entregá-los aos interesses da iniciativa privada. Tal cenário faz-nos refletir a proporção de um projeto maior e arquitetado com a intencionalidade de desmontar a educação e a escola pública. Conforme Freitas (2018, p. 142) “a educação deve ser um espaço de diversidade de ideias não sujeito a mordanças impostas por pretensas leis que visem eliminar a liberdade intelectual dos docentes e estudantes durante o percurso formativo”.

Com todo esse contexto, foi naturalizando também os discursos que, há anos, os movimentos sociais e suas mobilizações buscaram contrapor para fortalecer as políticas de igualdade racial, de gênero e etnia no país. O que se ouve é a banalização de discursos que vão na contramão do fortalecimento dessa igualdade, tais como: mulheres deveriam ganhar menos que os homens, bandido bom é bandido morto, eu sou a favor da tortura, prefiro meu filho morto do que ele gay e deveria banir do país os estudos de gênero, que na linguagem dele era tratado como “ideologia de gênero”. Com esse discurso, passou a disseminar ódio sobre identidades LGBT, indígenas, quilombolas e mulheres. Frigotto (2017), destaca que as

conquistas e lutas dos trabalhadores e também dos movimentos sociais foi uma afronta às classes dominantes que queriam impor uma política de subordinação pacífica das classes de trabalhadores aos seus reais interesses. O autor afirma que:

Insuportável também se tornou para as classes dominantes a ampla liberdade de organização de movimentos sociais e culturais que lutam por seus direitos negados sem o estigma da criminalização; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país (FRIGOTTO, 2017, p. 24).

Mesmo diante do que assegura a Constituição Federal de 1988 no art. 206 sobre a necessidade de respeitar a diversidade e o pluralismo de ideias, o governo interino de Michel Temer excluiu da Base Nacional Comum Curricular a discussão de gênero para atender às solicitações da bancada evangélica que, em nome de Deus, da moral e dos bons costumes, desconhecem e demonizam a diversidade, pautados nos dogmas religiosos defendem a exclusão dos que pensam e agem diferente em nome de um pseudo-evangelho. Sustentados e apoiados por esses discursos que antes eram velados, políticos têm enviado às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso e Senado propostas de lei que desconstroem e ferem toda a história, identidade, lutas e conquistas, projetos esses que tiram de homens e mulheres direitos fundamentais conquistados. Na visão de Frigotto (2017, p. 26):

Este é o solo estrutural do qual emana a ideologia do golpe que acaba de ser dado à democracia e a do Escola sem Partido. As forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil. Com efeito, a composição dominante do parlamento que, de forma arrogante, cínica e raivosa, legalizou o golpe e reza a cartilha do fundamentalismo religioso e do mercado.

Legitimados por aqueles que procuram promover a intolerância e o ódio entre as pessoas, políticos põem em ação seus projetos de lei, que ferem a dignidade humana, moral e ética das pessoas nos mais diversos espaços em que elas estão inseridas. Prova disso é o projeto de Lei 1174/2019¹⁸ apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pelas parlamentares Janaína Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro, que propõe a proibição de homens realizarem ações de cuidados e higiene em crianças na Educação Infantil tais como: banho, troca de fraldas e acompanhar as crianças ao banheiro. Com a justificativa de que as famílias estão preocupadas com a presença dos homens cuidando e educando crianças na Educação Infantil, usam um discurso discriminatório, colocando os trabalhadores homens como

¹⁸ O Projeto de Lei 1174/2019 teve sua publicação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 16/10/2019. Essa PL encontra-se em regime de tramitação ordinária. Segue o link para acompanhamento: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>.

potenciais abusadores de crianças, criminalizando suas atuações e propondo que os mesmos sejam retirados das funções para os quais foram aprovados em concurso público e que sejam reaproveitados em outras funções, demarcando discriminatoriamente em suas justificativas o que é fazer de mulher e o que é fazer de homem. Conforme Biroli (2018, p. 130):

Embora as ações para constranger e censurar estejam voltadas para professoras e professores, também fica prejudicado o direito das crianças a ter contato com a pluralidade de valores e, eventualmente, refletir de modo crítico sobre aqueles que predominam no ambiente familiar.

Para Silva (2014), o trabalho de educação e cuidado realizado com as crianças é um fato histórico e cultural em que as mulheres aparecem nesse cenário como maioria. O acesso e permanência delas na Educação Infantil se deu pela falsa crença da maternidade, instinto de ser mãe, dotada de amor, carinho, afeto e inocência. Essa visão concebida socialmente e moralmente, livraria as crianças de qualquer perigo ou ameaça. Discursos como esses, usados para justificar esse projeto de lei, além de serem preconceituosos com as mulheres, já que não as vê em outras funções, propõe retirar todo e qualquer homem desse ambiente. Aos que ousam resistir, têm sua orientação sexual colocada em xeque. Para Cerisara (2002, p. 28):

A constatação de que essa profissão tem sido marcada por uma naturalização do feminino, quando é enfatizado o predomínio de mulheres como profissionais dessas instituições, significa a compreensão de que a categoria gênero é uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade em nossa sociedade.

A tensão que se coloca acaba por fortalecer estereótipos, preconceitos e deixam as famílias mais apreensivas em relação ao medo de que suas crianças sofram violência dentro das instituições. Conforme Biroli (2018), é fato que a sociedade evoluiu. Mesmo diante de discursos retrógrados que tentam negar essa evolução, homens e mulheres têm lutado por seus direitos, o que torna preocupante deparar com propostas de lei que buscam legalizar tais conquistas, excluindo homens de ações que antes eram determinadas às mulheres e impedindo as mulheres em estar e exercer funções que antes eram tidas como funções de homens. Diante de projetos de lei como esse, percebe-se a atual crise que o Brasil está imerso, uma crise política que desconhece a Constituição Federal e coloca em risco o Estado Democrático de Direito, uma crise que exclui de maneira criminosa os seres humanos, bem como desconfigura seus direitos sociais, culturais e humanos. Diante de tantos retrocessos, Morin (2011), como contraposição a essas ameaças, nos alerta para o fato de que:

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.

Conhecer o humano e, antes de tudo, situá-lo no universo, e não separá-lo dele (MORIN, 2011, p. 43).

Nesse sentido, ao contrapor uma educação que nega as diferentes maneiras de ser e estar no mundo das pessoas, Morin (2011) elucida a necessidade de reconhecer a educação centrada na condição humana e a diversidade que perpassa por ela. Sendo assim, propõe uma educação que reconheça a condição humana dos sujeitos.

Diante do que foi discutido, problematizado e refletido até aqui, percebe-se que o desmonte da educação e das políticas públicas estão em curso, dentro de um contexto e discurso autoritário, sexista, hegemônico, conservador, moralista, incapaz de compreender a pluralidade existente no país e de governar com ela e para ela, respeitando cada uma em sua subjetividade. Ao invés de promover o diálogo, aproximação das famílias e o estreitamento dos laços com os profissionais, aproveitam das tensões para espalhar o medo e o ódio na intencionalidade de tirar proveito da situação. O projeto de Lei 1174/2019 fere totalmente a profissionalidade, a dignidade e a moral dos profissionais homens que atuam na Educação Infantil, que ao invés de serem apoiados por aqueles que se dizem representantes do povo, são expostos em projetos de lei que fortalece as tensões, inquietações e medos por parte das famílias. Portanto, há a necessidade de discutir seus artigos e justificativas com os sujeitos participantes desta pesquisa, para saber o posicionamento deles frente a essa proposição.

Portanto, a Educação Infantil brasileira passou nos últimos anos por diversas transformações no contexto da sociedade, desde as concepções aos princípios e fundamentos. Traz em sua história marcos importantes que rompem com a ideia de uma criança que não era levada em conta, como narrou Ariès (1984), perpassando por um modelo assistencialista e compensatório pautado na guarda, higiene e alimentação de crianças pobres, perspectiva que gerava desigualdades sociais entre elas, para o reconhecimento do que é a criança hoje, reconhecida como sujeito histórico e de direito, potente, competente e sujeito de suas aprendizagens. Nesse cenário, há também os projetos de lei que, se aprovados, ferem tanto a igualdade de direito dos homens, como também os direitos inalienáveis das crianças de aprender e se desenvolver com adultos (homens e mulheres) na Educação Infantil. Diante desses avanços, não podemos deixar de problematizar que muito do que está em lei fica no plano do ideal, uma vez que, na realidade, ainda falta investimento por parte da União, estados e municípios para a consolidação dessas políticas, bem como de valorização dos profissionais atuantes nessa etapa.

2.2.2 Políticas e Cenários Locais

As políticas nacionais que regem a educação brasileira têm subsidiado as políticas locais, estados e municípios têm buscado elaborar leis que visam atender às suas demandas e dos trabalhadores a eles vinculados. As leis surgem a partir de propostas que ora partem do olhar do governo, ora dos setores da sociedade. Para Craidy (2011, p. 25):

Os Sistemas de Ensino estão subordinados aos governos, ou seja, ao poder executivo, que são o prefeito e suas equipes e Secretarias no município, o governador e suas equipes e secretarias, no estado, e o presidente com sua equipe e ministérios no Governo Federal. Assim como todas as instâncias do poder legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de vereadores) também todas as instâncias do poder executivo (Prefeituras, Governos dos Estados, Governo Federal) têm responsabilidades pela educação. Estas responsabilidades são definidas pela Lei e não são iguais para todos. No caso da Educação Infantil, a principal responsabilidade é do Município quando ele tiver Sistema de Ensino, mas será do estado quando o município não tiver Sistema de Ensino. A União deverá colaborar com os Estados e Municípios com apoio técnico e financeiro.

Ao apresentar como estão organizados os Sistemas de Ensino e as responsabilidades de cada poder, a autora destaca que a responsabilidade de oferecer a etapa da Educação Infantil fica a cargo dos municípios, que em regime de colaboração com os estados e o governo federal têm a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência das crianças de 0 a 5 anos de idade. Assim, os municípios têm a tarefa de promover o credenciamento de creches e pré-escolas já existentes e a criação de outras instituições para suprirem as demandas de cada realidade, garantindo que a Educação Infantil seja de fato um direito legítimo e constitucional de todas as crianças. Da mesma forma, as instituições não podem perder de vista sua função enquanto espaço de educação que têm a função de ser parceira das famílias na consolidação dos direitos inalienáveis das crianças. De acordo com Craidy (2011, p. 24):

A creche e a pré-escola tem, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendido. Assim, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para seu desenvolvimento e para sua felicidade.

Nessa perspectiva, as famílias têm função primordial na participação das instituições onde seus filhos são cuidados e educados, como também nas tomadas de decisões que deverão acontecer de forma democrática e participativa. Na perspectiva de Oliveira (2011, p. 82):

Tal inclusão da creche no sistema de ensino requer investimentos em educação permanente e nas condições de trabalho de seus educadores. Requer ainda repensar o modelo internalizado pelos educadores sobre o que é uma instituição escolar para crianças de 0 a 6 anos. Para muitos este deve aproximar-se de um modelo (antiquado, mas em muitos lugares ainda não ultrapassados) de ensino fundamental com a presença de rituais (formaturas, suspensões, lições de casa), longos períodos de imobilidade e de atenção a uma única fonte de estímulos. Mas a creche envolve novas

concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador-criança e a relação creche-família.

Nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia o atendimento em creches e pré-escolas vivem o dilema entre oferta e demanda em centros municipais de Educação Infantil. Nessa perspectiva, os dois municípios enfrentam o desafio de zerar o déficit de vagas para as crianças, principalmente aquelas que precisam de atendimento em creches (0 a 3 anos de idade).

Os municípios pesquisados participaram da elaboração de seus Planos Municipais de Educação. Segundo registros institucionais, esse movimento contou com a participação de profissionais, dos Fóruns Municipais, da Comissão de Educação da Câmara Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Os PMEs dos municípios pesquisados foram entregues aos chefes do poder executivo nos meses de junho de 2015, sendo que ficou sob a responsabilidade dos fóruns, sindicatos dos trabalhadores em educação e a comissão de educação da câmara municipal dos municípios acompanhar, avaliar e cobrar do poder executivo a consolidação das metas.

Em se tratando da Educação Infantil, demarcada na meta 1 do Plano Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, temos:

Universalizar, até 2014, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, garantindo o atendimento em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2015, p. 19).

Já em Goiânia:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação (GOIÂNIA, 2015, p. 13).

Se atentarmos para os Planos Municipais de Educação dos dois municípios em relação a Meta 1, percebe-se que os mesmos têm grande desafio para a consolidação das metas, principalmente na ampliação das vagas em creches. Os municípios têm realizado diversas ações, tais como: abertura de turmas de pré-escola nas escolas, convênios com instituições parceiras, construindo e inaugurando instituições, e, no caso mais específico de Goiânia, a implantação de salas modulares. Mesmo utilizando dessas estratégias, ainda há crianças nos cadastros de reserva dos municípios. Outro ponto que precisa ser problematizado é que as medidas tomadas para garantir a universalização ferem o conceito de qualidade, apresentado por diversos profissionais da área. A transposição da Educação Infantil na escola tem sido alvo

de críticas no meio educacional, pois o ambiente escolar onde as crianças estão inseridas não traz em seus espaços e tempos uma organização para atender as especificidades dessa faixa etária. De acordo com Horn (2017, p. 17):

Nessa perspectiva, entende-se que o espaço não é simplesmente um cenário na Educação Infantil. Na verdade, ele revela concepções da infância, da criança, da educação, do ensino e da aprendizagem que se traduzem no modo como se organiza os móveis, os brinquedos e os materiais com os quais os pequenos interagem. Sua construção, portanto, nunca é neutra, pois envolve um mundo de relações que se explicitam e se entrelaçam. A organização do espaço na Educação Infantil tem como premissa, portanto, o entendimento do espaço como parte integrante do currículo escolar e como parceiro pedagógico do educador infantil, profissional que exerce o importante papel mediador nesse processo.

Ao descrever como deve ser o espaço para a Educação Infantil, percebe-se o desafio que é atender as crianças de 4 e 5 anos em escolas sem nenhuma estrutura, onde as crianças são ajustadas a espaços e tempos rígidos e divididos com os alunos do ensino fundamental.

Outro fator que carece ser problematizado é o desafio da creche frente ao atual cenário da educação, onde as metas dos PME estão longe de serem consolidadas. A creche nesse contexto encontra-se esquecida e negligenciada porque faltam investimentos e políticas públicas mais consistentes para a garantia do direito ao acesso e permanência de qualidade social para todas as crianças de 0 a 3 anos de idade. Concordo com Kuhlmann Júnior (2015) quando afirma que foi o predomínio da concepção educacional assistencialista preconceituosa em relação à pobreza que inviabiliza a qualidade do atendimento. Em grande parte do território brasileiro, inclusive nos dois municípios pesquisados, há crianças excluídas da creche por falta de vagas. Outro desafio da creche é a luta para contrapor aos discursos domiciliares que não reconhecem a função social da Educação Infantil no cuidado e educação das crianças. Esses discursos, por muitas vezes, têm ameaçado retroceder a creche para a assistência, sem falar nos projetos de entregá-la aos interesses privados e filantrópicos que, com intencionalidade duvidosa usam desse espaço como trampolim para fazer política e impor suas crenças.

Para disfarçar total descaso com a primeira infância, o poder público tem migrado as crianças da pré-escola (4 e 5 anos) para as escolas, com a intencionalidade de abrir vagas para as crianças de 0 a 3, ou acabando com o pouco espaço externo que as instituições possuem para suas crianças desenvolverem suas investigações e brincarem, colocando containers que servirão de agrupamentos. Para tanto, tais condutas têm deixado a creche mais separada, desarticulada da pré-escola e tratada como se não fosse direito de todas as crianças e um dever do estado. Nessa perspectiva, Kuhlmann Júnior (2015, p. 184) assevera que:

[...] o atendimento educacional da criança pequena passa a ser visto como um favor aos pobres, que se estabelece por meio de repasse das escassas verbas públicas às

entidades assistenciais, legitimando-as como intermediárias na prestação do serviço à população. A baixa qualidade se transforma em algo aceito como natural, corriqueiro e mesmo necessário. Com isso abrem-se as portas para os usos político e religioso da instituição: a creche funciona com dinheiro público, mas a entidade, por oferecer o serviço, age como se tivesse o direito de utilizar o equipamento para se autopromover, para dar prestígio a políticos, para a doutrinação teológica e confessional, numa afronta às liberdades fundamentais do cidadão, definidas por nossa Constituição.

Em relação à meta 17, que trata da valorização dos profissionais da educação, os Planos Municipais de Educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia trazem em seus planos:

Valorizar os profissionais do magistério da Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano de vigência deste PME (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2015, p. 59).

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas e privadas de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano de vigência deste PME, e a garantir condições adequadas de trabalho (GOIÂNIA, 2015, p. 47).

No que trata da valorização dos profissionais do magistério dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, essa meta se constitui como um desafio. Os profissionais da educação desses municípios ainda estão longe de terem seus salários equiparados às outras profissões. O município de Goiânia paga o Piso Salarial do Magistério aos seus profissionais, reajustados automaticamente todo início de ano, por outro lado, não é o que acontece em Aparecida de Goiânia, que precisa fazer projeto do reajuste e mandar para a Câmara Municipal para ser aprovado. Uma das estratégias do seu PME é criar, por meio do poder executivo, lei que regulamenta o reajuste do Piso Salarial de maneira automática. No entanto, com essa morosidade, os profissionais de Aparecida de Goiânia começam a receber o reajuste sem os retroativos, perdas salariais irreparáveis. Vale ressaltar que desde o final da gestão anterior, os professores têm recebido o Piso Salarial via mandado judicial. A justificativa do poder executivo é a excedência na folha de pagamento que acaba ultrapassando os gastos para além do que é previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, Freitas (2018, p. 140) propõe:

Defender a exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua inclusão atende a uma política de indução da privatização, pois, ao atingir o limite de gastos permitido pela lei, a área da educação não pode contratar novos professores para abrir novas escolas. No entanto, pode privatizar por contrato de gestão e *vouchers*, pois esses custos não são contabilizados na lei de responsabilidade fiscal. A LRF é uma indutora de privatização.

Em relação aos auxiliares de atividades educativas, esses são enquadrados na categoria como administrativos e recebem pouco mais de um salário mínimo. Tanto em Goiânia como em Aparecida, para atuar na função de auxiliar de atividades educativas, bastava ter o curso

técnico de Magistério. Entretanto, com a extinção do curso de magistério, a Rede Municipal de Goiânia realizou concurso para auxiliares de atividades educativas exigindo profissionais com nível médio.

O município de Aparecida de Goiânia possui o Estatuto do Servidor do Magistério¹⁹, Lei Complementar nº 013, de 26 de setembro de 2006, que tem como objetivo regulamentar suas atividades específicas, estabelecendo normas sobre seus direitos, vantagens e deveres (Art. 1º). O Estatuto do Magistério de Aparecida de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deve assegurar ao servidor do Magistério:

I- Ingresso exclusivamente por intermédio de concurso público de provas ou provas e títulos; II- Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III- Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; IV- liberdade na organização da comunidade escolar, com valorização do magistério participativo; V- Condições adequadas de trabalho; VI- Outros direitos e vantagens compatíveis com a profissão (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2006, art. 4º).

Nessa perspectiva, o Estatuto dos Servidores do Magistério é um documento importante por trazer de forma detalhada todos os aspectos inerentes à função, desde os direitos aos deveres de cada profissional da educação frente ao seu trabalho. O estatuto também mostra as conquistas dos trabalhadores da educação, bem como a maneira de ingresso no cargo por concurso público:

O cargo na Carreira do Magistério será provido mediante concurso público de provas ou provas e títulos, de natureza competitiva, eliminatória e classificatória, obedecidos aos pré-requisitos constantes do Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público, da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2006, art. 6º).

O Município apresenta dificuldades em assegurar o que está no Art. 6º do seu estatuto, já que muitos egressos na carreira do município têm acontecido por vias de processo seletivo. No caso das licenças para aprimoramento, essas nem sempre são concedidas e os profissionais necessitam solicitar o direito na justiça. Já os planos de carreira dos servidores não estão sendo cumpridos, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego). Para o sindicato há profissionais que esperam receber suas progressões desde 2013 e que buscam junto ao poder executivo a garantia desses direitos aos servidores. Por outro lado, a educação do município de Aparecida de Goiânia passou recentemente a promover a escolha de dirigentes. Esses deixaram de ser indicados politicamente e passaram a ser escolhidos pelos profissionais, alunos e famílias vinculados à instituição.

¹⁹ Link para ter acesso ao documento na íntegra disponível em: <http://www.aparecidaprev.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/10/leicomplementar013-06.pdf>

O Estatuto do Servidor do Magistério do Município de Goiânia²⁰ (Lei Complementar nº 091, de 26 de junho de 2000) traz em sua escrita algumas conquistas dos trabalhadores, tais como seus direitos e deveres frente a função que exercem. Nesse sentido, o Estatuto do Servidor do Município de Goiânia reconhece no Art. 3º que “a carreira do Magistério, para os fins desta lei, é constituída do cargo de Profissional da Educação, que será estruturado em classes, segundo os níveis de formação exigidos para o seu provimento” (GOIÂNIA, 2000, Art. 3º). Em seus artigos assegura aos servidores da Educação:

I- ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III- remuneração condigna; IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; V- liberdade na organização da comunidade escolar, com valorização do magistério participativo; VI- condições adequadas de trabalho; VII- outros direitos e vantagens compatíveis com a profissão (GOIÂNIA, 2000, Art. 4º).

Ao atentar-se para o Art. 4º do Estatuto dos Servidores do Município de Goiânia, nota-se que o município também apresenta dificuldades em assegurar muitos direitos que estão nesses incisos, podendo destacar: o ingresso na educação pública por concursos, já que a rede possui muitos servidores em regime de contrato temporário, sendo contratados via processo seletivo; negação de licenças para aprimoramento, o que faz necessário recorrer à justiça; não pagamento da progressão vertical baseada na titulação. Em alguns casos, a demora decorre em quase 2 anos para ser paga aos profissionais. Por outro lado, Goiânia paga pouco mais do Piso Salarial dos professores automaticamente e tem como princípio a gestão democrática e participativa, onde a escolha do gestor é realizada pelos pares da comunidade institucional como está proposto no Art.10 desse documento.

Os municípios pesquisados demonstram proximidades no que asseguram para a educação e para os servidores em seus documentos, apresentam dificuldades em consolidar direitos fundamentais, até naqueles que são assegurados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tais como acesso das crianças à Educação Infantil, principalmente as de 0 a 3 anos, investimentos nas instituições para que ofereçam atendimento de qualidade, incentivo à formação de seus profissionais, principalmente para os pesquisadores atuantes na rede.

A Rede Municipal de Goiânia conta com propostas políticas-pedagógicas²¹ para as etapas e modalidades, documentos construídos com a participação dos profissionais e trazem

²⁰ Link para ter acesso ao documento na íntegra disponível em: <https://educacaoinfantilrmegoiania.blogspot.com/>

²¹ As redes Municipais de Aparecida de Goiânia e Goiânia estavam em processo de implementação de seus documentos curriculares, mas devido à pandemia da Covid-19 os trabalhos de implementação e formação foram

os pressupostos, princípios e fundamentos que essa rede defende. Conta ainda com o Documento Curricular para Goiânia, que foi construído recentemente e alinhado ao Documento Curricular para Goiás (DC-GO) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já em Aparecida de Goiânia, a Rede não conta com uma proposta em rede e a orientação da Secretaria de Educação é que os profissionais sigam as orientações previstas nas DCNEI e ao DC-GO.

Neste capítulo foram discutidas as questões de gênero e infância e a explicitação de discursos hegemônicos e sexistas dos adultos que acabam interferindo no cuidado e educação das crianças. Problematizou-se também as questões de gênero no trabalho docente, onde homens e mulheres têm seu fazer determinado em nome do que é apropriado ou visto como expectativa para cada gênero, provocando a divisão sexual do trabalho. Descortina que na crença de muitas instituições o entendimento da categoria gênero se dá pelo fator biológico e não pela construção social das masculinidades e feminilidades. Fez um percurso na constituição história da Educação Infantil, trazendo os marcos nas políticas e cenários nacional e local.

Portanto, este capítulo buscou mostrar os desafios do trabalho docente frente às questões de gênero e à luta pela defesa da Educação Infantil como espaço de acolhimento e educação contrapondo aos discursos que tentam retrocedê-la ao assistencialismo.

O Capítulo III trará discussões importantes para pensar a constituição do trabalho, presença e profissionalidade do homem na Educação Infantil, bem como as tensões e os dilemas que eles enfrentam ao aproximar desses espaços para trabalhar com e para as crianças. Apresenta o perfil, história e identidade dos profissionais homens que atuam na função de professores e auxiliares de atividades educativas nos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Nesse capítulo será possível perceber quais são as barreiras, os avanços, os desafios e as possibilidades dessa presença e trabalho. A partir das narrativas dos próprios profissionais, destacar-se-á os desafios e as possibilidades para pensar como vem se constituindo a profissionalidade desses homens nas instituições de Educação Infantil onde as mulheres são maioria.

cancelados sem previsão de retorno. Entretanto, é importante ressaltar que a Rede Municipal de Goiânia escreveu um Documento Curricular para cada etapa e modalidade. Já a Rede Municipal de Aparecida de Goiânia não realizou ainda essa escrita, a implementação realizada por esse município era do Documento Curricular para Goiás (DC-GO). Essa rede deixou expressamente claro a importância das DCNEI para a orientação do trabalho na Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL E GÊNERO: QUANDO O CUIDAR E O EDUCAR SÃO REALIZADOS POR HOMENS EM “TERRITÓRIOS” DE DISPUTAS HEGEMÔNICAS COM AS MULHERES



A ética preserva a liberdade e o direito à igualdade de oportunidades. Pequenas ações podem não promover amplas mudanças nas representações de gênero que vigoram na cultura, mas as representações (predominantemente restritivas) que ora vigoram também não podem legitimar a não existência de ações (GRUZ, 1998, p. 253).

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO INFANTIL E GÊNERO: QUANDO O CUIDAR E O EDUCAR SÃO REALIZADOS POR HOMENS EM “TERRITÓRIOS” DE DISPUTAS HEGEMÔNICAS COM AS MULHERES

Parece então que dois elementos contribuem para explicar a resistência à presença de homens na creche; fato de o cuidado com as crianças ser considerado uma função do gênero feminino e as concepções de Educação Infantil que, ainda fundamentadas numa tradição assistencialista de creche considera como substituta a mãe, e onde prepondera uma perspectiva doméstica em oposição a uma perspectiva profissional, não incorporam os homens em suas propostas (CRUZ, 1998, p. 244).

O presente capítulo tem por objetivo retratar a identidade, trajetória, a constituição da profissionalidade e o lugar dos homens profissionais de Educação Infantil dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Toma como categorias centrais os estudos contemporâneos de trabalho, preconceito, estranhamento, medo e não lugar para discutir a historicidade dos homens profissionais de Educação Infantil na constituição de suas profissionalidades. A questão central que orienta este capítulo parte das reflexões sobre o “lugar” que o homem tem ocupado no trabalho com crianças pequenas da Educação Infantil. De modo geral, este lugar vem sendo marcado por desafios e tensões que abarcam o exercício do cuidar e educar crianças nessa primeira etapa de Educação Básica, num campo de atuação majoritariamente feminino. De modo particular, este capítulo foi estruturado com base nos resultados dos dados da pesquisa: onde estão os profissionais? Eles estão nas Redes; sua visibilidade e invisibilidade a partir da voz dos homens nas Redes; seus perfis socioeconômico e profissional; os encontros e desencontros na profissão; tensões, inseguranças e diálogos com diferentes sujeitos na Educação Infantil.

A fim de dar voz aos sujeitos da pesquisa, ou seja, para os homens que trabalham na Educação Infantil, foi elaborado um questionário de pesquisa²² disponibilizado no *Google drive* aos professores e auxiliares de atividades educativas e enviado via *e-mail* e *Whatsapp*. De um total de (73) *e-mails* encaminhados, 54 (cinquenta e quatro) foram respondidos. O foco da pesquisa se deu a partir dos profissionais homens de Educação Infantil que atuam no município de Aparecida de Goiânia e Goiânia nas funções de pedagogos e auxiliares de atividades educativas lotados em CMEI.

²² O questionário e as sínteses estão nos Apêndices A e B.

3.1 ELES ESTÃO NAS REDES

Os sujeitos desta pesquisa já atuam nas Redes de Ensino de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Com suas especificidades e modos particulares de organização da Educação Infantil, cada uma das Redes tem sua história. O critério para escolha dessas duas Redes se deu devido à maior quantidade de homens que foram lotados para trabalhar em CMEIs. Os últimos concursos realizados para professor e auxiliar de atividades educativas e os dados de lotação nestas duas Redes instigaram a investigação sobre o lugar e a profissionalidade dos homens em um ambiente que, na sua maioria, era composto por mulheres. De todo modo, a presença dos homens na história da educação não tem sido uma tendência. A razão, conforme Lins, Machado e Escoura (2016), foi a desvalorização da profissão como forma de obrigar os homens a procurarem outros postos de trabalhos que estavam ociosos e com remunerações mais elevadas. Já nos últimos anos essa presença tem se intensificado cada vez mais. Em meados de 2019, plena fase da coleta de dados, essas Redes assim se configuravam com um total de (73) profissionais homens atuando no cuidar e educar de crianças na Educação Infantil (CMEI).

Em se tratando da *Rede Municipal de Educação de Goiânia*²³, observa-se que a trajetória dessa Rede na Educação Infantil começa em 1995, com atendimento às crianças da pré-escola nas escolas municipais. Em 1998, Goiânia assumiu da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec)²⁴, 13 creches que eram administradas pela assistência social, período em que foi criada a Divisão de Educação Infantil (DEI), departamento da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que passaria a pensar as políticas para o atendimento nessas instituições. Durante os anos de 2001 a 2004, a SME elaborou a primeira proposta pedagógica para a Educação Infantil intitulada “*Saberes sobre a Infância: a construção de uma política de Educação Infantil*”, que entrou em vigor em 2005 e foi reavaliada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) até ao final de 2012. Essa proposta trazia as orientações para a organização da ação educativa e pedagógica das instituições de Educação Infantil da Rede. Em 2013 entra em vigor a nova proposta de “*Educação Infantil Infâncias e Crianças em Cena: por uma política de Educação Infantil de Goiânia*”, proposta amparada nos pressupostos, princípios e fundamentos que orientam o trabalho com as crianças

²³ Histórico levantado a partir de pesquisas realizadas nas duas últimas propostas político pedagógicas da Rede Municipal de Goiânia *Saberes sobre a Infância: a construção de uma política de Educação Infantil* (2004); *Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia*. Documentos disponíveis em: <https://educacaoinfantilrmegoiania.blogspot.com/p/documentos.html>

²⁴ Para maior aprofundamento desse contexto histórico, sugiro a leitura da dissertação de mestrado de Renato Barros de Almeida, intitulada *Concepções de Infância e Criança em Goiânia sob o olhar da Assistência Social*, defendida em 2010.

de 0 a 5 anos e 11 meses de idade na RME de Goiânia. Em 2018, Goiânia iniciou um novo processo de reescrita de sua proposta em diálogo com o Documento Curricular para Goiás (DC-GO) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No atual momento, a SME Goiânia está em processo de implementação do novo Documento Curricular para Educação Infantil de Goiânia (DCEI- Goiânia).

Goiânia hoje conta com 195 instituições de Educação Infantil, sendo que 154 são do município e 41 são instituições conveniadas, organizadas pela Coordenadoria Regional de Educação (CRE), situadas em diferentes regiões da capital, que acompanha e subsidia seus funcionamentos: CRE Brasil de Ramos Caiado 38 instituições, CRE Bretas 38 instituições, CRE Central 38 instituições, CRE Jarbas Jayme 40 instituições, CRE Maria Thomé Neto 41 instituições. A Rede hoje atende 30.538²⁵ (trinta mil quinhentos e trinta e oito) crianças em creches e pré-escolas. O atendimento acontece nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) públicos e nos Centros de Educação Infantil conveniados (CEI). Para tanto, é necessário ressaltar que a Rede Municipal de Educação de Goiânia também tem turmas de pré-escolas sendo atendidas nas escolas em período parcial. Em relação aos profissionais, essa rede conta com cerca de 390 auxiliares homens de atividades educativas. Eles estão lotados em turmas de pré-escola que são atendidas nas escolas atendendo crianças com necessidades especiais em escolas e CMEIs na função de cuidador; auxiliam as crianças no apoio à alimentação, locomoção e higienização; e atuam como auxiliar do pedagogo (a) nos CMEIs. Sendo assim, essa rede conta com 44 auxiliares homens de atividades educativas que atuam em turmas da creche e pré-escola nos CMEIs. Já em relação aos pedagogos, a Rede conta com 851 homens lotados nos departamentos da secretaria, no Ciclo da Infância e Desenvolvimento Humano, na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) e na Educação Infantil, sendo que nesta última, há 5 pedagogos atuando na docência, segundo os dados do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP). Goiânia é uma cidade que possui mais de 1.302.000 habitantes segundo o IBGE.

Tabela 4: Quadro dos profissionais lotados nas Redes Municipais de Educação Goiânia

Rede Municipal de Goiânia	Total de pedagogos homens	Total de auxiliares de Atividades educativas homens	Pedagogos homens lotados na Educação Infantil (CMEI)	Auxiliares homens lotados na Educação Infantil (CMEI)
	851	390	05	44

Fonte: Elaborada pelo autor.

²⁵ O número de crianças atendidas pela Rede Municipal de Goiânia na Educação Infantil foi retirado do site da prefeitura. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/sing_servicos/etapa-de-atendimento-educacional-educacao-infantil/

Já em relação à *Rede Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia*²⁶, observa-se que sua trajetória na Educação Infantil começou em 1997, atendendo crianças da pré-escola nas escolas municipais, período em que ainda era conhecida como a cidade dormitório. Levava esse nome porque era uma cidade pequena em número de habitantes e com pouca geração de emprego e renda. Era usada por seus moradores para dormir e passar os finais de semana, já que seus habitantes passavam o dia trabalhando em Goiânia. A assunção das creches pelo município aconteceu no ano de 1999. Foram repassadas para a Secretaria Municipal de Educação 7(sete) instituições que também eram administradas pela assistência social em parceria com as igrejas e associações de moradores de bairro. Foi a partir dos anos 2000 que a cidade deu um salto, com a chegada das grandes indústrias. Aparecida de Goiânia se transformou em um importante polo industrial, gerando emprego e renda para a população.

Em 2010, a cidade conheceu a maior ampliação de vagas na Educação Infantil, onde o município foi notícia nacional por ser o primeiro a receber instituições de Educação Infantil construídas no padrão tecnologia canadense. De 7 centros municipais de Educação Infantil, Aparecida de Goiânia deu um salto para 26 instituições do modelo pró-infância financiado pelo Governo Federal, que buscava diminuir o déficit de vagas, cumprindo com a obrigatoriedade do que está previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 208). Este foi também o período em que mais houve concursos no município. Hoje o município conta com 41 instituições, sendo 31 CMEIs e 10 instituições conveniadas atendendo as crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses em período integral. Em Aparecida, as crianças da Educação Infantil de 4 e 5 anos são também atendidas nas escolas municipais em período parcial. A Rede possui 12 auxiliares homens de atividades educativas, todos atuando no CMEI. Da mesma forma, 126 professores pedagogos homens, sendo que somente 12 estão atuando em CMEI. As instituições são acompanhadas pela coordenadoria de Educação Infantil que fica na SME, onde há apoio técnico responsável em acompanhar as instituições de cada região. São elas: região da Vila Brasília, Região Central, Região do Garavelo, Região do Tiradentes e Região do Madre Germana.

Aparecida ainda não construiu uma Proposta Político Pedagógica com pressupostos, princípios e fundamentos para orientar o trabalho na Educação Infantil. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Aparecida de Goiânia orienta seus professores a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI) e o Documento Curricular para Goiás (DC-GO). O

²⁶ Histórico realizado a partir da obra *Um olhar sobre Aparecida: história e cultura* da professora Nilda Simone de Oliveira Siqueira e, também, do portal da prefeitura de Aparecida de Goiânia. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/educacao-infantil-em-aparecida-e-destaque-nacional/>

município de Aparecida de Goiânia atende 8.200 (oito mil e duzentas) crianças em período integral no CMEI e CEI conveniado e em período parcial nas escolas. Aparecida hoje é a segunda maior cidade do estado com 455.657 habitantes segundo o IBGE.

Tabela 5: Quadros dos profissionais lotados na Rede Municipal de Aparecida de Goiânia

Rede Municipal de Aparecida de Goiânia	Total de pedagogos homens	Total de auxiliares de atividades educativas homens	Total de pedagogos lotados na Educação Infantil (CMEI)	Total de auxiliares de atividades educativas lotados na Educação Infantil (CMEI)
	126	12	12	12

Fonte: Elaborada pelo autor.

A despeito de terem suas especificidades, é possível destacar alguns aspectos comuns nas duas Redes. O primeiro deles está no crescimento acelerado da população, como também a demanda por vaga nas instituições de Educação Infantil. As duas Redes municipais têm hoje o desafio de zerar o déficit de crianças esperando por vaga. Muitos dos profissionais que atuam na educação de Aparecida, também atuam em Goiânia, pois os municípios são vizinhos. Isso tem movimentado essas duas Redes para uma boa parceria, principalmente no que trata da formação continuada de seus profissionais, já que os profissionais de Goiânia, sempre quando podem, estão discutindo a educação com os professores de Aparecida. Essa ação não está assegurada numa política de formação continuada, mas de uma iniciativa entre secretarias de educação e profissionais. Quanto ao atendimento, as duas atendem crianças tanto no CMEI como na escola e enfrentam hoje o déficit de profissionais, trabalhando com seus quadros reduzidos.

De acordo com as Diretrizes Gerais de Funcionamento da Rede Municipal de Ensino de Aparecida de Goiânia (2019) e com o Regimento dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia (2016), professores e auxiliares de atividades educativas têm funções diferentes que se completam ao realizar a ação educativa e pedagógica na Educação Infantil. Nesse sentido, o professor, em parceria com o auxiliar de atividades educativas, é responsável por proporcionar às crianças experiências significativas em um processo de produção de conhecimentos que articulam os saberes das crianças com os conhecimentos que a humanidade sistematizou. Segundo o Regimento dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia são atribuições específicas do Auxiliar de Atividade Educativa I:

44I - auxiliar o(a) professor(a) nas ações educativas e pedagógicas; II - auxiliar o (a) professor (a) na realização das ações educativas e pedagógicas que possibilitem as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças; III - promover, e participar das brincadeiras infantis com e para as crianças; IV - participar do processo de integração entre CMEI, família e comunidade; V - responsabilizar-se pelo recebimento e entrega

das crianças aos pais ou aos responsáveis; VI - responsabilizar-se, juntamente com o(a) professor(a), pelo uso e zelo do patrimônio, acervo bibliográfico e pela conservação dos recursos pedagógicos do CMEI; VII - buscar o aprimoramento do seu trabalho profissional e a ampliação de seus conhecimentos; VIII - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico do CMEI; IX - participar do planejamento semanal e mensal do CMEI; participar do planejamento mensal como forma de se inteirar das ações educativas e pedagógicas a serem desenvolvidas na unidade educacional (GOIÂNIA, 2016, art. 28, p. 20).

De acordo com as Diretrizes Gerais de Funcionamento da Rede Municipal de Ensino de Aparecida de Goiânia é atribuição do Auxiliar de Atividade Educativa:

Atuar, de forma integrada com o Professor Regente e Coordenador Pedagógico, inteirando-se do planejamento; Contribuir com a realização de todas as atividades da rotina com a criança ou relativas ao trabalho pedagógico para melhor qualidade do ensino às crianças, como: momento do lanche; do banho; do almoço; da escovação dos dentes; do acompanhamento das crianças ao banheiro; das brincadeiras; das atividades pedagógicas; das apresentações teatrais; dos passeios; dos eventos diversos; do sono; etc. Participar do planejamento e da realização das atividades voltadas para o desenvolvimento integral das crianças, sendo elas atividades pedagógicas, esportivas, culturais e outras inerentes ao trabalho escolar; Cuidar da alimentação, descanso e higienização dos alunos e dos utensílios de uso comum; Receber e entregar as crianças aos pais ou responsáveis; Organizar os materiais pedagógicos e equipamentos utilizados nas aulas e oficinas; Acompanhar os educandos em traslados, quando for o caso e, de forma mais individualizada, cuidar dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2019, p. 73).

Com base no que está proposto nos documentos que orientam o funcionamento e o trabalho dos profissionais da Educação Infantil nas duas redes, pode-se perceber que a orientação é que a ação educativa e pedagógica aconteça numa parceria, sem fragmentar o cuidar e o educar. Reitera-se, aqui, o posicionamento de Martins Filho (2020) quando afirma que a docência não se faz sozinha, é preciso o engajamento de todos para que as intencionalidades tenham como foco a aprendizagem e desenvolvimento das crianças mediadas pelas interações e brincadeiras.

Tanto o regimento de Goiânia, como as diretrizes de Aparecida de Goiânia, asseguram que as atribuições do professor pedagogo é planejar intencionalmente a ação educativa e pedagógica em parceria com o auxiliar de atividade educativa, levando em consideração a escuta atenta e sensível das crianças no sentido de atender suas curiosidades, necessidades e interesses. Conforme o Regimento dos Centros Municipais de Goiânia é atribuição do professor pedagogo:

O(a) professor (a) é o responsável por proporcionar às crianças, em parceria com o (a) auxiliar de atividade educativa, um ambiente de convívio coletivo e de aprendizagem, em que as vivências e experiências e o processo de apropriação e produção do conhecimento se deem articulados aos saberes das crianças e ao patrimônio cultural,

científico, tecnológico, ambiental e artístico, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando os eixos estruturantes do currículo, interações e brincadeiras (GOIÂNIA, 2016, art. 33, p. 24).

De acordo com as Diretrizes Gerais de Funcionamento da Rede Municipal de Ensino de Aparecida, é função do professor pedagogo:

Contribuir para o alcance da finalidade primeira da Educação Infantil – promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade; Em parceria com os Agentes Educativos, promover uma prática educativa na qual as dimensões do cuidar e do educar sejam efetivamente indissociáveis, tendo os eixos da interação e da brincadeira presentes em todos os momentos educativos (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2019, p. 62- 63).

Os documentos de orientação das duas redes enfatizam que a ação de planejar é responsabilidade do professor em parceria com o auxiliar, a fim de garantir que as crianças vivam plenamente as suas infâncias, explorem, descubram e conheçam o mundo, considerando os eixos estruturantes do currículo: interações e brincadeiras. Da mesma forma, o cuidar e educar são condições indissociáveis (BRASIL, 2009) e devem garantir às crianças seus direitos inalienáveis: brincar, participar, conviver, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017). Na perspectiva de Martins Filho (2020, p. 149-150):

A atenção ao fazer-fazendo da docência me faz destacar que o cuidado e educação não é algo genérico às crianças, mas exige atitudes específicas, presença-presente e a escolha de prioridades na realização de ações que compõem a vida cotidiana. Tal afirmação me permite dizer que estar com as crianças diariamente em contextos de vida coletiva é algo complexo e exige responsabilidade e compromisso das professoras, das instituições que as acolhem e das políticas públicas de educação voltadas a esse segmento da Educação Básica.

As proposições de Martins Filho (2020) corroboram com o pressuposto de que é preciso contrapor-se à crença, discursos ou políticas que insistem em desmerecer o trabalho da docência na Educação Infantil. Sem conhecimento dos pressupostos, princípios e fundamentos que sustentam essa primeira etapa da educação básica, corre-se o risco de sua instrumentalização ou banalização. Conforme Pagano (2018), há a necessidade de um profissional comprometido em se colocar como agente sensível à escuta da criança e pesquisador do seu universo cultural. Para tanto, é necessário compreender que as crianças não precisam de um profissional que traga respostas prontas para suas perguntas, mas aquele que *com elas* e *para elas* possa mediar processos, apontar caminhos e encorajá-las para que encontrem as respostas para seus questionamentos.

Diante dos documentos que orientam o funcionamento e trabalho nas instituições de Educação Infantil das redes municipais de Aparecida de Goiânia e Goiânia e dos autores que pesquisam o cotidiano da Educação Infantil citados nessa pesquisa, há que se concordar que os

auxiliares de atividades educativas, em parceria com os professores, têm a função de envolver-se na ação educativa e pedagógica apoiando as crianças nos seus desafios, possibilidades e conquistas. Como parceiro do professor, tem conhecimento do planejamento da ação educativa e pedagógica a ser realizado no agrupamento e num diálogo constante com seus pares professores e crianças, participa, sugere possibilidades a serem desenvolvidas com e para as crianças, bem como auxiliam-nas no sentido de garantir que elas aprendam e se desenvolvam plenamente. Para tanto, é necessário esclarecer que todas essas orientações contidas nos documentos da rede partem daquilo que deveria ser ideal, porém, há que ressaltar que as duas redes enfrentam desafios que muitas vezes inviabilizam a materialização dessas ações por causa de falta de investimentos e déficits de profissionais.

3.2 VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE: A VOZ DOS HOMENS NAS REDES

Os sujeitos que participaram deste questionário de pesquisa são professores e auxiliares de atividades educativas lotados em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de Aparecida de Goiânia e Goiânia, aprovados nos últimos concursos, ampliando assim um número mais elevado de homens nessa primeira etapa de Educação Básica e suprindo parte do déficit que as duas redes enfrentam. Com a chegada dos homens, vieram também o estranhamento e as tensões de diferentes sujeitos: famílias e profissionais, que não estão habituados com a presença masculina num espaço que culturalmente foi caracterizado pela presença de mulheres no cuidado e educação das crianças pequenas. O foco deste questionário foi conhecer o perfil desses profissionais: quem são, faixa etária, com quem moram, onde trabalham além da educação, dentre outras questões e entender como eles têm construído suas profissões na Educação Infantil. Após análise geral a partir do questionário, alguns destes profissionais foram ouvidos na etapa das entrevistas que constam do capítulo IV. Ao tratar da complexidade do trabalho na Educação Infantil, Martins Filho (2018) nos chama a atenção para uma reflexão muito importante: os cotidianos do cuidar e o educar crianças em um cenário em que se fazem necessárias as presenças de profissionais qualificados que precisam conhecer as concepções de Educação, Educação Infantil, de criança e de infância:

As minúcias da prática docente não são apenas uma preferência de escolha dos professores, mas estão relacionadas às concepções de educação, de Educação Infantil, de criança e de infância. Aprofundar essa dimensão e sua indissociabilidade com os aspectos do “cuidado e educação” de crianças pequenas é afirmar a complexidade da vida cotidiana no contexto da Educação Infantil (MARTINS FILHO, 2018, p. 115).

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica, há que se destacar o papel desta etapa em compartilhar e complementar a ação das famílias. Assim, as ações de cuidar e educar devem ser pautadas numa perspectiva ética (GUIMARÃES, 2011), considerando as formas como adultos e crianças se relacionam e também as perspectivas de ser e estar no mundo das crianças. Para Guimarães (2011, p. 54):

Cuidado na perspectiva de atenção ao outro, de integração entre dimensão cotidiana e a existencial do ser humano é um caminho central na concretização da creche como espaço de vida. O cuidado propicia a reinvenção da educação fortalecendo o sentido de acompanhar o outro, ampliando suas experiências no mundo. Permite que as crianças e suas expressões ganhem destaque.

Portanto, educar implica cuidar de si e do outro de modo que adultos e crianças se relacionem de maneira respeitosa e afetiva e que as instituições promovam um ambiente acolhedor com práticas que vão desde a escuta atenta e sensível das crianças até o apoio e encorajamento na superação dos desafios que elas apresentam. Em relação ao papel do professor no cuidar e educar, Azevedo (2013, p. 100) faz a seguinte defesa:

Um professor que tem clara intenção da sua tarefa vai perceber a importância de uma ação que, julgada por muitos como sendo apenas cuidado, é também educativa. Numa situação de trocar fralda de uma criança, as palavras que ele proferir para ela ou gestos dele que a criança observar nessa interação vai significando o mundo para ela, ampliando seu vocabulário, estimulando sua percepção, atenção etc.

O que se pode observar é que, em uma mesma ação, o professor ao mesmo tempo em que trocou a fralda (cuidou), interagiu com a criança significando o mundo para ela (educou). Para tanto, importante não é o profissional ficar observando na ação educativa e pedagógica se ele está cuidando e educando, mas educar cuidando na perspectiva da qualidade e da interação que ele estabelece e constrói com a criança. É importante que ele perceba a importância daquele momento para aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Mas, de fato, com quais profissionais se pode contar no desenvolvimento deste trabalho tão complexo na Educação Infantil? Com um profissional atento à diversidade, à diferença, aos cuidados da criança pequena e ao seu desenvolvimento integral, seu desenvolvimento biopsicossocial. Este pressuposto corrobora com aqueles expressos nas Diretrizes Gerais Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), particularmente aquilo apregoado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009):

Artigo 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que

assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

Ainda que a presença dos homens na Educação Infantil não seja uma novidade na academia, o que já foi asseverado nos estudos de Sayão (2005), Carvalho (2011), Silva (2014), Sousa (2015), Pereira (2016) e Ramos (2017), há que se destacar que muito do lugar ocupado pelos homens nesta etapa da educação básica vem sendo construído socialmente pela sociedade patriarcal e a afirmação do discurso da maternagem como condição para o exercício da profissão com crianças pequenas. No que diz respeito à sociedade patriarcal, essa tem sua origem no Brasil colônia e se caracteriza como um sistema social no qual os sistemas familiares ou sociedades inteiras são organizadas em torno da ideia de domínio do pai, ou seja, na figura do homem. Esse na condição do detentor do poder, tem a esposa, os filhos e os bens materiais como sua propriedade. Outra característica da sociedade patriarcal é a passagem de prestígio e poder do pai para o filho e a total subordinação da esposa e da filha ao pai (LOURO, 2015).

Chamon (2005) discute a sociedade patriarcal como um processo de síntese dos princípios enraizados e em uma estrutura social complexa, baseada no modo “familiar de produção”. Nesse sentido, o trabalho das mulheres era explorado, determinado e escravizado pelos homens em um contexto rígido de divisão sexual do trabalho. Na perspectiva dessa autora:

Embora o patriarcalismo seja uma forma de pensamento e ação implantada em um contexto cultural amplo, sua primeira localização ocorre no interior da família e envolve o poder masculino sobre a dependência feminina que é sustentada e mantida pela divisão do trabalho no interior da casa. Ao assumir as tarefas domésticas, a mulher fica limitada para a aquisição de outras habilidades, capazes de torná-las economicamente independente (CHAMON, 2005, p. 26).

Os estudos da autora elucidam que ao conceberem as mulheres como seus objetos, os homens decidiam suas vidas, seus fazeres, privavam-nas de todas as possibilidades de se tornarem emancipadas, já que suas vidas estavam marcadas para realizarem os serviços domésticos, procriar, cuidar dos filhos e dos maridos.

Em se tratando da educação feminina na sociedade patriarcal, essa só aconteceu logo após a independência. Nesse período, parecia haver um discurso oficial da necessidade de romper com o caráter marcadamente colonial no país, que só ficou no discurso, pois os homens e a sociedade eram as mesmas e estes continuavam garantindo estrategicamente suas posições nos jogos de poder. Segundo Louro (2015), em 1827, legisladores decidiram que fossem estabelecidas escolas para meninos e meninas, com classes separadas e currículos diferenciados. Para Louro (2015, p. 447):

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que a justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na função de formadora dos futuros cidadãos. Ainda que o reclamo por educação feminina viesse representar, sem dúvida, um ganho para as mulheres, sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe.

Diante da garantia do direito à educação, muitas mulheres não viram o acesso das alunas e o trabalho de professora como um avanço, já que o currículo proposto para as mulheres se restringia em prepará-las para serem boas esposas, mães e donas de casa. Nesse mesmo período o magistério foi transformando em profissão de mulher. Na visão de Louro (2015, p. 450):

O processo de feminização do magistério também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do estado sobre a docência, a determinação de conteúdo, e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários, ou como um processo paralelo à perda de autonomia que possam sofrer as novas agentes de ensino.

Nos estudos da autora, pode-se perceber que o magistério foi o primeiro emprego da mulher fora de seus lares, onde tinham que dividir-se entre o trabalho doméstico e o ensino, sendo o primeiro de suma importância, já que implicava o casamento e a maternidade como verdadeira carreira feminina e tudo que levasse as mulheres fora dessa perspectiva era visto como pecaminoso ou desvio de norma (LOURO, 2015).

Discutir os lugares de homens e mulheres na sociedade nos faz recorrer aos contextos históricos que, segundo Felipe (2011), dão possibilidades para perceber o lugar que eles e elas ocuparam e ocupam numa perspectiva dicotomizada de gênero com papéis definidos e determinados. Conforme Cerisara (1996), quanto às funções ocupadas por homens e mulheres, cabia ao homem trabalhar fora e ser o provedor da família e à mulher, tanto na esfera doméstica como na esfera pública, a responsabilidade pelo cuidado e educação dos alunos e dos filhos, uma vez que foram preparadas desde cedo para isso. Cerisara (1996), ao problematizar que o uso do termo maternagem é usado pelos estudos de gênero em oposição a maternidade, nos chama a atenção para as ações e funções que podem ser realizadas por qualquer sujeito, independente do gênero. Nesse sentido cabe explicar o que é maternidade e maternagem e como um termo se opõe ao outro. De acordo com Cerisara (2002) maternidade é a condição de ser mãe, laço de parentesco que une mãe e filho e maternagem são cuidados próprios de mãe, amorosa, carinhosa, afetuosa, alegre. Nesse sentido, contrapondo aos estereótipos de gênero que insistem em determinar o que é apropriado a esse ou aquele gênero, a autora afirma que maternagem são ações que homens e mulheres podem realizar, já que ser carinhoso, afetuoso, amoroso e alegre são sentimentos humanos independente da masculinidade e feminilidade, já a maternidade é uma condição própria da mulher, já que somente ela pode gerar um filho.

Em se tratando das atividades do magistério infantil como uma profissão de cunho maternal, Kramer (2011, p. 125) afirma:

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil. As tarefas não são remuneradas e têm aspecto afetivo e de obrigação moral. Considera-se que o trabalho do profissional de Educação Infantil necessita de pouca qualificação e tem menor valor. A ideologia aí presente camufla as precárias condições de trabalho, esvazia o conteúdo profissional da carreira, desmobiliza os profissionais quanto às reivindicações salariais e não os leva a perceber o poder da profissão.

Na defesa de que homens e mulheres possam exercer as mesmas funções, Cerisara (1996) descortina a importância da creche ser um espaço constituído por homens e mulheres educando e cuidando de crianças, como também a maternagem. Na compreensão da autora:

O movimento que busca a integração e a complementariedade entre feminino e masculino supõe que se abra espaço para que o homem possa lidar com o afeto, o sentimento, a maternagem, assim como para práticas profissionais com feições masculinas dentro das instituições de Educação Infantil, com vistas a colaborar para a ruptura das discriminações de gênero nas ocupações ligadas ao cuidado e à educação das crianças de 0 a 6 anos e a contribuir para o processo de socialização de meninos e meninas (CERISARA, 1996, p. 166).

Segundo Carvalho (1992) e Cerisara (2002), o termo maternagem é a crença de que a mulher é mais indicada para trabalhar com crianças por causa do seu instinto maternal, por possuir um saber natural para cuidar de crianças, sem levar em conta que para atuar com crianças pequenas é necessário embasamento teórico e reflexão crítica.

Na sociedade patriarcal, quando os homens começaram a abandonar a sala de aula em busca de outros postos de trabalhos e com salários que, segundo Louro (2015) eram mais rendosos, o discurso da maternagem foi utilizado como defesa para feminizar o magistério. Louro (2015) descreve esse momento histórico:

Outras vozes surgiram para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna eram vistos como filho ou filha espiritual. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, podia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2015, p. 450).

O jogo de poder e a intencionalidade que se apresentava no discurso da maternagem na sociedade patriarcal era um modelo de Educação como via de mão dupla: a professora, ao ensinar as crianças os valores, os modos, as crenças e as prendas, também se auto educava para a maternidade, visto que no currículo proposto para as meninas, aprender se restringia a

trabalhos manuais como tricô, bordado, crochê, costura e outros artesanatos que culturalmente algumas mães ou pessoas mais velas da família ensinavam às filhas. Assim,

O currículo do ensino primário para o sexo feminino dava mais ênfase à agulha e ao bordado do que à instrução propriamente dita. A diferenciação dos conteúdos curriculares por sexo, além de reforçar a discriminação nas relações de gênero por meio da reprodução das práticas sociais, implicava também visíveis consequências nos níveis de salários das professoras (CHAMON, 2005, p. 51).

Contrapondo-se à essas perspectivas, Cerisara (2002, p. 25) esclarece:

Tentar traçar o perfil das profissionais de Educação Infantil significa considera-las em seu contexto sociocultural, incluindo também a existência de contradições sociais como as oposições de gênero, raça, idade e classe social. É necessário que nas pesquisas os sujeitos não sejam neutros, mas que ao contrário se apresentam como homens e mulheres construindo-se no processo histórico, através de suas várias e intrincadas relações de classe, gênero e raça.

Os estudos da autora evidenciam que, ao tratar do perfil dos profissionais, há muitas contradições sociais, sendo as oposições de gênero, raça, idade e classe social as que mais separam homens e mulheres do trabalho com a primeira infância. Se por um lado, no imaginário social, a lógica patriarcal e a maternagem são construídas no cotidiano das instituições de Educação Infantil, por outro, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) orientam que o trabalho deve considerar as crianças como centro do planejamento. Assim, todas as ações devem acontecer *com elas e para elas*, independente do gênero dos profissionais. Todas essas ações devem acontecer na perspectiva do cuidar e educar. Para Azevedo (2013), um professor que tem a clara intenção educativa da sua tarefa vai perceber a importância de uma ação que, julgada por muitos sendo apenas cuidado, é também educativa e vice-versa.

Os dados deste questionário descortinam que, em muitas instituições onde há homens trabalhando com crianças, as tensões e as inseguranças que ocorrem tanto de profissionais da instituição, como das famílias, fragmentam as ações de cuidar e educar, principalmente quando se trata do banho, alimentação e trocas de fraldas. Questionados se eles tinham autonomia para escolher o agrupamento, dos 54 pesquisados, 04 responderam que sim e 47 responderam que não e 3 que sim, mas somente os agrupamentos maiores. Destes, 28 justificaram que as razões estavam relacionadas à questão de as crianças serem pequenas e mais dependentes dos profissionais nas atividades que envolvem contato, como o banho, troca de fralda e alimentação. Pensar nas dimensões do cuidar e educar pela perspectiva ética é reafirmar a promoção da qualidade, do respeito, garantindo a proteção integral das crianças. Assim, o binômio cuidar e educar, implica o acolhimento e a garantia da segurança que não se desvincula daquilo que

constitui a essência de alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis (BRASIL, 2009).

Mas quem são esses homens? O que eles têm a dizer sobre o que pensam e fazem na Educação Infantil? Como veem sua atuação no trabalho com crianças pequenas?

3.2.1 Quem são eles? Perfil Socioeconômico e Profissional

Ao serem perguntados sobre a orientação sexual, 73,5% se declararam heterossexuais e 26,5% se declararam homossexuais. Destaca-se neste dado a autodeclaração da homossexualidade como orientação sexual por quase um terço dos homens. O que nos chama a atenção para este fato é que, historicamente, estes sujeitos têm ficado no campo da invisibilidade do tema. Se por outro é difícil ser homem na Educação Infantil, por certo, muito mais o será se autodeclarando homossexual. A produção acadêmica sobre essa temática tem sido pequena, podendo destacar os estudos de Cruz (1998). Suas pesquisas apontam que na generalização do “masculino”, aprisiona-se o homem numa categorização que exclui a possibilidade de um homem diferente e, quando esta se apresenta, há uma suspeita quanto à sua identidade masculina. Essa mesma autora faz uma crítica contrapondo a estrutura do gênero:

Uma hipótese possível é que um masculino cristalizado complementa-se com um feminino cristalizado (talvez por isso a recusa excessiva ao homossexual; ele seria um homem que ‘entra’ no espaço feminino). A fixidez de papéis, se por um lado restringe, por outro, confere a homens e mulheres uma autoafirmação de identidade. Parece que se aqueles de um gênero se comportarem como aqueles de outro gênero esperam, tudo ficará estruturado, todos saberão como agir. Na medida em que ocorre a flexibilização de papéis por parte de um dos gêneros, pode haver reestruturação por parte daqueles que pertencem ao outro gênero, demandando não só uma renegociação de espaços de poder como também uma reorganização na identidade (CRUZ, 1998, p. 246).

Outro fator que deve ser considerado é que o alto índice de autodeclarações pode estar relacionado ao próprio instrumento da pesquisa. Por ser um questionário que oculta o sujeito respondente, tornar-se-ia mais “seguro” a autodeclaração. Os sujeitos responderiam do mesmo jeito se fossem questionados em metodologias de entrevistas? Suas respostas corresponderiam empoderamento ou invisibilidade? Estas são questões que se colocam apenas no campo da reflexão, uma vez que obter estas respostas ensejaria ouvir os sujeitos que se autodeclararam.

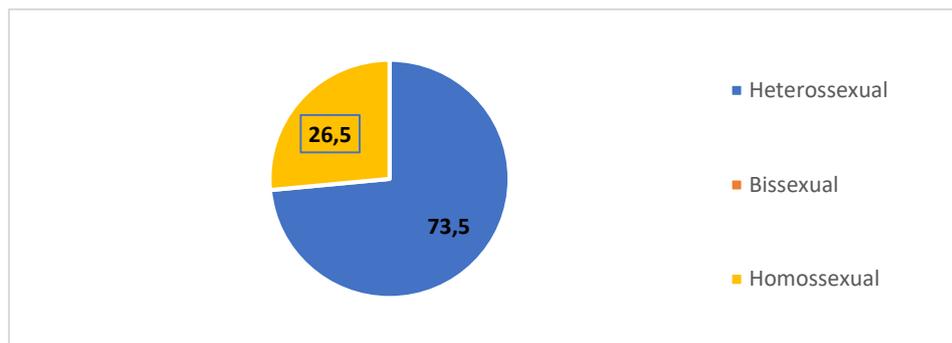


Figura 1: Orientação Sexual

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Em relação à idade, observa-se que há um grupo bem diverso de profissionais de diversas áreas que, em meio à crise de desemprego, viu no concurso a possibilidade de garantir a estabilidade no serviço público e também a oportunidade de trabalhar com crianças. Para tanto, vale ressaltar, que no último concurso de Goiânia já não era mais exigido o curso técnico em Magistério, visto que o mesmo foi extinto no estado. Em Aparecida ter o curso técnico em Magistério ainda é requisito para assumir a função de auxiliar de atividades educativas. Se a Rede Municipal de Goiânia tivesse exigido Magistério como requisito para investidura no cargo, talvez não tivéssemos essa representatividade:

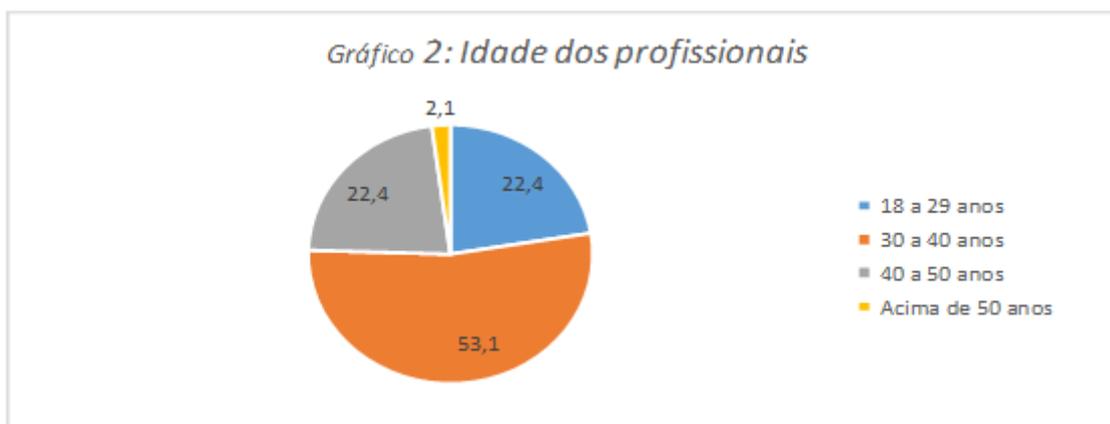


Figura 2: Idade dos profissionais

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

A Figura 2 chama-nos a atenção para a faixa etária majoritária dos profissionais. Se somarmos os percentuais dos sujeitos de 30 anos acima (53,1%), (22,4%) e (2,0%), obtém-se um percentual de 77,5% de profissionais com idade acima daquela que corresponderia a um perfil jovem e sua relação com o corte idade/série na universidade. Isso significa dizer que o campo tem sido ocupado por adultos. Mais significativo ainda, são os 22,4% acima na faixa etária de 40 a 50 anos. Quais as motivações para a presença deste público? Seria a seguridade do serviço público ou a conjuntura do mercado de trabalho?

Quando perguntados sobre como se autodeclararam em relação às questões étnicas raciais, esses sujeitos assim se declaram:

Tabela 6: Questões Étnico Raciais

Branca	Negra	Outras
34,7%	61,2%	4,1%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Observa-se que a maioria dos profissionais se declara negra. Estudos sobre o tema apontam que a presença de profissionais homens que se autodeclararam negros é maior na Educação Infantil. Segundo o último dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 54.9% da população brasileira autodeclara negra. O Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288/10 (BRASIL, 2010, Art. 1º), a população negra é formada pelo conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (BRASIL, 2010, p. 8).

O professor Munanga (2008), em sua obra *“Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus identidade negra”*, discute que o Brasil é um país miscigenado devido à relação inter-raciais entre a raça branca, preta e indígena que deu origem a cor parda entre outras. De acordo com Munanga (2008, p. 18), parda não é uma raça, mas uma cor:

A mestiçagem não pode ser percebida como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de gens entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem nos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias. A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular está saturada de ideologia.

Para o autor, a diferenciação entre brancos e negros é percebida e classificada. No entanto, os mestiços sempre foram motivos de controvérsias na sociedade devido à dificuldade em classificá-los, já que em alguns momentos eles eram julgados como mais próximos aos brancos e em outros mais próximos aos pretos. O autor faz um alerta sobre a mestiçagem e o mito da democracia racial:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e culturalmente entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2008, p. 77).

Da mesma forma, chama-nos atenção o fato de os homens negros ainda continuarem ocupando espaços minoritários na Educação Infantil. Os estudos de Silva (2014) apresentam que ser profissional homem e negro na Educação Infantil é sofrer dois preconceitos ao mesmo tempo (o de gênero e o de raça). O autor afirma ainda, que o medo dos superiores, seus receios internos sobre a presença do homem negro no cuidado e educação das crianças são perceptíveis nos primeiros dias, semanas e meses da chegada do profissional na instituição:

Ele terá que vencer os obstáculos, desafios da própria formação, semelhante ao desafio da professora mulher. Terá que superar as diferenças de percepções e representações sociais sobre as relações homem/mulher e as crianças, pois, geralmente, a ação de homens no magistério liga-se a dúvida sobre sua opção sexual; ou de uma forma bem mais preconceituosa e animalésca, ligam o professor homem na Educação Infantil a um pedófilo (SILVA, 2014, p. 149).

Com o tempo, conhecendo a dinâmica do trabalho, a responsabilidade do profissional e a segurança transmitida ao interagir com as crianças, as reações vão se equilibrando. Conforme Silva (2014), profissional homem, negro, atuando na escola da infância não pode errar, sendo que ele sempre será o alvo para o exemplo ou a norma. Ele sempre estará sendo vigiado. Em se tratando da escola:

Cabe destacar que a escola desempenha esse papel da (re) construção de novas identidades com relação ao gênero e às opções sexuais, dado que a escola é parte de uma sociedade que discrimina. Portanto, ela tem duas opções: (1ª) produzir e reproduzir as desigualdades de gênero, raça e etnia ou (2ª) combater, resistir e implementar a igualdade (SILVA, 2014, p. 63).

Quando perguntados sobre a naturalidade e processo migratório, dos 54 profissionais que participaram da pesquisa, 51 responderam esta questão, sendo: 33 (trinta e três) de Goiânia, 02 (dois) de Aparecida de Goiânia, 08 (oito) são do interior de Goiás, 08 (oito) vieram de outros estados. A migração dos profissionais do interior para a capital ou cidades vizinhas que dão acesso à capital, como por exemplo, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade, se dá pelas oportunidades de trabalho e estudo, o que muitas vezes é mais difícil nas cidades interioranas. Outro dado importante no que se refere à migração de profissionais dos outros estados é a predominância dos estados da Região Nordeste. Dos 8 (oito) profissionais que são de outros estados, 6 (seis) são nordestinos: 3 (três) Maranhão, 1 (um) do Piauí, 1 (um) Bahia e 1 (um) do Ceará. Segundo O IBGE²⁷, Goiânia é uma das capitais que mais recebe imigrantes do Nordeste, tendo hoje uma população de 124.372 nordestinos residentes.

²⁷-Site utilizado para pesquisa sobre a migração. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/23/24007>

Tabela 7: Processo migratório

De Goiânia	De Aparecida de Goiânia	Do interior de Goiás	De outros estados
33	02	11	08

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*

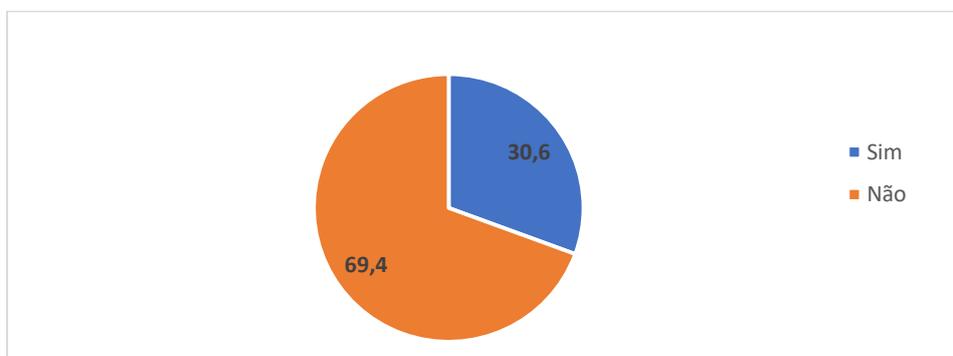
Nesse mesmo questionário, foi perguntado para os profissionais quem não era de Goiânia e por quais motivos eles vieram para a capital. Desses:

Tabela 8: Motivos para migração para Goiânia

À procura de trabalho	Para estudar	Por outros motivos	Por motivos familiares
52,4%	19%	23,8%	4,8%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Os dados do questionário de pesquisa também apontaram que mais de 50% dos profissionais que atuam na Educação Infantil são solteiros e a outra parte se divide em casados, divorciados, viúvos e outros que moram juntos, mas não formalizaram a união. Do mesmo modo, 69,4% dos respondentes do questionário não tem filhos e 30,6% os têm.

**Figura 3:** Tem filhos?

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Os dados obtidos a partir das questões sobre o estado civil e sobre a experiência de ter filhos contrastam com a ideia do pressuposto da “maternagem” e, no caso específico “paternagem”, como condição para educar crianças pequenas. Pelos dados, 69,4% não tem filhos, sendo que destes, 50% são solteiros.

Em relação ao perfil econômico dos profissionais, os dados das Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11 e Figura 4, são elucidativos deste perfil.

Tabela 9: Com quem reside?

Mora em casa própria	34,7%
Mora sozinho	26,5%
Mora com mãe	24,5%
Mora com os irmãos casados	2%
Mora com o pai	2%
Mora com amigos	2%
Mora com avós	2%
Mora com os tios	2%
Mora com outra família	2%
Mora com o irmão solteiro	1,3%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário online.

Ao serem interrogados sobre quantas pessoas trabalhavam em casa, o resultado foi: (01 pessoa) 39,1%; (02 pessoas) 34,8%; (03 pessoas) 15,2%; (04 pessoas) 2,2%; (mais de 4 pessoas) 8,7%. Esses dados demonstram que o trabalho na Educação Infantil continua sendo, na maioria dos casos, a única renda e a condição para sustento próprio ou da família. As questões econômicas do Brasil, entre eles o alto índice de desemprego, têm modificado o cenário da Educação. Se atentarmos para a Tabela 9, percebe-se que a maioria não tem casa própria, chegando a 64,3% dos profissionais. Estudos anteriores sinalizavam que a baixa ausência no ingresso dos homens na Educação Infantil tem se dado, majoritariamente, pela desvalorização e não por escolha da profissão. Estudos de Bueno, Catani e Sousa (1998); Sayão (2005) e Carvalho (1992) fazem uma reflexão sobre esse problema social e histórico e apontam que, em outros períodos, essa ausência era bem maior. Para as autoras, o desprestígio da profissão é a principal barreira para acesso e permanência dos homens na educação:

As mulheres vão se tornando maioria no exercício da profissão docente enquanto os homens vão ocupando os postos superiores na hierarquia burocrática. Mas, hoje, de fato, eles são figuras que se fazem cada vez mais raras nesses cenários. O crescente desprestígio da profissão docente, sobretudo em decorrência dos baixos salários, explica em grande parte o processo cada vez mais acentuado de evasão de professores, que atinge de sobremaneira os docentes do sexo masculino (BUENO; CATANI; SOUSA, 1998, p. 48).

Cabe aqui lembrar que o estudo de Jensen (1993) indica que o principal obstáculo à adesão dos homens à carreira dos cuidados infantis são os baixos salários pagos, associados aos status da profissão. Ora, é exatamente no local de trabalho e na definição de suas vidas profissionais que vamos encontrar os professores aqui entrevistados digladiando com as

questões relativas ao gênero, numa carreira socialmente desvalorizada, a qual se atribuem baixos salários, baixo prestígio e que pressupõe habilidades e comportamentos associados à feminilidade.

Para Carvalho (1998), há uma baixa procura dos homens pela profissão docente. Quando procuram, preferem atuar por área e nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Prova disso é o baixo número de homens nos cursos de Pedagogia. Alguns conseguem terminar a licenciatura e ingressar na carreira, porém, são poucos que permanecem. A Revista Educação²⁸ publicou uma matéria que afirmava que é cada vez menor o número de jovens que desejam ser professores. A taxa de adolescentes brasileiros de 15 anos que almejam seguir a carreira docente caiu de cerca de 7,5% para apenas 2,4%, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Revista Educação, 2018). Em se tratando da procura pela docência, a OCDE afirma que, em média, as mulheres procuram mais que os homens, sendo 6% das garotas e 3% dos garotos. Tal realidade não se restringe ao Brasil. Ainda segundo a OCDE, os motivos para baixa procura são desinteresse pela docência, salários baixos e pouco reconhecimento da profissão pela sociedade.

Tabela 10: Quantas pessoas moram com você?

Duas pessoas	34,8%
Três pessoas	15,2%
Quatro pessoas	2,2%
Mais de quatro pessoas	8,7%
Uma pessoa	39,1%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Os dados expostos na Figura 4 e Tabela 11 trazem resultados importantes. Mesmo 98% declarando efetivos na Rede pública de ensino, 89,8% afirmaram ser sustentados com própria renda e 10,2% disseram que são sustentados pelos pais. Sobre a renda, a Tabela 11 evidencia que 46,9% recebem dois salários mínimos, 20,4% declararam receber 3 salários mínimos, 16,3% até 1, 12,2% mais de 5, 4,1% mais de 4 salários mínimos.

²⁸- Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/06/29/cai-numero-de-jovens-que-querem-ser-professores-diz-relatorio-da-ocde/>

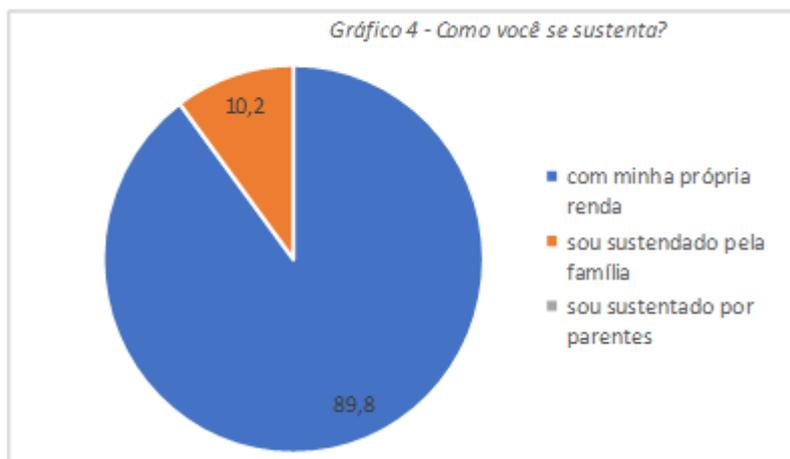


Figura 4: Como você se sustenta?

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Tabela 11: Qual a renda familiar?

Dois salários mínimos	46,9%
Três salários mínimos	20,4%
Até um salário mínimo	16,3%
Mais de cinco salários mínimos	12,2%
Quatro salários mínimos	4,1%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

A condição de trabalhadores que, em sua maioria, ganham até 2 salários mínimos, afeta também a condição daqueles que são pais. Em se tratando dos filhos, foi perguntado aos participantes com quem as crianças ficam, a fim de que trabalhem. Dos respondentes, 86,7% declararam que os filhos ficam com a mãe, 6,7% afirmaram que deixam os filhos no CMEI e 6,6% disseram que os filhos ficam só em casa.

Tabela 12: Com quem as crianças ficam quando vão trabalhar?

Ficam com a mãe da criança	Ficam no CMEI	Ficam só em casa
86,7%	6,7%	6,6%

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Em síntese, os dados do perfil socioeconômico indicam que as condições de trabalho e o perfil familiar dos respondentes do questionário mostram que a maioria está acima de 30 anos, sem filhos, mas que vive com as famílias e sustentam-se com até dois salários mínimos. Este quadro corrobora com o cenário vivido no país em que a média salarial da população é menor que 1 salário mínimo. Segundo dados do IBGE (2018), a renda média mensal de 60% dos trabalhadores brasileiros – o correspondente a 54 milhões de brasileiros empregados com

carteira assinada ou na informalidade – foi menor que um salário mínimo em 2018. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), que trata de todas as fontes de rendimento, divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE. Segundo o documento, o rendimento médio real mensal recebido por esses trabalhadores, classificados como os 60% da população com os menores rendimentos, foi de R\$ 928 no ano passado, o que corresponde a apenas 40% da renda média de todos os trabalhadores ocupados, estimada em R\$ 2.234. O valor é inferior ao salário mínimo em 2018 (R\$ 954).

3.2.2 Educação Infantil: encontros e desencontros na profissão

Os profissionais de Educação Infantil da rede municipal de Goiânia e Aparecida de Goiânia, ao se aproximarem das instituições, percebem os desafios que precisam ser superados. Em meio aos encontros e desencontros, se veem num campo que envolvem tensões, inquietações e medos que fazem parte de famílias e profissionais. Do ponto de vista do trabalho, precisam comprovar serem capazes de educar e cuidar de crianças, tarefas que historicamente são vistas pela sociedade como função primordial da mulher.

Dos 54 profissionais que participaram deste questionário, 83,7% são da Rede Municipal de Goiânia e 16,3% são servidores da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia.

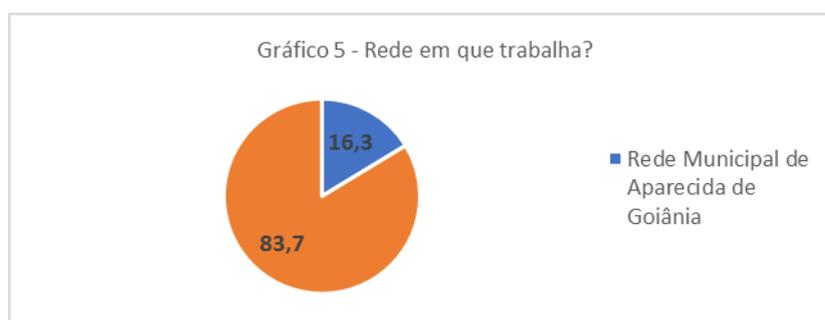


Figura 5: Rede em que trabalha

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Quando questionados sobre o vínculo de trabalho, dos 54 respondentes, 53 afirmaram serem concursados na Rede Municipal de Goiânia ou Aparecida de Goiânia e somente 1 afirmou trabalhar em regime de contrato temporário. Ao serem perguntados se eles trabalhavam somente nas Redes Municipais de Goiânia e Aparecida de Goiânia, somente 5 deles afirmaram que sim, os demais disseram que trabalham em outros postos para complementar a renda, sendo esses, Rede estadual de ensino, empresa privada, vendedor, advogado, professor em escola privada.

Esses dados corroboram com suas justificativas sobre o porquê pleitear uma vaga em um concurso público para nível médio, como é o caso da maioria. Pelo levantamento realizado, dos 54 participantes da entrevista, somente 31 afirmaram que, além da educação, trabalham em outros espaços e quais funções ocupam. Entretanto, nesse dado pode-se perceber a migração de profissionais de outras áreas para a Educação Infantil, visto que alguns afirmam ser: veterinário, enfermeiro, professor de Educação Física, advogado, líder de operações aeroportuária, vendedor. A crise econômica e o alto índice de desemprego têm obrigado muitos profissionais a migrarem da área em que atuam ou exercer duas profissões distintas, buscando estabilidade em concursos que exige escolaridade como o Ensino Médio. Segundo os estudos de Morin (2016, p. 68):

As descrições detalhadas do que se ocorre no mundo contemporâneo são infundáveis. Avanços de grande impacto que são acompanhados por fenômenos de degradação e destruição de igual magnitude. Um leque de crises que podemos identificar como formas econômicas, políticas e sociais, ambientais, de saúde, educativas, de convivência, éticas.

O posicionamento de Morin (2016) nos ajudam a compreender que as crises as quais o país tem enfrentado e enfrenta faz o sujeito se reinventar em outros espaços e funções para garantir a própria sobrevivência.

Na visão dos respondentes, ao serem perguntados quais motivos os levaram a ingressar como profissionais de Educação Infantil, as respostas²⁹ predominantes foram os fatores pessoais ou econômicos. Dos 54 (cinquenta e quatro) participantes da pesquisa, somente 50 (cinquenta) responderam. A maioria (26), sinalizou para os aspectos econômicos, pois buscavam a estabilidade no concurso público. Um quantitativo de 16 (dezesseis) profissionais disse que a motivação foi pessoal. E uma minoria disse que foram o desejo de trabalhar com crianças e de ter um emprego estável (8). Sobre o ingresso na área da educação, alguns motivos são elucidativos dos dados aqui encontrados:

Motivos Econômicos:

Econômicos. O mercado estava complicado, crise 2015/16 e **vi no concurso uma boa oportunidade de conseguir um emprego estável.**

Econômicos. **Não escolhi Educação Infantil, tanto que quando tomei posse fui pra uma escola de ensino fundamental.** Só saí porque fiquei excedente.

Econômicos, pois surgiu a **oportunidade de prestar o concurso na área, no qual tive a felicidade de passar e, portanto, ocupar um cargo público** nos dias de hoje é uma garantia de emprego.

²⁹ Alguns dados estão em forma de quantidade devido à organização deles no questionário. Optou-se por questões abertas para que os profissionais escrevessem frases ou parágrafos sobre o que foi perguntado; esse tipo de resposta contribui na apreensão do objeto.

Crise no país, procurei uma estabilidade.

Econômicos. **O concurso foi uma oportunidade do meu ingresso no mercado de trabalho**, pois ele não exigia experiência no campo.

Econômicos. Falta de **oportunidades em outra área**.

Motivos Pessoais:

Pessoais. Eu **sonhava em estudar e me tornar um professor**, mas necessariamente de crianças bem pequenas e pequenas, contudo vi a oportunidade de ingressar no curso de Pedagogia.

Motivos pessoais. **O atendimento em presídios** mostrou-me a fragilidade e vulnerabilidade das famílias e das crianças.

Outros Motivos:

Os dois, **necessidade de ter um concurso e ter uma renda fixa**.

Pessoais e Econômicos! **Eu já trabalhava com crianças surdas no AEE, fiz Pedagogia e me veio o interesse em fazer o concurso na área!** Quanto ao interesse econômico está relacionado a ter uma segurança por ser um concurso.

Ambos, **financeiro, pois estabilidade como concursado é o que eu sempre quis em minha vida, mais ao mesmo tempo gosto muito do trato com as crianças** que me oportuna além de ensino a oportunidade de passar valores para essas crianças que são como esponja para o aprendizado.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do Pesquisador).

A análise dos depoimentos acima retrata a luta pela estabilidade no emprego, o lugar social do concurso público e os encontros e desencontros com a Educação Infantil. Para poucos um sonho, para muitos, uma possibilidade de emprego. Neste último aspecto, os dados revelam que, na esperança do emprego, existe muita inexperience profissional.

Sendo assim, foi possível ser percebido, a partir do questionário proposto, que os profissionais de Educação Infantil que estão atuando nas redes municipais de educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia pouco conhecem ou nunca trabalharam com crianças. De 51 respostas, apenas 06 manifestaram já ter trabalhado com crianças na rede estadual ou privada de ensino.

Nesse sentido, Kramer (2011) problematiza o contexto da Educação Infantil onde ainda permanece a contratação de profissionais de áreas distintas e não habilitados para atuar com crianças pequenas, contrariando o que está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996, art. 62) (BRASIL, 1996). Para essa autora:

Não nos surpreendem essas contradições, pois, na prática, busca-se conciliar uma realidade na qual estão inseridos profissionais com níveis de escolaridade distintos. No caso das creches, em especial as comunitárias, essa realidade se impõe de forma de forma contundente, pois profissionais não habilitados, legalmente se dedicam ao

atendimento de uma parcela significativa da população de 0 a 6 anos, tentando suprir a omissão e ineficiência do poder público (KRAMER, 2011, p. 120).

No que diz respeito à compreensão sobre a etapa da Educação Infantil antes e depois de terem atuado na Educação Infantil, os questionários evidenciam que muitos traziam uma concepção de educação assistencialista, compensatória, esvaziada de perspectiva e espaço de guarda das crianças enquanto os pais trabalhavam. Esses mesmos participantes, depois de terem atuado e conhecido os documentos e as normativas que respaldam essa etapa, dizem que hoje veem a Educação Infantil com um olhar mais ampliado, principalmente no que diz respeito à forma das crianças aprenderem e se desenvolverem; de que não é só cuidar e de que há uma intencionalidade no que é realizado no cotidiano das instituições. As respostas dos profissionais Auxiliares de Atividades Educativas e professores evidenciam tal afirmação:

Compreendia a Educação Infantil como uma etapa da educação muito mais compensatória e assistencialista do que educativa. Hoje, atuando na área e concluindo o curso de pedagogia, consigo compreender o histórico da Educação Infantil e o porquê desta estar construída no imaginário popular da maneira como eu a via.

Antes eu pensava que a instituição era só um espaço que as crianças ficavam para brincar.... Hoje eu vejo que vai além das brincadeiras, as intencionalidades estão presentes em todos os momentos justamente para poder desenvolver mais as crianças.

Que funcionava como creche. Hoje sei que vai muito além do apenas cuidar.

Antes eu não tinha tanta compreensão sobre a etapa de Educação Básica. E hoje compreendo que ela é uma etapa em que as crianças se desenvolverão, se relacionarão, aprenderão e se apropriarão de novos conhecimentos levando em consideração os tipos de relacionamentos que existem dentro de uma instituição de educação.

Pensava que as crianças ficavam no CMEI só para lanche e tomar banho; vi que existe um trabalho pedagógico bem planejado e atuante.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Por outro lado, mesmo afirmando ter ampliado seus conhecimentos sobre a etapa da Educação Infantil, as falas dos participantes evidenciam que há alguns equívocos sobre essa primeira etapa de Educação Básica, principalmente no que trata de dicotomias entre: Educação Infantil e Ensino Fundamental; criança e aluno; “ensino” e educação; escolarização/transmissão e construção do conhecimento mediado pelas interações e brincadeiras:

Não tinha **compreensão** aprofundada. Depois de atuar percebi que o trabalho na EB, **exige profissionalismo e uma formação continuada** para atender melhor o aluno e a comunidade escolar.

Antes de trabalhar na Educação Infantil em cmei minha compreensão era baseada na pouca experiência que tinha e também do conhecimento teórico que vivenciei com minha esposa quando estava na faculdade de pedagogia, onde acompanhando ela; presenciei muitas palestras da faculdade e também do que ela me falava em casa. Infelizmente após este período de atuação vivenciei situações que

fogem muito ao que eu vivi e compreendia anteriormente na teoria e no que minha esposa me falava, apesar que ainda tenho esperança de um ensino melhor.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Para Kramer (2011), face a esse cenário, onde profissionais são aprovados em concursos para atuarem na Educação Infantil sem nenhum conhecimento da complexidade da infância e dessa primeira etapa, cabe às secretarias de educação e instituições envolver esses trabalhadores no processo de formação cultural com seus pares, discutindo e experienciando com o outro por meio de estudos, leituras, discussões, debates e questionamentos que envolvem os cotidianos das crianças. Na perspectiva da autora:

Como entender que se trata de formação cultural de moças e rapazes, que são meninos e meninas também que, enquanto formam, estão vivendo seu próprio e por vezes doloroso e inacabado processo de formação e necessitam de espaços que lhes permitam além de estudar, discutir valores, questionar condições e rever seu próprio papel? Uma das alternativas que vislumbro para enfrentar essa questão, tento expressar na ideia de convite: só é possível se formar com o outro nos mais diferentes espaços e tempos que circulam conhecimentos, valores e saberes. Convite supõe a ideia de incluir crianças, jovens e adultos em práticas sociais as mais diversas que permitam que a história de cada qual seja contada, ressignificada, mudada. Em todos os espaços e tempos de contar e recontar, educar e cuidar são igualmente importantes (KRAMER, 2011, p. 127).

Dos profissionais que trabalham na Educação Infantil, a maioria está modulado em agrupamentos de faixas etárias maiores, tais como nas turmas de 3 anos da creche e de 4 e 5 anos na pré-escola, como mostra a Figura 6. Para tanto, se atentarmos à porcentagem de profissionais atuando na creche (46,9%) e na pré-escola (53,1%), pode-se perceber que há um equilíbrio na modulação desses servidores. Ao observarmos a porcentagem de profissionais homens modulados nos agrupamentos, pode-se perceber que as instituições têm possibilitado a presença do homem atuando com as crianças menores, onde o campo das tensões é maior, principalmente, em se tratando das famílias que estranham esses sujeitos cuidando e educando crianças nos momentos de banho e trocas de fraldas. Mas afinal, qual foi o motivo desse equilíbrio sendo que muitos profissionais afirmaram que nas instituições em que trabalham, a prioridade é eles serem modulados somente com crianças da pré-escola?

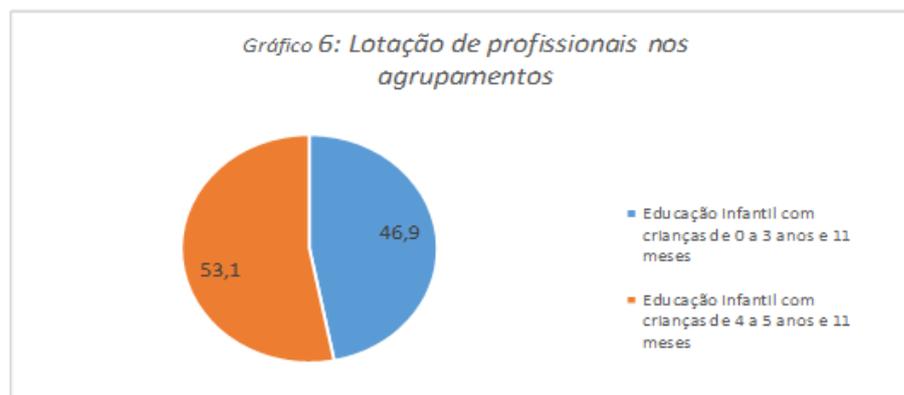


Figura 6: Lotação de profissionais nos agrupamentos

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

Tal fato se deve à nova organização das Redes Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia que, há dois anos, vem atendendo crianças de 4 e 5 anos em período parcial nas escolas, o que diminuiu a demanda nos CMEI e algumas turmas ficaram ociosas. O motivo que têm levado as gestões municipais de Aparecida de Goiânia e Goiânia a realizar o atendimento da pré-escola nas escolas, segundo as secretarias de educação desses municípios, é para ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 3 anos e diminuir o número de crianças nos cadastros de reserva em espera por vaga. Em algumas das instituições de Goiânia em que a entrevista foi realizada, profissionais disseram estar atuando em agrupamentos da creche porque algumas turmas de pré-escola da instituição passaram a ser atendidas na escola do bairro, a fim de abrir as turmas da creche que apresentavam maior demanda da comunidade. Para tanto, é preciso se ter claro que em Aparecida de Goiânia os CMEIs ainda atendem turmas de pré-escola, porém, com turmas reduzidas, devido ao atendimento nas escolas. Já em Goiânia, existem instituições em que já não há mais as turmas de 4 e 5 anos, outras só há as de 4 anos, e há outras em que existem agrupamentos mistos, com crianças de 4 e 5 anos juntas, o chamado agrupamento EF³⁰.

No que se refere à atuação dos profissionais percebe-se que os homens estão atuando em diversos agrupamentos, porém, a maioria está lotada nos agrupamentos com crianças em faixa etária maiores. Se somadas as atuações nos agrupamentos E e F, são mais de 40,8% dos respondentes do questionário.

³⁰ Em Goiânia é utilizada as letras para a identificação dos agrupamentos: Berçário agrupamento A, 1 ano agrupamento B, 2 anos agrupamento C, 3 anos agrupamento D, 4 anos agrupamento E, 5anos agrupamento F.

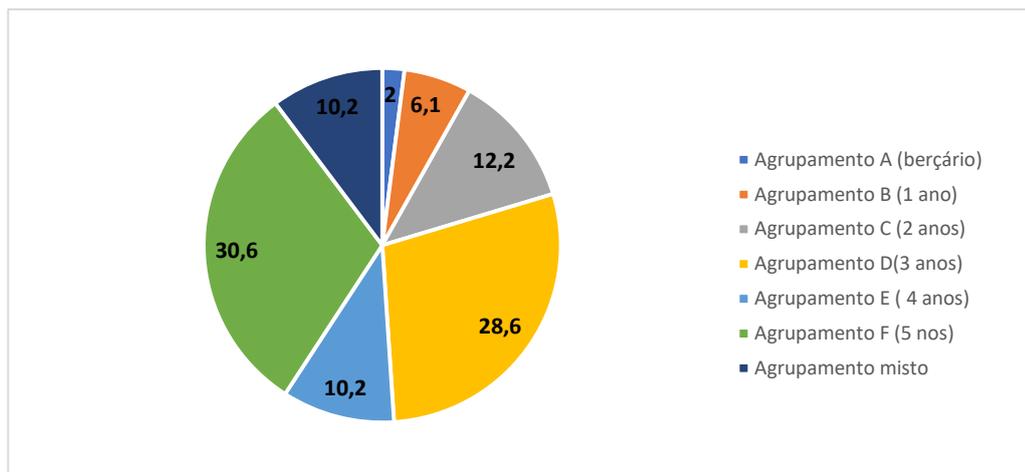


Figura 7: Quantitativo de profissionais atuando nos agrupamentos por faixa etária
Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*.

No imaginário das equipes gestoras de muitas instituições educacionais, promover a lotação do profissional homem nos agrupamentos que correspondem a pré-escola, ou seja, nos agrupamentos de crianças de 4 e 5 anos, diminui as tensões entre famílias por serem crianças maiores que conseguem relatar com mais desenvoltura seus cotidianos na convivência com esse profissional. Outro fator que determina essa lotação é o fato das crianças de 4 e 5 anos terem mais autonomia na hora do banho. Os dados apontam que nos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia acontecia uma espécie de organização interna centrada na decisão da gestão, e não de forma democrática e participativa, no processo de distanciar os profissionais das famílias. Ao mesmo tempo, reforçam as tensões, colocando as SME como culpadas pela chegada dos profissionais em detrimento de um direito adquirido por eles. Tal organização tem sido uma maneira de evitar conflitos com as famílias das crianças. Em alguns casos, nem a aproximação das mães e pais com os profissionais é oportunizada. Tira-se do profissional o direito de atuar pelos agrupamentos da creche, dando-os a opção por agrupamentos somente da pré-escola. Os dados elucidam o distanciamento e a falta de autonomia na escolha:

Pedem pra mim tomar muito cuidado com as famílias para eu não ser mal interpretado, **manter sempre distância para evitar conflitos.**

Eu acredito que até houve, **mas não para estreitar essa relação**, mas para informar aos pais que a presença masculina no CMEI era inevitável e que mais iriam chegar.

Não está muito preocupada, **eu sempre recomendo, no começo do ano letivo, uma reunião com os pais para uma apresentação, mas isso não é feito.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do Pesquisador).

Ainda no que se refere à lotação, dos 54 participantes da pesquisa, somente 48 responderam à pergunta se é oportunizado a eles escolherem o agrupamento que querem

trabalhar. Desse quantitativo, somente 7 profissionais responderam ter autonomia para escolher os agrupamentos. Desses 7, apenas 2 disseram que podem escolher somente entre os agrupamentos maiores, que seria o que correspondem às faixas etárias de 3, 4 e 5 anos de idade. Sendo assim, 47 profissionais afirmam não ter a oportunidade de escolher com qual faixa etária gostariam de trabalhar. Para tanto, é preciso ter claro que nesse grupo que afirma não ter a oportunidade de escolha, há aqueles que mesmo não escolhendo, até preferem ficar nos maiores. Nos relatos dos pesquisados é possível perceber como se dá essa organização:

Sim, mas **se tiver rejeição a diretora faz modificações para me resguardar.**

Sim, mas há a modulação juntamente de todo o grupo, **sendo feito o sorteio caso tiver empate de funcionários no agrupamento escolhido.**

Não. **As coordenadoras e a diretora dizem preferir lotar os homens em agrupamentos maiores**, creio que por conta do trocar de fraldas, habilidade que provavelmente os homens não são capazes de adquirir.

Somente o 4 ou 5, menor não deixam, um dia pedi o agrupamento 2 e a diretora não deixou.

Não, **preferem evitar de me modular em agrupamento que exija maior contato com as crianças e seus corpos** (exemplo: trocar a fralda de criança). E eu não acho ruim.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

As falas acima são explícitas em desvelar uma postura de gestão que vem subalternizando, invisibilizando e excluindo os profissionais homens na Educação Infantil. Os critérios, em vez de se portarem do ponto de vista legal e institucional de uma Rede, acabam por conferir preceitos morais e subjetivos. Alguns profissionais afirmaram que essa prática tem mudado devido ao déficit de profissionais na instituição, sendo que não dá para ficar escolhendo quem fica e quem vai para esse ou aquele agrupamento. Corroborar com essa lógica a decisão das Secretarias Municipais de Educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia em atender a Educação Infantil (turmas de 4 e 5 anos) na escola:

Sim, apesar que **durante o ano e muito comum você trabalhar em todos os agrupamentos por causa das faltas.**

Não, quando cheguei (maio de 2017) fui para o F, no final de 2018 o F foi extinto e **contra minha vontade, pois queria continuar com os maiores (no caso o agrupamento E) fui pra o B** (que agora tinha dois agrupamentos B1 e B2). Ao final de 2019 o B2 que eu estava passa a ser C2, e lá vou eu, mas dessa vez eu nem questioneei pois, a equipe diretiva foi bem enfática na minha primeira investida.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

As falas acima confirmam com a tese de que o “não lugar” dos profissionais homens na Educação Infantil começa e continua na modulação. Os profissionais, quando não são alocados

nas turmas maiores, funcionam como “coringas” na instituição e acabam por transitar de agrupamento por agrupamento, a fim de não criar vínculos com as crianças. Segundo Felipe (2011, p. 65):

No entanto, cabe também às educadoras e educadores diluir algumas barreiras rigidamente estabelecidas em relação ao que seja apropriado para meninos e meninas, homens e mulheres. Afinal, vivemos em um mundo em constante transformação e diversidade, cabendo também à escola infantil uma leitura atenta do que está à sua volta, que não permita que as diferenças entre as pessoas e os grupos se transformem em desigualdades, ferindo assim seus direitos fundamentais.

A maioria dos profissionais afirma reconhecer-se como profissionais de Educação Infantil. A justificativa para esse reconhecimento se dá por buscar atender as crianças com qualidade, pelo reconhecimento das famílias, pela busca do conhecimento e novas aprendizagens, por perceber que a criança aprende e ensina. Outro ponto que aparece nas respostas dos profissionais é que muitos auxiliares de atividades educativas se reconhecem como professores pelo trabalho que realizam junto às crianças. No entanto, há que se ter claro que na ação de cuidar e educar crianças em contextos de vida cotidiana, tanto o professor como o auxiliar, precisam também desenvolver uma ação conjunta junto às crianças, apoiando-as e encorajando-as em seus desafios e possibilidades, sem separar o que é fazer de um e fazer do outro, mas, como defende Azevedo (2013), articular uma ação conjunta assim como cuidar e educar são indissociáveis. O depoimento abaixo expressa importantes elementos para esta pesquisa. Primeiro, o lugar social da profissão que ocupa o auxiliar:

Apesar de ser auxiliar de atividades educativas, me vejo sim como um professor de Educação Infantil, pois professores não são somente aqueles que possuem uma graduação para tal e foi aprovado para cargo tal. O ato de ensinar está muito além da transmissão de conhecimentos sistematizados. Enquanto auxiliar, a minha própria postura frente às crianças é um ato educativo.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

Nota-se, no depoimento anterior que, apesar de não obter o diploma de licenciatura, apesar de saber que o seu concurso é destinado ao nível médio, ainda assim, refere-se ao lugar do professor como o “desejado”, o “ideal”, ainda que do ponto de vista do vir a ser: “apesar de ser auxiliar de atividades educativas, me vejo sim como um professor de Educação Infantil, pois professores não são somente aqueles que possuem uma graduação para tal” (Dados do pesquisador: Questionário *online* – Questões abertas). Esta fala expressa, também, o não entendimento de que a profissão professor precisa ser reconhecida e outorgada legalmente.

Da mesma forma, outro trecho da fala como: “o ato de ensinar está muito além da transmissão de conhecimentos sistematizados” (Dados do pesquisador: Questionário *online* –

Questões abertas), nos remete ao lugar historicamente destinado ao conhecimento na Educação Infantil, ou seja, o não lugar. Essa problemática vem sendo discutida na Educação Infantil há anos, a fim de se contrapor à subordinação ao Ensino Fundamental e escolarização, mas também de reafirmar que na Educação Infantil é lugar que se aprende e se produz conhecimento. Para Martins Filho (2020, p. 239):

A docência e a vida são uma coisa só! Nossas crianças precisam ‘viver a escola’ e não ‘viver na escola’. Diferença crucial! Um ambiente escolar desinteressante acaba transformando a vida sem sentido para as crianças. Muitos ambientes escolares estão fadados a processos bancários e burocráticos de aprender e ensinar. Estranho mundo escolar que nos acostumamos a habitar como se fosse normal.

Diante do exposto anteriormente, a problemática não está em reconhecer-se ou não como professor. Está na atitude e postura profissional que possibilite escutar as crianças, atender suas necessidades, interesses e curiosidades, bem como pensar as possibilidades em atendê-las em seus questionamentos. Entretanto, é necessário ficar claro que o professor da primeira infância não exerce a docência para dar respostas prontas ou transmitir conhecimentos às crianças, a função do professor é mediar os processos, apontando caminhos para que as crianças por si mesmas descubram as respostas, ou seja, a construção do conhecimento é com elas e para elas. Nesse sentido, Martins Filho (2020, p. 242) convida os professores e professoras de Educação Infantil a:

Desenvolver habilidades para escutar as crianças, não só para falar para elas o que precisam que façam; aprender com as crianças e não somente ensiná-las os conhecimentos acumulados pelas gerações precedentes; no cotidiano da instituição dedicar especial atenção aos jeitos de ser das crianças, entendendo que podem significar muito sobre suas formas humanizadoras de ser e estar no mundo, e não apenas humaniza-las de acordo com a lógica dos adultos, o que hoje pode nos fazer abrir mão do que nós adultos desejamos para as crianças. Adultizar menos as crianças!

Quando perguntados sobre se se reconhecem como profissionais de Educação Infantil, dos 54 participantes, 43 responderam esta pergunta, sendo que 14 (quatorze) responderam que não. Esses justificaram suas respostas pelo fato de não serem pedagogos. Por outro lado, 29 (vinte e nove) afirmaram que sim. Eles justificaram suas respostas afirmando que realizam o trabalho pedagógico junto aos professores, desenvolvem o trabalho com as crianças com profissionalismo e ética, estudam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas experiências adquiridas na instituição. O dado nos revela que, no imaginário social, só é considerado profissional da educação quem é professor, neste caso, o pedagogo. Essa visão contrasta com a perspectiva de todos que trabalham na área, independente do cargo e função, são profissionais da Educação.

No entanto, vale ressaltar as discussões e lutas para reconhecer todos os trabalhadores da Educação como profissionais da Educação. Para tanto, faz-se necessário transitar nos marcos legais para entender tais conquistas. As conquistas dos profissionais da educação estão garantidas na Emenda Constitucional nº 53, que reconhece todos os trabalhadores como profissionais da educação; a Lei 12.014 de 6 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009b), que regulamentou a nova redação do parágrafo único do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, reconhecendo os funcionários no inciso III do Art. 61 da LDB. No que trata da Lei 12.796, mais conquistas asseguradas, por essa lei está a equiparação dos profissionais do magistério para fins de acesso à formação inicial e continuada (Art. 62-A da LDB); na Lei 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação, com prazos para instituir a política de formação para os funcionários, o piso salarial nacional previsto do Art. 206, VIII da Constituição, os planos de carreira para esse segmento da categoria, além de outras ações como o Censo Profissional dos Funcionários. Portanto, são conquistas recentes as resoluções do Conselho Nacional de Educação que tratam das diretrizes para os planos de carreira do magistério e dos funcionários da educação e de sua formação inicial e continuada, além dos decretos presidenciais da formação profissional, com destaque para o último, de nº 8.752/2016.

Há também entre os profissionais que foram pesquisados, aqueles que não se reconhecem como profissional da Educação Infantil, porque se interessam por outras etapas e modalidades e outros porque não se sentem sujeitos desse lugar:

Não. Porque **não sou pedagogo**.

Não. Não possuo formação para ser considerado professor e também **não possuo a mesma renumeração portanto me considero o que sou, Auxiliar de Atividades Educativas**.

Não, já me disseram que levo jeito e até pra fazer um curso de Pedagogia, mas diria que não, já pensei em sair da área várias vezes, só não saí por quê tenho responsabilidades, e **pra falar a verdade só estou aguardando um outro concurso** em outra área aqui em Goiânia. Não que seja ruim ou que eu não goste, até acho que levo jeito mesmo, só que **sinto como se não fosse meu lugar**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

As falas acima reafirmam o “não lugar” dos auxiliares de atividades educativas. Revelam subalternidade, provisoriedade e desvalorização da profissão.

Dos 54 (cinquenta e quatro) profissionais que participaram do questionário *online*, 41(quarenta e um) disseram ter enfrentado barreiras para atuar na Educação Infantil. Como a maioria é formada por profissionais recém-concursados, muitos trazem narrativas da chegada à instituição. Os participantes narraram que viveram períodos de muitas tensões que vinham de

toda parte: das famílias, das profissionais e muitas vezes dos maridos das profissionais que questionavam por que elas teriam que trabalhar com homens. As narrativas abaixo tratam disso:

Sim. Como fui o primeiro homem a agregar a instituição **foi feita uma reunião comigo para ser esclarecido a possibilidade de ter alguma rejeição da comunidade e dos profissionais, a conduta com as crianças do sexo feminino principalmente**. Junto à comunidade não tive discriminação direta e sim um grande respeito pois fiz questão de me colocar à disposição deles para qualquer situação que não gostassem, e até o momento o diálogo está muito bom. **Já com os profissionais de educação já aconteceu de tudo; a parti diretiva achou melhor que não desse banho em meninas a penas nos meninos (concordei, pois estava entrando a pouco e não iria entrar em questionamento e também não sabia como seria com as famílias)**. Foi informado as famílias por meio de bilhete que a instituição teria um auxiliar homem. **Tive várias situações constrangedoras com professores e profissionais, até questionando se era homossexual, professoras que não queria trabalhar comigo pois não podia dar banho**. Foi colocado que tinha que tomar cuidado com o tom de voz pois era homem e podia assustar as crianças, e também com os profissionais pois podia parecer ofensivo. Já fui confundido com professor pela s famílias pois tinha um perfil de liderar e organização dinâmica na sala e etc.

Sim. **Preconceito, olhares tortos, questionamentos sobre a minha capacidade em desenvolver atividades relacionadas a Educação Infantil** apenas pelo fato de ser homem.

Sim, **desde o primeiro dia sempre existiu preconceitos por parte dos pais, maridos das regentes**, a nossa realidade foi apresentada para sociedade sem conter o modo de uso. Não temos um manual de referência para o auxiliar homem na educação.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

De acordo com os participantes, a cultura de que a Educação Infantil deve ser um espaço feminino ainda é muito forte na visão da família, pois elas carregam as nuances do discurso da maternagem, que veem as mulheres professoras como mais habilidosas. É uma crença de que essa habilidade é natural da mulher. O discurso da docência na Educação Infantil associada à imagem da mulher perpetua até hoje na sociedade, pois os próprios documentos legais que orientam esse segmento acabam por deixar essas nuances. Sobre essa questão, Martins Filho (2020, p. 72) aponta os estudos de Arce (2001) e Kishimoto (1998):

Pode-se dizer que a concepção de docência, mesmo após a elaboração das Diretrizes do Ministério da Educação, veiculava ‘a imagem de profissional para a Educação Infantil por intermédio da mulher ‘naturalmente’ educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento de uma formação profissional específica’ (Arce, 2001, p. 182). Para Tizuko Kishimoto (1988), a profissional de Educação Infantil devia possuir um perfil de jardineira dos tempos froebelianos, da qual se exigia apenas ‘ser mocinha, bonita, alegre e gostar de crianças’.

Nesse sentido, a família estranha a presença de homens e, quando começa a acostumar-se com a ideia, demarca seu lugar e o das mulheres na Educação Infantil. Essa postura promove a fragmentação do cuidar e educar, bem como a limitação desse profissional nas atribuições

que são inerentes ao seu cargo. Ao serem perguntados se enfrentaram barreiras para atuar na Educação Infantil e os motivos, responderam:

Sim! Porque a Educação Infantil ter sua origem atrelada a questões femininas, e também por a tarefa de educar crianças pequenas ter se constituído historicamente como uma tarefa feminina, a presença de homens nessa etapa ainda é vista com estranhamento pela comunidade que envolve as instituições de E.I. Já ocorreram situações constrangedoras envolvendo famílias e também colegas de trabalho.

Sim. É uma área em que a sociedade infelizmente **'considera feminina'**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

Os homens, ao decidirem atuar numa profissão em que a sociedade os veem fora do lugar, se reconhecem numa trama social/cultural em que o espaço da Educação Infantil deve ser aquele da sensibilidade, afeto, carinho e amor. Nessa perspectiva, não cabem os homens como profissionais pois, conforme Cerisara (2002), construiu-se culturalmente a crença de que os homens não conseguem expressar tais sentimentos, por serem fortes, bravos e com voz firme, mas somente as mulheres, por serem dóceis, meigas, amorosas e afetuosas. Os que se colocam no desafio de enfrentar esse pressuposto se confrontam também com questionamentos sobre a orientação sexual. Sobre esse fato, um respondente do questionário expressou que, quando se trata ainda das questões de gênero e raça, o preconceito e a desconfiança são ainda maiores. Ao serem perguntados se encontraram barreiras para atuar na Educação Infantil, responderam:

Sim, muito preconceito por ser **homem, negro e homossexual**.

Tem medo que eu moleste as meninas, **ou que eu incentive os meninos a serem gay**.

E enfrentar todo preconceito, toda homofobia, todo *bullying* sem desistir. **A homofobia dói, mais doeu mais quando fui para a Educação Infantil**, teve um pai que disse **que não aceitava nenhuma ideologia gay com o filho dele**.

Sim... no início, alguns pais resistiam em ter um 'homem' na sala de seus filhos. Com o tempo, estes mesmos se tornavam meus grandes parceiros para o desenvolvimento de minha prática. **Quando iniciei em Goiânia, sofri 'perseguição' da própria coordenadora do CMEI onde fui lotado, e também ataques velados por ser homossexual**, embora eu mantivesse uma postura profissional no âmbito de trabalho, como eu sempre mantive.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

O contexto que apresentam poucos homens e muitas mulheres em espaços educacionais é também um desafio para muitos países europeus. A Itália já teve uma lei que proibia homens de trabalhar com as crianças. Malaguzzi, numa entrevista onde narrava suas experiências na reconstrução da cidade de Reggio Emília, fez um posicionamento sobre a presença o trabalho do homem na Educação Infantil. Segundo esse autor:

Algo que lamentamos constantemente ao longo dos anos – também as crianças lamentam - tem sido nossa incapacidade de oferecer um número significativo de professores homens. Até há poucos anos, a lei italiana proibia homens de ensinar crianças pré-escolares – uma lei estúpida, a qual ignoramos abertamente, ignorando os avisos e as reprimendas do Ministério da Educação. Atualmente a proibição não existe mais, mas outras razões ainda tornam difícil contratar professores homens nas escolas para crianças pequenas. Piorando ainda mais as coisas na Itália e em vários países europeus, atualmente menos homens optam por serem professores de crianças pequenas (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016, p. 77 *apud* MALAGUZZI, 2016).

A afirmação de Malaguzzi elucida uma questão séria da presença e do trabalho do homem na Educação Infantil como um desafio para muitos países, porém, evidencia no seu posicionamento a necessidade de contrapor a Educação Infantil como um lugar estranho para os homens, mas aquele onde homens e mulheres unidos e de mãos dadas possam romper com discursos sexistas que impedem homens e mulheres de exercerem seus direitos legítimos e constitucionais. O primeiro sentimento que se tem ao se deparar com um homem no CMEI é o não reconhecimento do homem professor ou auxiliar de atividades educativas. Esses são vistos como sujeitos que estão fora do seu contexto. Ainda na visão de Cruz (1998, p. 245):

Na creche existem dois masculinos que ameaçam, o agressor e o homossexual. O primeiro, apesar de indesejado, num certo sentido é legitimado (por exemplo, quando em relação complementar a ele aparece a mulher doce e cuidadora), ou seja, não se espera que o homem cometa um abuso sexual, mas deseja-se que ele seja forte e agressivo. O segundo, o homossexual, é negado, representa a inadequação, porque tem comportamentos ou características consideradas femininas, fugindo do que é considerado um masculino ‘normal’.

Nos últimos anos, as redes de Aparecida de Goiânia e Goiânia ampliaram o número de homens atuando como professor regente e auxiliares de atividades educativas. Este trabalho, a despeito de ser definido a partir da atuação com as crianças, vê-se reconfigurado a partir do momento em que os homens são lotados nas redes. Dos 54 (cinquenta e quatro) profissionais que responderam ao questionário de pesquisa, 50 (cinquenta) afirmaram que há, além deles, outros homens atuando nas instituições em outros departamentos, tais como auxiliar de secretaria, auxiliar de apoio educacional e auxiliar de serviços diversos. Para tanto, não se observam nos dados da pesquisa tensões com profissionais homens atuando em outros departamentos das instituições, sendo que as inquietações recaem sobre aqueles profissionais que possuem o contato direto com as crianças. A fala dos participantes evidencia que aos poucos os espaços das instituições vão ganhando profissionais homens em vários departamentos:

Sim, quando cheguei não havia, mas logo fomos povoando o CMEI, até brincava com as gestoras que nós, homens, iríamos tomar o CMEI. **Terminamos o ano de 2019 com auxiliares homens em todos os agrupamentos no matutino, do A ao E, com homens na secretaria, na limpeza e até na cozinha.** Pedagogo tivemos um em 2018, mas não ficou muito tempo, teve muitas dificuldades de adaptação, pois vinha de outro

estado (não lembro qual, mas era do Norte) acabou saindo logo (também não sei o motivo, nem perguntei).

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

A Tabela 13 apresenta a recorrência das indicações citadas pelos participantes do questionário e que “conhecem outros homens nas instituições de Educação Infantil exercendo outras funções para além de auxiliares e professores”:

Tabela 13: Outros lugares ocupados pelos homens na Educação Infantil

Aux. de Atividades educativas	Aux. de Secretaria	Aux. de apoio Educacional (Limpeza e merendeiro)	Professor
32	17	35	5

Fonte: Dados do pesquisador. Questionário *online*. Questões Abertas

Se atentarmos para a Tabela 13 podemos observar que os homens na Educação são maioria na função de auxiliar de apoio educacional e auxiliares de atividades educativas, porém, o pedagogo ainda é uma pequena minoria. Fica a reflexão para além daquilo que esta pesquisa pode responder: se Goiânia tem 851 pedagogos homens, sendo que somente 5 estão atuando na docência em CMEI, e Aparecida tem 126 pedagogos homens, e desses somente 12 atuam nos CMEIs, por que os pedagogos das redes municipais de Goiânia e Aparecida de Goiânia são minoria na Educação Infantil?

Os dados acima afirmam que a presença masculina na Educação Infantil ainda é um desafio e faz-nos refletir que os discursos de gênero ainda não alcançaram a sociedade a ponto de romper com práticas sexistas legitimadas como “corretas” pela sociedade burguesa. Deve-se levar em consideração que, assim como há um desconforto em ver o homem na Educação Infantil, há também outros espaços em que as mulheres são minoria e elas passam por discriminação e desvalorização. Para tanto, os homens que cuidam e educam crianças não escolheram essa etapa para tomar os espaços das mulheres, mas para reafirmar que todos os espaços são de homens e mulheres.

3.2.3 Quando Eles se Deparam com as Famílias e outras Mulheres no Trabalho: tensões, insegurança e diálogos possíveis

Um dos elementos mais evidentes a partir dos questionários de pesquisa é o *campo das tensões dialéticas entre as famílias* e o trabalho dos homens na Educação Infantil. Todavia, a

tensão que se coloca é justamente entre aquilo que eles dizem e pensam. Na voz de 61,2% dos participantes, as famílias concebem o trabalho dos homens de forma tranquila. Já para 32,7% de maneira insegura e 6,1% deram outras respostas. Entretanto, essa forma de conceber o trabalho dos homens de forma “tranquila” só acontece com o tempo, quando a comunidade vai conhecendo o trabalho desses profissionais e das devolutivas das crianças em relação a eles. Tal afirmação pode ser percebida quando é perguntado aos participantes da pesquisa se alguma família já expôs insegurança em tê-los como profissional que cuida e educa seus filhos. Os participantes afirmam que sim. Os dados do questionário mostram que, para os participantes, 71,4% dos pais demonstraram insegurança e que 28,6% não demonstraram.

Um dado importante que esse questionário de pesquisa apresenta é o bom relacionamento dos profissionais com as famílias das crianças. Os participantes narram que no início há sempre aquela insegurança das famílias, o que para eles é normal. Todavia, com o tempo, as famílias vão acompanhando o trabalho e percebem que não há motivos para preocupação. Os participantes afirmam que diante das dificuldades para realizar o trabalho, quando eles conseguem ganhar a confiança das famílias, torna-se gratificante receber o reconhecimento pelo trabalho que realiza e o respeito que tem por cada uma delas independente de suas inseguranças e medos, como forma de estreitamento dos laços para garantir uma parceria em prol da aprendizagem e desenvolvimento das crianças, como fica evidente nesses relatos:

Sempre em um primeiro momento (**início do semestre**) eu percebo ainda uma certa **desconfiança de alguns pais, porém, com o passar do tempo percebo uma melhora em nossas relações**. Acho que o **feedback das próprias crianças, ajudam nessa melhora das nossas relações**.

Maravilha. O que mais eu poderia dizer. O ano de 2018 foi o melhor pra mim, **final de ano os pais agradecendo, abraçando, colocaram até uma faixa na porta do CMEI em agradecimento**, com os nomes dos professores do agrupamento. 2019 não foi muito diferente, pais agradecendo, fotos para recordação, até presentinhos, uma mãe que trabalha num supermercado da região até perguntou se eu não poderia ser o professor da filha dela de novo no próximo ano. **Sensação de dever cumprido e que, sim, fiz um bom trabalho**.

Sempre **procuro ser respeitoso, entendê-las e não culpá-las de nada. Mesmo quando sou vítima de preconceito e homofobia**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

Os depoimentos acima evidenciam tensões: desconfiança, julgamento, comprovação e até se colocar no lugar do outro como pai. Nesse último caso é necessário, segundo um dos profissionais, até superar racismos e homofobias por parte das famílias. Como aliados, os

profissionais confirmam que nos campos das tensões o melhor caminho é o diálogo e a empatia do que o embate, mesmo porque quem vai dar a devolutiva do trabalho deles são as crianças.

Segundo os profissionais que responderam ao questionário de pesquisa, os motivos que os dados apresentam para a insegurança das famílias são: o lugar social que é dado às mulheres colocando-as como mais aptas a cuidar de crianças e medo das crianças sofrerem maus-tratos pelos homens, mas o que aparece com maior recorrência é a questão do abuso sexual, principalmente nas questões relacionadas às trocas de fraldas e ao banho. Ao serem perguntados por quais motivos as famílias apresentavam inseguranças ao se deparar com um homem cuidando e educando suas crianças, dos 54 (cinquenta e quatro) profissionais que participaram da pesquisa, 45 (quarenta e cinco) responderam. Desses: 8 (oito) disseram que é o fato do profissional ser homem; 12 (doze) afirmam que é a preocupação com a higienização das meninas; 17 (dezesete) profissionais disseram que é o medo do abuso sexual; e 8 (oito) outros. É fato que a história da infância traz elementos concretos sobre a forma com as crianças foram expostas a todos os dos tipos de violência. A mídia cotidianamente tem noticiado violência física, doméstica, psicológica e sexual contra crianças, como argumenta um participante da pesquisa ao afirmar que o abuso sexual contra crianças é um dos maiores medos das famílias: “o principal está na ideia criada a partir da mídia sobre tantos casos de abuso sexual noticiados, os quais contribuem para reforçar a noção de que o homem é sempre um potencial abusador de criança”. A partir desses dados, fica explícito a preocupação das famílias em deixar suas crianças serem cuidadas e educadas por homens, principalmente pela forma como a mídia tem colocado que os homens são os principais abusadores, como se essas práticas criminosas não acontecessem com mulheres também. Na perspectiva dos participantes, o abuso sexual é a principal barreira para não confiar em um homem trabalhando com crianças, como apontam as respostas recorrentes e significativas:

Por ser homem em um **lugar social destinado às mulheres**.

Penso que **a mulher tem uma visão mais cuidadora, maternal** do que o homem.

A questão é **mais sobre as meninas, alguns pais não se sentem confortáveis em ter um homem orientando/executando a higienização da sua filha**. Quanto a meninos não há problema.

Medo violência global! **Medo da pedofilia!** Abusos etc.!

Medo de **eu abusar** dos filhos deles.

Elas **acham que vamos abusar de seus filhos**. Ficam inseguras, é uma preocupação sem sentido, mais entendo o lado delas no mundo que vivemos e sempre bom estarmos atento a tudo.

Acredito que por **medo de maus-tratos com seus filhos**, pois são fatos que estão acontecendo e estão sendo mostrados com frequência nas mídias.

Eu acho que elas **têm medo de abuso sexual**, tem **medo de que a gente abuse as crianças principalmente as meninas**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

Em se tratando da insegurança das famílias, os participantes colocam que quando a criança é menina a preocupação é ainda maior. Quando ficam sabendo que será um homem que vai assumir o agrupamento, eles procuram a equipe gestora para saber quem vai dar o banho, quem vai trocar a roupa. Muitos só ficam mais tranquilos quando a gestão garante que os homens não vão acompanhar o banho das crianças, como apresenta na resposta do participante:

O aspecto do cuidar era maior com pais de crianças do sexo feminino. Na instituição que trabalho **auxiliares homens não acompanham o banho das meninas, isso tranquilizou a comunidade**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

No que se refere às questões de gênero e sexualidade, a preocupação das famílias, segundo os participantes da pesquisa é em relação à orientação sexual dos profissionais. Ao se depararem com um profissional homossexual, temem que este induza suas crianças a serem homossexuais como aparece na fala de um participante:

Tem medo que eu moleste as meninas, ou que **eu incentive os meninos a serem gay**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* - Questões Abertas - Grifos do Pesquisador).

O conflito entre alguns profissionais com a gestão da instituição também tem conotação com as questões de gênero, principalmente no quesito orientação sexual. A resposta de um dos participantes apresenta essas situações. Sobre sua relação com os demais profissionais da instituição, argumenta:

Tenho alguns **embates tensos com a coordenação e direção para garantir que eu seja respeitado como os outros e exerça minha função** tranquilamente. **Tenho um bom relacionamento interpessoal, sempre me disponho a ajudar**, e as colegas sabem que podem contar comigo sempre. **Até hoje só tive problemas com a coordenação, por enfrentamentos relacionados a gênero**, claro, mas consigo argumentar com razão em meus posicionamentos contrários à pensamentos infundados que envolvem meu trabalho na E.I. Tranquilamente, salvo quando **uma ou outra colega demonstra sutilmente discriminação, ao ‘descobrirem’ sobre minha orientação sexual**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador)

Estar disposto a ajudar e ter bom relacionamento interpessoal parecem atitudes que se confrontam com aquelas em que o próprio profissional parecia posicionar-se e enfrentar os gestores para não sofrer qualquer tipo de preconceito ou homofobia. Os dilemas dessa temática são fatores culturais que perpassam até hoje na história da educação, associada a corpo, gênero e sexualidade. A falta de conhecimento das famílias e gestores sobre as questões de gênero enquanto construção social das masculinidades e feminilidades muitas vezes inviabilizam a superação e desconstrução dos estereótipos que fragmentam homens, mulheres e crianças. Na perspectiva de Lins, Machado, Escoura (2016, p. 17):

As diferenças percebidas entre o corpo feminino e o masculino foram transformadas em desigualdades através de um processo histórico e cultural cujo resultado foi a naturalização de vários estereótipos de feminilidade e masculinidade. Um exemplo de como as diferenças de gênero para a criação das desigualdades é a própria história do magistério e da pedagogia no Brasil.

Por outro lado, por mais que sinalizem em suas falas o modo como as famílias e a gestão tratam deste tema, ainda assim, alguns participantes acreditam que é válida a preocupação das famílias. Entendem que, se todos os pais preocupassem com quem ficam suas crianças, não teríamos índices alarmantes de violência contra elas. O problema que se coloca é associar a violência somente aos homens como se só eles praticassem tais crimes. Esse entendimento que se coloca também foi expresso por um dos participantes, quando afirma que viveria as mesmas tensões se deixasse os filhos com homens e em locais que não conheçam:

Não sei dizer os motivos. Para falar a verdade **é um assunto no mínimo delicado. Mesmo eu, hoje profissional da área ficaria inseguro de deixar meu filho (quando tiver um) em um local para um homem cuidar**, afinal a cultura prega que quem cuida (salvo alguns animais) é a mãe e mãe é mulher. Para os pais já é difícil deixar os bebês com pessoas (mulheres) que eles não conhecem, imagina um homem. **Hoje mesmo que eu não trabalhasse mais no CMEI, deixaria meu filho sem problema algum ali, nessa instituição, pois conheço o trabalho, mas em outro lugar, supondo que não conhece ninguém, também deixaria, mas com pouco de receio e não tão despreocupado.** Mas não sei dizer os motivos, acho que é zelo, cuidado. Pense bem, você não deixaria a sua casa para uma pessoa desconhecida cuidar, o carro você leva em mecânico de confiança ou fica supervisionando o serviço, imagina seu filho. Insegurança dos pais sempre vai existir, ao longo do ano ela acaba, e começa de novo no fim do ano, quando começam os questionamentos, ‘quem vai ser a professora ano que vem, vocês não vão mais ser os professores dele(a)’ e assim vai.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

O depoimento acima retrata aquilo que aqui nomeamos como tensão dialética entre o que pensam os profissionais e o que eles pensam sobre sua relação com as famílias. O trecho está crivado por uma concepção machista que se coloca quando se trata da educação das crianças e o lugar destinado aos homens e às mulheres. Há nos destaques dessa fala, um “não lugar”: ora se vê como vítima, ora se vê como algoz. Os elementos que permeiam essa tensão

são marcados pelo medo e pela cultura. Diante de todo o contexto citado pelos profissionais que participaram da pesquisa sobre o que as famílias pensam em relação aos profissionais homens na Educação Infantil, podemos refletir que a temática discutida neste trabalho ainda é um desafio.

Já em relação às *tensões vividas pelos homens na Educação Infantil, quando se defrontam com uma mulher como colega de trabalho*, seja na instituição como um todo, seja como parceira no agrupamento, pode-se perceber, a partir das falas dos participantes, que a sociedade se pergunta e questiona se de fato as instituições de Educação Infantil devem ser ocupadas por homens e qual seriam seus papéis dentro desse espaço. Isso se deve por uma cultura construída socialmente que acredita na separação dos corpos de homens e mulheres, meninos e meninas e poder afirmar que os espaços da Educação Infantil são atravessados pelos gêneros é um ato de luta e resistência para as masculinidades e feminilidades (LOURO, 2014).

Para 61,2% dos participantes desta pesquisa, suas colegas de trabalho acham normal a presença de homens cuidando e educando crianças. Porém, 32,7% desses profissionais acreditam que, para suas colegas de trabalho, o CMEI não é lugar para eles. Esse último dado nos chama a atenção para o fato de que, em pleno século XXI, muitos ainda reconhecem que Educação Infantil não é para homens, muito menos sua função social. Isto porque essas questões vêm sendo crivadas pela falta de discussão sobre as questões sexistas e a divisão sexual do trabalho que demarca o que é desse ou daquele gênero nas instituições educacionais e na sociedade.

A resposta de um dos pesquisados revela o seguinte:

Tenho tido boas experiências com os colegas tanto no **profissional quanto nas interações interpessoais**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Por outro lado, *há* aqueles que têm dificuldades em construir boas relações no trabalho e essa dificuldade reverbera em situações que a etapa da Educação Infantil sempre buscou contrapor, qual seja: o direito da criança conviver, aprender e desenvolver com diferentes sujeitos, bem como a dissociação do binômio cuidar e educar. Nas falas dos pesquisados fica descortinado essas duas problemáticas como forma de garantir boas relações e menos conflitos no local de trabalho, como evidenciado nessas respostas:

Muitas colegas **não gostam de trabalhar comigo, chegam a ir até a coordenadora pedir**.

Muitas pensam que estou forçando a barra. Um dia uma colega me disse que **sempre vai achar estranho homens na Educação Infantil.**

Muitas colegas me apoiam, **tem outras que não gosta de trabalhar comigo porque se não elas ficam sobrecarregada e tem que ajudar banhar as crianças, eu só banho os meninos e pronto.**

Tranquilamente, **salvo quando uma ou outra colega demonstra sutilmente discriminação, ao ‘descobrem’ sobre minha orientação sexual.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Em se tratando das crianças, dos 54 (cinquenta e quatro) participantes da pesquisa, tivemos 52 (cinquenta e duas) respostas, dentre as quais 44 (quarenta e quatro) disseram que não os estranharam; 06 (seis) disseram que sim; 02 (dois) às vezes. Esse dado mostra que as crianças, ao serem inseridas nos espaços de Educação Infantil, não olham para os adultos numa perspectiva de escolhas. Elas desejam ser ouvidas, ser vistas pelos adultos com afeto, respeito e atenção. Enquanto as famílias estão preocupadas com as pessoas que vão cuidar e educar suas crianças, se elas estarão protegidas, os pequenos querem é brincar e interagir com aqueles ou aquelas que estão dispostos a construir convivências e relações. As falas abaixo retratam essa perspectiva:

As crianças **sempre trataram com muita naturalidade.** Muitos diziam ‘que legal, vou ter um tio homem’.

Não, pelo contrário... **Elas se envolvem com naturalidade e apresentam afetividade, carinho e respeito.**

Não, gostam e até **perguntam que dia vou para a sala delas.**

Não, pelo contrário. **Muitas me chamam de pai.** A relação é muito boa, elas gostam da figura masculina na sala.

Nenhuma. Aliás **adoraram a figura do sexo masculino. Muitos não tinham referência em casa.**

As crianças nos veem como professores no início, mas depois vêm em nós as pessoas na qual passam a maioria do seu tempo, **surgem uma confiança e amizade, querem que você participa das brincadeiras, que escuta elas, entre outras ações.** Portanto há uma construção de relação professor e criança, e não somente professor x professor e criança x criança. As crianças marcam nossas vidas, sempre aprendemos com uma criança, nos fazem refletir e passa anos e ainda lembramos de características de cada uma.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Já as crianças que estranharam, segundo os pesquisados, o fizeram devido às mesmas não terem contato com homens nesses espaços que antes era só habitado por mulheres:

Sim, pois lá **só tinham mulheres** quando eu cheguei.

Sim. **Fui o primeiro auxiliar de atividades educativas da instituição do sexo masculino**, então estranharam um pouco.

No começo sim. Depois adoraram. Hoje em dia de ver a gente nos corredores, refeitório, áreas de convivência comum ou quando vamos ajudar em outros agrupamentos, **já sou um rosto conhecido**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

A expressão de um participante quando se refere ao termo: “já sou um rosto conhecido” (Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas) retrata bem o que se vem chamando aqui de “não lugar”. Primeiro é preciso ser conhecido para depois ser respeitado e aceito. O preceito moral precede o preceito profissional.

Os sujeitos da pesquisa afirmaram que as crianças que não têm uma referência masculina em casa, são as que mais demonstram afeto e proximidades dos profissionais, muitas chegam a chamá-los de pai, como pode ser observado nas falas abaixo. Ao serem questionados sobre o que destacaria na relação deles com as crianças, dos 54 (cinquenta e quatro), 50 (cinquenta) responderam: 44 (quarenta e quatro) afirmaram que as crianças demonstraram alegria e uma boa relação com eles e cada uma, na sua forma de ser e estar no mundo, os acolheram; e 6 (seis) tiveram dificuldades, mas logo se aproximaram. Algumas das falas abaixo expressam a maioria das respostas encontradas:

Sou frequentemente chamado de pai. **A ausência da figura paterna em casa - o que é algo muito comum - parece ser compensada na instituição** com a presença de um profissional do sexo masculino.

Destacaria o fato **de muitas me chamarem de pai. Eu não sou pai então acho um máximo**. É sinal que meu trabalho de proteger e cuidar está sendo bem feito.

Muitas crianças não trem o pai presente em casa, e por isso sentem falta da figura masculina. Pra mim o sentimento de carência das crianças é o mais evidente.

Cordial, **são minhas defensoras**.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Em se tratando da gestão das instituições, ao analisar os 54 questionários de pesquisa, os participantes afirmam que a gestão sempre foi profícua em articular o trabalho educativo e pedagógico, dialogando sobre a necessidade de uma parceria que garanta a qualidade no atendimento das crianças. Outro dado importante em relação a gestão é como essa organiza a instituição para que os momentos de estudo e planejamento dos profissionais sejam garantidos segundo os pesquisados:

Nossa gestão é ótima, **as vezes um puxão de orelha aqui outro ali, mas é para uma boa causa**. Está sempre presente para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, tem

sempre uma sugestão a dar e o mais importante está sempre aberta a ouvir sugestões. Dá muita autonomia aos professores.

Sim. Temos planejamentos semanais para estudos e organizações do trabalho, sempre que há déficits ocorrem remanejamentos internos para suprir as dificuldades e realizar o atendimento com as crianças. Portanto, **em minha opinião ocorre a articulação educativa e pedagógica da gestão educativa.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Entende-se aqui que a gestão tem papel fundamental na articulação e no estreitamento dos laços entre famílias e profissionais da instituição. É ela que faz as mediações necessárias para que seja esclarecido aos pais a organização da ação educativa e pedagógica, bem como a função dos profissionais dentro dessa organização. No que se refere às ações para aproximar os profissionais das famílias, a maioria dos participantes respondeu que são promovidos momentos festivos na instituição, sendo 40 (quarenta) respostas. Os demais disseram que é oportunizado às famílias participarem da ação educativa e pedagógica quando desejam (10). Sempre que as famílias solicitam um diálogo com os profissionais este é oportunizado com a mediação da coordenação. De acordo com a resposta de um dos participantes da pesquisa, em relação a gestão:

Dão muita liberdade no trato com as famílias e até cobram para nos envolvermos mesmo com elas, afinal essa cumplicidade entre família e professores faz muita diferença no desenvolvimento da criança.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Dar/conceder liberdade e fazer cobranças parecem ser as atitudes de uma boa gestão, conforme argumentam os participantes. Por outro lado, há afirmações de que a gestão não possibilita a interação entre as famílias e profissionais. No entanto, quando essa interação não acontece, dificulta a possibilidade de as famílias trazerem elementos importantes das crianças que podem dar pistas para os profissionais pensarem os seus planejamentos. Para este grupo de profissionais, manter-se à distância das famílias e não encontrá-las em reuniões parecem ser algumas das estratégias sugeridas pela gestão aos profissionais:

Pedem pra mim tomar muito cuidado com as famílias para eu não ser mal interpretado, manter sempre distância para evitar conflitos.

Não está muito preocupada, **eu sempre recomendo, no começo do ano letivo, uma reunião com os pais para uma apresentação, mas isso não é feito.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Por outro lado, os dados da pesquisa, ainda que de forma sutil, revelam o não comprometimento de alguns gestores em falar sobre o trabalho masculino na Educação Infantil

com as famílias. Na fala dos participantes da pesquisa fica evidente que muitos gestores, ao invés de investirem seus argumentos na defesa dos profissionais, pelo contrário, utilizam de argumentos para os pais de que também eles foram surpreendidos com a chegada de homens na instituição. Segundo os respondentes, os diretores dizem aos pais que a “Secretaria manda e a instituição é obrigada a receber porque o profissional é concursado”. Declarações como essas, ao invés de tranquilizar as famílias, acabam deixando-as mais tensas e preocupadas com a presença e o trabalho dos profissionais homens na Educação Infantil, como está colocado nessa resposta:

Eu acredito que até houve, **mas não para estreitar essa relação, mas para informar aos pais** que a presença masculina no CMEI era inevitável e que mais iriam chegar.

Nunca, **quando chegamos parece que chegou mais um problema, nos avisa de cara vamos ter problemas com as famílias com sua chegada, elas não vão te aceitar.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

A maneira em que a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é diferente. Na visão dos participantes, há uma comparação entre as concepções pedagógicas desses profissionais. Ao serem perguntados sobre esse assunto, eles responderam que as desigualdades de gênero na Educação Infantil são cruéis com os homens. As atividades braçais como encanamento, troca de torneiras, chuveiros, lâmpadas, pegar peso, ficam com os homens. Ações sutis como essas evidenciam um espaço que fortalece os estereótipos e as desigualdades de gênero, como aparece nas respostas dos sujeitos que participaram do questionário de pesquisa:

Na maioria dos casos sim, mas **sempre que uma atividade ‘braçal’ é proposta**. Essa tem a prioridade de ser executada pelo profissional homem.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Sobre a rotina na Educação Infantil, esta pesquisa a compreende como elemento sistematizador da ação educativa e pedagógica que se contrapõe a ações rotineiras e engessadas. Na perspectiva de Barbosa (2006, p. 37):

As rotinas podem ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia a dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade. São rotineiras atividades de cozinhar, dormir, estudar, trabalhar e cuidar da casa, regulados por costumes e desenvolvidas em um espaço-tempo social definido e próximo, como a casa, a comunidade e o local de trabalho. É preciso aprender certas ações que, no decorrer do tempo, tornam-se automatizadas, pois é necessário ter modos de organizar a vida. Do contrário, seria muito difícil viver, se todos os dias fossem necessários refletir sobre todos os aspectos dos atos cotidianos.

Nesse sentido, os espaços da Educação Infantil precisam promover interações entre os sujeitos. É preciso, ainda, entender a necessidade das crianças em subverterem a ordem desses espaços, respeitando e garantindo formas democráticas e participativas de construção dessas rotinas com e para as crianças. Perguntados sobre os elementos da rotina que mais aparecem como causadores das tensões, os participantes indicam: o banho, a troca de fraldas e o repouso. Desses, o banho é o que aparece com mais recorrência como preocupações das famílias, principalmente quando se refere às meninas. Das 51 (cinquenta e uma) respostas, 37 (trinta e sete) profissionais disseram realizar o banho somente nos meninos e 14 (quatorze) outros. Os participantes dizem que a situação é tão tensa que os pais só se tranquilizam quando a gestão promete a eles que os homens não irão participar do banho ou irão assumir essa tarefa somente com os meninos. Diante disso, os homens pouco lidam com cuidados diretamente ligados aos corpos das crianças, principalmente as de pouca idade, do ponto de vista das tensões, conflitos, insegurança e medo (SAYÃO, 2005). Para os participantes:

Sim. A direção recomenda que profissionais masculinos não dêem banho em meninas.

Sim, foi passado uma orientação para que o **homem não realize essas atividades em meninas.**

Parcialmente sim, para evitar conflitos familiares, **eu oriento o banho pedagógico somente dos meninos.**

As mulheres banham as meninas e os homens banham os meninos. Não troquei fraldas até o momento.

Sim, não faço troca de fraldas, banho e **nunca fico sozinho no repouso.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Nesse contexto, há dentro de algumas instituições um monitoramento dos profissionais homens que, quando não são impedidos de realizar as ações da rotina, eles precisam dar o banho, trocar fraldas, acompanhar o repouso junto a uma profissional para que não haja conflitos e nem mal-entendidos. O que fica evidente é que a atuação do profissional homem é marcada por muitas tensões, conflitos e inseguranças, principalmente quando esse sujeito é recém-chegado na instituição:

Só dou banho nos meninos e é acompanhando. Sou proibido de dar banho sozinho.

Não há, trabalhamos igualmente. Porém, **para nos resguardar nesse momento sempre fazemos a higienização das crianças perto da professora para evitar algum mal-entendido.**

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Na visão de Sousa (2015, p. 132):

O homem que fica inibido e preso quando tem de levar meninas ao banheiro assim o é porque sofre a pressão dos “olhos vigilantes” que o cercam apreensivos quanto as suas possíveis condutas inadequadas. Por outro lado, as mulheres funcionárias, professoras, diretora ou qualquer outra tem aval para conduzir as crianças sem que haja qualquer questionamento sobre como procede junto à criança.

Ao analisar o conteúdo das respostas dos participantes, percebe-se que há uma disparidade no que concernem as questões de gênero entre profissionais homens e mulheres, crianças meninos e meninas na Educação Infantil. Quando se trata das preocupações das famílias em relação às crianças no banho, essa ação realizada por um homem causa medo, insegurança em relação ao abuso de vulnerável. Já em relação à mulher, essa fica ileso nessas tensões. É como se as mulheres fossem assexuadas e somente os homens fossem os sexuais e ameaçadores. No que se trata das crianças, acontece a mesma disparidade. A percepção dos profissionais levanta uma questão entre o cuidado realizado pelos homens com meninos e meninas. Segundo os pesquisados, se por um lado, na visão das famílias, é preocupante uma menina ter o banho acompanhado por um profissional homem, para os meninos, essa preocupação não acontece com tanta força e recorrência. Eles podem ser acompanhados no banho pelos profissionais. No imaginário dos pais, a preocupação é resguardar os corpos das meninas.

A preocupação de algumas famílias em relação aos meninos só se dá quando o profissional deixa claro sua orientação homossexual. Algumas ficam preocupadas no sentido desses homens incentivarem os filhos a serem homossexuais também. Os participantes da pesquisa afirmaram também que enfrentar o discurso da homofobia é um dos desafios na Educação Infantil:

É enfrentar todo preconceito, toda homofobia, todo *bullying* sem desistir. A homofobia dói, mais doeu mais quando fui para a Educação Infantil, teve um pai que disse que não aceitava nenhuma ideologia gay com o filho dele.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

Conforme Vieira (2013), a preocupação das famílias em relação a gênero e sexualidade das crianças se dá de forma equivocada, como se as crianças ao conviverem com os adultos pudessem ser influenciadas por eles a optar pelo sexo oposto. Essa autora problematiza que:

É certo que a criança não é uma mera imitadora de modelos, nem assimila de forma passiva a diversidade de informações sobre o gênero que vai recebendo das mais variadas fontes. No entanto, o poder das estereotípias de gênero, primeiro aprendidas na família e depois num mundo social mais vasto, é de tal forma incisivo que a apresentação dos chamados “comportamentos de gênero trocados” tende a ser evitada, por ser fortemente penalizada pelos pares (e a acontecer, isso é mais penoso para os

meninos do que para as meninas, sobretudo a partir dos anos intermédios da infância) (VIEIRA, 2013, p. 79-80).

Para Felipe (2011), imbuídas desses estereótipos, muitas famílias, ao presenciarem suas crianças brincando com brinquedos, vestindo roupas ou se pintando de maneira que para seus genitores não estão adequados a cada sexo, buscam ajuda psicológica e acabam levando essas preocupações para as instituições, fazendo recomendações aos profissionais. E esses:

Tomam para si a responsabilidade da vigilância diante da possível orientação sexual das crianças, especialmente quando se trata de meninos. Se estes demonstram interesse em brincar com bonecas, ou se estão sistematicamente brincando de casinha com as meninas ou se fantasiando de personagens femininos, ou ainda, se apresentam quaisquer outros comportamentos considerados não apropriados ou não condizentes com sua masculinidade, são logo vistos como um problema a ser resolvido. Colocado sob suspeita em relação à sua masculinidade, muitas vezes chegam a ser encaminhados ao serviço de Orientação Educacional e até mesmo para tratamento psicológico (FELIPE, 2001, p. 64-65).

Buscando compreender o tema na produção acadêmica, alguns estudos evidenciados no estado do conhecimento retrataram as questões das preocupações das famílias em relação ao banho como uma preocupação recorrente. Tal afirmação pôde ser observada nos estudos de Sayão (2005), Silva (2014), Santos (2015), Pereira (2016), Ramos (2017). Já no que trata das questões de gênero e raça, ocorrem algumas disparidades na pesquisa de Silva (2014) e Santos (2015). Ser homem profissional de Educação Infantil põe em discussão a própria identidade de gênero. Por outro lado, ser homossexual diminui a preocupação das famílias em relação ao banho, trocas de fraldas, por esses se reconhecerem como mulheres. No imaginário de algumas famílias, as crianças correm menos riscos de serem abusadas. Já a partir dos participantes desta pesquisa, a partir da voz de seus sujeitos, a questão da homossexualidade aparece de outro lugar: ser homossexual traz em algumas famílias a preocupação no que diz respeito a esses profissionais. Elas temem que os mesmos incentivem seus filhos a ser homossexuais.

À guisa de conclusão deste capítulo, pode-se dizer que os profissionais afirmam que ser homem na Educação Infantil é estar com as crianças, ouvi-las e atendê-las em suas necessidades, ser uma referência para elas, principalmente aquelas que não convivem com a figura masculina em casa. No entanto, é preciso problematizar que não é função do profissional da educação assumir a figura materna ou paterna, a função dos profissionais, segundo Kramer (2011), é construir com as crianças percursos de aprendizagens significativas por meio de experiências mediadas pelas interações e brincadeiras com o mundo. Freire (2017) alertava as professoras sobre o risco que é abandonar a identidade profissional para assumir uma identidade familiar junto às crianças, alerta que acredito servir também para os homens profissionais de Educação Infantil. Segundo o autor:

Professora, porém, é professora. Tia é tia. É possível ser tia sem amar os sobrinhos, sem gostar sequer de ser tia, mas não é possível ser professora sem amar os alunos, mesmo que amar, só, não baste – e sem gostar do que faz. É mais fácil, porém, sendo professora, dizer que não gosta de ensinar, do que sendo tia, dizer que não gosta de ser tia. Reduzir a professora a tia joga um pouco com esse temor embutido – o de tia recusar ser tia. Não é possível também ser professora sem lutar por seus direitos para que seus deveres possam ser melhor cumpridos. Mas se você que está me lendo agora tem todo o direito de, sendo ou pretendendo ser professora, querer ser chamada de tia ou continuar a ser. Não pode, porém, é desconhecer as implicações escondidas na manha ideológica que envolve a redução da condição de ser professora à tia (FREIRE, 2017, p. 48-49).

Há também aqueles que afirmam que ser homem na Educação Infantil é ser persistente e não desistir de estar e trabalhar com as crianças, mesmo em meio ao preconceito e desafios que vão surgindo no cotidiano. Apesar de compreender que são profissionais, muitos afirmam ser uma figura paterna para as crianças. Pode-se concordar aqui com Zabalza (1998), quando nos chama a refletir e compreender o sentido profissional do nosso trabalho, ou seja, do que é ser professor na Educação Infantil:

Por isso, também, devemos destacar o sentido profissional do trabalho dos professores(as). Não são mães/pais substitutos para atender às crianças enquanto os seus trabalham. São profissionais que sabem fazer aquilo que é próprio da sua profissão: profissão vinculada a potencializar, reforçar e multiplicar o desenvolvimento equilíbrio de cada criança (ZABALZA, 1998, p. 40).

Ao revelar as tensões e medos que os participantes apresentaram em relação a atuação profissional na Educação Infantil, os questionários evidenciaram que o medo mais recorrente é de ser acusado de abuso sexual e pedofilia. Da mesma forma, há também o medo de ser acusado de violência física e psicológica. Muitos profissionais apresentaram medo de não corresponder às expectativas do grupo, de não ser aceito pelas famílias das crianças, de não ser respeitado como profissional, de sofrer preconceito por causa da orientação sexual, medo de ser impedido de atuar na Educação Infantil pelo fato de ser homem.

Poucos profissionais afirmaram não ter medo, porém, há aqueles que têm medo de ser acusado injustamente e ir preso, como dois participantes relataram:

Não existe mais medos: **já tive a discriminação por ser homem, já tive uma falsa denúncia de crime sexual contra criança**, já tive falsa denúncia de maus-tratos contra criança.

Eu passei por um processo de sindicância ano passado por assédio sexual contra uma criança de 5 anos. Um crime impossível de acontecer no CMEI e eu e a equipe toda do CMEI provamos que era uma falsa denúncia. Então esse é meu maior e único medo. A insegurança e loucura da família.

(Dados do pesquisador – Questionário *online* – Questões abertas – Grifos do pesquisador).

As falas dos participantes revelam que a inserção do homem para atuar na primeira infância demonstra a força preconceituosa e os discursos diante da presença masculina com as crianças. Os homens nesse espaço, além de enfrentar os estigmas do preconceito, enfrentam o medo de uma hora ter que responder judicialmente por calúnias, ações ou crimes que não cometeram. Os participantes buscam como diferencial respeitar as crianças, construir laços de afeto, ser parceiros das famílias para que essas possam ter segurança e confiança no trabalho que eles desenvolvem. Entretanto, ao analisar a compreensão dos profissionais em relação à etapa da Educação Infantil, percebi a necessidade de reafirmar que as instituições que cuidam e educam crianças são espaços de acolhimento, mas sobretudo espaços de educação, onde todas as ações realizadas com e pelas crianças configuram-se como um ato pedagógico por ser desencadeante de aprendizagens. Conforme as DCNEI (BRASIL, 2009), as instituições devem construir seus projetos político pedagógicos definindo as metas que se pretende alcançar para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças que nelas são educadas e cuidadas. Quando se trata de admitir homens para atuar na Educação Infantil, há sempre o discurso raso de que homens não são capazes de cuidar e educar crianças, por isso, não podem ser contratados para tal.

A discussão que se faz em relação ao trabalho e à presença do homem na Educação Infantil é também realizada em outros países. Os estudos e pesquisas³¹ revelam que o baixo número de homens na Educação Infantil se dá pela desvalorização da carreira e pelo preconceito dessa presença cuidando e educando crianças. Conforme Eliot (2013) muitos profissionais até gostariam de trabalhar com crianças, porém, o medo de ser acusados de abusadores, de ser limitado em retribuir um afeto para uma criança, os distanciam dessa primeira etapa de Educação Básica.

Tratar da formação profissional e a constituição da identidade dos (as) profissionais da Educação Infantil torna-se necessário para compreender a constituição de suas profissões. Para Formosinho (2011) esse percurso envolve elementos centrais das políticas e práticas da Educação Infantil, como formação e habilitação profissional, uma vez que, para a autora, os aspectos específicos da profissionalidade dos educadores e educadoras de infância refletem necessariamente o seu tipo de profissionalidade. Na perspectiva de Formosinho (2011, p. 133): “o conceito de profissionalidade diz respeito à ação profissional integrada que a pessoa do educador e da educadora desenvolvem junto das crianças e famílias com base nos seus conhecimentos, competências e sentimentos, assumindo a dimensão moral

³¹ Para aprofundamento dessa discussão, sugere os estudos de Jensen (1993), Bondioli e Mantovani (2005), Willians (1995) e Saparolli (1997), Eliot (2013).

da profissão”. Nesse sentido, a autora nos apresenta que a construção da profissionalidade tem ligação e relação direta aos diferentes contextos em que os profissionais cuidam e educam as crianças.

Cruz (2012), ao tratar do caráter instituinte da profissionalidade, nos questiona como os professores lidam com as diversas situações e confrontos que surgem nos cotidianos das instituições e de que forma se posicionam nesses confrontos e estabelecem uma prática polivalente. As reflexões da pesquisadora nos remetem a olhar para a constituição da profissionalidade dos sujeitos desta pesquisa atuantes na Educação Infantil, onde Silva (2014) afirma que é colocada em suspeição sua competência profissional, desempenho, valores e pretensões na realização da ação docente.

No entanto, é preciso ter claro que se faz necessário conhecer a caracterização da profissionalidade docente dos profissionais que atuam na primeira infância, por mais que são professores e possuem habilitação como os demais profissionais de outras etapas, suas profissionalidades variam em diferentes contextos e situações. Para Formosinho (2011, p. 135):

Evidentemente o papel dos professores das crianças pequenas é, em muitos aspectos, similar ao papel de outros professores, mas é diferente em muitos outros. Esses aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade do trabalho das educadoras de infância. Os próprios actores envolvidos na educação de infância têm sentimentos mistos no que se refere à questão de serem iguais ou diferentes dos outros professores, nomeadamente dos professores do ensino primário.

Pensar a constituição da profissionalidade no campo da Educação Infantil requer de nós professores a compreensão das especificidades e complexidades que perpassa o cotidiano das crianças, para quais valores e pretensão se deseja alcançar nessa primeira etapa de educação básica. Segundo Silva (2016), cada etapa da educação escolar exigirá de seus profissionais a mobilização de saberes, competências, habilidades e disponibilidades específicas. Ainda para essa autora, no processo de constituição da profissionalidade os profissionais precisam ter ciência de que no:

[...] caso da Educação Infantil, sua finalidade é o compartilhamento do cuidado e da educação das crianças até os cinco anos de idade com as famílias e a comunidade. Isso implica o desenvolvimento de ações fundamentadas em conhecimento aprofundado sobre a criança e seu meio, sobre a sociedade e sobre o papel das interações entre adultos e crianças, entre as crianças e entre estas e o ambiente natural e social, para o seu bem-estar, desenvolvimento e participação na cultura (SILVA, 2016, p. 63).

Conforme os estudos de Cruz (2012), a profissionalidade da prática docente não se configura somente para transmitir conhecimentos. Essa atividade é muito mais ampla e envolve características e dimensões tais como: responsabilidade, autonomia, integridade, atitude

complementada pela prática profissional, seus conhecimentos e habilidades. Na perspectiva dessa pesquisadora:

A profissionalidade envolve os conhecimentos e as habilidades necessários ao exercício profissional, para fins de reconhecimento e valorização. A profissionalidade e o profissionalismo mantêm, portanto, uma relação dialética, pois as formas de viver e praticar a docência desenvolvidas pelos professores de maneira individual e coletiva estabelecem uma estreita relação com as condições sociais e institucionais designadas para o trabalho docente. Dessa maneira, considera-se que tal relação é constituída e constitui a organização escolar na qual o exercício profissional ocorre (CRUZ, 2012, p. 77).

Ao elucidar as formas de viver e praticar a docência desenvolvidos pelos professores de maneira individual e coletiva, Cruz (2012) abre uma reflexão que nos remete pensar a constituição da profissionalidade dos homens na Educação Infantil, que muitas vezes a tem marcadas pelas restrições, tensões, conflitos entre alguns colegas que não aceitam trabalhar ou sequer compartilhar experiências com esses profissionais. Para Formosinho (2011), a profissionalidade dos professores se dá também na relação e troca de experiência com o outro, no caso da Educação Infantil, com adultos e crianças de várias faixas etárias. Para tanto, é necessário, como afirma Cruz (2012), sentir pertença a um corpo coletivo que partilha, questiona a prática pedagógica e defende que o exercício da função e o acesso a ela se constrói buscando a definição do saber necessário de maneira individual e coletiva para bem realizá-la.

Cruz (2012) afirma que a profissionalidade docente pode ser vista como uma construção histórica e social, uma vez que os profissionais desenvolvem saberes e competências também no pleno exercício da função e com os sujeitos que dela fazem parte e que esse percurso perpassa todo o fazer docente. Ainda na visão dessa autora:

A partir da compreensão crítica do contexto social no qual a atuação docente ocorre, surge a necessidade de se constituir uma base teórica crítica para que tal profissionalidade crítica possa ser construída, produzindo uma prática emancipatória. Nesse contexto, vislumbra-se a interligação mais aproximada entre os preceitos apontados pelas reformas educativas e a voz dos professores sobre suas intencionalidades frente a transformação social (CRUZ, 2012, p. 84).

Desvelar o universo dos homens na Educação Infantil é uma necessidade urgente e necessária para compreendermos o lugar e o não lugar desses sujeitos nos espaços onde são lotados como professores e auxiliares de atividades educativas, assim torna-se visível seus desafios e possibilidades na construção de uma profissionalidade marcada pelo preconceito, pelo limitar da função, pelas relações que foram construídas e pelas que estão em processo. Sendo assim, o quarto capítulo procura dar vez e voz aos sujeitos professores, auxiliares de atividades educativas, gestores e famílias. Ouvir esses sujeitos à respeito de suas crenças é primordial para desvelar como as vozes masculinas ecoam num espaço majoritariamente

feminino (CARVALHO, 2004) e revelar como os profissionais homens constroem suas identidades no cuidado e educação das crianças no interior dele.

O capítulo III discutiu e problematizou a partir do levantamento dos dados do questionário *online* enviado aos profissionais homens professores e auxiliares de atividades educativas dos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia a trajetória e a constituição de suas profissionalidades. Por meio dos dados e do embasamento teórico aqui utilizados, foi possível perceber desafios, barreiras e possibilidades que os homens enfrentam ao trabalhar com e para as crianças da e na Educação Infantil. Discutiu-se o processo de visibilidade e invisibilidade desses profissionais na instituição na perspectiva dos estereótipos de gênero e como as limitações impostas à sua função inviabiliza a realização da ação educativa e pedagógica, bem como a construção da profissionalidade em um espaço hegemonicamente feminino. Discorreu-se também sobre os dilemas, inquietações por parte das famílias e dos demais profissionais da instituição sob o olhar dos profissionais que responderam o questionário *online*, o que possibilitou constatar os encontros e desencontros na Educação Infantil e a necessidade de abrir uma defesa que rompa com o preconceito, a segregação e a exclusão que, em pleno século XXI, insiste em deixar o espaço da Educação Infantil mais uniforme e menos diverso.

O Capítulo IV dará continuidade a essa discussão trazendo para o debate as narrativas e o entrecruzamento dos dados de profissionais, gestores e famílias. O entrecruzamento foi construído através do roteiro de entrevista realizado *in-loco* com professores, auxiliares de atividades educativas, famílias e gestores das redes municipais de educação de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Para suscitar o debate que esta pesquisa busca descortinar foi utilizado o Projeto de Lei 1174/2019³² apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pelas parlamentares do PSL Janaína Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro para saber dos sujeitos entrevistados seus pontos de vista sobre o assunto.

³² O documento na íntegra encontra-se nos apêndices deste trabalho (Anexo B). Nele é possível acessar os argumentos que defendem a proposição dos artigos.

**ESTRANHAMENTO, NÃO LUGAR E DISCRIMINAÇÃO:
DISCURSOS E MATERIALIZAÇÕES POLÍTICAS E AÇÕES
PEDAGÓGICAS ENTRECruzANDO AS NARRATIVAS DE PAIS,
GESTORES E PROFISSIONAIS**



Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe e raça (LOURO, 2014, p. 92).

CAPÍTULO IV

ESTRANHAMENTO, NÃO LUGAR E DISCRIMINAÇÃO: DISCURSOS E MATERIALIZAÇÕES POLÍTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS ENTRECRUZANDO AS NARRATIVAS DE PAIS, GESTORES E PROFISSIONAIS

“Esclarecimento é a saída dos homens de sua auto-inculpável minoridade”
(ADORNO, 1995, p. 169).

A citação de Theodor W. Adorno nos convida, pelo esclarecimento, a redobramos o sentido da razão. O uso da razão e apropriação humana do conhecimento são as únicas formas pelas quais é possível emancipar-se. O esclarecimento nos posiciona diante do mal-estar que fere, abala, exclui, segrega e oprime o outro. Em um país em que o capitalismo caracteriza e separa as pessoas por suas condições econômicas e sociais, de credo e gênero, lutar pela emancipação dos sujeitos é uma exigência posta pela democracia. Este capítulo procura esclarecer, pela fala dos profissionais, pais e gestores, o lugar ocupado por um discurso que rotula, demarca e define o campo de atuação do profissional homem na Educação Infantil. Para tanto, toma-se aqui as falas destes sujeitos que foram entrevistados a partir dos seguintes procedimentos.

Além da aplicação do questionário *online* de pesquisa, foi também realizada uma entrevista com famílias, gestores, professores e auxiliares de atividades educativas nas instituições das duas redes pesquisadas. Foram escolhidas 4 instituições de cada rede. Essa escolha atendeu ao seguinte critério: instituições com o maior número de homens lotados nas funções de pedagogo e auxiliar de atividades educativas. A ideia era, portanto, ouvir os pais, os profissionais e os gestores destas oito instituições.

No percurso das entrevistas que estavam ocorrendo nas instituições, fomos surpreendidos com a propagação do Corona Vírus, transmissor da COVID-19. Como o Decreto 02/2020 de 17 de março de 2020, do Governo do Estado, determinou que todas as instituições educacionais públicas e privadas fossem fechadas, a fim de cumprir o distanciamento social no enfrentamento da COVID-19, duas instituições da Rede Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia que participariam das entrevistas ficaram de fora dessa coleta de dados. Sendo assim, as instituições que foram entrevistadas estão descritas na Tabela abaixo:

Tabela 14: Quadro de Entrevistas. Amostra da entrevista nas redes de ensino

Municípios	Gestão	Famílias	Professores	Aux. At. Educativas	Total
Aparecida de Goiânia	2 (duas)	2 (duas)	1 (um)	1 (um)	6 (seis)
Goiânia	4 (quatro)	4 (duas)	3 (três)	1 (um)	12 (doze)

Fonte: Dados do pesquisador.

A metodologia e o instrumento da entrevista também devem ser explicitados neste momento. O título desta pesquisa traz, intencionalmente, a paráfrase “*Quem tem medo do Lobo Mau?*”, a fim provocar o debate que suscita o tema, quando situado no campo do trabalho do homem na Educação Infantil. Se do ponto de partida a paráfrase era uma alegoria, pela recorrência dos dados nas falas dos participantes, pode-se afirmar que há um discurso e uma (i)racionalidade que atrela a imagem e as ações dos profissionais homens na Educação Infantil muito próximo daquilo que aos animais (irracionalis) o fazem com outros animais e suas presas. No campo literário, se o enredo já nos é conhecido, sua aproximação ao contexto da problemática desta pesquisa descortina uma (des)razão que está velada no discurso e imaginário de muitos sujeitos. Isto aparece, inclusive, na fala de alguns profissionais participantes da pesquisa, quando são perguntados quais os principais medos que eles acreditam que as famílias têm deles ou se, na visão deles, a maneira que as famílias veem os homens é a mesma que veem as mulheres:

Há o **preconceito velado de que somos animais** que vai abusar de seus filhos. Como se só homem fosse abusador de criança.

Medo de pedofilia, abuso sexual, **nos veem como raposas vigiando o galinheiro**.

De ser acusado de estupro, abuso essas coisas né, meu colega foi acusado e ficou afastado e depois provou que era mentira, por isso eu dou o banho sempre com a presença de outra pessoa. **Elas pensam que somos animais e que as crianças são as presas**.

(Dados do Pesquisador - Excertos do questionário de pesquisa - Grifos do pesquisador).

Ainda na fase de elaboração dos instrumentos e preparação para ida à campo, particularmente no que se refere ao roteiro de entrevista, ocorreu um fato no campo da Educação Infantil brasileira, mais precisamente no estado de São Paulo, que movimentou os debates em relação ao tema desta pesquisa. Refere-se aqui à proposição de um Projeto de Lei nº 1174³³, de 2019, das deputadas paulistas do PSL Janaína Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro,

³³ O documento na íntegra encontra-se nos apêndices e anexos deste trabalho (anexo B). Nele é possível acessar os argumentos que defendem a proposição dos artigos.

que confere a *profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil*. Há que se destacar que estamos tratando de um projeto de Lei. Todavia, o sentido que movimenta tal proposição, bem como os debates que dele decorreram, assim como sua materialização em forma de projeto, por si só já demonstra uma movimentação de alguns setores e segmentos sociais e do legislativo na afirmação da tese que trata esta pesquisa.

O projeto de Lei contém 6 artigos totalmente sexistas e discriminatórios que não só ferem a moral, a ética e a profissionalidade³⁴ dos homens que atuam na Educação Infantil, mas também as mulheres, por serem vistas em cada artigo proposto como as únicas que podem e devem cuidar das crianças, sendo esse um lugar determinado a elas. Os artigos trazem argumentos que defendem a exclusão dos profissionais homens dos agrupamentos de Educação Infantil como necessidade de proteger as crianças de abusos sexuais. Imputa, de forma velada, a presunção da culpa e reforça a discriminação. Nomeia e qualifica, de forma subjetiva, todos os homens como potenciais abusadores e desqualifica os profissionais que estudaram e se profissionalizaram para a docência com crianças. As próprias deputadas, em seu discurso raso e contraditório sobre as discussões de gênero, alegam que aquele projeto de lei era também para proteger os profissionais homens que cuidavam e educavam crianças. Os artigos trazem as seguintes proposituras:

PROJETO DE LEI Nº 1174, DE 2019

Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETA:**

Artigo 1º – Na Educação Infantil, os cuidados íntimos com as crianças, com destaque para banhos, trocas de fraldas e roupas, bem como auxílio para usar o banheiro, serão realizados exclusivamente por profissionais do sexo feminino.

Artigo 2º – As atividades pedagógicas e aquelas que não impliquem cuidado íntimo com as crianças poderão ser desempenhadas por profissionais de ambos os sexos.

Artigo 3º – Os profissionais do sexo masculino que, na data da publicação desta lei, forem responsáveis pelos cuidados íntimos com as crianças serão reaproveitados em outras atividades compatíveis com o cargo que ocupam, sem sofrer prejuízos em sua remuneração.

Artigo 4º – No Ensino Fundamental I, quando necessitarem de auxílio para usar o banheiro, as crianças serão acompanhadas exclusivamente por profissionais do sexo feminino.

Artigo 5º – O disposto nesta lei também se aplica aos cuidadores das crianças com necessidades especiais.

Artigo 6º – Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Fonte: Excerto do Projeto de Lei Nº 1174, DE 2019, SP.

³⁴ O conjunto de requisitos profissionais que tornam alguém um professor, uma professora, é denominado profissionalidade. A conquista da profissionalidade supõe a profissionalização e o profissionalismo (LIBÂNEO, 2001, p. 63).

O projeto de lei repercutiu de maneira negativa tanto em São Paulo, como no país inteiro. Muitos profissionais, pesquisadores e instituições de ensino posicionaram-se contra o projeto apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 16 de dezembro de 2019, a Universidade de São Paulo (USP), em parceria com outras instituições de ensino superior e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), realizou um seminário com o tema “*Homens na Educação: debates e proposições científicas em defesa das crianças pequenas*”³⁵. O evento contou com dezenas de profissionais homens que atuam na Educação Infantil, pesquisadores e pesquisadoras de todo país. Para além dos posicionamentos e contraposições, é preciso problematizar como tais tensões não são refletidas e acabam sendo discutidas no campo jurídico e materializados em projetos de lei que, em seus artigos, ferem a ética, moral, dignidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil.

Um dos argumentos das proponentes do Projeto de Lei era atender à reivindicação de “algumas mães” que procuraram encaminhar “denúncias”, uma vez que estavam preocupadas com o número de homens novos concursados que foram empossados na Educação do Município de Araçatuba. Nota-se a necessidade de compreender como os discursos, medos e apreensões são reapropriados no campo pessoal e se convertem em interesse de determinado campo político.

Ao ler e refletir sobre o projeto de lei e as justificativas das proponentes, decidiu-se nesta pesquisa tomar como ponto de partida a reflexão dos participantes sobre o referido Projeto de Lei. É preciso deixar claro aqui que o trabalho não trata do Projeto de Lei, mas, acima de tudo, da lógica e do discurso que se encontra materializado no Projeto e em tantos outros espaços sociais. O Projeto de Lei foi balizador das entrevistas para perceber como famílias, gestores e profissionais pensavam e posicionavam-se diante daquelas proposições.

As perguntas da entrevista³⁶ foram estruturadas a partir da PL, todavia, antes de realizar as perguntas com os participantes, lia-se com eles todos os artigos e as justificativas das proponentes, para depois fazer as perguntas do roteiro. Neste capítulo serão abordados os dados da entrevista da seguinte forma: primeiro será realizado o entrecruzamento dos dados das perguntas relacionadas aos 6 artigos da proposta de lei que foram comuns aos pais, gestores e profissionais. Logo em seguida serão realizadas as demais perguntas que foram estruturadas de acordo com o que é específico de cada grupo, abordando o homem na Educação Infantil sob o

³⁵ Acesso ao conteúdo disponível em: <http://www4.fe.usp.br/eventos/evento?evento=5046>

³⁶ Os roteiros com as entrevistas estão nos Apêndices: C - Roteiro de entrevista das famílias; D- Síntese das entrevistas das famílias; E - Roteiro de entrevistas dos gestores; F - Síntese das entrevistas dos gestores; G - Roteiro de entrevistas dos professores e auxiliares de atividades educativas; H - Síntese das entrevistas dos professores e auxiliares de atividades educativas.

olhar das famílias, em seguida sob o olhar da gestão, e logo depois sob o olhar dos profissionais homens auxiliares de atividades educativas e professores das Redes Municipais de Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Já a sua triangulação e análise foi feita a partir do entrecruzamento com os dados obtidos no questionário exposto no capítulo III e as mediações teóricas. Para realização das entrevistas, o primeiro passo foi passar pelo Comitê de Ética para aprovação do projeto de pesquisa. Depois de aprovado e com a carta de anuência das Secretarias de Educação de Aparecida de Goiânia e Goiânia, foram organizados os roteiros de entrevistas para as famílias, gestores, auxiliares de atividades educativas e professores. Foram impressas 2 (duas) vias do Termo Consentido Livre Esclarecido (TCLE), com uma via para o pesquisador e uma para cada um dos 18 participantes da entrevista. No processo de escolha só uma instituição tinha professor e auxiliar trabalhando, as demais tinham 2 auxiliares em turnos diferentes.

Foi encaminhado, ainda, um *e-mail* aos profissionais explicitando a segunda etapa da minha pesquisa e a importância da participação dos mesmos. De pronto, alguns aceitaram em participar e outros responderam agradecendo ao convite, mas disseram que não gostariam de participar. Já em relação aos gestores das instituições, todos aceitaram participar.

Como orientação das duas secretarias de Educação, foi feita uma ligação de uma semana de antecedência na instituição para agendar dia e horário com os professores, auxiliares de atividades educativas e gestores. Com os gestores também foi agendado um dia em que se pudessem ir à instituição no horário de entrada e de saída das crianças convidar os pais para participar da entrevista. Prontamente eles agendaram. Todos os profissionais, famílias e gestores foram consultados se queriam ser ouvidos na instituição ou em outro lugar, uma vez que o pesquisador se dispôs a ir ao local onde eles se sentissem mais confortáveis para conversar sobre o assunto. Todos concordaram em ser na instituição. Os profissionais solicitaram que não fosse um horário que atrapalhasse a organização e o atendimento das crianças. Em todas as instituições em que eu passei, fui bem recebido. A gestão organizou um espaço para que as entrevistas com os profissionais pudessem ser realizadas.

Já em relação ao contato com as famílias, umas foram abordadas na entrada, outras na saída das crianças do CMEI. Algumas agendaram para falar comigo na hora de buscar as crianças, porque tinham que ir ao trabalho. No horário marcado, as entrevistas foram realizadas. Houve famílias que não aceitaram participar das entrevistas. Alegaram estar atrasadas, estudavam no noturno e que iam atrasar para ir à faculdade. Para atender ao número de famílias definido no projeto, procurou-se atender a todos no dia e horários marcados por elas.

Realizou-se a entrevista individual de cada segmento, a fim de garantir o sigilo e a privacidade de todos. Em cada encontro me apresentei, fiz uma síntese sobre a pesquisa e o TCLE, perguntei se todos estavam esclarecidos. Ao afirmarem que sim, assinavam o TCLE e ficava com uma cópia, além de me colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos. As entrevistas eram iniciadas com cada entrevistado a partir da PL 1174/2019. Ao perguntar se todos tinham conhecimento, somente um participante afirmou que sim, e perguntou se era o projeto de lei da Janaína Paschoal. A resposta foi positiva e que o mesmo estava disponível, de domínio público, na internet.

A PL foi lida na íntegra para os participantes da pesquisa: os artigos e as justificativas anexas a ela. No momento que se lia, percebia-se um olhar espantado, sem falar quando eles perguntavam: “Quem está propondo esse absurdo? Essa lei é discriminatória!”. Ao terminar a leitura, iniciaram-se as perguntas do roteiro de entrevistas que foram gravadas e depois transcritas³⁷, as entrevistas tiveram uma duração de 15 a 25 minutos, alguns entrevistados falaram mais, outros menos. As transcrições demoraram cerca de 3 a 5 horas dependendo das respostas dos entrevistados. No momento das transcrições³⁸ das entrevistas, houve o cuidado de captar as marcas na fala dos participantes, demarcando quando foram enfáticos, quando deram pausa, silêncios longos no sentido de manter a essência da fala dos participantes e compreender as suas respostas. Essas falas compõem a discussão deste capítulo. Elas subsidiaram o estudo a fim de compreender o lugar e o não lugar do homem na Educação Infantil, mas, também, para confrontar com o questionário de pesquisa que foi respondido no *Google Drive*.

Os sujeitos que participaram da entrevista puderam expor suas posições em relação ao tema e esta dissertação discutiu as vozes desses sujeitos. Compreender o entrecruzamento dessas vozes é importante para entender a constituição de suas profissões nos espaços em que, na sua maioria, ecoam tantas outras vozes e discursos. Conforme Rinaldi (2016), desvelar o sentido destas falas ajuda a termos consciência de seus limites e de sua possível falsificação. Santos (2004) problematizou sobre a necessidade de sermos nós sendo o outro, uma vez que, para o autor, é preciso pensar numa igualdade que reconheça as diferenças na diversidade e de uma diferença que não dissemine as desigualdades sociais. Nesse sentido, as discussões sobre as questões de gênero, em pleno século XXI, demonstram que as

³⁷ Apêndices C, D, E, F, G, H com as transcrições de cada entrevista.

³⁸ Para melhor compreensão da pausa, do silêncio e quando o sujeito mostrou-se enfático na entrevista, será utilizado: [] colchetes para pausa longa ou curta; () parênteses para silêncio e { } para enfático na fala dos participantes. Para tanto, nas entrevistas anexas ao apêndice esses termos estão escritos nas entrevistas.

desigualdades entre homens e mulheres ainda são cruéis e determinam lugares, convicções e modos de ser. Esses comportamentos reverberam em um tipo de cultura/educação que perpetua e legitima subalternidades e inferioridades. Um tipo de educação pautada no vir-a-ser na infância e nas crianças.

Na Educação Infantil o trabalho de homens e mulheres têm passado por essas discussões, onde os discursos sexistas persistem e geram desigualdades sociais e até mesmo discriminação de gênero. As desigualdades de gênero ainda são tão fortes na sociedade em que vivemos, que elas aparecem até nos discursos mais sutis de uma sociedade que se diz contemporânea, mas, na realidade, é machista, sexista, misógina e homofóbica.

É sobre o lugar que os homens ocupam na Educação Infantil, entremeado pelos discursos, jogos de poder e posicionamentos ideológicos, que este trabalho passa a partir de agora a analisar esse contexto nas falas de pais, gestores e dos próprios profissionais.

- Cuidados íntimos realizados apenas por mulheres

Ao serem perguntados sobre o Artigo 1º, onde as proponentes destacam que *os cuidados íntimos com as crianças*, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro, sejam realizados somente por profissionais do sexo feminino e qual era suas opiniões sobre o que leva uma proposição de lei como essa, famílias, gestores e profissionais responderam:

FE 1- Eu acredito que pelo **fato cultural que nós temos que a mulher, ela é mais habilidosa nos cuidados com as crianças. E também pela questão de insegurança no sentido do homem cuidar de uma criança sem mo, mo, molesta-la ou abusa-la, ou até machuca-la.** Não no sentido molestar sexualmente, mas um machucar fisicamente pelo fato da mão do homem ser mais pesada do que uma mão feminina e, também a habilidade daquele jeito de cuidar de uma criança.

FE 5- [] Olha [], **eu concordo [], porque devido, hoje em dia a violência né? { }**. Com as crianças, assim em geral né { }. Então [], eu acho { }, eu acho viável { }! Eu concordo com essa lei sim { }.

GE 6- Olha, geralmente são comunicadas, [...] na primeira reunião de pais { }, né? { } []! Primeira reunião de pais, você apresenta os professores { } [], e aí ííí? [], aquelas que têm a { } [], [...] a reações { } { }, [...] de desconfiança digamos assim { } [], **depois elas procuram [], a gestão para conversar { } []! E aí a gestão { }, ela tem esse { } [], [...] cuidado, de estar, colocando, para essa família queee [] o servidor é efetivo, que que [] a secretaria mandou né? ele tem direito { } não temos o que fazer né?** E eee { } explicamos como é feito [], o trabalho [], expondo toda a [...], a rotina do CMEI { }!

PE 2- Eu acho que a deputada Janaína, { } né? [], sabe que nós vivemos em uma sociedade bem retrógrada. [] **E nos últimos anos né? { }, até com a eleição, das últimas eleições, nós vimos muitos retrocessos né? { } [], que eu considero muitos retrocessos { }. Mas é reflexo dessa sociedade retrógrada né? { }, que ainda tá**

preso em paradigmas que precisam ser rompidos né? { }. E a inserção dos homens, desse papel do homem, masculino, na Educação Infantil, eu acho que é imprescindível { }. E eu gostaria de ter tido quando criança, na minha Educação Infantil, ter tido esse contato com a figura masculina { }. Até porque, muitas famílias vivem só com a figura feminina né?

{ }, só a mãe ou avó { }. Inclusive é o meu caso { }. Eu sempre vivi com a minha mãe e com a minha avó, e nunca tive essa figura masculina []. Então se eu tivesse tido essa oportunidade na escola, eu acho que teria sido de muito proveito { }. E com certeza as crianças que estão tendo esse contato hoje com essa figura masculina, nos CMEIS e nas escolas de Ensino Fundamental [], com certeza, elas vão ter uma outra visão de mundo muito diferente da que eu tive { }. E muitas pessoas infelizmente não conseguiram romper né? { } [], com esse paradigma tão retrógrado, e tão ultrapassado{ }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Se atentarmos para as respostas dos entrevistados, percebe-se que há diferentes opiniões, que perpassam desde as concepções culturais da maternagem, que concebem os cuidados das mulheres mais apropriados que os dos homens, às justificativas da presença dos homens na Educação Infantil, como também a defesa de que a sociedade retrocedeu na discussão de gênero, ao propor um projeto discriminatório que separa o que homem e mulher devem realizar com as crianças. Conforme Auad (2019, p. 19):

Vale ressaltar que as relações de gênero, de modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades. As visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam travas para a superação dessa situação. Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos uma série de características consideradas ‘naturalmente’ femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de ‘naturais’ de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas.

A afirmação da autora faz-nos refletir para o modo como a sociedade concebe as questões de gênero e como essas vão se organizando e naturalizando. Essas organizações determinadas contribuem para o aumento das desigualdades sociais, bem como o surgimento de barreiras para a desconstrução dos estereótipos praticados, determinados e naturalizados para o masculino e para o feminino.

Na fala da FE 1, além do medo do abuso, ela também concebe o homem como grosseiro, com mão pesada, insensível, fato que o tornaria incapaz de cuidar e educar as crianças. Já as mulheres são mais sensíveis, com mãos delicadas e leves, dados que elucidam os estereótipos de gênero. Destaca-se ainda, a preocupação com o “ato de molestar”. Aqui, o termo empregado pelas famílias ora o confunde com violência sexual, ora como questão física/corporal. O mesmo acontece na fala da FE 5 que concorda com o projeto de lei devido à violência. Ao concordar, fica evidenciado que, na fala de alguns participantes, as crianças sob os cuidados e educação dos homens estão correndo risco de sofrerem algum tipo de violência. Outro fator que aparece são as pausas para tentar organizar o que iam falar e depois a maneira enfática em que

afirmavam. No momento da entrevista foi percebido que os participantes apresentavam certo receio em dizer o que realmente pensavam sobre o tema discutido.

Em se tratando do objeto desta pesquisa, os dados permitem constatar que a gestão interfere de forma positiva e negativa sobre a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil, visto que ela realiza um diálogo com os profissionais e famílias, porém, percebe-se que esse diálogo fica no campo da justificativa. Para Auad (2019, p. 14), “educar homens e mulheres numa sociedade democrática e igualitária, requer reflexão coletiva e dinâmica permanente”. Para eximir de culpas, a gestão argumenta que o profissional é concursado, que foi a secretaria de educação quem o encaminhou, que a direção não tem culpa e, por isso, nada podem fazer.

Já os profissionais, quando perguntados sobre o artigo do Projeto de Lei que confere as profissionais do sexo feminino a exclusividade nos contatos íntimos com as crianças, responderam que é um projeto preconceituoso e discriminatório. A pausa na fala, as ênfases para realizarem suas defesas deixam claro o sentimento de revolta dos profissionais que chegam a dizer que os parlamentares eleitos pelo povo, ao invés de apresentar projetos de lei que diminuam as desigualdades sociais e a divisão sexual do trabalho, promovem o fortalecimento delas. Na perspectiva de Auad (2019, p. 23):

Questionar e não imediatamente negar, o que percebemos como tipicamente feminino, tipicamente masculino pode ajudar a notar como muitas diferenças entre homens e mulheres não são naturais. Há de se duvidar do que é visto como “coisa de mulher” ou como “coisa de homem”. Termos como esses podem revelar concepções desiguais dos sujeitos.

Nesse sentido, além de afirmar que a sociedade retrocedeu nas discussões em que homens e mulheres deveriam ocupar dos mesmos espaços, os profissionais defendem a importância das meninas e meninos conviverem com os homens desde a primeira infância. Argumentam em favor da formação humana, contrapõe-se à ideia de um espaço educativo que, conforme afirma Finco (2007), separa, institui e determina o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas na Educação Infantil.

- Somente atividades pedagógicas podem ser realizadas por ambos os sexos

Em se tratando do artigo 2º da PL 1174/2019, que trata das *atividades pedagógicas e aquelas que não impliquem cuidado íntimo com as crianças*, estas poderão ser desempenhadas por profissionais de ambos os sexos. Foi perguntado às famílias, gestores e profissionais como eles veem o binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente a esta proposição? Que

implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

FE 1- Eu acredito que essa, esse cuidar seria para ambos os sexos. Mas existem necessidades de acompanhamentos. Acredito que homens consigam lidar com as mesmas tarefas femininas dentro da Educação Infantil porque nós não estamos lidando com a questão de criação, e sim de uma Educação Infantil, mas há uma necessidade de acompanhamento **voltando pela questão cultural de que a mulher tem uma maior habilidade. Não que o homem não vá conseguir isso ao decorrer de um tempo. Mas existe essa necessidade para tranquilizar as famílias.**

FE 5- Sim { }, eu estou de acordo com essa aa Que essa sugestão dessa aa [], dessa pessoa sim { }! **Por que eee [], essa questão dele cuidar [], da, da parte profissional { } da, das atividades { } [], é éé, é interessante { }! Mas essa questão de cuidar das crianças { }, da aa, dos banhos { } [] “ó { }, [], as, as mulheres mesmo { }.**

GE 4- O que leva [], uma proposição de [], lei como essa [], ééé, a [], insegurança { }, do, do Estado [], da aa [], **da Educação ainda, nisso que há, para gente ainda é novo { }, né? { }.** Então para evitar { }, é éé [], **contratempos, desencontros entre família e instituição { } [], é é, se faz isso { } [], na tentativa de resguardar [], profissional, a instituição (), o que a gente sabe que é (), nem sempre eee [], consegue abarcar isso{ }, né? { }.** Mas eu entendo { } que [], que seja nesse sentido (enfática)! De tentar resguardar (pausa), de eee futuras [], situações, é ééé, tanto pro serv[...], para o servidor, quanto para a instituição.

GE 3- Uma tamanha ignorância, e desrespeito com o ‘gênero feminino, e masculino’ { }, né? { }! **Desvalorizando [], integralmente a profissionalidade [], de cada servidor { }!**

PE 1- Olha... [] **Aqui onde eu trabalho é assim. As mulheres fazem a higienização das meninas né? { }, e eu só fico com os meninos. [] { }.** Então para mim assim... [] é ee [] eu não tenho nada não [], acho nada demais, acho que é válido na questão de higiene { }.

PE 2- Bom, se realmente for, se aprovado essa proposta [], eu acho que que limita bastante { }. Não apenas o profissional, que eu vejo mais o lado da criança, não o profissional. E que muitos, com certeza, { } muitos são e seriam contrários acaso { }. Eu mesmo conheci, eu creio que aqui [...]

[] **Eu não sei a proporção que pode ter tomado essa proposta da deputada [], pelo menos fora de São Paulo eu realmente não conhecia { }.** Eu não sei como tá a repercussão, mas eu acho que se colocada em debate, os profissionais, as pessoas da educação, com certeza, seriam majoritariamente contra né? { }. Porque eu vejo como algo absurdo, absurdo { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

As falas dos participantes da entrevista ficam divididas e apresentam algumas contradições: 4 famílias, ao mesmo tempo que concordam que o cuidar e educar devem ser realizados por homens e mulheres, propõem o acompanhamento dos profissionais, alegando que a mulher tem mais habilidades, bem como a proposição da separação das atividades. A gestão, mesmo afirmando que a proposição do artigo é preconceituosa, diante dos discursos fortes que tentam demonizar os estudos e a igualdade de gênero na sociedade, traz como uma preocupação do estado, necessitando realizar organizações internas que limitam o trabalho do profissional na intenção de resguardá-lo. Nas falas de alguns profissionais, além de concordar

com a proposta, expõem como a separação do cuidar e educar é realizada na instituição. Concordam também que essa separação prejudica as crianças.

No diálogo sobre o projeto de lei, no seu Artigo 2º, que propõe que as *atividades pedagógicas*³⁹ que não impliquem em cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos, ao perguntar às famílias como elas viam o binômio cuidar e educar frente a essa proposição e quais implicações essa proposição traz à profissionalidade e ao trabalho dos homens na Educação Infantil, as mesmas deixaram claro não ter muita compreensão em relação ao cuidar e educar, mesmo os profissionais da educação afirmando que esse assunto é tratado frequentemente com as famílias.

O desconhecimento das famílias sobre o cuidar e educar na Educação Infantil fica evidente nas respostas dos entrevistados quando estes afirmam concordar que mulheres fiquem com as atividades como cuidados íntimos e os homens com as demais, fragmentando o que caracteriza esse binômio e não o vendo como indissociável em todas as ações intencionais do cotidiano das instituições. Segundo Souza e Mello (2018, p. 214):

Os atos de cuidado que nós, professoras e professores, realizamos para as crianças pequeninhas constituem o próprio processo de Educação. A criança conhece seu corpo e se conhece por meio daquilo que ela mesma é capaz de fazer com o corpo e por meio daquilo que os outros fazem ao seu corpo. É nesse processo que ela vai criando uma compreensão de quem ela é – uma identidade.

Ao tratar das ações de cuidado e educação mediados por mulheres e homens, profissionais de Educação Infantil, não se pode perder a compreensão de seu caráter indissociável e entender que cuidar e educar são dimensões do mesmo processo e permeia todo o fazer docente nos espaços onde as crianças vivem seus cotidianos. Há que ressaltar que essa discussão é amplamente debatida pelos estudiosos dessa primeira etapa de Educação Básica, porém, pouco compreendida ao observar fragmentação dos mesmos em muitas instituições.

Ao realizar a leitura da proposição de lei 1174/2019 com os gestores, particularmente no que se refere ao artigo que explicita que os trabalhos que necessitam de contatos íntimos sejam realizados por profissionais do sexo feminino, observou-se que as(os) profissionais ficaram divididas(os) em suas respostas. Algumas(uns) afirmaram que é a insegurança do estado em relação ao trabalho dos profissionais homens e que, sobremaneira, é uma medida necessária para evitar conflitos dentro das instituições e salvaguardar os profissionais e o CMEI.

³⁹ O termo “atividades pedagógicas” proposto no Projeto de Lei, em seu sentido mais genérico, se restringe ao ato de realizar tarefas escritas, colagens, pinturas numa perspectiva “escolarizada”, tradicionalmente cinzenta, rígida, enquadrada, que tantas vezes silencia adultos e crianças (OSSTETO, 2017). Portanto, o ato educativo pressupõe o pedagógico na Educação Infantil, sendo necessário que os profissionais não coloquem um em detrimento do outro, já que esse procedimento pode incorrer no risco da pedagogização de tudo que se faz e produz (GOIÂNIA, 2014).

Por outro lado, há aquelas(es) que julgam a medida como totalmente preconceituosa e discriminatória.

Problematizando com as(os) gestoras(es) sobre o binômio cuidar e educar e a referida proposição de Lei, apesar de sinalizarem o binômio como termos indissociáveis, percebe-se que elas(es) ainda não têm clareza das especificidades dessas duas dimensões na ação educativa e pedagógica. Ao darem exemplos, acabam realçando o cuidar em detrimento do educar, com respostas que acabam ficando somente no campo da higiene/cuidado, como podemos perceber na resposta a seguir:

GE 5- Bom { }, aqui iii { } [], eu [], acredito que ee num [...] (), que a gente () { } [], aqui a gente tem um professor { }, né? { }! **Ele tá no agrupamento 5 { } [], é ééé [], e ele dá o banho, nas crianças normalmente { }! Isso não vai influenciar no trabalho dele { } [], pedagógico não { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Conforme Guimarães (2011), a dicotomização do cuidar e educar faz com que os profissionais deem a eles sentidos e significados fragmentados que não passam da perspectiva do higienismo como também das didatizações numa perspectiva escolarizante. Para a autora:

Na experiência da creche, cuidar e educar são reconhecidos como dois movimentos separados. Apesar de anunciarem “o cuidar junto com o educar”, as duas ações são justapostas quando exemplificam. Cuidar é proteger, dar conta das necessidades individuais de sono, banho ou alimentação e identificando como “só cuidar”; educar é ensinar, nomear o que está sendo vivido, o espaço onde as crianças aprendem. A ideia de cuidado está atrelada ao atendimento das necessidades, e não à possibilidade de constituição de si e do mundo. O cuidado na perspectiva corrente não é onde as crianças aprendem (GUIMARÃES, 2011, p. 143).

As contradições também aparecem em relação às(aos) professores e auxiliares de atividades educativas que se dividem em suas respostas: umas(uns) sendo contra a PL e outras(os) a favor. Os que são contra afirmam que é uma discriminação e ignorância achar que só mulher cuida e educa crianças.

Em relação ao Artigo 2º, que versa que as atividades de cuidados íntimos e idas ao banheiro sejam realizadas exclusivamente por profissionais do sexo feminino, os entrevistados caracterizam como uma proposição absurda que, segundo eles, se o assunto for levado para ser discutido com os profissionais, todos seriam contra, principalmente vindo de alguém que demonstra total desconhecimento das especificidades dessa primeira etapa e das ações de cuidar e educar crianças na Educação Infantil como termos indissociáveis. A maioria dos profissionais 04 (quatro) afirmaram que tal proposição fere o direito da criança em suas necessidades fundamentais, visto que com o déficit de profissionais, ou até a falta destes por motivos de saúde, quem atenderia as crianças?

Outro fator apresentado é a organização e divisão das tarefas como fato consumado, onde meninos são higienizados e acompanhados pelos homens e as meninas higienizadas e acompanhadas pelas mulheres. Segundo eles, essas são ações que fortalecem para as crianças a ideia de que aos homens cabem determinadas ações e às mulheres outras. Entretanto, além de acompanhar e auxiliar os meninos relatam também que é necessária a presença de uma mulher vigilante acompanhando, caso precise de uma testemunha se for acusado injustamente. As entrevistas com os profissionais evidenciaram que, na maioria das instituições pesquisadas, mesmo falando da indissociabilidade do binômio cuidar e educar, há a separação das tarefas entre homens e mulheres. Em relação aos estudos de Benevides (1996 *apud* AUAD, 2019, p. 23):

Ainda sobre as diferenças e as desigualdades, é importante lembrar o que o contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime. Para tanto, a categoria gênero pode ser um par de óculos revelador das relações de poder desiguais no interior das instituições.

A afirmação da autora elucidada que, colocar um gênero em detrimento do outro, ou ressaltar esse sobre aquele gênero, corrobora para a propagação das desigualdades sociais. Quando a instituição determina e separa o que é fazer de homem e de mulher ela está contribuindo para a exclusão e a descaracterização da profissionalidade dos sujeitos.

Ao responder as perguntas, a maioria dos profissionais demonstrava insegurança, pedia para repetir, dava várias pausas em suas respostas, trazia justificativas a partir das ações que foram determinadas para eles realizarem como forma de justificar o que eles faziam. Tais evidências podem ser constatadas nas falas dos entrevistados nessa pesquisa.

- Reaproveitamento dos profissionais homens em outras atividades ou cargos

Em relação ao Artigo 3º, este propõe aos profissionais do sexo masculino que, na data da publicação desta lei, forem responsáveis pelos cuidados íntimos com as crianças, que estes sejam reaproveitados em outras atividades compatíveis com o cargo que ocupam, sem sofrer prejuízos em sua remuneração. Foi perguntado às famílias, gestores e profissionais qual era a opinião deles sobre essa medida e se a mesma descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil. Para essa pergunta tivemos as seguintes respostas:

FE4 - Não { }! **Porque eee mesmo assim [], lógico { }, igual [], tem a probabilidade de ter mais os abusos{ }, por parte de homem do que de mulher [], mas existe também por parte de mulher { }! E eee?, é ééé?, às vezes a cabeça da gente é muito antiquada e a gente não vê isso, mas [], hoje em dia é o que mais tem { }! Né? E eee? (), é ééé?, eu acho assim (), foi como eu falei { }! É éé?, a gente**

pode prevenir tipo assim, não [], não pôr com os pequenos, mas com grandes que já sabem falar, porque não? A gente pode fazer o teste.

GE 3 - Constrange 100%. { } ()! Não dou conta nem de justificar. Eu acho que é injustificável { } []! Né? { }, determinar [], uma função para o professor homem { } [], e determinar uma função [], diferente [], para uma professora { } []! **Desconforto** **Eu não, eu não, não, não consigo buscar argumentos, porque o meu olhar [], é para o profissional { } [], professor { } [], que tem competências [], habilidades [], para exercer [], a função { }!**

PE 1 - Eu acho que essa divisão de trabalho baseada em sexo, { } como eu disse é muito para pensar também. [] **Então pensando aqui, eu não consigo pensar em uma função que não pode ser desempenhado por um homem ou para mulher por questão de sexo.** [] **Eu diria que é constrangedor ter uma proposta dessa hoje em dia, em 2020 né? { }.** Apesar de, como eu disse, esses retrocessos estão vindo desde as últimas eleições, bem complicados []. **Mostrou uma sociedade que eu percebi que estava avançando e mudando { },** mas infelizmente parece que foi algo passageiro [], era algo que estava escondido [], que conseguiu surgir das profundezas da nossa sociedade infelizmente { }.

PE 4 - Totalmente { } **porque eee [], nós homens [], né? { }, nós [], formamos para isso { } [], né? { }!** Nós temos [], [...] nós estudamos { } [], nós formamos { } [], né? { }! **Então [], [...] para exercer { } [], né? { }, a nossa aaaaa [], pra exercer o nosso ooooo [], [...] – como que eu posso dizer [] - para exercer o nosso trabalho, né? { } []!** Para exercer a nossa aaaa [], formação { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Ao realizar o confronto das falas dos participantes da entrevista, percebe-se que a maioria das famílias contrapõe com as falas da maioria dos gestores e profissionais. Para as famílias, há a preocupação de haver profissionais nos agrupamentos de crianças menores, por medo do abuso sexual. Sugerem ainda, colocar os homens em agrupamentos maiores. Para trabalhar com as crianças menores, preferem as mulheres, mesmo reconhecendo que elas também abusam. Já a gestão e os profissionais consideram a proposição preconceituosa e constrangedora a ponto de não conseguirem justificar e lamentam perceber como no atual contexto essas discussões têm sofrido retrocesso.

As tensões sobre o tema do cuidar e educar ainda se apresentam de maneira mais preocupante, quando se percebe que a maioria das famílias entrevistadas está de acordo com o Artigo 3º da proposição de lei, que sugere retirar os homens das funções para o qual foram aprovados em concurso público para serem reaproveitados em outras funções. A justificativa de que os cuidados como banho, trocas de fralda e ida ao banheiro fiquem na responsabilidade das mulheres gera uma contradição que fica apresentada nas falas dos sujeitos entrevistados. Os dados a partir destas falas também geram contradições.

Os gestores(as) argumentam ser um absurdo a proposição da PL de que os homens sejam reaproveitados em outras funções, uma vez que o profissional fez um concurso em que o edital trazia as funções que são inerentes ao cargo e que nenhum certame determina o que é função de homem e de mulher.

No que se refere à proposição da PL de reaproveitar os homens em outras tarefas, e até listá-las demarcando o que será realizado pelos homens e pelas mulheres, os profissionais demonstraram indignação com a total falta de respeito e constrangimento com quem estudou, passou em um concurso público e presta serviço à comunidade. Advogam em defesa de que, para ser empossado no cargo, além de ter escolaridade exigida para tal, o servidor precisaria ser aprovado no certame, comprovar saúde física e mental e, também, apresentar as certidões da justiça comprovando sua idoneidade. Segundo eles, por mais que as proponentes justifiquem que essa lei cite os argumentos que veio para proteger os homens que trabalham na Educação Infantil, os discriminam. Segundo a resposta do PE 1, esses discursos hegemônicos e sexistas se fortaleceram nas últimas eleições, já que grande parte da sociedade fez transparecer o preconceito velado, legitimando as desigualdades entre homens e mulheres.

- Cuidados exclusivos por mulheres e violência

Em se tratando do artigo 4º, no Ensino Fundamental I, quando necessitarem de auxílio para usar o banheiro, as crianças serão acompanhadas exclusivamente por profissionais do sexo feminino. Foi perguntado às famílias, gestores e profissionais se essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência. Os participantes responderam:

FE1 - Não! Eu acredito que a violência quando ela [] vem a existir, independe de ser do sexo feminino ou masculino. Éhh A questão cultural [] **coloca um peso maior sobre a questão dos homens, porque a TV mostra mais homens né?** { } Por isso né? As preocupações das mães. { } Mas não isenta que uma mulher possa também fazer algum tipo de abuso de uma criança.

GE 3 - De hipótese alguma { } [], **né?** { }! **Esse, esse cuidar** { } [], **ele dá** { } **bem-estar para criança** { }! **É um dos aspectos** (), **é, que fazem parte, de todo o processo do desenvolvimento da criança** { } ()! Mas [], é, eu não ooo (), eu não (), eu não o [], eu não vejo que, que, que, que, a mulher [], fica fora desse tipo de violência { }! **Né?** { }, isso aí eu tenho uma [], tenho consciência, que de, de que, de forma alguma, minha resposta é não { }!

PE 4 - Não garante { } []! Porque eeee [], é éééé [], **eu já vi também reportagens** { } [], **né?** { }, **que mulheres também** [], **já abusaram de crianças, e não é só, não** [] [...] **isso não aconteceu apenas por homens** { } [], **né?** { }! E eu acho que os homens são capa, são capazes de exercer [], esse tipo de função [], dentro da sua profissão { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador)

O entrecruzamento dos dados entre famílias, gestores e profissionais apresenta que os mesmos são unânimes em dizer que as crianças, ao serem acompanhadas somente pelos profissionais do sexo feminino na instituição, não estarão protegidas de algum tipo de violência. Todos afirmam que mulheres também cometem violência contra crianças. Famílias e

profissionais estão em consenso ao afirmar que a mídia tem noticiado violência contra crianças, que na maioria dos casos mostram os homens como abusadores, mas que a mesma já noticiou casos em que as abusadoras foram mulheres.

Mesmo defendendo o suposto de que com as mulheres as crianças estarão mais seguras, ao serem questionadas se essa proposta de lei de fato garantia que as crianças ficarão mais seguras de algum tipo de violência, as famílias dizem que não. Chegam até mesmo a afirmar que a violência pode acontecer com mulheres, todavia, justificam que na maioria dos casos os abusos são cometidos pelos homens, como tem mostrado a grande mídia.

As famílias, ao se depararem com as notícias de abuso de vulnerável na grande mídia, acabam colocando em suspeição os homens profissionais de Educação Infantil. As famílias não demonstram conhecimento sobre os dados inerentes aos casos de estupro de vulnerável, por quem são cometidos, onde esses atos acontecem com maior frequência e atribuem essa preocupação para a instituição de Educação Infantil. Esquecem os outros espaços onde são mais recorrentes esses atos, como os próprios lares das crianças, por exemplo.

Sobre os cuidados e higienização das crianças serem realizados exclusivamente por mulheres, como garantia de que as crianças estejam seguras de algum tipo de violência, as(os) gestoras(es) afirmaram que isso não garante, visto que a maioria dos casos noticiados ocorrem em casa de parentes, pessoas próximas ou na própria casa da criança.

Em relação ao Artigo 4º da proposição de lei, que orienta que as crianças sejam acompanhadas por um profissional do sexo feminino para irem ao banheiro, todos os profissionais participantes desta pesquisa foram unânimes em afirmar que essa proposição não garante que as crianças estarão seguras de qualquer tipo de violência, visto que não é só a violência sexual e nem somente o homem o abusador, mas a física, doméstica e psicológica, sendo os contextos externos à instituição onde essas violências acontecem com maior recorrência.

- Cuidados íntimos com crianças da Educação Especial

O Artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças da Educação Especial. Foi perguntado às famílias, gestores e profissionais se na opinião deles, haveria algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil.

FE 1 - Acredito que pela [] limitação da criança, e assim possa existir essa, esse item específico.

FE 5 - Desculpa { } []! Sim { }, eu acredito que ee? as crianças especiais { }, elas devem ser olha, olhadas, uma, uma, com mais cuidado { } []! Porque devido à dificuldade às vezes na fala, então atenção tem que ser dobrada sim { }! Em relação essas crianças { } []! É éééé? [], Então { }! No período que minha filha estudou aqui [], eu, sempre, todo, diariamente eu perguntava: o que acontecia [] como que o professor se comportava com ela, e com as outras crianças, [] se ele realmente não estava dando banho nela [] Então ela [], ela [], falava que não { } Se colocava ela no colo [] Então assim { }, a essa preocupação, ela aa, ela, diariamente eu tinha essa preocupação, mais [], com o tempo ela foi diminuindo. Mas [], eu não deixava de perguntar para minha filha: como que era os cuidados em relação ao professor { }!

GE 3 - Também não { } (!) Ééé [], é um grupo oo [], que igual aqui, né { }, na nossa instituição [], a gente fala que o, laudo { } ele não limita ninguém { } []! Né? { }. Então nosso olhar [], ééé [], que todos nós [], temos uma necessidade especial { }! Todas as crianças matriculadas { } nesta instituição (), elas têm [], necessidades específicas, características especific... específicas, e vão ter { } [], os mesmos direitos de aprendizagem { } []! Vão vivenciar as mesmas “experiências” propostas dentro do nosso planejamento { }!

PE 2 - Talvez [], assim, a gente vê muito falar sobre abusos com crianças nessas condições [], é a questão da vulnerabilidade delas né? { }. É eee, eu penso que talvez isso deve ter motivado né? { }, essa ideia de destacar elas { } []. A vulnerabilidade dela, da própria criança nessa condição { }.

PE 4 - Não { }! Não vejo por esse lado não { } []! Eu trabalho também com educação especial { } [], né? { }, com crianças especiais { } [], eeeeeee?, não vejo nenhum problema emmmmm (), estar exercendo a função também { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Na questão que trata das ações de cuidado com as crianças com necessidades especiais, as respostas das famílias divergem com a dos gestores e profissionais. Para 4 famílias entrevistadas, há a necessidade de destaque para esse grupo, uma vez que as crianças possuem comprometimentos que muitas vezes inviabilizam sua comunicação com as famílias, em relatar o que está acontecendo. Dos 6 participantes da gestão, 5 discordam. Segundo elas, por acreditar que todas as crianças, independente do laudo que possuem, merecem ser atendidas e respeitadas em suas necessidades e subjetividades tanto por homens como por mulheres. Já dos 6 profissionais que participaram das entrevistas, 5 afirmam que a proposição para esse público se dá pela vulnerabilidade de algumas crianças, porém não veem necessidade de destaque, pois são crianças com direitos essenciais como todas as outras.

As discussões que se seguem retratam também os dados das entrevistas com perguntas específicas para cada grupo em separado: famílias, gestores, professores e auxiliares de atividades educativas. Suas análises abarcam a compreensão daquele grupo específico sobre o assunto para suscitar o debate que esse objeto apresenta.

4.1 O HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR DAS FAMÍLIAS: UM ESTRANHO NO NINHO

Para entendimento desse objeto, buscou-se ouvir as famílias⁴⁰ das crianças atendidas pelos profissionais participantes desta pesquisa. Tal necessidade não se deu só pelo fato das tensões, angústias e medos também partirem das próprias famílias, mas, sobretudo, porque ao tratar dessa discussão com os profissionais da educação, sejam eles professores, auxiliares de atividades educativas, diretores e coordenadores, a primeira justificativa que aparece é que os pais não veem com bons olhos homens cuidando e educando crianças pequenas. Seriam somente as famílias as únicas preocupadas com a presença do homem na Educação Infantil? Há família que vê com tranquilidade o trabalho desses profissionais? E os profissionais da instituição concebem com tranquilidade esse trabalho? A pesquisa evidenciou que o grande dilema vem das famílias, porém, não são as únicas, há outros profissionais que também demonstram receio e isso fica explícito em suas ações e atitudes.

Se atentarmos para o questionário de pesquisa e ao roteiro de entrevista, deparamos com algumas contradições que ora partem das famílias, ora dos próprios profissionais. Em alguns casos, vê-se o discurso de serem contra a situação vivida exposta aos homens, todavia, também existem muitas instituições que assim o fazem com o argumento de que suas crianças estariam mais resguardadas. Da mesma forma, muitos dos discursos são respaldados pela construção de uma imagem de profissional como possível abusador de crianças. Ao tomar dados e índices apresentados na mídia, a generalização de um estereótipo vai se confirmando como cultura internalizada. Os estudos de gênero já problematizavam que:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2014, p. 45).

Nessa perspectiva, muitos profissionais e famílias encontram dificuldades em constituir um diálogo, ou sequer uma parceria, por não haver uma relação respeitosa, um estreitamento dos laços. As tensões ainda geram medo, dúvidas e desconfiança, fatores que dificultam o trabalho de homens profissionais de Educação Infantil. As crianças, frente a essas tensões, ficam em segundo plano, pois a compreensão dos pais é que os espaços de Educação Infantil

⁴⁰ O termo FE 1, FE 2, FE 3, FE 4, FE 5 e FE 6 significam famílias entrevistadas.

sejam fragmentados com ações divididas para este ou para aquele gênero, dissociando o cuidar e educar. Nesse sentido, as vozes das crianças nem sempre é levada em conta.

As falas dos sujeitos nas entrevistas apresentaram pausas, silêncios e, em muitas delas, os participantes mostram-se enfáticos ao afirmar ou negar alguma questão referente à discussão. Para tanto, esses elementos marcam o lugar desses sujeitos no tema, já que os mesmos também expressam suas opiniões a partir desses comportamentos.

De modo geral, as famílias alegam medo, insegurança ou receio. Partem de um suposto perigo que as crianças correm ao serem cuidadas e educadas por esses profissionais que são estranhos para a comunidade. Entretanto, a pesquisa também evidenciou diferentes os modos de pensar das famílias: 1) aquela em que a criança convive com o pai e a mãe. Nessa, a maioria dos participantes não confiam nos profissionais homens, com medo da criança sofrer algum tipo de violência, sobretudo a sexual; 2) aquelas famílias em que a criança é criada só pela mãe e convive a maior parte do tempo com mulheres. Se por um lado defendem veemente a presença masculina na Educação Infantil, afirmando que a presença do homem ajuda as crianças a perceber o que é característica de homens e mulheres, por outro fica evidente também que essa família preocupa com a orientação sexual da criança. Os argumentos recaem na ausência do pai, na convivência com mulheres etc. Para essas famílias, o convívio exclusivo da criança com o universo feminino também poderia dificultar a definição da identidade de gênero da criança. Convivendo com profissionais homens, a mesma definiria melhor essa identidade; 3) o outro tipo de família é aquele marcado por dogmas religiosos e uma moral fortemente arraigada. Para essas, além do medo do abuso sexual, a presença de um profissional homossexual causa-lhes medo daquilo que se pode nomear como “ideologia de gênero”. O medo recai, aqui, muito mais em relação ao fato dessas famílias entenderem que os profissionais homossexuais podem incentivar a criança a ser homossexual. Isso também compareceu na fala de alguns profissionais que atuam nos CMEIs de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Quando ouvidos no questionário de pesquisa, particularmente se enfrentaram barreiras para atuar na Educação Infantil e quais eram as inseguranças que as famílias apresentavam em relação ao trabalho do homem, os profissionais responderam:

Sim, muito **preconceito por ser homem, negro e homossexual**.

Tem medo que eu moleste as meninas, ou que **eu incentive os meninos a serem gay**.
(Fonte: Dados do autor. Excertos do questionário *online* de pesquisa. Grifos do pesquisador).

As falas das famílias apresentam uma preocupação até nas relações de afetos que profissionais e crianças precisam para construir vínculos. E que, dependendo como o professor expressar esse afeto, ele pode ser mal interpretado:

FE 5 - Desculpa { } () sim, eu acredito que ee? as crianças especiais { }, elas devem ser olha, uma, uma, com mais cuidado { } []! Porque devido à dificuldade às vezes na fala { }, então { } atenção tem que ser dobrada { } sim { }! Em relação essas crianças { } ()! É éééé? (), Então { }! No período que minha filha estudou aqui [], eu u? , **sempre, todo, diariamente** { } eu perguntava: **o que acontecia** { } []? () **Como que o professor se comportava com ela** { }, e **com as outras crianças** { }? [] **Se ele realmente não estava dando banho nela** { }? [] **Então ela** [], **ela** [], **falava que não** { } { }! **Se colocava ela no colo** { }? [] **Então assim** { }, a **essa preocupação** { }, **ela aa?**, **ela, toda, diariamente eu tinha essa preocupação, mais** { } [], **com o tempo** { } **ela foi diminuindo**. Mas { } [], eu não deixava de perguntar para minha filha: como que era os cuidados em relação ao professor { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Entretanto, restrições como essas limitam o trabalho do professor que se sente solitário num espaço em que ele é monitorado cotidianamente, sobretudo pelos que estão em casa esperando os filhos para uma série de interrogações. Eliot (2013), em sua obra “*Cérebro azul ou rosa*”, relata que o professor Don Piburn, um professor de Educação Infantil, postou em um artigo intitulado “*Simplesmente diga NÃO para o não toque*” e afirmava que:

Os educadores infantis do sexo masculino enfrentam estereótipos que os retratam, diariamente, como potenciais abusadores de crianças. É claro que as crianças precisam ser protegidas dos abusadores, mas a principal razão para os homens não procurarem ou não permanecerem no campo da Educação Infantil é o medo de serem acusados de abusar de crianças pequenas [...]. É por sua própria conta em risco que muitos homens oferecem ‘os tapinhas carinhosos, as esfregadas nas costas, os afagos, o colo ou os abraços dos quais os pequeninos precisam [...]’ É de estranhar que os homens deixem de lado nossa profissão em favor de algo menos perigoso, como trabalhar em grandes alturas, dirigir em alta velocidade e operar máquinas pesadas? (ELIOT, 2013, p. 199).

A citação elucidada as orientações que muitos profissionais dizem receber quando chegam às instituições de Educação Infantil, tais como: não retribuir e nem dar abraços, beijo, sentar a criança no colo, porque as famílias podem interpretar de outra maneira e querer acusa-los de abusos. Isso também pôde ser percebido quando a fala das famílias demonstra qual é sua maior preocupação:

FE 5 - **Em relação, a violência sexual** { } []! **De ter alguma** { }, **algum momento** { } **que ele, que ele possa abusa-la** { } [], **passar a mão** { }, **acontecer uma coisa “colocar no colo”** { } [], eeee, às vezes fala alguma coisa indevida { }. Esse, essa é a grande preocupação { } das amigas { }!

As mulheres recebem essa orientação? Não, pelo contrário, a elas é orientado serem carinhosas, afetuosas, pegar as crianças no colo, ações que colocam homens e mulheres em posições desiguais e discriminatórias. Entretanto, há aquelas famílias que acreditam e defendem

que as crianças têm o direito de conviver e aprender com homens e mulheres e que, quando essa convivência é negada, a criança também está sendo violada em seus direitos:

FE 3 - Eu penso que [], nesse momento, né? Nessa situação que hoje nós vivemos, de um mundo tão aberto. De uma cabeça tão aberta. É éé, a gente não pode, pelo, é pelo contrário [], **que já são crianças que tem necessidades especiais, e se eu tratá-las assim, de forma que só [], é as mulheres toquem, estejam próximas, eu vou está mostrando pra essa criança que ela está ainda mais [], excluída (), de uma sociedade que eu tenho homens, mulheres e outros gêneros.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Quando se trata do banho e da ida ao banheiro, aqui encontra-se uma das principais inquietações e medos das famílias sobre o trabalho do homem na Educação Infantil. Isso apareceu nas entrevistas e, também, nos questionários. Nesse último, dos respondentes do questionário, 37 (trinta e sete) profissionais apontaram o banho como inquietação e medo das famílias e nas entrevistas das famílias, quando são perguntadas sobre suas maiores preocupações, elas afirmam o banho, troca de roupas e fraldas. No entanto, quando esses conflitos chegam à direção, e esta restringe a atuação dos profissionais, tudo se normaliza. Da mesma forma, essa questão ganha menor preocupação para as famílias quando, em relação ao banho, fica acordado na instituição que os homens se responsabilizem pelo banho dos meninos e as mulheres das meninas. A resposta de uma família ilustra essa tensão:

FE 4 - Não { }! Eu não acho { } [], que ee?, que constrange ele não { } []! Porque no caso vai estar só dividindo as atividades { } []! **Ele vai estar cuidando { } das atividades [], pedagógicas { } [], e a questão da aa, da dos banhos { } (), cabe as mulheres { } [], fazê-lo { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Nessas respostas das famílias fica claro a pausa para organizar a fala na hora de tratar do banho. A forma vai expondo o que pensa de maneira sutil e, em outros momentos, a fala enfática. Outro elemento que aparece nas proposições das famílias é que esse profissional seja monitorado o tempo todo na instituição para garantir a segurança das crianças. Ao serem interpelados se esse projeto de lei atenderia as famílias quando elas sentem insegurança no trabalho dos homens, surgiram as seguintes respostas:

FE 3 - Não [] Ela não atende porque [], essa proposta, esse projeto, ele não está pensando na criança [], no direito da criança. **Eles estão pensando é na cabeça [], de uma mãe. De pouquíssimas mães, eu acredito!** Porque se formos conversar com as famílias de um modo geral, eu tenho certeza que eles são apoiadores, eles vão ser colaboradores para que homens [], e mulheres atuem na Educação Infantil.

FE 1 - Na verdade, existe sim uma preocupação quando se trata de um “cuidador masculino exclusivo. **Éhh acredito que eles têm uma capacidade, mas pela questão da segurança familiar sempre monitorado por uma outra pessoa. Uma pessoa superior a aquele cuidador.**

FE 5 - Sim { } [] É éééé [], no, no começo, igual estava dizendo, eu tive um pouco de dificuldade { } Quando me disseram que um homem ia cuidar da minha filha { } Mas, depois (), é éééé, com o tempo, a gente conversando, diariamente, com o professor também, eu fui tendo essas, essa segurança { } Então { } [], é muito importante, que os pais têm esse diálogo com o professor e com a diretora { } **E sempre, a criança, relatando diariamente, como é, o comportamento dela com o professor { }! Então { } [], esse projeto, ele é muito importante, porque ele visa [], esse cuidado maior com as crianças { } É ééé? [], separando [], de certa forma, o trabalho o cuidado { }, de banho e a questão pedagógica { } Apesar dos olhares desconfiados.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Ainda que os dados indiquem que as famílias depositam desconfiança nos profissionais homens que atuam na Educação Infantil, por outro lado, afirmam também que, com o passar do tempo, elas vão aproximando desses profissionais e, ao dialogar com eles, ficam mais tranquilas. As crianças também acabam dando uma devolutiva desse trabalho, aliviando o campo das tensões. Para Sousa (2015, p. 67):

As pessoas reagem de diferentes formas ao homem como professor de Educação Infantil. Se este é um homem qualquer, a aceitação é mais difícil. Caso contrário, se alguém em que se pode confiar, pelo bom comportamento ético que vem apresentando e dependendo de como é visto pela comunidade escolar, as reações das pessoas podem ter uma significativa diferença.

Entretanto, mesmo tendo mais segurança, as restrições continuam e os interrogatórios das crianças sobre o que esses profissionais fizeram no dia a dia também:

FE 4 - Ahh? O Primeiro momento foi iii estranho { } []. Mas eu uu [], como eu sou uma mãe que eu procuro está presente { } []! **Então eu falei assim: é um desafio e vamos lá { }! Então é éé? [], e esse desafio { }, foi muito bom { }! Maravilhoso { }! E até hoje [], eu adoro { }! Até eu queria que novamente [], que o professor tivesse com meu filho { }! Mas infelizmente não acontece [], mas assim [], eu [], adorei { }!**

FE 1 - { } Eu indagava mais a minha criança sobre aquele relacionamento, sem que ela percebe-se que eu estava mais curiosa sobre aquele relacionamento. **E aí ela me, (pausa) me deixava tranquila com as respostas que ela me dava.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Isso demonstra que profissionais, no primeiro momento, são colocados à prova, sendo monitorados por famílias e instituições. Ao serem inqueridos como veem a presença do homem na Educação Infantil, quase todas as famílias afirmaram ter certo receio no início por conta das questões relacionadas ao banho, levar ao banheiro, preocupação que se estende principalmente quando se trata das meninas. Segundo as famílias, quando a direção afirma que terá um acompanhamento e que esse profissional não vai acompanhar as crianças ao banheiro, ou só os meninos, elas ficam mais seguras. Tal afirmação também vai ao encontro do questionário de pesquisa quando os participantes revelam que, na organização do banho, eles só acompanham as trocas de roupas e as idas ao banheiro dos meninos. Os dados das entrevistas indicaram ainda

que as famílias se sentem assustadas, questionam e resistem à lotação/modulação dos homens na instituição:

FE 1 - A instituição apresentou. A princípio eu resisti! Pela questão dos cuidados íntimos. Éhh. **Tive a segurança por parte da instituição que os mesmos seriam monitorados e também, acompanhados pelas professoras, pelas coordenadoras e também pela direção** e, seguimos de uma forma muito tranquila e saudável.

FE 5 - Sim { }, a instituição [], me apresentou sim { }! Disse que seria um professor homem. **No, no princípio { }, eu fiquei bem receosa []. É nééé, eu até [] quando me falaram que tinha um { } professor na unidade, eu queria que fosse professor de outra criança { } e não da minha.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

As crianças, segundo as famílias entrevistadas, aceitaram muito bem o trabalho e a presença do professor. Para Sousa (2015), as crianças não se atentam às questões de gênero em relação aos profissionais de Educação Infantil. O que elas desejam é aprender e se desenvolver com profissionais dispostos a motivá-las e encorajá-las a explorar e descobrir o mundo. Segundo os estudos desse pesquisador:

Para as crianças, embora expostas a essas ideias defendidas pelos adultos e podendo de alguma forma ser influenciadas por elas, o grande elemento definidor de suas formas de pensar sobre os homens professores de Educação Infantil é a experiência que tiveram com esses profissionais. Ou seja, para as crianças, o gênero do/a docente e a formação do profissional não são os aspectos mais importantes. O que interessa mesmo para elas são as vivências (positivas ou negativas) com homens ou com as mulheres na instituição. Quando se sentem bem com o professor, desenvolvendo uma relação de empatia que lhes provoca satisfação, tendem a avaliar positivamente a presença dos professores (SOUSA, 2015, p. 181).

Todos os entrevistados afirmaram que as crianças têm boas relações com os professores e auxiliares de atividades educativas. Algumas até se preocuparam, com receio das crianças estranharem a presença dos homens, já que não tinham costume com essa presença, mas aconteceu o contrário, elas gostaram muito, segundo seus pais:

FE 1 - Eu tive uma experiência muito boa. Não vou negar que a princípio eu tive um certo receio pelas questões de cuidados íntimos. **Mas recentemente, tive a surpresa da minha criança confessar que aprendeu muito com o professor.**

FE 4- Ahh? (), Meu, meu filho ele teve muito, um aprendizado muito bom { }! Ele chegava em casa { } [], e contava { }! **As vezes ele tinha preguiça de acordar cedo, aí eu pegava e falava assim: mas você não vai lá ver o professor? [] - Aí ele virava e falava assim: ah, mamãe! Vou!** Que ele gostava tanto dele { } [], que às vezes era um incentivo para ele vir estudar { } []! Vim pra creche { }! Que eu falava pra ele de vim estudar.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

As famílias também disseram das boas relações que elas foram construindo com os profissionais homens, alegando que eles são receptíveis, atenciosos, educados, respeitosos com

as crianças e suas famílias. Uma entrevistada disse que muitos deles acabam nos ensinando a olhar para outros professores homens com outros olhos:

FE 5 - Indicaria sim { } []! Porque, ele me passou bastante segurança { } [], ele ee, a minha filha era bem cuidada por ele{ }! Então { }, eu indico sim { } esse profissional, para as outras famílias, éééé, porque né? **ele nos ajuda [] aaa { } ver outros professores diferente né { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Mesmo em meio ao medo e ao receio, todas as famílias afirmaram que não pensaram em tirar a criança da instituição por causa da chegada dos homens, mesmo porque, elas precisavam da vaga, de um lugar para deixar seus filhos e filhas. Todavia, exigiram segurança para as crianças por parte da equipe gestora.

O que se pode perceber nas falas das famílias são algumas contradições. Afirmam apresentarem medos, inquietações e receios do trabalho do homem na Educação Infantil, mas, quando são perguntadas se acreditam que na Educação Infantil o trabalho deve ser realizado só por mulheres, respondem que não, que é importante a presença deles. Todavia, essas respostas são sempre na assertiva de que se deve ter sempre um olhar vigilante, um acompanhamento desses profissionais e indagar as crianças sobre o cotidiano delas com os profissionais homens.

Quando se trata da etapa da Educação Infantil e sua função social, os participantes demonstram total desconhecimento de sua identidade como primeira etapa da Educação Básica reconhecida na LDBEN (BRASIL, 1996). Ao serem perguntadas sobre a importância da Educação Infantil e sua função social, olhavam confusos, davam longas pausas, ficavam pensativas para responder, pediam para repetir a pergunta. Em síntese, as famílias continuam a olhar para a Educação Infantil assistencialista, compensatória e marcada por categorizar as crianças de acordo com suas classes sociais. Consideram que ela é importante para o Ensino Fundamental, como se fosse função dessa primeira etapa escolarizar as crianças. Por fim, veem o direito ao acesso e permanência das crianças como direito e opção das famílias que precisam trabalhar e não como direito de todas as crianças, dever do estado. As falas das famílias elucidam tal afirmação:

FE 4 - Educação Infantil [], ééé ajuda as crianças no desenvolvimento []. É éé [], eee minhas filhas, ééé vou dar exemplo, citar { } meu lado { } [] As minhas filhas já entrou na creche elas já tinham mm () [], 4 anos { } [] O desenvolvimento delas { } [], foi muito mais devagar { }, do que o meu filho que eu pus com nove meses []. Ele [], se surpreendeu e se desenvolveu muito mais { } Eu acho que [], a convivência com outras crianças { } [], ééé conversas com outras pessoas { } [], fazem com que a criança se desenvolva [], e tenha [], melhor adaptação [], já com o mundo lá fora. **Até porque hoje em dia [], a gente precisa { } [], ééé, deixar nossas crianças com alguém { } [] Se não a gente não consegue trabalhar { } Porque a aah, a ah, o oh!, o cotidiano é difícil { } Antigamente a gente conseguia [], ficar em casa só os homens trabalhavam { } Hoje [], a maioria das mães { }**

}, trabalham fora [], para sustentar os seus próprios filhos. Então [], é um auxílio { } [], ter, a creche { }, ter a ah, a Rede { } [], nos auxiliando { }, pra aa [], pra que a gente possa vou ter um resguardo maior.

FE 5 - Olha { }, essa Educação Infantil, ela é muito importante { }! Porque, ela, **ela ensina. { } Ela nos ajuda na educação [], com a criança { }! Porque, é ééé, é a socialização, [] esse, esse cuidado né?** É { } [] essa aaa [], parceria que tem, que a criança tem, uma com a outra [], e, isso oo, ele é muito importante { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Das 6 famílias que participaram da entrevista, 2 acreditam que as formas de aprender das crianças com homens e mulheres na Educação Infantil são diferentes. Suas justificativas são pautadas nos discursos sexistas que colocam os homens como objetivos, incisivos, precisos para lidar com as crianças, como se essas características não fossem tanto do gênero masculino, como do feminino. Outrossim, 4 famílias acreditam não ter essa diferença por acreditar que são estudados e entendem de educação de crianças. É possível perceber nas falas das famílias o discurso da maternagem, uma vez que os pais tentam aproximar o trabalho das mulheres com os das mães:

FE 1 - Acredito sim! É uma questão, acredito que cultural mesmo! **Os homens são mais incisivos. Mais precisos e mais, [] éhh objetivos. E acredito que isso faz a diferença até no aprendizado da criança.**

FE 5 - Não { } Eu não acho que, que seja diferente { } não (enfática)! **Pode ser { } que alguma brincadeira { } [], às vezes eles podem [], colocar diferente { }! Mas em relação a Educação, eu { }, acredito que seja igual { }, sim { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Quando as famílias afirmam que as mulheres têm mais jeito com crianças e que os homens às vezes são mais incisivos e objetivos no aprendizado das mesmas, descortinam um repertório de crenças, saberes e valores socialmente construídos. A ideia de que às vezes os homens garantem a disciplina das crianças pode estar sustentada numa visão adultocêntrica que afirma uma educação pautada no disciplinamento e em visões sexistas do que é fazer de homem e mulher, sendo o homem quem garante a disciplina e a mulher com delicadeza e doçura e paciência educa as crianças. Para Sousa (2015, p. 132):

essas representações cristalizadas acerca do ser homem e do ser mulher e seus supostos atributos naturais escondem que a inibição masculina como a habilidade feminina no que concernem a aproximações corporais entre docentes e crianças são social e historicamente construídas. São vistas como naturais, no entanto, se formam no âmago das práticas sociais em que se inserem esses sujeitos tomando (pré) conceitos como sendo verdades absolutas.

A despeito dos medos e inquietações relatados, as famílias entrevistadas ainda afirmam que, depois de terem conhecido e convivido com os profissionais que cuidam e educam suas

crianças, os indicariam para outras famílias. Segundo elas, os profissionais são sempre respeitosos, mesmo diante das situações de desconfiança em relação ao trabalho deles. Estão sempre solícitos em atendê-las quando as mesmas procuram a instituição:

FE 1 - Muito boa! Eu consegui acesso aos diálogos, aos *feedbacks*, dava sugestões, consegui os retornos, **acompanhava de perto. Eu tenho só a agradecer pela parceria.**

FE 3 - Muito de diálogo. Sempre deu bom dia na porta da sala { }. Sempre no, é éé? no, é no, é no, é nos acolheu muito bem. Sempre olho no olho. ééé? Sempre citou { } coisas específicas da XXX { }. Então era assim algo que [], a gente percebia que ele tinha esse olhar atento a ela { }. - (Reproduz fala do professor). - Olha! Hoje ela pediu isso. Hoje ela conseguiu falar sobre [], é a comida. Porque a minha filha come muito bem { }! É conhecida como é a Magali do CMEI. Então ele citava: (Reproduz fala do professor) – Nossa XXX! Mas ela comeu isso, ela comeu aquilo { }! Hoje ela pintou { }! Ela gosta muito é de, ééé?, é de?, é de tinta { }. Brinca com ela [], em casa com tinta por ela ama { } tinta aqui! - **Então era de muito (ênfase) diálogo! Ele sempre assim [], tinha todos os dias o hábito de falar com a gente { }.**

FE 4 - Nossa { }! Sim { }! **Porque a experiência que eu tive foi [], muito boa { } [], e ee? [], só tenho [], elogios [], para dar { }!**

FE 5 - Muito boa { }! Eu uu? sempre { } estava conversando geralmente com o profissional { }. Ele sempre { } estava relatando que es, o que havia passado { } []. Então [], **eu só tenho { } elogios em relação ao profissional que atendeu a minha filha quando ela estudou nessa instituição { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Outra questão que merece destaque nestas análises é o vínculo construído entre as crianças e profissionais. Para as famílias, o que facilita essa construção são as devolutivas que as crianças dão na convivência com os profissionais. De acordo com elas, isso ajuda a desconstruir essa ideia que as famílias têm de que homem não pode ser profissional da Educação Infantil:

FE 2 - Então! Ééé, meu filho por exemplo ele tem, ele **conta as brincadeiras, ele conta que jogou bola, ele conta [], que jogou poder com o professor sobre cair.** Essas brincadeiras assim que [], estimula a imaginação! Ééé [], por exemplo: **ele conta como é o momento do banho []. Ele já tem três anos. Ele conta quem levou pro banho []. Como foi o banho []. Em nenhum momento ele relatou abuso. E não me deixa preocupada por ser homem que está áá, cuidando.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

4.2 O HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR DA GESTÃO:

*UM OUTSIDER*⁴¹.

A gestão pensada para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, deve se constituir por duas importantes dimensões: a dimensão pedagógica e a administrativa. Ambas sustentam a educação e o cuidado das crianças e ajudam na construção dos tempos, espaços e relações nas instituições (BRASIL, 2009a). Sendo assim, todas as decisões administrativas e pedagógicas devem dialogar com as propostas pedagógicas para refletir e planejar as garantias, as condições de participação e desenvolvimento da autonomia das crianças, bem como a participação efetiva das famílias numa perspectiva de construção de um ambiente inclusivo e acolhedor. Organizadas *com e para* as crianças, as instituições devem observar os tempos, espaços e ofertas de materiais essenciais para o bem-estar e construção de vínculos entre adultos e crianças.

Partir dessa premissa implica pensar a gestão na Educação Infantil como uma construção ética, democrática, participativa e inclusiva. É preciso reafirmar que o trabalho pautado na perspectiva das tomadas de decisões do coletivo, onde professores, professoras, auxiliares homens ou mulheres, corpo técnico administrativo e, sobretudo, as crianças com suas famílias, tenham vez e voz nesses espaços. Quando se fala em ter voz não significa somente no sentido de legitimar uma decisão verticalizada, porque estaríamos falando de uma pseudogestão. Implica considerar o processo concebido, vivido e percebido no cotidiano das intuições e que fazem com que as proposições construam uma Proposta Pedagógica com *todos e para todos*. Segundo Libâneo (2001, p. 98):

A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomadas dentro de uma real diferenciação de funções e saberes.

Para entender a complexidade desse objeto e quais são os desafios que a gestão enfrenta e precisa enfrentar nos cotidianos das instituições e garantir que homens e mulheres sejam reconhecidos como profissionais e atuem na Educação Infantil, é que surgiu a necessidade de

⁴¹ O termo *outsider* é comumente usado para referir-se a um estrangeiro que não se reconhece ou é reconhecido. Um sentimento de não lugar que transita entre “ser e não ser”. Foi usado para chamar a atenção sobre a atuação dos homens profissionais de Educação Infantil, que ao aproximarem das instituições para trabalhar com crianças, se veem fora do lugar, um sujeito deslocado, estranho, sem identidade. Ao receberem as proposições submetidas pela gestão, percebem que as mesmas os limitam de realizar as ações inerentes às suas funções, veem o lugar da Educação Infantil como o não lugar para homens.

entrevistar os gestores das instituições. Esta, de tempos em tempos, se deparam com dilemas sobre o trabalho do homem na Educação Infantil e precisa ouvir as partes envolvidas, constituir um diálogo respeitoso, colocando-se no lugar dos profissionais e famílias para reafirmar que todos devem estar a serviço das crianças independente do Gênero, etnia, credo e condição social.

Nessa perspectiva, é necessário entender que:

A verdadeira escuta exige a suspensão de julgamentos e preconceitos. A relação entre paz e preconceito concerne a habilidade ou a incapacidade de sermos bons ouvintes. É aqui que a educação para a paz começa. Existe uma conexão com a pedagogia da escuta. A paz é uma forma de pensar, de aprender e de escutar os outros, uma forma de observar as diferenças como um elemento de conexão, e não de separação. A paz é uma forma de lembrar que o meu ponto de vista não é o melhor e que eu preciso escutar e compreender os pontos de vistas dos outros (RINALDI, 2016, p. 237).

A fala da autora elucida a importância de ouvir o outro e respeitar seu posicionamento. É assim que se constrói uma instituição que tem a coragem de compartilhar, de concordar e de discordar, uma vez que escutar abre a oportunidade para o desenvolvimento profissional e humano. As entrevistas⁴² foram realizadas com 6 gestores lotados nas Redes Municipais de Aparecida de Goiânia e Goiânia⁴³. Dos entrevistados, 01 (um) é homem.

Quando perguntados sobre o argumento do Projeto de lei 1174/2019 de que os cuidados com as meninas deveriam ser redobrados e se justificaria em função da reivindicação das mães, as(os) diretoras(es) acreditam que não atendem às famílias, mas tranquiliza um pouco. Outro dado que aparece é que as famílias estão mais preocupadas com as crianças novatas, principalmente as meninas. Todavia, quando a(o) gestora(or) dialoga com os pais, mostrando de que lugar se dá o trabalho do profissional, os pais vão convivendo, conhecendo esses homens e as preocupações passam. Quando a(o) gestora(o) afirma o número de famílias que vivenciam essas experiências, fica evidente as situações de que a mãe, ou até alguém da família, já se preocupou, em um primeiro momento, em deixar sua filha aos cuidados dos homens, conforme nas respostas:

GE 3 - Sim { }! Eu preciso oo [], ser bem honesta { }, nessa pergunta, diante da função que eu estou exercendo { } [], enquanto diretora { } [], educacional { }, de uma creche, que atende crianças, de 6 meses a 5 anos [], quando se trata de meninas { }, o número de famílias [], que vivenciam { } [], experiências, né? { }. Quando é um professor homem { } [], que vai estar no ano letivo dessa, dessa menina { } [], é o preconceito é maior { }, né? { }. Mas nós estamos todos [], todos bem preparados para acolher { } [], para escutar { } [], para abrir as portas da instituição { } [], orientar os profissionais { }, crianças e familiares { }, das habilidades, desenvolvidas, pelos profissionais deste lugar { }!

⁴² Para os diretores será usada as siglas GE.

⁴³ Alguns profissionais participantes desta pesquisa trabalham na Rede Estadual de Ensino.

GE 5 - É éé?, eu acredito que para, família { }, às vezes [], vai trazer alguma alento, né? { } []! É ééééé? [], aqui, às vezes aconteceu de eee? [], quando oo, a família é novata, na instituição { }, **que não conhece o professor, por exemplo { } []! Ele já chego [...]** [], **já chegaram na coordenadora e falaram { }:** - Eu não quero [], aquela [...], aquele homem { }, encostando nas [...], nas minhas crianças { } []! Mas aí, conforme a gente vai passando { }, a gente [], faz, reuniões { }, vai orientando { }, vai mostrando o trabalho, também { }, né? { }! **Diariamente { } []! A aaaa?, eu acho que isso dissipa { }, né? { }!** Não tem [], tanto { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Das(os) 6 (seis) gestoras(es) participantes da pesquisa, somente 01(um/a) afirmou nunca ter trabalhado com homens na Educação Infantil. Entretanto, os(as) demais que afirmaram ter trabalhado com homens disseram que eles ocupavam funções administrativas, tais como: limpeza, faxina, auxiliar de secretaria. Todas(os) afirmaram que era a primeira vez que vivenciavam a situação de terem homens trabalhando diretamente com e para as crianças. Demarcaram que isso se deu devido aos últimos concursos realizados nas duas Redes municipais de Educação, nos quais foi aprovado um número considerável de homens para os cargos de auxiliares de atividades educativas e professor pedagogo.

Em se tratando dos desafios enfrentados pelas(os) gestoras(es), os 6 afirmaram que o maior desafio foi tranquilizar as famílias que procuravam a equipe gestora para saber do banho e da higienização das crianças e se esses profissionais iriam realizar as trocas de roupas das crianças. Outra tensão narrada pelas(os) gestoras(es) foi em relação à resistência das próprias colegas de trabalho que também procuravam a gestão em particular para demonstrar seus descontentamentos e com proposições de atividades que eles iriam realizar. Com base na fala das(os) diretoras(es) de CMEI é possível constatar que não há somente resistência das famílias, mas, também, de colegas que afirmam ficar sobrecarregadas, principalmente quando se encarregam sozinhas do trabalho da higiene e alimentação das crianças. Da mesma forma, trazem relatos sobre seus esposos, que não permitem que elas trabalhem com homens no CMEI. De modo geral, muitas professoras apresentaram uma resistência velada ao saber que os profissionais eram homossexuais. O excerto abaixo, retirado do questionário *online*, traz a narrativa de professores e auxiliares homens de atividades educativas que comprovam os desafios enfrentados por gestores diante das tensões que ocorrem entre os profissionais homens e suas colegas de trabalho. Essas narrativas corroboram com as perspectivas apontadas por gestores e pelos próprios profissionais:

Sim... no início, alguns pais resistiam em ter um homem na sala de seus filhos. Com o tempo, estes mesmos se tornavam meus grandes parceiros para o desenvolvimento de minha prática. **Quando iniciei em Goiânia, sofri perseguição da própria coordenadora do cmei onde fui lotado, e também ataques velados por ser homossexual, embora eu mantivesse uma postura profissional no âmbito de trabalho, como eu sempre mantive.**

Tranquilamente, salvo quando uma ou outra colega demonstra sutilmente discriminação, **ao descobrirem sobre minha orientação sexual.**

(Fonte: Dados do Pesquisador – Questionário *online*).

A fala acima vai ao encontro daquilo que a gestão enumera como desafios de incluí-los no trabalho, no coletivo e na relação com as famílias. Tal afirmação foi retratada na seguinte resposta do(a) gestor(a):

GE 3 - É ééé?, O preconceito { } [], das famílias [], de colegas de trabalho [], no início { }! Né? { } a gente precisa aa? [], é éé?, confessar que [], que, diante do grupo { }, alguns colegas tinha até um determinado posicionamento { } [], e(eee?), em momentos particulares comigo, já { } [], é éé?, verbalizavam preconceito [], sugeriam [], algumas [] discriminações de atividades [], né? { }. E nós { } [], ééé?, combatemos tudo isso através do estudo { }, da ação { }, da reflexão { }, e do trabalho { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Quando se trata da lotação dos profissionais homens por agrupamento, algumas(ns) diretoras(es) afirmam que acontece o rodízio, ou seja, todos os anos os profissionais trabalham em agrupamentos diferentes. Para tanto, a maioria afirma que a lotação acontece de acordo com o perfil do profissional. Eles são avaliados durante todo o ano letivo no seu trabalho com as crianças. Munida dessa avaliação, a gestão organiza a lotação:

GE 3 - Avaliação das atividades desenvolvidas { } (), perfil e auto avaliação de cada profissional { } (), né? { }. Então por estar na, ne gestão { } a 7 anos (), as coordenadoras pedagógicas acompanhando o trabalho desenvolvido [], esse momento de lotação não só com os profissionais homens { }, mas com todos os profissionais aqui { } (), se dá por meio do perfil, da auto avaliação (), do trabalho desenvolvido { }(!) Da profissionalidade { }, tenho (), diploma sim, { } (!) Para trabalhar de 6 meses a 6 anos { } (), né { } [], mas a minhas habilidades, a minha profissionalidade { } (), é ne tal agrupamento { }! Então as lotações, por agrupamento, se dá por meio do perfil, diálogo, e autoavaliação do profissional, e da equipe diretiva { }!

GE 4 - Aqui, aqui na, na instituição, a gente trata assim (enfática) (pausa)! Um professor que atua [], um ano na turma de agrupamento maior { } [], no outro ano ele vai para o agrupamento menor { } []! Existe esse rodízio { } [], para que todos os profissionais, tenham a oportunidade de trabalhar com a especificidade[...] [], com a especificidade [...] [], especificidade de cada agrupamento { } []! **Então eles já esperam, no outro ano { }, a trabalhar com aquele, o agrupamento menor(rr) [], ou agrupamento maior { }[]! E isso tanto para o professor { } [], quanto para as professoras { } [], e isso é natural { } [] para todos { }!**

GE 5 - Ele no caso { } [], foi ele mesmo, que quis { } [], trabalhar no agrupamento 5 { } []! **E eeee? [], todo final de ano, a gente faz a, a lotação das crianças { }, e aí, é conforme, a aaaaa? [], como é que fala? { } []. O perfil [], né? { } []! E ele prefere ficar no agrupamento 5 { } []! Então { }, não é, uma imposição nossa não { } (!) E sim dele mesmo { } [], de perfil { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Sobre as respostas acima, é importante ressaltar os mecanismos de “avaliação” e “seleção” que são empregados para a lotação dos profissionais nos agrupamentos. Este procedimento, apesar de não ser uma norma das Redes, tem funcionado como justificativa para a decisão da gestão na lotação de agrupamentos de maior idade. Este dado pôde ser comprovado quando, ao serem perguntadas(os) sobre a lotação dos profissionais homens, muitas(os) diretoras(es) davam pausas, muitas vezes até longas demais para dar as respostas.

O posicionamento da(o) gestor(a) GE5 é ilustrativo do movimento de incômodo ao falar da lotação de um profissional homem no agrupamento das crianças de 5 anos. Buscava justificar que a modulação tinha sido uma escolha do profissional e não da gestão. Todavia, se contradizia quando antes usou a justificativa do perfil profissional para tomar a decisão. Ao confrontar os dados da entrevista com o questionário de pesquisa, percebe-se que a palavra “perfil” aparece com muita recorrência, quando se trata da lotação, o que configura a falta de autonomia do profissional homem em poder escolher em qual agrupamento deseja trabalhar, já que quem decide é a gestão. Em sua maioria, os profissionais homens são lotados nos agrupamentos da pré-escola. Ao responderem o questionário *online*, os profissionais assim se manifestaram sobre o tema:

Não, quando cheguei (maio de 2017) fui para o F⁴⁴, no final de 2018 o F foi extinto e contra minha vontade, pois queria continuar com os maiores (no caso o agrupamento E) fui pra o B (que agora tinha dois agrupamentos B1 e B2). **Ao final de 2019 o B2 que eu estava passa a ser C2, e lá vou eu, mas dessa vez eu nem questioneei, pois, a equipe diretiva foi bem enfática na minha primeira investida.**

Não, **preferem evitar de me modular em agrupamento que exija maior contato com as crianças e seus corpos** (exemplo: trocar a fralda de criança). E eu não acho ruim.

(Fonte: Dados do Pesquisador – Questionário *online*).

Ao confrontar as falas dos diretores na entrevista com as respostas dos profissionais no questionário de pesquisa *online*, percebe-se que não há autonomia para os profissionais homens escolherem os agrupamentos que gostariam de atuar. Mesmo aparecendo nas falas dos gestores os critérios tais como: perfil, diálogo, autoavaliação, profissionalidade, a última palavra é da gestão, que muitas vezes tomam decisões enfáticas, mesmo quando o profissional dialoga e demonstra interesse por um agrupamento em específico.

⁴⁴ Na Rede Municipal de Goiânia, as nomenclaturas usadas para os agrupamentos são letras e não números. Agrupamento A são as crianças de 6 meses a 11 meses, B crianças de 1 ano a 1 ano e 11 meses, C crianças de 2 anos a 2 anos e 11 meses, D crianças de 3 anos a 3 anos e 11 meses, E crianças de 4 anos a 4 anos e 11 meses e o F crianças de 5 anos a 5 anos e 11 meses.

Segundo as(os) gestoras(es), elas(es) também não foram informadas(os) pela secretaria sobre a chegada de profissionais homens para trabalhar na instituição. Relatam que os homens foram chegando com o memorando da secretaria para serem lotados na instituição. Para lidar com a situação, a estratégia da gestão foi comunicar às famílias a chegada dos profissionais por meio de reunião. Mandaram bilhetes para as famílias convocando-as. Essas compareceram e foram informadas sobre a chegada dos profissionais novos concursados. Outras(os) gestoras(es) disseram que receberam os profissionais no início do ano e já na primeira reunião com as famílias os apresentaram. Observa-se que a estratégia criada pela gestão também contrasta com a condução ética e profissional. Chamar a família para apresentar e comunicar a presença dos homens na instituição não é um procedimento institucionalizado nas Redes. Se por um lado essa ação nos parece importante do ponto de vista pedagógico, por outro, estranha-nos o fato de que isso não ocorre em relação à chegada das mulheres nas Redes:

GE 4 - Bem { } [], é ééé? { } [], as família [], [...] quando o professor chegou { } [], a gente não sabia que ele ia chegar { } []! **Não tem um { } [] [...], não tem uma comunicação da secretaria { } []: - A aa!, vai chegar um profissional homem { } []! - Chegou o professor, e se apresentou { } []: - Eu sou professor com o memorando na mão { } []! - Então no outro dia ele já [], foi para atuar na sala { } { }, e [], na porta { } [], de cada { } [], um, cada família, a gente foi explicando { } []: - Olha esse é o professor { } { }! Ele vai ficar com [...], com esse agrupamento agora { } []! - Isso não se deve ao fato porque ele era, um [], é um professor homem { } []! Mas com todos as, os profissionais, que chegam, novos, a gente tem esse costume, de apresentar para as famílias { } []! É direito delas e é, é [], importante { } [], né? { } [], elas saberem quem, quem são os profissionais que estão ali { } []! Vão, ficarão com suas, com suas crianças { } [], o dia inteiro { } [], né? { } [], a tarde inteira { } []! Então [], a aaa? reação das famílias, muitas ficaram surpresas { } []! A gente percebia que o olhar delas era { } []: - A aah!, um professor homem { } []! - Era a primeira fala { } []! Mas uma família em especial, ela disse algo [], que marcou { } []! Ela disse assim { } []: - Nossa que bom { } []! Assim a minha fam[...], criança vai aprender desde cedo que, todas as profissões são para todos os gêneros { } [], né? { } []! - E isso o { } [], achei lindo { } ()! E era um agrupamento de 2 anos { } []! O primeiro { } [], agrupamento que eee? [], o professor [], foi aqui na instituição foi o agrupamento 2 anos { } []!**

GE 2 - **É o primeiro professor que chegou, aí chegou o professor { } []! Éééé [], no início do ano a gente fez, apresentação dos professores em geral { } [], depois [], apresentou o professor { } []! Éééé,** inicialmente foram três famílias que eee, chegaram depois no particular, para “dizer mesmo das angústias e das aflições, aquele relato { } []: - ah, vai ficar no agrupamento dos grandes. Não vai ficar no agrupamento dos pequenos. – E aí a gente pontuou { } [], que [], o professor é da instituição { } []! Hora lotado no agrupamento, mas tendo a necessidade de outro agrupamento ele vai { } []! Sem problema algum { } []! Assim como os, os auxiliares que foram chegando { } []! Às vezes eles estão no agrupamento de crianças da pré-escola { } [], mas teve a necessidade de, de ir pra, para creche, eles vão { } []! Normalmente { } []! Como se fosse [], um auxiliar mulher { } []! Isso não oo, não perpassa { } []! Preciso { } [], o auxiliar vai { } []! Então a gente deixou isso muito claro, para família { } []! Que { } [], aaaa?, o senhor está aqui para servir { } [], para atender as crianças independente daaa, da faixa etária.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

As(os) diretoras(es) relataram ainda que, ao serem comunicados, muitos pais e mães fizeram cara de espanto, estranhamento, o que para os gestores era normal, já que não era comum homens trabalhando no CMEI. Foi perguntado às(aos) gestoras(es) se as profissionais que trabalham na instituição apresentaram resistência em trabalhar com os homens. Elas(es) relataram que houve muita resistência no início, visto que era novo a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil. Com o passar do tempo, convivendo e construindo parcerias no trabalho junto às crianças, essas resistências foram desaparecendo:

G3 - É ééé? O preconceito { } [], das famílias [], de colegas de trabalho [], no início { }! Né? { } a gente precisa aa? [], é éé? Confessar que [], que, diante do grupo { }, alguns colegas tinha até um determinado posicionamento { } [], e eee? Em momentos particulares comigo, já { } [], é éé? Verbalizavam preconceito [], sugeriam [], algumas [] discriminações de atividades { } [], né? { }. E nós { } [], ééé? Combatemos tudo isso através do estudo { }, da ação { }, da reflexão { }, e do trabalho { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Um dado que apareceu com muita recorrência, tanto nas entrevistas dos pais, quanto das(os) diretoras(es), foi a questão do banho. Segundo as(os) gestoras(es), a maior preocupação das famílias é as crianças serem acompanhadas no banho pelos profissionais homens, principalmente as meninas, motivo que faz muitos pais e mães procurarem a gestão quando se deparam com um homem no agrupamento de suas crianças. Para tanto, quando a gestão dialoga e afirma que os homens não vão dar banho, ou vai dar banho somente nos meninos, acalmam-se os ânimos:

GE 4 - Tivemos sim { } []! Todos os anos, a gente já se prepara, para essa [], pra essa fala { } [], para esses questionamentos { } []! Sempre há { } [], né? { }, [...], no primeiro ano sim { } [], essa, essa, essa, preocupação { } [], mas foi tudo muito tranquilo []! A gente tentou levar, e sem falar para os [...] profissionais { } [], para o grupo { }, da equipe diretiva { } [], vamos levar isso da maneira { }, mais tranquila possível { } []! Porque a aa, comunidade { }, eu , até certo ponto a gente também tá { } [], preocupada { }, tá angustiada { }, tá em dúvida { } [], da colocação de servidor { } []! Então a gente { }, sempre reagiu com muita tranquilidade { } []! É, é [], foi explicando, para as famílias, qual era a situação (enfática) (pausa): - **Que ele tinha direito { } []! O servidor [], ele [], passou no concurso [], é ééé? legal { } []! Tanto quanto uma professora passou { } []! E as famílias { } [], vamos, vamos, acompanhar [], a gente tá aqui { } []! - E as famílias foram acreditando né? { } []. Então { } [], tem dado certo por isso { } []! Todos os anos tem { }, isso é normal { }, a gente [], prepara, porque { } [], é ééé? [...] as principais indagações, eram assim { } []: - **Um professor homem { } (), mas ele não vai mexer com a minha filha não { } ()? Um professor homem, mas (), ele não vai dar banho na minha criança não, né? { }? Hein, mas [], ele vê minha filha nua { } []? – então, essas são as principais indagações { } []!****

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

No que se refere às ações educativa e pedagógica, foi perguntado às gestoras(es) se havia divisão de tarefas na instituição. As respostas foram bem divididas. Algumas(ns) gestoras(es)

relataram que essa organização fica entre os profissionais e a coordenação; outros(as) disseram que a gestão organiza a divisão de acordo com a função de cada um; há os(as) que afirmaram que não há divisão; e há também aqueles(as) que dividiram tarefas para não entrar em conflito com a comunidade que não aceitava que os homens realizassem algumas tarefas, como banho e troca de roupas. As respostas dos(as) gestores descortinam como se dá essa organização:

GE 3 - Não { }! Não existe { } []! Somente de funções diferenciadas { }!

GE 4 - Aqui a gente eee, é ééé? no início a gente tentou fazer, como estava no agrupamento de 2 anos que é o menor { } [], a troca de fraldas { } []! **Ele [], tranquilamente participava desse momento, de troca de fraldas { }, de limpeza { } [], até do banho { }, quando se tratar de uma criança, que às vezes, é éé? [], se tu já tá muito, né? { }! Mas { } [...], aos poucos a gente foi percebendo, que o número de ee?, de reclamações da família de { } [], de eee?, resistência nisso { } [], foi crescendo { } []! [...]. É sempre uma indagação da família { }!** E aí para evitar certas, situações que, que advém { } [], que podem surgir { } [], a gente dividiu sim o trabalho { } []! E hoje o professor, ele [], recebe a criança { }, troca a roupa dela { } [], né? { } [], ele participa da troca, mas não do banho { } []! Os auxiliares e fica com banho { } [], e ele faz a troca de roupa { } []! Mas, há momentos que [], se for necessário ele faz { }! Não é uma coisa que ele é, é um impeditivo { } [], ele jamais pode fazer { } []! Mas como a gente já sabe que a nossa comunidade tem { } esse tipo de [], olhar { } [], para evitar uma futura [], situação { } [], a gente prefere deixar dessa forma { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

A fala do Gestor 4 demonstra a falta de diálogo com as famílias sobre o profissional e sua função que está a serviço das crianças, cuidando e educando numa perspectiva ética. Prefere cumprir as determinações que as famílias impõem para não se indispor com a comunidade, limitando o que é inerente ao fazer do profissional. As(os) gestoras(es) também falaram que a relação das crianças com os profissionais é muito tranquila. Segundo as(os) gestoras(es) as crianças gostam da presença dos homens na Educação Infantil e tecem elogios ao trabalho por eles realizado:

GE 4 - Excelente { } ()! **As crianças, elas até disputam estar com esse professor { } []! Então eles [], eles, amam estar com eles { } [], amam cantar com eles { } [], ama estar no colo do Tio XXX { } (), ele, elas [], amam estar com ele { } [], ouvi-lo { }, cantar com ele { }, participar { }! Então [], é ééé, é muito ooo, natural { } []! Muito tranquilo { } []! Quando ele chega é o professor, para ela não há resistente a alguma { }, não há diferença alguma { } [], há pelo contrário { } []! Aqui a gente percebe que é um orr, um certo orgulho { } []! Certa vontade, de estar com o professor { } []! Professor homem { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Para os(as) gestores(as), o banho, a troca de fraldas e as idas ao banheiro são as maiores preocupações das famílias. Retoma-se, aqui, a justificativa pelo medo de algum tipo de abuso, sendo o estupro de vulnerável o que é mais recorrente para a maioria das(os) entrevistadas(as). Nas respostas das(os) diretoras(es) podem-se confirmar tais percepções:

GE 4 - É é, os maiores questionamentos são, realmente éé, é relacionados a higiene { } []! Nenhum pai que eu atendi até hoje { } [], nos procurou para perguntar [], do pedagógico { } ()! Se ele fazia o trabalho pedagógico bom { }! Se ele fazia projetos de trabalho { }! Se ele ouvia a criança { }! Não { } []! A principal preocupação { } [], foi sempre { } [], se ele [], vai dar o banho { } []? Se ele vai ao banheiro { } []? Se [...] ele não vai mexer com a criança { }? - A palavra é essa { } []! Né? { }! Então as indagações, elas giram em torno disso { } []! Mas de maneira nenhuma há uma preocupação [], com o pedagógico { }! O que é muito [], [...] o que é lamentável, né? { } []! Porque aqui [], nós não estamos só pra [], pra cuidar { } []! Nossa principal { } [], função aqui { } [], é educar { } [], cuidando { }!

GE 5 - Bom { }, éé, esse ano, teve uma mãe que(ee) ela perguntou { } [], é éé, () - Na hora que vai no banheiro { } [], quem é que, que limpa ele? É éé, e o banho? { } [] - eu falei assim: - olha, { } - aí a gente (), expõe { } [], - A gente trabalha a autonomia da criança { }, o professor está lá só para orientar { } ele não coloca a mão na sua criança { } []! - E tanto é { } [], que não é só o professor, homem [], mas a professora também { } []! Lá nos 5 anos { } [], a partir dos 3 anos, a criança aqui a gente orienta { } []: - Oh { } []! Quem é que vai(i) [], banhar { }, né? { } [], é ela mesma { } []! - Então ela está [], está trabalhando a autonomia [], da criança { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Outra situação que foi percebida na entrevista com as gestoras(es) é a ausência de preocupação das famílias em relação às mulheres. Para os(as) entrevistadas(os) a higiene, trocas de roupas e fraldas, quando essas são realizadas pelas mulheres, evidenciam uma crença disseminada de um homem ativo, sexuado, que deve manter distância dos corpos das crianças. No entanto, concebem as mulheres como assexuadas, puras, profissionais ideias para a realização desse tipo de atividade:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. Dado que, historicamente, e como uma continuação da maternidade, os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p. 16).

Nota-se, a partir dos dados que a mídia continua a construir um imaginário desconstrutivo em relação à figura do homem e a questão da violência infantil. Se por lado as denúncias são fundamentais para proteção das crianças, por outro, a cultura constituída em torno de uma “masculinidade perversa” tem se propagado e discriminado a figura do homem em muitos espaços sociais. Informações como essas são importantes para as famílias que precisam deixar seus filhos em instituições educacionais enquanto trabalham. Por outro lado, os profissionais comprometidos com o serviço público, e, sobretudo, com o trabalho junto às crianças, levam esse fardo. Fardo pesado que, muitas vezes, o faz desistir dessa tão importante primeira etapa de Educação Básica. Os argumentos dos entrevistados apresentam essa problemática:

G 5 - É éééé [], eu acho que eles ficam preocupado ooo [], [...] a preocupação maior deles é { }, é éé, [], **questão mesmo é de eee,{ } [], de abuso mesmo { }, né? { } []! É ééé [], quando eles vem [], e eee [], pega aaa [], confiança, no profissional { } [], eu acho que acaba até (), [...] essa desconfiança deles acaba { }!**

(Fonte: Dados do autor. Excertos das Entrevista).

Foi perguntado às(aos) gestoras(es) o que elas(es) têm realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias. Segundo as(os) respondentes: têm promovido reuniões para que as famílias tenham contato com os profissionais da instituição; devolutivas do portfólio onde os profissionais dialogam com as famílias sobre o percurso dos projetos de trabalho e auxiliam na escolha das atividades que comporão a documentação pedagógica; festas culturais como forma de aproximar a comunidade da instituição:

GE 5- O que a gente faz, **é sempre essas reuniões, né? { } [], para esclarecer { } []!** **A gente chama famílias, quando a gente percebe que [], que é uma família que está [], é éé [], demonstrando alguma insegurança [], independente se é da questão { } [], de gênero [], [...] de gênero ou não**

[], a gente eee [], chama família em particular { } [], conversa com ela no [], [...] na questão de entender o que, que ela está querendo dizer com aquilo { } []!

E, procura, trazer { } [], essa segurança { } [], essa tranquilidade de dizer que nós estamos com ela { }! Nós estamos [], aqui [], pelas crianças, e por elas a gente vai fazer [], o oo, o melhor { } []! Tanto, quanto, [...] para aa [], sendo professor { } [], ou professora { } [], [...] () nós nos propomos há [], estar aqui e entende-las e { }, caminhar juntas { } []! Porque é por ela que nós estamos aqui { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

O que fica evidente nesta pesquisa é que, mesmo as instituições promovendo encontros, construindo diálogos junto às famílias sobre o trabalho e educação para a primeira infância, as questões que mais causam tensões, preocupação e medo não tem sido problematizadas com a comunidade, mas somente com aqueles que, incomodados, procuram a instituição para tratar desse assunto. Portanto, para além dos encontros, das reuniões, é preciso discutir as questões de gênero que permeiam o trabalho na instituição, e demarcar a questão da profissionalidade dos homens na Educação Infantil.

4.2.1 O que Dizem os Homens que Atuam na Educação Infantil? Discriminação e Preconceito

Se tomarmos o percurso histórico da Educação Infantil na RME de Aparecida de Goiânia e Goiânia, observam-se intensos estudos sobre as crianças e seus cotidianos no sentido de consolidar uma prática educativa cujo foco seja o processo educativo e a criança. Para tanto, há muito que se pensar quem é essa criança, quem são os adultos que cuidam e educam e como está sendo garantido o direito dessa criança viver plenamente a sua infância. Todavia, muitos elementos ainda se constituem como um desafio nessa etapa para os municípios pesquisados.

Conforme Malaguzzi (2016), atuar na Educação Infantil requer que façamos o exercício de conhecer as crianças e sermos conhecidos por elas, por isso que a escuta precisa ser um dos elementos primordiais nesse processo. Para Rinaldi (2014), o ato de ouvir as crianças deve ser numa perspectiva de escutas plurais onde professores e professoras, os auxiliares e as auxiliares compreendam quais são as necessidades das crianças, colocando-se no lugar delas e buscando ser para os pequenos o professor ou o auxiliar de atividades educativas que gostariam de ter se fossem crianças. Dessa forma, Bueno (2018) afirma que é necessário que o professor faça uma reflexão, se ele será capaz de se entregar com afeto à profissão e se será capaz de afetar o outro de forma a transformar sua vida, sobretudo quando esse outro é uma criança.

A qualidade do atendimento ofertado por homens e mulheres deve garantir que as crianças se sintam emocionalmente bem no espaço e na relação com os outros, adultos e crianças. Compreender as especificidades do trabalho nessa primeira etapa de Educação Básica é de suma importância para um atendimento de qualidade social para todas as crianças, tendo como eixos estruturantes do currículo, que são as interações e brincadeiras. Dessa forma, é preciso compreender que:

Além das interações entre adultos e crianças, as interações que as crianças estabelecem entre si oferecem ricas oportunidades de aprendizagem por causa da proximidade (mas não da igualdade) de competência entre crianças de idades próximas e pela possibilidade de cada uma delas identificar-se com os parceiros: outros bebês ou crianças um pouco menores (OLIVEIRA, 2014, p. 93).

A consideração das crianças como sujeitos históricos e de direitos implica a garantia de direitos essenciais como o de provisão, proteção e participação e a compreensão de que estes sujeitos são produtos e produtoras de cultura. Toda essa discussão deve ser o foco do trabalho na Educação Infantil e não o viés da orientação sexual e do gênero que deverá atuar com as crianças.

Professores e auxiliares de atividades educativas que decidem estar com as crianças precisam entender que os pequenos são sujeitos ativos, que pensam, imaginam, questionam, levantam hipóteses para descobrir o mundo, têm sentimentos próprios, e que os adultos não podem enxergá-las como um ser sem vez e voz. Entretanto, despir dos padrões adultocêntricos é perceber que as crianças devem ser respeitadas em seus modos e atitudes. Elas precisam viver os tempos da vida sem exigências de torná-las um adulto em miniatura, sendo que:

A um adulto ninguém diz 'dê o fora', mas a criança ouve isto tantas vezes. É sempre assim: o adulto está muito ocupado, a criança está zanzando à toa; o adulto tem senso de humor, a criança faz palhaçadas; o adulto sofre, a criança choraminga ou berra; o adulto tem movimentos rápidos, a criança é agitada; o adulto está triste, a criança está de cara feia; o adulto é distraído, a criança vive no mundo da lua. O adulto ficou mergulhado em seus pensamentos, a criança está abobalhada. O adulto faz uma coisa

pausadamente, a criança se arrasta. É uma linguagem que pretende ser engraçada, mas resulta indelicada (KORCZAK, 1981, p. 95).

Buscou-se, nesta pesquisa, ouvir as narrativas da profissionalidade desses sujeitos trabalhadores⁴⁵, a partir daquilo que expressa os desafios enfrentados por eles no cotidiano das instituições. As falas sinalizam para uma profissionalidade construída muito além das universidades, ou seja, da formação inicial, mas no cotidiano do trabalho com as crianças. Sendo assim, ao narrarem sobre os seus trabalhos *com e para* as crianças, buscaram contrapor-se à fixidez do gênero tão fortemente marcado pela presença feminina nesse espaço educativo. O roteiro de entrevista para os professores e auxiliares de atividades educativas também foi estruturado nos seis artigos do projeto de lei 1174 de 2019 proposto no estado de São Paulo e com perguntas que são inerentes à suas funções. Um elemento evidente é que, ao ler a proposta de lei, alguns profissionais demonstravam já ter conhecimento dela e de quem a propôs.

Ao questionar os profissionais se eles conhecem alguma legislação ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei, os mesmos foram unânimes em dizer que não conhecem. Daí o estranhamento em deparar com um projeto que, segundo esses profissionais, é acintoso. Um entrevistado afirmou que desde quando fazia faculdade, pesquisava se havia uma lei que impedia os homens de trabalhar com as crianças, e nunca encontrou nada. Tal procura se deu porque, segundo ele, na própria turma do curso de Pedagogia tinham colegas (mulheres) que afirmavam ser contra a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil, como pode ser visto na resposta do entrevistado:

PE 3 - Não, nenhuma { }. Que eu vi quando estava, estava estudando, e quando estudei na parte que abarca a Educação Infantil, umas das falas muito grandes foi sobre educação sexual { }. E dos meus próprios colegas [], **nós tivemos muitas falas de colegas minhas mulheres falando isso de que [], “Há eu não confio, eu acredito que não existe”. Mas sempre a nossa orientação foi de que, não existe nada que impeça o trabalho do homem na Educação Infantil** { }, mesmo que com esses cuidados { }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Ao perguntar aos entrevistados se as famílias sentiriam mais segurança com a implementação desse Projeto de Lei, os profissionais responderam que ela não atende, visto que o espaço educativo é o menos listado como *locus* de abuso de vulnerável. Relataram ainda que essa lei, por tão excludente que seja, poderia não surtir efeito em um lugar onde o direito à proteção já é garantido às crianças, como é o caso dos CMEIs. E nos outros espaços que as crianças frequentam, tais como a própria casa, a do vizinho, das avós ou parente mais próximos?

⁴⁵ Para os profissionais homens participantes desta pesquisa, tanto professores como auxiliares, será usada a sigla PE (profissionais entrevistados).

Iriam proibir todos os homens de conviverem e mantê-los afastados das crianças ou iriam mantê-las enclausuradas? Como que fica o pai que tem a guarda dos filhos pequenos e precisa alimentá-los e higienizá-los?

Todos os profissionais participantes das entrevistas são unânimes ao afirmar que é necessário combater todo e qualquer tipo de violência contra as crianças em qualquer espaço, sendo que homens e mulheres, ao praticarem tais atos, devem ser punidos e responder judicialmente pelo crime que cometeram. A fala de um entrevistado diante dessa discussão traz outra prática usada nas instituições para garantir a distância do profissional homem da criança como forma de garantir a tranquilidade da família e para que a gestão não precise se indispor:

PE4 - É éééé [], eu acho que [], que isso incomoda um pouco as famílias { } [], né? { }! **Tanto é, quando eu vim atuar na Educação Infantil { } [], né? { }, eu entrei como coordenador { } [], pedagógico { } [], e aí, logo depois eu passei { } [], né? { }, a trabalhar como regente { } []! Eu senti um pouco de insegurança { } [], por alguns pais que vieram até questionar a direção [], dos gestores em [], em relação a isso { } [], mas logo eles foram vendo que eee? [], é éééé? [], o trabalho que eu fazia { } []! Ele foi [], eles foram é éééé? [], observando mais a questão do trabalho { } [], né? { }, e aí tiraram isso de mente { }! Aí assim [], é éééé? [], aí eu passei a ser melhor [], recebido pelos pais { } [], sabe { }? Sentir uma confiança maior [], isso depois que eu comecei a mostrar meu trabalho para eles { } [], ta? { }. Foi dessa forma { }! Eu desconstruir { } [], né? { }, aquele preconceito { } [], né? { }, que eles estiveram inicialmente { }!**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

A fala do pesquisado elucida outra ação que é utilizada nas instituições: colocar os homens pedagogos na coordenação. Assim, eles não ficariam em contato tão direto com as crianças, sendo uma forma de tranquilizar as famílias. Elucida ainda a falta de diálogo com as famílias no sentido de demarcar que naqueles espaços todos são profissionais e estão a serviço das crianças e não com a intencionalidade de ameaçá-las.

Quando foram perguntados sobre o banho, a troca de fraldas e o repouso, se haviam restrições na instituição por eles serem homens, as respostas foram divididas. Alguns disseram que sim, outros não, porém, em suas respostas, foram constatados vários acordos feitos com a gestão no que trata da separação das tarefas como forma de não ter conflitos ou desentendimentos com as famílias, como evidenciam as falas de três profissionais entrevistados:

PE 1 - Na questão do banho sim { }, eu só dou banho nos meninos. Quando as crianças pedem para fazer xixi ou cocô, [] quando é homem eu acompanho, quando é uma menina é a professora que acompanha. [] **Então sim, há essa restrição sim { }.**

PE 2 - Há restrição sim { }, mesmo devido é eee [] essa preocupação das famílias, naquela intenção de estar atendendo essa esse... [] Volta a se tratar, a ser uma questão das famílias né? { } se incomodarem []. **E [], isso foi pré-acordado né? { }, então já ficou estrito essa questão né? { }. E eu concordei com isso também { }.**

PE 3 - Não tem. Mas foi, foi previamente conversado que para evitar possíveis falas de famílias, então foi combinado entre a equipe de gestão e a mim, de que eu não participasse ativamente na troca de fralda e no banho { }. E na troca de roupa trabalho tranquilamente, não tive problema algum { }.

PE 4 - Não { } []! Não vejo nenhuma restrição não { }!

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Os entrevistados afirmaram que algumas famílias das crianças já demonstraram insegurança em relação ao trabalho deles, principalmente em relação ao banho, trocas de fraldas e idas ao banheiro. É possível constatar nas falas dos participantes que existe um *preconceito velado*, onde essas famílias também apresentam receio em chegar até eles, constituir um diálogo para expor suas inquietações, medos e insegurança. Geralmente, elas procuram a gestão, ou a mulher que está mais próxima a esse profissional, para sondar sobre o trabalho que os homens e as mulheres realizam com suas crianças. A fala do entrevistado a seguir, apresenta a insegurança das famílias:

PE 3 - Tive, eu tive um caso de uma mãe que não, não perguntou para mim, perguntou para a minha auxiliar que trabalha comigo dentro de sala de aula, como que era a questão do banho, quem que trocava de roupa, o que eu fazia, qual era o meu trabalho, qual que era o dela e mostrou isso { }. Mas conversou com a minha auxiliar, ela foi muito legal conversar tranquilamente, e repassou para nossa coordenadora. Já tive um do outro caso recentemente no ano passado, em que () uma família, o pai de uma menina trouxe essa criança aqui e matriculou ela, não falou (), não chegou a comentar e falar nada, mas ele demonstrou certa insegurança e dentro de uma semana cancelou a matrícula dela { }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Ao fazer esse relato, o profissional fez dois silêncios mais longos que o normal. Teve um momento que sua voz ficou embargada e foi possível perceber que seus olhos lacrimejaram ao relatar que a família retirou a criança da instituição.

Em relação ao projeto de lei 1174/2019 proposto por Janaina Paschoal, Letícia Aguiar e Valeria Bolsonaro, todos os entrevistados o consideraram como discriminatório, pois fere a identidade profissional e pessoal. Lamentam ainda saber que um país, ao invés de eleger parlamentares comprometidos em acabar com as desigualdades de gênero e sociais, elegem aqueles que reforçam essas desigualdades e ainda buscam legitimá-las em um projeto de lei com intencionalidade excludente:

PE 2 - Ele não, mas esse projeto de lei não deixa de remeter uma ideia negativa em nosso favor { } [], porque é { }, quando se protege algo ou alguém [] nasce a ideia de que [], essa proteção é de algo que oferece risco { }. E o nosso papel não é esse de oferecer esse risco para as crianças { }. É sempre estar cuidando e educando, e { } fazer o nosso papel como profissional né? { }. Que uma vez consciente do seu trabalho da sua função né? { }, não seria interessante a gente tá aqui por outro motivo a não ser esse { }.

PE3 - Coloca { }, porque uma vez de que a própria lei já, já, já [] coloca que, qualquer homem, qualquer profissional homem não pode ter um mínimo de contato com poucos, mesmo no acompanhamento e no contato de quando vai até o banheiro [], porque para evitar possíveis crimes, não crimes, mas possíveis casos de violência. Então não em palavras, mas tá colocando sim para evitar casos de abuso, e eee não é isso que acontece { }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

O excerto abaixo é da PL 1174/2019 e orientou a questão que se segue na entrevista:

[...] a esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menininha sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”

Fonte: Excerto do Projeto de Lei 1174/2019.

Com base no excerto acima, foi perguntado aos profissionais o que eles tinham a dizer sobre esses questionamentos colocados pelas proponentes como justificativas para a impedir que os homens realizem atividades que impliquem em contatos íntimos com crianças na Educação Infantil? Os entrevistados afirmaram que as proponentes apresentam total desconhecimento da ação educativa e pedagógica ao acreditar que os profissionais ficam tocando os corpos das crianças. Segundo eles, há crianças pequenas da creche que realmente não têm como realizar a higienização das mesmas sem tocá-las, porém, com as crianças maiores há todo um trabalho em auxiliar o banho desses pequenos para que eles mesmos cuidem dos seus próprios corpos.

Os profissionais julgam esse projeto de lei excludente e discriminatório, como pode ser observado na fala do profissional:

PE2 - Ele é sim discriminatório { } porque ele segrega. Ele diz quem, e o que deve fazer, deve ser feito, em quais momentos um ou outro faz { }. Então quando se refere, um faz isso e o outro faz aquilo, ele caracteriza o gênero né? { }. E ele faz uma segregação, uma [] divisão de tarefas. E [] evidencia um gênero nessa questão, qual gênero faz isso, qual deixa de fazer aquilo { }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Em se tratando da gestão e do que ela tem realizado para estreitar os laços entre as famílias e profissionais, as respostas dos professores e auxiliares de atividades educativas de Goiânia e Aparecida de Goiânia coadunam com as mesmas respostas proferidas pelos gestores ao afirmarem que acontecem reuniões para apresentar a equipe, realizam festas, mostras pedagógicas com o intuito de aproximar as famílias. Segundo os profissionais, quando surgem

algumas dúvidas ou insegurança em relação ao trabalho deles, a gestão chama essa família e esclarece sobre a proposta de trabalho da instituição. Os profissionais afirmaram ainda que há sempre um diálogo entre a gestão e eles. Todavia, o sentido é que eles se coloquem no lugar das famílias que se sentem inseguras, o que eles concordam plenamente. No entanto, as respostas dos profissionais, quando confrontadas com as dos gestores, evidenciam a ausência do diálogo sobre as questões de gênero em relação ao trabalho de homens e mulheres na Educação Infantil:

PE2 - Geralmente é [], o trabalho do professor aqui na instituição ele é ressaltado né? [], como é de fato []. E a gente [], é uma conversa muito aberta, muito clara né? { }. **E a gente procura até a entender as partes também { }, por exemplo, quando a mãe demonstra essa preocupação excessiva { }. É [], eu acho que faz parte da gente conhecer, da gente entender um pouco como é essa mãe { }. Uma vez que tem [], a gente tem muitos casos de violência sofrida no âmbito familiar [], certamente a mãe já traz preocupação { }. E como [] a gente trabalha assim na questão de tá atendendo a criança e a família [], ficou acordado mesmo da gente ter esse cuidado mesmo [], nesses momentos [] de mais intimidade com as crianças.**

PE3 - Sempre muito claro { }. Todo começo de ano quando chega, chega novas crianças, ou temos novas matrículas, é feita uma reunião em que é apresentado os profissionais. **Nós temos o costume de apresentar histórico e falar o que fazemos, qual o nosso papel. É sempre que, há qualquer dúvida, a equipe diretiva, chama os pais, explica e mostra com muita clareza o nosso papel e nosso trabalho { }.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Perguntados se gostariam de mandar um recado para os gestores, os profissionais disseram que pediriam mais apoio no sentido de ajudá-los a superar esse desafio que é histórico. A fala de um profissional entrevistado evidencia um grito de apelo aos gestores:

PE 2 - **Eu pediria que os gestores apoiassem né? { }, tivessem um olhar assim [], voltado para essas questões no sentido de dar um apoio mesmo para os profissionais do sexo masculino { }, e que pudesse fazer disso algo natural né? { }. Se for ter mudanças em questões em relação a isso, que fosse mudanças naturais sem constrangimentos né? { }, que isso não viesse trazer prejuízo ao grupo né? { }, e pessoalmente pro nosso pessoal né? { }, para que isso não afetasse a nossa autoestima, e não interferisse no nosso trabalho { }.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Foi perguntado aos profissionais quais os avanços e desafios superados por eles nesse trabalho. Todos foram unânimes em dizer que o desafio é ingressar num espaço feminizado, onde não é comum homens cuidando e educando crianças pequenas, presença que causa estranhamento nas famílias e nas profissionais que ali trabalham, mas com o tempo os profissionais vão desconstruindo essas falsas “certezas” que perpassam o imaginário das pessoas de que a convivência das crianças na primeira infância dever ser exclusivamente com as mulheres.

Por fim, ao serem perguntados a quem recorreriam para sentirem-se seguros em relação à sua atuação, todos afirmaram procurar a gestão e/ou a secretaria de educação caso precisassem. Quanto ao tema tratado na entrevista, foi perguntado aos profissionais que se eles pudessem mandar um recado para as famílias o que eles diriam. A resposta da maioria foi a seguinte:

PE1 - Para as famílias... [] **Eu acho que eu diria para ficarem tranquilas, [] mas, [] que não seja uma tranquilidade cega, que elas participem também né? { }, dessa vivência escolar, que elas visitem. E todas serão muito bem-vindas. { }** Se uma família disser que quer acompanhar um dia aqui, elas serão muito bem vindas. { } E elas verão o real papel do homem na Educação Infantil, que não há nenhum motivo para ter medo { }.

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

Já alguns, disseram:

PE2 - Bom, primeiramente eu pediria, eu mandaria um recado para os colegas assim, **de cunho profissional e pessoal, na questão de manter-se a postura ética profissional { } []. E está sempre atento aos cuidados que os são incumbidos né? { }. E que { }, que todos se posicionassem de forma é eee, de forma ética mesmo { }, e profissional a fim de fazer seu papel { }, de que você está ali para um cuidado né ? { }, para uma proteção de uma criança { } []. E que [], uma vez que você não realiza isso, e deixa margens né? { }, para ser responsabilizado penalmente né? { }, isso acaba trazendo valores negativos né ? { }, não só para o grupo que você tá inserido, mas para [] os profissionais do sexo masculino mesmo { }. Porque a gente já sofre essa pressão né? { }, já traz essa marca né? { }, de passados oriundos e [], uma vez que você não se atém a isso, você vai abrir mais margens ainda né? { }, para tá se auto prejudicando e levando né? { }, uma classe com você { }. Então o que eu oriento né? { }, como recado assim, é que tenhamos cuidado mesmo com os nossos deveres, com as nossas funções, e saibamos se posicionar né? { }, diante o que nos é propriamente dito da nossa função mesmo { }.**

(Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista com família. Grifos do pesquisador).

A fala do participante faz um convite para que todos os homens profissionais de Educação Infantil sejam persistentes e, com postura ética, lutem para realizar todas as atividades que são inerentes às suas funções sem ser desrespeitados ou assediados moralmente. Sendo assim, orienta os colegas a ficarem atentos aos seus deveres e não aceitar nenhum tipo de fragmentação da função.

Discutir a presença e o trabalho do homem na Educação Infantil na perspectiva da igualdade de gênero é fundamental numa sociedade desigual a ponto de determinar qual é o lugar e o não lugar de homens e mulheres. Romper com o discurso hegemônico e sexista de que homens não podem atuar na Educação Infantil é necessário para a desconstrução dos estereótipos, uma vez que a educação e cuidado das crianças é responsabilidade de todos. Contrapor a legitimação de espaços onde mulheres sequer podem frequentar, imagine trabalhar, é de suma importância para uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, é preciso nos

interrogar sempre: as mulheres e os homens estão jogando futebol? Estão na segurança pública? No ballet? Estão em companhias aéreas atuando como piloto? No transporte coletivo? Nas escolas? Nos CMEIs? Na política? São esses estranhamentos que devem suscitar em nós o desejo de rompermos com os estigmas discriminatórios que contribuem para as desigualdades sociais.

O capítulo IV discutiu, por meio do entrecruzamento dos dados das entrevistas realizadas com profissionais, famílias e gestores e o embasamento teórico, as inquietações e medos sobre o trabalho do homem na Educação Infantil. O discurso construído culturalmente de que as mulheres é quem devem cuidar das crianças porque os homens podem ser uma ameaça para elas causa tensões, medos e inquietações entre famílias e até mesmo entre os gestores e as profissionais que trabalham com os homens, provocando assim preconceito, discriminação e a segregação desse profissional que se sente um *outsider*, um sujeito estranho, fora do lugar, deslocado. Outro fator que os dados das entrevistas constataram é que, tanta fragmentação no que diz respeito às funções dos profissionais no momento de realizar a ação educativa e pedagógica com e para as crianças, torna o espaço da Educação Infantil como o não lugar para homens professores e auxiliares de atividades educativas. Problematizou também como essa discussão tem se materializado no campo jurídico, em projetos de lei que ferem a dignidade, a ética e a honra de profissionais homens, colocando-os como potenciais abusadores de crianças.

SÍNTESES E PROBLEMATIZAÇÕES

Não gosto de conclusões. Conclusões são chaves que fecham. Quando o pensamento aparece assassinado, pode-se ter a certeza de que o criminoso foi uma conclusão.

Rubem Alves (2015)

Este trabalho teve como objetivo compreender a profissionalidade dos professores e auxiliares de atividades educativas nos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, atuando numa profissão que é considerada tipicamente feminina. O problema de pesquisa que encaminhou estes estudos, assim se constituiu: quais as tensões do trabalho do masculino na Educação Infantil e como está se constituindo a profissionalidade dos homens que desenvolvem a ação educativa e pedagógica nessa primeira etapa da educação básica? O problema impulsionou-me a pensar sobre o sentido do trabalho em contextos que negam a visibilidade dos homens na Educação Infantil e o recolocam no lugar de exclusão e marginalização. A síntese reflexiva deste trabalho traduz inúmeros sentimentos: indignação, estranhamento e esperança. Nesses sentimentos se entrecruzam o lugar do pesquisador, homem na Educação Infantil, com aquilo que os sujeitos de sua pesquisa, colegas homens na Educação Infantil, também manifestaram. As inquietações que moveram o pesquisador no percurso do mestrado no PPGE da PUC Goiás jamais poderiam traduzir aquilo que foi vivenciado, percebido, apreendido e revelado com a ida às instituições e pela escuta dos sujeitos. A lembrança dos profissionais participando das entrevistas, uns ansiosos para responder, outros com receio, outros que solicitavam a repetição da pergunta, que respondiam enfaticamente ou davam longas pausas buscando elementos para suscitar o debate e a discussão desse trabalho, marcaram os dados desta pesquisa. Todavia, nada se compara com as cenas de professores que, ao narrar esse episódio, embargaram a voz e derramaram lágrimas. Isto para revelar que a família, ao se deparar com sua presença no primeiro dia de atividades no CMEI, muitas retornam para casa e decidem retirar a criança pelo simples fato dele ser homem. Quando assim não o fazem, voltam e questionam, interrogam e delimitam espaços. Essa narrativa se soma a outras que fizeram pesquisador e sujeitos da pesquisa sentirem a mesma dor e o mesmo sentimento de um estranho, um forasteiro e uma ameaça às crianças.

Uma cena marcante também foi quando um profissional faz um apelo aos gestores, pedindo apoio para superar o preconceito e a discriminação, de maneira que eles consigam realizar um trabalho de qualidade social *com e para* as crianças. São narrativas singulares que

apresentam o que há no sentimento humano daqueles que só querem contribuir, exercer sua profissão e serem respeitados, rompendo com hierarquias que geram desigualdades.

Se por um lado os dados da investigação permitiram constatar que o ingresso de muitos auxiliares de atividades educativas se deu por questões econômicas, no contexto de crise que o Brasil enfrenta desde 2016, por outro, a profissionalidade tem sido marcada pela ausência do reconhecimento da profissão. Tanto uma, quanto a outra, tem colocado os homens em um “não lugar” da Educação Infantil esvaziado de sentido educativo e fortemente marginalizador. Uma profissão não reconhecida e uma profissionalidade não exercida em sua plenitude operam processos subjetivos e objetivos extremamente excludentes e reificados. Nesse contexto, tanto os sujeitos, quanto suas ações no contexto do trabalho, tornam-se reificados.

O conceito de reificação, segundo Crocco (2009), assenta-se na análise do fenômeno da alienação e do fetichismo da mercadoria. Se atentarmos para as formas como os seres humanos se reificam, é possível afirmar que reificação é o processo que busca transformar os conceitos abstratos em objetos ou até mesmo seres humanos como se eles fossem coisa. Munidos desse sentimento, os profissionais homens atuantes na Educação Infantil se veem isolados, restritos, com diversas recomendações e exceções em suas funções, onde estão próximo das crianças, mas ao mesmo tempo longe delas. Colocam toda sua força de trabalho no espaço em que atua, porém, deixa de se reconhecer nele, porque está na condição de “coisa”, totalmente cercado pela dominação abstrata que as pessoas exercem sobre eles. Portanto, Crocco (2019, p. 52) assevera que “o homem é submetido tanto materialmente quanto psicologicamente a uma realidade abstrata e fragmentada, e vai deixando de perceber as mediações entre ele e a totalidade”.

O que se quer reafirmar nas sínteses deste trabalho é a lógica da coisificação do trabalho dos professores e auxiliares homens na Educação Infantil que os deixam “estranhados” daquilo que fazem e daquilo que são no campo da profissão. A reificação opera-se não só no trabalho mas, acima de tudo, na consciência que passa também a ser instrumentalizada. A reificação atinge a consciência de classe, individualiza a luta e suaviza as tensões.

Pelo não reconhecimento do seu trabalho, os homens na Educação Infantil “coisificam também suas subjetividades”. Recolhem-se no silêncio e se sujeitam ao *modus operandi* da discriminação, preconceito e exclusão. Uma subjetividade marcada pelo interdito, pela regulação, pela instrumentalização.

Os profissionais afirmaram que suas adesões à Educação Infantil foram determinadas pela necessidade de trabalho ou pela afinidade que tinham pela profissão. Muitos, sem experiência, não conseguiam compreender a especificidade entre a Educação Infantil e as

demais etapas. Grande parte deles nunca tinham lido nenhum livro que discutisse as especificidades da infância. Para tanto, concebiam as crianças como alunos e o espaço numa perspectiva escolarizante e higienista.

Em relação à profissionalidade, os dados apresentaram que, para os profissionais, ainda é um desafio materializá-la, pois vivem em contextos onde as ações que são inerentes às suas funções são fragmentadas e limitadas para diminuir as tensões entre famílias e instituições. Alguns profissionais até preferem não realizar tais ações que a eles não são permitidas, outros não se conformam, pois acreditam que são profissionais e têm total condição de atender as crianças e respeitá-las em suas necessidades. Nessas divisões, os profissionais acabam tendo dificuldades em serem aceitos por outras colegas numa dupla de trabalho.

As falas dos sujeitos, seja nas respostas aos questionários *online*, seja nas entrevistas realizadas no local de trabalho, mostram processos construídos ideologicamente para os quais se destinam à instrumentalização da razão e das ações educativas. Esses processos podem ser sistematizados a partir das análises deste trabalho, em discursos e práticas segregacionistas, preconceituosas e punitivas. Cabe a este trabalho a *síntese desses movimentos e seu anúncio*.

Moral punitiva

Diante dos contextos de discriminação, racismo e preconceito vivenciados por homens nas instituições de Educação Infantil, faz-se necessário retomar ao que é legítimo, constitucional e garantido ao cidadão no âmbito da Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 5º, X) e do Código Penal (BRASIL, 1940, Art. 138, 139 e 140)⁴⁶, que têm como premissa assegurar os direitos e deveres do cidadão, bem como resguardá-los de crimes que ferem a honra, a ética, a moral e a dignidade. Entre os direitos da personalidade esculpidos na Constituição Federal de 1988 encontra-se o direito à honra, direito fundamental para garantir o respeito e a convivência entre os cidadãos. Concordo com Aranha (1995), quando este afirma que honra é um conceito que se constrói durante toda uma vida e que pode, em virtude de apenas uma única acusação leviana, ruir imediatamente. No entanto, deve-se ter claro que imputar a ideia de que o trabalho do homem na Educação Infantil tem correspondência com a questão da violência/abuso sexual contra as crianças deve ser tratada como crime contra a honra, podendo destacar aqui:

⁴⁶ Para acesso ao Código Penal Brasileiro: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

- Calúnia: consiste na falsa imputação de fato definido como criminoso. Esta é, no caso, a própria dicção do caput do Art. 138 do Código Penal, que assim aduz: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”. A calúnia possui três características que a especializa e a torna distinta dos demais crimes contra a honra, quais sejam: a) imputação de um fato; b) que este fato imputado ao ofendido seja definido como crime; c) que a imputação seja falsa.
- Difamação: Art. 139 do Código Penal, consiste na imputação de fato que, embora sem revestir caráter criminoso, incide na reprovação ético-social e é, portanto, ofensivo à reputação da pessoa a quem se atribui. Para tanto, A calúnia e a difamação possuem três características semelhantes: a) ambas atingem a honra objetiva do ofendido; b) ambas exigem a imputação de um fato ao ofendido; c) ambas se consumam quando o fato ofensivo é conhecido por terceiro.
- Injúria: consiste na atribuição de uma qualidade negativa ao sujeito passivo da ofensa. Difere da calúnia e da difamação ao passo em que estas figuras atribuem um fato ao ofendido, sendo que na calúnia o fato imputado é definido como crime, enquanto que na difamação o fato atribuído não é definido como crime, mas é ofensivo à reputação do sujeito passivo, como explanado anteriormente. É o que se extrai da análise do caput do Art.140 do Código Penal, o qual assevera o seguinte: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”.

Os dados da pesquisa nos permitem afirmar que está em causa não apenas um processo de coisificação do trabalho do homem na Educação Infantil mas, acima de tudo, de algo que fere sua honra como sujeito/cidadão/homem. A imputação de um discurso condenatório sem qualquer condição de defesa própria fere a moral e deve ser combatido no campo *civil e jurídico*.

Homofobia velada

Se recorrermos aos contextos históricos, a homossexualidade, em diferentes culturas, era e ainda é considerada como punição, desvio, doença, preconceito, discriminação, vergonha e violência contra todos aqueles que procuravam transgredir e subverter a ordem da heteronormatividade⁴⁷. Em se tratando da diversidade sexual, os grupos LGBT enfrentam cotidianamente o desafio de viverem numa sociedade violenta e cruel porque são vítimas de

⁴⁷ De acordo com Molina (2013), entende-se por heteronormatividade a obsessão com a sexualidade normatizante heterossexual, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante e imoral. Colocando desta maneira, uma imagem de identidade sexual heterossexual como “normal” e “natural”.

preconceitos e discriminações devido à sua orientação sexual e à identidade de gênero. De acordo com Molina (2013, p. 50), “a homofobia, preconceito contra pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com outras do mesmo sexo, é diariamente marcada por gestos, olhares, palavras, discursos, agressões e até mesmo assassinatos”.

Quando se trata dos espaços institucionais que cuidam e educam crianças, esses falam da importância do respeito às culturas e identidades. Porém, o discurso se esvazia quando carregam no seu interior as marcas dos discursos sexistas e homofóbicos, onde profissionais são expostos ou até desrespeitados por seus pares devido à sua orientação sexual. Institui-se uma homofobia velada, onde famílias e colegas de trabalho se mostram insensíveis em conviver com as diferenças excluindo, discriminando e até expondo os profissionais. Tal constatação pode ser observada no questionário de pesquisa *online*, onde os profissionais denunciam os discursos homofóbicos no interior das instituições de Educação Infantil. Ao serem perguntados sobre o que é ser homem na Educação Infantil, um participante respondeu: “é enfrentar todo preconceito, toda homofobia, todo *bullying*, sem desistir. A homofobia dói, mais doeu mais quando fui para a Educação Infantil, teve um pai que disse que não aceitava nenhuma ideologia gay com o filho dele”.

A resposta do profissional participante apresenta a homofobia sofrida dentro do local de trabalho e a necessidade de combatê-la em todos os espaços da sociedade, sobretudo nos espaços educacionais que cuidam e educam crianças. Conforme Molina (2013, p. 57) “o preconceito construir-se-á dentro desta conceituação: uma via de mão dupla que servirá para resistir a uma ameaça ao diferente e também para mantê-lo à distância”. Diante da fala da autora, cabe ressaltar que o fortalecimento da homofobia desdobra em violência, hostilidade e intolerância.

Cabe ressaltar que os juízos morais que muitas famílias de crianças e as colegas de trabalho colocam sobre os profissionais auxiliares de atividades educativas e professores homens levantam suspeições sobre orientação sexual, trabalho e suas intenções com as crianças numa perspectiva de perversidade, estigmas, invasores de espaços e preconceitos quanto a idoneidade deles. No que diz respeito às famílias, essas apresentam muitas inquietações e medos da presença e do trabalho do homem na Educação Infantil. Ao presenciarem o profissional na instituição, uma família afirmou que chegou a desejar que ele não fosse modulado no agrupamento da sua filha. Quando as famílias se deparam com os profissionais homens nas instituições em que suas crianças são cuidadas e educadas, ficam preocupadas, com medo da violência física, do abuso sexual, vão até a coordenação saber quem vai dar o banho, levar ao banheiro, fazer a troca de fraldas. Essas tensões apresentadas pelas famílias têm como

fonte as reportagens veiculadas pela mídia sobre os casos de abuso de vulnerável que, em sua maioria, tem os homens como protagonistas. Essas notícias servem de base para as famílias se preocuparem com o trabalho do homem na Educação Infantil, fazendo com que aumente nas famílias a crença de que esse trabalho seja feminizado. Os dados mostram que 4 famílias chegam a citar os casos de violência sexual e física cometidas com crianças mostrados na mídia por homens que geralmente são próximos a elas.

Para tanto, essa preocupação só recai sobre os homens. A preocupação não aparece quando essas ações são realizadas pelas mulheres, elas por exemplo, podem retribuir sentimentos de afetos às crianças, tais como: abraço, beijo, dar um colo, situação que, ao serem realizadas por homens podem gerar falsos juízos e acusações infundadas. A maior preocupação advém das famílias das meninas; quando a gestão conversa e garante que os profissionais homens não vão realizar as ações de higienização, e/ou só vão realizar com os meninos, acalmam-se os ânimos. Portanto, o que se percebe é que a preocupação é com as famílias das meninas em proteger os corpos delas. Com os meninos, ocorre que quando o profissional deixa claro sua orientação sexual, algumas famílias temem que esses venham doutrinar seus filhos a serem homossexuais, como relatou um profissional no questionário de pesquisa *online*. Se por lado a preocupação das famílias das meninas é proteger seus corpos por acreditarem que as meninas são frágeis e vulneráveis, por outro, a preocupação com os meninos perpassa pela questão moral, onde o medo e a homofobia os impedem de estabelecer um laço de confiança com os profissionais, acreditando que este possa ser uma má-influência para a criança.

Diante do que foi exposto, cabe salientar que em se tratando dos homens professores e auxiliares de atividades educativas que atuam na Educação Infantil, a profissão cede lugar para provação e aprovação. Provar que é um bom profissional e consegue cuidar e educar as crianças é de suma importância para ser aprovado e assim poder trabalhar num espaço menos tenso e ser aceito numa dupla de trabalho com outras colegas. Nesse sentido, a formação/profissão não é levada em conta, mas a aprovação das colegas que, na maioria das vezes, passa por desafios, vigilância e entraves. Tal afirmação corrobora com os dados do questionário *online* respondido pelos profissionais. Quando foi perguntado se eles enfrentaram barreiras para atuar na Educação Infantil, um deles respondeu: “Sim. A principal foi se colocar, se reconhecer e se valorizar como profissional e parte do grupo, pois a todo tempo me sentia monitorado pelo olhar vigilante do outro e pelas indagações, na maioria não explícitas, sobre a capacidade (ou não) de dar conta do recado”.

Os profissionais diante de todas essas questões buscam ser empáticos, colocam-se no lugar das famílias que, segundo eles, quando passam a conviver, dialogar e conhecê-los, as

tensões desaparecem, sentem-se mais seguras em deixar as crianças. Tal afirmação foi percebida também nas entrevistas: as 06 famílias afirmam que no início preocupam muito, têm medo, mas com o tempo, as crianças vão narrando os cotidianos com os profissionais e a convivência das famílias com eles as deixam mais seguras e despreocupadas. Ao serem perguntadas se elas indicariam os profissionais que atenderam suas crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia e Aparecida de Goiânia para outras famílias, elas foram unânimes em dizer que sim. Houve duas famílias que demonstraram o desejo da sua criança continuar sendo atendida pelo professor, pela maneira ética e profissional que ele desenvolveu o trabalho.

Por outro lado, esta pesquisa também encontra lugar no seu *devoir histórico*. Ela anuncia utopias e novas possibilidades de pensar o tema. Há, portanto, um *anúncio de uma outra lógica* que pode confrontar com a barbárie revelada na denúncia dos dados.

Um trabalho para e com as crianças

As famílias, gestores e profissionais foram unânimes em afirmar que não há nenhum conflito ou sentimento de rejeição das crianças em relação ao trabalho dos professores e auxiliares de atividades educativas na Educação Infantil. Dois (02) profissionais afirmam que algumas crianças até estranharam nos primeiros dias porque o espaço da instituição sempre foi constituído por mulheres, mas que logo foram aproximando e construindo vínculos. Mesmo em meio às tensões entre as famílias e os profissionais no início do ano, as formas de pensar das crianças sobre os homens na Educação Infantil, segundo suas famílias, gestores e profissionais, são as experiências que os auxiliares de atividades educativas e professores têm com elas. Ao serem perguntados sobre as crianças, como foi a aceitação delas em relação aos profissionais homens, as respostas deixam claro que para as crianças o gênero dos profissionais não é o aspecto mais importante. O importante mesmo são as vivências e experiências com esses profissionais, as relações de afeto, respeito, escuta e resposta às mais singelas perguntas que surgem nos cotidianos da instituição. Ao responder o questionário de pesquisa *online*, um profissional afirma que as crianças são suas defensoras. Essa afirmação se dá pela devolutiva que as crianças dão às suas famílias sobre esses profissionais a suas atuações com elas e para elas.

O cuidar como dimensão ontológica

O mundo contemporâneo tem cada vez mais buscado isolar as pessoas, torná-las menos dependentes dos outros. Se atentarmos para as tecnologias, bens e serviços que estão disponíveis, pode-se perceber que eles estão a serviço do que Boff (1999) chamou de “encapsulamento humano”. O mundo tecnológico tem vasta contribuição nesse processo, por ter proporcionado aos seres humanos tantos acessos que os limitam do contato físico, do diálogo e da comunicação presencial com outras pessoas.

Diante desses desafios, o que se pretende defender é o cuidar como uma dimensão ontológica, que rompa com a anti-realidade que separa, fragmenta e coloca em confinamento os seres humanos, afetando naquilo que é importante na relação com o outro, que é o cuidado e a compaixão na perspectiva da alteridade. Que reconheça a essência humana não só na inteligência, na criatividade e na liberdade, mas sobretudo no cuidado. Como afirma Boff (1999, p. 199), “no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir”. Portanto, para pensar na presença e constituição da profissionalidade dos homens na Educação Infantil em um contexto de parceria, acolhimento e trabalho coletivo, é preciso compreender o cuidar na perspectiva daquilo que é humano. Nesse processo, as pessoas se humanizam na relação com os outros, reconhecendo suas potencialidades, limitações, igualdades e diferenças. Ao se ajudarem, demonstram compaixão, reafirmam ao outro que ele não está sozinho.

Numa dimensão ética, o cuidar se materializa no respeito ao próximo, nas escolhas, nas preferências sem fazer juízos de valor, onde ser aceito em um grupo ou espaço está para além do gênero, mas do reconhecimento de que somos diversos e que o outro, assim como nós, possui suas formas de ser e estar no mundo. Outra maneira de cuidar do outro é responsabilizar-se por ele, é se compadecer de suas dificuldades, reconhecer suas igualdades e diferenças, o que, segundo Arendt (2020, p. 218) “no homem, a alteridade que ele partilha com tudo o que existe, e a distinção que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos”. Refletir, portanto, o cuidar na perspectiva ontológica é compreender que o termo não pode ser pensado na perspectiva da natureza humana, mas da condição humana. Sendo assim, ao olhar para o outro e pelo que o outro passa faz-se necessário colocar-se no lugar dele, buscar refletir sobre as possibilidades de contribuir para que o outro supere as dificuldades enfrentadas e se sinta pertença do grupo em que está inserido. Concordo com Arendt (2020, p. 222) ao afirmar que, “só assim, ao agir e ao falar, os homens mostram

quem são, revelam suas identidades pessoais únicas e assim fazem seu aparecimento no mundo humano”.

É necessário compreender que cuidar e educar deve ser refletido e problematizado numa perspectiva unidimensional, que vai além da afirmação de ser apenas um “ato pedagógico”, mas também como um ato humano, onde adultos e crianças cuidam e educam entre si e que, ao exercer o trabalho na Educação Infantil, os profissionais sejam respeitados para além do gênero. Conforme Guimarães (2011), o ato de cuidar numa perspectiva humana, torna importante refletir a respeito dos caminhos do olhar, e o olhar para os profissionais homens nos espaços das instituições precisa ser um olhar respeitoso, acolhedor e empático, onde a parceria, o zelo e a segurança rompem com o sentimento de desamparo diante das tensões, medos e inquietações que surgem. Atitudes como essas demarcam que para atuar junto às crianças é necessário conhecimento e consciência do seu trabalho e profissionalismo ético. A dor do desamparo na condição humana gera sofrimento, exclusão e causa solidão, dói mais ainda quando se trata de uma Educação Infantil pautada na Pedagogia da Infância, que defende uma aprendizagem e desenvolvimento das crianças a partir das relações que são construídas entre elas e os adultos e entre elas mesmas. Atitudes como essas possibilitam que esses profissionais possam ter condições de realizar o seu trabalho, ter consciência de classe e se sentir pertença nos espaços em que trabalham.

Numa instituição de Educação Infantil todas as famílias precisam perceber o ambiente para além do gênero, compreendê-lo como um espaço composto por profissionais que estão a serviço das crianças, que têm o compromisso de escutá-las e atendê-las em suas necessidades com respeito, compromisso ético e humano. Para tanto, as instituições não devem se calar em meio às dúvidas e incertezas das famílias, deixando para se pronunciar somente quando elas procuram. Ao perceber que as famílias apresentam insegurança, a instituição precisa aproximar as famílias do profissional, permitir que aconteça o estreitamento dos laços diariamente e não somente em dias de eventos ou reuniões.

Quando as famílias procuram a gestão propondo a troca do profissional do agrupamento, separação de tarefas para os homens e as mulheres, que alguém monitore os homens no acompanhamento das crianças, principalmente com o argumento de que eles podem cometer qualquer tipo de abuso contra elas e são atendidos pela gestão, essa ação só reforça a ideia de que esses profissionais são de fato uma ameaça para as crianças. A gestão precisa trazer no seu diálogo que todos são profissionais para além do sexo e gênero e, como responsável imediato por aquele espaço e pelas pessoas que ali trabalham, tem a missão de fortalecer os vínculos,

aproximando as famílias das crianças e profissionais num diálogo coerente, convidando-as a participar da instituição e construir parcerias com os profissionais.

Por uma nova deontologia⁴⁸ do cuidar e educar na Educação Infantil

Realizar a ação educativa e pedagógica requer que façamos uma reflexão que esteja para além da deontologia do cuidar e educar na Educação Infantil, ou seja, para além de normas e regras que regulam e separam os fazeres dos profissionais, mesmo porque é dever deles conhecer e cumprir os princípios éticos que norteiam a educação, principalmente no que trata do respeito, responsabilidade e integridade de todas as crianças por eles atendidas. Uma ação educativa e pedagógica pensada com e para as crianças precisa romper com dicotomias que fragmentam o trabalho pedagógico, com valores morais e ideológicos que regem códigos éticos ou ações no campo da Educação Infantil. Para isso é preciso reconhecer o cuidar e educar como termos indissociáveis que devem pautar-se nos princípios éticos, onde o atendimento respeitoso às crianças se materializa a partir de orientações elencadas nas DCNEI e não na fragmentação do binômio, como se cuidar estivesse ligado ao corpo e educar estivesse ligado à mente da criança.

Para além da deontologia, é preciso pensar na Educação Infantil e sua função social. Por muito tempo a Educação Infantil foi vista pelo caráter assistencialista e compensatório, pensado para as crianças pobres das quais as mães não tinham onde deixá-las enquanto trabalhavam. Com os novos estudos pautados no campo da Pedagogia da Infância que, segundo Rocha (2001, p. 31), “tem como objeto de preocupação a própria criança: seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais”, foi pensada uma nova maneira de garantir o cuidado e educação às crianças em espaços institucionais sem abrir mão dos elementos culturais que elas trazem dos contextos em que estão inseridas.

Nesse sentido, é preciso romper com os discursos que fortalecem essa dicotomização fragmentada e demarcar que a Educação Infantil é um espaço de cuidado e de educação concomitante, onde as crianças têm a oportunidade de serem cuidadas, mas também de cuidar e de se colocar no lugar do outro, de aprender e se desenvolver com outras crianças de diferentes

⁴⁸ O termo Deontologia surge das palavras gregas “*déon, déontos*” que significa dever e “*lógos*” que se traduz por discurso ou tratado. Sendo assim, a deontologia seria o tratado do dever ou o conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional. A deontologia é uma disciplina da ética especial adaptada ao exercício da uma profissão.

faixas etárias com a mediação dos adultos. Estes têm como função social exercer seu papel com profissionalismo e ética, independente dos estereótipos sexistas e patriarcais que tentam demarcar essa função como primordial das mulheres. Demarcar o espaço da Educação Infantil para além dos estereótipos de gênero deve ser o pressuposto fundamental para garantir às crianças o direito de conviver e interagir com diferentes sujeitos e identidades num espaço menos singular e mais plural.

O desenvolvimento deste trabalho de investigação me fez compreender que mesmo os profissionais e a gestão afirmando que cuidar e educar são termos indissociáveis, e que esse binômio é explicado às famílias nos momentos de reunião, percebe-se nas ações das instituições a fragmentação dos mesmos, principalmente quando os elementos da ação educativa e pedagógica são separados e determinados a esse ou aquele gênero.

A fala de muitos gestores elucida que não há preocupação com o cuidar e educar, mas com as ações de cuidado numa perspectiva higienista. A fala da gestora evidencia que, por mais que as famílias falem sobre a importância da Educação Infantil e sua função social, ainda assim há um preconceito. Mesmo reafirmando o lugar da escola como instituição “que ensina”, a preocupação das famílias não está voltada para aprendizagem e desenvolvimento das crianças, muito menos para as propostas das instituições que serão realizadas com as crianças. As famílias reafirmam a dicotomização do binômio cuidar e educar.

Se por um lado a maternagem tem se constituído como construto que “desautoriza” o homem no trabalho com a Educação Infantil, por outro, os cuidados, afetos, carinhos, respeitos e vínculos entre adultos e crianças podem e devem ser realizados também por homens, ou seja, eles podem exercer a paternagem, uma vez que são ações que estão para além do gênero, numa perspectiva profissional e ética. Tanto no questionário de pesquisa, como nas entrevistas, percebe-se que auxiliares de atividades educativas, professores, gestores e famílias trazem uma defesa de que muitas crianças precisam conviver com os homens por não terem a figura do pai em casa, afirmam ainda que muitas convivem só com mulheres. Para tanto, os homens atuantes da Educação Infantil precisam demarcar sua presença junto às crianças e suas famílias como profissionais, como aqueles que estão à disposição das crianças para juntos explorar, pesquisar, descobrir e se colocar no mundo, uma vez que a identidade profissional não substitui a paterna e vice-versa.

Romper com concepções assistencialistas e higienistas que fazem as famílias enxergarem as instituições somente como espaço de guarda, alimentação e higienização das crianças é urgente e necessário ao demarcar o caráter educativo e pedagógico permeado pelo cuidar e educar, mediado pelos eixos do currículo na Educação Infantil. Segundo as DCNEI

(BRASIL, 2009) são as interações e brincadeiras que ajudam a demarcar que esses espaços onde as crianças são cuidadas e educadas são de acolhimento mas, sobretudo, de educação, onde as ações têm a intencionalidade de impulsionar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, apoiadas por mulheres e homens profissionais de Educação Infantil.

Demarcar a identidade do profissional na Educação Infantil é muito importante no trabalho com as crianças e na parceria com as famílias. Os profissionais homens, por mais que sejam cordiais, brincalhões, alegres, que escutam e dão vez e voz às crianças, não podem substituir a figura paterna ou materna, são profissionais e é desse lugar que precisamos acolhê-las nas suas necessidades, interesses e curiosidades.

Quem tem medo do lobo mau?

Intitular uma pesquisa com o nome “*Quem tem medo do lobo mau? Inquietações e Medos Sobre o Trabalho do Homem na Educação Infantil*” tem um sentido e uma intencionalidade de mostrar como a ficção e a realidade perpassam por essa discussão e o lugar das mulheres e dos homens nesses clássicos da literatura. Segundo Bettelheim (2017), os personagens masculinos nos contos de fadas ora são vilões, ora resgatadores, como é o caso do caçador que salva Chapeuzinho Vermelho resgatando-a das garras do lobo, deixando claro os estereótipos que colocam os homens como os fortes, imbatíveis e as mulheres como sensíveis e indefesas. Se retomarmos ao clássico da literatura infantil Chapeuzinho Vermelho, temos a história de uma criança que ao caminhar pela floresta para levar doces à sua avó, encontra com um lobo que, com sua lábia, ganha a confiança da menina, que posteriormente acaba sendo atacada por ele. Se sairmos do mundo ficcional e atentarmos para o real, os lobos não apresentam ameaças para os seres humanos, porém, tornando ao que era uma ficção, acaba se transformando em uma verdade.

Para tanto, é preciso ter claro que a intenção não é comparar os homens que atuam na Educação Infantil ao lobo mau, mas discutir o que se construiu historicamente no imaginário de muitas famílias em relação a esse estrangeiro ocupando um espaço que é concebido como primordial da mulher e quais suas reais intenções com as crianças. No imaginário de muitas famílias, esses homens estão na Educação Infantil mal intencionados. Para elas, eles usam pele de cordeiro e ganham a confiança das crianças, para em seguida mostrarem as garras de lobo e abusá-las. Entre a ficção e a realidade temos uma ideologia que insiste em fortalecer e colocar os homens profissionais de Educação Infantil como potenciais abusadores de crianças. Como contraposição a essa ideologia, é urgente e necessário abrir uma defesa ação docente para além

dos estereótipos de gênero, onde a luta, resistência e a afirmação da identidade dos profissionais sejam valorizadas e respeitadas independente dos espaços em que estão inseridos e do público que atendem.

Demarcar o espaço da Educação Infantil como um espaço democrático e de educação é de suma importância para rompermos com forças e concepções ultrapassadas que procuram reforçar o assistencialismo exacerbado, concebendo a creche e pré-escola como se fosse somente para crianças pobres, abandonadas e marginalizadas. O acesso à Educação Infantil é um direito legítimo e constitucional garantido a todas as crianças, mesmo diante dos discursos excludentes que ainda defendem esse espaço somente às crianças pobres. Para tanto, é necessário pensar em uma educação que acolha as crianças e seus profissionais, que estes possam interagir por meio de experiências significativas que garantam às crianças investigar, pesquisar e descobrir o mundo. Lutar por uma Educação Infantil que não seja discriminatória, excludente e segregatória deve ser a militância de todos os profissionais e famílias.

Termino este trabalho e estas sínteses reflexivas com a esperança que esta pesquisa possa, de alguma forma, contribuir com todos os profissionais de Educação Infantil do Brasil e do mundo. Que ela possa abrir uma defesa à ação docente e ao educar cuidando, compreendendo-os como um ato pedagógico, humano, profissional e ético, independente do sexo e do gênero dos profissionais, mas na perspectiva dos direitos humanos e na ruptura das desigualdades e estereótipos de gênero. Como retrata a canção de Pepeu Gomes: “ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino, se Deus é menina e menino, sou masculino e feminino”.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, Renato Barros de. *Concepção de infância e Criança em Goiânia sob o olhar da assistência social*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2010.
- ALMEIDA, Renato Barros de; MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes; SOUZA, Roziris Pereira de. Políticas sociais e Educacionais na Virada do Século XXI: Estado, Neoliberalismo e Educação. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 27-42, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7150>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Crimes contra a honra*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ALVES, Rubem. *300 Pílulas de Sabedoria*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2015.
- APARECIDA DE GOIÂNIA. Conselho Municipal de Educação. *Plano Municipal de Educação 2015 – 2025*. Lei nº 107, de 05 de agosto de 2015.
- APARECIDA DE GOIÂNIA. *Diretrizes Gerais de Organização e Funcionamento da Rede Municipal de Ensino*. 2019.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na Escola*. São Paulo: Contexto, 2019.
- AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. *Educação Infantil e formação de professores: para além da superação do cuidar e educar*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Por amor e por força, rotinas na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira; RICHTER, Sandra Regina Somonis. Mia Couto e a educação de crianças pequenas: alteridade, arte e infância. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 485-518, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1120>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos contos de fadas*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: Ética do Humano - Compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Suzanna (org.). *Manual de Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUENO, Marcelo Cunha. *No Chão da Escola: por uma infância que voa*. Cachoeira Paulista, SP: Editora Passarinho, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Institui o Código Penal*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Convenção sobre os direitos da criança. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo do Professor*. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Lei 12.014 de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Presidência da República. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,devem%20considerar%20profissionais%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 20*. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 05*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://www.uac.ufscar.br/documentos-1/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Estatuto da Igualdade Racial*. Lei nº 12.288, 20 de julho de 2010.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. BNCC. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Gerais Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,Art)

[2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,Art). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Presidência da República. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm

BRASIL. Projeto de Lei 1174/2019. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2019.

BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). *A Vida e o Ofício dos Professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. *Creches e Pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1993.

CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo Social, revista da USP*, v.23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a11#:~:text=A%20categoria%20trabalho%20sempre%20ocupou,desde%20o%20surgimento%20da%20sociologia.&text=Em%20outras%20palavras%2C%20C3%A9%20atrav%20C3%A9s,modo%20a%20aproveit%20C3%A1%20Dla%20ins>trumentalmente. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra; AFONSO, Lúcia Helena Rincon. Os Pressupostos da Teoria Social de Marx na Perspectiva da Pesquisa Acadêmica. In: PAIVA, Wilson de (org.). *Reflexões sobre o Método*. Curitiba: CRV, 2017.

CARVALHO, Ana Marcia De Oliveira. *Vozes masculinas no cotidiano escolar: desvelando relações de gênero na Educação Infantil sob a perspectiva fenomenológica de Alfred Schütz*.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis de. *Relações de Gênero, Cuidado e Trabalho Docente na Educação Infantil: quem cuida das professoras e professores?* Ilheus: Editus, 2011.

CARVALHO, Marília Pinto de. *Entre a casa e a escola: educadoras do 1º grau na periferia de São Paulo*, 1992 (mimeo).

CARVALHO, Marília Pinto de. *Vozes Masculinas numa profissão feminina*. Revista Estudos Feministas, v. 6, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12017/11303>. Acesso em: 10 out. 2004.

CERISARA, Ana Beatriz. *A construção da identidade das profissionais de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CERISARA, Ana Beatriz. *Professoras de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/ FCH-FUMEC, 2005.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.

COELHO, Tatiana. *Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%*. G1, Ciências e Saúde, jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2019.

COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminhos, 2005.

CRAIDY, Carmem Maria. Educação Infantil e as novas definições da legislação. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. (org.). *Educação Infantil Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2011.

CROCO, Fábio Luiz Tezine. Georg Lukács e a Reificação: teoria da constituição da realidade social. *Kínesis*, v. I, n. 2, p. 49-63, out. 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo04.F.Crocco.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CRUZ, Elizabete Franco. Quem leva o nenê e a bolsa? O masculino na creche. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (ogr.). *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos, 1998.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. *A construção da profissionalidade pilivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental: sentidos atribuídos às práticas por professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife, Pernambuco*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil, 2012.

- CYRINO, Rafaela. Estereótipos de Gênero, Identidade Sexual e Divisão Sexual do Trabalho: o caso das mulheres executivas. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio de. *Trabalho e Gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.
- CUNHA, Amelia Teresinha Brum da. *Gênero e Docência Masculina: como se constitui o professor homem dos anos iniciais*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016.
- CUNHA, Leonam Lucas Nogueira; DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. O significado das questões ético-morais para Marx. *Saberes*, Natal-RN, v. 1, n. 13, p. 35-48, mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/8779>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- ELIOT, Lise. *Cérebro Azul ou Rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de; MACEDO, Eliana Elias de; SANTOS, Solange Estanislau dos. Educação Infantil e Diversidade Cultural: Para uma Pedagogia Macunaímica. In: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROEK, Michel (orgs.). *Educação Infantil e Diferença*. Campinas-SP: Papirus, 2013.
- FELIPE, Jane. Sexualidade, gênero e novas configurações familiares: algumas implicações para a Educação Infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. (org.). *Educação Infantil Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FELIPE, Jane. Scripts de Gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). *Para Pensar a Docência na Educação Infantil*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.
- FINCO, Daniela. A Educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). *O Coletivo Infantil em Creches e Pré-escolas: falares e saberes*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- FINCO, Daniela. Educação Infantil e Gênero: meninas e meninos como interlocutores nas pesquisas. In: FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. Sociologia da Pequena Infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (org.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011- (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 102).
- FERREIRA, Waldinei do Nascimento. *As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2017.
- FORMOSINHO, Júlia Oliveira. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afectos, entre a sala e o mundo. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; FREIRE Ana Maria de Araújo (org.). *À sombra dessa mangueira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo (org.). *Professora, Sim; Tia, Não: cartas de que gosta de ensinar*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOIÂNIA, 2000. *Lei complementar nº 091*, de 26 de junho de 2000. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Goiânia. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2000/lc_20000626_000000091.html. Acesso em: 15 dez. 2019.

GOIÂNIA. *Saberes sobre a Infância: a construção de uma política de Educação Infantil*, 2004.

GOIÂNIA. *Infâncias e Crianças em Cena: por uma política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Goiânia*, 2014.

GOIÂNIA. Conselho Municipal de Educação. *Plano Municipal de Educação do Município de Goiânia 2015 -2025. Lei nº 9.606*, de 24 de junho de 2015.

GOIÂNIA. Conselho Municipal de Educação. *Regimento dos Centros Municipais de Educação Infantil. Resolução nº 120* de 07 de dezembro de 2016.

GOMES, Marineide de Oliveira. *Formação de Professores na Educação Infantil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. P. 39-62. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

GUIMARÃES, Daniela. *Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética*. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. *Neoliberalismo história e implicações*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 9. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

HENTGES, Karine Jacques. *Homens na Educação Infantil: o que pensam as diretoras sobre isso?* Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil 2015.

HOBBSAWM, Erich. *A Era do Capital*. 12. ed. Tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HORN, Maria da Graça Souza. *Brincar e interagir nos espaços da escola infantil*. Porto Alegre: Penso, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/23/24007>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ITURRA, Raúl. Antropologia da educação: um percurso investigativo sobre reprodução social. Entrevista concedida a Ana Aires, Ana Lavado e Paula Godinho. Arquivos de Memória. *Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*, n. 6/7, p. 119-138, 1999.

JENSEN, Jytte Jull. Homens em serviços de cuidados de crianças - um artigo para discussão. Seminário Internacional Homens no cuidado de crianças: visando uma cultura de responsabilidade, divisão, reciprocidade entre os gêneros no cuidado de crianças, Ravenna, Itália – 21-22 de maio de 1993. Traduzido por Deborah Thomé Sayão. *Zero a seis*, v. 6, n. 10, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/10047/9236>. Acesso em: 10 dez. 2019.

KORCZAK, Janusz. *Quando eu voltar a ser criança*. 17. ed. São Paulo: Summus, 1981.

KRAMER, Sonia. Formação de profissionais de Educação Infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lucia A. (org.). *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LEMONS, Carolina Teles. *Religião, Gênero e Sexualidade: o lugar da mulher na família camponesa*. 1. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LINS, Beatriz Accioly; Bernardo Fonseca Machado; Michele Escoura. *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 443-481.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: FORMAN, Geroge; GANDINI, Lella. (org.). *As cem linguagens da criança: abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira Infância*. v. 1. Porto Alegre: Penso, 2016.

- MARTINS FILHO, Altino; DORNELLES, Leni Vieira (org.). *Lugar da Criança na Escola e na Família: a participação e o protagonismo infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- MARTINS FILHO, Altino José. *Minúcias da vida cotidiana no fazer fazendo da docência na Educação Infantil*. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2020.
- MARTINS, André Silva. Todos pela Educação. O projeto Educacional de Empresários para o Brasil do Século XXI. *GT 09: Trabalho e Educação*: UFF, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOLINA, Luana Pagano Peres. Professores Homossexuais – Suas vivências frente à comunidade escolar. *Caderno de Gênero e Tecnologia*, n. 25/26, p. 49-67, jan./jun. 2013.
- MONTEIRO, Mariana Kubilius. *Trajetórias na docência: professores homens na Educação Infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, 2014.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. Tradução de Irene Reis dos Santos. *Reinventar a Educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2016.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- NEVES, André Luiz Machado das; SILVA, Iolete Ribeiro da. *Diversidade Sexual e Protagonismo de professores: uma análise sócio-histórica dos significados*. Manaus/ São Paulo: FAPEAM/ Martinari, 20015.
- NUNES, Patrícia Gouvea. *Docência e gênero: um estudo sobre o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2013.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Creches no sistema de ensino. In: MACHADO, Maria Lucia A. (org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *O trabalho do Professor na Educação Infantil*. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2014.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Campos de Experiências: efetivando direitos de aprendizagens na Educação Infantil*. Ministério da Educação: texto final de Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. São Paulo: Fundação Satillana, 2018.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. No Tecido da Documentação, Memória, Identidade e Beleza. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). *Registros na Educação Infantil: Pesquisa e Prática Pedagógica*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017.

PAGANO, Andrea. Progettazione e Documentazione na Creche e na Pré- escola. In: GARCIA, Joe; PAGANO, Andrea; PRANDI, Roberta (org.). *A Reinvenção da Educação Infantil: uma experiência de Reggio Emilia*. Curitiba: UTP, 2018.

PEREIRA, Maria Arlete Bastos. *Professor homem: o estrangeiro na Educação Infantil*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface*, Botucatu, v. 1, n. 1, ago. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-32831997000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 12 dez. 2019.

RAMOS, Joaquim. *Gênero na Educação Infantil: relações (im)possíveis para professores homens*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. *Para a crítica da subjetividade Reificada*. Goiânia: Editora UFG, 2009.

REVISTA EDUCAÇÃO. Cai número de jovens que querem ser professores, diz relatório da OCDE. 2018. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/06/29/cai-numero-de-jovens-que-querem-ser-professores-diz-relatorio-da-ocde/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

RINALDI, A pedagogia da escuta: a perspectiva da escuta em Reggio Emilia. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). *As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação*. v. 2. Porto Alegre: Penso, 2016.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A Pedagogia e a Educação Infantil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 16, jan./abr. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000100004. Acesso em: 12 dez. 2019.

RODRIGUES, Paula. *Questões de Gênero na Infância*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2003.

ROTTA, Alessandra Mara. Reflexões: Alteridade e Cultura no Cotidiano da Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 148, p. 37-53, out. 2008. Disponível em: http://www.titosenfaed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Infantil1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, B. de S. *Do pós-modernismo ao pós-colonial e para além de um e de outro*. Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

SANTOS, Lilian Borges dos. *Gênero Educação Infantil: o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. *Educador Infantil: uma ocupação de gênero feminino*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1997.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Edu. Soc.*, Campinas SP., v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SARMENTO, Manoel Jacinto; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

SAVIANI, Dermeval. Campinas SP: Autores Associados, 2014. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação*

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil: um estudo de professores em creche*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* Ano 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SHIROMA, Oneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2730/2297>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, Claudionor Renato da. *Docência Masculina na Educação Infantil: impressões de um iniciante*. Gênero e raça em discussão. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Docência na Educação Infantil: Contextos e Práticas. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Ser Docente na Educação Infantil*. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIMONE, Nilda. *Um olhar sobre Aparecida: história e cultura*. Goiânia: Kelps, 2014.

SOUSA, José Edilmar de. *Por acaso existem homens professores de Educação Infantil?* 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

SOUZA, Regina Aparecida Marques de; MELLO, Suely Amaral. O desenvolvimento Cultural na Infância de 0 a 3 anos: entre o cuidado e a educação. In: SILVA, José Ricardo da; SOUZA, Regina Aparecida Marques de; MELLO, Suely Amaral; LIMA, Vanilda Gonçalves de (orgs.). *Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

TEODORO, Luciano Goncalves. *O trabalho docente na Educação Infantil na perspectiva de professores homens de um município do interior paulista*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda, São Paulo, Brasil, 2015.

VANDENBROECK, Michel. Aspectos Econômicos, Educacionais e Sociais do Respeito à Diversidade na Educação Infantil. In: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (orgs.). *Educação Infantil e Diferença*. Campinas-SP: Papirus, 2013.

VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. Crescer sem discriminações. Perscrutando e combatendo estereótipos de gênero nas práticas familiares e escolares. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (org.). *Formação Docente em Gênero e Sexualidade*. Petrópolis RJ: FAPERJ, 2013.

WILLIAMS, Christine. *Still a man world: men who do “women work”*. Berkeley: University California Press, 1995.

ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Você está participando de uma pesquisa qualitativa: INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este questionário deverá ser respondido SOMENTE por professores e auxiliares de atividades educativas HOMENS que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

Obs: Questionário de pesquisa enviado aos professores e auxiliares de Atividades Educativas e professores via *Google Forms*.

Dados Pessoais

1- Orientação Sexual:

- heterossexual
- homossexual
- bissexual

Outro: _____

2- Idade:

- 18 a 29 anos
- 30 a 40 anos
- 40 a 50 anos
- mais de 50 anos

3- Como você se declara:

- preto
- amarelo
- branco
- índio
- outros

4 - Qual a sua cidade de origem e estado?

5- (Esta questão é apenas para quem não é de Goiânia) Por que veio morar em Goiânia?

- para estudar
- para trabalhar
- para tratamento de saúde
- motivos familiares
- outros

Família

6- Estado civil:

- solteiro
- casado
- mora junto
- viúvo
- divorciado
- separado
- outro

7- Tem filhos?

- sim
- não

8- (Responda apenas quem tem filho(s)). Quem cuida dos filhos?

- a mãe da(s) criança(s)
- o pai da(s) criança(s)
- os avós
- a babá
- os irmãos mais velhos
- os outros familiares
- os vizinhos
- ficam na creche
- ficam só
- outro

9- Com quem você mora? Marque uma ou mais opções:

- sozinho
- pai
- mãe
- irmãos solteiros
- irmãos casados
- com amigos
- avô/avó
- tios
- sobrinhos
- primos
- com outra família (parentes ou amigos de seus pais)
- no local de trabalho
- com o/a companheiro/a e filhos/as
- outro

Aspectos econômicos:

10- Como você se sustenta? (Enumere em ordem de prioridade)

- vivo com a minha própria renda
- sou sustentado pela família
- sou sustentado por parentes

- aposentado
 bolsa auxílio. Qual? _____

11- Quantas pessoas trabalham na sua casa?

- uma pessoa
 duas pessoas
 três pessoas
 quatro pessoas
 mais de quatro pessoas
 outros

12 - A renda familiar é de:

- Até 1 salário mínimo
 Mais de 1 até 2 salários mínimos
 Mais de 2 até 3 salários mínimos
 Mais de 3 até 5 salários mínimos
 Mais de 5 até 8 salários mínimos
 Mais de 8 até 10 salários mínimos
 Mais de 10 salários mínimos

Trabalho:

13- Em qual rede municipal você trabalha?

- Rede Municipal de Aparecida de Goiânia
 Rede Municipal de Goiânia

14- Você trabalha somente na Rede municipal? Se escolher a opção não, justifique a sua resposta.

- sim
 não
-

15- Na rede municipal você trabalha no regime:

- Contrato temporário
 Concurso público
 É de outra secretaria e está à disposição

16- Atualmente trabalha só na educação?

- sim
 Não

17- Se trabalha em outro espaço, em qual outra profissão você atua?

18- Você já trabalhou na Educação Infantil ou é a sua primeira experiência?

19- Antes de atuar na Educação Infantil, qual era a sua compreensão sobre essa etapa de Educação Básica? E agora depois de atuar?

20- Os motivos pelos quais você ingressou como profissional da Educação Infantil foram pessoais ou econômicos? Justifique sua resposta.

21- Na Educação você trabalha na:

- Educação Infantil com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade.
- Educação Infantil com crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.

22- Você se reconhece e se vê como profissional de Educação Infantil? Por quê?

23- Você encontrou barreiras para atuar na Educação Infantil? Se sua resposta foi sim, justifique sua resposta.

24- Na instituição que você trabalha há outros profissionais do sexo masculino? Se sua resposta foi sim, em quais ocupações?

25- Na sua compreensão, como as famílias concebem seu trabalho?

- de forma tranquila
- de maneira insegura
- outros

26- Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela?

- sim
- não

27- Ainda se tratando das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se deparam com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

28- Como as demais profissionais lidam com sua presença na instituição?

- acham normal
- pensam que ali não é lugar para mim
- não demonstram o que pensam

29- E as crianças, estranharam a sua chegada?

30- Você já trabalhou em quais agrupamentos? Pode marcar mais de uma opção.

- agrupamento A berçário
- agrupamento B 1 ano
- agrupamento C 2 anos
- agrupamento D 3 anos
- agrupamento E 4 anos

- () agrupamento F 5 anos
() agrupamento misto

31- Na instituição que trabalha é oportunizado a você escolher o agrupamento que quer trabalhar? Se sua resposta for não justifique-a.

32- Em relação ao relacionamento com as famílias das crianças que você atende, o que você tem a dizer?

33- Em relação aos colegas de profissão, como se dá o trabalho no cotidiano?

34- A gestão articula o trabalho educativo e pedagógico a fim de promover parcerias?

35- E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

36- A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres?

37- No que trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições por ser homem?

38- Diante da convivência com a comunidade, qual é o medo que você julga ser o mais preocupante para as famílias ao ponto de não confiar a educação de sua criança a um profissional homem?

39- Sobre sua relação com as crianças, o que você destacaria?

40- Que tipo de leitura contribui para seu trabalho com crianças na Educação Infantil?

41- Para você, o que é ser homem na Educação Infantil?

42- Enumere por ordem de prevalência, 03 (três) medos seus em relação à sua atuação na Educação na Educação Infantil.

43- Enumere por ordem de prevalência 03 (três) aspectos que você ressaltaria em relação ao diferencial do seu trabalho na Educação Infantil.

Eu autorizo a coleta, estudo, sistematização e publicização dos resultados dos dados declarados resguardando o anonimato.

APÊNDICE B

SÍNTESE DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Você está participando da pesquisa qualitativa: INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este questionário deverá ser respondido SOMENTE por professores e auxiliares de atividades educativas HOMENS que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

Dados Pessoais

1- Gênero:

Heterossexual	73,5%
Bissexual	0,0%
Transexual	0,0%
Homossexual	26,5%

2- Idade:

18 a 29 anos	22,4%
30 a 40 anos	53,1%
40 a 50 anos	22,4%
Acima de 50 anos	2,1%

3- Como você se declara:

Branca	Negra	Outros
34,7%	61,2%	4,1%

4 - Qual a sua cidade de origem e estado:

Goiânia	Ap. de Goiânia	Interior do Estado	Outros estados	Total
33	02	11	08	54

(Esta questão é apenas para quem não é de Goiânia). Por que veio morar em Goiânia?

A procura de trabalho	Estudar	Outros motivos	Motivos familiares
52,4%	19%	23,8%	4,8%

Família

5- Estado civil:

Casado	Solteiro	Divorciado	Separado	Mora junto
30,6%	55,1%	2%	2%	10,2%

6- Tem filhos?

Sim	Não
69,4%	30,6%

7- (Responda apenas quem tem filho(s)). Quem cuida dos filhos?

Mãe da criança	Ficam na creche	Outro
86%	6,7%	6,7%

8- Com quem você mora? Marque uma ou mais opções:

Sozinho	26,5%
Pai	2%
Mãe	24,5%
Irmãos solteiros	2%
Irmãos casados	2%
Com amigos	2%
Avós	2%
Tios	2%
Sobrinhos	0,0%
Primos	0,0%
Com outra família (parentes)	2%
Com a companheira/o e filhos/as	34,7%
Outro	0,0%

9- Quantas pessoas moram na sua casa (contando com você)?

Duas pessoas	34,8%
Três pessoas	15,2%
Quatro pessoas	2,2%
Mais de quatro pessoas	8,7%
Uma pessoa	39,1%

Aspectos econômicos:

10- Como você se sustenta? (Enumere em ordem de prioridade)

Com minha própria renda	89,8%
Sou sustentado pela família	10,2%
Sou sustentado por parentes	0,0%
Pelo benefício da aposentadoria	0,0%
Recebo bolsa auxílio	0,0%

11- Quantas pessoas trabalham na sua casa?

Uma pessoa	39,1%
Duas pessoas	34,8%
Três pessoas	15,2%
Quatro Pessoas	2,2%
Mais de quatro pessoas	8,7%

12- Qual é a renda da sua família?

Até um salário mínimo	16,3%
Dois salários mínimos	46,9%
Três salários mínimos	20,4%
Quatro salários mínimos	4,1%
Mais de cinco salários mínimos	12,2%

13- Em qual Rede Municipal você trabalha?

Rede Municipal de Goiânia	Rede Municipal de Ap^a de Goiânia
83,7%	16,3%

14- Você trabalha somente na Rede municipal? Se escolher a opção não, justifique a sua resposta.

Sim	Não
31 pessoas	<p>Não, tenho mais dois empregos.</p> <p>Não. Trabalho também como vendedor, pois o salário que recebo na função de auxiliar de atividades educativa é muito baixo.</p> <p>Feirante na Rua 44.</p> <p>Escola Privada (8)</p> <p>Não. Sou autônomo (advogado)</p> <p>Não. Trabalho na Empresa privada para aumentar a renda.</p> <p>Não. Tenho outra renda (3)</p> <p>Não, trabalho na iniciativa privada e também sou motorista de aplicativo (2)</p> <p>Trabalho na rede de Aparecida. (5)</p> <p>Faço outros serviços (8)</p> <p>Veterinário</p> <p>Total: 31 pessoas trabalham em outro local.</p>

15- Na rede municipal você trabalha no regime:

Concurso Público	Contrato temporário
98%	2%

16- Atualmente trabalha só na educação?

Sim	Não
65,3%	34,7%

17- Se trabalha em outro espaço, em qual outra profissão você atua?

Sim	Não	
22 pessoas	Veterinário	Montador de móveis
	Técnico de refrigeração	Auxiliar de rampa
	Entrega por App	Advogado
	Vendedor (6)	Atendente de portaria
	Enfermeiro (2)	Auxiliar administrativo
	Professor (03)	Saúde
Líder de op. aeroportuária	Autônomo	
Total: 32	Total: 22 pessoas	

18- Você já trabalhou na Educação Infantil ou é a sua primeira experiência?

Já trabalhou	Primeira Experiência
Já trabalhou antes (6)	Primeira Experiência (45)
Total: 51 respostas	

19- Antes de atuar na Educação Infantil, qual era a sua compreensão sobre essa etapa de Educação Básica? E agora depois de atuar?

Compreendia a Educação Infantil como uma etapa da educação muito mais compensatória e assistencialista do que educativa. Hoje, atuando na área e concluindo o curso de pedagogia, consigo compreender o histórico da Educação Infantil e o porquê desta estar construída no imaginário popular da maneira como eu a via.
Achava importante. Hoje acho preocupante.
Antes eu pensava que a instituição era só um espaço que as crianças ficavam para brincar.... Hoje eu vejo que vai além das brincadeiras, as intencionalidades estão presentes em todos os momentos justamente para poder desenvolver mais as crianças.
Que funcionava como creche. Hoje sei que vai muito além do apenas cuidar.

Antes eu não tinha tanta compreensão sobre a etapa de Educação Básica. E hoje compreendo que ela é uma etapa em que as crianças se desenvolverão, se relacionarão, aprenderão e se apropriarão de novos conhecimentos levando em consideração os tipos de relacionamentos que existem dentro de uma instituição de educação.
Antes eu pensava na Educação Infantil como um lugar em que os pais apenas deixavam as crianças enquanto iam trabalhar, mas agora vejo com um espaço em que as crianças vão também para aprender e interagir com outras crianças.
Meu olhar é bem superficial, agora após atuar e depois de realizar o curso consigo compreender mais a fundo.
Importante.

Depois: Essencial ao desenvolvimento da criança.
Pensava que era muito sobre cuidar, e somente isso, hoje vejo a amplitude do currículo, articulado com vários outros saberes.
Eu não tinha um conceito sobre a atuação da Educação Infantil em Goiânia, mas previamente, pensava ser uma preparação para o ensino fundamental. Atualmente percebo que, a concepção de infâncias, de Educação Infantil, é holística, visa a formação integral das crianças compreendendo-as como sujeitos de direitos.
Eu tinha a visão apenas de cuidado das crianças. Após contato, defendo o ensinar principalmente através do brincar, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das crianças.
Nenhuma, estou aprendendo continuamente.
Achava que CMEI era lugar de depositar os filhos enquanto trabalhava. Hoje eu sei o empenho dos funcionários no cuidar e incentivar o aprender para as crianças.
Acreditava apenas em assistencialismo e alfabetização clássica, ex: $B + A = BA$.
Sempre imaginei ser uma das etapas mais complicadas da educação, dada as necessidades e especificidades das crianças. Sinceramente, nunca me imaginei trabalhando na Educação Infantil. Agora, após o concurso, alguns dos medos relacionados ao lidar com as crianças já foram superados, embora ainda não seja algo em que eu esteja completamente confortável no cotidiano do trabalho.
Tinha uma visão tradicional, baseada na educação que tive. Depois de atuar tenho uma visão totalmente diferente, é acredito muito neste novo modelo de educação.
De cuidados básicos! Hoje trabalhamos com orientação pedagógica e psicologia infantil!
Tinha a impressão que era de baixa qualidade, vejo que não é.
De cuidados básicos e higiene.
Antes eu trabalhava com escola de ensino médio e Enem.
Acreditava que os CMEIS só cuidavam das crianças, hoje sei que é muito mais que isso.
Antes de trabalhar, não visualizava as dificuldades educacionais. Hoje vejo que a educação tem muito a crescer, principalmente os profissionais.
Era de cuidado e continua sendo.
Antes minha visão era de que CMEI seria somente um local das crianças ficarem para os pais poderem trabalhar. Hoje vejo a importância da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças.
Já tinha razoável conhecimento sobre a Educação Infantil, não na prática em instituição formal de ensino. Agora em processo de busca da teoria - prática.
Não tinha nenhuma, agora entendo que a Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, tanto físico, quanto psicológico. Diria que é como se faltasse algo a uma criança que não pôde usufruir dessa etapa.
Antes eu pensava que era só o cuidar, mas hoje eu vejo que vai além do cuidar, brincar, socializar etc.
Antes de trabalhar na Educação Infantil em CMEI minha compreensão era baseada na pouca experiência que tinha e também do conhecimento teórico que vivenciei com minha esposa quando estava na faculdade de Pedagogia, onde acompanhando ela presenciei muitas palestras da faculdade e também do que ela me falava em casa. Infelizmente após este período de atuação, vivenciei situações que fogem muito ao que eu vivi e compreendia anteriormente na teoria e no que minha esposa me falava, apesar que ainda tenho esperança de um ensino melhor.
Já tinha uma ideia como era, mas hoje possuo um conhecimento maior sobre a Educação Infantil.

Antes acreditei que era cuidados básicos. Agora acredito que é um complexo de atividades lúdicas que desenvolve e estimula a criança.
Antes não conhecia o potencial da Educação Infantil. Após trabalhar com educação prisional decidi atuar na infância e descobri o quanto essa etapa precisa ser estudada.
Achava que era só olhar, dar a comida e não deixar machucar.
Pensava que as crianças ficavam no CMEI só para lanche e tomar banho; vi que existe um trabalho pedagógico bem planejado e atuante.
Sempre vi como uma etapa que trabalha na autonomia das crianças.
Achava que era só cuidar.
Etapa básica onde aprendem os primeiros conceitos de educação formal e cidadania. Continua o mesmo entendimento.
Como processo formativo que contribuirá com o desenvolvimento das crianças.
Não tinha conhecimento sobre a Educação Infantil. Hoje eu compreendo melhor a importância da educação nos primeiros anos de vida de uma criança.
Não tinha compreensão aprofundada. Depois de atuar percebi que o trabalho na EB, exige profissionalismo e uma formação continuada para atender melhor o aluno é a comunidade escolar.
Tinha pouco conhecimento prático e muita teoria.
Não sabia nada, hoje faço o curso AAE.
Tinha pouca experiência e conhecimento.
Uma fase muito importante e preciosa na vida de um ser humano, trabalhando sempre na perspectiva de melhorar esse ensino nessa faixa etária.
Que era de cuidado e higienização.
Uma etapa importante para as crianças.
Nenhuma. Básica.
O início de tudo, mantenho a opinião.
Não sabia da organização, mas agora vejo que é bem organizado de acordo com a idade.

20- Os motivos pelos quais você ingressou como profissional da Educação Infantil foram pessoais ou econômicos? Justifique sua resposta.

Foi por acaso. Pelo fato ter feito o magistério, e o concurso
Econômicos. Não escolhi Educação Infantil, tanto que quando tomei posse fui pra uma escola de ensino fundamental. Só saí porque fiquei excedente.
Econômicos. O concurso foi uma oportunidade do meu ingresso no mercado de trabalho, pois ele não exigia experiência no campo.
Econômicos, pois surgiu a oportunidade de prestar o concurso na área, no qual tive a felicidade de passar, e portanto ocupar um cargo público, nos dias de hoje é uma garantia de emprego.
Econômicos apenas.
Econômicos. O mercado estava complicado, crise 2015/16 e vi no concurso uma boa oportunidade de conseguir um emprego estável.
Devido a estabilidade do emprego.
Econômico, fiz o concurso com medo do desemprego e estou até hoje
Mais questão econômica, por ser um concurso, estabilidade.

Ingressei na Educação Infantil por meio do concurso público, na época só deslumbrava a estabilidade financeira que o cargo poderia me oferecer, hoje me tornei um apaixonado pela educação, pois me reconheci e através da educação vejo possibilidades.
Econômicos
Econômicos
Econômicos
Econômicos
Pessoais, sempre gostei da área da educação.
Econômicos. Falta de oportunidades em outra área.
Motivos Econômicos (estabilidade em um serviço público).
Econômicos, já que o serviço público é atrativo. Não sabia o que era a função na prática.
Crise no país, procurei uma estabilidade
Econômicos, precisava de estabilidade profissional, mas também gosto de crianças.
Econômico. Havia o concurso, estudei, passei.
Econômicos. Principalmente pela escassez de concursos públicos nas demais áreas do serviço público.
Econômicos, era um concurso com grande número de vagas, e estava na área da educação.
Econômicos
Estabilidade
Ambos
Pessoais. Eu buscava por um curso com uma formação mais ampla, e como na Pedagogia é necessário que o profissional tenha conhecimento de diversas áreas, imaginei que durante o curso eu veria esse interesse sendo atendido.

Pessoais eu sonhava em estudar e me tornar um professor, mas necessariamente de crianças bem pequenas e pequenas, contudo vi a oportunidade de ingressar no curso de Pedagogia.
Pessoal, para ter experiência na área e contribuir de experiência na minha área de atuação (Educação Física).
Pessoais, eu fiz minha inscrição no concurso para incentivar minha filha a fazer também. Aí eu passei e ela não.
A priori, econômicos. A permanência na área foi por motivos pessoais.
Motivos pessoais. O atendimento em presídios mostrou-me a fragilidade e vulnerabilidade das famílias e das crianças.
Trabalhei no CIDADÃO 2000, durante 10 anos e sempre gostei de trabalhar com crianças.
Pessoais

Pessoais, quero ganhar experiência na área.
Pessoais. Eu sempre tive aptidão pelo ensinar, trocar experiências e vivências.
Pessoais.
Pessoais.
Sempre via minhas tias atuando na área e chamava minha atenção, quando criança brincava de ser professor, achava um máximo a profissão, como tbm tive uma professora nas séries iniciais que me motivou bastante, aquela professora que marca a vida do seu aluno/criança, sendo assim essas motivações, ao qual me fez amar e dedicar a trabalhar na Educação Infantil.
Econômicos, gosto de trabalhar com as crianças.
Pessoais, sempre identifiquei com Educação Infantil.

Pessoais. Sempre me destaquei por ensinar, desde o tempo da igreja e é uma área que amo muito.
Em um primeiro momento foi em busca da tal estabilidade dos servidores públicos, mas já ardia uma chama desde a adolescência para trabalhar com o social e a docência.
Sempre gostei da área educacional. O ingresso na Educação Infantil foi um misto de oportunidade encontrada no concurso (ainda não havia concluído o ensino superior quando o fiz) e também necessidades econômicas.
Pessoais. Sempre observei a Educação Infantil como possível campo de atuação, mas protelando por ainda sentir reservado/fechado para homens atuarem.
Ambos. Financeiro, pois estabilidade como concursado é o que eu sempre quis em minha vida, mas ao mesmo tempo gosto muito do trato com as crianças que me oportuna além de ensino a oportunidade de passar valores para essas crianças que são como esponja para o aprendizado.
Pessoais e Econômicos!!! Eu já trabalhava com crianças surdas no AEE, fiz Pedagogia e me veio o interesse em fazer o concurso na área!!! Quanto ao interesse econômico está relacionado a ter uma segurança por ser um concurso.
Os dois, necessidade de ter um concurso e ter uma renda fixa.
Os dois motivos, desejo de ser concursado.
Na época estudava para outro concurso, mas este acabou não acontecendo, fiz a prova mais para testar mesmo, pois era meu primeiro concurso, acabei passando. Quando chamaram para posse, pensei, por quê não? E cá estou.

21- Na Educação você trabalha na:

Creche de 0 a 3 anos e 11 meses	Pré-escola 4 e 5 anos
46,9%	53,1%

22- Você se reconhece e se vê como profissional de Educação Infantil? Por quê?

Apesar de ser auxiliar de atividades educativas, me vejo sim como um professor de Educação Infantil, pois professores não são somente aqueles que possuem uma graduação para tal e foi aprovado para cargo tal. O ato de ensinar está muito além da transmissão de conhecimentos sistematizados. Enquanto auxiliar, a minha própria postura frente às crianças é um ato educativo.
Sim. Gosto bastante.
Como trabalho não me vejo sendo um professor (pedagogo). Me vejo como um professor por estar presente com o pedagogo em todos os momentos que é realizado as atividades previstas para as crianças. Atualmente estou em formação para ser professor de matemática.
Não. Porque não sou pedagogo.
Apesar de estar totalmente inserido no processo pedagógico, não reconheço e não me vejo como professor de Educação Infantil por uma posição pessoal, já que sou auxiliar de atividades educativas.
Me vejo, mas não é meu foco no momento, pois a minha preferência do momento é trabalhar com jovens e adultos.
Pois atuo em sala de aula, e trato diretamente no aprendizado das crianças.
Não. Não possuo formação para ser considerado professor e também não possuo a mesma remuneração portanto me considero o que sou, Auxiliar de Atividades Educativas.
Sim. O reconhecimento dos pais, colegas de trabalho e principalmente das crianças.

Sim, pois mesmo que o meu cargo seja de AAE (Auxiliar de Atividades Educativas) por ser um trabalho que exija de mim competências de cuidar e educar as crianças.
Sim. Eu me valorizo e vejo como professor, dada minha graduação e meu trabalho com as crianças. Mas pelo cargo ser auxiliar de atividades educativas ainda há separação de nível, tarefas e funções.
Sim, pois além de cuidar das crianças, estamos ensinando.
Sim. Trabalhar com educação, mais especificamente com Educação Infantil me trouxe uma nova perspectiva de pertencimento e cooperação, isso tem sido minha motivação agora.
Não me vejo como professor de Educação Infantil por não ser formado em Pedagogia.
Sim! Me reconheço, pois percebi o quanto a educação é um agente transformador e motivador. Dado a minha formação, enquanto era criança, tinha uma visão limitada a ponto de não perceber o poder que a educação tem. Me reconheço em todo o processo que envolve a Educação Infantil, desde o processo mais simples como ouvir um Bom dia tio, até o processo de formação daquela criança.
Não só me reconheço mas como me encontrei e sou apaixonando pelo que faço e aprendo todos os dias na Educação Infantil! Sim.
Não de forma permanente.
Não só me reconheço mas como me encontrei e sou apaixonando pelo que faço e aprendo todos os dias na Educação Infantil! Sim.
Não. Tenho somente um ano de experiência na área.
Sim, estudamos e planejamos muito nosso trabalho.
Sim. Vejo uma vocação e satisfação pessoal.
Sim. Faço com responsabilidade.
Sim. Me reconheço como profissional da Educação Infantil e gosto do que faço.
Hoje sim. Mas é sempre um grande desafio conseguir agregar as atribuições e competências inerentes ao profissional de Educação Infantil. Até porque ainda não temos uma formação acadêmica que consegue atingir com plenitude essas funções. A busca é mesmo solitária e muitos se perdem nela.
Não, já me disseram que levo jeito e até pra fazer um curso de Pedagogia, mas diria que não, já pensei em sair da área várias vezes, só não saí porque tenho responsabilidades, e pra falar a verdade só estou aguardando um outro concurso em outra área aqui em Goiânia. Não que seja ruim ou que eu não goste, até acho que levo jeito mesmo, só que sinto como se não fosse meu lugar.
Sim!
Não, pois pra mim uma pessoa só pode ser considerada um profissional a partir do momento que o mesmo unisse a prática com a teoria.
Sim!!! Pq me identifiquei com o trabalho e continuo pesquisando e me especializando na área.
Sim, em construção.
Sim. É uma etapa em que me identifiquei e não tenho medido esforços em pesquisas e leituras para nortear minha atuação.
Sim, porque estou sempre estudando para ser um profissional melhor.
Sim, através dos dias de planejamento e de estudo, percebo que estou no caminho certo e é isso que eu quero.
Sim, pois nas ações de cuidar e educar faço com profissionalismo e respeito às crianças.
Sim, gosto de ajudar as crianças e as professoras.
Sim. Levo a sério a profissão. Estudo o BNCC.
Minha atuação tem sido muito respeitada e condiz com o meu fazer pedagógico.
Sim. Atualmente eu me reconheço como parte fundamental para formação dos alunos.

Inicialmente não, mas após receber feedbacks positivos das crianças, pais e colegas de trabalho, eu me reconheço e me vejo como um.
Sim, porque gosto.
Sim. Continuo estudando para melhorar meu concurso.
Sim. Pelos frutos de meu trabalho e reconhecimento, principalmente dos pais/famílias ao longo desse tempo.
Não. Estou estudando.
Não, sou auxiliar.
Sim! Por estar sempre em busca de aprendizados, me capacitando em busca de inovações pra essa faixa etária, e por gostar muito de ser e atuar como professor dessas crianças bem pequenas.
Não, sou auxiliar.
Não sou pedagogo.
Pelos conhecimentos adquiridos pela prática
Sim. Atuo diretamente no trabalho pedagógico das crianças.

23- Você encontrou barreiras para atuar na Educação Infantil? Se sua resposta foi sim, justifique sua resposta.

Fora algumas dúvidas percebidas em alguns pais e mães das crianças atendidas no CMEI, não houve qualquer outra dificuldade.
Sim, a postura em sala de aula, na Educação Infantil, é totalmente diferente do que eu estava acostumado. Então aprender a lidar com as crianças foi o maior obstáculo.
Não, fui bem acolhido no CMEI.
Não.
Não.
Não.
Não, foi tranquilo.
Não.
Não.
Sim dos pais.
Sim, dos pais.
Sim, das famílias.
Sim.
Sim, da instituição e principalmente as famílias.
Sim.
Muitas barreiras, desde a chegada na instituição até com a famílias que tinham preocupação com o meu trabalho.
Sim. A principal foi se colocar, se reconhecer, e se valorizar como profissional e parte do grupo, pois a todo tempo me sentia monitorado pelo olhar vigilante do outro e pelas indagações, na maioria não explícitas, sobre a capacidade (ou não) de dar conta do recado.
Sim, principalmente com as famílias e algumas colegas de trabalho.
Sim. A falta de treinamento e curso preparatório para exercer a função. Além de no concurso o cargo é mal descrito.
Somente a falta de valorização do profissional da educação.
Sim.
É uma área em que a sociedade infelizmente considera feminina.
Muita, principalmente o preconceito contra o homem na educação.

Sim... no início, alguns pais resistiam em ter um homem na sala de seus filhos. Com o tempo, estes mesmos se tornavam meus grandes parceiros para o desenvolvimento de minha prática. Quando iniciei em Goiânia, sofri perseguição da própria coordenadora do CMEI onde fui lotado, e também ataques velados por ser homossexual, embora eu mantivesse uma postura profissional no âmbito de trabalho, como eu sempre mantive.

Sim. Olhares enviesados vem de todos os lados.

Sim. As famílias não aceitam, depois vai nos conhecendo.

Sim. Sofro preconceito por ser homem.

Sim. Preconceito, olhares tortos, questionamentos sobre a minha capacidade em desenvolver atividades relacionadas à Educação Infantil apenas pelo fato de ser homem.

Sim. Por ser do sexo masculino sempre nos esbarramos no preconceito que na maioria das vezes vem das próprias colegas de profissão. Nunca tive problemas com as famílias.

Sim. No início senti um pouco de preconceito por parte de alguns profissionais e até mesmo de pais de algumas crianças! Mas como hoje a comunidade já me conhece não percebo isso mais.

24- Na instituição que você trabalha há outros profissionais do sexo masculino? Se sua resposta foi sim, em quais ocupações?

Sim. Como fui o primeiro homem a agregar à instituição, foi feita uma reunião comigo para ser esclarecido a possibilidade de ter alguma rejeição da comunidade e dos profissionais, a conduta com as crianças do sexo feminino principalmente. Junto à comunidade não tive discriminação direta e sim um grande respeito pois fiz questão de me colocar à disposição deles para qualquer situação que não gostassem, e até o momento o diálogo está muito bom. Já com os profissionais de educação já aconteceu de tudo; a parte diretiva achou melhor que não desse banho em meninas, apenas nos meninos (concordei pois estava entrando a pouco e não iria entrar em questionamento e também não sabia como seria com as famílias), foi informado às família por meio de bilhete que a instituição teria um auxiliar homem. Tive várias situações constrangedoras com professores e profissionais, até questionando se era homossexual, professoras que não queria trabalhar comigo pois não podia dar banho. Foi colocado que tinha que tomar cuidado com o tom de voz, pois era homem e podia assustar as crianças, e também com os profissionais, pois podia parecer ofensivo. Já fui confundido com professor pelas famílias, pois tinha um perfil de liderar e organização dinâmica na sala e etc.

Sim! Na Educação Infantil ainda temos que quebrar alguns tabus, alguns pais ainda mostra um pouco de resistência não reconhecendo homens na Educação Infantil.

Sim, preconceito por ser homem nessa área, amigos dizendo coisas tipo, ah, vai limpar bumbum de neném ou então agora vc é o titio XXX, entre outros. Na instituição, alguns olhares e murmúrios de descontentamento (dos pais), mas era de se esperar, afinal eu fui o primeiro homem a chegar no CMEI para trabalhar diretamente com as crianças. Vi também relatos dos gestores sobre ter sido muito difícil esse primeiro momento da minha chegada, mas nunca se aprofundaram muito no assunto, penso que para me preservar. Nunca fui destrutado na instituição, nem por pais (mesmo tendo notado o descontentamento de alguns) tão pouco por funcionários.

Sim. Sempre tem algum pai ou mãe de criança da instituição que te olha com desconfiança.

Sim. Existe muito preconceito com o homem na Educação Infantil. Muitas atividades são limitadas pelo simples fato de ser homem.

Sim. Resistência de algumas pessoas por eu ser homem.

Sim! Preconceito por ser homem nesta área e com a família em geral.

Sim! Preconceito por ser homem.

<p>Sim, bastante. Não imaginava o preconceito existente por ser homem neste processo da Educação Infantil. Logo que cheguei ao trabalho percebi que a segurança do concurso público não seria o fator determinante para permanecer no serviço. Os pais, familiares e responsáveis pelas crianças não gostaram nenhum pouco da minha chegada à instituição, naquele momento eu me tornava o primeiro homem a trabalhar como auxiliar, ou seja, eu trabalharia diretamente com as crianças, foi e é um tabu para todos. Percebo que com o passar do tempo este fardo fica cada vez mais leve, mas muito depende do meu posicionamento de enfrentar o preconceito e também da instituição que me amparou e está ao meu lado.</p>
<p>Homens trabalhar na Educação Infantil e graduar em Pedagogia sempre causa estranhamento na nossa sociedade, principalmente a brasileira. A presença masculina em uma ambiente quase genericamente feminino e infantil é um desafio para homens na Educação Infantil.</p>
<p>Sim, desde o primeiro dia sempre existiu preconceitos por parte dos pais, maridos das regentes, a nossa realidade foi apresentada para sociedade sem conter o modo de uso. Não temos um manual de referência para o auxiliar homem na educação.</p>
<p>Sim. Quando se entra na Educação Infantil sendo do sexo masculino, há aquele olhar e sentimento de um estranho no espaço geralmente habitado por mulheres. É necessário conquistar seu espaço e a aceitação das famílias para desenvolver o seu trabalho. Mas no meu caso, tive um apoio da equipe diretiva, o que me ajudou bastante a permanecer e desenvolver meu trabalho.</p>
<p>Para ser sincero, sim, talvez, mesmo que outros, mas sim. No começo foi por mais que soubesse como era o trabalho no CMEI, por já ter passado por estágio supervisionado na Educação Infantil e ter recebido da instituição de ensino na qual eu trabalho. Os olhares e perguntas de pais e/ou responsáveis e até de servidores, mas acredito que com o passar do tempo a situação mudou e hoje posso dizer que tem sido reconhecido o meu trabalho.</p>
<p>Sim, uma resistência de uma pequena parte dos pais das crianças.</p>
<p>Sim. A cultura dos CMEIs era de servidores do sexo feminino. A comunidade também não aprovava homens em CMEIs. Hoje temos apoio da maioria de pais e mães.</p>
<p>Sim. No começo Preconceito da instituição, das famílias.</p>
<p>Sim! Pela Educação Infantil ter sua origem atrelada a questões femininas, e também por a tarefa de educar crianças pequenas ter se constituído historicamente como uma tarefa feminina, a presença de homens nessa etapa ainda é vista com estranhamento pela comunidade que envolve as instituições de E.I. Já ocorreram situações constrangedoras envolvendo famílias e também colegas de trabalho.</p>
<p>Algumas, ainda existe um preconceito quanto a homens, muitos acreditam que no Brasil há uma cultura do estupro, e devido a isso pessoas enxergam os homens como estupradores em potencial.</p>
<p>Sim, muito preconceito por ser homem, negro e homossexual.</p>
<p>Sim, por eu ser do sexo masculino.</p>

25- Na sua compreensão, como as famílias concebem seu trabalho?

Tranquila	Insegura	Outros
61,2%	32,7%	6,1%

26- Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela?

Sim	Não
71,4%	28,6%

27- Ainda se tratando das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

Pelo simples fato de ser homem já é motivo suficiente para amedrontar as famílias. As pessoas temem o que as é desconhecido, e a presença do homem na Educação Infantil ainda é desconhecido. Em geral, as famílias com meninas apresentam mais desconfiança, devido a Educação Infantil ter como especificidade o cuidado e a higiene das crianças.
Elas acham que vamos abusar de seus filhos. Ficam inseguras, é uma preocupação sem sentido, mais entendo o lado delas no mundo que vivemos e sempre bom estarmos atentos a tudo.
Na questão do banho, em relação às crianças do sexo feminino.
O aspecto do cuidar era maior com pais de crianças do sexo feminino. Na instituição que trabalho auxiliares homens não acompanham o banho das meninas, isso tranquilizou a comunidade.
Acredito que seja uma herança social por conta do magistério ter sido voltado apenas para mulheres.
Acredito que por medo de maus-tratos com seus filhos, pois são fatos que estão acontecendo e estão sendo mostrados com frequência nas mídias.
Por ser homem em um lugar social destinado as mulheres.
Nunca chegou a mim pessoalmente, quando entrei eu percebia alguns olhares estranhos, provavelmente questionaram a direção na época, mas sempre ficou por lá o assunto, a diretora na época conhecia o meu trabalho, comprometimento, caráter e já resolvia essa situação sem precisar que isso chegasse até mim.
Eu acredito que seja por que uma pessoa do sexo masculino irá acompanhar no banho e das necessidades fisiológicas.
Por motivos de insegurança de gênero, por exemplo, algumas famílias questionam como ocorrem os momentos do banho das crianças.
O fato de ser homem, medo do abuso na hora do banho.
Acho que existe um senso comum que homem não pode cuidar de crianças.
Quando iniciei na Educação Infantil a pouco mais de dois anos atrás a primeira impressão, principalmente os olhares, já mostravam a estranheza dos pais. Diretamente para mim não foi passado nada, mas com certeza houve um alvoroço muito grande entre eles e a gestão.
Normalmente o estranhamento de um profissional masculino em um ambiente historicamente ocupado por mulheres e o lidar entre profissionais do sexo masculino com crianças do sexo feminino.
Os familiares tem medo do abuso infantil basicamente. Além do que nossa cultura não vê o homem parte do processo de educação, assim como é cuidado do filho. Sendo assim, parece muito estranho.
Medo pedofilia!
Medo violência global! Medo da pedofilia! Abusos etc.
Penso que a mulher tem uma visão mais cuidadora, maternal do que o homem.
Não sei.
Receios quanto ao contato com a criança.

A falsa impressão de que apenas o homem pode abusar de uma criança.
Por estarem acostumadas a ter sempre professoras e auxiliares de atividades educativas do sexo feminino.
Se houve, não foi explícito.
Não sei dizer os motivos. Para falar a verdade é um assunto no mínimo delicado. Mesmo eu hoje profissional da área ficaria inseguro de deixar meu filho (quando tiver um) em um local para um homem cuidar, afinal a cultura prega que quem cuida (salvo alguns animais) é a mãe e mãe é mulher. Para os pais já é difícil deixar os bebês com pessoas (mulheres) que eles não conhecem, imagina um homem. Hoje mesmo que eu não trabalhasse mais no CMEI, deixaria meu filho sem problema algum ali, nessa instituição, pois conheço o trabalho, mas em outro lugar, supondo que não conhece ninguém, também deixaria mas com pouco de receio e não tão despreocupado. Mas não sei dizer os motivos, acho que é zelo, cuidado. Pense bem, você não deixaria a sua casa para uma pessoa desconhecida cuidar, o carro você leva em mecânico de confiança ou fica supervisionando o serviço, imagina seu filho. Insegurança dos pais sempre vai existir, ao longo do ano ela acaba, e começa de novo no fim do ano, quando começam os questionamentos, quem vai ser a professora ano que vem, vocês não vão mais ser os professores dele(a) e assim vai.
Sim.
Pelo mundo que vivemos as pessoas não se respeita, ainda mais se tratando de crianças elas(e) de olha como uma pessoa estranha.
Principalmente com o cuidado íntimo, Banho e troca.
Por preconceito mesmo!!!
Por ser algo atípico na educação e sociedade, além de receio do auxiliar ter uma conduta antiética ou perversa com a criança.
Penso que é uma questão cultural.
Eu acho que elas têm medo de abuso sexual, tem medo de que a gente abuse as crianças, principalmente as meninas.
Tem medo de que eu moleste as meninas, ou que eu incentive os meninos a serem gay.
Medo de eu abusar dos filhos deles.
Possível abusador; pessoa que não tem habilidade em lidar com crianças pequenas; nunca terem visto homem trabalhando com Educação Infantil.
A questão é mais sobre as meninas, alguns pais não se sentem confortáveis em ter um homem orientando/executando a higienização da sua filha. Quanto a meninos não há problema.
Não.
Ser homem.
Elas não acham normal.
Tem medo de que a gente abuse das crianças.
Medo do abuso de vulnerável.
Preconceito.
Como foi estipulado um padrão pela sociedade de que as mulheres devem cuidar das crianças, alguns pais se sentem inseguros com a presença masculina em sala de aula.
Principalmente na hora do banho.
Medo de pedofilia, abuso sexual, nos veem como raposas vigiando o galinheiro.
Medo do abuso de vulnerável.

28- Como as demais profissionais lidam com sua presença na instituição?

Acham normal	Pensam que ali não é lugar para mim	Não demonstram o que pensam
68%	12%	20%

29- E as crianças, estranharam a sua chegada?

Não, mas sou frequentemente chamado de tia rsrs. (Não dá pra marcar mais do que uma na questão 30, mas trabalhei com crianças dos agrupamentos C-D-E-F).
Não, pelo contrário. Muitas me chamam de pai. A relação é muito boa, elas gostam da figura masculina na sala.
Não.
Não, pelo contrário. Foram eles continuam receptivas.
Não.
A maioria das crianças gostam da minha presença em sala, mas de vez em quando algumas têm um pouco de receio.
Nenhuma. Aliás adoraram a figura do sexo masculino. Muitos não tinham referência em casa.
Não.
No começo sim. Depois adoraram. Hoje em dia de ver a gente nos corredores, refeitório, áreas de convivência comum ou quando vamos ajudar em outros agrupamentos, já sou um rosto conhecido.
(Essa resposta é para as perguntas 28 e 29) No começo sim, principalmente por ser o primeiro homem para a minha função no CMEI, mas hoje é normal e tranquilo tanto com as crianças como com os servidores.
Não. No início foi algo fantástico para elas, foi algo novo e elas gostaram muito de mim, e permanece um bom relacionamento professor x criança.
Não.
Não, sempre são os pais que estranham.
Não percebi essa estranheza, ao contrário, eu percebi uma ótima aceitação delas.
Não, sempre foram bem receptivas em todos os aspectos.
Estranharam não é a palavra que se assemelha, apesar de parecer estranhamento, as crianças ficaram surpresas, parte do estranhamento surge na fala das crianças devido a reprodução dos pais a elas.
Não! Pelo contrário tenho que me impor pra não haver desordem!
Nao.
Não!
Não.
Não.
Foi um estranhamento positivo.
Não.
Sim. Fui o primeiro auxiliar de atividades educativas da instituição do sexo masculino, então estranharam um pouco.
Não. Não percebi diferença do estranhamento que normalmente ocorre também com as professoras no período de adaptação. Não houve por parte das crianças nenhum indício de reprovação por ter um professor e não professora.

Na verdade não, acho que eu bem mais que eles. Não lembro de nenhum evento nesse sentido, quando cheguei fui para o agrupamento EI-F (hoje extinto na nossa instituição) eu interagia muito com eles, brincava, corria... Acho que por serem maiores eu teria notado algo nesse sentido, mas não. E também tinha uma boa relação mesmo com as crianças dos outros agrupamentos, óbvio que quando, em algum momento, fosse eu pegar um bebê (agrupamentos A e B) alguns faziam o maior berreiro, mas acho que assim não conta, afinal nessa fase é diferente e eles choram até com os professores do próprio agrupamento.
Às vezes.
Eu acredito que não.
Não.
Não!!! Quando eu entrei era coordenador pedagógico e quando fui atuar em sala a maioria delas já me conheciam.
Não.
Não.
Estranharam um pouco, porque lá nunca tinha trabalhado homem eu fui o primeiro.
Não.
Não, gostam e até perguntam que dia vou para a sala delas.
Sim, pois lá só tinham mulheres quando eu cheguei.
Não.
Não.
As crianças sempre trataram com muita naturalidade. Muitos diziam que legal, vou ter um tio homem.
Não, pelo contrário gostaram bastante.
Não.
Não, só a família
Não, pelo contrário... Elas se envolvem com naturalidade e apresentam afetividade, carinho e respeito.
Não, temos boa interação
Não, gostam de mim e eu delas.
Não.

30- Você já trabalhou em quais agrupamentos? Pode marcar mais de uma opção.

Agrupamentos	Porcentagem
Agrupamento A (berçário)	2%
Agrupamento B (1ano)	6,1%
Agrupamento C (2 anos)	12,2%
Agrupamento D (3 anos)	28,2%
Agrupamento E (4 anos)	10,2%
Agrupamento F (5 anos)	30,6%

31- Na instituição que trabalha é oportunizado a você escolher o agrupamento que quer trabalhar? Se sua resposta for não justifique-a.

Não. As coordenadoras e a diretora diziam preferir lotar os homens em agrupamentos maiores, creio que por conta do trocar de fraldas, habilidade que provavelmente os homens não são capazes de adquirir.
Não. Quem decide é a coordenação.
A instituição foi colocando os homens nas salas começando dos maiores para menores, quando cheguei fui trabalhar no agrupamento C, mais pra frente foi dado a opção de trocar de sala.
Não. Sou sempre lotado em turmas F1 ou F2.
Não, preferem evitar de me modular em agrupamento que exija maior contato com as crianças e seus corpos (exemplo: trocar a fralda de criança). E eu não acho ruim.
Não, devido à falta de funcionários é feito a lotação dos funcionários de acordo com o perfil da turma.
Sempre fiquei com a turma maior.
Sim.
Sim.
Não, a gestão que organiza, geralmente é o D, E e F. Não há uma escolha por nossa parte, mas a direção faz um estudo e faz o direcionamento dos auxiliares (mas ao chegar a instituição foi evitado a princípio as sala das crianças menores, mas depois de um ano trabalhando no CMEI e a confiança em meu trabalho, mudou essa situação).
Sim, mas há a modulação juntamente de todo o grupo, sendo feito o sorteio caso tiver empate de funcionários no agrupamento escolhido.
Não.
Bom, quando cheguei a orientação foi para ficar com os maiores, e só uma regente aceitou ficar com auxiliar homem.
A gestão da instituição nos diz que não podemos escolher específicos agrupamentos, porém no meu caso sempre optaram por agrupamentos de 4-5 anos.
Sim.
É oportunizado que digamos nossa preferência por determinado agrupamento, mas no final das contas será decidido o que for melhor para a instituição.
Não.
Sim.
Não, você trabalha onde tem vaga.
Não.
Sim.
Não. Na instituição que trabalho quem escolhe em qual agrupamento ficaremos são coordenadoras e diretora.
As vezes sim. A gestão procura colocar profissionais nos agrupamentos que tem maior afinidade, mas isso nem sempre acontece.
Não, quando cheguei (maio de 2017) fui para o F, no final de 2018 o F foi extinto e contra minha vontade, pois queria continuar com os maiores (no caso o agrupamento E), fui pra o B (que agora tinha dois agrupamentos B1 e B2). Ao final de 2019 o B2 que eu estava passa a ser C2, e lá vou eu, mas dessa vez eu nem questioneei, pois a equipe diretiva foi bem enfática na minha primeira investida.
Não! A modulação foi feita bem democrático.
Sim, apesar que durante o ano é muito comum você trabalhar em todos os agrupamentos por causa das faltas.
Geralmente a gestão passa uma lista pra colocarmos qual Agrupamento temos interesse de atuar, eles analisam e veem se dá certo a distribuição mas quando não dá certo fazem um

sorteio. Se algum professor não concordar eles pode negociar com alguém que queira trocar o Agrupamento.
Não, pois a direção faz um rodízio entre os auxiliares e depende da vacância da vaga.
Às vezes.
Sim, mas se tiver rejeição a diretora faz modificações para me resguardar.
Sim.
Não, sempre me colocam no 5 e eu até prefiro.
Somente o 4 ou 5, menor não deixam, um dia pedi o agrupamento 2 e a diretora não deixou.
Sim.
Sim, os homens podem escolher os maiores.
Sim!
Não, a diretora não possibilita a escolha.
Não, não sei.
Não, no começo era a professora que podia ficar com auxiliar homem, hoje fico no B onde tem dois auxiliares.
Não.
Sim.
Não, a direção e coordenação.
Não.
Sim.
Não.
Não, a diretora é que organiza.
Não. Geralmente é decidido pela gestão da escola (CMEI).
Sim.

32- Em relação ao relacionamento com as famílias das crianças que você atende, o que você tem a dizer?

De início a minha presença causa estranhamento, mas eu desempenho meu trabalho para as crianças, evitando me preocupar com o que estão pensando de mim. Com o tempo o estranhamento parece desaparecer, ao menos em sua forma mais evidente. Nas datas festivas (dia dos professores, páscoa, natal) costumo receber presentes das famílias.
É muito bom por sinal, os pais me respeitam e me tratam muito bem.
Tenho um relacionamento normal, sem atrito, algumas tem um contato maior principalmente o pai, que estende para outros assuntos.
Muito bom o relacionamento com todos.
Nada.
A relação é boa, os pais se sentem à vontade de conversar comigo e de deixar as crianças no meu agrupamento.
Tenho um bom relacionamento.
Muito bom.
No últimos dois anos fiquei praticamente com as mesmas crianças. Foi super tranquilo e me trataram muito bem.
Acredito que no começo havia um preconceito das duas partes, da minha, por medo de ser rechaçado, e eu sentia da parte, uma desconfiança, contudo isso foi superado.
Hoje em dia há um relacionamento profissional bom, as famílias parabenizam o trabalho feito com as crianças, ressaltam que as crianças falam bastante de mim, entre outros motivos que induzem há um bom relacionamento instituição x família.
Que gostam do meu trabalho

Que as famílias mais esclarecidas são ótimas, mas quando há ignorância fica tudo terrível.
Sempre em um primeiro momento (início do semestre) eu percebo ainda uma certa desconfiança de alguns pais, porém com o passar do tempo percebo uma melhora em nossas relações. Acho que o <i>feedback</i> das próprias crianças ajudam nessa melhora das nossas relações.
Sempre houve um relacionamento amistoso e cordial com a maioria absoluta das famílias.
Não tenho crítica para fazer aos familiares e responsáveis, eu entendo em parte sua preocupação, e uma questão a ser trabalhada, tudo que é novo assusta. Contudo reitero que tal novidade não é justificativa para se aceitar o preconceito.
Já tive algumas indiretas ou comentários, mas no geral é tranquilo pra mim!
Normal, todos aparecem serem amistosos.
Não nos veem com bons olhos.
Boa, tranquilo.
É bom.
Inicialmente apresentavam receios. Hoje, quando sou trocado de agrupamento, as famílias expressam que sentem falta.
Tranquilo. Ganho muitos presentes kkkk.
De uma maneira geral relacionamento harmonioso.
No início do ano letivo, pude observar que havia insegurança por parte de algumas famílias, principalmente de pais de meninas. Mas isso não prolongou por muito tempo, logo se transformou em afinidade, durante o decorrer do ano letivo. Ao final, tivemos uma devolutiva muito positiva, com vários depoimentos de pais que aprovaram a metodologia e os trabalhos desenvolvidos. Quando você mostra de forma transparente que consegue gerir a sala e avaliar o desenvolvimento de uma criança, eles se abrem de maneira positiva.
Maravilha. O que mais eu poderia dizer. O ano de 2018 foi o melhor pra mim, final de ano os pais agradecendo, abraçando, colocaram até uma faixa na porta do CMEI em agradecimento, com os nomes dos professores do agrupamento. 2019 não foi muito diferente, pais agradecendo, fotos para recordação, até presentinhos, uma mãe que trabalha num supermercado da região até perguntou se eu não poderia ser o professor da filha dela de novo no próximo ano. Sensação de dever cumprido e que, sim, fiz um bom trabalho.
Daquelas crianças que os pais são bem presentes, que participa das reuniões quando são informadas, temos um bom relacionamento.
Que inicialmente há um estranhamento, mas que no decorrer há um ganho de confiança que permite que muitos tenham um bom convívio e respeito.
Sempre tive um bom relacionamento com as famílias!!!
Há uma estranheza no trato.
Relação de corresponsabilidade pelo desenvolvimento da criança. Parceria 100%.
Sempre procuro ser respeitoso, entender elas e não culpa-las de nada. Mesmo quando sou vítima de preconceito e homofobia.
É um relacionamento tranquilo.
Procuro ser respeitoso com todos, e mostrar que só quero fazer o meu trabalho.
Eles ficam na dele e eu na minha.
Tranquilo. De respeito. Harmonioso.
Bom relacionamento.
Inicialmente as famílias tinham muito receio da minha presença dentro da sala de aula e na realização de atividades como o banho, mas hoje eu tenho o respeito das famílias, sempre tenho um Feedback muito positivo por eles e sei que isso é muito motivado pelo carinho que as crianças tem por mim.
É bom, tenho a impressão que se sentem mais intimidados a fazer reclamações.
É tranquila.

As relações têm sido cordiais e amigáveis.
São cordiais.
As relações não são próximas.
Temos sempre um bom diálogo, e a família sempre está andando lado a lado com a instituição!
É boa com respeito.
Tem mais proximidade com as mulheres.
Pouco contato.
Melhorou significativamente, os pais confiam mais e me parabenizam.
Hoje é tranquilo.

33- Em relação aos colegas de profissão, como se dá o trabalho no cotidiano?

Tranquilamente. Tenho um bom relacionamento interpessoal, sempre me disponho a ajudar, e as colegas sabem que podem contar comigo sempre. Até hoje só tive problemas com a coordenação, por enfrentamentos relacionados a gênero, claro, mas consigo argumentar com razão em meus posicionamentos contrários à pensamentos infundados que envolvem meu trabalho na e.i.
Nós somos amigos e vivemos cordialmente uns com os outros.
Normal, sem nenhum problema.
De maneira normal e profissional.
Profissionalmente bom.
São bastante companheiros, e mantemos uma relação amigável.
Bom relacionamento.
Muito bem.
Bem tranquilo, acolhedor. A maioria gosta e expressa que é bom trabalhar com um homem em meio a tantas mulheres.
Tranquilo e bem harmônico.
Temos uma equipe de trabalho unida, cada um tem seu cargo e funções, mas há respeito, bastante conversas e sempre que possível ajuda um ao outro no agrupamento ou tarefa.
Muito bem.
Acho que normal.
Tenho tido boas experiências com os colegas tanto no profissional quanto nas interações interpessoais.
O ambiente de trabalho é tranquilo e não tive nenhum problema de relacionamento interpessoal com meus colegas.
Muito tranquilo no contexto geral. Como todo trabalho a opiniões diferentes.
Sociável! Tranquilo!
Normal.
Sociável! Tranquilo!
Nos relacionamos bem.
Tranquilo.
Existe muito preconceito.
Ótimo.
Um trabalho tranquilo.
Hoje, parceria, mais ainda percebo um olhar desconfiado de algumas e de outras, concorrência.
Nossa equipe é muito boa, culpa da equipe diretiva. Temos algumas falhas, somos humanos afinal, mas no geral fazemos um ótimo trabalho em equipe.
Todo seu ambiente de trabalho tem seus altos e baixos, mas eu acredito que tenho um bom relacionamento.

Como já falando anteriormente há muito preconceito, mas também há muito apoio e ajuda para fazermos bem o nosso trabalho.
Me dou bem com todos.
Nada além do normal do trabalho. O que tende a melhorar, pois equilibra a quantidade de homens e mulheres.
Em alguns momentos há conflitos, mas todos solucionáveis.
Muitas colegas me apoiam, tem outras que não gostam de trabalhar comigo porque se não elas ficam sobrecarregadas e tem que ajudar banhar as crianças, eu só banho os meninos e pronto.
Todos cooperam entre si.
Muitas colegas não gostam de trabalhar comigo, chegam a ir até a coordenadora pedir.
Muitas pensam que estou forçando a barra. Um dia uma colega me disse que sempre vai achar estranho homens na Educação Infantil.
Muito envolvimento.
Rotina normal do CMEI e na hora do banho dou banho nos meninos e a professora nas meninas.
Muito tranquilo, todos me respeitam bastante e me motivam a continuar e crescer na carreira da educação.
O relacionamento é bom, cada um no seu espaço e na sua função.
Normal.
Com os colegas sempre foi tranquilo, só quando substitui uma contrato que ouvi que estava tirando o lugar de uma mulher na RME.
Normal, respeito para ser respeitado.
Tranquilamente, salvo quando uma ou outra colega demonstra sutilmente discriminação, ao descobrirem sobre minha orientação sexual.
Tranquilo, me dou bem com todos.
Sempre com muito profissionalismo, parcerias e muito bom humor.
Nos respeitamos.
Temos alguns embates, mas é tranquilo.
Normal.
Tranquilo, um ajudando o outro na medida do possível.
É bem tranquilo.

34- A gestão articula o trabalho educativo e pedagógico a fim de promover parcerias?

Mais ou menos.
Sim.
Parcerias não está especificado na pergunta.
Sim.
Sim, sempre estamos precisando de ajudas ou ajudando colegas, o que é promovido pela gestão.
Sim.
Sim.
Sim.
Sim.
Sim. Temos planejamentos semanais para estudos e organizações do trabalho, sempre que há déficits ocorrem remanejamentos internos para suprir as dificuldades e realizar o atendimento com as crianças. Portanto, em minha opinião ocorre a articulação educativa e pedagógica da gestão educativa.
Sim.
Sim.

Sim. Em nossos planejamentos sempre é discutido essas parcerias, e muitos projetos são realizados com parcerias dos professores.
Sim.
Sim, contudo a individualidade de cada ser humano é que de fato será fato decisivo para uma boa relação no final das contas.
Sim! Ficamos na união e interação da equipe para uma boa parceria!
Sim.
Sim! Ficamos na união e interação da equipe para uma boa parceria!
Sim.
Sim, tenta.
Não entendi bem o contexto dessa pergunta. Nossa gestão é ótima, às vezes um puxão de orelha aqui outro ali, mas é para uma boa causa. Está sempre presente para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, tem sempre uma sugestão a dar e o mais importante, está sempre aberta a ouvir sugestões. Dá muita autonomia aos professores.
Sim.
Em parte sim mais e preciso ter mais novos passos.
Sim.
Sim.
Sim.
A diretora fala que eu sou uma pessoa boa é responsável, fica do meu lado e fala que devo tomar cuidado para não ficar abraçando e nem pegando a crianças no colo, ela orienta para eu não correr risco.
Sim.
Nem sempre, pedem para que eu não me envolva com os pais sem a presença da coordenação.
Poucas vezes.
Sim.
Poucas vezes.
Sim.
Às vezes.
Sim.
Sim, durante o curso para auxiliares trocamos muitas experiências.
Sim.
Sim.
Às vezes.
Sim, sempre!
Sim.
Às vezes.
Sim.
Sim.
Sim.

35- E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

Nunca foi necessário uma reunião geral ou individual para tratar de minha presença.
Quando entrei houve uma apresentação às famílias. Hoje não mais.

Durante o ano tem várias atividades onde a família está presente, onde aumenta o contato entre o profissional e a família.
Orienta os pais a tirarem dúvidas direto conosco.
Bom, a equipe sempre se mostra bastante aberta para fortalecer esses laços caso haja alguma necessidade.
Sempre temos eventos que favoreçam a presença dos pais, e isso favorece a nossa interação.
Sempre temos projetos onde inclui família e sociedade na escola.
Nada.
Não fez nada. Mas se precisasse seria feito com certeza. Mas o que acontece é algo que acontece naturalmente, eles percebem o carinho que as crianças tem por mim e me tratam de acordo, com respeito e carinho.
Eu acredito que até houve, mas não para estreitar essa relação, mas para informar aos pais que a presença masculina no CMEI era inevitável e que mais iriam chegar.
Pensamos sempre no contato das famílias no espaço de trabalho, elas sempre participam da avaliação institucional, das festas e culminâncias pedagógicas, escutamos críticas e elogios por meios de questionário no Facebook e deixe aqui seu comentário no dia das festas da família, entre outras atividades.
Não.
São feitas reuniões, a diretora explica o serviço do auxiliar homem na instituição o direito que eu tenho em assumir meu concurso.
Nos projetos pedagógicos em que tem a participação dos pais. Nas festas das famílias onde apresentamos esses projetos e nas reuniões com os pais.
Há um cuidado e um esforço grande para a participação da família no cotidiano das crianças e do CMEI, seja através de reuniões, eventos, festividades, conversas e atividades. Todo esse esforço reflete no estreitamento de laços entre as famílias e todos os profissionais.
Inicialmente a novidade não foi falada aos pais, daí houve um grande atrito, posteriormente foi trabalhado de forma mais natural possível minha presença na instituição. Vejo que é novidade para a instituição também, então neste processo todos estamos aprendendo.
Reuniões e trabalhos diretos participativos com os pais!
Todo o possível.
Reuniões e trabalhos diretos participativos com os pais!
Dialogando sempre.
Projetos pedagógicos.
São realizados diversos eventos voltados à participação da família.
Compartilhado o meu comportamento na instituição.
Palestras e reuniões com as famílias das crianças.
Esse processo foi amplamente trabalhado, (reuniões com pais, exposição dos trabalhos realizados, parceria estimulada pela equipe gestora) o que oportunizou os resultados.
Dão muita liberdade no trato com as famílias e até cobram para nos envolvermos mesmo com elas, afinal essa cumplicidade entre família e professores faz muita diferença no desenvolvimento da criança.
Reuniões, café da manhã com os pais das crianças, mostra pedagógica etc.
No início foi muito pouco, pois também houve um receio. Após já teve um apoio melhor mais poderia ter maior empenho já que é algo bem novo na educação.
Fazemos vários eventos na Instituição com o intuito de serem mais participativos na vida educacional das crianças e estreitarmos os laços em benefício da educação das mesmas.
A Gestão da instituição fez/faz reuniões e orientações. Além de atividades para amenizar qualquer receio entre familiares e profissionais.
Comunicação objetiva, aberta e direta com as famílias.

Eles fala que meu trabalho é bom e que as crianças gostam muito de mim, e que eu banho só os meninos.
Nas reuniões de pais(mães), sempre estamos participando.
Pedem pra mim tomar muito cuidado com as famílias para eu não ser mal interpretado, manter sempre distância para evitar conflitos.
Sempre me apresenta em reunião para os pais.
Atividades culturais e reuniões.
Reuniões de famílias e orientações.
A equipe diretiva sempre tenta me apresentar aos pais e explicando um pouco sobre a minha trajetória dentro da instituição e sobre o carinho das crianças por mim.
Não está muito preocupada, eu sempre recomendo, no começo do ano letivo, uma reunião com os pais para uma apresentação, mas isso não é feito.
Ações variadas.
Reuniões para esclarecimentos com a família.
A aproximação entre nós, durante os movimentos onde fica evidenciado o meu profissionalismo e empenho.
Reuniões, bate papos com as famílias.
Reuniões.
Reuniões e festas.
Sim.
Através de muita comunicação, aproximam os pais da realidade da educação dos filhos.
Explicam que hoje em dia é normal em todas instituições

36- A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres?

Não. Há certas restrições para os homens, como a higiene das meninas e a presença de auxiliares homens com as crianças de 2 anos.
Lógico que não, há o preconceito velado de que somos animais que vai abusar de seus filhos. Como se só homem fosse abusador de criança.
Não, a cultura está muito forte ainda em relação ao preconceito com o homem na Educação Infantil.
Não.
Acredito que sim.
Na maioria dos casos sim, mas sempre que uma atividade braçal é proposta, essa tem a prioridade de ser executada pelo profissional homem.
No começo tinham uma visão diferente. Mas agora veem que cabe cada uma no espaço.
Sim.
Alguns ficam com o pé atrás antes de conhecer (pais), os demais profissionais sabem do meu trabalho e até preferem que eu trabalhe com as crianças deles em detrimento a outros profissionais do sexo feminino. Ano passado uma mãe, que é professora da rede particular, me viu a primeira vez na sala do filho dela, ficou muito eufórica que demais, uma presença masculina na sala e foi muito gratificante ser recebido dessa maneira.
Os olhares desconfiados normalmente vem de pais de meninas.
Acredito que não, mas tenho tentado deixá-la a mais próxima possível.
Não. No geral, o homem ainda está conquistando seu espaço na Educação Infantil, portanto ainda não se tem a mesma visão.
Não.

Não.
Ainda não percebo totalmente essa igualdade do homem na Educação Infantil.
Sim.
De maneira nenhuma. O patriarcado é uma questão cultural em nossa sociedade, que influencia diretamente como homens e mulheres terão seus papéis definidos na sociedade.
Não! Mas podemos mudar essa história! A criança precisa de uma figura masculina pra ensinar e orientar outras crianças que não tem o pai, tio, avô; enfim alguém do sexo masculino pra informar suas dúvidas diárias e de conflitos internos!
Não posso informar.
Não! Mas podemos mudar essa história! A criança precisa de uma figura masculina pra ensinar e orientar outras crianças que não tem o pai, tio, avô; enfim alguém do sexo masculino pra informar suas dúvidas diárias e de conflitos internos!
Acho que não.
Acho que sim.
Não. Ainda há receio com o profissional masculino.
Sinto que sim.
Com relação à gestão e profissionais não vejo diferenças por ser homem na Educação Infantil. Os pais das crianças veem os homens de uma forma diferente sim.
Não. Ainda não conseguem perceber que é a formação que capacita o profissional para atuar na Educação Infantil e não o sexo.
Não mesmo. Não dá para igualar. Eu não me vejo igual a minha colega (auxiliar) de agrupamento, quem dirá as famílias. Nunca ocorreu comigo, mas há relatos de pais que não entregam o filho para o profissional homem. Entendo os motivos, não faço questão e até acho plausível que para evitar problemas tenhamos o mínimo de contato com as crianças do sexo feminino, mas somos orientados pela gestão a não acompanhá-las ao banheiro, não auxiliá-las na troca de roupas. Daí se vê que não somos vistos de maneira igual.
Quando você tem um tempo na instituição e ambos já conhecem o seu trabalho como profissional e sua índole como pessoa (sim).
Nunca, Não.
Até conhecerem o trabalho do profissional não.
Grande parte sim, mas existe a natural diferença de gênero.
Não.
Eles confiam mais nas mulheres, principalmente no banho e para trocar a fralda.
Creio que sim.
Nunca, quando chegamos parece que chegou mais um problema, nos avisa de cara vamos ter problemas com as famílias com sua chegada, elas não vão te aceitar.
Não, eles confiam mais nas mulheres, principalmente para dar banho e trocar fraldas.
Sim. Estamos ali para desempenhar as funções do cargo.
Não.
Não. Todo começo de ano é um trabalho de conquista pelo meu espaço dentro da Educação Infantil, mas não é algo muito difícil. Logo as famílias percebem que o trabalho desenvolvido é o mesmo independente de gênero.
Não, elas nos veem como questionadores e cabeças duras.
Acho que sim.
Não.
Não.
De modo geral, ainda não!
Não!
De um aspecto geral, acredito que sim.

Sim.
Não.
Não.
Não tive indiferença por parte da gestão.
Não.
Não, ainda nos veem como invasores de um espaço que não é nosso, para cometer as segundas intenções.
Nunca, nos veem como lobos que vai abusar das criancinhas.

37- No que trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições por ser homem?

Sim. A higiene das meninas não é direcionada aos homens.
Não há, trabalhamos igualmente. Porém para nos resguardar nesse momento sempre fazemos a higienização das crianças perto da professora para evitar algum mal-entendido.
Sim, foi passada uma orientação para que o homem não realize essas atividades em meninas.
Sim. Acompanho o banho apenas dos meninos.
Não.
Restrições não, mas sim preferência. Principalmente na troca de fraldas e no banho.
Não trabalho com as crianças bebês logo só não troco fralda. Mas banho e sono são minhas atribuições, inclusive em edital.
Sim. A direção recomenda que profissionais masculinos não deem banho em meninas.
Sem nenhuma restrição. Eu sempre banhei as crianças desde o primeiro dia de trabalho. Na hora do repouso normalmente também como nos outros agrupamentos.
No começo sim, mas atualmente nenhuma.
Parcialmente sim, para evitar conflitos familiares, eu oriento o banho pedagógico somente dos meninos.
Não.
Sim, banho sempre restrito aos meninos desde o primeiro dia de serviço, isso eu pedi e foi acordado com o CMEI.
Sim. Acredito que cada instituição tem sua independência para designar cada função dessas. Onde eu estou, acompanho apenas os meninos em um banho pedagógico antes do almoço e na hora do sono. Sei de lugares que homens trocam fraldas e acompanham todas as crianças no banho. Acredito que as instituições ainda tem muito receio junto aos pais nessas atividades.
No momento do banho eu auxílio apenas as crianças do sexo masculino e a professoras as crianças do sexo feminino. Não há troca de fraldas no meu agrupamento. Durante o repouso não há nenhuma restrição.
Quando se trata de documento, não existe nenhuma restrição, mas é claro que existe uma prioridade que eu atue em agrupamentos maiores, isso não é falado mas é percebido.
Eu particularmente não dou banho em meninas! Quanto aos meninos não há toque físico só orientação da educação corporal e anatômica do corpo humano!
Não.
Eu particularmente não dou banho em meninas! Quanto aos meninos não há toque físico só orientação da educação corporal e anatômica do corpo humano!
Sim.
Sim, só auxiliamos os meninos.
Sim.
Eu dou banho sem problemas com gestão ou pais.

Não
Sim.
Complementando o que disse na resposta anterior, sim há restrições acerca do sexo feminino, mas acho aceitável e até correto.
Nos agrupamentos que eu tenho trabalhado sempre dou banho nos meninos, mas é minha função também dar banho nas meninas. E os demais tranquilo.
Tinha, mais acredito que com a rotina que é muito intensa não foi possível ter diferenças, pois as poucos foram obrigados a igualar as demandas de ambos.
Atuei apenas no Agrupamento V por opção e preferência minha mesmo e pela criança ter mais autonomia no banho!!! Mas não houve restrições quanto a isso!!!
Sim, nada de banho e fralda ou repouso existe certa restrição.
Não. Como gestor já realizei todas essas tarefas quando necessário.
Sim, para me resguardar eu só dou banho nos meninos e sempre tem alguém comigo.
Não, mas só banhamos os meninos maiores.
Sempre, nem chego perto dos banheiros.
Só dou banho nos meninos e é acompanhando. Sou proibido de dar banho sozinho.
Não.
Sim.
Banho eu só realizo em menino homem. Troca de fraldas e repouso não há restrições.
Para crianças acima de 3 anos sim. Os homens só cuidam dos meninos.
Sim.
Sim, não faço troca de fraldas, banho e nunca fico sozinho no repouso.
Não, banho os meninos.
Sim!
Não, só as mulheres dão banho.
Não damos banho nas meninas.
Não. Não somos autorizados.
Sim.
Sim.
Sim.
As mulheres banham as meninas e os homens banham os meninos. Não troquei fraldas até o momento.
Não, fazemos tudo que as mulheres fazem.
Demais da conta, muitas vezes pedem para nem passarmos perto do banheiro.

38- Diante da convivência com a comunidade, qual é o medo que você julga ser o mais preocupante para as famílias ao ponto de não confiar e educação de sua criança a um profissional homem?

O medo de que o profissional homem venha a cometer violência sexual contra as crianças. Parece haver um imaginário de uma sexualidade incontrolável.
Medo de abuso sexual.
A questão do abuso com meninas.
Justamente o de acompanhar o banho das meninas. No restante não há o que temer.
Abuso sexual.
O medo de abuso sexual para com os seus filhos.
Da figura do homem causar desconforto.
Por ser homem.

Normalmente é um pré conceito, de que os homens são potenciais estupradores, a chance de ocorrer algo com a criança (abuso ou algo do tipo) por ser homem. Com a convivência e trabalho eles veem que não tem nada a ver, é só preconceito mesmo. Nunca trabalhei em agrupamentos com bebês, que usam fraldas e precisa de um cuidado mais íntimo com as crianças. Com certeza seria ainda mais acentuado esse pré conceito.
Da violência sexual.
Sempre há o medo principalmente das famílias com crianças do gênero feminino e o profissional homem ser do sexo oposto e puder a vim ter o contato sexual. Quando assumi o cargo, tinha um receio enorme de problemas relacionados a esse fato, porque caso surgir alguma reclamação do gênero antes de tudo você já não tem mais voz na situação, portanto tive medo de assumir esse cargo. Mas durante o trabalho, observei que apenas orientamos o banho das crianças, e tomo cuidados para não tocar nenhum momento nas crianças.
Que todo homem e um estuprador em potencial.
O medo de o profissional homem moleste as crianças.
Infelizmente sabemos que em um mundo adoecido e em lugares onde a impunidade reina como o Brasil o índice de abusos na infância é grande. Esse receio acompanha muitos pais e que vê infelizmente na presença masculina na educação 'possíveis' predadores sexuais ou estupradores em potencial. Lembrando que mais de 70% dos abusos ocorrem em ambientes domésticos, com parentes muitas vezes de primeiro e segundo grau. Creio que esse é o receio maior, seguido talvez por violência física contra as crianças.
Creio ser questões sexuais e pedofilia.
As famílias tem medo do abuso sexual. Não se trata de não confiar na educação de sua criança por um homem.
Pedofilia, abusos etc.
Pedofilia, violência.
Insegurança de sempre ver a mulher como a educadora.
Acho que o preconceito mesmo.
Medo de agressão sexual.
Medo de abuso sexual ou coisa desse tipo.
O principal está na ideia criada a partir da mídia sobre tantos casos de abuso sexual noticiados, os quais contribuem para reforçar a noção de que o homem é sempre um potencial abusador de crianças.
Não diria que o problema está no fato de a criança ser educada por um homem, mas pelo fato de que haverá contato físico, principalmente enquanto bebês, e os pais sabem disso. Pais mandam os filhos para escolas onde há professores homens, mas não existe a obrigatoriedade do contato físico, então não existe a mesma preocupação. Não é o fato de a educação vir do homem, mas sim pelo fato de o educador ser homem.
Com certeza e ao abuso sexual e agressão física.
Por eles acharem que somente a mulher tem esse perfil!!! Na minha opinião isso é cultural, infelizmente.
O estigma do homem ser pedófilo ou agressivo.
Penso que é mais cultural mesmo. Os casos de violência sexual mostrados na mídia também influenciam muito.
De ser acusado de estupro, abuso essas coisas né, meu colega foi acusado e ficou afastado e depois provou que era mentira, por isso eu dou o banho sempre com a presença de outra pessoa.
Elas pensam que somos animais e que as crianças são as presas.
Abuso na hora do banho e ida ao banheiro.
De tudo, principalmente de maus-tratos com as crianças.

De ser visto como um pedófilo.
Nenhum.
Eu acredito que o maior medo das famílias com um homem dentro da instituição de ensino é a possibilidade de ser um abusador.
A questão do abuso sexual.
Preconceito.
Medo de abuso sexual
Os abusos (pedofilia).
Abusos de vulnerável.
Abuso sexual.
A falta de conhecimento por parte da família, não apostando no PROFISSIONALISMO do professor.
Medo de violência sexual.
Medo dos homens abusar das meninas.
Talvez por um paradigma de que para lidar com crianças as mulheres são mais indicadas e que o homem por ser um ser mais impaciente, de acordo com o que julgam, e não ter sensibilidade não seja adequado.
Acho que o banho e troca de fraldas.

39- Sobre sua relação com as crianças, o que você destacaria?

Sou frequentemente chamado de pai. A ausência da figura paterna em casa - o que é algo muito comum - parece ser compensada na instituição com a presença de um profissional do sexo masculino.
Destacaria o fato de muitas me chamarem de pai. Eu não sou pai então acho um máximo. É sinal que meu trabalho de proteger e cuidar está sendo bem feito.
Brinco muito com elas.
A confiança delas depositada em nós é fascinante.
As crianças não deixam de se relacionar por conta das diferenças. Desde o momento em que estive na instituição que estou, e fui o primeiro homem a estar ali, eu nunca senti que a relação das crianças comigo foi diferente pelo fato de eu ser um homem.
Muitas crianças não tem o pai presente em casa, e por isso sentem falta da figura masculina. Pra mim o sentimento de carência das crianças é o mais evidente.
Sempre uma ótima relação com elas.
Muito boa.
O carinho, amizade, companheirismo, o apego deles, adoram brincar comigo, eu adoro brincar com eles, levantar e jogar pra cima, colocar de cabeça para baixo, eles amam e fazem fila pedindo mais.
A afetividade e a atenção.
As crianças nos veem como professores no início, mas depois veem em nós as pessoas na qual passam a maioria do seu tempo, surgem uma confiança e amizade, querem que você participe das brincadeiras, que escuta elas, entre outras ações. Portanto há uma construção de relação professor e criança, e não somente professor x professor e criança x criança. As crianças marcam nossas vidas, sempre aprendemos com uma criança, nos fazem refletir e passa anos e ainda lembramos de características de cada uma.
Que é boa.
Eu gosto muito do serviço, me sinto bem no CMEI, sempre tive carinho por meus filhos e sobrinhos. Eu gosto do meu serviço.

Criança precisa de atenção. A carência é um dos fatores que eu mais percebo neles. Tento não apenas ser um didático com eles, mas procuro respeitá-los e compreender o que tem passado com eles no dia a dia.
Procuro ser profissional, dentro das especificidades no lidar com as crianças.
Destacaria o prazer que é receber de forma tão sincera o olhar, carinho, admiração das crianças.
Todo tipo de poder abusivo e descontrole físico e emocional!
Boa.
Todo tipo de poder abusivo e descontrole físico e emocional!
Ótima.
É ótima.
Há um enorme proveito, pois as crianças gostam da referência masculina.
Um afeto sincero construído diante de situações de correção mesmo não sendo um familiar. Eles entendem que quero o melhor para eles e confiam.
Uma relação de muito trabalho, mas também muita alegria.
É maravilhosa. Sempre respeitosa, mas também afetiva. Percebo orgulho nas crianças em ter um professor.
Não sei dizer. Sempre me dei muito bem com crianças mesmo antes de trabalhar nessa área. Fui muito bem aceito pelas crianças quando cheguei. Eu destacaria minha convivência com os bebês do agrupamento B, o qual tive tanto receio e resistência de trabalhar e apesar de todas as adversidades classifico como saldo muito positivo. Foi um aprendizado mesmo.
O carinho que eles(as).
Que a presença da figura masculina para a criança trouxe maior segurança e diversão, pois os homens na educação trazem menos tensão no dia a dia e maior equilíbrio emocional por todo o ano letivo.
É uma relação de muito respeito e profissionalismo.
Falta de experiência.
Relação de confiança.
É muito boa, elas gostam demais, os pequenos do agrupamento 1 me chama de papai.
O respeito com as crianças é muito importante.
Cordial, são minhas defensoras.
Somos parceiros, gosto muito delas e elas de mim.
Tranquila. Divertida. Aprendizado.
Muito boa essa relação.
Como as crianças demonstram carência pela figura masculina dentro de suas famílias.
A interação, participar das atividades com elas gera uma aproximação e a compreensão das suas necessidades e pensamentos.
É boa.
Eu gosto muito do meu serviço, das crianças, de aprender e ensinar.
A afetividade, o carinho que as crianças demonstram e sentem por mim. A forma como isso é mútuo, favorece ricamente para nossas relações educando/educador no processo ensino/aprendizagem. Válido ressaltar o quanto eles me ensinam também.
A satisfação em trazer uma flor para nós é emocionante.
O carinho que as crianças tem por nós.
De interação e respeito.
Afetiva e respeitosa.
Ser profissional sempre com o público em questão!
Tranquila.
É muito divertida, lúdica, cheia de afetividade e brincadeiras.
O carinho delas.

40- Que tipo de leitura contribui para seu trabalho com crianças na Educação Infantil?

História da Educação Infantil: Moysés Kuhlmann Júnior, Zilda Ramos de Oliveira. A educação: Paulo Freire.
A Educação Infantil: Ivone Garcia Barbosa (ufg), Maria Silveira Barbosa e Maria Horn. A criança: Vygotsky, Piaget, Wallon.
A atuação do homem na Educação Infantil: Joaquim Ramos, Maria Arlete Bastos Pereira.
Leitura para entender como lidar com as crianças e como ajudar no seu desenvolvimento.
Não sei, não gosto muito de ler livros, mais acabei lendo um livro com o título <i>Homem na Educação Infantil</i> , que foi escrito com experiências de alguns homens na Educação Infantil.
As obras sobre o brincar, obras na área da psicopedagogia e sobre o lúdico na Educação Infantil.
Leitura dos documentos que baseiam a atuação das instituições educacionais de Goiânia, já que eles não nos revelam uma diferença no processo pedagógico por conta da presença masculina nele.
Textos sobre as fases de maturação das crianças, pois acho importante que saibamos quais os processos estão sendo desenvolvidos em cada faixa etária.
Não tenho o hábito de realizar leituras a respeito de Educação Infantil.
Eu não encontrei nada específico voltado à atuação masculina na Educação Infantil.
A leitura de livros informativos das áreas de Psicologia e Pedagogia.
Leituras e estudos à respeito da Educação Infantil, por exemplo a BNCC e o livro <i>Crianças em Cena</i> .
Estudamos alguns textos de Vygotsky.
Hoje eu só tenho tempo para ler apostila da faculdade. (Pedagogia)
Conteúdos relacionados ao mundo infantil, principalmente a compreensão da psique infantil.
Não li nenhuma obra sobre Educação Infantil. Apenas os documentos e leituras oferecidas pela Instituição e os textos oferecidos durante as reuniões de planejamento.
Se tratando de auxiliar de atividades educativas, sendo homem, não se tem uma leitura, nem mesmo da própria secretaria de educação, com tudo me baseio na leitura pedagógica, e atualmente curso Pedagogia, por querer ser um educador e também para enriquecer meu trabalho.
Educação Infantil e neurociência voltado pra psicologia infantil!
Livros pedagógicos.
Livros literários.
Comportamental.
Leituras da área da educação.
A leitura propicia a aquisição de conhecimento e capacidade para exercer a função. Vários temas são continuamente necessários para ampliar o conhecimento teórico e prático: Linguagens, comunicação e autonomia, o trabalho docente, currículo, rotina, raciocínio lógico matemático, a prática educativa e muitos outros.
Para ser franco, não gosto muito de ler. Li alguns documentos obrigatórios da instituição e outros por indicação voltados a alguns eventos que ocorriam no agrupamento.
Conto de fadas.
Comportamental.
Tenho lido muito a BNCC e as Diretrizes.
Professor homem: o estrangeiro na Educação Infantil.

Leitura de livros e revistas especializadas em educação e infância. Também leio bastante sobre gestão.
Eu leio os textos dos planejamento e estudo Pedagogia.
Apostilas fornecidas pela SME, por exemplo: Infâncias e Crianças em Cena.
Estudo muito sobre cuidar, educar e brincadeiras.
Infâncias em Cena.
BNCC DC Goiás. PPPs teóricos da educação.
A leitura das correntes teóricas da Pedagogia.
Textos de pesquisadores da área e teóricos como Vygotsky e Piaget.
Literatura infantil.
A leitura da vida. O observar a sociedade com suas mudanças e transformações dinâmicas e como isso interfere ali, dentro da sala de aula e/ou no agrupamento infantil.
Maria Carmem Barbosa.
As documentações pedagógicas regidas pelo município de Goiânia.
Os documentos orientadores.
As Diretrizes.
BNCC
Formado em Pedagogia, carrego uma barganha de conhecimentos teóricos e faço leituras em rodas de cunho infantil.
Zilma Oliveira.
Sobre contos infantis como estreitar laços.

41- Para você, o que é ser homem na Educação Infantil?

Resiliência.
É normal, me sinto à vontade.
Eu vejo como um servidor qualquer. Agora para as crianças acho que é bom a presença da figura masculina também.
É transferir um olhar a mais, bem como uma cultura a mais para as crianças.
Um desafio pioneiro.
É ser profissional assim como as mulheres, mas saber que haverá no fundo, um pouco de receio dos familiares quanto à nossa personalidade.
Um trabalho como outro qualquer.
Ser a referência masculina para a criança. Algumas delas passam mais tempo comigo do que com os pais/parentes do sexo masculino. O homem também cuida, também sabe dar carinho, afeto e ser firme também quando é preciso. É tão assustador quando alguma criança me chama de pai sem querer e acontece com frequência. Você percebe como sua atuação faz a diferença na vida das crianças.
É uma realização para mim e contribuição para instituição.
É ser um profissional que possui as mesmas competências para realizar o trabalho necessário com as crianças.
Meio difícil.
Hoje para mim está sendo uma luta todos os dias para mostrar que além de querer eu tenho o direito de estar no meu lugar.
Primeiramente acho que o fator gênero aqui fica em segundo plano, a educação tanto ministrada por homens e mulheres carrega em si o mesmo peso. Mas a presença masculina na Educação Infantil colabora sim na formação da criança, acho que essa diversidade do convívio com professores homens e mulheres sempre é uma contribuição a mais para os educandos.

É a oportunidade de apresentar a diversidade para as crianças das instituições que possuem homens em seus quadros.
É ser primeiramente ser humano, desassociado de gênero. Ser homem é um título que carrego, que nem propriamente me define, até porque sou um Homem Cis.
Um amigo! Um pai! Um irmão mais velho! Um tio! Enfim, alguém que vai direcioná-los para um futuro melhor e mais digno pra eles, onde aprenderão a socializar e se defender do mundo!
Uma experiência nova a cada dia.
É tranquilo.
É conseguir dar uma nova visão para a educação, e uma forma de compartilhar novas experiências com as crianças.
É propor a figura paterna em meio a figura materna que já existe. Mesmo sendo profissional, a criança vê assim o homem e a mulher na Educação Infantil.
Ser homem na Educação Infantil é saber que sempre terá alguém que duvidará da sua capacidade profissional na Educação Infantil por ser homem.
É ter a oportunidade comum de ser um professor com todo potencial e com as mesmas dificuldades que as professoras vivenciam no dia a dia. Mas infelizmente, a figura masculina ainda é vista como um potencial abusador e existe a ideia de que os homens teriam menos aptidão para essas tarefas, mas não vejo assim.
Ser homem na Educação Infantil é romper barreiras, quebrar tabus, superar preconceitos. O homem na Educação Infantil é algo a mais, uma visão diferente para as crianças, um tom de voz mais firme. Com o que vivi e vi nesse pouco tempo na Educação Infantil diria que o homem é indispensável, pois a criança precisa sim conviver com o homem também, e mais que isso o homem precisa conviver mais com as crianças.
Tá sendo uma experiência única. No começo fiquei bastante inseguro, mas agora fico bem mais tranquilo.
E ser o ponto de apoio para os profissionais para tudo, até para aquilo que não é das atribuições da profissão, traz maior segurança e descontração para o ambiente, intermedia melhor situações de conflito e emergências.
Ser um profissional que sempre está buscando aprimorar o seu trabalho com muito profissionalismo e dedicação.
Desafio.
Penso que é algo necessário. Tanto para o profissional quanto para as crianças.
É enfrentar todo preconceito, toda homofobia, todo <i>bullying</i> sem desistir. A homofobia dói, mais doeu mais quando fui para a Educação Infantil, teve um pai que disse que não aceitava nenhuma ideologia gay com o filho dele.
Pra mim é normal.
É ser forte e corajoso, é defender meus direitos de trabalhar com as crianças.
É acreditar na Educação das crianças e fazer o melhor por elas.
É ser um profissional da educação com suas atribuições e práticas.
É ser um profissional que realiza e desenvolve suas atribuições de acordo com o Regimento dos auxiliares.
A Educação Infantil pode ser desempenhada por qualquer profissional, independente de gêneros e orientações sexuais. O mais importante é ser um profissional qualificado, ético e comprometido com o desenvolvimento e bem estar das crianças!
Um fator de referência/interação diversificado para as crianças.
Bom.
Acho que ainda é uma novidade e que a sociedade não está pronta ainda. Tudo é novidade.

É algo desafiador a princípio, e prazeroso ao longo da jornada. Pois quanto mais as famílias confiam no meu trabalho, mais significativo ele se torna para mim e para o aprendizado das crianças que afinal, é o mais importante neste processo, conseqüentemente.
É estar com as crianças e fazer o melhor.
É um desafio num espaço feminizado.
Ser um educador é inspirador na vida de suas crianças, um profissional pelo qual o terão como referência boa pra suas vidas.
Ser um educador é escutar as crianças.
Ser resiliente.
É preciso treinamento antes de encarar a profissão e é preciso mais diálogo com os pais por parte das políticas públicas.
É ser um profissional capacitado como qualquer pessoa do meio.
E ser o quebra galho em tudo que precisa.

42- Enumere por ordem de prevalência, 03 (três) medos seu em relação à sua atuação na Educação na Educação Infantil.

1 - Ser acusado de algo que não cometi.
Medo de ser acusado por abuso. Não há outros medos.
Medo na atuação da minha função eu não vejo nenhum.
1- Deturpação da minha atuação profissional; 2- falta de compreensão por parte da comunidade educacional; 3- desvalorização profissional por parte da comunidade educacional.
Ser acusado de estar maltratando as crianças, não ser bem quisto no meu agrupamento, não ter potencial para ajudar a equipe nas diversas atividades.
Não possuo medos.
Medo de sofrer alguma injustiça de ser acusado de algo só por ser homem. Medo de não ser bom o suficiente para as crianças. Medo de ser tratado diferente.
Rejeição, restrições e incapacidade.
1- Aceitação 2- Valorização 3- Afastamento do profissional homem da Educação Infantil ou desigualdade na profissão/função.
Medo de ser acusado injustamente de abuso, de agressão, e de não satisfazer as famílias.
Não existe mais medos: já tive a discriminação por ser homem, já tive uma falsa denúncia de crime sexual contra criança, já tive falsa denúncia de maus-tratos contra criança.
1 - Ser mal compreendido pelos pais. 2 - Cair na rotina e não ver resultados. 3 - Tratar a Educação Infantil como um trabalho de linha de produção.
01. Segurança/bem-estar das crianças. 02. Relacionamento Instituição/famílias. 03. Questões pessoais.
1- Medo de sofrer alguma acusação indevida; 2- Medo de sofrer alguma agressão; 3- Medo de ser mal interpretado.
De voltar a ser um trabalho de cuidados e não pedagógicos! Do falso moralismo e hipocrisia social e difamação!
Difamação. Preconceito. Homofobia.
Insegurança, achar que ali não é o seu lugar, se achar inútil.
1. Não fazer um bom trabalho. 2. Relacionamentos ruins. 3. Desconfianças.
Difamado, desvalorizado.
Insegurança dos pais, incompreensão e pouco conhecimento teórico.

Não tenho medos, acho que se tivesse nem estaria onde estou. Tento fazer tudo da melhor maneira, para atingir os melhores resultados e ponto.
Mentira, fofoca e a falta de transparência.
1- Preconceito. 2- Prejulgamento. 3- Não oportunizarão.
Do preconceito que já existe por parte de alguns! De não conseguir chegar aos objetivos propostos! E de algum acidente que pode vir a acontecer com alguma criança!
Perder o controle da sala; Uma falsa acusação de crime e vítima de preconceito.
Segurança. Temo pela segurança da equipe e das crianças.
De ser acusado de abuso, de ser acusado de agressão física e de ser acusado de estupro.
Não tenho medo de trabalhar na Educação Infantil.
Maus-tratos, abuso, calúnia.
Abuso, pedofilia, violência física.
Medo de ser acusado de maus-tratos, medo de não ser reconhecido, medo de perseguição.
1- o medo de sofrer preconceito pela minha orientação sexual; 2- receio de que o preconceito de certos pais não permita me conhecer de verdade; 3- medo de ser pré-julgado com alguma situação e exposto antes mesmo de ser questionado.
Não ser aceito, sofrer algum tipo perseguição, e não ser capaz de contribuir efetivamente na educação das crianças.
Falta de credibilidade.
Eu passei por um processo de sindicância ano passado por assédio sexual contra uma criança de 5 anos. Um crime impossível de acontecer no CMEI e eu e a equipe toda do CMEI provamos que era uma falsa denúncia. Então esse é meu maior e único medo. A insegurança e loucura da família.
01- Não ter condições físicas/emocionais para atuar em sala. 02- Não ter o apoio nem tão pouco o aval da gestão. 03- Não ter o respeito e o reconhecimento do meu trabalho pelos colegas.
01- Não ter condições físicas/emocionais para atuar em sala. 02- Não ter o apoio nem tão pouco o aval da gestão. 03- Não ter o respeito e o reconhecimento do meu trabalho pelos colegas.
01- Não ter condições físicas/emocionais para atuar em sala. 02- Não ter o apoio nem tão pouco o aval da gestão. 03- Não ter o respeito e o reconhecimento do meu trabalho pelos colegas.
01- Não acreditar no nosso profissionalismo. 02- Falta de respeito como profissional. 03- Falta de diálogo entre família e profissional.
01- Não ter o apoio da gestão. 02- Falta de respeito. 03- De ser acusado de algo que eu não fiz.
01- Não conseguir realizar o que me pedem. 02- Não ser aceito. 03- Calúnia.
Falsas acusações, Crianças se machucarem, Preconceito.
01 - Atribuir algo relacionado a criança. 02 - Ocorrência com a criança sob minha responsabilidade. 03 - Alguma ação mal interpretada pelos pais.
Não tenho medos, já superei os preconceitos.

43- Enumere por ordem de prevalência 03 (três) aspectos que você ressaltaria em relação ao diferencial do seu trabalho na Educação Infantil.

1 - Quebrar o estigma de que somente mulheres podem atuar na Educação Infantil. 2 - Ser um referencial masculino nas relações com as crianças. 3 - Romper com o ideário de homem enquanto ogro.

A presença do homem traz mais segurança para as crianças, traz mais controle de sala para as professoras, e percebo os pais e as mães com mais calma em resolver qualquer problema em relação aos seus filhos.
Brincadeiras, comprometimento, respeito.
1- Trato as crianças de modo a assegurá-las que tudo que elas falam merecem minha atenção. 2-Não falo com elas de forma infantilizada. 3-Mantenho distância e não dou afagos como as servidoras mulheres.
Não consigo enumerar.
Flexibilidade para trabalhar com todas as idades, potencialidade para desenvolver diversas atividades e competência para poder dar segurança aos familiares.
Normal, sem grandes diferenciais.
O brincar, comprometimento, ética.
Afetividade, disposição e diversidade.
1- Qualidade 2- Conhecimento 3- Dedicção.
Ser responsável, cuidadoso e atencioso.
Eu gosto de criança, eu gosto do meu serviço, como sou adotado, acho que isso me fez ser um bom cuidador dos meus filhos sobrinhos e alunos.
1 - Atenção às crianças: ouvi-las, respeitá-las, compreende-las. 2 - Trabalhar a autoestima, valorizar aspectos morais e ensino o respeito ao próximo. 3 - Trabalhar arte, música, teatro.
Dedicção, compromisso e disposição para aprender.
1- Procuo fazer muito além das minhas obrigações; 2- Leio, pesquiso, pergunto porque minha prioridade e fazer a diferença; 3-Alegria, amor e dedicação.
Primeiramente o respeito! Segundo a ordem pra não haver desordem! Terceiro equilíbrio emocional, social e espiritual! Os princípios básicos da vida!
Paciência, carisma, atenção.
1. Faço o melhor que posso. 2. Trabalho em equipe. 3. Estou sempre disposto.
Técnica, afetividade e resiliência.
Propor a presença masculina com ações e condutas próprias do homem, Paciência e objetividade.
Disciplinado, dedicado e afetivo.
Não me acho a pessoa mais adequada para responder essa pergunta. Posso ressaltar comprometimento, persistência e prazer. Comprometimento, pois sem ele não se faz nada direito. Persistência, afinal o caminho é difícil e só quem sabe somos nós. E prazer por quê se não houver, melhor buscar outros ares.
A presença masculina, bom relacionamento com as pessoas e transparente.
1- Equilíbrio 2- Segurança 3- Diversão.
É um trabalho feito com muito profissionalismo, respeito e responsabilidade!!! Gosto muito de trabalhar com sequências didáticas que sempre que trabalho chegamos ao objetivo proposto!!! E o trabalho envolvendo o lúdico.
Segurança para os outros profissionais e crianças, um outro olhar na educação e nova dinâmica na instituição.
Compromisso. Dedicção. Qualificação.
Que eu sou um agente educativo que chega no horário, sou educado com todo mundo e com as crianças e as professoras e sempre faço o que todos me pedem.
Tratar todas as colegas de trabalho e as crianças com dignidade e respeito.
Respeito, competência e compromisso.
Honestidade, compromisso e respeito.
Competência, estudo e envolvimento.

1- Representação da figura masculina para crianças que não tem os pais presentes; 2- a autoridade que o homem representa quando solicita algo as crianças; 3- a minha capacidade em desenvolver o meu trabalho com afeto e carinho pelas crianças.
Saber ouvir a criança, estimular a pesquisa para resolução da problematização das atividades pedagógicas e ensinar princípios éticos.
Seriedade.
Carinho com as crianças, gostar do meu serviço, ser proativo.
01- A relação de afeto, carinho e aprendizagem mútua para com as crianças. 02- A forma como eu tenho olhado para cada criança como um ser único e especial, na perspectiva de um coletivo. 03- A forma como eu conquisto a confiança e o respeito dos pais, e como isso faz de nossas relações algo saudável no processo ensino/aprendizagem para com as crianças.
01- Ser amigo das crianças. 02- Escutar as crianças. 03- Entender as linguagens das crianças.
01- Ser responsável; 02- Deixar as crianças ficarem próximas a mim; 03- Brincar com as crianças.
01- Compromisso. 02- Responsabilidade. 03- Amor pela profissão, e estar sempre em busca de novos conhecimentos.
01- Cordialidade com todos. 02- Vontade de aprender. 03- Estudos.
01- Pontualidade. 02- Responsabilidade. 03- Ética.
Dedicação, Cuidado, Respeito.
01 - Sou Pai; 02 - Sou Pedagogo; 03 - Sou Concursado.
Tem crianças que são mais apegadas aos homens.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS FAMÍLIAS

Você está participando da pesquisa qualitativa: **INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido **SOMENTE** pelas famílias que tem crianças sendo atendidas por profissionais nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

ROTEIRO DE ENTREVISTA: FAMÍLIAS

Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

01- No Artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

02- O Artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

03- No Artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

04- No Artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

05- O Artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

06- A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

- 07- Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?
- 08- Como o Sr (a) vê a presença de homens atuando na Educação Infantil?
- 09- A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?
- 10- Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?
- 11- E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?
- 12- Como é a sua relação com esses profissionais?
- 13- Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?
- 14- Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?
- 15- Você acredita que as formas de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? Por quê?
- 16- Você indicaria o professor que cuida e educa seu filho (a) para outras famílias? Por quê?

Eu autorizo a coleta, estudo, sistematização e publicização dos resultados dos dados declarados resguardando o anonimato.

APÊNDICE D

SÍNTESE DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS DAS FAMÍLIAS

Você está participando da pesquisa qualitativa: **INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido **SOMENTE** pelas famílias que tem crianças sendo atendidas por profissionais nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

FAMÍLIA: ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Bem! Não sei de seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei 1174/2019, que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil.

Sendo assim, gostaria de ler com você os artigos e justificativas da proponente deste projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

No artigo primeiro, a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como: banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro, sejam realizados somente por profissionais do sexo feminino.

Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu acredito que pelo fato cultural que nós temos que a mulher ela é mais habilidosa nos cuidados com as crianças. E também pela questão de insegurança no sentido do homem cuidar de uma criança sem (momo) molesta-la ou abusa-la, ou até machuca-la. Não no sentido molestar sexualmente, mas um machucar fisicamente pelo fato da mão do homem ser mais pesada do que uma mão feminina e, também a habilidade daquele jeito de cuidar de uma criança.

ENTREVISTADOR: O artigo segundo orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio Cuidar e Educar na Educação Infantil frente a essa proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acredito que essa, esse cuidar seria para ambos os sexos. Mas existem necessidades de acompanhamentos. Acredito que homens consigam lidar com as mesmas tarefas femininas dentro da Educação Infantil por que nós não estamos lidando com a questão de criação, e sim de uma Educação Infantil, mas há uma necessidade de acompanhamento voltando pela questão cultural de que a mulher tem uma maior habilidade. Não que o homem não vá conseguir isso ao decorrer de um tempo. Mas existe essa necessidade para tranquilizar as famílias.

ENTREVISTADOR: O artigo terceiro, a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: De uma certa forma sim! Existem sim alguns cuidados que seria necessário o acompanhamento ou a exclusividade, mas não que não pudessem ser (pausa) adaptados ao gênero masculino.

ENTREVISTADOR: No artigo quarto, a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados de higienização das crianças sejam realizados exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não! Eu acredito que a violência quando ela (pausa) vem a existir, independe de ser do sexo feminino ou masculino. (éhh) A questão cultural (pausa) coloca um peso maior sobre a questão dos homens, porque a TV mostra mais homens né? (Enfática) Por isso né? As preocupações das mães. (Enfática) Mas não isenta que uma mulher possa também fazer algum tipo de abuso de uma criança.

ENTREVISTADOR: O artigo quinto abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças, público alvo da Educação Especial. Em sua opinião, há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Acredito que pela (pausa) limitação da criança, e assim possa existir essa, esse item específico.

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sobre o cuidado dos homens. Afirma ainda, que com as meninas a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende as famílias quando elas sentem segurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Na verdade existe sim uma preocupação quando se trata de um cuidador masculino exclusivo. (éhh). Acredito que eles têm uma capacidade, mas pela questão da segurança familiar sempre monitorado por uma outra pessoa. Uma pessoa superior a aquele cuidador.

ENTREVISTADOR: Para você, qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: Ela é a base da criança. Tanto a questão psicológica, quanto a questão física, quanto a questão intelectual, mental. Crianças bem estruturadas na Educação Infantil, elas são adultos maiores, é amadurecidos. (Pausa) Então melhores.

ENTREVISTADOR: Como você vê a presença dos homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu tive uma experiência muito boa. Não vou negar que a princípio eu tive um certo receio pelas questões de cuidados íntimos. Mas recentemente, tive a surpresa da minha criança confessar que aprendeu muito com o professor.

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iriam atuar com as crianças. Qual foi a impressão, a sua primeira impressão neste momento?

ENTREVISTADO: A instituição apresentou. A princípio eu resisti! Pela questão dos cuidados íntimos. (éhh) Tive a segurança por parte da instituição que os menores seriam monitorados e também acompanhados pelas professoras, pelas coordenadoras e também pela direção e, seguimos de uma forma muito tranquila e saudável.

ENTREVISTADOR: E as crianças? O que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com estes profissionais homens?

ENTREVISTADO: (risos) A minha criança ela, (pausa) se alegrou quando soube que iria trabalhar com o, o professor. Depois ela teve um certo receio porque ela vinha de professoras, que, as quais ela denominava carinhosa e ele era mais rigoroso. Mas, quando ela saiu daquele cuidado masculino ela me disse que sentia falta daquele, (éhh), daquela autoridade masculina.

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Muito boa! Eu consegui acesso aos diálogos, aos *feedbacks*, dava sugestões, consegui os retornos, acompanhava de perto. Eu tenho só a agradecer pela parceria.

ENTREVISTADOR: Por algum momento, você pensou em retirar sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela era atendida?

ENTREVISTADO: Não! (Hum) Em retirar a criança não! Mas tive de estar mais atenta (ihh) e de cobrar mais (éhh) informações. Eu indagava mais a minha criança sobre aquele relacionamento, sem que ela percebesse que eu estava mais curiosa sobre aquele relacionamento. E aí ela me, (pausa) me deixava tranquila com as respostas que ela me dava.

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Porque?

ENTREVISTADO: Não! Acredito que ambos têm a mesma capacidade de cuidado, de (pausa), de crescimento da criança (pausa) na Educação. Acredito sim que, assim como em qualquer uma outra área, existam os bons, e os profissionais que entram apenas para se beneficiar do cargo e aprontar algum tipo de violência. Mas podem ser feitos pelos dois. Não somente por homens.

ENTREVISTADOR: Você acredita que as formas de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? (Risos da entrevistada) Porque?

ENTREVISTADO: Acredito sim! É uma questão, acredito que cultural mesmo! Os homens são mais incisivos. Mais precisos e mais, (pausa) (éhh) objetivos. E acredito que isso faz a diferença até no aprendizado da criança.

ENTREVISTADOR: Você indicaria o professor, da sua criança, o que cuida do seu filho, para outras famílias? Porque?

ENTREVISTADO: Sim, eu indicaria! Pela questão do profissionalismo.

FAMILIA: ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e as justificativas da proponentora desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponentora destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: aí é a questão (dah?), da falta de conhecimento, porque dentro de um ato, normalmente pra conceder um filho precisa-se de um homem e de uma mulher. E normalmente o pai também troca fralda, dá banho, higieniza, e nem por isso quer dizer que a criança veio ser abusada. Então eu acredito que (pausa), como existem homens que abusam, existem também mulheres que abusam, e não deve (èhh), fazer essa (essaaa?), discriminação... a homem só trabalha com isso e mulher trabalha com aquilo. A pessoa que escolhe trabalhar com criança, independente do sexo, ela tem de saber das necessidades (pausa) individuais de cada ser humano. (Cada?) Cada indivíduo, e tem que saber respeitar isso. Tem que ter respeito independente (pausa) do sexo, eu acredito que esse projeto de lei não viria a ajudar em nada, (ihh), (pausa) e reforça (aquela?), o ranço cultural que em que a mulher cuida de crianças e o homem das outras coisas. Então, não vem ajudar em nada.

ENTREVISTADOR: No artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera na profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acho que vai tumultuar (pausa). Porque por exemplo, tem uma, (umm?) Um educador e uma educadora na sala, a criança deu vontade de ir ao banheiro, a educadora (num) não está, então, (pausa) quer dizer um homem não pode se a criança tiver uma necessidade urgente? (Pausa) Vem tumultuar toda a questão da educação. Acredito que antes de, (dee) votar um projeto de lei, é preciso estudar um pouco sobre o desenvolvimento do ser humano, entender um pouco da psique (dah) da organização (pausa) (éh) familiar, enfim, mas eu acredito que num vem (pausa) essa, esse projeto de lei não vem ajudar em nada.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acredito que constrange, é como se você (pausa) já tivesse um outro nome. Um nome de abusador.

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponentora orienta que o trabalho associado aos cuidados e higienização das crianças sejam realizados exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De forma alguma. (Pausa) Assim como podem existir homens com desvios de caráter, pode existir mulher também. Isso, a questão de (de) fazer um projeto de lei como essa (não), não traz mais segurança pra criança. Pelo contrário, faz a criança se questionar porquê o tio não pode me ajudar, (pausa) só a tia?, porque a professora, só a professora pode me ajudar e o professor não? Então, já gera (um), um questionamento (num) (pausa) que vai confundir a criança.

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: (longa pausa) Desculpa não entendi o que você quis dizer! (Risos sem graça).

ENTREVISTADOR: O artigo 5º também abarca a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. As crianças especiais. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Olha! Acredito que não porque, (pausa) não é porque a criança é especial que tem (que), que haver também (um) uma diferenciação de todos. Ah! Nós estamos vivendo uma era de inclusão, em que tem que incluir as pessoas. Em que tem que fazer as pessoas (se), se sentir gente! Então se você exclui a (pequena pausa) Ah porque é especial não pode e (e) (i) (pequena pausa), determinar o que pode ser feito com criança especial e o que não com crianças que é (éh), que não tenha uma deficiência (pausa) (tááá) está atrapalhando a inclusão.

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma ainda, que com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Não! Não atende porque assim (pausa), (aah?) (éh) é como eu disse: está reforçando essa questão de mulher cuida de crianças e homens de outras coisas. (iii) E no entanto nós estamos numa sociedade muito diferente. Hoje, as coisas mudou muito! Então, (pausa) chega em casa o pai cuida da criança. Não fica só pra mãe. E na escola, acredito que é a mesma coisa, pode sim o homem cuidar sim.

ENTREVISTADOR: Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: Estimular a brincadeiras, (éh) socializar a criança, (éh) fazer entender (pausa) o seu papel na sociedade desde cedo. (iihh) Soltar a imaginação. Brincar (éh), é muito(ooh) latente na Educação Infantil, porque é brincando que se aprende na Educação Infantil.

ENTREVISTADOR: Como o Sr (a) ver a presença dos homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu vejo como um ponto positivo. (Pausa) Porque assim, em casa ele já vê a figura do pai e da mãe. Muitas vezes (ahh?) o pai, às vezes chega não tem tempo (de), de bater uma bola com o menino, de (pausa) conversar sobre a construção de um, de alguma outra coisa do menino, e enfim. E, e tendo um profissional homem (na), na instituição de Educação Infantil,

ele vai ter como brincar também com alguém do mesmo sexo. Não tem diferenciação na questão de(ee) (pausa longa), como é que fala? - ah! Homem não sabe cuidar direito! - Sabe Também! É só querer! E acredito que homens que(ee) escolhem essa profissão, é porque gosta do brincar. Gosta do, do ajudar a criança.

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?

ENTREVISTADO: Olha! Eu, (pausa) eu não tenho preconceito. Nunca tive né? Mas sempre que meus filhos mudam de classe ou de profissionais é claro que eu quero saber mais. Independente se homem ou se mulher. Eu quero saber daquele profissional se está cuidando bem, se, e observo sim se independente do sexo. (Eh) meu filho teve experiência do ano passado inteiro. Estava numa sala que tinha um (pausa) um educador, e nenhum momento (pausa) achei que ele saiu prejudicado por ter um educador homem.

ENTREVISTADOR: Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?

ENTREVISTADO: No meu caso (a), a preocupação é igual eu falei: Independe de sexo. É claro que a gente tem que saber. A gente tem que confiar na instituição. Tem que confiar nos profissionais que está ali independente de sexo. Eu acredito que essa preocupação por ser homem, por ser mulher, é uma questão preconceituosa.

ENTREVISTADOR: E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?

ENTREVISTADO: Então! Ééé? Meu filho por exemplo, ele tem, ele conta as brincadeiras, ele conta que jogou bola, ele conta (pausa), que jogou poder com o professor sobre cair. Essas brincadeiras assim que (pausa), estimula a imaginação! Ééé (pausa), por exemplo: ele conta como é o momento do banho (ênfase). Ele já tem três anos. Ele conta quem levou pro banho (ênfase). Como foi o banho (ênfase). Em nenhum momento ele relatou abuso. E não me deixa preocupada por ser homem que está(áá), cuidando.

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Eu trato da mesma forma que eu trato as mulheres. Ééé profissional da Educação Infantil.

ENTREVISTADOR: Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?

ENTREVISTADO: Não (risos leves)! De jeito nenhum.

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não! (pausa) Não acredito! Porque eu acredito que essa época de definir profissões por sexo (pausa), já passou a muito tempo. (Ahh?) A nossa sociedade evoluiu. (Ééé?) E há questões (de?) (pausa), de querer trabalhar na área, que é, é pessoas (que?) que quer estar na profissão independente do sexo. Tem mulher que quer fazer um serviço mais pesado. Tem

homem que quer fazer um serviço que era considerado de mulher. E eu acredito que tem que mudar mesmo. Que tem que haver essa evolução.

ENTREVISTADOR: Você acredita que a forma de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não! Eu, eu acredito que(ee) (pausa), que não diferencia porque quando você (pequena pausa), estuda pra uma área não tem áhh (conversa informal rápida), (retoma rapidamente) um livro pro homem, um livro didático pro homem e pra mulher. O conteúdo ensinado é o mesmo. A didática que se aprende, que o homem aprende, que a mulher aprende é a mesma! Então eu acredito que não há diferença não.

FAMILIA: ENTREVISTA 3

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu penso que é uma lei absurda! Porque todos nós somos profissionais independente de ser sexo feminino, sexo masculino. Todos os homens, quanto nós mulheres (é?), ponto apt é, é, é as mulheres, é, elas são capacitadas (pequena pausa), né? Dentro de uma ética profissional. Se é troca de fralda (ênfase), se é banho (ênfase). (Complementação) Qualquer pessoa! Que seja homem, mulher, (pausa) ele é capacitado, e ele é preparado, pela rede (pausa), pela(aa?) equipe toda pra atender essa criança.

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: O cuidar, e o educar (ênfase), eles (pausa) não andam sozinho. É impossível separar (pausa) uma atividade hora é do homem! Hora é da mulher. Hora é professor (longa pausa) (éé?), de figura homem, que tem que fazer! Hora é(éé) de, de uma mulher!. Porque é o trabalho do cuidar (ênfase) e do educar (ênfase), eles caminham juntos. É impossível separar! Então se eu estou ali dando um banho, é um trabalho pedagógico. É algo que eu vou ensinar, é a autonomia, é o controle. Então, é algo que não tem como separar (ênfase)! Então tanto o homem, quanto é a mulher, tem que fazer estes dois trabalhos juntos.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Ele ser readaptado, ser trocado dessa função, é um absurdo! (pausa) Eu sou totalmente contra (ênfase). Visto que ele se formou, que ele is, que ele estudo, que ele se preparou, e ele passou por um concurso público, ou que seja escola particular, então ele está apto pra assumir aquele trabalho. Então isso é pra mim (pausa), uma grande discriminação contra a pessoa dele! Né? (iii) (né?) Ser contra algo que ele é capaz. (ii) (iii é) (iii), E isso pra mim seria um Bullying! Porque estão excluindo (pausa), ele de um trabalho que, que ele é competente pra fazer.

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não! Te que, (éé) é a violência, é a criança ela pode sofrer em qualquer lugar (ênfase). Seja por uma mulher (ênfase), por um homem (ênfase), por uma outra criança (ênfase). Então! (Complementação) É(éé), permitir que somente mulheres, cuidem dessa parte íntima do banho (pausa), não garante que ela não vá sofrer violência nenhuma. Porque as mulheres também fazem isso.

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Você fala (pausa), é das crianças especiais?

ENTREVISTADOR: Das crianças especiais!

ENTREVISTADO: Eu penso que(eee) (pausa), nesse momento, né? Nessa situação que hoje nós vivemos, de um mundo tão aberto (ênfase). De uma cabeça tão aberta (ênfase). É(éé), a gente não pode, pelo, (é?), pelo contrário (pausa), que já são crianças que tem necessidades especiais, e se eu tratá-las assim, de forma que só (pausa), é as mulheres toquem (ênfase), estejam próximas (ênfase), eu vou está mostrando pra essa criança que ela está ainda mais (pausa), excluída (pausa), de uma sociedade que eu tenho homens, mulheres e outros gêneros.

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Não (pausa)! Ela não atende porque (eee) (pausa), essa proposta, esse projeto, ele não está pensando na (ênfase) criança (pausa), no direito da (ênfase) criança. (Contra) Eles estão pensando é na cabeça (pequena pausa), de uma mãe. De pouquíssimas mães, eu acredito (ênfase)! Porque se formos conversar com as famílias de um modo geral, eu tenho certeza que eles são apoiadores (ênfase), eles vão ser colaboradores (ênfase) para que homens (pequena pausa), e mulheres atuem na Educação Infantil (ênfase afirmativa).

ENTREVISTADOR: Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: A Educação Infantil, ela é a base de tudo! Ela é a primeira fase. Então(ão), os profissionais (né?) (é?), desta etapa (pausa), maravilhosa (ênfase), (ééé?), eles são

profissionais dignos de honra, dignos de (ee?) cert (confusa), é de, (retomando) é de premiações, é de tudo (ênfase)! Porque (pausa), é um trabalho maravilhoso (ênfase)! É(éé?), é uma etapa que as crianças passam, que são coisas que são a, (é?), (que?), que eles aprendem ali que(ee), né? Não ficam pra vida toda. Então é importante (ênfase), que eles tenham contato com homens, que eles tenham contato com mulheres, com outras crianças, porque eles vão ter esse contato pelo resto da vida. E é nessa etapa que eles têm que aprender esse convívio social.

ENTREVISTADOR: Como o Sr (a) vê a presença de homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: É maravilhoso (ênfase)! É encantador (ênfase)! Uma figura masculina dentro de uma sala de aula, uma voz, (ne?) Uma voz diferente, sem aquela, é aquela coisa tradicional (fala lentamente) que você só escuta uma mulher. Os homens são inteligentíssimos (ênfase). (éé)? Eles são gentis. São amorosos. Eles são carinhosos. E eu penso que para as (ênfase) crianças ter essa figura masculina (ênfase) dentro (ênfase) da sala (pausa), supera (confusa), (retoma) ela até (ênfase) substitui (ênfase) a falta de um pai.

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?

ENTREVISTADO: Foi tranquila! Foi tranquila porque nós sabemos, (éé?) do trabalho. É da rede municipal (pausa). É da pregação desses profissionais. É da equipe gestora que sempre está trazendo formação para todos. Então foi muito tranquilo (pausa). Foi muito assim: (ênfase): calmo! Foi muito tranquilo.

ENTREVISTADOR: Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?

ENTREVISTADO: (Longa pausa) Eu penso que(eee), as famílias ainda (fala lentamente) tem um preconceito, mas(ss) (pausa), preocupação (ênfase) eu não tive! Eu como mãe, eu não tive essa preocupação. O meu esposo também não! Então assim(mm), eu penso que(ee) (pausa), seriam preocupações assim(mm) (pausa): Como que ele é? O que que ele faz fora? Ele é casado? Ele tem uma família? (éé?) Os hábitos dele fora daqui.....como que é o convívio dele. Né? (pausa) Mas eu penso assim que(ee) é pouca (ênfase)! Pelo menos é, da minha parte, da minha família, lá da nossa casa. Não é, a gente não viveu isso (pausa). Então assim, eu não sei falar muito sobre isso porque nós não vivemos isso. Né?

ENTREVISTADOR: E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?

ENTREVISTADO: Há é maravilhoso (ênfase)! Minha filha XXX quando ela chega em casa, porque eu tenho o hábito sempre de perguntar: minha filha como foi no CMEI? E assim, ela sempre cita (pausa), que foi algo re (confusa), é? (retoma) que foi anotado (ênfase), registrado (ênfase), tanto, é no portfólio dela que, vai ficar pra vida toda dela. A fala é do professor XXX! Porque ela virava como pausa, é uma criança de dois anos, então ela não fala assim frases já construídos, mas ela falava assim:

FILHA - Mamãe oh! O pofesso XXX fez um O, um O, um O.

MÃE - Aonde que é esse um O, um O, um O, XXX?

FILHA – Ai gira, gira! O pofesso XXXX faz O, um O, um O, um O, um O.

Tudo que ela fala ia falar pra mim (pausa), em relação a brincadeira (pausa), ela citava, é, o professor XXX. Por que às vezes ela chegava chorando. E ele muito calmo, ele é um professor muito calmo, ele é um professor muito sereno, tranquilo. Então isso passava pra ela. Ele falava: PROFESSOR – XXX, você vai ficar bem. Não precisa chorar!

E ela citava isso pra mim em casa:

XXX: Professor XXX falou: oh! Não chola! não pexiza cholar na salinha dela.

Né? Então assim, ele (ênfase) trazia muita (ênfase) tranquilidade pra ela. Porque ela vinha no colo comigo, carregando bolsa. Aquela questão de mãe que gosta de tra (interrompe e rapidamente retoma), né? De trazer no colo. E ele chegava: XXX, vamos descer ... Vamos brincar! Então ele trouxe muita (ênfase) segurança pra XXX (pausa), até ela completar (pausa), é(éé), é os seus dois aninhos completos (pausa), e passar por este período de incisão no CMEI. Ele colaborou e muito (ênfase)! Pra nós (pausa)! Lá em casa!

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Muito de diálogo. Sempre deu bom dia na porta da sala (ênfase). Sempre no, é(éé?) no, é no, é nos acolheu muito bem. Sempre olho no olho. (ééé?) Sempre citou (ênfase) coisas específicas da XXX (ênfase). Então era assim algo que (pausa), a gente percebia que ele tinha esse olhar atento a ela (ênfase). - (Reproduz fala do professor) - Olha! Hoje ela pediu isso. Hoje ela conseguiu falar sobre (pausa), é a comida. (Retoma sua fala em primeira pessoa) porque a minha filha come muito bem (ênfase)! É conhecida como é a Magali do CMEI. Então ele citava: (Reproduz fala do professor) – Nossa XXX! Mas ela comeu isso, ela comeu aquilo (ênfase)! Hoje ela pintou (ênfase)! Ela gosta muito é de, (gagueja) (ééé?), (é de?), é de tinta (ênfase). Brinca com ela (pausa), em casa com tinta por ela ama (ênfase) tinta aqui! - (Retoma sua fala em primeira pessoa) – Então era de muito (ênfase) diálogo! Ele sempre assim (pausa), tinha todos os dias o hábito de falar com a gente (ênfase).

ENTREVISTADOR: Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?

ENTREVISTADO: Nunca! Nunca! Pelo contrário (pausa). (Ééé?), A presença desses profissionais (ênfase), do professor XXX (ênfase), eu como mãe (pausa), parece que nos trouxe um pouco mais é de segurança (ênfase) (pausa)! Sabe? Um pouco mais assim: (retoma a memória passada e exemplifica) Nossa! Tem (?), uma figura masculina (ênfase)! É um olhar (ênfase) masculino! É um professor, né? Que vai contribuir mais e mais (pausa), pra formação dela.

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu não acredito nisso (enfática)! (Pausa) Eu sou totalmente contra! (pausa) Assim como existem médicos (pequena pausa), e médicas. Delegados (pequena pausa), e delegadas. Juízes homens e mulheres. Todas as áreas (ênfase). Todos nós temos direitos (ênfase) de, (de né?), trabalhar como mulher, como homem, todos tem esse direito (enfática).

ENTREVISTADOR: Você acredita que a forma de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (pensativa)! Ééééé? É um, é um trabalho (ênfase) (pausa), em conjunto! Eu penso que todos colaboram de uma forma assim, maravilhosa (ênfase)! Né? Todos são formados (ênfase)! Todos têm uma formação (ênfase)! Então assim (pausa), cada um contribui (pausa), naquilo que pode. Então nós somos (pausa), é um grande queb, eu penso que, esse, esses, esses (né!) (enfática) profissionais, (ééé?), e no CMEI que minha filha fica (pausa), é um grande quebra cabeça (ênfase)! Cada um vai se encaixando (ênfase)! É um que faz isso (ênfase)! Outra que faz de tal forma (ênfase)! Pra que a criança (pausa) se desenvolva.

ENTREVISTADOR: Você indicaria o professor que cuida e educa seu filho (a) para outras famílias? Por quê?

ENTREVISTADO: Eu indicaria (enfática)! Eu indicaria assim, porque(ee) (pausa), é o trabalho que foi feito com ela foi assim maravilhoso (ênfase)! De muita brincadeira (ênfase)! Ela citava muito (ênfase) o professor XXX em casa. (Ééé?) Como eu citei Oh gira gira pra ela foi assim algo que marcou (ênfase). Eu tenho registros lá no portfólio. Dessa questão de ter esse hábito de conversar, então com eu indicaria sim (ênfase)! Pela fala dele: muito calmo, muito tranquilo (ênfase)! Acolhedor (ênfase)! Pegava ela no colo. Acalmava (ênfase) o choro dela. Dava (ênfase) aquilo que ela gostava na sala. Tinha essa atenção. Então eu indicaria sim.

FAMÍLIA: ENTREVISTA 4

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: (longa pausa) Olha, eu acho que realmente (pausa), resguardar as crianças é uma coisa (pausa) que eu, que eu concordo (ênfase) (longa pausa), mas assim (pausa), por já acontecer que na creche a primeira vez (ênfase) (pausa) que eu vi um homem entrar na creche. Ele (?), entrou no agrupamento C (ênfase). Que é dos menores (enfática)! Eu fiquei muito pensativa e, e falo: muito receosa com aquilo (ênfase)! Porque? A gente não tem costume (né?). Como mãe (ee?), eu fiquei assim, mas ... Ne? Passou (enfática)! Até porque os meus filhos já não estavam nesse agrupamento. Mas de primeiro eu fiquei meio assim receosa (pausa). É(ééé?), minhas (ênfase) filhas não passaram durante o, o período que elas estudaram na creche, elas não passaram (pausa), com atendimento a homem. Não teve professor nem auxiliar (pausa). Já meu menino tem (ênfase) (pausa)! O ano passado (pausa), ele(eeee?) (pausa), teve um professor homem. Por sinal, um professor muito, um professor muito bom (afirma)! Adorei (ênfase) conviver com ele. E(eee?), e eu acho que toda aquela (pausa pensativa), aquela? (pausa pensativa), é(éé?) Como que eu vou falar? (pausa pensativa). (Retoma) Aquele preconceito que eu tinha, mudou (enfática)! Eu acho que (pequena pausa), a gente tem que conviver, pra poder saber (ênfase)! E(eee), há e também tem o, (O?) mais dois auxiliares aqui na creche, homens (ênfase)! E(eee) (pausa), eu conheço, porque também não é só um ano que vem. Já tem mais de

um ano que eles estão na creche, então a gente convive (ênfase)! A gente passa a entender (ênfase), e passa (pausa), a observar (ênfase)! Eu acho que eu como mãe tenho o trabalho de observar (enfática) (pausa)! E(eee) (longa pausa), nesse ponto (pausa), eu acho que(eee), eles trabalham muito bem (ênfase)! Independente de(ee), de estar auxiliando, aqui no caso (pausa), seria mais eles, né? Auxiliar as crianças ao banheiro, essas coisas (pausa). É(ééé), é eles que fazem (enfática)! E assim (pausa), por há meu ver fazem até muito bem. Eles auxiliam, eles ajudam na medida do possível. Não? Até porque o meu menino já está maior. Está no ultimo agrupamento (ênfase)! (Longa pausa) Eu acho (ênfase) (pausa), que (pausa), pode sim (enfática), restringir, tem um negócio da lei, mas que assim (pausa), tipo (pausa), o(oo) agrupamento C e D (ênfase), que são os menores, que ainda está aprendendo a fala, comunicar, esses eu acho que (pausa), realmente poderia ser só mulheres. Mas nos demais, porque não homens? Porque não (pausa), é(éé?), ter aprendido, conversas, às vezes a figura (ênfase), paterna (ênfase) dentro de casa (pausa), é totalmente diferente. Às vezes o que eles conhecem na creche (pausa), é(éé?), faz com que tenha mais ligamento com os pais, que às vezes é ausente. E até pra poder(eerr), melhorar o convívio deles dentro de casa. Dos pais também. E(ee?), e aprender, as vezes aprende bem mais sobre o corpo, o próprio corpo humano deles.

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Cuidar (pausa), e educar (longa pausa). Cuidar a gente zela (enfática) (pausa). O educar a gente ensina (enfática) (pausa). E(eee?) (pausa), independente se é homem ou se é mulher, acho que tem que ter as duas coisas (enfática). Porque tem que trabalhar em conjunto, se não tiver, independente se é, em casa, se é na creche, se é numa escola (pausa), vai(iii), vai (pausa), das pessoas, das, (daé) (pausa), que está envolta (enfática) (pausa). Da observação (ênfase). Porque assim (pausa), é(éé?), eu como mãe eu estou ausente o dia todo. Mas tem outras pessoas que estão ali e eles podem observar (enfática). La vai observar o comportamento tanto do homem, quanto da mulher (enfática). Que às vezes a gente fala assim ah(hh), (pausa), essa pessoa (pausa), ela não faz isso, mas a gente está enganado, e aos pouquinhos a gente vai vendo o que(eee), o que, que realmente acontece (ênfase)! E só assim pra (pausa), educar (pausa), é(éééé?) corretamente. E(ee?) (pausa), também pra poder cuidar (ênfase). É o jeito de cuidar (ênfase), zelar melhor das crianças.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Olha (pausa)! Eu acho que sim (ênfase), porque a gente (pausa), tanta a, (a), (a), eu (ênfase) como mulher (pausa), vou me pôr no lugar (enfática). Como mulher, se eu (pausa), eu sinto excluída se determinada coisa me(ee), me priva. E eu acho que o homem também (enfática). Lógico (ênfase), que fala (ênfase), que é(éé?), é melhor prevenir do que remediar (ênfase) (pausa)! Mas (pausa), é(éé?), poderem, pode-se ver, é(éé?), (igual eu falei), eu já (gagueja) (pausa), falei antes, a gente (pausa), pode observar (pausa), mais (pausa). Se não está dando certo (pausa), naquela, eu posso remanejar (pausa) (ah?), o profissional (enfática)! Tanto feminino quanto masculino, no caso (enfática) (pausa). É(éé?) eu acho que, é muito mais fácil a gente observar e remanejar, do que automaticamente excluir.

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Porque(eee) mesmo assim (pausa), lógico (ênfase), igual (pausa), tem a probabilidade de ter mais(is) abusos (ênfase), por parte de homem do que de mulher (pausa), mas existe também por parte de mulher (enfática)! E(eee?), é(ééé?), às vezes a cabeça da gente é muito antiquada e a gente não vê isso, mas (pausa), hoje em dia é o que mais tem (enfática)! Né? E(eee?) (longa pausa), é(ééé?), eu acho assim (pequena pausa), foi como eu falei (enfática)! É(éé?), a gente pode prevenir tipo assim, não (pausa), não pôr com os pequenos, mas com grandes que já sabem falar, porque não? A gente pode fazer o teste.

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: (Fala algo muito baixo. Quase inescutível. Pressupõe-se, que ela tenta dito que não entendeu e pediu para repetir).

ENTREVISTADOR: São de crianças especiais. Dos cuidados desses homens com as crianças especiais.

ENTREVISTADO: Então (ênfase), nesse ponto eu não(ão), não sei, saberia responder (enfática)! Eu acho que (pausa), o cuidado feminino (ênfase) (pausa), é maior do que (pausa), tem um pouco do lado materno (ênfase) (pausa). Mas nem todos, é, é questão de observar (enfática)! Porque às vezes a pessoa vem para cuidar de uma pessoa (confusa), (retoma) uma criança deficiente (ênfase) (pausa), e ela maltrata muito mais do que um outro profissional comum (pequena pausa). Então é questão também de observar.

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Olha, não vou falar que se sentem seguras (pausa), porque(ee), é(éé?) às vezes (pausa), ah? (h), o que a mãe pode trazer é um fato que pode ocorrer na sua casa (enfática) (pausa)! Então (pausa), a preocupação maior pode ser isso (ênfase) (pausa). E(eee?), se a criança tá ali (ênfase) (pequena pausa), ela tem que ser observada (ênfase) (pausa), tem que ter cuidados (ênfase) (pausa), é(ééé?) (longa pausa), de todas as partes (enfática) (pausa). E(eeeee?) (longa pausa) É(éééééé?) (Abandona a resposta).

ENTREVISTADOR: Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: Educação Infantil (longa pausa), é(éé?) ajuda as crianças no desenvolvimento (pausa). É(éé?) (pausa), e(ee?) minhas filhas, é(éé?) vou dar exemplo, citar (ênfase) meu lado (enfática) (pausa)! As minhas filhas já entrou na creche elas já tinham (mm?) (pensativa) (pausa), 4 anos (enfática) (pausa)! O desenvolvimento delas (ênfase) (pausa), foi muito mais devagar (ênfase), do que o meu filho que eu pus com nove meses (pausa). Ele (pausa), se surpreendeu e se desenvolveu muito mais (enfática)! Eu acho que (pausa), a

convivência com outras crianças (ênfase) (pausa), é(éé?) conversas com outras pessoas (ênfase) (pausa), fazem com que a criança se desenvolva (pausa), e tenha (pausa), melhor adaptação (pausa), já com o mundo lá fora. Até porque hoje em dia (pequena pausa), a gente precisa (ênfase) (pausa), é(éé?), deixar nossas crianças com alguém (enfática) (pausa)! Se não a gente não consegue trabalhar (enfática)! Porque a (aah?), a (ah?), o (oh!), o cotidiano é difícil (enfática)! Antigamente a gente conseguia (pausa), ficar em casa, só os homens trabalhavam (enfática)! Hoje (pequena pausa), a maioria das mães (ênfase), trabalham fora (pausa), para sustentar os seus próprios filhos. Então (pequena pausa), é um auxílio (ênfase) (pausa), ter, a creche (ênfase), ter(rr) a (ah?), a rede (ênfase) (pausa), nos auxiliando (ênfase), pra(aa?) (pausa), pra que a gente possa ter um resguardo maior.

ENTREVISTADOR: Como o Sr. (a) ver a presença de homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Hoje eu vejo (pausa), esplendidamente (ênfase) (pausa), bom (enfática) (pausa)! Maravilhoso (enfática) (pausa)! É(ééé?) (pausa), eles pom (confusa), eles é um(mm?), (retoma) uma figura (ênfase). Vou dar um exemplo novamente do meu filho (enfática)! É(éé?) aconteceu uma vez de(ee?) (pausa), de vim (ênfase) (pausa), o professor fantasiado de papai Noel (pausa). E(ee?), o meu filho: amor (ênfase) aquilo lá, porque (pausa), a gente normalmente não faz isso em casa (enfática)! Então (pausa), ele entrou (ênfase) no personagem (pausa), e ele afirmava que não era ele (enfática)! E o meu filho até hoje fala assim (fala em terceira pessoa): ah, não! É o irmão do professor, porque era muito parecido (enfática)! (Retoma a fala em primeira pessoa) Mas ele gostou (enfática)! E(ee?), o desenvolvimento dele (longa pausa), foi muito grande, e(e?), é(éé?), nas brincadeiras (ênfase), no teatro (ênfase) (pausa), que tem (ênfase), por que às vezes a gente tem só mulheres (ênfase) para fazer um teatro, e às vezes precisa de um homem (ênfase), por que não? E as e, e, e(ee?) (pausa), é(éé?) o aprendizado (ênfase), eles buscam tantas outras coisas, tanto quanto as mulheres (enfática)! Pra está ali dentro (enfática)! E(ee?) no aprendizado (confusa), (retoma) trazendo aquela melhoria, aquela coisa nova (ênfase). (fala em meio a risos) Eu particularmente queria hoje (ênfase) ter (pausa), pessoas (pausa), ter estudado com pessoas como eles.

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?

ENTREVISTADO: Ahh? O Primeiro momento foi(iii) estranho (risos sem graça) (ênfase) (pausa). Mas eu(uu) (pausa), como eu sou uma mãe que eu procuro está presente (enfática) (pausa)! Então eu falei assim: é um desafio e vamos lá (enfática)! Então é(éé?) (pausa), e esse desafio (pausa), foi muito bom (enfática)! Maravilhoso (enfática)! E até hoje (pausa), eu adoro (enfática)! Até eu queria que novamente (pausa), que o professor tivesse com meu filho (enfática)! Mas infelizmente não acontece (pausa), mas assim (pausa), eu (pausa), adorei (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?

ENTREVISTADO: (longa pausa) Hum? (Pensativa) Eu acho (confusa) (pausa), não sei (enfática)! Hoje em dia (pausa), o meu (confusa), (retoma) como a minha cabeça já mudou (enfática)! Mas (pausa), anteriormente eu ia pensar (pequena pausa): primeiramente abuso (ênfase), lógico (enfática) (pausa)! É(éé?) (pausa), e maltratar (enfática) (pausa)! É(éé?), ter(rrr), algum motivo de maltratar (enfática)! Eu não sei (enfática)! É a, acho que o principal é realmente esse de(ee?) (pausa): (indaga) Meu filho vai ficar só algum momento? Vai acontecer

alguma coisa? (pausa) Mas (pausa), depois desse momento (ênfase), hoje eu (pausa), deixo tranquilamente (pausa), porque eu já conheço.

ENTREVISTADOR: E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?

ENTREVISTADO: Ahh? (Longa pausa), Meu, meu filho ele teve muito (confusa), (retoma) um aprendizado muito bom (enfática)! Ele chegava em casa (ênfase) (pausa), e contava (enfática)! Às vezes ele tinha preguiça de acordar cedo, aí eu pegava e falava assim: (retoma uma memória) (fala em primeira pessoa) mas você não vai lá ver o professor? (pausa) - Aí ele virava e falava assim: (reproduz fala da criança) (fala em terceira pessoa) ah, mamãe! Vou! (Retoma o tempo presente) Que ele gostava tanto dele (ênfase) (pausa), que às vezes era um incentivo para ele vir estudar (enfática) (pausa)! Vim pra creche (enfática)! Que eu falava pra ele de vim estudar.

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Eu converso normalmente (enfática) (pausa)! Graças a Deus eu (pequena pausa), hoje eu tenho um(m?), um convívio muito bom (ênfase), tanto com eles (pausa), quanto os outros. É(éé?) (pausa), questão de(ee?) (pausa), realmente, ser presente na creche (enfática)!

ENTREVISTADOR: Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?

ENTREVISTADO: Em momento algum (enfática) (pausa)! Nenhum momento (enfática) (pausa). Eu acho que a gente tem que viver de experiências (pequena pausa), e aprendizados.

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Porque (pausa), é(éé?), porque u(uu?) (pausa), o aprendizado é, é(éé?), é mútuo tanto de homens ou mulheres (ênfase). E(ee?), todos agregam muito (confusa), (retoma) muitas coisas (pausa). É(éé?) (longa pausa), pra(aa) ser mais presente, acho que a gente que tem que ser presente (ênfase) na vida dos nossos filhos (enfática). E se a gente é (pausa), não tem preocupação (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que a forma de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: (sequência confusa) Não, não (oo), não(o) (pausa), não me per (confusa), (retoma) passou por isso pela cabeça, (complementa) independente (enfática)! Eu acho que(ee?) (pausa), cada(a?) (confusa), é(é?), a gente tem individualmente, um jeito de, de, de (e?), (retoma) fazer a (sequência de erros de pronuncia) propôs, proprio, pro-pos-ta pedagógica (ênfase) (pausa), mas (pausa), não (ênfase), que o homem seja completamente diferente da mulher.

ENTREVISTADOR: Você indicaria o professor que cuida e educa seu filho (a) para outras famílias? Por quê?

ENTREVISTADO: Nossa (enfática)! Sim (enfática)! Porque a experiência que eu tive foi (pausa), muito boa (ênfase) (pausa), e(ee?) (pausa), só tenho (pausa), elogios (pausa), para dar (enfática)!

FAMÍLIA: ENTREVISTA 5

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: (longa pausa) Olha (pausa), (limpa a garganta) eu concordo (longa pausa), porque devido(oo?), a(aaa?), (retoma) hoje em dia a violência né(?) (enfática). Com as crianças (interrompe), (retoma) assim em geral né(?) (enfática). Então (pausa), eu acho (ênfase) (interrompe), (retoma) eu acho viável (enfática)! Eu concordo com essa lei sim (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: (permanece em silêncio).

ENTREVISTADOR: Vou repetir pra você! O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Sim (enfática), eu estou de acordo com essa(aa?) (interrompe), (retoma) que essa sugestão dessa(aa?) (pausa) (interrompe), (retoma) dessa pessoa sim (enfática)! Por que(eee?) (pausa), essa questão dele cuidar (pausa), da, da parte profissional (ênfase) da, das atividades (ênfase) (pausa), é(éé?), é interessante (enfática)! Mas essa questão de cuidar das crianças (ênfase), da(aa?) (interrompe), (retoma) dos banhos (ênfase) (pausa), só (enfática) (pausa), as, as mulheres mesmo (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu não acho (enfática) (pausa), que(ee?), que constrange ele não (enfática) (pausa)! Porque no caso vai estar só dividindo as atividades (ênfase) (enfática)! Ele vai estar cuidando (ênfase) das atividades (pausa), pedagógicas (ênfase) (pausa),

e a questão da(aa?) (confusa), da, (retoma) dos banhos (ênfase) (pequena pausa), cabe às mulheres (ênfase) (pausa), fazê-lo (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças sejam realizados exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Olha (enfática) (longa pausa)! (retoma) Ao meu modo de ver não garante 100% (ênfase) aqui (pausa), por (interrompe), (retoma) porque tem algumas mulheres que também (ênfase) (pausa), praticam (ênfase) (pausa), a violência também (ênfase) (enfática) (pausa)! Mas (ênfase) eu a (interrompe), (retoma) eu acredito que os 90% (ênfase) (pausa), é(é?), restringe sim (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Desculpa (enfática) (longa pausa)! (retoma) sim (enfática), eu acredito que(ee?) as crianças especiais (ênfase), elas devem ser olha (interrompe), (retoma) olhadas, (confusa) uma, uma (interrompe), (retoma) com mais (ênfase) cuidado (enfática) (pausa)! Porque devido à dificuldade às vezes na fala (ênfase), então (ênfase) atenção tem que ser dobrada (ênfase) sim (enfática)! Em relação essas crianças (enfática) (longa pausa)! É(éééé?) (longa pausa), Então (enfática)! No período que minha filha estudou aqui (pausa), eu(u?) (confusa), sempre, todo, (retoma) diariamente (ênfase) eu perguntava: o que acontecia (ênfase)? (pausa) Como que o professor se comportava com ela (ênfase), e com as outras crianças (ênfase)? (pausa) Se ele realmente não estava dando banho nela (ênfase)? (pausa) Então ela (pausa), ela (pausa), (retoma) falava que não (ênfase) (enfática)! Se colocava ela no colo (ênfase)? (pausa) Então assim (enfática), a (interrompe), (retoma) essa preocupação (ênfase), ela(aa?), ela, tod (interrompe), (retoma) diariamente eu tinha essa preocupação, mais (ênfase) (pausa), com o tempo (ênfase) ela foi diminuindo. Mas (ênfase) (pausa), eu não deixava de perguntar para minha filha: como que era os cuidados em relação ao professor (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Sim (enfática) (pausa)! É(éééé?) (pausa), no (interrompe), (retoma) no começo (ênfase), igual estava dizendo (ênfase), eu tive um pouco de dificuldade (enfática)! (complementa) Quando me disseram que um homem (ênfase) ia cuidar da minha filha (enfática)! Mas (ênfase), depois (ênfase) (pausa), é(éééé?), com o tempo (ênfase), a gente conversando (ênfase), diariamente, com o professor também, eu fui tendo essas, essa segurança (enfática)! Então (enfática) (pausa), é muito importante (ênfase), que os pais (ênfase) têm esse diálogo com o professor (ênfase) e com a diretora (ênfase) (enfática)! E sempre (ênfase), a criança (ênfase), relatando diariamente (ênfase), como é (ênfase), o comportamento dela com o professor (ênfase) (enfática)! Então (enfática) (pequena pausa), esse projeto (ênfase), ele é muito importante (ênfase), porque ele visa (ênfase) (pausa), esse cuidado maior com as crianças (enfática)! É(éééé?) (pequena pausa), separando (ênfase) (pausa), de certa forma, o trabalho (interrompe), (retoma) o cuidado (enfática), de banho (ênfase) e a questão pedagógica (enfática)!

ENTREVISTADOR: Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: Olha (enfática), essa Educação Infantil, ela é muito importante (enfática)! Porque, ela, ela ensina (ênfase) (enfática)! Ela nos ajuda (ênfase) na educação (pequena pausa), com a criança (enfática)! Porque, é(ééé?), é a socialização (ênfase), (pausa) esse, esse cuidado (ênfase) né(é?) (enfática) (pausa) essa(aaa?) (pausa), parceria (ênfase) que tem (confusa), (retoma) que a criança tem, uma com a outra (ênfase) (pausa), e, isso(oo), ele é muito importante (ênfase) (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como o Sr (a) ver a presença de homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Olha (enfática) (pausa), agora no momento eu tenho uma outra visão (enfática) (pausa)! Eu (ênfase) (pausa), apoio (ênfase) (pausa), desde que (ênfase) (pausa), tenha esse acompanhamento (pausa), diário (ênfase) (pausa), como eu havia relatado antes (enfática)! Essa segurança (ênfase) (enfática)! Conhecendo sempre (ênfase) o profissional (enfática) (pausa)! É(ééé?), agora eu tenho outra opinião (enfática) (pausa)! Depois que eu conheci o professor (pausa), eu apoio sim (ênfase) (pequena pausa), os homens está na Educação Infantil.

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?

ENTREVISTADO: Sim (enfática), a instituição (pausa), me apresentou sim (ênfase) (enfática)! Disse que seria um professor homem (ênfase). No, no princípio (ênfase), eu fiquei bem receosa (pausa). É(ééé?), eu até (pausa) (interrompe), (retoma) quando me falaram que tinha um (ênfase) professor na unidade, eu queria que fosse professor de outra criança (ênfase) e não da minha (ênfase) (enfática) (pausa)! Mas depois (ênfase) (pausa), com o conhecimento (ênfase), com o (interrompe), (retoma) com o dia a dia (ênfase), eu fiquei (pausa), Graças a Deus (ênfase) (enfática) eu fiquei bem (ênfase) segura em relação ao professor sim (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?

ENTREVISTADO: Em relação, a violência sexual (enfática) (pausa)! De ter alguma (interrompe), (retoma) algum momento (ênfase) que ele (interrompe), (retoma) que ele possa abusar-la (ênfase) (pausa), passar a mão (ênfase), acontecer uma coisa colocar no colo (ênfase) (pausa), e(eee?), às vezes fala alguma coisa indevida (ênfase). Esse, essa é a grande preocupação (ênfase) das amigas (enfática)!

ENTREVISTADOR: E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?

ENTREVISTADO: Olha (enfática), a minha filha (ênfase) sempre (interrompe), (retoma) até hoje ela fala muito bem (ênfase) do professor (enfática) (pausa)! Então (enfática) (pequena pausa), é(ééé?), ela só tinha (ênfase) (pausa), coisas boas (ênfase), para falar (pequena pausa). Ela sempre tinha elogios (ênfase) dele (enfática)! (confusa) Esse, é(é?), foi, ele é, (retoma com clareza) foi um ótimo profissional (ênfase) (pausa)! (Complementa a resposta anterior) Com a minha filha (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Muito boa (enfática)! Eu(uu?) sempre (ênfase) estava conversando geralmente com o profissional (ênfase). Ele sempre (ênfase) estava relatando que es (interrompe), (retoma) o que havia passado (ênfase) (pausa). Então (pausa), eu só tenho (ênfase) elogios em relação ao profissional que atendeu a minha filha quando ela estudou nes (interrompe), (retoma) nessa instituição (enfática)!

ENTREVISTADOR: Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Não, não tive (ee?), (confusa) essa, essa(aa?), essa, essa(aa?), (retoma) essa preocupação não (enfática)! Ela(aa?), ela estudou aqui, o período de quase (ênfase), um ano (ênfase) (enfática)! É(éé?) que eu coloquei ela um pouquinho (ênfase) (pausa), é(ééé?) depois do começo do ano (enfática)! Mas eu não pensei hora nenhuma de tira-la não (enfática)! Ela foi até o final (ênfase) (pausa), e com isto (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Depois da experiência que eu tive (ênfase), é(éé?), eu estou de acordo que os homens pode, podem e devem ser inseridos também na Educação Infantil (enfática)! (Complementa) Desde que sempre (ênfase) tenha um acompanhamento (ênfase) dos profissionais (ênfase), os diretores e coordenadores da escola (ênfase). Ele (pausa), às vezes também passe por uma entrevista com um psicólogo (ênfase), e depois (ênfase) ser acompanhado diariamente com os pais (ênfase) (enfática) (pausa)! (Complementa) relatando as dificuldades com seus filhos (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que as formas de aprender das crianças com homens é diferente das mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu não acho que, que seja diferente (ênfase) não (enfática)! Pode ser (ênfase) que alguma brincadeira (ênfase) (pequena pausa), às vezes eles podem (ênfase) (pausa), colocar diferente (enfática)! Mas em relação a Educação (ênfase), eu (enfática), acredito que seja igual (enfática), sim (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você indicaria o professor que cuida e educa seu filho (a) para outras famílias? Por quê?

ENTREVISTADO: Indicaria sim (enfática) (pausa)! Porque, ele me passou bastante segurança (ênfase) (pausa), ele(ee?) (confusa), (retoma) a minha filha era bem cuidada por ele (ênfase) (enfática)! Então (enfática), eu indico sim (enfática) esse profissional, para as outras famílias, éééé, porque né? Ele nos ajuda (pausa) aaa (enfática) ver outros (pausa) professores diferente né (enfática)!

FAMILIA: ENTREVISTA 6

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Bem (enfática), (inicia uma fala lenta e pausada) eu(uu), entendo(oo), a preocupação(oo), de quem(mm), criou essa lei (pausa), para com(mm) (encerra discurso lento e pausado), a integridade das crianças (ênfase), mas não concordo (enfática) (pequena pausa)! Enquanto profissional (ênfase), enquanto cidadã (ênfase) (enfática), eu acho que é uma(aa?), é uma lei excludente (enfática)! Até porque (ênfase) (pausa), nenhuma dessas atitudes (pausa), seriam(mm) necessárias (ênfase), para evitar certos tipos de(eee?) (pausa), abusos (ênfase), digamos assim (enfática)! Né(é?) (enfática). (confusa) No(o), no(oo?) (pausa), que no, no(oo?), (retoma) No que diz a respeito da preocupação (pausa), da lei (ênfase) para com as crianças (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Cuidar e educar é indissociável (enfática) (pequena pausa)! (Complementa) Para quem tá dentro de uma instituição de Educação Infantil (ênfase), sabe que (enfática) (pausa), são trabalhos indissociáveis (enfática)! embora (ênfase) (pausa), o homem (ênfase) (pausa), digamos assim (enfática) (pausa), possa não estar atuando dentro da sala de aula (enfática), ele pode ser (pausa), até o cozinheiro (ênfase), né(é?) (enfática) Ele também tá educando (ênfase) (enfática)! (Complementa) É o cuidar e o educar que tá junto (ênfase) (pausa), portanto (pausa), é(ééé?) (pausa), é até absurda (enfática), essa separação que foi feita aí nessa lei (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Sim (enfática)! Constrange (enfática)! Descaracteriza sim (ênfase) (enfática), o trabalho dele (enfática), porque (pausa), a formação (pequena pausa), dele (ênfase) foi voltada para isso (ênfase) (pausa), e se ele foi formado para isso (enfática), ele (pequena pausa), ele é capaz(zz), é capacitado (ênfase) (pausa), e(ee?), ético pra exercer tal função (enfática)! Seria sim um(mm?), um(mm?), uma(aa?), descaracterização do trabalho, e até um preconceito (grande ênfase) (enfática). Desconcordo totalmente (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De forma alguma (enfática)! Até porque a gente vê (ênfase) (pausa), que(ee?), nos noticiários (ênfase), na mídia (ênfase) (pausa), como as coisas estão nesse contexto social que a gente está (pausa), principalmente agora (ênfase), é(ééé?) (pausa), esse trabalho com o feminicídio (ênfase), isso ficou muito evidente (ênfase), agora na mídia (enfática)! Então assim (enfática), é(ééé?) (pausa), não garante nada não (ênfase), e até porque também (ênfase), a gente vê que os abusos sexuais às vezes, acontece até dentro da igreja (ênfase). (complementa) Dentro de vários outros lugares (enfática), mas, mais eu não sei familiar.

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu acredito que(ee?) (pausa), o(oo?), a preocupação (pausa), para com as crianças especiais (ênfase) (enfática), deveriam ser na formação voltada (ênfase) (pausa), para educação delas (ênfase) (enfática)! A pessoa ser (pausa), bem (ênfase) habilitada para lidar com tal, tal(l?) (pequena pausa), especialidade de criança não com o gênero (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! E eu posso falar isso (ênfase) (pausa), tanto como profissional, quanto mãe (enfática)! (complementa) Porque eu tenho filha (ênfase) (enfática), eu tenho neto (ênfase) e(eee?), e(eee?), em instituições públicas (ênfase) (enfática) (pausa)! (complementa) Que são atendidas (ênfase) por(rr) (pequena pausa), homens (ênfase) (enfática), e eu falo para você (enfática), filha e neto (ênfase) (enfática) (pausa), tanto (pequena pausa), menino (ênfase), quanto meninas (enfática)! Eu falo para você (enfática) pausa, a(aa?), a preocupação (ênfase) (pausa), na cabeça da mãe (ênfase), ela vem (ênfase), advinda de alguma coisa que já aconteceu (ênfase) (enfática) (pequena pausa)! Né(é?) (enfática) E(eeee?) (grande pausa), com (interrompe), (retoma) afastar (enfática), o profissional do sexo masculino, não garantiria nada (ênfase) (enfática)! Talvez ela(aaa?) (pausa), ela(aaa?) (pausa), ali dentro daquela instituição educacional (pequena pausa), pudesse não acontecer nada mas e(ee?), em outros âmbitos (pausa), sociais (ênfase), e outros lugares que a criança fosse (ênfase) (pausa), que tivesse (pausa), é(éé?), contato com o homem (!) o(o?), o sexo (ênfase), não quer dizer nada (enfática)! Acredito que esse tipo de(ee?) (pausa), de atitude(eee?) (pausa), de molestar (ênfase) (enfática)! Estamos falando sobre isso (enfática) (pausa), é (enfática), é mais, é mental (ênfase) (pausa), do que (pausa), homem e mulher (enfática)!

ENTREVISTADOR: Para o Sr (a) qual a importância da Educação Infantil e sua função social?

ENTREVISTADO: A função social da Educação Infantil (pausa), é socializar (ênfase) (enfática)! E daí (enfática) (pausa), quando você (pausa), discrimina (ênfase), homem faz isso,

mulher fazer aquilo (ênfase) (pausa) (complementa) você não tá socializando (enfática)! Você tá (pausa), colocando a criança(aa?), para(a!) (pausa), está tendenciando, ou ela ser machista, ou ser feminista (grande ênfase)! (complementa) Homem só faz isso (enfática), mulher só faz isso (enfática)! Não (enfática) (pausa)! Estamos num, num, num século, numa era (ênfase) (pausa), em que(ee?) (pausa), a gente deve (pausa), educar, as nossas crianças (ênfase) (pausa), pra(aaa?) (pausa), para um mundo (pausa), sem desigualdades (enfática)! É(ééé?) (pausa), diferenças têm (enfática), mais (pausa), desigualdades, essas desigualdades, essas discriminações, elas precisam terminar (enfática)! Elas precisam acabar (enfática), e a nossa Educação Infantil (pausa), é(é?), a função social principal (ênfase) dela para mim é essa (enfática), socializar (ênfase)!

ENTREVISTADOR: Como o Sr (a) vê a presença de homens atuando na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu vejo sem problemas (enfática)! Eu não tenho problemas (enfática), até porque (enfática) (pausa), quando eu olho homens (pequena ênfase) na Educação Infantil (pausa), nas faculdades (ênfase) é(é?), a gente vê que é raro (ênfase) (pausa), ter (ênfase), é(é?) homens (enfática)! Mas quando a gente vê um homem dentro do(oo?) (pausa), do(ooo?) (pausa), do(oooo?) (pausa), CMEI (ênfase) por exemplo (enfática) (pequena pausa), a gente sabe que ele está ali, porque(ee?), ele gosta (ênfase) da Educação Infantil (enfática)! Porque, eles têm formação (enfática)! Tem preparo (ênfase) para isso (enfática) (pausa)! Porque, quando a gente entra (enfática), a gente tem a opção de escolhe se a gente vai ficar na escola, ou vai ficar no seu CMEI (ênfase) (enfática)! E se ele escolheu ficar no CMEI (enfática) (pausa), é porque ele tem preparo para isso (enfática)! E eu(?) (pausa), (retoma) lido com total confiança (enfática)!

ENTREVISTADOR: A instituição lhe apresentou os profissionais que iam atuar com as crianças? Qual foi sua impressão nesse primeiro momento?

ENTREVISTADO: No primeiro momento eu como mãe (ênfase), eu fiquei um pouco assustada (ênfase) (enfática)! Mas daí eu (pequena pausa), tratei logo de pensar isso (ênfase) (enfática)! (complementa) Se ele está lá (pausa), é porque ele tem preparo para isso (enfática)! Ele tem estudo para isso (enfática)! Ele tem formação para isso (enfática)! E(ee?), principal, gosta disso (ênfase) (enfática)! né(é?) (enfática) (pausa) Então (enfática) (pausa), eu vou dar um voto de confiança (enfática)! E eu não me arrependi (enfática)! Graças a Deus (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando se trata de homens cuidando e educando crianças, quais são as maiores preocupações das famílias?

ENTREVISTADO: Eu acredito que as maiores preocupações da família (pausa), é(é?), é(é?), no meu caso por exemplo (ênfase), eu vou (interrompe), (retoma) eu posso falar (pequena pausa), pela minha família (enfática)! Foi mais na questão de(ee?) (pausa), é(é?), o homem ser mais duro (ênfase) (enfática) (pausa)! Então assim (enfática), a gente ficava preocupado de(e?) (pausa), do(oo?), de não ter aquele carinho, aquela afetividade (enfática)! Mas (longa pausa), foi tranquilo (ênfase), super tranquilo (enfática)!

ENTREVISTADOR: E as crianças, o que elas têm narrado da vida cotidiana na instituição com esses profissionais homens?

ENTREVISTADO: Ah(h?), é(éé?), ah(h?), a minha experiência com meu neto (ênfase), com minha filha (ênfase), é muito boa (enfática)! Na(aa?), instituição do meu neto, que ele se

encontra hoje (enfática), tem (ênfase) um homem (enfática)! E(eeee?), quando (ênfase) a gente chegar lá eu percebo (pausa), que ele já sorri de orelha a orelha (ênfase) (enfática)! Então quer dizer, né(é?) (enfática) Ele (pausa), fala pouco (ênfase) (enfática)! (complementa) E ele ainda está com dois aninhos (enfática) (pausa), sab (interrompe), é(éé?), (retoma) mas pelos(ss) (pausa), gestos (ênfase) dele, pelas (pausa), expressões faciais (ênfase) dá para a gente ver (ênfase) (pausa), que o carinho dele (ênfase) para com(m) (pausa), aquele rapaz é(ééé?) (pausa), é especial (ênfase) (enfática)! (complementa) E aí(íí?) (enfática), é(ééé?) (pausa), eu me sinto segura (enfática), e(e?) minha filha não (enfática), minha filha já falava (enfática)! Inclusive (enfática) (pausa), dep (interrompe), (retoma) 20 anos depois a gente reencontrou (ênfase), o diretor da(aa?), da(aa?), do CMEI que ela ficava, e ela (pausa), foi abraçar ele: - (inicia fala em terceira pessoa) Tio XXX? – (retoma discurso em primeira pessoa) - como se fosse (enfática) (pausa), o reencontro assim (ênfase) (enfática) (pausa), como se ela tivesse vendo ele há 20 anos atrás (ênfase), como ela o via (enfática)! Então (enfática) para mim minha (pausa), minha experiência com homens na Educação Infantil (pequena pausa). Foi(i?) (pausa), Tranquila (enfática)! Perfeita (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a sua relação com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Tranquila (enfática)! É igual (enfática)! Eu(?), eu penso (pausa), é(ééé?), ele é iguala mim (enfática)! Tem a (pequena pausa), a mesma formação que eu ou mais (enfática)! Né(é?) (enfática) É(ééé?) (pausa), eu (ênfase) nun(nn?), nunc (interrompe), (retoma) nunca fiz essa distinção (enfática)!

ENTREVISTADOR: Por algum momento você pensou em retirar a sua criança da instituição por causa da presença masculina no agrupamento em que ela é atendida?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Nunca (ênfase) pensei nisso não (enfática)! Nunca (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que o trabalho na Educação Infantil deve ser realizado somente por mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Nunca (enfática)! Nem pensar (enfática)! Eu acredito que (pausa), é(?), essa diversidade é até legal (enfática)! E até porque (ênfase), eu acho que (pausa), a presença do homem no ambiente escolar (ênfase), ela deveria ser maior (ênfase) (enfática)! Eu falo isso (pausa), na minha outra instituição também (enfática)! Deveria ter mais homens (ênfase) (enfática)! Por que(eee?) (ênfase) (pausa), é(éééé?), é(é!), é o mundo (ênfase) né(é?) (enfática) É(ééé?) (pausa), é a imagem do mundo (enfática)! E a criança já entra na(a?), no CMEI e fala: - (inicia diálogo em terceira pessoa) - Nossa (enfática)! Mas lá só tem mulher (enfática)! Porque que só tem mulher? - (retoma em primeira pessoa) – já, já(ááá!), teve essa pergunta aqui, já (enfática) (pausa)! Já tive que responder: - (inicia diálogo em terceira pessoa) - Porque aqui não tem (pausa), é(éé?) Professor (ênfase), só tem professora? - (retoma em primeira pessoa) - Aí eu (pausa), até falei (enfática): - (inicia diálogo em primeira pessoa tempo passado) - Sim (enfática)! Nós temos (enfática)! O nosso diretor é homem. - (retoma o diálogo em terceira pessoa) - não mas é (enfática) (pausa), eu estou falando de professora (ênfase) mesmo (enfática)! - (retoma o diálogo em tempo presente primeira pessoa) - Aí a gente tem que explicar: Por que para os homens (enfática), pouco (ênfase) se interessam pela área da Educação (enfática)! Talvez por essa (pausa), cultura (ênfase) que foi criada também que(eee?) (pausa), é só a mulher (ênfase) que tem que lidar com a criança (enfática), mas isso não existe (enfática)

(pausa)! Todos os homens que eu conheço que lidam com criança (pausa), a(aa?), a(aa?), o trabalho deles é formidável (ênfase), e a experiência é bem (ênfase) bacana (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que as formas de aprender das crianças com homens é diferentes das mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu acredito que não seja diferente não (enfática)! Deve ser(rrr?), eu acredito que seja igual (enfática)! Mas é (interrompe), é(ééé?), (retoma) eu acredito que(eee?) (pausa), a presença masculina (ênfase) (pausa), por (pausa), ser, tão pouca (ênfase) (pausa), ela(aa?) (pausa), pode dar uma ajudada sim (enfática)! Até porque (pausa), é(?), as crianças que (pausa), as famílias (ênfase) (enfática), as constituição das famílias hoje em dia, é(?), elas se dá de várias (ênfase) (pequena pausa), formas (ênfase) (enfática)! Então (pausa), acredito que é bem legal (enfática), o homem na instituição (enfática)! E(ee?) (pausa), acrescenta mais (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você indicaria o professor que cuida e educa seu filho (a) para outras famílias? Por quê?

ENTREVISTADO: Com certeza (enfática)! Sem medo (enfática)! De olhos fechados (enfática)!

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DOS GESTORES

Você está participando da pesquisa qualitativa: INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido SOMENTE por gestores que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

ROTEIRO DE ENTREVISTA: GESTORES

Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

01- No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

02- O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

03- No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

04- No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

05- O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

06- A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

07- Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

08- Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

09- No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

10- Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

11- Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

12- Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

13- Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

14- Como é a relação das crianças com esses profissionais?

15- Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

16- Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

17- E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

Eu autorizo a coleta, estudo, sistematização e publicização dos resultados dos dados declarados resguardando o anonimato.

APÊNDICE F

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DOS GESTORES

Você está participando da pesquisa qualitativa: INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nesta pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido SOMENTE por gestores que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

GESTÃO: ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa? (ênfase)

ENTREVISTADO: É(éé?) Na minha opinião (pausa), é(ééh?), a(ah!), o(oh?), tem justamente de, de várias questões que as pessoas (pausa), vão(m?), fantasiando (ênfase) muitas vezes (ênfase), né? (enfática) Vão imaginando (ênfase) e, vejo como um retrocesso assim, muito grande (ênfase), porque? (questiona) Porque (responde) as pessoas (pausa), que muitas vezes não estão aqui (ênfase), não estão presentes (ênfase), não estão vendo (pausa), o trabalho realizado, que é realizado, e que tem também, a gente tem uma gama muito grande (ênfase) a quantidade muito grande (ênfase) de pais aqui que participam muito (enfática)! Então, aí nesse sentido então (enfática) (pausa)! Suponhamos (enfática) (pausa)! A gente tem estimulado muita a participação dos pais, dos homens profissionais (ênfase), e(eh?), e as, é (ééh?), vejo como realmente (pausa), a gente (pausa), ta (confusa), (retoma) está retroagindo (enfática)! A gente estava avançando (ênfase), e eu vejo como (ênfase), um(m?), a gente voltando (ênfase), numa questão que a gente pensa que já estava (pausa), né? (questiona) melhorando (pausa), a cada dia mais.

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Porque (ênfase), a questão de(ee) (confusa) (pausa), (retoma) não separar (ênfase), (confusa) são questões, (retoma) assim não tem como né(?) (enfática), o cuidar e o educar (pausa), ses, se, separado, e a gente tem (longa pausa), lutado tanto (ênfase) para isso,

para que não ocorrem isso (ênfase), como ocorria em épocas de(ee?) (pausa), que nos (confuasa), (retoma) que eu trabalhei né(?) (enfática), na época que tinha (pausa), a questão só do cuidar mesmo (enfática)! Porque eu peguei a fase de transição né(?) (enfática), (ressalta/relembra) dá FUMDEC (ênfase) com a Secretaria de Educação, eu vivi muito isso (enfática)! Muito, muito (enfática)! E a gente vem (pausa), trabalhando tanto (ênfase) nesse sentido (pausa), de que(ee?) (pausa), é(ééh?) (pausa), de que as (interrompe), (retoma) que os profissionais que entendam (ênfase), né(?) (enfática) (pausa), dá indissociabilidade (pausa), de cuidar e educar, porque lá (pausa), o profi...ta (interrompe), (retoma) ele está sempre muito junto (ênfase) na rotina do CEMEI (enfática) (pausa)! Então (pausa), eu vejo que (pausa), realmente não tem como dissociar, (complementa) de separar.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Constrange (ênfase)! Constrange (ênfase)! Eu acho que(ee?) (pausa), fica(a?), limita (ênfase) (pausa), e principalmente (pausa), é(ééh?) (pausa), torna a instituição muito sexista, né(?) (enfática)! (exemplifica) E(eh?) Isso o homem pode (ênfase), isso só a mulher (enfática)! E(eh?) (longa pausa), fica (confusa), (retoma) volta, aí acaba (ênfase) que a criança aprende que em casa (pausa), precisa ser assim né(?) (enfática)! Então, o(oh?), o(oh?), o(oh?), o pai (ênfase) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! O pai (ênfase) que (pausa), cuida (ênfase), o pai (pausa), o pai que pega (ênfase). Por exemplo aqui, (exemplifica) os meninos (pausa), brincam (ênfase) (pausa), pegam (ênfase) as bonecas (enfática)! E aí(?), muitas vezes um coleguinha vem falar: (voz em terceira pessoa) ahh? - (responde em tempo e voz passada) – Uai (enfática)! Mas o papai não te pega? O papai não cuida de você? - (retoma ao tempo presente) Não tem (enfática)! Qual que é o problema? (questiona) É(h!) (enfática) (pausa), tem uma (interrompe), (retoma) semana passada eu tive essa questão (pausa), das crianças falando (ênfase) né(?) Então (pausa), realmente (pausa), eles (pausa), eles vão (enfática) (pausa), a medida que faz a separação (longa pausa), queira ou não (ressalta) a criança vai relacionar (pausa), com o(?), com o(?), com(m?) o sexo masculino e feminino da sua residência.

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu acho que não é (ênfase) uma garantia (pausa), e(eeh?) (longa pausa), penso que (longa pausa), talvez também (ênfase), a questão para a mulher (ênfase) né(?) (enfática)! Voltamos naquele (?) (pensativa), (retoma) naquele paradigma (enfática)! Naqueles pensamentos (ênfase) né(?) (enfática)! É(éh?) (pausa), de questões sexis (interrompe), é(ééh?) (exemplifica) – (narrativa em outra pessoa) NÃO (enfática com tom de voz alterado)! Isso aqui é só para mulher fazer (enfática)! (termina o exemplo) – E(eh?), a gente já passou muito né(?) (enfática)! Nessas, nessa questão, tanto na sociedade, família (ênfase), e agora (ênfase) (pausa) (confusa), (retoma) na Instituição (pausa), não, eu não (interrompe), (complementa) eu não concordo (enfática).

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Eu acho que não há um motivo não de, de(e?), não(?) (confusa), (retoma) do homem não pod (interrompe), é(ééh?), esse grupo (ênfase) (pausa), ser

assistido apenas (ênfase) (pausa), por mulheres (enfática)! E, e(eh?) tem várias questões (ênfase) que (pausa), o homem lida (pausa), né? (ênfase), é(éh?) (pausa), mui (interrompe) (confusa), (retoma) até melhor (ênfase). Em termos de(e?) (pausa), de uma compreensão que nós mulheres (ênfase) muitas vezes, a gente (pausa), o que a gente foca (ênfase), muitas vezes eles focam (ênfase) de uma, de uma forma diferente (enfática) (pausa)! E, e isso faz muito bem (pausa), para (pausa), qualquer criança (ênfase).

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Por exemplo (enfática)! A gente percebe (ênfase) que (pausa), inicialmente (ênfase) (pausa), quando as (confusa), as mulhe (interrompe), a(aah?), as fa (interrompe), (retoma) a família de modo geral (pausa), é(éh?) (pausa), percebe a presença do homem na instituição (ênfase) (pausa). Então sempre assim (ênfase). Inicialmente (ênfase), quando nós tivemos o primeiro homem aqui (pausa), a primeira preocupação (ênfase), era nesse sentido (enfática)! Só que (pausa), foi uma questão de aos (ênfase) poucos, é(éh?) (pausa), a gente ir conquistando (ênfase) a confiança (enfática)! A gente foi conquistando a confiança (ênfase) e(eeh?), essa preocupação assim (pausa), até muitas vezes (pausa), nem vejo que é exclusiva da mãe (ênfase), só (enfática)! Ou do pai (enfática)! Depende muito (pausa), da família (enfática)! Do nível da família de entendimento sobre a questão (pausa), é(éh?), da Educação Infantil. Então assim (longa pausa), penso que (pausa), é, é uma questão que é (pausa), de confiança (ênfase) (pausa), aos poucos (ênfase) (pausa), da mesma forma que (ênfase), se tiver uma instituição só (ênfase) de mulheres, não significa (ênfase) (pequena pausa), que vai ter uma qualidade, ou que vai ter uma confiança (enfática)! Então (pequena pausa), eu acho que, é(ééh?), muito mais (ênfase) depende do trabalho realizado (ênfase), do que só: Ah não (enfática)! Isso aqui é só mulher, e eu vou ter mais confiança, e a criança não vai ser (exemplifica) agredida, (concluindo) não vai ter nenhum problema (enfática)! Então (pausa), (um?), (um?), não (ênfase) se resume a isso (enfática)! Acho que isso aí não (pausa), não é (pausa), realmente (ênfase) depende de(eh?) (pausa) (confusa), (retoma) dos profissionais da instituição (enfática)! Independente de homens ou mulheres.

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: Eu já trabalhei com homens (ênfase) (pausa), é(ééh?) (pausa), na escola (ênfase) (pausa), estava iniciando (ênfase) a Educação Infantil. Mas as funções (ênfase) eram (pausa), na limpeza (ênfase), e um (?), e um auxiliar de secretaria. Não tinha (confusa) (longa pausa até abandonar a questão com conversas informais com outras pessoas).

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: É(ééh?) Inicialmente foi essa questão mesmo, da higienização (pausa), e(eh?) (pausa), assustaram bastante (ênfase) porque tem (pausa), dois anos e meio quase três (pausa). Mas a gente lhe dou de uma forma (pausa), tão tranquila (ênfase) (pausa), é(ééh?), tranquilizando (ênfase), né(?) (enfática), sobre o, o trabalho (ênfase) que era realmente novo para todos (pausa), mas que a gente tinha confiança que a gente ia (pausa), ter, é(ééh?),

orientações (ênfase), estudos (ênfase), e tanto é que (pausa), que foi muito de boa mesmo (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: Quando, chegaram (pausa), é(ééh?), o critério foi com os maiores (enfática)! Até inclusive por ele (interrompe), pelo que chegou ele não tinha filhos (ênfase) né(?) (enfática). Falou que não (pausa), não tinha(aa?), assim (ênfase) (pausa): muit(interrompe), um(m?) (pausa), cuidava de algum, algum sobrinho e tal, mas não tinha (confusa), (retoma) se sentiria melhor (ênfase) numa turma maior (ênfase), que ele (pequena pausa), né(?) (enfática), tivesse mais condições (pausa), de fazer o trabalho (enfática) (pausa)! Então inicialmente foi assim (pausa), mas depois, foi, na turma de (exemplifica) 5 (ênfase), depois de 4 (ênfase), de 3 (ênfase), de 2 (ênfase), de 1 (ênfase) (pausa), e chegando ao berçário (enfática)! Então (pausa), o critério Inicial, e que também não pode ser mantido (pausa). Por que a gente teve que ir reformulando (ênfase), e também foi muito tranquilo.

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: Não teve como ser feito, assim, um trabalho antes (enfática)! Porque quando começa a cha (interrompe), (retoma) a chegar os concursados (pausa), ele já chegou (pausa), para trabalhar (enfática)! Então foi assim, à medida que (pausa), a gente (pausa), que eles (pausa), a família foi chegando (pausa), a gente foi apresentando (ênfase). E à medida que as crianças (pausa), foram conversando (ênfase), foram interagindo com ele (ênfase) (pausa), e(eeh?), as primeiras perguntas serão se ele (pausa) (confusa), (retoma) eram essas (ênfase) mesmas (enfática)! A questão do banho (ênfase), né(é?) (enfática) (pausa), que(e?) (pausa), ele(e?) (longa pausa), fazia a hig (interrompe), (retoma) é(ééh?), ia para o banheiro com os meninos (ênfase) no, no, no banhe(interrompe), na, no banho (pausa), e a professora com as meninas (enfática)! Foi assim, tranquilo (ênfase) à medida que a gente foi fa (interrompe e retoma rapidamente), falando isso inicialmente (enfática)! E depois as outras famílias foram vendo (ênfase), foram percebendo (ênfase), e(eeh?), não teve maiores problemas (pausa), inclusive (ênfase) a gente achava que ia ser (pausa), muito (grande ênfase) mais difícil (enfática)! A gente pensou (ênfase) que (pausa), o pessoal ia lá (ênfase) (pausa), talvez, na secretaria (ênfase), falar (ênfase) que tal. Não (enfática) (pausa)! Mas quando a gente falava: - é uma pessoa concursada (ênfase), para esse cargo (ênfase) (pausa), e que(e?) (pausa), ele faz parte da instituição (ênfase), isso em Maio (enfática), em Agosto mesmo, chegou o segundo (ênfase), em Outubro o terceiro (ênfase), e depois foram chegando (ênfase), né(?) (enfática)! Então foi assim (enfática) (pausa), bem tranquilo.

ENTREVISTADOR: Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

ENTREVISTADO: É(é!) (enfática) Procuravam (ênfase) assim (pausa), quando (ênfase) fa (interrompe), (retoma) chegava a comentar com a professora (ênfase), né(?) (enfática), que tava preocupado (pausa). Elas, ela a professora até (ênfase), regente (ênfase), muit (interrompe), fal (interrompe), (retoma) pedia para vir (ênfase) conversar com a gente (pausa), para tranquilizar (enfática)! Então a gente atendeu (ênfase), uma quantidade assim de(e?) (pausa), inicialmente o agrupamento de 25 (ênfase) (pausa), umas 5 (ênfase) que vieram, né(?) (enfática), que tavam mais preocupadas (ênfase) (pausa), e(e?), que(e?) (pausa), eu como (pausa), um (pausa), é(éh?)

(pausa), parte da equipe diretiva (ênfase) disse que ia fazer todas as orientações (ênfase), todo, todo(oo?) (confusa), (retoma) todo o trabalho, né(é?) (enfática), que eu já fazia com outras pessoas (ênfase) que ia (pausa), ser feito com o(oh?), com o (oh?), o profissional também (ênfase), e a questão (pausa), é(éh?), de várias (pausa) (confusa) é(ééh?), (retoma) de várias coisas assim (enfática)! - (exemplifica em terceira pessoa) ahh? (questiona) (pausa), mas (pausa), será que ele não vai ser mui (interrompe), (retoma) uma forma muito bruta (ênfase) de falar? Será que ele vai ter paciência (ênfase)? E tal (enfática)! - (retoma a primeira pessoa) E(eeh?), e então (pausa), a gente falou – (terceira pessoa) Olha (enfática) (pausa)! Com o tempo (ênfase) a pes (interrompe), (retoma) ele está chegando, nós precisamos dá um tempo (pausa), né(é?) (enfática), e (pausa), as crianças – (retoma na primeira pessoa) com as crianças foram, foi o de menos né(é?) (enfática) (pausa), porque (pausa), a(aah?), mas as famílias se preocupam (pausa), as crianças amaram (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: É(éé?) (Pequena pausa), repete por favor (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: A das profissionais (enfática)!

ENTREVISTADO: É(ééh?) Inicialmente (pausa), é(éh) (pausa), houve (ênfase) (pausa), mas eu vou falar aqui(ii?) no caso uma semana (pausa), né(é?) (enfática) - (diálogo em terceira pessoa) Nossa (enfática)! Nunca (ênfase) tinha trabalhado com homem (enfática)! Nunca (ênfase) (pausa), nunca tive um auxiliar o homem, né(é?), na sala (ênfase) e com crianças pequenas (pausa). - (retoma em primeira pessoa) Mas foi assim (pausa), muito (ênfase) (pausa), pouco (ênfase) tempo. Agora hoje (ênfase), por exemplo que eu tenho uma professora que fica de manhã e à tarde (pausa), e com 2 auxiliares homens (enfática)! Ela falou (pausa), ela tem até (ênfase) esse ano ela tem me falado assim que (pausa), nossa (ênfase), que tá assim muito (ênfase) surp (interrompe), (retoma) uma grata surpresa (enfática)! Por tá tão bem assessorada e eles (pausa), participando dos planejamentos (ênfase), de tudo (enfática)! Então, a, a algumas novatas que chegam (ênfase), falam nossa uai, aqui tem (pausa), mui (interrompe), (retoma) bastante homens e tal (ênfase) (pausa), e a gente explica né(é?) (enfática), do, sobre o trabalho. Mas algumas questões era isso: Nossa (ênfase) as famílias? As famílias vão reclamar (enfática)! Muitas vezes a, alguma profissional já falou (ênfase): Mas as famílias vão reclamar (enfática)! Não (enfática)! Mas por enquanto (ênfase) a gente vai (ênfase) (pausa), conversando (ênfase) (pausa), então mu (interrompe), (retoma) muitas vezes, era até questão (pausa), de achar (ênfase) que a família ia reclamar, e foi bem menos do que esperávamos.

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: É(ééh?), a questão (pausa), de (pausa), de divisões seria (pausa), é(ééh?), devido (ênfase) ao regimento mesmo (enfática)! Em que, em ter, em questões legais (ênfase) (pausa), porque os auxilia (confusa), (retoma) os homens aqui que nós temos são auxiliares (ênfase) (enfática)! Então (enfática) (pausa), quer dizer (pausa), que a parte da documentação pedagógica de (pausa), fazer o planejamento (ênfase), várias questões descritas (pausa), é(ééh?), próprias (ênfase) do(o?), do regente (ênfase), são feitos pelas mulheres (ênfase), e os homens (ênfase), né? (enfática) (pausa), faz, é, é(éh?) (pausa), cumprem também a função deles

(ênfase) (pausa), pedagógica (ênfase), da ação educativa/pedagógica, e muito bem (enfática)! E quanto ao envolvimento (pausa), nos portfólio (ênfase) e tal (enfática)! Então essa divisão que tem (pausa), seria mais questão (pausa), legal mesmo (ênfase), do que cada cargo (ênfase) solicita de cada um.

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: É muito boa (enfática)! É muito boa (enfática)! A gente tem relatos (ênfase) assim (pausa), muito (ênfase) bonitinhos, muito (ênfase) bonitos (pausa), e, e(eeh?), e de famílias também, que eles ficam (pausa), a, as crianças (ênfase) falam muito (ênfase), né(é?) (enfática), é(ééh?) Quando estão de férias (enfática)! Muitas vezes - (diálogo em terceira pessoa). Aí eu quero jogar bola com o professor tal (ênfase)! Eu quero fazer capoeira igual (pausa), o(oh), o(oh), o(oh), o meu professor do CMEI (enfática)! - (retoma em primeira pessoa). E mesmo as brincadeiras que, são (ênfase) diferentes (pausa), né(?) (enfática). A forma deles brincar, é a forma (ênfase) de tá falando (pausa), são (ênfase) diferentes (pausa), né(é?) (enfática), de, da(a?), (exemplifica) das professoras (ênfase), da gente (ênfase), das mulheres (enfática)! E eles assim (pausa), até (pausa), é(éh?), as, tem criança que compara: nossa (enfática)! Ele fez (ênfase), ele falou (ênfase), ele jogou (ênfase), igual meu pai faz (enfática)! E essa figura masculina (v), ela é muito (ênfase) importante. Seja (ênfase) para menino, seja (ênfase) para meninas (pausa). Ela é muito importante (enfática)! E a, e as crianças acolhem (ênfase) muito bem (enfática)! Acolheram muito bem (pausa), ah, o(oh), o(oh), o(oh), os homens (ênfase) e (pausa), e sempre (ênfase) (pausa), é(éh?) (pausa), que as famílias estão relatando (pausa), do que a criança fala sobre o trabalho que é feito.

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: Até que es (interrompe), (retoma) específico (ênfase) muito (enfática)! ah! (enfática) Porque é homem ou mulher (pausa), é(éh?), a gente não tem (pausa), uma, uma(a?), uma(aa?), uma quantidade grande (ênfase) não (enfática)! São questões do dia a dia que seja homem, seja mulher (fala confiante), se por exemplo a criança (pausa), é(éh?), (exemplifica) ou machucou, caiu no parque, ou que (interrompe), (retoma) ou questão de mordida (ênfase). Independente se homem, ou se é mulher, eles nos procuram para esclarecer (ênfase) (pausa), essas questões (enfática)! Então (pausa), é(ééh?), por, por questão assim: - (diálogo em terceira pessoa) Aah! (relembra) por que o professor tal (ênfase) - (retoma em primeira pessoa) Não (enfática)! Geralmente é(éh?), é(ééh?), é o norma (ênfase) (interrompe), (retoma) é o natural mesmo (ênfase) do dia a dia (enfática)! Então (pausa), tem (pausa), a(ah?) não ser (ênfase) (pausa), quando chegam (ênfase) né(?) (pausa), quando(o?), é(éh?), igual agora (enfática), nós recebemos (pausa), é(éh?) (pausa), várias crianças novatas (ênfase), famílias novatas (ênfase), mas muitas já sabem (ênfase), né(é?) (enfática), que é um CMEI (ênfase), que tem bas (interrompe), (retoma) uma quantidade maior de homens (ênfase) (pausa). Aí pergunta (enfática)! - (diálogo em terceira pessoa) Como é que é? É de boa? Vocês acham difícil? Né(é?) (enfática), tá trabalhando com ho (interrompe), (confusa), com é, ele, - (retoma em primeira pessoa) muitas vezes é até (ênfase) curiosidade mesmo (enfática)! E(eeh?), e eles (pausa), é(éh?), nos ajudam (ênfase) (pausa), tem um bom (ênfase) relacionamento com as famílias (enfática) (pausa)! O dia (enfática)! Ontem mesmo (ênfase) nós tivemos um profissional que tava de atestado (ênfase), a mãe hoje veio me relatar (ênfase) (enfática), que por que o profissional não estava (ênfase), e o menino chorou (enfática)! Que não ia ficar porque o professor (ênfase) (pausa), não estava (enfática) (pausa)! Então quer dizer (enfática), a gente (pausa), mostra (ênfase), a(h!), o(h!), como (ênfase) (pausa), né(é?) (enfática), a criança

(ênfase) (pausa), o(h!), esse menino (ênfase), se identificou com esse profissional (ênfase) (pausa), e(eh?), e realmente gosta (ênfase), na, na forma (ênfase), nas brincadeiras (ênfase), jogo (interrompe), (retoma) nos jogos de futebol (ênfase), tudo (ênfase) e, e brincadeiras mesmo (enfática)! Põe para tomar chazinho (ênfase), Põe pra (pausa), pra (pausa), participar (enfática), e eles participam mesmo (enfática), ativamente dessas brincadeiras.

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: É (enfática)! É(ééh?) A maior insegurança (ênfase) (pausa), que (pausa), que eu vejo (pausa), assim (pausa), uma insegurança maior (ênfase) (pausa), quanto (ênfase) essa questão (ênfase), do, de momento de banho mesmo (enfática)! Mas assim (pausa), mais no início do ano (enfática)! Igual agora (ênfase) nós temos (ênfase) (pausa), mas depois no decorrer (ênfase) (pausa), é(éh?) (pausa), questões (pausa), de, de, do dia a dia mesmo (enfática)! De (pausa), pequenas ocorrências (ênfase). Mas assim, depois que passa ali (ênfase), um(m?), um mês de convivência (ênfase) (pausa), que(e), já adquiriu aquela confiança (pausa), aquela troca né(é?) (enfática), de confiança (enfática)! Sempre conversando (ênfase) no dia a dia (enfática)! É(éééh?) (longa pausa), mas no início quanto à questão (pausa), de banhos e tal (enfática), mas (pausa), mui (interrompe), (retoma) muito tranquilamente (enfática)! Não, tem assim (pausa), casos assim preocupante (ênfase) não (enfática)! Disso a família tá muito segura (ênfase), não (enfática)! A(ah?), a(ah?), a(aaaah?) Não temos (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: Sempre que tem oportunidade nas reuniões (pausa), a gente tem falado bastante, né(?) (enfática), que desde 2017, como tem sido bom, né(?) (enfática), a presença dos homens aqui (enfática)! Uma questão que as famílias falam, é a questão da segurança (enfática). Eles se sentem assim, em termos de, - ah! *Se invadir, [...]*, - se tiver alguma questão de (pausa), questão de violência mesmo, de roubo, dessas coisas assim (enfática), ela, aí, é, nesse ponto, elas já se sentem mais seguras (enfática)! Em termos – “ah! Não vamos [...] Ah! Ta com alguma pessoa ali, de fora, rondando a instituição - Ah! Podia pedir para os professores ir lá ver (enfática) (pausa)!” – Então já tem esse lado positivo (enfática)! De, de(ee?) (pausa), de se sentir segura (enfática) (pausa), e de saber que eles né(?) (enfática), em determinados momentos, é, é(éé?) (pausa), a gente vai chamar por eles (enfática)! Por exemplo (enfática), é(?) nós temos cursos de primeiros socorros e tal, então, a gente, ela sempre ficou muito seguras (enfática)! - Não (enfática)! Se acontecer, é(?), alguma questão de engasgamento e tal, tem certeza que o professor tal (enfática) (pausa), vai ter uma boa ajuda devido, é(é), é(é?), várias pessoas terem participado do curso (enfática)! Mas a questão da segurança (enfática) (pausa), e, é(éé?), e eles também demonstra essa segurança, com home, com os homens, que(ee?) em certos momentos (pausa), a confiança (enfática) (pausa)! Sabe! Então (enfática), até entanto preocupações por um lado (pausa), mas tem um, uma confiança muito grande por, por, vários outros lados (enfática)! Que uma, essa pequena desconfiança com o tempo ela, ela some (enfática)! Ela fica (pausa), algo natural (pausa), aqui (enfática)! Então por exemplo (pausa), nos os profissionais que já vão fazer 3 anos aqui, já adquiriram uma confiança da família chegar: “- Ai, que bom que (pausa), agora tá na sua sala (enfática)! Porque sempre meu filho ou minha filha falou que queria ficar na sala do, do(o?)”, - e cita o nome do profissional (enfática)!

GESTÃO: ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu acredito que é uma questão sim cultural (enfática) (pausa)! De que vem que a mulher tem que cuidar das crianças (ênfase), e o homem tem que fazer outras atividades extras por exemplo (enfática)! E que a responsabilidade do homem (ênfase), é de suprir (ênfase), a casa (pausa), né(é?) (enfática) E na Instituição (enfática), quando a gente traz pro contexto da instituição (ênfase) (pausa), é(éh?), essa lei traz isso (enfática), essa questão cultural (enfática) (pausa), de que a mulher (ênfase), o sexo feminino tem que cuidar (ênfase), e o homem tem que fazer outras ações que não envolva esse cuidar (ênfase) da criança (enfática) (pausa)! Então eu acredito que seja sim (enfática) uma questão cultural (ênfase) que está (pequena pausa) arraigado mesmo (ênfase) na nossa sociedade.

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: O cuidar e educar é indissociável (enfática)! Quando fala que (confusa), (retoma) a mulher vai cuidar e o homem vai educar, eu não vejo (ênfase) como separar os dois (enfática) (pausa)! O cuidar e o educar na verdade (enfática). Eles estão indissociáveis (enfática)! Se (ênfase) o homem está numa sala de aula (pausa), aconteceu um, um xixi (ênfase), aconteceu alguma coisa (enfática). (Questiona) Porque não (ênfase) trocar a criança? Porque não ensinar a criança que o xixi vazou? Que é hora de trocar? Por que não levar o banheiro e higienizar essa criança? Então não faz sentido (enfática) (pausa)! Fazer essa separação devido ao gênero (enfática) (pausa)! Não faz sentido, e ainda mais nesse contexto, é(éééh?), educacional (ênfase), onde as crianças têm meninos (ênfase) e meninas (ênfase) (pausa), nos agrupamentos, nas salas de aulas. Então perpassa (enfática) (pequena pausa), não tem como dividir (enfática)! Não tem como desassociar (ênfase), é(ééh?), devido ao gênero.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Com certeza (enfática)! Se ele fez um concurso para tal função (ênfase) e de repente eu estou (pausa), delegando outras funções para ele (ênfase) (pausa), eu estou com certeza (ênfase) tirando ele (ênfase) do que ele(e?) (pausa), fez (enfática)! Do que é d(interrompe) (confusa), do(oh?), do(oh?), (retoma) do concurso que ele fez (enfática), ou do contrato dele (ênfase). Se ele tá ali pra(a?) (ênfase) (pausa), atender essas crianças (ênfase)

(pausa), com qualidade (ênfase) (pausa), eles tem que estar desenvolvendo funções (enfática)! Num(m?), não tem que sair dali para fazer outras coisas (ênfase), por, por ser homem (enfática), por ser (pausa), forte (ênfase), né(é?) (enfática) Como (pausa), a gente costuma culturalmente dizer que homem é mais forte que mulher (ênfase), no sentido de força física (ênfase). Não tem (enfática)! Não tem que sair para outras funções (ênfase). Ele está ali dentro e, e(eeeh?), da hora que chega a hora de sair, o trabalho é com ele (enfática) (pausa), com as crianças (ênfase), com a auxiliar (ênfase), com o professor (ênfase) (pausa). São todos juntos (enfática)! Não tem (pausa), que (pausa), que sair para outra função (ênfase).

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças sejam realizados exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De forma alguma, né (enfática)! Até porque as violências podem ser (exemplifica) físicas (ênfase), psicológicas (ênfase), enfim (enfática)! Então independente quem está ali cuidando (ênfase) da(a?), da parte da higiene da criança (ênfase), isso não assegura que não vá acontecer (enfática)! Né(é?) (enfática) As crianças (pausa), são violentadas de várias formas (enfática) (pausa)! E por várias pessoas (ênfase), e como diz o(oh?) (pausa), a proposta de lei que ela traz (ênfase) (pausa), até no âmbito familiar (enfática) (pausa)! Então não justifica (enfática) (pausa)! Não justifica e não assegura (ênfase) que por ser mulher não vai acontecer algum tipo de violência, seja ela física ou (pausa), ou (pausa), (retoma) psicológica.

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não entendi essa (longa pausa), pergunta (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão de cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. As crianças com necessidades educa (interrompe), (retoma) especiais. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Destacar (pausa), por que são (ênfase) crianças especiais?

ENTREVISTADOR: Delas serem cuidadas pelos homens (enfático)!

ENTREVISTADO: Não (enfática)! (Longa pausa pensativa) Não (enfática)! Não vejo motivo de (pausa), de destaque não (enfática) (pausa)! São como as outras (enfática) (pausa)! Os cuidados (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando das crianças?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! É(ééh?) (pausa), a(ah?), as famílias têm que ser esclarecidas da proposta que é(ééh?) (pausa), a proposta que é desenvolvida na Instituição (enfática)! Na escola da infância, por exemplo (enfática)! É independente de quem vai atuar (ênfase), a família (ênfase) tem que ser esclarecida de tudo (ênfase) que vai acontecer nesse

espaço (ênfase), como que é a rotina (ênfase), como que são as propostas de atividades (ênfase). Então não justifica (enfática)! Independente de quem vai atender essa criança (ênfase), a família tem que estar a par (pausa) (confusa) d(?), (retoma) de tudo que acontecer (enfática)! Então a nossa função é esclarecer para famílias mesmo (enfática)! E quando tem essa dúvida (ênfase), essa angústia (ênfase) (pausa), é dizer, que o trabalho (ênfase) feito pelo homem (ênfase), ou pela um (interrompe), (retoma) pela(a?) mulher (ênfase), junto a sua criança (ênfase) é o mesmo (enfática)! Não diferencia (enfática)! Então a proposta é a mesma (ênfase) para ambos os sexos (enfática)! E por que o atendimento tem (ênfase), que culminar um atendimento de qualidade para criança dela (enfática)! Então (pausa), é(ééh?), o caminho a esclarecer mesmo essas famílias.

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: Já trabalhei sim (enfática)! É(éé?), primeiro com um auxiliar de atividades educativas (enfática) (pausa)! Foi uma experiência incrível (enfática)! Muito(oo?) (pausa), muito me ensinou nesse sentido de(ee?) (pausa), de(eee?), relacionar com as crianças, de conversar, de contar história, então foi uma figura que muito me ajudou na época (enfática)! A(aa?), mais ou menos cinco anos atrás (enfática)! Foi a primeira experiência que eu tive quando (pausa), é(éé?), com auxiliar homem, no agrupamento, né(?) E foi um bafafá mesmo (enfática)! Mas foi assim (pausa), um aprendizado enorme (enfática)! A gente esclarecia para as famílias, como que era (enfática). Na época eu estava como professora do grupamento 5 anos (enfática)! Então eu tinha aquela preocupação: “Ah(h!), então tá bom (enfática)! No cinco anos eles podem ficar, mas na, na (pausa), creche, né(?), de 0 a 3, melhor não, né(?), ele vai ser auxiliar só dos grandinhos” (enfática) (longa pausa)! Tinha muito isso, né(?) Tinha muito, essas perguntas, esses questionamentos. Mas depois eu tive outra experiência também, quanto receber o professor na Educação Infantil (pausa), né(?) (enfática), na instituição, e foi mais um (pausa), um embate também no sentido de dizer (enfática), que aquele profissional estava atendendo as crianças, dentro da formação dele, dentro do que (pausa), do que ele, do que era para fazer (enfática) (pausa)! E depois enquanto(oo?), mãe também (enfática)! Tive, é(?), a experiência de professor na Educação Infantil (longa pausa), de atendimento com a minha criança (enfática)! Então eu perpassei todas as (pausa), as experiências enquanto, homem auxiliando (pausa), enquanto professor que chega na Instituição, e enquanto professor de uma criança minha mesmo (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: O primeiro desafio mesmo foi em relação aos próprios auxiliares que chegavam né(?) (enfática). Eles se sentiam (pausa). É(ééé?), me faziam perguntas: como é que faz? Eu posso dar banho? Quando fazer xixi, eu tenho que chamar a professora para atender criança? Como que eu vou fazer? Teve um auxiliar, que inclusive me chamou, para eu acompanhar ele num banho, para ver se ele estava fazendo certo (enfática)! Né(?). E aí a orientação que dá para ele, dar para quem é do sexo feminino (enfática)! Sabonete na mão da criança, né(?). A gente ensina a criança agachar mesmo (enfática), para lavar as partes íntimas (enfática)! Então a orientação era a mesma (enfática)! E aí muito (pausa), muito me intrigou isso (enfática)! Ele me chamar, para eu ver essa ação junto a ele. Os desafios começaram do próprio servidor (enfática) (pausa), em relação ao, a, à função dele mesmo (enfática)! Se podia, o que não podia, né(?) (enfática)! E(ee?) (pausa), poucas famílias, não foram tantas (enfática), mas as que vieram foram bem incisivas em relação a ter (pausa), esse professor (pausa), é(ééé?),

do sexo masculino, né(?) (enfática), atendendo a sua criança (enfática) (pausa)! Mas foram(m) (pausa), famílias que aos poucos foram (pausa), conhecendo a proposta, vendo que a sua criança relatava(aa), é(éé?), história junto a esse professor, e aí foi dando mais segurança para essas famílias (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: É a gente sabe que(eee) (pausa), ao, ao pensar no profissional no agrupamento, realmente a gente pensa assim: se ele vai conseguir aquela faixa etária, se é uma pessoa, é um dos critérios que a gente utiliza muito é, se é ser uma pessoa de casa, que vai ficar com alguém de fora. Então assim, independente (enfática) (pausa), se é homem ou se é mulher, a gente pensa nesse (pausa), nesses requisitos mesmo (enfática)! Se o professor(r), faltar, se ele vai conseguir (pausa), é(é?), atender essas crianças maior parte do tempo, sendo acompanhado pela coordenação mas (pausa), é(éé?), no, no que tange a função dele de cuidar (pausa), ele vai, se ele vai dar conta de assumir esse agrupamento. Então a gente perpassa(aa) (pausa), algumas (pausa), algumas (pausa), alguns critérios relacionados a rotina mesmo (enfática)! Falta de servidor (enfática)! Então a gente vai pensando nesse sentido (enfática)! Então independente, se é o auxiliar homem, ou se é a auxiliar mulher (pausa), a gente, o critério é esse (enfática)! Se vai dar conta, em alguns momentos ficar sozinho (enfática), e(ee?) (pausa), o diálogo com as crianças (enfática)! O jeito que brinca (enfática)! Então se (pausa), se por exemplo: é um auxiliar (pausa), que(ee), não consegue dialogar muito com as crianças (enfática) (pausa), a gente coloca ele com a professora mais falante (enfática)! Para eles irem (pausa), se inteirando e junto, conversando (enfática)! Então (pausa), o critério é basicamente esse (enfática): a socialização com as crianças, se consegue ficar com agrupamento por um tempo mais (pausa), sozinho (pausa), né(?) (enfática), caso haja falta (enfática)! Os critérios são basicamente esses mesmos (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: É o primeiro professor que chegou, aí chegou o professor (enfática)! É(éééé?) (pausa), no início do ano a gente fez apresentação dos professores em geral (enfática), depois (pausa), apresentou o professor (enfática)! É(ééé?), inicialmente foram três famílias que(eee), chegaram depois no particular, para dizer mesmo das angústias e das aflições, aquele relato (enfática): “- ah, vai ficar no agrupamento dos grandes. Não vai ficar no agrupamento dos pequenos”. E aí a gente pontuou (enfática) (pausa), que (pausa), o professor é da instituição (enfática) (pausa)! Hora lotado no agrupamento, mas tendo a necessidade de outro agrupamento ele vai (enfática)! Sem problema algum (enfática)! Assim como os, os auxiliares que foram chegando (enfática) (pausa)! Às vezes eles estão no agrupamento de crianças da pré-escola (pausa), mas teve a necessidade de, de ir pra, para creche, eles vão (enfática)! Normalmente (enfática)! Como se fosse (pausa), um auxiliar mulher (enfática)! Isso não(oo), não perpassa (enfática)! Precisou (enfática) (pausa), o auxiliar vai (enfática)! Então a gente deixou isso muito claro, para família (enfática) (pausa)! Que (enfática), a(aaa?), o senhor está aqui para servir (enfática), para atender as crianças independente da(aa?), da faixa etária.

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: É(éé?), teve bastante assim é(ééé?), falas como: “- Ah, não (enfática)! Se fosse minha filha eu não queria (enfática)! Se fosse meu filho não queria (enfática)! Você viu o que as crianças sentam no colo do fulano? (pausa) Você viu que as crianças fica abraçando, e ele abraça também? E ele devolve o carinho para as crianças! Eu achei estranho (enfática)! Se fosse meu filho eu não gostaria (enfática)!” - Então teve bastante essas falas (enfática)! E aí a gente pontuou mesmo (enfática): “- Mas as crianças não sentam no seu colo também professora, ou (pausa), ou, auxiliar. Elas não brincam com seu cabelo” – e assim, eles brincam (enfática)! O corpo tá ali é para brincar (enfática)! Independente se o corpo é feminino ou masculino (enfática) (pausa), as crianças estão ali interagindo com essa pessoa (enfática) (pausa)! E(ee?), teve (enfática), [...] teve bastante resistência mesmo (enfática)! Mas aos poucos, elas foram compreendendo (pausa), e vendo que era parceiro (enfática)! Passou (pausa), um tempo, né(?) (enfática) (pausa), as professoras, ou os auxiliares, convidavam os auxiliares homens para ir no agrupamento, para fazer uma rodinha de conversa com as crianças (pausa), porque a figura masculina ainda(aaa?) (pausa), ainda é(ééé?) (longa pausa), um mito, né(?) (enfática) assim (enfática), na Educação Infantil (enfática)! E aí ter essa figura masculina em uma roda, tocando um pandeiro, tocando um violão (pausa), as crianças se encantam (enfática) (pausa)! E aí passou a pedir ajuda para esses auxiliares nesse sentido. De fazer atividades assim (pausa), que chamasse atenção (enfática)! Então passou a ter uma parceria (enfática) (pausa), entre os auxiliares homens e as (pausa), as auxiliares mulheres, e professoras também (enfática), né(?) (enfática). A gente teve uma professora que a criança, [...] quando ela chegou (pausa), no agrupamento de 3 anos e viu que o auxiliar era homem (enfática) (pausa), ela disse, [...] e ela é uma professora, né(?) (enfática), e ela falou assim: “- Nossa (enfática), eu não sabia que era professor homem (risos sem graça) (enfática) (pausa)! Nossa (enfática), e aí ele vai ficar no agrupamento dela, e ela é tão pequena” [...] e aí a gente sentou com essa professora, e conversou, explicou, enfim (enfática) (pausa)! Depois ela(aa?) (pausa) se encontrou encantada com o trabalho do professor também (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Ainda não (enfática) (pausa)! Às vezes tem relação a função (enfática)! Se é auxiliar, ou se é professor isso a gente deixa (pausa), assim (pausa), mais dividido (enfática)! Mas hora(a) (pausa), em relação(oo?) (pausa), aos papéis, referente à ação Educacional, não (enfática) (pausa)! Não tem (enfática)! Eles são(oo?) (pausa), são parceiros (pausa), e(ee?), fazem o trabalho junto mesmo (enfática)! Junto ao professor, junto ao auxiliar.

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Eles simplesmente amam (enfática)! É uma briga (enfática) (pausa), para ter o professor no agrupamento (enfática)! É encantador na verdade (enfática)! Eles ficam me perguntando quando é que o professor tal, ou auxiliar tal, vai para o acampamento deles, ou quando eles vão para grupamento do professor (enfática)! É(ééé?), no agrupamento C por exemplo, a gente teve experiência de ter auxiliares lá (enfática) (pausa), em que a professora disse (enfática): “- Nossa (enfática), eu prefiro auxiliar (pausa), homem (pausa), por que as crianças ficam muito(oo) (pausa), inteiradas, próximo a ele, do que a auxiliar mulher (enfática)! Porque é comum ter auxiliar mulher, né(?) (enfática)”. Então assim, até as crianças menores, que às vezes ainda não verbalizam (pausa), demonstra gostar mesmo desses auxiliares no agrupamento (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: São esses mesmos, né(?) (enfática), em relação a higienização das crianças: trocar fralda, dar banho. E aí a gente argumenta do jeito que(eee), a gente argumenta com todos (enfática) (pausa)! Eles são orientados (pausa), do mesmo jeito que as auxiliares mulheres ou professora, são orientadas (enfática): “- a trocar essa fralda! A conversar com a criança! Explicar que está tirando a fralda, porque fez xixi (pausa), porque fez cocô! Que vai precisar tomar um banho!” – Então a orientação é a mesma (enfática)! A gente(e?) (pausa), a gente(ee?) bate muito nessa tecla com a família (enfática) (pausa): “Ele é um profissional (pausa), que faz a mesma função que o outro profissional (pausa), né(?)” (enfática). De dizer para criança o que tá acontecendo (enfática): “Olha eu vou tocar em você! Eu vou tirar sua roupa, por que você precisa de um banho agora (enfática)!” – Então a gente explica (pausa), bem minucioso para (pausa), para as famílias, para elas entenderem que o jeito que a professora (pausa), faz (enfática) (pausa), o professor também faz (enfática)!

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: Eu acho que é essa questão cultural mesmo né(?) (enfática) (pausa). De que o homem sai pra, pra outros afazeres, e quem cuida da criança é a figura feminina mesmo (enfática)! Eu acho que é nesse sentido (enfática) (pausa), que elas trazem essa insegurança (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: Nós temos é(ééé?) (pausa), essa parceria mesmo (enfática), de tudo que a gente faz, a gente convida as famílias (pausa), para estarem próximos, né(?) (enfática) (pausa), do que que está acontecendo (pausa). Os professores, as professoras, estão sempre (pausa), preparando algo para aproximar (enfática) (pausa)! Seja um bilhete na porta, seja uma roda de história, em que envolve a família, uma receita que a família traz, enfim (enfática) (pausa)! É(ééé?), estreitar os laços em todos os aspectos (enfática)! Não só em reunião de pais, né(?) (enfática). Mas em todas as propostas pedagógicas, mesmo (enfática)!

GESTÃO: ENTREVISTA 3

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Uma tamanha ignorância e desrespeito com o gênero feminino, e masculino (enfática), né(?) (enfática)! Desvalorizando (pausa), integralmente a profissionalidade (pausa), de cada servidor (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: É(éé?), uma proposição (pausa), de (pausa), de muita(aa) (pausa), ignorância (enfática) (pausa)! Porque(ee?) (pausa), nós (pausa), é(é?) (pausa), estamos aqui (pausa), para exercer, as nossas atribuições (pausa), né(?) (pausa)! Dentro da função (enfática) (pausa)! Porque temos competência para isso (enfática)! Né(?) (enfática). Então a partir do momento, que fragmenta, que se separa (pausa), o gênero feminino pode exercer determinadas funções diferentes do masculino (pausa), é(é?), eu acho isso desrespeitoso (enfática)! É(é?), inclusive as crianças (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Constrange 100% (enfática) (longa pausa)! Não dou conta nem de justificar. Eu acho que é injustificável (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), determinar (pausa), uma função para o professor homem (enfática) (pausa), e determinar uma função (pausa), diferente (pausa), para uma professora (enfática) (pausa)! (desconforto) Eu não, eu não, não, não consigo buscar argumentos, porque o meu olhar (pausa), é para o profissional (enfática) (pausa), professor (enfática) (pausa), que tem competências (pausa), habilidades (pausa), para exercer (pausa), a função (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De hipótese alguma (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Esse, esse cuidar (enfática) (pausa), ele dá (enfática) bem-estar para criança (enfática)! É um dos aspectos (pausa), é(?), que fazem parte, de todo o processo do desenvolvimento da criança (enfática) (longa pausa)! Mas (pausa), é(?), eu não(ooo?) (longa pausa), eu não(oo?) (longa pausa), eu não(o?) (pausa), eu não vejo que, que, que, que, a mulher (pausa), fica fora desse tipo de violência (enfática)! Né(?) (enfática), isso aí eu tenho uma (pausa), tenho consciência, que de, de que, de forma alguma, [...] minha resposta é não (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Também não (enfática) (longa pausa)! É(éé?) (pausa), é um grupo(oo?) (pausa), que igual aqui, né(?) (enfática), na nossa instituição (pausa), a gente fala que o laudo (enfática), ele não limita ninguém (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática). Então nosso olhar (pausa), é(éé?) (pausa), que todos nós (pausa), temos uma necessidade especial (enfática)! Todas as crianças matriculadas (enfática) nesta instituição (longa pausa), elas têm (pausa),

necessidades específicas, características específicas[...] específicas, e vão ter (enfática) (pequena pausa), os mesmos direitos de aprendizagem (enfática) (pausa)! Vão vivenciar as mesmas experiências propostas dentro do nosso planejamento (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Sim (enfática)! Eu preciso(oo?) (pausa), ser bem honesta (enfática), nessa pergunta, diante da função que eu estou exercendo (enfática) (pausa), enquanto diretora (enfática) (pausa), educacional (enfática), de uma creche, que atende crianças, de 6 meses a 5 anos (pausa), quando se trata de meninas (enfática), o número de famílias (pausa), que vivenciam (enfática) (pausa), experiências, né(?) (enfática). Quando é um professor homem (enfática) (pausa), que vai estar no ano letivo dessa, dessa menina (enfática) (pausa), é o preconceito é maior (enfática), né(?) (enfática). Mas nós estamos todos (pausa), todos bem preparados para acolher (enfática) (pausa), para escutar (enfática) (pausa), para abrir as portas da instituição (enfática) (pausa), orientar os profissionais (enfática), crianças e familiares (enfática), das habilidades, desenvolvidas, pelos profissionais deste lugar (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: Estou na educação (pausa) há 18 anos (enfática)! Educação Infantil (enfática) (pausa)! E(e?), neste ano de 2020 (pausa), é(é?), não chegou nenhum profissional homem a mais (enfática)! Nós temos 7 homens (enfática) (pausa), trabalhando dentro do nosso CMEI (enfática) (pausa)! Nas funções: limpeza, cozinha, auxiliares educativos e professor-regente (enfática)! Né(?) (enfática), então (pausa), eles desenvolvem (pausa), as funções de forma eficiente (enfática), atendendo todas a, as atribuições para cada função (enfática)! Para cada cargo (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: É(ééé?), O preconceito (enfática) (pausa), das famílias (pausa), de colegas de trabalho (pausa), no início (enfática)! Né(?) (enfática) a gente precisa(aa?) (pausa), é(é?), confessar que (pausa), que, diante do grupo (enfática), alguns colegas tinham até um determinado posicionamento (enfática) (pausa), e(eee?), em momentos particulares comigo, já (enfática) (pausa), é(éé?), verbalizavam preconceito (pausa), sugeriam (pausa), algumas (pausa) discriminações de atividades (enfática) (pausa), né(?) (enfática). E nós (enfática) (pausa), éé(?), combatemos tudo isso através do estudo (enfática), da ação (enfática), da reflexão (enfática), e do trabalho (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: Avaliação das atividades desenvolvidas (enfática) (pausa), perfil e auto avaliação de cada profissional (enfática) (pausa), né(?) (enfática). Então por estar na, ne gestão (enfática) a 7 anos (pausa), as coordenadoras pedagógicas acompanhando o trabalho desenvolvido (longa pausa), esse momento de lotação não só com os profissionais homens

(enfática), mas com todos os profissionais aqui (enfática) (pausa), se dá por meio do perfil, da auto avaliação (pausa), do trabalho desenvolvido (enfática) (pausa)! Da profissionalidade (enfática), tenho (pausa), diploma sim, (enfática) (pausa)! Para trabalhar de 6 meses a 6 anos (enfática) (pausa), né (enfática) (pausa), mas a minhas habilidades, a minha profissionalidade (enfática) (pausa), é ne tal agrupamento (enfática)! Então as lotações, por agrupamento se dá por meio do perfil, diálogo, e autoavaliação do profissional, e da equipe diretiva (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: É(éé?), antes de iniciar um ano letivo, nós temos o hábito no CMEI XXX de realizar (pausa), reunião de pais (pausa), né(?) (enfática), com algumas pautas importantes para o início do ano letivo (enfática) (pausa)! E nós, é(éé?) somos muito honestas (enfática) (pausa) em falar que (pausa), é(é?), quantos anos, né(?) (enfática), que esse, esses profissionais já estão conosco (enfática) (pausa), quais as atividades (enfática) (pausa)! E temos, é(éé?), preparo (enfática), né(?) (enfática), para receber, para ouvir (enfática) esse anseio dessas famílias (pausa), de forma muito segura (enfática) (pausa)! Porque a gente acompanha o trabalho de todos, os profissionais (enfática) (pausa)! Orientando bem próximo (enfática)! Não só (enfática) (pausa), de profissionais homens.

ENTREVISTADOR: Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

ENTREVISTADO: Sim (enfática) (pausa)! É(éé?), este ano de 2020, menos de(ee?), 20 dias letivos de atendimento (enfática), nós já recebemos em torno de 4 famílias (enfática) (pausa), é(éé?), perguntando se os homens vão dar banho nas crianças (enfática) (pausa)! Então o momento (pausa), de maior anseio e de preconceito, é o momento do banho (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: Hoje não mais (enfática)! Né(?) (enfática), então (pausa), os colegas de trabalho (pausa), nós já estamos (pausa), com (pausa) os novos concursados já algum tempo (enfática) (pausa)! Temos um professor regente a mais de 7 anos na (pausa), na instituição (enfática)! Da, do quesito profissional (enfática) (pausa), né(?) (enfática), colega de trabalho, não existe mais (enfática) nenhuma, nenhum fragmento em relação a isso (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Não existe enfática (enfática) (pausa)! Somente de funções diferenciadas (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Muito saudável (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então as crianças (pausa), é(éé?) (pausa), elas (pausa), possuem um (pausa), o mesmo direito (enfática), tanto com os professores homens (enfática), quanto com as professoras mulheres (enfática)! E o vínculo (enfática) (pausa), né(?) (enfática), a afetividade (pausa), o que eles estabelecem (pausa), é muito saudável (enfática) (pausa), né(?) (enfática). Então eles (pausa), eles relatam (pausa), é(é?) situações (pausa), pra gente da, da equipe diretiva, pros familiares no momento

de entrada (pausa), de saída: “- Meu professor já chegou (enfática)! - Hoje é aniversário do meu professor (enfática)! - Ontem o professor fez isso (enfática)!” - Né(?) (enfática), então (pausa), a gente percebe que é uma relação (pausa), mesmo que, que, que a função de ser professor traz (enfática), esse vínculo (pausa), com as nossas crianças (pausa)!

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: A maiores preocupações é de abuso (enfática)! Né(?) (enfática), e abuso (pausa) sexuais, abuso (pausa) em momentos de banho (enfática) (pausa), perguntam se esses profissionais vão estar sozinho com essas crianças (enfática) (pausa)! E eu afirmo e garanto para as famílias que não (enfática) (pausa)! Que (pausa) os profissionais são assistidos da hora que chegam (enfática) (pausa) e da hora que vai embora (enfática)! Que do alameda (enfática) (pausa) para dentro (enfática) (pausa), nós assumimos, nós estudamos, e que cada servidor aqui é conhecedor das leis e normativas (enfática)! O que que eu posso fazer dentro da minha função (enfática), né(?) (enfática)! Qual é o meu limite enquanto profissional (enfática)!

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: É um preconceito (enfática) (pausa), né(?) (enfática), e a insegurança (pausa), é(é!) pelo quantitativo de horas (pausa), das (pausa), turmas integrais (enfática)! Que eles chegam 7 e vão embora 17:30 (enfática) (pausa)! É no momento do banho (enfática) (pausa)! É no momento de atividades individuais (enfática) (pausa), né(?) (enfática). Então a gente percebe (pausa) que esse preconceito ele vem (pausa) no início (pausa), né(?) (enfática), quando(o?), quando as crianças iniciam o (pausa) o ano letivo (pausa), mas aos pouquinhos (pausa) o preconceito (pausa) vai indo embora, e vai ganhando o espaço através do trabalho, das relações estabelecidas (pausa), de respeito, de confiança (longa pausa), e dos próprios objetivos de aprendizagem que percebem (pausa), que as crianças do CMEI (pausa) colhem (enfática) (pausa), estando (enfática) (pausa), vivenciando, aqui (enfática) (pausa), com a gente (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: É(é!), esse é uma bandeira que nós levantamos (enfática), a gente (pausa), para atender esse anseio dessas famílias, a gente realiza mais reuniões de pais (enfática) (pausa), palestras (pausa), coloca mais esse professor em destaque (enfática), né(?) (enfática). A gente exhibe (enfática), se mostra (enfática) (pausa)! O profissionalismo que a gente (pausa) exerce aqui dentro (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então a gente (pausa), é(é?), realiza bastante, palestras (enfática), reuniões (enfática), atividades (enfática), brincadeiras (enfática) (pausa), abre a porta para família entrar (enfática), né(?) (enfática). Então a gente faz lanche coletivo (enfática), brincadeiras dirigidas (enfática), contação de história com a presença familiar (enfática)! Relatamos (pausa), e socializamos a rotina (enfática), através de grupo dos Pais, *Whatsapp* (enfática)! Né(?) (enfática), destacando (pausa), é(é?) que existe sim (enfática) (pausa), Professor (pausa), homem dentro da Educação Infantil (enfática) (pausa), e que o mesmo tem habilidade total, para exercer a função (enfática).

GESTÃO: ENTREVISTA 4

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: 01- No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: O que leva (pausa) uma proposição de (pausa), lei como essa (pausa), é(éé?) a (pausa), insegurança (enfática), do, do Estado (pausa), da(aa?) (pausa), da Educação ainda, nisso que há, para gente ainda é novo (enfática), né(?) (enfática). Então para evitar (enfática), é(éé?) (pausa), contratemplos, desencontros entre família e instituição (enfática) (pausa), é(éé?), se faz isso (enfática) (pausa), na tentativa de resguardar (pausa), profissional, a instituição (enfática) (pausa), o que a gente sabe que é (pequena pausa), nem sempre(eee?) (pausa), consegue abarcar isso (enfática), né(?) (enfática). Mas eu entendo (enfática) que (pausa), que seja nesse sentido (enfática)! De tentar resguardar (pausa), de(eee?) futuras (pausa), situações, é(ééé?), tanto pro serv[...], para o servidor, quanto para a instituição.

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Bem (enfática), enquanto a nossa (pausa) proposta, documento maiores (pausa), [...] nos dias ai do(o?), educar e cuidar, né(?) (enfática), e o educar cuidando (enfática) (pausa), é(éé?) (pausa), e(ee?) (longa pausa), vem uma proposição como esta (enfática), a gente percebe que ela(aa?), ela(a?), vem(mm) (pausa), é(éé?) (pausa), contradizer isso (enfática)! Porque o cuidar, o educar cuidando, o cuidar e educar, ele, ele abarca tudo isso (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! O educar está ali, o cuidar é de [...] (pausa), é [...] relacionado a isso (enfática) (pausa)! A(aa?), ao cuidado com o(o?), banheiro, com a higiene, com o banho, com o [...] (pausa), é(ééé), u(uu?) (pausa), cuidado com cabelinho, com o pezinho (pausa), está dentro disso (enfática)! Então essa proposição vai(ii) (enfática) (pausa), ela vem(mm) (enfática) (pausa), é(éé?), totalmente contrária a isso (enfática), né(?) (enfática)! Então é preciso (enfática) (pausa), de, eu acredito que (pausa), e tem que repensar essa situação. Porque se existe (enfática) um, um, uma(aa?) (pausa), uma(aaaa?) lei maior, a qual a gente (pausa), enquanto educador (pausa), obedece, e vem (enfática) fazendo, educando e cuidando (pausa), e(ee?), há uma proposição que vem(mm) (pausa), contrária(?) (enfática) (pausa). É preciso rever(rr), algo, algo(oo) (pausa), né(?) (enfática), nessa situação (pausa), tá errado (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Com certeza descaracteriza (pausa), e constrange (enfática) (pausa)! Porque no momento que o profissional, ele se propõe a fazer um concurso, ele sa[...], ele(eee?)

(pausa), reconhece as suas atribuições (enfática) (pausa)! E aí, vem, algo, como(oo), isso (enfática), ele está descar[...], desconsiderando (enfática) (pausa), as atribuições do cargo qual ele competiu (enfática)! Então ele tem o direito (enfática) (pausa), de exercer (enfática) (pausa), a função dentro (pausa) das atribuições que lhe competem (enfática)! Então (enfática) (pausa), com certeza (pausa) essa lei[...], essa, esse tipo de lei, ela vai constranger (enfática) (pausa), vai é (pausa), até, até(éé?) (longa pausa), desestimular esse profissional (enfática) (pausa), vai desmotiva-lo (enfática) (pausa), no sentido dele (pausa), tenta pensar até em desistir(rr), dessa área que é necessária (enfática)! Que, tão necessita de (pausa), homens (pausa), né(?) (enfática)! Então é(éé?) (pausa), é preciso(oo?) (enfática) (pausa), é(é?), olhar bem essa situação (pausa), para que a gente num, num venha(aa) a(aaa?) (pausa), constrange-los (enfática) (pausa)! Por que isso dá margem para o constrangimento sim (enfática)! Até para gestores que (pausa), já tem esse preconceito (enfática) (pausa), se(pausa), valer disso (enfática) (pausa), para (pausa), utilizar de [...] (pausa), formas (enfática) (pausa), para não aceitar o servidor(rrr), para, é(éééé?) (pausa), barrar eles (enfática) de alguma forma, na atribuição que ele precisa exercer, enquanto ele fez o seu concurso.

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças sejam realizados exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Infelizmente não (enfática), porque(ee) (pausa), quando se tra[...], se fala que ela vai estar, resguardada, de qualquer tipo de violência (enfática), isso é muito(oo?), é muito(oo?) (pausa), amplo (enfática) (pausa)! Porque, a criança não convive só não CMEI (enfática) (pausa)! Só na Instituição (enfática) (pausa)! Ele está (enfática) [...], ela(a?), também (enfática) (pausa), vai frequentar a casa do avô (enfática), a casa da vizinha (enfática), a casa do amigo (enfática) (pausa)! E a gente sabe (enfática) que, os índices mostram que a maioria das vi[...], da violência (pausa), é(éé?), sexual (enfática), ela acontece (pausa), nesses ambientes (enfática) (pausa)! Ambiente familiar (enfática) (pausa)! Então é claro que ela, não, não(oo), garante (enfática) (pausa)! Outra questão é que(eee) (pausa), isso não está ligado, somente o gênero (pausa), né(?) (enfática) (pausa), mas a pessoa (pausa), que (pausa), [...] a pessoa humana (enfática) (pausa)! Que(eee?) (pausa), tanto homem, quanto mulher (pausa), podem praticar, infelizmente, esse tipo de abuso (enfática) (pausa)! Então isso é algo maior (enfática) (pausa), que não, vai resguarda apenas, [...] a criança, apenas na inscrição (enfática) (pausa)! Isso é um (pausa), uma Utopia (enfática)! É algo que (pausa), se coloca para dizer (pausa), que o Estado está fazendo algo (pausa), para proteger (enfática) (pausa)! Mas a verdade é [...] (pausa), olhando (pausa), diretamente para o que acontece no Brasil (enfática), em específico (enfática) (pausa), não é, não é aí (enfática) (pausa)! Não é aí a questão (enfática) (pausa)! Não é somente na instituição (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Então é (enfática) (pausa)! Então é(éé?) (pausa), é o preconceito (pausa), né(?) (enfática)! Como eu (pausa), percebo que (longa pausa), como [...], essa lei toda, né(?) (enfática), eu percebo que há muito preconceito (pausa), nessa situação (enfática) (pausa)! É(éééé?) (pausa), é claro que a criança, que ela tem necessidade especial (pausa), ela (longa pausa), terá dificuldades em descrever o que lhe acontece (enfática) (pausa)! Mas isso não justifica, o fato dele não ter(rr), a possibilidade de ter(rr) um servidor (pausa), um que [...], um do gênero masculino (enfática) (pausa)! Aliás é(éé?) (pausa), é(éé?) (pausa), é como eu já disse

anteriormente o (pausa), ele (pausa), enquanto servidor, que se propôs a fazer (pausa), as suas atribuições, ele precisa estar nesse ambiente (enfática) (pausa), e é(é!) (enfática), e(eeee?), a gente, eu [...] (pausa), nós, enquanto gestores, nós precisamos respeitar isso (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! E(eeee?), essa criança com necessidade especial (longa pausa), ela tamb [...], ela terá todos os cuidados (enfática), tudo que (pausa), que(eee?), teria por um profissional do sexo feminino (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Ela (pausa), ela, não atende (enfática) (pausa)! Mas(ss) eu (pausa), enquanto família, é(ééé?), ouvindo, pensando nas famílias que eu já, já atendo aqui no CMEI (enfática), ou que(eee?) (pausa), já passaram (enfática) (pausa), por nós, que tiveram (pausa) [...], Professor (longa pausa), o professor (pausa), é(ééé?) (pausa), atuando nas suas salas (enfática) elas (pausa), elas (pausa), certamente se sentiriam mais (pausa), um pouco mais seguras (enfática) (pausa)! Apesar de não atender (enfática) (pausa)! Eu não acredito que atende (enfática) (pausa), porque como já disse anteriormente (enfática), não é(é!) (enfática), [...] (pausa), na instituição que isso (pausa), é(éé?), acontece (enfática) (pausa)! Isso é (pausa), fora (enfática), em outros ambientes que pode acontecer esse tipo de violência (enfática) (pausa)! Então não vai abarcar tudo (pausa), todas as situações (enfática)! Não vai proteger essa lei (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: É a primeira vez (pausa), que eu trabalho com homens na Educação Infantil (enfática) (pausa)! Isso para mim (enfática), e pra(aa) (pausa), para a instituição é muito novo (enfática) (pausa)! Então (enfática), o último concurso (pausa), ele trouxe essa novidade (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Então, todos (ééé?) (pausa), já(aa?) (pausa), já esperava (enfática) (pausa)! Que já estava ouvindo falar (enfática) (pausa), que tinha muito homens, que passou, passaram nesse concurso (enfática) (pausa), é que estava chegando (enfática) (pausa)! E(eeee?), existia no grupo, essa sensação (enfática): “- Aí (pausa), vai chegar (enfática)! Será que vem pra cá (enfática)? Será que tem homem (enfática)? Será que vai, vem homem (enfática)?”. Então é a primeira vez que a gente trabalha (enfática), né(?) (enfática) (pausa), com homem na Educação Infantil (enfática) (pausa)! Mas está sendo assim (pausa), um(m) (pausa), grande aprendizado (enfática) (pausa)! Não para mim, mas para todos, que receberam (pausa), e estão aqui é por, [...] esse profissional atuando em sala (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: O primeiro desafio que eu (pausa), é(éé?) (pausa), [...] enfrentei aqui(iii), na instituição (pausa), foi (pausa), é(éé?) (longa pausa), fazer esse professor(rr), acreditar(rrr), que ele(eee) (pausa), também era capaz (enfática) (pausa), de (pausa), estar aqui (enfática) (pausa)! Porque o professor(rr) (enfática) (pausa), também era novo no, no, na situação (enfática), na, na, Rede (enfática) (pausa)! Novo na Rede (enfática) (pausa)! Novo na Educação Infantil (enfática) (pausa)! E ele trazia consigo, muitos receios (enfática) (pausa)! Muitos receios, medo (enfática) (pausa), do, do novo (enfática) (pausa)! Então o (pausa), o primeiro, a

primeira(aa) (enfática) (pausa), desafio, que foi enfrentado foi (pausa), segurar na mão desse professor (enfática) (pausa), e dizer: “- A gente vai conseguir (enfática) (pausa)! Nós acreditamos (enfática) (pausa), no seu trabalho (pausa), no seu trabalho, e a gente vai (enfática) (pausa), vai dar tudo certo (enfática) (pausa)!”. E o segundo foi mesmo a, a(aaa?) (enfática) (pausa), o acolhimento tanto dos profissionais(ss) (enfática), quanto do(oo) (pausa), da comunidade (enfática) (pausa)! Que(ee) (pausa), ela se sente realmente (enfática), ela vem a nós com as dúvidas (enfática) (pausa), com os anseios (enfática), as preocupações (enfática) (pausa)! E a gente ter (pausa), primeira coisa (pausa), tranquilidade (enfática) (pausa)! Tranquilidade (enfática) (pausa), para atendê-los (enfática) (pausa), para mostra-los os documentos legais (enfática) (pausa), para entendermos (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa), nas suas angústias e (enfática) (pausa), e nos colocar à disposição (enfática) (pausa), deles (enfática)! Aí a gente tem que (pausa) [...], ficar (enfática) (pausa), entre todos (enfática) (pausa)! Entre cuidar desse profissional, que está chegando (enfática) (pausa), entre cuidar dessa família e (enfática) (pausa), e muito mais do que a própria criança (enfática) (pausa), que não está percebendo que há diferença ali (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Então o maior desafio, é fazer essa ponte (enfática) (pausa), ter equilíbrio nisso (enfática) (pausa)! Tranquilidade (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: Aqui, aqui na, na instituição, a gente trata assim (enfática) (pausa)! Um professor que atua (pausa), um ano na turma de agrupamento maior (enfática) (pausa), no outro ano ele vai para o agrupamento menor (enfática) (pausa)! Existe esse rodízio (enfática) (pausa), para que todos os profissionais, tenham a oportunidade de trabalhar com a especific[...] (pausa), com a especificd [...] (pausa), especificidade de cada agrupamento (enfática) (pausa)! Então eles já esperam, no outro ano (enfática), a trabalhar com aquele, o agrupamento menor(rr) (pausa), ou agrupamento maior (enfática) (pausa)! E isso tanto para o professor (enfática) (pausa), quanto para as professoras (enfática) (pausa), e isso é natural (enfática) (pausa) para todos (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: Bem (enfática) (pausa), é(ééé?) (enfática) (pausa), as família (pausa), [...] quando o professor chegou (enfática) (pausa), a gente não sabia que ele ia chegar (enfática) (pausa)! Não tem um (enfática) (pausa) [...], não tem uma comunicação da secretaria (enfática): “- A(aa!), vai chegar um profissional homem (enfática) (pausa)! – Chegou o professor, e se apresentou (enfática): - Eu sou professor com o memorando na mão (enfática) (pausa)!”. Então no outro dia ele já (pausa), foi para atuar na sala (enfática) (pausa), e (pausa), na porta (enfática) (pausa), de cada (enfática) (pausa), um, cada família, a gente foi explicando (enfática): “- Olha esse é o professor (enfática) (pausa)! Ele vai ficar com [...], com esse agrupamento agora (enfática) (pausa)!”. Isso não se deve ao fato porque ele era, um (pausa), é um professor homem (enfática) (pausa)! Mas com todos as, os profissionais, que chegam, novos, a gente tem esse costume, de apresentar para as famílias (enfática) (pausa)! É direito delas e é, é (pausa), importante (enfática), né(?) (enfática), elas saberem quem, quem são os profissionais que estão ali (enfática) (pausa)! Vão, ficarão com suas, com suas crianças (enfática) (pausa), o dia inteiro (enfática), né(?) (enfática), a tarde inteira (enfática) (pausa)! Então (pausa), a(aaa?), reação das famílias, muitas ficaram surpresas (enfática) (pausa)! A gente percebia que o olhar delas era (enfática) (pausa): “- A(aah!), um professor homem (enfática) (pausa)!”. Era a primeira fala

(enfática) (pausa)! Mas uma família em especial, ela disse algo (pausa), que marcou (enfática) (pausa)! “Ela disse assim (enfática): - Nossa que bom (enfática) (pausa)! Assim a minha fam[...], criança vai aprender desde cedo que, todas as profissões são para todos os gêneros (enfática) (pausa), né(?) (enfática)!”. E isso(o?) (enfática) (pausa), achei lindo (enfática) (pausa) ()! E era um agrupamento de 2 anos (enfática)! O primeiro (enfática) (pausa), agrupamento que(eee?) (pausa), o professor (pausa), foi aqui na instituição foi o agrupamento 2 anos (enfática)!

ENTREVISTADOR: Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

ENTREVISTADO: Tivemos sim (enfática) (pausa)! Todos os anos, a gente já se prepara, para essa (pausa), pra essa fala (enfática) (pausa), para esses questionamentos (enfática) (pausa)! Sempre há (enfática) (pausa), né(?) (enfática), [...], no primeiro ano sim (enfática) (pausa), essa, essa, essa, preocupação (enfática) (pausa), mas foi tudo muito tranquilo (enfática)! A gente tentou levar, e sem falar para os [...] profissionais (enfática) (pausa), para o grupo (enfática), da equipe diretiva (enfática) (pausa), vamos levar isso da maneira (enfática), mais tranquila possível (enfática) (pausa)! Porque a(aa?), comunidade (enfática), eu, até certo ponto a gente também tá (enfática) (pausa), preocupada (enfática), tá angustiada (enfática), tá em dúvida (enfática) (pausa), da colocação de servidor (enfática) (pausa)! Então a gente (pausa), sempre reagiu com muita tranquilidade (enfática) (pausa)! É, é (pausa), foi explicando, para as famílias, qual era a situação (enfática) (pausa): “- Que ele tinha direito (enfática) (pausa)! O servidor (pausa), ele (pausa), passou no concurso (pausa), é(ééé?), legal (enfática) (pausa)! Tanto quanto uma professora passou (enfática) (pausa)! E as famílias (enfática) (pausa), vamos, vamos, acompanhar (enfática), a gente tá aqui (enfática) (pausa)!”. E as famílias foram acreditando né(?) (enfática) (pausa). Então (enfática) (pausa), tem dado certo por isso (enfática)! Todos os anos tem (enfática), isso é normal (enfática), a gente (pausa), prepara, porque (enfática) (pausa), é(ééé?) [...] as principais indagações, eram assim (enfática) (pausa): “- Um professor homem (enfática) (longa pausa), mas ele não vai mexer com a minha filha não (enfática) (longa pausa)? Um professor homem, mas (longa pausa), ele não vai dar banho na minha criança não, né(?) (enfática)? Hein, mas (pausa), ele vê minha filha nua (enfática) (pausa)?”. Então, essas são as principais indagações (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: Não (enfática), não (enfática), [...] a gente não sentiu resistência (enfática) (pausa), aqui a gente sentiu (pausa), é(ééé?), curiosidade (enfática), vontade (enfática), das mulh[...], das profissionais, auxiliar, de trabalhar com a, com ele (enfática) (pausa)! É(ééé?), geralmente quando a gente vai fazer a [...], montar o (pausa), módulo (enfática) (pausa), a gente faz um rodízio (enfática), das professoras, das professoras e auxiliares (enfática) (pausa)! E eu percebo que uma, meio que uma briga entre elas (enfática), porque elas querem trabalhar com ele (enfática) (pausa)! Elas percebem que é diferente, o trabalho com ele (enfática) (pausa)! O homem (pausa), pelo menos aqui (enfática), a gente percebe que o professor ele é mais objetivo (enfática) (pausa), é(ééé?), é(ee!), [...] no trabalho (enfática)! E elas (pausa), elas aprendem muito com isso (enfática)! Essa troca (enfática), de, diferença no, no trabalho (enfática) (pausa)! Então o que eu percebo aqui, é que não houve resistência (enfática) (pausa)! Houve (pausa), desejo sim (enfática), de trocar essa experiência (enfática) (pausa)!

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: Aqui a gente(eee), é(ééé?), no início a gente tentou fazer, como estava no agrupamento de 2 anos que é o menor (enfática) (pausa), a troca de fraldas (enfática) (pausa)! Ele (pausa), tranquilamente participava desse momento, de troca de fraldas (enfática), de limpeza (enfática) (pausa), até do banho (enfática), quando se tratar de uma criança, que às vezes, é(éé?) (pausa), se tu já tá muito, né(?) (enfática)! Mas (enfática) [...], aos poucos a gente foi percebendo, que o número de(ee?), de reclamações da família de (enfática) (pausa), de(eee?), resistência nisso (enfática) (pausa), foi crescendo (enfática) (pausa)! [...] É sempre uma indagação da família (enfática)! E aí para evitar certas, situações que, que advém (enfática) (pausa), que podem surgir (enfática) (pausa), a gente dividiu sim o trabalho (enfática) (pausa)! E hoje o professor, ele (pausa), recebe a criança (enfática), troca a roupa dela (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa), [...] ele participa da troca, mas não do banho (enfática) (pausa)! Os auxiliares e fica com banho (enfática) (pausa), e ele faz a troca de roupa (enfática) (pausa)! Mas, há momentos que (pausa), se for necessário ele faz (enfática)! Não é uma coisa que ele é, [...] é um impeditivo (enfática) (pausa), ele jamais pode fazer (enfática) (pausa)! Mas como a gente já sabe que a nossa comunidade tem (enfática) esse tipo de (pausa), olhar (enfática) (pausa), para evitar uma futura (pausa), situação (enfática) (pausa), a gente prefere deixar dessa forma (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Excelente (enfática) (longa pausa)! As crianças, elas até disputam estar com esse professor (enfática) (pausa)! Então eles (pausa), eles, amam estar com eles (enfática) (pausa), amam cantar com eles (enfática) (pausa), ama estar no colo do Tio XXX (enfática) (longa pausa), [...], ele, elas (pausa), amam estar com ele (enfática) (pausa), ouvi-lo (enfática), cantar com ele (enfática), participar (enfática)! Então (pausa), é(ééé?), é muito(ooo), natural (enfática) (pausa)! Muito tranquilo (enfática) (pausa)! Quando ele chega é o professor, [...] para ela não há resistente a alguma (enfática), não há diferença alguma (enfática) (pausa), há pelo contrário (enfática) (pausa)! Aqui a gente percebe que é um or[...], um certo orgulho (enfática) (pausa)! Certa vontade, de estar com o professor (enfática) (pausa)! Professor homem (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: É (é!), os maiores questionamentos são, realmente é(é?), é relacionados a higiene (enfática) (pausa)! Nenhum pai que eu atendi até hoje (enfática) (pausa), nos procurou para perguntar (pausa), do pedagógico (enfática) (longa pausa)! Se ele fazia o trabalho pedagógico bom (enfática)! Se ele fazia projetos de trabalho (enfática)! Se ele ouvia a criança (enfática)! Não (enfática) (pausa)! A principal preocupação (enfática) (pausa), foi sempre (enfática) (pausa), se ele (pausa), vai dar o banho (enfática) (pausa)? Se ele vai ao banheiro (enfática) (pausa)? Se [...] ele não vai mexer com a criança (enfática)? - A palavra é essa (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! Então as indagações, elas giram em torno disso (enfática) (pausa)! Mas de maneira nenhuma há uma preocupação (pausa), com o pedagógico (enfática)! O que é muito (pausa), [...] o que é lamentável, né(?) (enfática) (pausa)! Porque aqui (pausa), nós não estamos só pra (pausa), pra cuidar (enfática) (pausa)! Nossa principal (enfática) (pausa), função aqui (enfática) (pausa), é educar (enfática) (pausa), cuidando (enfática)!

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: É(é?), Muitas vezes é, é isso é relacionado ao (pausa), ao que é o ouvido, na mídia (enfática) (pausa), a relacionado a trauma também (enfática) (pausa), pessoais (pausa), delas (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Então é(ééé?) (pausa), hoje, [...] o número de denúncias, a respeito do(oo?), do trabalho, do homem (pausa), né(?) (enfática), de violência sexual e grande (enfática) (pausa)! Então elas têm esse receio sim (enfática), devido a essas situações que se vivem fora (enfática) (pausa)! É(éééé?) (pausa), não é, não (enfática) (pausa), [...] como não foi natural (enfática) (longa pausa), essa questão do homem na Educação Infantil (enfática) (pausa)! Isso é novo sim (enfática) (pausa)! A gente não pode dizer, que isso foi (pausa), [...] sempre assim (enfática) (pausa), porque (pausa), isso é de uns [...], anos para cá (enfática) (pausa)! O último concurso trouxe isso para nós (pausa), muito forte (enfática), né(?) (enfática) (pausa), a colocação do homem (enfática) (pausa)! Então para elas é muito novo (enfática) (pausa)! Mas a partir do momento que o profes [...], que o professor (pausa), mostra seu trabalho (enfática) (pausa), a gestão, mostra a, o cuidado (enfática) (pausa), a vontade [...], a tranquilidade (enfática) (pausa), essa(aa?) (pausa), essa (pausa), esse preconceito, ele vai (pausa), ele vai diminuindo (enfática) (pausa), até o ponto que (pausa), não existe mais (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), a gente percebe que (pausa), nós conseguimos (pausa), vencer isso aqui por muito (enfática), muito, muitas vezes a gente (pausa), venceu, e tem vencido (enfática) (pausa)! Porque isso é uma coisa (enfática) (pausa), [...] é sempre (pausa), é de corriqueiro (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: O que a gente faz, é sempre essas reuniões, né(?) (enfática), para esclarecer (enfática) (pausa)! A gente chama famílias, quando a gente percebe que (pausa), que é uma família que está (pausa), é(éé?) (pausa), demonstrando alguma insegurança (pausa), independente se é da questão (enfática) (pausa), de gênero (pausa), [...] de gênero ou não (pausa), a gente(eee?) (pausa), chama família em particular (enfática) (pausa), conversa com ela no (pausa), [...] na questão de entender o que, que ela está querendo dizer com aquilo (enfática) (pausa)! E, procura, trazer (enfática) (pausa), essa segurança (enfática) (pausa), essa tranquilidade de dizer que nós estamos com ela (enfática) (pausa)! Nós estamos (pausa), aqui (pausa), pelas crianças, e por elas a gente vai fazer (pausa), o(oo?) (pausa), o melhor (enfática) (pausa)! Tanto, quanto, [...] para(aa?) (pausa), sendo professor (enfática) (pausa), ou professora (enfática) (pausa), [...] (longa pausa) nós nos propomos há (pausa), estar aqui e entende-las e (enfática), caminhar juntas (enfática) (pausa)! Porque é por ela que nós estamos aqui (enfática)!

GESTÃO: ENTREVISTA 5

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: 01- No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Bom (enfática), é(éé?) (pausa), eu acho assim (pausa), um pouco assim (pausa), não (pausa), que eu seja também (pausa), é(éé?) (pausa), uma pessoa que queira

discriminar (enfática), né(?) (enfática)! Mas eu acho assim um (enfática) (pausa), pouquinho delicado essa questão (pausa), de, de (pausa), tato íntimo com criança (enfática) (pausa)! Mas aqui no CMEI (pausa), tanto (pausa), [...] até as (pausa), as agentes mesmo, mulheres(?) (pausa), a gente orienta que(eee?) (pausa), a limpeza e tudo, não seja uma limpeza profunda (enfática), mas sim, mais superficial (enfática), para não ter mais esse, esse contato aqui (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! Com a criança, tão íntimo (enfática) (pausa)! A gente sempre fala que é (pausa), de responsabilidade da família (enfática), essa limpeza mais profunda (enfática) (pausa)! Tanto (pausa), aqui (enfática) (pausa), no caso (pausa), profissional mulher (enfática) (pausa), quanto homem (enfática).

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Bom (enfática), aqui(iii?) (enfática) (pausa), eu(?) (pausa), acredito que(ee?) num [...] (longa pausa), que a gente(eeee?) (enfática) (pausa), aqui a gente tem um professor (enfática), né(?) (enfática)! Ele tá no agrupamento 5 (enfática) (pausa), é(ééé?) (pausa), e ele dá o banho, nas crianças normalmente (enfática)! Isso não vai influenciar no trabalho dele (enfática) (pausa), pedagógico não (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Sim (enfática), eu achei um absurdo, né(?) (enfática)! Lei de [...], a pessoa (pausa), prestou um concurso (pausa), para exercer (enfática), lá na sala de aula (enfática), e aí ele vai lá pra (pausa), portaria (enfática), porque não pode (enfática) (pausa), tomar de conta da(aaa?) (pausa), da criança, né(?) (enfática)! É(ééé?), ou vai fazer algum trabalho(ooo?) (pausa), administrativo(?) (enfática) (pausa)! Não, eu achei um absurdo essa, é(!), essa questão (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De jeito nenhum (enfática) (pausa)! O que eu acho aí, no caso não é(éé?) se [...] (enfática) (pausa), tratando de ser (pausa), mulher (enfática) (pausa), ou homem (pausa), né(?) (enfática)! Mas sim (enfática), o caráter da pessoa, né(?) (enfática)! A gente não conhece (enfática) (pausa)! Às vezes uma mulher pode fazer um(m), um mal (enfática) (pausa), maior (enfática), para criança (enfática) (pausa)! Tanto quanto um homem (enfática) (pausa), também (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Não acredito não (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: É(éé?), eu acredito que para, família (enfática), às vezes (pausa), vai trazer alguma alento, né(?) (enfática) (pausa)! É(éééééé?) (pausa), aqui, às vezes aconteceu de(eee?) (pausa), quando(oo), a família é novata, na instituição (enfática), que não conhece o professor, por exemplo (enfática) (pausa)! Ele já chego [...] (pausa), já chegaram na coordenadora e falaram (enfática): “- Eu não quero (pausa), aquela [...], aquele homem (enfática), encostando nas [...], nas minhas crianças (enfática) (pausa)!”. Mas aí, conforme a gente vai passando (enfática), a gente (pausa), faz, reuniões (enfática), vai orientando (enfática), vai mostrando o trabalho, também (enfática), né(?) (enfática)! Diariamente (enfática) (pausa)! A(aaaa?), eu acho que isso dissipa (enfática), né(?) (enfática)! Não tem (pausa), tanto (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: Então (enfática) (pausa), é(ééé?) (pausa), o professor, ele esteve aqui, desde o começo, né(?) (enfática) (pausa)! A gente começou junto aqui (enfática) (pausa)! É(éééééé?), a princípio, quando a gente foi dividir (enfática) (pausa), eu estava em, em sala de aula também (enfática) (pausa), é(éé?), quem iria ficar em (pausa), em, quais, turmas (enfática) (pausa), é(éééééé?) (pausa), a gestão (enfática) (pausa), na época (enfática), achou por melhor (enfática) (pausa), deixar ele na(aa?), na gestão, na coordenação, né(?) (enfática)! E foi o me[...], eu acho que foi o voto, quase unânime no (pausa), do grupo (enfática), também (enfática) (pausa)! Ele ficou um ano e meio (enfática) (pausa), na(aaaa?), na coordenação (enfática) (pausa), e só assim, depois que a família conheceu ele, ele foi para a sala de aula (enfática) (pausa)! E aí eu acho que lá, ele não teve tanto problema assim (enfática) (pausa), é(éé?), quando ele assumiu a sala de aula (enfática) (pausa)! Porque a família já conhecia, né(?) (enfática) (pausa), o trabalho dele (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: É(é!) (enfática), aí (pausa), seria mesmo, essa questão(o) de (pausa), de higiene, né(?) (enfática) (pausa)! “- Quem é que vai dar o banho? Quem é que vai limpar, essa criança (?) (pausa)?”. Essa(a) é(ééé?), é a [...], é o questionário da (pausa), que as famílias tem (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: Ele no caso (enfática) (pausa), foi ele mesmo, que quis (enfática) (pausa), trabalhar no agrupamento 5 (enfática) (pausa)! E(eeee?) (pausa), todo final de ano, a gente faz a, a lotação das crianças (enfática), e aí, é conforme, a(aaaaa?) (pausa), como é que fala? (enfática) (pausa). O perfil (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! E ele prefere ficar no apartamento 5 (enfática) (pausa)! Então (enfática), não é, uma imposição nossa não (enfática) (longa pausa)! E sim dele mesmo (enfática) (pausa), de perfil (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: Não (enfática), ela(aaaaaaaaa?) (pausa), a gente (enfática) (pausa), [...] comunicada através do, da(aaa?) (enfática) (pausa), da reunião, né(?) (enfática) (pausa), que aí a gente faz a apresentação dos profissionais (enfática)!

ENTREVISTADOR: Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

ENTREVISTADO: Não(ooo) (pausa), esse(eee?) (pausa), é(é?), eu ainda não peguei não (enfática) (pausa)! Porém (pausa), é(ééé?) (pausa), enquanto eu estava em sala de aula, é(éééé?) (longa pausa), a instituição recebeu um professor (enfática) (pausa), ele foi pro agrupamento 2 (enfática) (pausa)! E(eeee?) (pausa), teve bastante reclamação (enfática) (pausa), teve gente que ia até na (enfática), na secretaria fazer abaixo assinado, para poder tirar ele, que era criança pequena (enfática) (pausa)! Eu achei isso um absurdo (enfática) (pausa)! O professor nem pode mostrar o trabalho dele (enfática) (pausa)! E aí logo ele pediu também remoção (enfática) (pausa)! Isso aconteceu no período da tarde (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Não tem, não (enfática)! Elas gostam bastante de trabalhar com o professor (enfática), tanto que eles dividem, né(?) (enfática), é(éééé?), os serviç [...] (pausa), as atribuições lá (enfática), com (pausa), questões de banho, higienização (enfática) (pausa)! Elas não têm (pausa), reclamações dele (pausa), nesse tipo não (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: Aí no caso(oo) (enfática) (pausa), essas divisões aí é deles mesmos (enfática), né(?) (enfática), que, que(eee?) (pausa), que faz o, os combinados (enfática) (pausa): “- quem é que vai dar o banho (enfática) (pausa), vai dar o banho em quem (enfática) (pausa)!””. Aí é eles mesmo, lá na sala de aula que, que faz isso (enfática) (pausa)! O professor e o agente (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Tranquila (enfática) (pausa)! Nós somos bem tranquilos (enfática)! Eles gostam bastante do (pausa), do professor (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: Bom (enfática), é(é!), esse ano, teve uma mãe que(ee) ela perguntou (enfática) (pausa), é(ééé?) (longa pausa): “- Na hora que vai no banheiro (enfática) (pausa), quem é que, que limpa ele? É(éé?), e o banho? (enfática) (pausa) – eu falei assim: - olha (enfática) - aí a gente (longa pausa), expõe (enfática) (pausa), - A gente trabalha a autonomia da criança (enfática), o professor está lá só para orientar (enfática), ele não coloca a mão na sua criança (enfática) (pausa)!” - E tanto é (enfática) (pausa), que não é só o professor, homem (pausa), mas a professora também (enfática) (pausa)! Lá nos 5 anos (enfática) (pausa), a partir

dos 3 anos, a criança aqui a gente orienta (enfática) (pausa): - Oh (enfática) (pausa)! Quem é que vai(i) (pausa), banhar (enfática), né(?) (enfática) (pausa), é ela mesma (enfática) (pausa)! - Então ela está (pausa), está trabalhando a autonomia (pausa), da criança (enfática)!

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: É(éééé?) (pausa), eu acho que eles ficam preocupado(ooo?) (pausa), [...] a preocupação maior deles é (enfática), é(éé?) (pausa), questão mesmo é de(eee) (pausa), de abuso mesmo (enfática), né(?) (enfática) (pausa)! É(ééé?) (pausa), quando eles vem (pausa), e(eee?) (pausa), pega(aaa?) (pausa), confiança, no profissional (enfática) (pausa), eu acho que acaba até (longa pausa), [...] essa desconfiança deles acaba (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: Só(óóó), reuniões (pausa), é mostrar sempre o trabalho, dos professores (enfática) (pausa), é(éééééé) (longa pausa), que acontece na sala de aula (enfática)! A gente (pausa), tem (enfática) (pausa), [...] as redes sociais (enfática) (pausa), a gente sempre, posta (enfática)! Então a família ela, sempre(eee), acaba se sentindo mais (pausa), tranquila (enfática), né(?) (enfática)! Tranquilizada (enfática) (pausa)! Com (pausa), [...] mostrando o trabalho dele (enfática)!

GESTÃO: ENTREVISTA 6 – AP

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Bom Elder, é(ééé?) (pausa), a gente entende a preocupação, né(?) (enfática) (pausa), da sociedade, com relação a, à proteção da Criança (enfática) (pausa), e do Adolescente (enfática) (pausa), mas eu vejo essa lei como(ooo?), uma lei excludente (enfática) (pausa)! Ela vem, ainda mais afir[...], reafirmar (enfática) (pausa), um(m), um(m), um(m), uma exclusão (enfática), do, do(ooo?) (pausa), do gênero masculino (enfática), dentro da(aa?), das instituições de Educação Infantil (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), até porque a(aaaaa?) (pausa), as histórias de abuso, né(?) (enfática), ou de(eee?) (pausa), de maus-tratos (enfática), com relação a criança (enfática), ela não ocorre só (enfática) (pausa), por [...], por relação de gênero (enfática) (pausa), né(?) (enfática), ou se é masculino ou (enfática) (pausa), feminino (enfática), isso tem muito a ver, com a questão da pessoa (enfática)! A índole da pessoa (enfática) (pausa)! A a(aaa?), até uma(aa), uma questão mesmo e saúde mental (enfática) (pausa), do, do profissional de educação (enfática) (pausa)! Seja ele homem ou mulher (enfática) (pausa), isso(oo?), isso não (pausa) [...], isso não é (enfática) (pausa), não (pausa),

pode ser, o item (enfática), de, de julgar, se uma pessoa vai fazer mal (pausa), a uma criança (pausa) ou não (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! Eu acho que(eeee?), o direito (enfática) (pausa), da criança (enfática), é de ser cuidada (enfática) (pausa), é ser bem cuidada, não importa qual é o gênero (enfática), agora (enfática) (pausa), garantir esse (enfática) (pausa), esse bom cuidado da criança, por pessoas (enfática) (pausa), é, é, é(éééé?) (pausa), sadias mentalmente (enfática), por profissionais realmente (pausa), qualificados para isso (enfática) (pausa), isso aí é, é(éééé), de ossada da (pausa), da Secretaria de Educação (enfática), né(?) (enfática) (pausa)! Que deve fazer esse papel de (pausa), de, de(eee?) (pausa), ajuda (enfática), de oferecer ajuda para esses profissionais (enfática) (pausa), não é? Verificar como está (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), a atuação (pausa), de ambos os profissionais (pausa), de ambos os sexos (enfática) (pausa), dentro das unidades (enfática), e oferecer também suporte (enfática) (pausa), para que isso ocorra (enfática) (pausa)! Mas eu vejo essa lei hoje (enfática), da maneira como está colocada aí (enfática) (pausa), e entendo a preocupação, social (enfática) (pausa), mas ela é excludente (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Olha (enfática), é(éééé?), não dá para indissociar cuidar e educar (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Não tem como (enfática) você separar as duas coisas (enfática) (pausa)! Você está educando cuidando, cuidando e educando (enfática) (pausa)! Principalmente quando se trata de crianças pequenas (enfática) (pausa)! É junto (enfática) (pausa)! É(ééééé) (pausa), diante do que está sendo colocado, eu vejo (enfática) com uma certa preocupação (enfática) (pausa)! Existirá até uma quebra no processo(ooo?) (pequena pausa), pedagógico isso daí (enfática) (pausa)! Imagina você tá ali no processo (enfática) (pausa), de, de (pausa), de pedagógico (enfática), você tá aqui uma roda de leitura, por exemplo, com uma criança (enfática), e de repente você precisa (pausa), fazer uma higienização (enfática), cuidados íntimos (enfática) (pausa), você ter que (pausa), parar aquilo ali (enfática), chamar uma outra pessoa (enfática) (pausa), né(?) (enfática), ou até mesmo(oo?), na hora do banho (enfática) (pausa)! Outra coisa (pequena pausa), é que(ee?) (pausa), o professor (enfática) (pausa), seja ele homem (pausa), ou mulher (enfática) (pausa), é(éééé?) (pequena pausa), o banho ele é um processo pedagógico (enfática) (pausa)! Ele é um processo de (pausa), de, de (pausa), ensino-aprendizagem (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Então se, [...], se o, o, o (pequena pausa), professor (enfática) (pausa), enquanto regente ali da sala (pausa), enquanto (pausa), na lida diária com aquela criança (enfática), ele não participa desse momento (enfática) (pausa), que é tão importante dentro de uma instituição de Educação Infantil, quanto os outros (enfática) (pausa), é(éééé?), acaba comprometendo (enfática) (pausa), a qualidade do seu trabalho com essas crianças (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Claro (enfática), claro (enfática) (pausa)! Por que quando(oo?) (pausa), quando um profissional o homem ele, ele se forma (enfática), se qualifica (enfática), se propõe a assumir (enfática) (pausa), este desafio (enfática) (pausa), é porque ele está preparado (enfática) (pausa), ele está preparado (enfática) (pausa), né(?) (enfática), profissionalmente (enfática) (pausa), é (pausa), intelectualmente (enfática), para toda essa(aa?) (pausa), esse

desafio (enfática) (pausa)! Todo homem (enfática) (pausa), e toda mulher (enfática), que atua na Educação Infantil, ele tem conhecimento desses cuidados íntimos que ele tem que ter com uma criança (enfática) (pausa)! Como eu falei o (enfática) [...], o cuidar e o educar (enfática), o educar e cuidar (enfática) (pausa), ele é indissociável (enfática)! Então (pausa), é(ééé?), acaba sim, constrangendo (pausa), o homem (enfática) (pausa)! Mais uma vez eu reafirmo (enfática): é uma lei (pausa), que(eee?), embora (pausa), é(ééééé?), a gente não, não (pequena pausa), muitas pessoas não percebiam assim (enfática), ela é excludente (enfática) (pausa), ela exclui mesmo (enfática) (pausa), [...] o gênero masculino (enfática) (pausa), dentro, do seu ambiente de trabalho (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não (enfática), de maneira alguma (enfática) (pausa)! O que garante uma criança segura de qualquer tipo de violência (enfática) (pausa), é ela conviver com pessoas que (enfática) (pausa), que tem ali um propósito profissional (enfática) (pausa)! Seja ele na área (pausa), da Educação (enfática), na área da saúde (enfática), na área da Segurança Pública (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! É(éééé?), o que garante é um profissional (enfática) (pausa), qualificado, preparado (enfática) (pausa), [...] e que tem a sua disposição, todo um apoio (enfática) (pausa), de toda uma estrutura (enfática) (pausa)! Todas as organizações têm uma estrutura (enfática) (pausa)! A saúde tem uma estrutura de apoio para os profissionais da saúde (enfática) (pausa)! A(aaaa?), a área de segurança pública tem uma (enfática) (pausa), uma estrutura de apoio (enfática) (pausa), e a Educação não é diferente (enfática) (pausa)! Então o que garante (enfática), é um profissional, é(ééé?), qualificado (enfática) (pausa), pronto para atuar com(m), com essas crianças (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: É(éé?) (pausa), eu creio por (pausa), por ser crianças mas (pausa), não vou dizer assim vulneráveis mas, mais, [...] dependentes (enfática) (pausa), de cuidados (enfática), né(?) (enfática) (pausa)! Mas não vejo (enfática), nenhum motivo para destaque não (enfática) (pausa), porque todas as crianças (enfática) (pausa), elas são dependentes, no processo (enfática), de que elas estão em, em(m) (enfática) (pausa), em evolução (enfática) (pausa)! [...] Nosso processo educativo (enfática), ele é um processo (enfática) (pausa), é(éé?), evolutivo (enfática) (pausa)! A gente tenta o desenvolvimento integral da criança (enfática) (pequena pausa)! Então (enfática) (pausa), tanto faz a criança (enfática) (pausa), é, é(ééé?) (pausa), que não possui necessidade especial, quanto as que possuem (enfática), todas elas (pausa), estão no mesmo nível (enfática) (pausa)! Lógico (enfática), a criança que possui necessidades (enfática) (pausa), especiais (enfática), ela precisa de um acompanhamento mais (enfática) (pausa), mais contundente, porque ela, ela(aa), tem as suas (pausa), limitações (enfática) (pausa)! Mas (pausa), dentro de um ambiente (enfática), eu não vejo(ooo?), motivo para esse destaque não (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: É(!), Elder aí (pequena pausa), aí tem (pausa), tem algumas coisas que a gente precisa (pausa), investigar (enfática) (pausa)! A primeira coisa é(ééééé?) (enfática) (pausa), de onde vem essa insegurança, das famílias (enfática), né(?) (enfática) (pausa)! Essa insegurança das famílias, muitas vezes é gerada (enfática) (pausa), por notícias (enfática) que estão colocadas e tudo (enfática), mas não, não há uma análise (enfática), mesmo (enfática), por parte (pausa), é(ééé?) (pequena pausa), de toda a sociedade, de como isso ocorre (enfática) (pausa)! Porque hoje você vê (enfática) (pausa), é(ééé?) (pequena pausa), abuso de vulneráveis (enfática), eles não ocorrem, necessariamente no âmbito escolar (enfática) (pausa), eles ocorrem muito no âmbito familiar (enfática) (pausa)! É(ééééé?) (pequena pausa), primeira coisa (enfática), Educação (pausa), ela(aa?) (pausa), exige parceria (pausa), entre família (pausa), e escola (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! Para você ter uma ideia (enfática) (pausa), a escola é um ambiente que mais detecta abuso sexual (enfática), nas famílias (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), [...] o *locus* escolar (enfática) (pausa), é um lugar onde(ee?), onde nós (enfática), detectamos (enfática) (), situações de abuso (enfática) (pausa), dentro de uma(aa?), de uma família, que muitas vezes a gente tem que observar (enfática), comunicar (enfática) (pausa), então é, é preciso ter parceria (enfática) (pausa)! É uma via de mão-dupla (enfática)! Pode acontecer sim (enfática) (pequena pausa), um abuso de vulnerável dentro da escola (enfática)? Pode (enfática) (pausa)! Mas ele acontece lá fora também (enfática)! O que precisa ser colocado é isso (enfática) (pausa)! Agora, eu volto a ressaltar (enfática), o que garante a segurança (pausa), de uma criança, dentro de qualquer instituição (enfática) (pausa), é(ééé?), a(aaaa?), a questão (pausa), de uma postura profissional (enfática)! Do profissional qualificado (enfática) (pausa), amparado (enfática) (pausa), né(ééééé?) (enfática)! [...] E assistindo (enfática), por toda uma estrutura de rede (enfática), que a gente tem (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você já trabalhou com homens na Educação Infantil ou é a primeira vez? Quais funções eles ocupavam?

ENTREVISTADO: Bom (enfática), é(ééééééé?), eu tenho (pausa), amigos (pausa), homens (pausa), atuando em Educação Infantil (enfática) (pausa), né(éé?) (enfática), eu não trabalhei mais assim (enfática) (pausa), as funções eram de educadores mesmo (enfática) (pausa), e aí, enquanto educador de Educação Infantil como (pausa), [...] conhecedor (enfática) (pausa), do âmbito da Educação Infantil (enfática), eu não [...], não é indissociado (enfática) o cuidar e o educar (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! [...] Eu sei (enfática), que os meus colegas, profissionais homens (enfática) (pausa), é(!), fizeram sim (enfática) a, a situação de higienização das crianças (enfática) (pausa), e num processo (enfática), eu volto a repetir (enfática), profissional (enfática) (pausa), no processo de desenvolvimento dessa criança (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E(ee?), [...] com total (enfática) (pausa), responsabilidade (enfática) (pausa), dentro daquilo que lhe é(ééééé?), lhe é(ééééééé?) (pausa), permitido (enfática) (pausa), fazer (enfática)! E com certeza (enfática), todas as famílias (pausa), dessas crianças, tem (enfática) (pausa), [...] consentimento de que (pausa), de que maneira é um trabalho (enfática) (pausa)! Isso é importante (enfática) (pausa)! As famílias precisam entender, como é feito o trabalho dentro da instituição (pausa), de Educação Infantil (enfática) (pausa)! Porque muitas vezes (enfática) (pausa), é(ééé?), a família não entra (enfática) dentro da, [...] da(aa?), da instituição de Educação Infantil (enfática)! Elas deixam as crianças (enfática) (pausa), vão (pausa), cuidar, dos seus afazeres e (pausa), buscam a tarde (enfática) (pausa)! Mas é interessante sempre (enfática) (pausa), pontuar a rotina (enfática)! O que é uma rotina de uma criança (enfática) (pausa)? Sempre (enfática) (pausa), está (pausa), tentando fazer com que essa (pausa), [...] essas famílias conheçam (enfática) (pausa), é(ééééééé?) (pausa), o momento de higienização (enfática), do sono (enfática) (pausa)! É outro problema aí ó(oh!) (enfática), que essa lei (pausa), ela é excludente (enfática) (pausa)! Nós temos um momento aqui, que se for

pensar no âmbito desta lei (enfática) (pausa), em que a criança está muito mais vulnerável do que no momento de higienização íntima, que é o momento do soninho (enfática), do descanso dela (enfática) (pausa), né(?) (enfática), e que(ee?) (pequena pausa), e que não se pensou nisso (enfática) (pausa)! Então assim (enfática), não é a questão de estar vulnerável (enfática), de se criar uma lei ou não (enfática) (pequena pausa), não existe isso (enfática) (pausa)! É(ééé?), eu volto a repetir (enfática) (pausa), a lei é discriminatória (enfática) (pausa)! Homens e mulheres, que atuam hoje em qualquer âmbito (enfática) (pausa), [...] do serviço público (enfática), a importância de profissionais (enfática) (pausa), qualificados (enfática) (pausa), compromissados, com seu trabalho (enfática) (pausa), e isso não, não, não(ooo?), vai ocorrer (enfática) (pausa)! Compreendo (enfática) (pausa), a proponente (pausa), da lei (enfática) (pequena pausa), num hábito amplo (pequena pausa), de hoje, de como está, organizado nossa sociedade (enfática) (pausa)! Mas é(éééé?) (pequena pausa), não é uma maneira que [...] vai garantir (enfática) (pausa), [...] uma total (enfática) (pausa), como é que fala(?) (enfática) (pausa), exclusão desse tipo de situação, seja de qualquer ambiente (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quais foram os desafios enfrentados por você em receber profissionais homens para atuarem com as crianças no CMEI?

ENTREVISTADO: Existe esse desafio das famílias (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Elas não(oo?) (pequena pausa), [...] algumas famílias vêm com, com, [...] (enfática) (pausa), com um olhar (pausa), é(é!), diferenciado (pequena pausa), a questão do homem (pausa), está na(aa?) (pausa), na Educação Infantil (enfática) (pausa), justamente por causa da questão do cuidado mesmo (enfática)! O que vem (pausa), a, a(aa?), [...] a princípio, é isso (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! Mas nós (enfática) (pausa), nós percebemos (enfática) (pausa), que(eee?) (pausa), que tem mudado (enfática) (pausa)! A sociedade ela tem mudado (enfática) (pausa), pelo menos (enfática) (pausa), no âmbito (enfática) (pausa), em que a instituição está(ááá) (enfática) (pausa), né(?) (enfática), [...] firmando essa parceria com a família (enfática) (pausa) a(aa?) (pausa), [...] o discurso tem sido diferente (enfática), né(?) (enfática)! Os homens têm sido aceitos (enfática) (pausa)! É(éééé?), precisa ser transparente (enfática)! O trabalho precisa ser mais transparente (enfática)! Você precisa mostrar (enfática), como é feito os cuidados (enfática) (pausa), e(eee!), a(aaaaaaa?) (pausa), a maneira profissional como isso é oferecido (enfática) (pausa)! Mas já, [...] já tive problema sim (enfática) (pausa)! Hoje está mais, mais mudado (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que trata da lotação no agrupamento/turma, quais foram os critérios usados para lotar esses profissionais?

ENTREVISTADO: Olha (enfática) (pausa) [...], a questão da lotação (pausa), geralmente a gente verifica o, o perfil profissional (enfática) (pausa)! Crianças menores (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), [...] eu prefiro quando o próprio professor escolhe (enfática) (pausa)! Porque? Porque ele sabe, se ele tem um perfil, para aquela situação ou não (enfática) (pausa)! É(éééé?) (pausa), se não houver (enfática), aí a gente vai pôr perfil (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! [...] Tanto de (pausa) [...], não vejo nem é essa questão muito do cuidado (enfática), mas mais, do educar mesmo (enfática) (pausa), da maneira (pausa), como(ooo?) (pausa), a, a prática pedagógica (enfática) mesmo profissional (enfática) (pausa), se ela(aaa?), encaixa naquela(aaa?), faixa etária (pausa), ou não (enfática) (pausa). Mas geralmente as crianças menores (enfática) (pausa), a gente (pausa), [...] eu deixo que o, que o professor escolha porque (enfática), ele estar com criança muito pequenas (enfática) (pausa), exige um cuidado (enfática) (pausa), [...] e uma maneira de educar que é diferenciada (enfática)! Educação de bebês ela é (enfática), ela á muito peculiar (enfática) (pausa)! Só quando o professor reconhece (enfática)

(pausa): “- Não, eu quero isso (enfática) (pausa)! Eu gosto disso (enfática) (pausa)! – Flui muito melhor o trabalho (enfática)!”.

ENTREVISTADOR: Como as famílias foram comunicadas sobre a lotação desses profissionais? Quais foram as reações delas?

ENTREVISTADO: Olha, geralmente são comunicadas, [...] na primeira reunião de pais (enfática), né(?) (enfática) (pausa)! Primeira reunião de pais, você apresenta os professores (enfática) (pausa), e aí(íí?) (pausa), aquelas que têm a (enfática) (pausa), [...] a reações (enfática) (pausa), [...] de desconfiança digamos assim (enfática) (pausa), depois elas procuram (pausa), a gestão para conversar (enfática) (pausa)! E aí a gestão (enfática), ela tem esse (enfática) (pausa), [...] cuidado, de estar, colocando, para essa família queee (pausa) o servidor é efetivo, que que (pausa) a secretaria mandou né que ele tem direito, não temos o que fazer né? E eee (enfática) explicamos como é feito (pausa), o trabalho (enfática), expondo toda a [...], a rotina do CMEI (enfática)!

ENTREVISTADOR: Teve alguma família que procurou a gestão para reclamar da presença dos homens na instituição? Quais eram suas preocupações?

ENTREVISTADO: Elder, geralmente (pausa), já teve um [...], uma família (enfática) (pausa)! Geralmente a preocupação (enfática) (pausa), é(ééé?), com relação a, a higienização mesmo (enfática) (pausa)! [...] Não tem aquela desconfiança assim no (pausa) [...], no trato profissional (enfática)! E aí você precisa explicar (enfática), essa indissociação que existe, entre o educar(r) (enfática), o cuidar(r) (enfática) (enfática)! Que o professor (enfática), ele precisa estar também (enfática) (pausa), no momento de(e?), de higienização (enfática) (pausa), até porque a procura de uma criança maior (enfática), e as crianças maiores (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), muitas das vezes (enfática), muitas das vezes, [...] não, não (pausa), eu digo que não precisa nem tocar (enfática), nessa criança (enfática)! Você vai ensinando (enfática) (pausa): “- lave do seu corpinho (enfática)! É importante lavar aqui (enfática)! Lavar ali (enfática)!”. E esse tipo de instrução (enfática) (pausa), é(éééé?), é o professor que dá (enfática) (pausa)! É aquela questão né(?) (enfática) (pausa), às vezes os pais num (pausa), [...] num falam (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), não tem um (enfática) (pausa), [...] um diálogo (pausa), com os filhos (enfática) (pausa), e aí não vem ao caso (enfática), mas vamos eu vou expor essa situação (enfática) (pausa), de educação sexual, por exemplo (enfática) (pausa), e o filho ele vai (enfática), ou a filha (enfática), vai procurar saber disso lá fora (enfática) (pausa)! Então é importante que ele aprenda (enfática) (pausa), algumas coisas, com profissionais qualificados (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! A questão do banho por exemplo (enfática), né(?) (enfática) (pausa): - Porque que eu tenho que lavar a vagina (enfática) (pausa)? Por que que eu tenho (pausa), que lavar bem o piu-piu (enfática)? Enxugar bem (enfática) (pausa), né(?) (enfática), [...] o pênis (enfática) (pausa)! – É(éééé?), isso o profissional (enfática) (pausa), da área (pausa), tanto da Saúde, quanto da Educação (enfática), [...] isso precisa ser ensinado pelo professor (enfática) (pausa)! Muitas vezes isso não é ensinado em casa (enfática) (pausa), e nós temos que lembrar o seguinte (enfática), a criança passa o dia (enfática) (pausa), todo (enfática), dentro instituição de Educação Infantil (enfática) (pausa)! Se nós deixarmos algumas partes (pausa), [...] e começarmos a entregar ai (enfática): - Não, isso é da família (enfática) (pausa)! - Até porque (pausa), nós já, vimos, né(?) (enfática), eu já falei anteriormente (enfática) (pausa), que muitos abusos acontecem no âmbito familiar (enfática) (pausa)! Mas se nós deixarmos isso para família (pausa), é(éééé?) (pausa), acaba que a família não faz (enfática), a escola também deixa de fazer (enfática) (pausa), por pressão social ou coisa assim (enfática) (pausa), [...] e aí (enfática)? E aí a criança fica (enfática) (pausa), né(?) (enfática), [...] sem os cuidados devidos (enfática)

(pausa)! Então eu penso que(eeeee?) (pausa), [...] que é questão de você chamar (enfática), conversar (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), colocar (pausa), o profissional (enfática) (pausa), falar do profissional, que vai atuar com sua criança (enfática), é importante expor, a formação desse profissional (enfática) (pausa)! Que ele passou por um concurso público (enfática), ele está preparado (enfática), passou por um (pausa), por uma formação (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), falar das, das(sss?), formações continuadas, internas, que existe (enfática). Que o profissional de educação (enfática) (pausa), assim como os outros profissionais (enfática), ele nunca deixa de aprender (enfática) (pausa), ele nunca deixe de estudar (enfática) (pausa)! Então é falar, que a gente tá sempre em formação (enfática), também (enfática) (pausa)! Ou seja, o profissional que está(ááá?) (pausa), com sua qualificação ali (enfática) (pausa), com o seu conhecimento sempre atualizado (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! [...] Isso passa segurança para as famílias (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há reações de resistência das profissionais em trabalhar com esses profissionais? Cite algumas que acharem pertinentes.

ENTREVISTADO: Olha (enfática) (pausa), eu, eu não (pausa), não tive (enfática) (pausa)! Não tive(eeeee?) (pausa), nenhum(mm) (pausa), nenhum problema (pausa), com relação a (pausa), [...] a outras profissionais falar (enfática) (pausa): - Ah (enfática)! Mas ele é homem (enfática)! Está no agrupamento menor (enfática)! Não sei o que (enfática) (pausa)! - Né(?) (enfática), até porque(eee?) (pausa), nós (enfática) (pausa), enquanto profissionais da educação, nós nos reconhecemos enquanto profissionais (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), só [...] (pausa), a título de curiosidade mesmo (enfática) (pausa), quando uma professora (enfática) (pausa), e aí hoje na situação de gestor (enfática), né(?) (enfática), do CMEI (enfática) (pausa), quando uma professora chega a ter (enfática), a detectar (enfática) alguma(aaa?), algum problema (enfática) (pausa), é(ééééé) (pausa), nas partes íntimas de uma criança (enfática), que ela acha que pode ser algo (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), [...] elas chegam a me contatar e (pausa), [...] querer que, querer me mostra mesmo (enfática) (v): “- O que você acha disso daqui (enfática) (pequena pausa)? Você acha que isso aqui é algum fungo (enfática)? É normal (enfática)? Isso aqui é normal (enfática) (pausa)?”. Então assim (enfática) (pausa), para você ver o nível, de profissionalismo, com que você é tratado (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! É(éééééé?) (pausa), [...] a desconfiança (pausa), entre(eee?), entre profissionais da Educação, ela não existe (enfática)! Agora assim (enfática) (pausa), é(éé?) (pausa), professor Elder, o cuidado ele precisa existir (enfática) (pausa), em qualquer (pausa), profissão (enfática) (pausa)! Então (pausa), todas as profissões, nós estamos realmente cuidando do outro (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então (enfática) (pausa), existe esse cuidado (enfática) (pausa)! Por exemplo (pausa), no CMEI aqui quando vem (enfática) (pausa), [...] com os meus profissionais eu não tenho problema (enfática)! Tive um profissional aqui (pausa), dá merenda, né(?) (enfática), todo profissional (enfática) (pausa), as crianças adoram (enfática) (pausa)! Mas quando vem um profissional diferente aqui (pausa), fazer uma manutenção ou coisa assim, todos (pausa), [...] os outros servidores aqui (pausa), eles ficam em alerta (enfática), porque a gente não conhece (enfática), é um profissional diferente (enfática) (pausa)! Então a gente já fica mais (pausa), em alerta (enfática), não no sentido de (pausa), por causa (pausa), [...] do gênero sexual desse profissional (enfática) (pausa)! Pode ser homem, ou pode ser mulher (enfática) (pausa), a gente fica em alerta porque (pausa), é uma pessoa estranha no ambiente (pausa), nosso (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Mas é isso (pausa), [...] não tem, não tive(ee?) (pausa), nenhum problema com relação à (pausa), [...] discriminação (pausa), profissional para profissional não (enfática)!

ENTREVISTADOR: Há uma divisão de tarefas/papéis na ação educativa? Por quê??

ENTREVISTADO: Isso(oo?) (pausa), tratando(o), questões de gênero?

ENTREVISTADOR: Isso (enfática)!

ENTREVISTADO: Não(ooo?) (enfática) (pausa), [...] não tem como, você dividir tarefa (pausa), quando a(aaaa?) (pequena pausa), a questão é educar (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Eu costumo dizer (pausa), em todas as instituições de ensino que eu, que eu atuo (enfática) (pausa), principalmente na gestão (enfática), que todos somos educadores (enfática) (pausa)! Não tem como eu dizer por exemplo que (pausa), o profissional de cozinha (enfática) (pausa), ele está ali só para preparar um alimento (enfática), ele é um educador também (enfática) (pausa)! Como que você vai pegar o professor (enfática), que atua diretamente com a criança, no fazer pedagógico (enfática) (pausa), [...] e dividir tarefas (enfática) (pausa), falar: “- Oh! Agora é a hora do banho (enfática), agora (enfática) (pausa), é(?), é(?), você que é profissional do sexo feminino (enfática), que vai atuar lá (enfática) (pausa)!”. O banho ele é uma atividade (pausa), de (pausa), ensino também (enfática) (pausa)! Que o desenvolvimento é uma atividade que precisa ser dirigida (enfática) (pausa), orientada (enfática)! Não que (pausa), [...] que o outro profissional (pausa), ou o profissionalismo, ele (pausa), [...] ele está para além do sexo da pessoa (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Mas, não tem como você dividir (enfática)! Essa divisão acaba(aaa?) acarretando, em prejuízo para criança (enfática) (pausa), do seu ponto de vista de desenvolvimento (enfática)!

ENTREVISTADOR: Como é a relação das crianças com esses profissionais?

ENTREVISTADO: Maravilhosa (enfática)! A relação é de confiança (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! Criança ela(aa?), ela(aaaaaa?) (pausa), não tem maldade aí (enfática) (pausa), aí (pausa), aí vem (pausa), [...] essa questão (enfática): - Ah (enfática)! A criança não tem maldade, e por isso ela é vulnerável (enfática) (pausa)! “- A criança não tem maldade (pausa), mas ela é esperta (enfática) (pausa)!”. Quando você vê que uma criança não está chegando perto de um profissional (enfática), alguma coisa (enfática) (pausa), e aí (pausa), [...] não estou falando só de abuso sexual (enfática), é porque ela não foi bem acolhida (enfática) (pausa), ou ela não se sente segura, para estar ali próximo, aquele profissional (enfática) (pausa)! Mas, no âmbito em que eu trabalhei até hoje (enfática), em dia acolhida assim (enfática) (pausa), total mesmo (enfática) (pausa), elas (pausa), não tem essa, elas não fazem essa distinção (enfática), é(?), é(?), de gênero (enfática) (pausa), de maneira alguma (enfática)! É professor, é professora (enfática) (pausa)! Eu por exemplo (pausa), eles me chamam aqui de Tio xxx⁴⁹, né(?) (enfática) (pausa)! Mas eu sou o consertador das coisas (enfática) (pausa)! Eu fui chamado de consertador das coisas, porque (enfática) (pausa), me vêm às vezes fazendo uma manutenção, ou algo assim (pausa), mas eu estou aqui enquanto professor (enfática) (pausa)! A(aaaaaa?) (pausa), [...] a função em que ocupo hoje (pausa), gera nas crianças (enfática), já gerou nas crianças algumas dúvidas (enfática) (pausa)! Uma professora uma vez, me chamou aqui, para conversar e me tratou como professor (enfática) (pausa), e aí a criança falou (enfática): “- Ah (enfática)! Mas ele é diretor, não é professor (enfática) (pausa)!” - Aí nós tivemos que explicar (enfática) (pausa), que agora eu estou ocupando, uma outra função (enfática), mas que todos nós aqui, somos Professores (enfática) (pausa)! Então (pausa), é(é?) (pausa), chega a gerar um pouquinho de (pausa) [...], de dúvida (enfática) (pausa), [...] e foi um [...] momento até interessante (enfática), para gente esclarecer isso para a criança (enfática)! Mas com relação à (pausa), [...] a discriminação da criança, por isso, ou por aquilo, não

⁴⁹ Ocultamos o nome do profissional

(enfática) (pausa)! O tratamento das crianças é igual (enfática) (pausa), é(ééé?), independente de cargo (enfática), função que ocupa (enfática), independente de gênero (enfática)!

ENTREVISTADOR: Quando as famílias procuram a direção para tratar de assuntos sobre esses profissionais, quais são os maiores questionamentos e preocupações?

ENTREVISTADO: Elder, é(éééé?) (pausa), toda família que(ee?) (pausa), que tem que, deixar o seu filho (pausa), que tem que matricular seu filho na instituição de Educação Infantil (enfática) (pausa), ela se preocupa com muitas coisas (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Elas se preocupa se vai ser bem cuidada (enfática), se vai ser bem alimentada (enfática) (pausa), se vai receber(rr) é(ééé?) (enfática) (pausa), o mesmo cuidado que ela recebe em casa (enfática) (pausa)! É(éééé?), é(ééé!), geralmente (enfática) (pausa), as queixas (enfática) (pequena pausa), são nesse sentido de insegurança (enfática), por: “- Óh (enfática)! Vou deixar meu filho (enfática), eu vou deixar minha filha (enfática), se chorar me liga (enfática) (pausa)! Se não(oo?) (pausa), se tiver sem comer (enfática), se não comer (enfática), me liga (enfática) (pausa)!”. Mas (), [...] essa desconfiança assim (enfática): “- Ah(enfática)! Quem que vai dar banho (enfática)? Como que é feito o banho (enfática)? A higienização da minha criança, vai ser um homem, vai ser uma mulher (enfática) (pausa)?”. Raramente (enfática) (pausa)! Raramente (enfática) (pequena pausa), eu acho que eu tive um caso (pausa), um caso desse (enfática) (pausa), em(eeeee) (pausa), hoje eu estou, já(ááá?) (pausa), há (pausa), seis anos em gestão de instituição de Educação Infantil (enfática) (pausa), eu tive 1 caso desse só (enfática) (pausa), sabe (?), que o, que o(ooo?) (longa pausa), o porteiro foi receber uma criança, e a criança (pausa), a criança que abraçou (pausa), o porteiro (enfática) (pausa), e o pai e falou (enfática) (pausa). “Olha (enfática)!” - Veio conversar comigo (enfática) - “Olha, eu não quero que ele abrace a minha criança, e tal (enfática) (pausa)!”. E nós temos um diálogo (pausa), bacana (pausa), sobre essa questão de (pausa), de ser profissional, e de acolher a criança (enfática) (pausa), que foi a criança estendeu os braços para ele (enfática) (pausa), que se ele põe as mãos para trás ou (pausa), ou não acolhe aquela criança (enfática), né (?!), ela ia passar da instituição para dentro (pausa), com uma frustração (enfática) (pausa)! - E aí apresentei o (pausa), [...] toda a (pausa), trajetória profissional desse servidor (enfática)! Nós conversamos (enfática)! Foi 1 caso (enfática) (pausa), 1 caso, que eu tive hoje em seis anos de gestão (enfática)!

ENTREVISTADOR: Ainda no que trata das famílias, por quais motivos elas apresentam insegurança quando se depara com um homem que vai cuidar e educar sua criança?

ENTREVISTADO: Olha, eu(uuuuuu?) (pausa), eu entendo (enfática), eu compreendo (enfática) (pausa)! Também tenho essa(aaa?), essa preocupação (enfática) (pequena pausa), não no sentido de ser homem, ou ser (pausa), mulher (enfática) (pausa)! A gente tem uma preocupação com os nossos filhos (enfática)! Todo mundo tem (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! [...] Volto a repetir (enfática) (pausa)! A preocupação das famílias quem me procura, geralmente é (enfática) (pausa), sobre a criança vai se adaptar (enfática), se vai chorar (enfática) (pausa), se não (pausa), se não vai (pausa), vai comer (enfática), se não está se alimentando (enfática)! Então mas (pausa), é(ééé?) (pausa), eu, eu, compreendo (enfática) (pausa)! Hoje a mídia (pausa), [...] ela foca muito, quando os casos de abuso sexual (enfática) (pausa), ele é(éééé?), ele é cometido por pessoas do sexo masculino (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Os índices também mostram que são mais (pausa), a gente precisa entender, que isso acontece em âmbitos, que não são âmbitos da escola (enfática) (pausa)! É como também, a gente tem caso de (pausa), de abuso sexual, acontecendo pelo sexo, tanto masculino como no feminino (enfática) (pausa), dentro do ambiente escolar (enfática) (pausa)! O que nós precisamos

(enfática), isso em toda estrutura pública (enfática) (pausa), de prestação de serviços (pausa), é de apoio (enfática) (pausa)! Apoio a esses profissionais (enfática), orientação (enfática), formação (enfática) (pausa), apoio psicológico (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! A gente não sabe com quem está trabalhando (enfática)! Eu não sei hoje (pausa), se eu vou ser abordado por um policial (pausa), de boa conduta, ou de má conduta (enfática), quando eu sair daqui (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Eu não sei se eu precisar de um médico (enfática) (pausa), ou de um enfermeiro, lá fora quando eu for atendido (enfática) (pausa), o quê, [...] qual é a profissão que ele tem (enfática), que que (pausa), - profissão não, desculpa (enfática) (pausa) - qual é a vida dele lá fora (enfática), como que a (pausa), [...] - eu não sei (enfática) (pausa)! Eu posso estar sendo a, a (pausa), atendido por um(mm), pedófilo (enfática) (pausa), por um (), [...] um psicopata (enfática) (pausa), ou coisa assim? Posso (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então hoje, o que (pausa), o que nós (pausa), precisamos (pausa), hoje (pausa), e em todo o âmbito de prestação de serviço público (enfática) (pausa), é desse apoio (enfática)! Dessa estrutura (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Da mesma maneira que nós temos (pausa), é(ééé?), profissionais da educação (pausa), que estão (pausa), doente digamos assim (enfática), nós temos profissionais de outras áreas (pausa), e isso precisa ser cuidado (enfática) (pausa)! Agora (pausa), eu vou te falar enquanto gestor (enfática) (pausa), o papel dos gestores dos demais colegas, ele é fundamental nisso (enfática) (pausa)! De estar atento ao problema do outro (enfática) (pausa)! Sabe (enfática)? Você estar observando o problema do outro (enfática) (pausa): “- Você estar observando seu servidor ali (enfática)! Como é que ele está (enfática)! Que tipo de, as reações que está tendo de diferença (enfática) (pausa)”. Elas são de fundamental importância (enfática), para que você mesmo, enquanto gestor (pausa), procure ajuda para o servidor (enfática) (pausa)! Eu cheguei a procurar ajuda para vários servidores meus (enfática) (pausa)! Que eu via eles estavam passando por um, um momento de tensão (enfática) (pausa), difícil (enfática) (pausa), e eu cheguei a, a procurar a secretaria de educação (enfática) (pausa), e pedir uma equipe (enfática): “- Oh (enfática)! Conversa com o meu servidor (enfática) (pausa), passou por um (pausa), [...] uma situação de morte, em família, e tal (enfática) (pausa)!”. Então o olhar do gestor, ele precisa ser (pausa), muito atento nisso daí (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Mais, é(éééé?) (pausa), não tem (pausa), não a relação entre (pausa), entre o, cuidar da higiene de uma criança (enfática), e o abuso sexual assim (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre os profissionais e as famílias?

ENTREVISTADO: Elder é (pausa), diálogo (enfática) (pausa)! Diálogo (pausa), as famílias (pausa), elas (enfática) (pausa), elas (enfática) (pausa), quando nos procuram, são recebidas (enfática) (pausa)! Quando há necessidade (pausa), [...] a gente marca uma reunião entre famílias, e, professores (enfática) (pausa)! As portas do CMEI, elas estão abertas (pausa), para (pausa), qualquer família que quiser vir (enfática) (pausa), é(ééé?), conhecer a sala (enfática), conhecer a rotina (enfática) (pausa), conversar com os professores (enfática) (pausa)! Eu acho que(eeee), a transparência é tudo (enfática) (pausa)! Nesse tipo de serviço (enfática)! No trabalho profissional (enfática) (pausa)! No momento em que, a gente deve entender essa preocupação das famílias (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! E muitas vezes elas até entram (pausa), [...] em conflitos de, de pensamento conosco, porque elas não têm conhecimento (enfática) (pausa)! Elas não sabem (enfática)! Agora é(éééé?) (pausa), nós temos ajudado muito (enfática) (pausa), e sendo muito ajudado pelas famílias (enfática) (pausa)! Se não tiver essa relação de parceria (pausa), e aí eu sempre deixo claro aqui para famílias, que é pelos filhos (pausa), pelo desenvolvimento dos filhos (enfática) (pausa), nós precisamos ser parceiros (enfática) (pausa)! Então (pausa), muitas vezes a gente tem comunicado para as famílias (enfática): - Olha (pausa), em casa (enfática) (pausa), é(é?), agi dessa maneira que,

aqui nós vamos agir assim (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática)! - Aí se eles trazem algum elemento (enfática): “- Oh(ooo) (enfática), aqui está acontecendo isso, e isso não (enfática) (pausa), então (pausa), nós vamos agir diferente aqui (enfática) (pausa), mas faça isso em casa (enfática) (pausa)!”. E aí (pausa), sempre pensando no bem-estar da criança (enfática) (pausa)! Então é uma relação entre(eee?), a equipe gestora, os profissionais e as famílias (enfática) (pausa), é uma relação de(ee?), de parceria (enfática), de cumplicidade mesmo (enfática)!

APÊNDICE G

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA PROFESSORES E AUXILIARES DE ATIVIDADES EDUCATIVAS

Você está participando da Pesquisa: “INQUIETAÇÕES E MEDOS DO TRABALHO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nessa pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido SOMENTE por professores e auxiliares de atividades educativas HOMENS que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

Roteiro de Entrevista: Professores e Auxiliares de Atividades Educativas

Bom dia/ Boa tarde! Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

01- No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

02- O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

03- No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

04- No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

05- O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

06- Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

07- A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda

maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

09- No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

10- Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

12- E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

13- Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

14- A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

15- Na justificativa a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

16- O que você tem a dizer sobre esse excerto?

A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menina sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”

17- Destaque alguns avanços/desafios superados por você nesse trabalho.

18- Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

19- Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

20- A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

21- Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

22. Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

23. Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

24. Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a si próprio, que diria? Por que?

APÊNDICE H

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES E AUXILIARES DE ATIVIDADES EDUCATIVAS

Você está participando da Pesquisa: “INQUIETAÇÕES E MEDOS DO TRABALHO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”, orientado pelo prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

Olá, sou o professor Clemerson Elder Trindade Ramos, estudante do Mestrado em Educação da PUC Goiás. Estou realizando uma pesquisa sobre o trabalho do homem na Educação Infantil, orientado pelo professor Dr. Romilson Martins Siqueira. Sua participação nessa pesquisa qualitativa fornecerá dados importantes para o nosso estudo. Para tanto, este roteiro de entrevista deverá ser respondido SOMENTE por professores e auxiliares de atividades educativas HOMENS que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Conto com sua colaboração e agradeço antecipadamente sua presteza.

PROFESSOR: ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo primeiro, a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como, banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro, sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu acho que a deputada Janaína, (?) (enfática) né (pausa), sabe que nós vivemos em uma sociedade bem retrógrada. (pausa) E nos últimos anos né (?) (enfática), até com a eleição, das últimas eleições, nós vimos muitos retrocessos né (?) (enfática) (pausa), que eu considero muitos retrocessos (ênfase). Mas é reflexo dessa sociedade retrógrada né (?) (enfática), que ainda tá preso em paradigmas que precisam ser rompidos né (?) (enfática). E a inserção dos homens, desse papel do homem, masculino, na Educação Infantil, eu acho que é imprescindível (ênfase). E eu gostaria de ter tido quando criança, na minha Educação Infantil, ter tido esse contato com a figura masculina (ênfase). Até porque, muitas famílias vivem só com a figura feminina né (?) (enfática), só a mãe ou avó (ênfase). Inclusive é o meu caso (enfático). Eu sempre vivi com a minha mãe e com a minha avó, e nunca tive essa figura masculina (pausa). Então se eu tivesse tido essa oportunidade na escola, eu acho que teria sido de muito proveito (enfático). E com certeza as crianças que estão tendo esse contato hoje com essa figura masculina, nos CMEIS e nas escolas de ensino fundamental (pausa), com certeza, elas vão ter uma outra visão de mundo muito diferente da que eu tive (enfático). E muitas pessoas infelizmente não conseguiram romper né (?) (enfática) (pausa), com esse paradigma tão retrógrado, e tão ultrapassado (ênfase).

ENTREVISTADOR: 02 - O artigo segundo, orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos, podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio cuidar e educar, na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Bom, se realmente for, se aprovado essa proposta (pausa), eu acho que que limita bastante (ênfase). Não apenas o profissional, que eu vejo mais o lado da criança, não o profissional. E que muitos, com certeza, (enfático) muitos são e seriam contrários acaso (ênfase). Eu mesmo conheci, eu creio que aqui... (pausa) Eu não sei a proporção que pode ter tomado essa proposta da deputada (pausa), pelo menos fora de São Paulo eu realmente não conhecia (ênfase). Eu não sei como tá a repercussão, mas eu acho que se colocada em debate, os profissionais, as pessoas da educação, com certeza, seriam majoritariamente contra né (?) (enfático). Porque eu vejo como algo absurdo, absurdo! (enfático).

ENTREVISTADOR: 03 - No artigo terceiro, a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acho que essa divisão de trabalho baseada em sexo, (pausa) como eu disse é muito para passar também. (pausa) Então pensando aqui, eu não consigo pensar em uma função que não pode ser desempenhado por um homem ou para mulher por questão de sexo. (pausa) Eu diria que é constrangedor ter uma proposta dessa hoje em dia, em 2020 né (?) (enfática). Apesar de, como eu disse, esses retrocessos estão vindo desde as últimas eleições, bem complicados (pausa). Mostrou uma sociedade que eu percebi que estava avançando e mudando (enfático), mas infelizmente parece que foi algo passageiro (pausa), era algo que estava escondido (pausa), que conseguiu surgir das profundezas da nossa sociedade infelizmente (ênfase).

ENTREVISTADOR: 04 - No artigo quarto, a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças, seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Como como a própria justificativa da proposta diz (pausa), que não são apenas da maioria a serem conhecidos abusadores, que seria homens (?) (pausa). De vir à tona, de ter conhecimento público. Mas eu acho que (?) (pausa), que não proporcionará mais segurança nenhuma as crianças (pausa) nessa questão (enfático). Eu acho que as crianças estavam mais protegidas (enfático) sendo cuidado por homens e mulheres, então tendo essa divisão (ênfase). Acho que o efeito é contrário que se pretende né. (?) (enfática).

ENTREVISTADOR: 05 - O artigo quinto, abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público alvo da educação especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Pelo fato das famílias brasileiras, (pausa) pelo menos em sua maioria (?) (pausa), eu não sei se... (eee) (?), se chefiadas por mulheres, (pausa) e esse paradigma que vem da nossa história enquanto sociedade (?) (pausa). Nós temos a América Latina né (?) (enfática) (pausa), que é um continente muito machista (ênfase), muito... muito... (repetição) (pausa), muito excludente (ênfase). Nós não temos uma (pausa), ainda não conseguimos universalizar uma educação de qualidade (ênfase) (pausa), então acaba que as pessoas acabam tendo... (sem conclusão) (pausa). Eu creio que se perguntarem, se sair e fazer uma pesquisa (pausa), com

certeza, (ênfase) as pessoas no senso comum (pausa) vão dizer que gostariam que seus filhos fossem cuidados por mulheres (enfático). Mas, (pausa) mesmo na questão da higienização, de banho, (pausa) eu acho que esse é um papel que também pode (enfático) e deve ser desempenhado por um homem (enfático), sem problema nenhum! (enfático) Mesmo aqui nesse CMEI que eu trabalho, (pausa) a divisão na questão do banho, (pausa) as professoras mulheres vão com as meninas, e os professores homens vão no banho com os meninos (pausa). Mesmo isso eu acho que realmente não precisaria existir (ênfase). Mas eu entendo que exista, justamente por causa (pausa) do senso comum das famílias (enfático). Mesmo no ano passado, (pausa) eu, (pausa) havia uma mãe de uma criança lá do meu agrupamento, (pausa) que era visível o desconforto dela (enfático), na questão de ter um homem em sala de aula (enfático) (pausa). E algumas vezes em que a professora estava ausente que era colocado um outro homem para me auxiliar, (pausa) dois homens na sala de aula, (pausa) ela ia perguntar porque tá acontecendo, porque que a filha dela ia ficar só com dois homens (pausa). Isso é notório (enfático), que existe essa preocupação infundada, (pausa) mas que as pessoas infelizmente não compreende (ênfase) (pausa), a real importância de ter um homem na Educação Infantil (enfático).

ENTREVISTADOR: 06 - Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Eu acho que (pausa) dados estatísticos seria só... (pausa) Não, eu não tenho dados estatísticos né (?) (enfática). Também baseado no mesmo senso comum que as famílias têm para fazer julgamento (pausa), o mesmo senso comum é que eu tenho de ver (pausa), quando eu vejo reportagem sobre o abuso infantil normalmente são homens. Mas também (pausa), na própria proposta diz que é real, o maior problema, o maior foco desse abuso, é no próprio seio da família (enfático) então acaba sendo totalmente infundado (enfático).

ENTREVISTADOR: 07 - A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma ainda, que com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Acho que a real, a real intenção da deputada Janaína com essa proposta é (pausa) puramente eleitoreiro né (?) (enfática). Não há nenhuma preocupação real com as famílias (enfático), nenhuma preocupação real com as crianças (enfático). Ela só tá pegando esse sentimento latente na nossa comunidade, que infelizmente é retrógrada, (pausa) e usando para alcançar um objetivo eleitoral apenas (enfático).

ENTREVISTADOR: 09 - No que se trata, na questão do banho, do repouso e a troca de fraldas, há restrições para você por ser homem?

ENTREVISTADO: Na questão do banho sim (ênfase), eu só dou banho nos meninos. Quando as crianças pedem para fazer xixi ou cocô, (pausa) quando é homem eu acompanho, quando é uma menina é a professora que acompanha. (pausa) Então sim, há essa restrição sim (ênfase).

ENTREVISTADOR: 10 - Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos delas?

ENTREVISTADO: Diretamente para mim não, mas (pausa) para a coordenação e para a direção sim, já foi exposto esse desconforto (ênfase).

ENTREVISTADOR: 12 - E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: Eu acho que (pausa) neste CMEI (pausa) tanto a coordenadora quanto a diretora, elas fazem um excelente trabalho de aproximação. de apresentação, de explicação. (enfático) Quando há uma família, uma mãe ou pai, vai com esses questionamentos (pausa) da questão do homem (pausa) com seus filhos, é feito esse trabalho de ensinar, da explicação realmente da importância que esse (pausa) medo (pausa) é infundado. (ênfase) Pelo menos da direção e da coordenação, eu vejo o trabalho positivo (enfático).

ENTREVISTADOR: 13 - Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores?

ENTREVISTADO: Eu acho que sim, com certeza! (enfático) Porque, (pausa) o que deve ser tratado é o (pausa) crime feito né (?) (enfática). Se ao caso de um abusador na escola, ou qualquer lugar, não só no ambiente escolar, (pausa) na família, e deve ser tratado como tal, como alguém que cometeu um crime! (enfático) Agora, colocar no mesmo balaio, no mesmo grupo, (pausa) todos os profissionais masculinos, (pausa) é sim discriminatório, com certeza! (enfático).

ENTREVISTADOR: 14 - A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: Não! (ênfase) Não, não, não... (pausa) Não é da mesma forma o homem e a mulher. (ênfase) Eu acho que pelo menos aqui na rede municipal ser algo mais recente né (?) (enfática), (pausa) a quantidade de homens que estão tendo, (pausa) pelo menos no CMEI né (?) (enfática), você vê que tem bastante profissionais do sexo masculino (ênfase) (pausa), acho que está enraizado na mente de todo mundo (enfático) a educação como algo feminino né(?) (enfática). E essa quebra recente... (?) (pausa) Pelo menos eu tive né (?) (enfática), professores homens, mas todos no ensino médio e já ali na segunda fase ensino fundamental, (pausa) e essa inserção de profissionais homens no ensino infantil e nessa primeira fase do ensino fundamental (pausa) gera né (?) (enfática), um pouco de receio. (ênfase) Eu creio que (pausa) apesar de ser um pequeno passo de formiguinha, (pausa) pelo menos nessa comunidade local aqui, (pausa) é algo que veio para ficar então... (pausa prolongada) Esse debate da deputada, (pausa) ainda que agora conhecendo (pausa) eu tenha receio, (pausa) dado que nós estamos vivendo ultimamente (pausa) que consiga uma aprovação... (pausa) Eu realmente tem receio que aconteça (enfático). Mas eu acho que... (pausa) que ainda há uma luz no fim do túnel né (?) (enfática) (pausa), que nós temos que evoluir enquanto pessoas, enquanto sociedade, não dá mais para viver nesses paradigmas do século passado (enfático).

ENTREVISTADOR: 15 - Na justificativa da proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também, os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Eu acho que ela reforça um tipo de sociedade que eu não gostaria de viver né (?) (enfática) (pausa). Que está só reforçando que (pausa) o papel do cuidado com a criança, com os filhos, é um papel exclusivamente feminino, (enfático) o que (pausa) é óbvio que não é realidade (enfático).

ENTREVISTADOR: 17 - O que você tem a dizer sobre esse excerto: A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “Como um agente vai dar banho em uma menininha sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “Como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”

ENTREVISTADO: Eu (pausa) particularmente não tenho experiência no banho de crianças pequenas que necessitam realmente desse toque no corpo da criança. Mas (pausa) pensando para o lado, por exemplo, de um pai (pausa) que dá banho na sua filha (pausa), então com certeza haverá esse toque todo o corpo da criança, (pausa) e (pausa) apesar de (pausa) ainda conseguir compreender o temor da família, (pausa) nessa questão, eu acho que tem ainda um longo caminho a ser percorrido até que as famílias, as mães e os pais, (pausa) vejam esse toque, esse cuidado, como algo natural do... (ooo) (pausa) entre o profissional de educação e a criança que está aos cuidados dele. (enfático) Eu particularmente se fosse pai, que eu não sou, eu se tivesse uma filha, eu teria total tranquilidade em colocá-la em uma instituição escolar que tivesse um (pausa) homem educador, (ênfase) um homem que tivesse contato com a minha filha, durante o banho, durante o cuidado. (enfático) Eu vejo isso com total naturalidade (enfático).

ENTREVISTADOR: 18 - Destaque alguns avanços e desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Quando eu entrei há dois anos e meio (pausa) foi a minha primeira experiência com a Educação Infantil, antes eu trabalhava no ensino médio e na segunda fase do ensino fundamental, (pausa) eu cheguei (pausa) receoso, mas também (pausa) cheguei sem praticamente quase nenhum conhecimento da realidade na Educação Infantil com crianças tão pequenas (pausa). E (pausa) eu não vi dificuldades. (enfático) Eu particularmente não vi dificuldade de se lidar com as crianças, no contato com as crianças. (ênfase) (pausa) Houve sim, (pausa) esse esses problemas com a questão dos pais. Alguns pais. (ênfase) Aliás a minoria, a grande minoria que eu vejo, que eu percebo aqui, (pausa) é que a grande parte dos pais e das mães eles, se não vem com naturalidade, (pausa) e eles também não coloca nenhuma questão contrária ao papel do homem (ênfase). Eu não vi, (pausa) eu particularmente não vi nenhum, (enfático) não tive nenhuma dificuldade com relação a isso. Apesar desses pequenos contratemplos né (?) (enfática), que algumas mães... (?) Que também não foram contratemplos. (enfático) Foram contratemplos mais de questionar, de perguntar, de ficar preocupada um pouquinho, um pouco em excesso. (pausa) Apesar disso eu não vi nenhum obstáculo (ênfase) (pausa). E se nas outras instituições do Brasil afora, ou mesmo aqui em Goiânia e afora, se nós tivermos o mesmo ambiente que existe nesse nessa instituição aqui em particular (enfático) (pausa), eu creio que é possível que em um futuro próximo, (pausa) essa questão do homem na educação seja visto com muita naturalidade (ênfase).

ENTREVISTADOR: 19 - Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços?

ENTREVISTADO: Não! (enfático) Não, não... (pausa) Completamente ineficaz né (?) (enfática), (pausa) para essa questão aí do abuso no seio familiar, (pausa) é preciso para

transformações profundas né (?) (enfática). E como nós vemos, (pausa) nos vemos como sociedade, (pausa) e que inclusive passa por esse papel de aceitação do homem na Educação Infantil, (pausa) porque essa geração que nós estamos, (pausa) é difícil né (?) (enfática), (pausa) superar esse ranço de como nós fomos criados. (ênfase) E se nós continuarmos a fazer, (pausa) a inserir essas crianças nesse mesmo ambiente que segrega funções de homens e mulheres, (pausa) infelizmente, (pausa) nem no futuro próximo nós vamos conseguir superar isso (ênfase).

ENTREVISTADOR: 20 - Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Eu creio que sim. (enfático) (pausa) Discriminatório com os homens né (?) (enfática), (pausa) de impedir o contato da criança com essa figura masculina. E também (pausa), no projeto prevê aquelas funções que serão assumidas exclusivamente por homens, (pausa) que mulheres também são totalmente capazes de fazer. (enfático) O trabalho da mulher não deve se limitar apenas a limpar a criança, dar banho na criança não. (enfático) Todas as funções do que do ambiente escolar pode ser feita tanto por homens quanto por mulheres (enfático).

ENTREVISTADOR: 21 - A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: Hum... (pausa) Isso é profundo hein. (pausa) A quem eu recorreria? (pausa) Eu vou dar uma resposta, não sei se é muito boa... (dúvida?) Eu gosto muito de ler, (pausa) então eu frequentemente eu recorro livros, quando eu tenho alguns questionamentos, algumas dúvidas, eu sempre estou lendo. (ênfase) (pausa) Então não tem uma figura assim a quem eu recorro, mas sempre estou recorrendo a livros e a leitura (enfático).

ENTREVISTADOR: 22 - Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Que é para continuarem firmes. (enfático) Nós estamos no nosso local de trabalho, assim como as mulheres estão no local de trabalho delas. Nós estudamos bastante, nós temos conhecimento, (pausa) tanto homens quanto mulheres (enfático). E vamos seguir firme nessa... (pausa) Eu sempre me identifiquei muito com educação. (ênfase) A minha avó é professora, a minha mãe trabalha na escola apesar de não ser professora. (pausa) Então, sempre tive vontade de atuar nesse ambiente escolar. (ênfase) Então não vai ser uma deputada, ou esse movimento retrógrado que nós passamos que vai nos impedir de assumir essas funções (enfático).

ENTREVISTADOR: 23 - Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

ENTREVISTADO: Para as famílias... (pausa) Eu acho que eu diria para ficarem tranquilas, (pausa) mas, (pausa) que não seja uma tranquilidade cega, que elas participem também né (?) (enfática), dessa vivência escolar, que elas visitem. E todas serão muito bem vindas. (ênfase) Se uma família disser que quer acompanhar um dia aqui, elas serão muito bem vindas. (enfático) E elas verão o real papel do homem na Educação Infantil, que não há nenhum motivo para ter medo (enfático).

ENTREVISTADOR: 24 - Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Que também não tenham medo (enfático) que, de quando (pausa) verem que o homem foi lotado nas suas instituições, (pausa) que o recebam assim como receberiam uma mulher. (ênfase) E que não façam como deputada que propõe, (pausa) que segregue as atribuições dele por esse argumento infundado. (ênfase) Que o receba de braços abertos, (pausa) e veja o impacto dessa figura masculina nas crianças (enfático).

ENTREVISTADOR: 25 - Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a si próprio, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Eu diria para (pausa) continuar (pausa) buscando aprender cada dia mais. (pausa prolongada) Eu acho que tudo que a gente aprende, pelo menos eu acho que ainda é insuficiente né (?) (enfática), sempre há mais. Sempre há um pouquinho mais que eu posso aprender, que eu posso compreender, e observar as vivências do dia a dia em todos os aspectos das minhas funções e (pausa) procurar me aperfeiçoar sempre (enfático).

PROFESSORES: ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Bom dia/ Boa tarde! Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu penso que (pausa), partiu de algum pressuposto (ênfase), alguém deve ter demonstrado algum tipo de desconforto com essa situação (pausa). Então, não deve ter sido só um ou outro que... (pausa), deve ter sido a partir de alguma reivindicação né (?) (enfático). É (pausa), eu penso que não deve ter sido algo pessoal, que partiu do pessoal dela (pausa), mas sim de determinado grupo (ênfase).

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu penso que ela fragmenta o nosso trabalho (enfático), uma vez que ela (ela) (pausa), faz essa divisão de tarefas né (?) (enfático). Então (pausa), eu não tô integralmente com as crianças (ênfase) (pausa), quando tem essa separação do que eu devo fazer ou não devo, aí já vai além do (do, do) que o proposto até em edital né (?) (enfático). Cabe ao profissional o cuidado com a criança (ênfase), então cuidado é fragmentado (enfático).

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acho que o termo “reaproveitado” (pausa), dá uma sensação de que a gente passa ser um (pausa) objeto né (?) (enfático). Que (que), é como se a gente tivesse uma função determinada e que não cabe mais (pausa) um determinado momento (enfático). Então, reaproveitar em outro evento, seria desmerecer o profissional (enfático).

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não necessariamente (ênfase) (pausa), uma vez que (que) dados revelam que o abuso não parte de um sexo ou de outro (ênfase), então (pausa) não significa que longe do (do, do) profissional do sexo masculino ela vai tá (pausa), propriamente dita né, como segura né (?) (enfático), de acordo com os termos da lei (pausa). Uma vez que se trata de gerações humanas, são seres humanos né (?) (enfático). Então (pausa), se a questão...já que diz que não é com o sexo e sim com os seres humanos (pausa), ela tá sendo cuidada como outro ser humano também, que é do sexo feminino (ênfase) (pausa).

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Talvez (pausa), assim, a gente vê muito falar sobre abusos com crianças nessas condições (pausa), é a questão da vulnerabilidade delas né (?) (enfático). É (eee), eu penso que talvez isso deve ter motivado né (?) (enfático), essa ideia de destacar elas (ênfase) (pausa). A vulnerabilidade dela, da própria criança nessa condição (ênfase).

ENTREVISTADOR: Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Não, não tenho conhecimento ainda (enfático).

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Bom, no que diz respeito ao âmbito escolar, pode ser que seja atendido sim (ênfase). Mas e se fosse fora do âmbito, como é que fica né (?) (enfático). Será que tem que ser criado uma lei pra caso o homem não cuidar da filha (pausa), ou o primo não aproximar da prima (pausa). Como é que fica fora né (?) (enfático). Aí já é pra outra vertente (ênfase).

ENTREVISTADOR: No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

ENTREVISTADO: Há restrição sim (enfático), mesmo devido é (eee) (pausa) essa preocupação das famílias, naquela intenção de estar atendendo essa (esse)... (pausa) Volta a se tratar, a ser uma questão das famílias né (?) (enfático) se incomodarem (pausa). E (pausa), isso

foi pré acordado né (?) (enfático), então já ficou estrito essa questão né (?) (enfático). E eu concordei com isso também (enfático).

ENTREVISTADOR: Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

ENTREVISTADO: Pra mim não chegou pessoalmente a falar em reuniões ou outros momentos (pausa), mas às vezes a gente tem conhecimento sim (ênfase) de famílias que se preocupam com essa questão do professor homem na sala (enfático). É justamente essa questão mesmo (pausa), da criança com um homem né (?) (enfático), um professor do sexo masculino (ênfase). Isso já causou desconforto, tem causado desconforto sim em algumas famílias (enfático).

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: Geralmente é (pausa), o trabalho do professor aqui na instituição ele é ressaltado né (?) (enfático), como é de fato (ênfase). E a gente (pausa), é uma conversa muito aberta, muito clara né (?) (enfático). E a gente procura até a entender as partes também (ênfase), por exemplo, quando a mãe demonstra essa preocupação excessiva (ênfase). É (pausa), eu acho que faz parte da gente conhecer, da gente entender um pouco como é essa mãe (ênfase). Uma vez que tem (pausa), a gente tem muitos casos de violência sofrida no âmbito familiar (pausa), certamente a mãe já traz preocupação (enfático). E como (pausa) a gente trabalha assim na questão de tá atendendo a criança e a família (pausa), ficou acordado mesmo da gente ter esse cuidado mesmo (pausa), nesses momentos (pausa) de mais intimidade com as crianças.

ENTREVISTADOR: Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

ENTREVISTADO: Ele não, esse projeto de lei não deixa de remeter uma ideia negativa em nosso favor (ênfase) (pausa), porque é (pausa), quando se protege algo ou alguém (pausa) nasce a ideia de que (pausa), essa proteção é de algo que oferece risco (enfático). E o nosso papel não é esse de oferecer esse risco para as crianças (enfático). É sempre estar cuidando e educando, e (pausa) fazer o nosso papel como profissional né (?) (enfático). Que uma vez consciente do seu trabalho da sua função né (?) (enfático), não seria interessante a gente tá aqui por outro motivo a não ser esse (enfático).

ENTREVISTADOR: A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: Então, essa questão ela tem um sentido assim (pausa), um pouco complexo pra responder porque, (pausa) eu penso que eu sou visto como um profissional mesmo né (?) (enfático) de respeito pelo grupo. Mas ao mesmo tempo eu não deixo de ser homem né (?) (enfático). Entre homem e mulher tem realmente diferença né (?) (enfático), na postura, na condução pedagógica. E (pausa) são vários olhares. Algumas pessoas (pausa) percebem essa minha sensibilidade com as crianças com cuidado, (pausa) outros me observam como um professor mais firme né (?) (enfático), mais incisivo também né (ênfase) (pausa). E (pausa) alguns me veem como representação da figura paterna né (?) (enfático), da figura masculina (pausa), que (que) ao mesmo tempo é um referencial para as crianças (ênfase). Por ser assim, ser um ambiente feminino né (?) (enfático), dominado por um grupo maior de

mulheres (ênfase). A presença do homem ela já (ela já) demonstra, um... (pausa) é... (pausa), a presença do homem ela diferencia o ambiente de fato (enfático), isso é inegável (enfático). Mas (pausa) eu percebo esse olhar, vários olhares por várias pessoas (ênfase) mas isso não deixa de (pausa), isso não interfere no profissional né (?) (enfático). Eu sou um profissional como sou né (?) (enfático), tenho orientações no meu trabalho, e exerço minha função baseado nisso (ênfase). Eu sou um professor e sou homem né (?) (enfático), isso não tem como ficar negado, não tem como reverter isso (ênfase).

ENTREVISTADOR: Na justificativa a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Eu sinceramente eu penso assim, que (pausa), é (pausa), resguardar de que né (?) (enfático), como? Porque se prevê em lei, em estatutos, e (pausa) uma vez que o profissional é consciente do seu trabalho e exerce de maneira ética né (?) (enfático), profissional, é (eee) não há necessidade de resguardo porque por si só você já está resguardado né (?) (enfático). E uma vez consciente do seu trabalho, e cumprindo seus deveres, os seus direitos automaticamente podem ser né (?) (enfático), requisitados nos eventuais números (enfático). Eu acho que o (pausa) cumprimento do nosso dever, como garantia da exigência do meu direito, já me resguarda (ênfase) (pausa). Eu acho que (pausa), eu sinceramente acho descabida essa lei (enfático) (pausa), é onde fica a questão de onde partiu, de onde surgiu entendeu. Ela passa a ser, um pouco assim, questionável ao meu gosto (enfático).

ENTREVISTADOR: O que você tem a dizer sobre esse excerto?

ENTREVISTADOR: A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menina sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”

ENTREVISTADO: Então, em questão a esse banho, é (eee) o banho na Educação Infantil né (?) (enfático), ele é um banho de instrução pedagógica (ênfase), não existe toque, eu não toco a criança. Então (pausa) eu penso que é um pouco despropositado né (?) (enfático), essa questão (pausa) pra mim já se torna um pouco incoerente né (?) (enfático), porque ela já (pausa) vai por um lado onde que (pausa), é não tem cabimento, é algo que não vai se dar entendeu? (enfático).

ENTREVISTADOR: Destaque alguns avanços/desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Então, é (pausa) desafio foi chegar no ambiente dito como ambiente feminino né (?) (enfático), com a maioria mulheres. E (eee) ser profissional homem nesse ambiente e ter que se impor ao mesmo tempo né (?) (enfático), porque (pausa) você chega num lugar onde (pausa) você é tido como minoria (volta, repete).

ENTREVISTADOR: Destaque alguns avanços/desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Então, quando eu ingressei na rede de educação (pausa), no início esse preconceito de alguns pais (pausa), essa falta de informação, a falta do (do) profissional homem na Educação Infantil, ele é algo novo né (?) (enfático), isso causou algum desconforto em alguns pais né (?) (enfático). Mas felizmente eu nunca sofri nenhum ataque, nenhum assim... (pausa) nada que fosse diretamente pra mim (ênfase). E (pausa) eu confesso que no início foi um pouco complicado lidar com isso né (?) (enfático). Mas por outro lado eu tentei sempre tá mostrando o meu trabalho (ênfase), e foi onde eu avancei, foi destaque no avanço, de superar isso, primeiramente comigo né (?) (enfático), para me tornar resolvido nessa questão (pausa), para poder tá demonstrando um trabalho mais seguro (enfático), tanto para as famílias quanto para o grupo. E em um tom mesmo de modo profissional e mostrar qual que é realmente a minha intenção naquele lugar (enfático), que é desenvolver o meu papel profissional mesmo (pausa), da área da pedagogia mesmo (ênfase). De estar com as crianças para com elas né (?) (enfático), e também estabelecer relação com as famílias que, eu tive muito êxito nessa questão (ênfase), que (pausa) com o tempo as famílias vão tendo garantia de segurança com meu trabalho, com a minha pessoa né (?) (enfático), me veem depois como profissional né (?) (enfático). E enxergam minha posição no meu lugar (enfático).

ENTREVISTADOR: Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

ENTREVISTADO: Não, ele não vai atingir essa demanda assim (ênfase) dessa forma, porque ele (pausa), a visão desse dessa lei não é uma visão holística né (?) (enfático), ela é fragmentada (ênfase). Ela tá preocupando com um campo, com uma demanda, com uma camada (enfático). Ela não tá abrangendo a criança no seu total, ela tá se referindo a um espaço, que é (eee) (pausa) é um espaço... (pausa) Ela se resume a um espaço, a um momento, um evento (ênfase), e fora dali, e agora, entendeu? Se índices está lá na casa né (?) (enfático), no âmbito familiar (pausa) presumo que a criança está protegida, então por que os índices se alarmam nos lares? (enfático).

ENTREVISTADOR: Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Ele é sim discriminatório (enfático) porque ele segrega. Ele diz quem, e o que deve fazer, deve ser feito, em quais momentos um ou outro faz (ênfase). Então quando se refere, um faz isso e o outro faz aquilo, ele caracteriza o gênero né (?) (enfático). E ele faz uma segregação, uma (pausa) divisão de tarefas. E (pausa) evidencia um gênero nessa questão, qual gênero faz isso, qual deixa de fazer aquilo (enfático).

ENTREVISTADOR: A quem você recorrerá para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: Primeiramente eu recorrerá ao grupo gestor né (?) (enfático). A gente como um grupo, a gente precisa pensar como tal, e agir como tal (ênfase). E (eee) (pausa) também é preciso avaliar o seguinte, com qual tipo de grupo gestor eu estou (estou) ligando né (?) (enfático), qual que é a concepção desse grupo (ênfase). Porque uma vez, que se eu perceber que a minha concepção não vai de encontro com a desse grupo, eu até prefiro não participar dele (enfático). Eu preciso estar seguro no meu trabalho (pausa), e com as pessoas que estão comigo nesse trabalho né (?) (enfático). Por isso que recorrer seria ao grupo gestor primeiramente (ênfase).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Bom, primeiramente eu pediria, eu mandaria um recado para os colegas assim, de cunho profissional e pessoal, na questão de manter - se a postura ética profissional (ênfase) (pausa). E está sempre atento aos cuidados que os são incumbidos né (?) (enfático). E que (pausa), que todos se posicionassem de forma é (eee), de forma ética mesmo (ênfase), e profissional a fim de fazer seu papel (pausa), de que você está ali para um cuidado né (?) (enfático), para uma proteção de uma criança (enfático) (pausa). E que (pausa), uma vez que você não realiza isso, e deixa margens né (?) (enfático), para ser responsabilizado penalmente né (?) (enfático), isso acaba trazendo valores negativos né (?) (enfático), não só para o grupo que você tá inserido, mas para (pausa) os profissionais do sexo masculino mesmo (ênfase). Porque a gente já sofre essa pressão né (?) (enfático), já traz essa marca né (?) (enfático), de passados oriundos e (pausa), uma vez que você não se atém a isso, você vai abrir mais margens ainda né (?) (enfático), para tá se auto prejudicando e levando né (?) (enfático), uma classe com você (enfático). Então o que eu oriento né (?) (enfático), como recado assim, é que tenhamos cuidado mesmo com os nossos deveres, com as nossas funções, e saibamos se posicionar né (?) (enfático), diante o que nos é propriamente dito da nossa função mesmo (ênfase).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

ENTREVISTADO: As famílias, eu particularmente diria assim, que (pausa) que elas confiassem né (?) (enfático), no (no, no) nosso trabalho, que elas (pausa) descem crédito mesmo primeiramente (ênfase). Tem que avaliar assim antes de tomar uma... antes de formar um conceito, que uma avaliação legítima de fatos né (?) (enfático), de condições do trabalho do homem na Educação Infantil (ênfase). Porque isso ia facilitar também pra gente, enquanto assim, do nosso auto reconhecimento enquanto profissional né (?) (enfático), porque fica muito, é muito triste você chegar no ambiente onde você não é reconhecido. Você já vem tachado, devido a atitude de outras pessoas né (?) (enfático), que a gente marcou a vida dessa família né (?) (enfático). Isso acaba criando um bloqueio nas famílias né (?) (enfático), automaticamente. Então (pausa), que primeiramente elas conhecessem o trabalho, e que desce um tempo para que isso acontecesse (enfático).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Eu pediria que os gestores apoiassem né (?) (enfático), tivessem um olhar assim (pausa), voltado para essas questões no sentido de dar um apoio mesmo para os profissionais do sexo masculino (ênfase), e que pudesse fazer disso algo natural né (?) (enfático). Se for ter mudanças em questões em relação a isso, que fosse mudanças naturais sem constrangimentos né (?) (enfático), que isso não viesse trazer prejuízo ao grupo né (?) (enfático), e pessoalmente pro nosso pessoal né (?) (enfático), para que isso não afetasse a nossa autoestima, e não interferisse no nosso trabalho (ênfase).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a sí próprio, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Então (pausa), eu sempre digo isso a mim mesmo, é (eee) (pausa) garanta o exercício da sua função, é (eee) (pausa) faça o seu trabalho de maneira ética e profissional

(enfático). Se posicione né (?) (enfático), é defenda o seu espaço, mostra o seu trabalho, não como competidor, mas como uma pessoa que agrega ao grupo né (?) (enfático). Não deixa que distinção mascarada né (?) (enfático), que te dissipe do grupo, que te faça ter um olhar negativo né (?) (enfático), para os seus colegas principalmente (enfático). E seja mais um que some, que venha pra somar, e é isso (ênfase). Se posicione e defenda o seu espaço com trabalho, voltado mesmo (pausa) para o que é da sua função, profissionalmente (ênfase). E faça isso de maneira leve né (?) (enfático), saldável, e tranquila. E é isso (pausa), seja feliz profissionalmente hoje né (?) (enfático). E se você sentir necessidade que é preciso mudar, que mude né (?) (enfático). Eu sempre reflito assim (pausa), se algum dia eu entender que eu não quero mais espaço, que eu não me identifico mais, com crianças ou com a educação, eu vou me ausentar desse lugar (enfático). Eu não quero estar aqui pra impedir que outro profissional venha fazer o meu papel né (?) (enfático), de maneira melhor né (?) (enfático). E é isso (pausa), eu preciso sentir que eu estou contribuindo, e não desagregando no grupo.

PROFESSORES: ENTREVISTA 3

ENTREVISTADOR: Bom dia/ Boa tarde! Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu não tenho nenhuma outra palavra que não preconceito e discriminação (enfático). Porque se for colocar em termo de familiar, o homem, marido, namorado, e pai ele não ajuda? Eu não te dar nem o termo ajudar, porque ajudar é quando você faz algo de favor (enfático). Ele também não (não) pratica quando fica em casa? No momentâneo ele não dá o auxílio, não tá presente no banho, na troca de roupa? (ênfase) Ou denomina-se somente para a mulher o cargo? No caso quando a mulher vira mãe, é para ela somente fazer isso? (ênfase) (pausa) E para o homem fica somente prover alimentos e dinheiros e contas em casa? (ênfase) (pausa) Eu não tenho outra palavra que não colocar isso (pausa), que é preconceito (enfático). Primeiro pode ser isso, talvez (pausa), por uma mulher que propôs essa lei e não trouxe essa distinção prévia com outros homens, e outros personagens, ou seja, professores, médicos, enfermeiros (pausa). E saber até mais das famílias mesmo, eles também tem o que se dizer (enfático).

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Quando (pausa), quando é Educação Infantil, eu vou pegar (pausa) aquele período de seis meses a cinco anos de idade, que tem então o cuidar, o cuidar do próprio corpo e de si mesmo faz (faz) parte disso (ênfase). Então se pensar que cuidar do próprio corpo é saber então (pausa), como lavar as próprias mãos, cuidar de si mesmo, da sua higiene íntima ou

pessoal, e cuidar da troca de roupa (enfático). Penso então que o homem deve fazer parte (ênfase) (pausa), e que isso (pausa), ao contrário que muitos pensam, faz ampliar o conceito de (...) (pausa) de autonomia (ênfase). Porque é perceber de que, eu enquanto criança não sei fazer isso como a mulher que vai cuidar de mim, dando a entender de que, “Opa, então a mulher que deve fazer isso, homem não” (enfático). Uma vez que, percebe que tem homens também que trabalham é (eee), com essa, agindo nessa (nessa) fase, desse período, a criança pode entender de que “Opa, então não é algo que não é só meu ou do outro (pausa), homens também cuidam de si, homens também sabem se cuidar, sabem se limpar”. E (eee) então assim, atrapalha e muito (enfático), porque quando eu vejo em faculdade, e acredito que em outros cursos mesmo, que tem diferença sexual, eu acredito que tenha lá (lá, lá, lá) nos documentos falando, “Opa, tal atividade é de homem, tal atividade é de mulher”. Então (pausa), é um absurdo isso (enfático), colocar com essas palavras.

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Com certeza (enfático). O papel do, o professor na educação (pausa), ele deve estar atuando em todos os âmbitos e todas as áreas (ênfase). Seja no como a pegar um talher, até mesmo de como brincar. Porque (pausa), acredito que (pausa), há quem pense que a criança já nasce brincando, e não é (enfático), se aprende a brincar. E o brincar também, é algo que deve ser aprendido, deve ser ensinado (ênfase). Uma vez que deve se ensinar o pessoal, higiene, até acompanhar para ir no banheiro, falta (...) (pausa) teve essa divergência de pessoal, fica assim, atrapalha e muito (ênfase). O profissional vai se sentir acuado, vai se sentir com um não pertencimento (aquela) local em que ele está. Com o passar do tempo, eu acredito que (pausa), provocaria um desânimo, (um) uma sensação de que não quer mais (ênfase). A pessoa não vai se sentir bem naquele local (ênfase).

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: De forma alguma (enfático), porque caso de violência mesmo, mesmo que (pausa), essa grande parte por conta de principalmente de denúncia ocorra de homens, seja presentes em violência doméstica, ou seja, de violência sexual, abuso sexual, mulheres também cometem esse tipo de crime (enfático). O que acontece é que não tem tanta fala disso (ênfase), seja da mídia, ou seja em outros meios de trabalho, porque (pausa) a subentende-se que a mulher não abusa, que a mulher (pausa) não (não) faz esse tipo de ação (ênfase). Então, fica por meio que (pausa), como é algo que ninguém conhece, que não é falado, é como se não existisse (ênfase), e não é de fato isso o que acontece (ênfase). Há casos de homens e há casos de mulheres que podem abusar de uma criança (enfático). Tanto que há casos de homens e de mulheres que abusam de idosos (pausa), ou de (de) pessoas com deficiência (ênfase). O fato de se retirar (um) uma sexualidade, perdão, de tirar um sexo desse tratamento, desse meio, não vai implicar redução ou diminuição de casos (ênfase).

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acredito que (pausa), o pelo qual é colocado é de que (pausa) geralmente a criança ou a (aaa) pessoa com deficiência ela não tem discernimento, ela não tem oportunidade de falar de fato que está acontecendo (ênfase), seja consigo mesmo ou com os outros. Ou mesmo de se perceber enquanto agente de um possível abuso ou violência, até mesmo um filho, de bater, de machucar (enfático). Então como não percebe, e não vê outra (...), acontecendo com outras pessoas, com outros colegas, então acredito que fica mais fácil colocar essa (...), qualquer tipo de preconceito quanto a somente uma das classes né (?) (enfático), no caso um homem (enfático). Falta ali né (?) (enfático), o discernimento de saber se o que está acontecendo consigo mesmo. Será que isso é normal, será que não é (ênfase).

ENTREVISTADOR: Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Não, nenhuma (ênfase). Que eu vi quando estava (estava) estudando, e quando estudei na parte que abarca a Educação Infantil, umas das falas muito grandes foi sobre educação sexual (ênfase). E dos meus próprios colegas (pausa), nós tivemos muitas falas de colegas minhas mulheres falando isso de que (pausa), “Há eu não confio, eu acredito que não existe”. Mas sempre a nossa orientação foi de que, não existe nada que impeça o trabalho do homem na Educação Infantil (enfático), mesmo que com esses cuidados (ênfase).

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Sim e não. Porque o que eu gostaria de pensar a respeito é, (pausa) filhos não se fazem sozinhos, então esse homem, esse marido, esse namorado, esse irmão, tio, deve ter algum homem na família, ele não faz esse tipo de serviço também? (enfático) Então a preocupação dessas famílias, é para consigo mesmo e seus conjugues e seus companheiros, ou da sociedade em geral? (enfático) Porque se for da sociedade, (pausa) antes de entrar na sala de aula propriamente dita, há todo um preparo intelectual (ênfase). (pausa) Mesmo quando o profissional ele entra num concurso público, ele passa por psicólogos, ele passa por psiquiatras, tem um trabalho ali, ele tem que garantir perfeitamente, é (eee) (pausa) pronto, preparado para atuar neste canto (ênfase). Então uma vez de que, se as famílias tem essa dúvida, cabe então ao profissional da educação e a própria secretaria da educação dos municípios (ênfase) demonstrarem que (pausa) o trabalho é feito de tal forma, e nesse sentido não tem sentido a diferenciação de o que é homem ou pra mulher (enfático).

ENTREVISTADOR: No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

ENTREVISTADO: Não tem. Mas foi (foi) previamente conversado que para evitar possíveis falas de famílias, então foi combinado entre a equipe de gestão e a mim, de que eu não participasse ativamente na troca de fralda e no banho (enfático). E na troca de roupa trabalho tranquilamente, não tive problema algum (enfático).

ENTREVISTADOR: Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

ENTREVISTADO: Tive, eu tive um caso de uma mãe que não (não) perguntou para mim, perguntou para a minha auxiliar que trabalha comigo dentro de sala de aula, como que era a questão do banho, quem que trocava de roupa, o que fazia, qual era o meu trabalho, qual que era o dela e mostrou isso (ênfase). Mas conversou com a minha auxiliar, ela foi muito legal conversar tranquilamente, e repassou para nossa coordenadora. Já tive um do outro caso recentemente no passado, em que (pausa) uma família, o pai de uma menina trouxe essa criança aqui e matriculou ela, não falou (pausa), não chegou a comentar e falar nada, mas ele demonstrou certa insegurança e dentro de uma semana cancelou a matrícula dela (ênfase).

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: Sempre muito claro (enfático). Todo começo de ano quando chega (chega) novas crianças, ou temos novas matrículas, é feita uma reunião em que é apresentado os profissionais. Nós temos o costume de apresentar histórico e falar o que fazemos, qual o nosso papel. É sempre que, a qualquer dúvida diretiva, chama os pais, explica e mostra com muita clareza o nosso papel e nosso trabalho (enfático).

ENTREVISTADOR: Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

ENTREVISTADO: Coloca (enfático), porque uma vez de que a própria lei já (já, já) (pausa) coloca que, qualquer homem, qualquer profissional homem não pode ter um mínimo de contato com poucos, mesmo no acompanhamento e no contato de quando vai até o banheiro (pausa), porque para evitar possíveis crimes, não crimes, mas possíveis casos de violência. Então não em palavras, mas tá colocando sim para evitar casos de abuso, e (eee) não é isso que acontece (ênfase).

ENTREVISTADOR: A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: Não, é diferente. Porque (pausa) atualmente é comum não encontrar (encontrar) homens em trabalho com a Educação Infantil (ênfase). Porque (pausa) com o passar dos anos, um trabalho que historicamente falando sempre foi dos homens (ênfase), que é o cuidado com as crianças, inclusive o (ooo) etimologicamente falando o próprio termo pedagogo, que vem de pedagogo da Grécia Antiga (ênfase), refere-se então aos homens que (pausa) trabalhavam, que educavam essas crianças (enfático). E conforme faz parte da história, os homens que continuaram esse trabalho. Por volta ali da década de 20 e 30 então, o mercado vai colocar as mulheres como, é para ter esse cuidado com as crianças. Porque acredito que é uma coisa até preconceituosa (enfático), porque de certa forma coloca mulher como mãe, a mulher mãe, a mulher cuida, a mulher que consegue dar carinho. Então de certa forma, eu não preciso então enquanto sociedade, eu não preciso então valoriza-la tanto (ênfase). Coloca como uma desvalorização porque, coloca como ser natural da mulher ter um cuidado com as crianças pequenas, então é o único trabalho que ela vai fazer de bom grado (ênfase), e se repercute até hoje. Mas com o tempo o cargo, as tias, as tias da creche da escola passam a ser das mulheres. E agora com o retorno dos homens, fica então aquela desconfiança (enfático), “Mas pera aí, porque que tem homem, tinha que ser mulher”. Então assim (pausa), o trabalho ele dado de forma diferente com homens e mulheres (enfático).

ENTREVISTADOR: Na justificativa, a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Eu acredito que (pausa) até uma (uma) (pausa), que é contradiz essa fala da proponente (ênfase). Porque se ao mesmo tempo que ela fala que o objetivo é evitar possíveis abusos sexuais, e o motivo para retirar os outros é para protegê-los de (pausa) denúncias contra abuso sexuais, então de certa forma elas estão dizendo de que homens são possíveis causadores (enfático). E não é o que acontece, não é assim. Há casos, como eu já disse, há casos em que mulheres podem acabar sendo vítimas ou abusadoras (enfático), e homens também podem ser ou não (enfático). E colocar, fazer um projeto de lei, é ao mesmo tempo como proponente de leis, e retirarem assim mesmo, para se protegerem, de criar outras leis, não é o mesmo de resguardar trabalho feito pelos homens. (...) (ênfase).

ENTREVISTADOR: O que você tem a dizer sobre esse excerto: A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menina sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”.

ENTREVISTADO: A primeira coisa que deve se colocar é, demonstrar como é feito o trabalho de higienização (ênfase), como que tem que utilizar luvas, que tem todo um (...) (pausa) Como demonstrar como funciona o trabalho, demonstrar também de que em casos de quando suja fralda, de xixi ou de cocô, para crianças (pausa) tem que ser limpo, e nesse caso é feito o trabalho de banho pedagógico (enfático). Não há contato, não há outra intenção que não a de fazer um trabalho educativo de ensinar a cuidar do corpo (enfático). Ao mesmo tempo, em que colocando para a família de que, “Há, mas e se um próprio contato já dá margem para um possível abuso”, essa lei contra o abuso é só para o homem, ou a mulher que também passa a mão também pode ser classificada? (enfático) Se na lei tiver proposta isso, não eu não tenho nada a questionar (ênfase). Se não for, se for somente homens que fazem (pausa), são possíveis abusadores, então terá que rever essas leis. Porque ela tá muito errada, e no Brasil todo (enfático).

ENTREVISTADOR: Destaque alguns avanços e desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Acredito que o primeiro desafio foi assim (pausa), a primeira escola em que eu ingressei, a coordenadora não aceitou de forma alguma a minha presença (ênfase). Com (pausa) dentro de diversas falas, a principal de que (pausa), “Se a criança chorar como você vai lidar? Porque a mulher é mãe, sendo mãe ela vai dar carinho, ela vai dar atenção, ela vai dar cuidado”. Também foi dito de que (pausa), “É difícil que, o que é complicado que haja homens que lidem com crianças pequenas, porque o homem não vai todo esse carinho e cuidado para lidar com essas crianças”. (...) Mas o mesmo tempo em que avançou, eu fui recebido muito bem pela minha equipe de gestão (ênfase). A grande parte das famílias aceita meu trabalho (ênfase), não (não, não) tem nada a reclamar, não tem nada a questionar (ênfase). E mesmo quando tem, não vem demonstrando (...), cada vez mais que colegas meus que passaram em concursos

públicos, outros que já estão como auxiliares, outros estão como professores. Então tem tido um avanço muito grande na presença de homem com a Educação Infantil (enfático).

ENTREVISTADOR: Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

ENTREVISTADO: Não (ênfase), de forma alguma daria (enfático). Porque (...) já é dito que grande parte dos abusos ocorre dentro da família, então não é dentro da instituição escolar de que esses respectivos abusos podem ser encontrados (ênfase). E é justamente no período do banho, no período da higienização que têm ficado. Mas também (pausa) de que retirar os homens também evitará, até mesmo de que a própria instituição vai encontrar essas causas possíveis (ênfase) (pausa). Como, por exemplo, se durante o banho e que um professor educador estiver junto com a criança, e criança demonstrar algum certo receio, o profissional ele já pode perceber de que há alguma coisa errada e junto com a equipe diretiva e a secretaria de educação, e as demais autoridades responsáveis, perceber e até denunciar casos de violência que podem ocorrer, está correndo dentro de casa (enfático). Então é importante que tenha tanto homens quanto mulheres durante todo período, seja de banho seja na troca de roupa, e seja na observação dessas crianças (enfático).

ENTREVISTADOR: Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Sim, com os homens porque estão retirando ele de um trabalho que é próprio (pausa), que o trabalho é a desde isso o trabalho do educador (ênfase). Precisa também tá passando por todos esses casos (pausa), da mulher também (ênfase). Porque estará colocando ela como agente responsável por determinada ação, e não é assim que acontece (enfático), em toda a rede de educação. E deixar diretrizes que falam sobre o trabalho dos educadores, de educadores, de auxiliares de agente de limpeza, e agente de cozinha (enfático). Em casa, o trabalho tem, isso em nenhum (nenhum) momento é colocado como atividade de homem e atividade de mulher. É muito discriminatório (pausa) porque estou separando os trabalhadores de seus postos de trabalho (ênfase).

ENTREVISTADOR: A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: Em primeiro lugar a equipe, a equipe gestora, que é a que está trabalhando a que está junto conosco né (?) (enfático). E em segundo lugar contar com a secretaria da educação, e com a rede, orientações a respeito, é (eee) algo que faz parte do nosso trabalho. São esses nossos responsáveis diretos para nos proteger, ou para nos orientar quando acontece casos assim (ênfase).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Acredito que (pausa), continuem com esse trabalho que é muito importante (pausa), nós também percebemos na fala das crianças, e como elas lidam com a gente. A importância de como agir na Educação Infantil. Diria também de eu (pausa) não se acanhem, não (não, não) se segurem (enfático). É importante, é muito bom sabe, eu ouço até hoje, eu sempre faço encontro com os alunos meus na rua, e eles sempre falam bem me

cumprimentam, me dão abraços (ênfase). E quanto, eu falo assim, uma coisa que eu sempre digo, eu não lembro aonde, quem disse isso antes de que, um motivo pela qual devemos fazer o nosso trabalho com toda vigor é de que, durante todo esse período tivermos com as crianças, esse tempo não vai voltar (ênfase). Então esse um ano que ela estará com a gente, 2 anos, é isso e acabou (ênfase). Para nós é só mais um período, para elas é um terço de sua vida, é metade de sua vida (ênfase). Então continua com o trabalho, porque dificuldades nós teremos então, devemos ser força (enfático).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por quê?

ENTREVISTADO: Acredito que (pausa), não busquem em outras pessoas questões de vocês, procurem a gente, procurem a instituição sabe (ênfase). Todos os profissionais estão abertos a questionamentos, estão abertos a olhar as falas. Somos bem claros no que queremos (...), é só procurar a gente, é só buscar (ênfase), (...) é procurar e tirar suas próprias dúvida (enfático).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Acredito que, com base na sua experiência de que, procure conhecer o outro, procure conhecer a história, o próximo. Em vez de ficar ligado à questões de 15 anos atrás, de 20 anos atrás, passa pra frente (enfático). A existência de homens na Educação Infantil é crescente e vai continuar (ênfase). Historicamente falando o trabalho começou com os homens, e agora temos que retornar. Se há dúvida quanto ao trabalho (pausa), chame, converse, faça o teste, mas não fica ligado a preconceitos porque afinal preconceito é passível de (pausa) punições (ênfase).

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a si próprio o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Eu diria que (pausa), nesse momento eu só, continue o seu trabalho, continue procurando, continue pesquisando. Não se acanhe (ênfase), (...) porque quando eu comecei a minha profissão e que não tem muito tempo, eu também tive muitas lutas, mas agora percebo de que eu só precisava ter confiança em mim mesmo, acredito que seja isso (enfático).

PROFESSORES: ENTREVISTA 4

ENTREVISTADOR: Bom dia/ Boa tarde! Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Olha, é(ééééé?) (pausa), eu achei essa lei totalmente discriminatória (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! É(ééééé?) (longa pausa), eu acho que é isso mesmo (enfática)! [...] Eu só vi discriminação dentro desse projeto de lei (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Bom (enfática), eu acho que(eeeeeeeee?) (pausa), [...] essa função, né(?) (enfática), eu acho que ela pode ser exercida, tanto para homens, como para mulheres (enfática) (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! É(éé?), por isso que eu, que eu vejo que esse projeto de lei (pausa), é totalmente discriminatório (enfática) (pausa)! Não é (enfática)? Porque que um homem não pode cuidar de uma criança (enfática) (pausa), né (pausa) (enfática)? É(ééééé?) (pausa), eu acho que pode ser (pausa), é(ééééé?) (pausa), as crianças podem ser cuidado por ambos os sexos (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Totalmente (enfática) porque(eee?) (pausa), nós homens (pausa), né(?) (enfática), nós (pausa), formamos para isso (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Nós temos (pausa), [...] nós estudamos (enfática) (pausa), nós formamos (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então (pausa), [...] para exercer (enfática) (pausa), né(?) (enfática), a nossa(aaaaa?) (pausa), pra exercer o nosso(ooooo?) (pausa), [...] “– como que eu posso dizer (longa pausa) - para exercer o nosso trabalho, né(?) (enfática) (pausa)! Para exercer a nossa(aaaa?)”. (pequena pausa), formação (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Não garante (enfática) (pausa)! Porque(eeee?) (pausa), é(ééééé?) (pausa), eu já vi também reportagens (enfática) (pausa), né(?) (enfática), que mulheres também (pausa), já abusaram de crianças, e não é só, não (pausa) [...] isso não aconteceu apenas por homens (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E eu acho que os homens são capa, são capazes de exercer (pausa), esse tipo de função (pausa), dentro da sua profissão (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Não vejo por esse lado não (enfática) (pausa)! Eu trabalho também com educação especial (enfática) (pausa), né(?) (enfática), com crianças especiais (enfática) (pausa), e(eeeee?) (pausa), não vejo nenhum problema em(mmmm) (pausa), estar exercendo a função também (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Não conheço (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: É(éééé?) (pausa), eu acho que (pausa), que isso incomoda um pouco as famílias (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Tanto é, quando eu vim atuar na Educação Infantil (enfática) (pausa), né(?) (enfática), eu entrei como coordenador (enfática) (pausa), pedagógico (enfática) (pausa), e aí, logo depois eu passei (enfática) (pausa), né(?) (enfática), a trabalhar como regente (enfática) (pausa)! Eu senti um pouco de insegurança (enfática) (pausa), por alguns pais que vieram até questionar a direção (pausa), dos gestores em (pausa), em relação a isso (enfática) (pausa), mas logo eles foram vendo que(eee?) (pausa), é(éééé?) (pausa), o trabalho que eu fazia (enfática) (pausa)! Ele foi (pausa), eles foram é(éééé?) (pausa), observando mais a questão do trabalho (enfática) (pausa), né(?) (enfática), e aí tiraram isso de mente (enfática)! Aí assim (pausa), é(éééé?) (pausa), aí eu passei a ser melhor (pausa), recebido pelos pais (enfática) (pausa), sabe (enfática)? Sentir uma confiança maior (pausa), isso depois que eu comecei a mostrar meu trabalho para eles (enfática) (pausa), ta(?) (enfática). Foi dessa forma (enfática)! Eu desconstruir (enfática) (pausa), né(?) (enfática), aquele preconceito (enfática) (pausa), né(?) (enfática), que eles estiveram inicialmente (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

ENTREVISTADO: Não (enfática) (pausa)! Não vejo nenhuma restrição não (enfática)!

ENTREVISTADOR: Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

ENTREVISTADO: Então (enfática), já exposto, como eu disse anteriormente (enfática) (pausa), [...] bem no início, quando eu vim (pausa), é(éééé?), trabalhar, exercer a profissão como, como regente mesmo, agrupamento 5 (enfática) (pausa), então eu senti uma certa insegurança de alguns pais, mas assim, não me (pausa), não me revelaram que (pausa), quem seriam (pausa), né(?) (enfática), esses pais que vieram (pausa), fazer a reclamação a gestão (enfática) (pausa), né(?) (enfática), mas como eu disse (enfática), isso foi sendo desconstruído (enfática) (pausa), né(?) (enfática), com o tempo (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Eles vendo meu trabalho (enfática) (pausa), né(?) (enfática), assim (pausa), [...] as crianças (pausa), né(?) (enfática), me respeitavam muito (enfática) (pausa), gostava muito de mim (enfática) (pausa), então eles viram que era um trabalho sério que eu realizava ali (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: Então, a gente (pausa), tem feito, né(?) (enfática), alguns eventos, na Instituição (enfática) (pausa), né(?) (enfática), para aproximar mais (pausa), as(sss) famílias (enfática) (pausa), né(?) (enfática), da instituição para (pausa), serem mais participativos, né(?) (enfática), [...] na vida dos seus filhos (enfática) (pausa)! Na vida educacional de seus filhos (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

ENTREVISTADO: Sim, coloca (enfática) (pausa)! Né(?) (enfática), eu acho que(eeee?) (pausa), é(éééé?) (pausa), o que eu percebi dentro desse projeto de lei (enfática) (pausa), como eu disse anteriormente também (enfática), é totalmente discriminatório (enfática) (pausa), e realmente coloca como abusadores (enfática) (pausa)! Não coloca como um profissional (enfática) (pausa), formado, né(?) (enfática), que tá ali para exercer suas funções (enfática)!

ENTREVISTADOR: A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: Então (pausa), não no meu caso (enfática) (pausa), porque(eeeee), aqui no CMEI eu sou muito bem (pausa), sou muito respeitado (enfática) (pausa), né(?) (enfática), sou muito quem quisto aqui pelos gestores (enfática), pelos professores (enfática), eu nunca tive problema em relação a isso (enfática)!

ENTREVISTADOR: Na justificativa a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Eu também acho totalmente discriminatória (enfática) (pausa), né(?) (enfática), acho que ela está generalizando (enfática) (pausa), né(?) (enfática), as coisas (enfática)! Eu acho que cada profissional, é um profissional (enfática) (pausa), né(?) (enfática), então (pausa), eu acho que é totalmente discriminatória (enfática)!

ENTREVISTADOR: O que você tem a dizer sobre esse excerto?

ENTREVISTADOR: A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menina sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”.

ENTREVISTADO: Eu acho que(eeeee?) (pausa), é(éééééé?) (pausa), nessa parte aí (pausa), da lei (pausa), eu acho que(eeee?) (pausa), é discriminatória também (enfática) (pausa)! É preconceituosa (enfática) (pausa)! E(eeeeeee?) (pausa), realmente, se for dar banho na criança (enfática), como que você vai dar (pausa), banho numa criança (pausa), [...] sem tocá-la (enfática) (pausa), né(?) (enfática)? Então eu acho que(eeee?) (pausa), [...] e a mulher também (enfática) (pausa)! A mulher, vai lá dar banho na criança (pausa), então é claro que ela vai tocá-la (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Mas não (pausa), com essa(aaaa?) (pausa), com esse intuito que ela está colocando em lei (enfática)!

ENTREVISTADOR: Destaque alguns avanços/desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Então é(éééééééééé?) (pausa), realmente assim (pausa), no início foi (enfática), [...] foi difícil (enfática) (pausa), né(?) (enfática), mas é(ééééé?) (pausa), eu fui para preparado para isso, né(?) (enfática)! Eu tive uma formação (enfática) (pausa)! Então a gente vai pegando experiência (pausa), e(eee?), hoje eu me sinto muito feliz e realizado com meu trabalho (enfática)!

ENTREVISTADOR: Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

ENTREVISTADO: Não porque aí, aí (enfática) (pausa), é(éé?) (pausa), essa lei é voltada mais para a questão educacional (enfática), né(?) (enfática), não é voltada (pausa), [...] para a vida familiar da criança (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Totalmente né(?) (enfática) (pausa)! Porque (pausa), eles colocam, como disse anteriormente (enfática) (pausa), é(éééé), coloca as funções por exemplo (enfática): de olhar portão (enfática) (pausa), de(eeee) (pausa), fazer serviços administrativos (enfática) (pausa), e coloca mais a mulher na função do cuidar (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então (pausa), eu vejo (pausa), que(eee?) (pausa), aí também tem uma discriminação (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! É como se fosse(eee?) (pausa), eles tão colocando, [...] querendo colocar um (enfática) (pausa), é(ééé?), cada um ali num papel (enfática) (pausa), né(?) (enfática), porque isso é histórico (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Então eu acho que (enfática) (pausa), assim (enfática) (pausa), eu acho totalmente discriminatório isso (enfática)!

ENTREVISTADOR: A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: Acho que primeiramente é(ééééé?) (longa pausa), [...] bom (enfática), recorreria à gestão (enfática), e a secretaria de educação (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: É(ééééé?) (pausa), porque isso é uma luta (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! É uma luta para nós (pausa), a questão de está superando essas discriminações (enfática), esse tipo de discriminações (enfática) (pausa). E para que lutem (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! [...] Para que você possa permanecer (enfática) (pausa), né(?) (enfática), na sua profissão (enfática) (pausa), para desempenhar um bom trabalho (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

ENTREVISTADO: Eu diria para(aaaa?) (pausa), para ter confiança (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Na instituição que seu filho trabalha (enfática) (pausa), nos profissionais que eles estão (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E estarem mais presentes (pausa), dentro da instituição, para até conhecendo o trabalho, do professor (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E porque(eeee) (pausa), eu acho (pausa), [...] para educação da criança (pausa), a educação

começa de casa (enfática) (pausa), né (?) (enfática)! A escola (enfática) (pausa), o CMEI (enfática), é uma extensão (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E se fizermos essa ponte (enfática) (pausa), né(?) (enfática), eu acho que teremos é(éééé) (pausa), aí crianças (enfática), né(?) (enfática), que futuramente serão cidadãos (pausa), críticos (enfática), cidadãos que lutam pelos seus direitos (enfática) (pausa), e(eeeeeee) (pausa), que tenha uma boa formação (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Que respeitem (enfática) (pausa), né(?) (enfática), [...] os homens que atuam na Educação Infantil (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! E seja um parceiro deles (enfática) (pausa)! [...] Vejam (pausa), percebam o profissional que ele é (enfática) (pausa), entendeu(?) (enfática)! Porque como eu disse anteriormente (enfática), existem pessoas e pessoas (enfática) (pausa), então conheçam o profissional, que está dentro da instituição que você é gestora (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a sí próprio, que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Que continue (enfática) (pausa), né(?) (enfática), nessa luta (enfática) (pausa), né(?) (enfática)! Se eu sou realizado (enfática), se eu sou feliz com meu trabalho (enfática) (pausa), que continue (pausa), [...] que eu continue aperfeiçoando meus conhecimentos (enfática) (pausa), e é isso (enfática)!

AUXILIAR: ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: 01 - No artigo primeiro, a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Olha... (pausa) Aqui onde eu trabalho é assim. As mulheres fazem a higienização das meninas né (?) (enfático), e eu só fico com os meninos. (pausa) (ênfase). Então para mim assim... (pausa) é (ee) (pausa) eu não tenho nada não (pausa), acho nada demais, acho que é válido na questão de higiene (ênfase).

ENTREVISTADOR: 02 - o artigo segundo orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê o binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: O seguinte (pausa), (eee) eu acho assim... (pausa) Que os pais também né (?) (enfático), deve higienizar as suas filhas né (?) (enfático). Então (pausa), é (eee) (pausa), o que tem de mais um homem né (?) (enfático), higienizar a filha dela aqui dentro. (ênfase) Eu assim... (pausa) Eu pra falar a verdade, (pausa) é muito complexo né (?) (enfático), essa opinião, (pausa) essa situação. Mas como eu já me acostumei aqui (pausa), nesse caso de sempre estar higienizando os homens, (pausa) e tem que sempre ter uma mulher do meu lado, fico numa situação mais confortável (ênfase).

ENTREVISTADOR: 03 - No artigo terceiro, a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Descaracteriza né (?) (enfático). Acho que (eee) (pausa) para evitar certos problemas é (eee) futuros, com os quais que, dependendo da (da) (pausa), do serviço (pausa) eu acho que não tem problema (ênfase).

ENTREVISTADOR: 04 - No artigo quarto, a proponente orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Acredito que... (pausa), segura assim (pausa), acho que, (pausa) ela tá acho que... (pausa) tanto o homem quanto a mulher ela pode né (?) (enfático), fazer algum tipo de abuso né (?) (enfático) (pausa) mas eu acho que o homem ficando com os meninos e as mulheres com as meninas, eu acho que não tem problema nenhum (enfático).

ENTREVISTADOR: 05 - O artigo quinto abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público alvo da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Até que é bom ter né (?) (enfático), tendo essa pessoa especial é bom ter um destaque (pausa). Mas eu (pausa), sempre (eee), eu sempre (pausa) quando eu ficava com as crianças, quando eu ficava com os meninos (pausa), eu não tinha... (pausa) Na verdade era com todos (ênfase), independente de ser especial ou não especial (enfático).

ENTREVISTADOR: 06 - Você conhece alguma lei, ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Não. (enfático) Foi a primeira vez que eu vi isso daí, esse projeto de lei. (enfático) Eu nunca tinha ouvido falar antes (enfático).

ENTREVISTADOR: 07 - A justificativa da proposta, traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Eu acho que (pausa), eu nunca tive problema (ênfase). Na verdade quando começou, algumas mães sempre (eee) (pausa), fizeram, ficaram com uma certa restrição (ênfase). Mas, ao passar do tempo (pausa), elas foram se soltando mais né (?) (enfático). Tanto é que as meninas (pausa), sempre foram é (eee), sempre é (eee)... As próprias mães que tinham esse (esse) restrição (pausa), as filhas ficaram, gostavam muito de mim (enfático).

ENTREVISTADOR: 09 - No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

ENTREVISTADO: Às vezes há sim uma restrição né (?) (enfático), porque a gente não poder bater na hora de dormir, por exemplo (pausa), e trocar de roupa, e pôr no colo (aaa) as meninas né (?) (enfático). Evitar de colocar no colo (pausa), evitar de (de) na hora de dormir acalantar (pausa) no (no, no, no) bumbum, por exemplo (pausa). Sempre nas costinhas, porque (pausa) né (?) (enfático), pra evitar que quando chegar em casa e dizer para o pai que (que) o professor bate no bumbum. Então é pra evitar né (?) (enfático). E eu acho que é válido também (ênfase).

ENTREVISTADOR: 10 - Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

ENTREVISTADO: Olha (pausa), diretamente a mim não (enfático). Mas sempre procuraram na hora das entrevistas com os professores (ênfase) (pausa), perguntaram se eu que dou o banho na filha dela (ênfase). Aí a professora explicou para ela, que quem faz a higienização (pausa), é sempre uma mulher (enfático).

ENTREVISTADOR: 12 - E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: A equipe gestora, eu não tenho nada o que reclamar (enfático). Ela sempre faz com que a gente trabalhe confortavelmente (pausa), com os pais e as crianças (enfático). E para mim tá tudo ótimo (enfático).

ENTREVISTADOR: 13 - Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

ENTREVISTADO: É, na verdade assim (pausa), coloca a gente é (eee), como abusadores né (?) (enfático). Mas as mulheres também abusam (ênfase) (pausa). E (eee), é o homem tem essa visão ruim né (?) (enfático), essa visão... Não só nós que estamos cuidando da (da, da) das filhas né (?) (enfático), mas sim dentro de casa também né (?) (enfático). Tem muitas mães que não gosta que os pais lavem suas filhas, ou fiquem muito próximo (enfático).

ENTREVISTADOR: 14 - A maneira como a gestão, pais e profissionais, veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: Eu acredito que não (enfático) (pausa). Acho que a mulher tem um (pausa) instinto maternal muito grande (enfático). E um homem já (pausa), é bom para ter uma referência né (?) (enfático). Às vezes tem muita família aí que são separado né (?) (enfático), a mãe sempre fica com o filho, ou com a filha né (?) (enfático), ou mora com a avó e com as tias e não tem uma referência masculina em casa (ênfase). Então (pausa), às vezes para eles é bom ter uma referência masculina aqui dentro do CMEI (enfático).

ENTREVISTADOR: 15 - Na justificativa a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Na verdade, (aaa) a maior prática de estupros está dentro de casa né (?) (enfático). Avós, tios, pais (ênfase). E aqui a gente sempre é vigiado né (?) (enfático). Sempre tem uma pessoa próxima (ênfase). A gente nunca fica sozinho com as crianças (ênfase). Mas eu acho que (pausa), é importante o homem sempre tá higienizando os meninos e as mulheres higienizando as meninas.

ENTREVISTADOR: 17- O que você tem a dizer sobre esse excerto: A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indaga-se “como um agente vai dar banho em uma menininha sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”.

ENTREVISTADO: É. Isso é... (pausa) Acho que é difícil a família é (eee) (pausa) levar isso numa... (pausa) Eu entendo bem, apesar de não ter nenhuma filha, (ênfase) mas eu acho que isso é muito complexo! (enfático) Muito complexo mesmo (enfático). Por isso fica muito inseguro né (?) (enfático), principalmente quando não se tem uma referência masculina dentro de casa (ênfase) (pausa) E eu acho que é difícil de responder mas é (eee)... (pausa) eu (eu, eu) nunca (pausa), eu não sei dizer para você, que eu não tinha uma experiência de lavar, de realizar, em nenhuma criança menina viu. (pausa) Mas eu no meu ponto de vista, (pausa) eu mesmo estaria também muito receoso. (pausa) (ênfase) Então eu prefiro ficar com os meninos. (enfático) Justamente para isso, (ênfase) para evitar, para dar o pé né (?) (enfático), tudo para tirar do tempo (ênfase).

ENTREVISTADOR: 18 - Destaque alguns avanços e desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: Acredito que o preconceito né (?) (enfático), muitas pais tem o preconceito (ênfase), do homem é (eee) (pausa) na (na, na) educação (ênfase). No que se diz principalmente no higienizar né (?) (enfático). Sempre ver a mulher como... (pausa) pelo seu instinto maternal (ênfase). E o homem ele sempre fica com um (pausa), fica com um pé atrás né (?) (enfático), com preconceito sim (enfático). Eu já sofri assim (pausa), uma mãe foi trazer a filha, ela me viu e voltou para trás, e preferiu deixar a filha com a coordenadora né (?) (enfático). E com o passar do tempo essa menina se apegou muito em mim (ênfase), eu sempre tive paciência com as crianças né (?) (enfático). E hoje a menina ficava no final de semana e os feriados chamando pelo meu nome né (?) (enfático). Então (pausa), é assim né (?) (enfático), dá aquele choque né (?) (enfático), na primeira visão (ênfase). E isso eu superei isso acho que porque eu sou muito novo ainda nessa área né (?) (enfático) (pausa). Eu trabalhei muitos (muitos) anos na educação, em faculdade, em ensino médio, mas na Educação Infantil é a primeira vez, só tem um ano. (ênfase) (pausa) Então a gente vai tentando né (?) (enfático), tem que conviver com isso (enfático).

ENTREVISTADOR: 19 - Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

ENTREVISTADO: Olha (pausa), eu pra falar a verdade (pausa), esse projeto de lei aí é (eee)... Não (não, não), eu não digo... (pausa) Eu acho que seria (pausa) bom, ensinar as crianças das

escolas né (?) (enfático) (pausa) educação sexual (pausa), para se protegerem disso mesmo né (?) (enfático) (pausa), de ser estuprado (pausa), ou assediado, saber se defender, até mesmo para evitar uma gravidez (ênfase). Mas dentro de casa que é o perigo (ênfase), no meu ponto de vista (pausa). Tanto é que a gente vê mais notícias na família, do que na própria instituição de ensino (enfático).

ENTREVISTADOR: 20 - Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Acho que principalmente com os homens né (?) (enfático). Eu acho que é assim principalmente com os homens. E (eee)... eu acho que também é (eee) (pausa) difícil falar sobre isso agora (pausa). Ele é preconceituoso com os homens, com certeza porque a gente exerce nosso trabalho com atenção, com carinho (ênfase). E eu acho que (pausa), foi para conforto da família né (?) (enfático), é melhor tirar a gente dessa higienização das meninas (enfático).

ENTREVISTADOR: 22 - Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: É difícil! (pausa) A gente tem que conviver aí com (com) o olhar é (pausa) preconceituoso (ênfase), e às vezes até (pausa), como se diz é (eee) (pausa), fugiu a palavra agora (pausa), com medo né (?) (enfático), da gente né (?) (enfático). Mas com o passar do tempo a gente começa a ter um pouco de segurança (pausa), do meu caso, por exemplo, eu tô tendo um pouco mais de segurança (enfático) (pausa). E (eee) (pausa) passa a ignorar isso. Os pais também (pausa), ao longo do tempo, vão ignorar isso também (ênfase), e acaba a criar um clima mais afetivo (ênfase).

ENTREVISTADOR: 21 - A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: Eu recorreria à minha regente né (?) (enfático), a minha professora, e a equipe diretiva (enfático).

ENTREVISTADOR: 23. Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

ENTREVISTADO: Eu diria (pausa), para dá um pouco de confiança né (?) (enfático), para gente né (?) (enfático). E que ver que uma referência masculina também (pausa), para seus filhos conviver, em casa nem sempre todos bem né (?) (enfático), hoje em dia os casais são separados (pausa). É importante para a criança (enfático).

ENTREVISTADOR: 24 - Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Sempre tá respaldando né (?) (enfático), o (ooo) agente educacional (pausa). Porque como se diz, já basta o olhar da família né (?) (enfático) (pausa). Se a gente passa um psicológico é porque a gente tem capacidade (enfático).

ENTREVISTADOR: 25 - Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a si próprio, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Eu diria que (pausa), eu também, (eu) eu digo que eu estou, sim... (pausa) eu também digo que eu estou vencendo, a cada dia né (?) (enfático), uma profissão que tem muito (muito) mais, sempre teve mais respaldo pelo lado feminino né (?) (enfático). E (eee) (pausa) e é isso a gente vai vivendo (pausa), vai vencendo. Às vezes, sempre fico com vontade de fazer um curso de pedagogia, de trabalhar nessa área (ênfase). Mas a gente fica com medo (pausa), igual falai para você do preconceito, da insegurança dos pais (pausa). Mas a gente acaba que dentro da instituição, é (eee) a gente tá no trabalho (pausa), no ambiente mais confortável.

AUXILIARES: ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Bom dia/Boa tarde! Bem, não sei se é do seu conhecimento, mas está em discussão no estado de São Paulo o projeto de lei nº 1174/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças na Educação Infantil. Sendo assim, gostaria de ler com vocês os artigos e justificativa da proponente desse projeto de lei e sua opinião sobre o assunto.

ENTREVISTADOR: No artigo 1º a proponente destaca que os cuidados íntimos com as crianças, tais como banho, troca de roupas e fraldas, auxílio para ir ao banheiro sejam realizadas somente por profissionais do sexo feminino. Na sua opinião, o que leva uma proposição de lei como essa?

ENTREVISTADO: Eu acredito que é uma(aaaa?) (pausa), uma coisa assim, literalmente (enfática) (pausa), fora do nosso contexto (enfática) (pausa)! Porque até porque, nós somos profissionais (enfática) (pausa)! Entendeu (enfática) (pausa)? E a gente está ali para ser profissional (enfática) (pausa)! Então, tanto quanto (pausa), a mulher (enfática)!

ENTREVISTADOR: O artigo 2º orienta que as atividades pedagógicas que não impliquem cuidados íntimos podem ser realizadas por ambos os sexos. Como você vê binômio cuidar e educar na Educação Infantil frente à esta proposição? Que implicações essa proposição altera a profissionalidade e o trabalho dos homens na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Acredito que(eeeee?) (pausa), nessa(aaaa?) (pausa), nessa posição (enfática), nós, enquanto profissionais (enfática) (pausa), entendeu(?) (enfática) (pausa), homens (enfática) (pausa)! Eu acredito que(eeee?) (pausa), tem todo um trabalho pedagógico (enfática) (pausa), que envolve (enfática) (pausa), e isso (pausa), o antes de fazer (enfática) (pausa), entendeu(?) (enfática) (pausa)! Então [...].

ENTREVISTADOR: Em relação ao cuidar e o educar na Educação Infantil, como você vê o binômio diante desta lei?

ENTREVISTADO: Eu acho um estado assim de (pequena pausa), de calamidade (enfática) (pausa)! Porque assim(mm) (pausa), o profissionalismo ele não se distingue a(aaaaa?) (pausa), a sexo (enfática), ou só homens (enfática) (pausa), ou só mulheres (enfática) (pausa)! Eu Acredito que quando você estuda (enfática) (pausa), quando você tem uma(aaa?) (pausa), preparação para aquilo (enfática) (pausa), você faz jus (enfática) (longa pausa), [...] a(aaaaa?) (pausa), a situação, e a profissão (enfática) (pausa), que você está exercendo (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 3º a autora propõe que os profissionais homens sejam reaproveitados em outras funções. Na sua opinião, essa medida descaracteriza e constrange o profissional homem que atua na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Acredito que sim (enfática) (pausa)! Até porque(ee?) (pausa), mudar de cargo (enfática), é(éééé?) (pausa), não(oooo?) (pausa), não(oooooo?) (pausa), [...] Meu Deus, como se diz é(ééééé?) (pausa) [...] não exime (enfática) (pausa)! Entendeu (enfática)? Tais ações (enfática)!

ENTREVISTADOR: No artigo 4º a propositora orienta que o trabalho associado a cuidados e higienização das crianças seja realizado exclusivamente pelas mulheres. Essa proposição garante que as crianças estarão seguras de algum tipo de violência?

ENTREVISTADO: Acredito que não (enfática) (pausa)! Entendeu (enfática)? Porque até porque, está um ser adulto (pausa), ali na situação, junto com as crianças (enfática) (pausa)! E aí (pausa), quem me garante(?) (enfática) (pausa), que vai estar seguro com uma mulher(?) (enfática) (pausa), por ser mulher (enfática)?

ENTREVISTADOR: O artigo 5º abarca também a questão dos cuidados e higienização das crianças público da Educação Especial. Em sua opinião há algum motivo para o destaque deste grupo na Educação Infantil?

ENTREVISTADO: Eu acredito que não (pausa), até porque, se trata de uma criança (enfática) (pausa)! Entendeu (enfática) (pausa)? Tão (enfática) (pausa), quanto as outras (enfática) (pausa)! Eu acho que o cuidado, deve ser o mesmo, de uma (enfática) (pausa), para todas (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você conhece alguma lei ou dados estatísticos que respaldam esse projeto de lei?

ENTREVISTADO: Não (enfática), tenho esse conhecimento (enfática) (pausa)! Ainda não conheço (enfática)!

ENTREVISTADOR: A justificativa da proposta traz como argumentos a preocupação das mães em deixar seus filhos sob os cuidados dos homens. Afirma, ainda, que, com as meninas, a preocupação é ainda maior. Em sua opinião, a proposição atende às famílias quando elas sentem insegurança quando se trata de homens cuidando de crianças?

ENTREVISTADO: Diante mão (pausa), é(ééééé?) (pausa), pode ter algum, [...] gerar algum desconforto, mas (enfática) (pausa) por conta das famílias (enfática) (pausa), é(éé?), por não conhecer (enfática)! Mas a partir do momento, que(eee?) (pausa), que conhece o profissional (enfática) (pausa), que passa acompanhar (pausa), o profissional (enfática) (pausa), eu acredito que (pausa), pela experiência que eu já tenho (enfática) (pausa), é um andar de mãos dadas (enfática) (pausa), junto com o profissional (enfática)!

ENTREVISTADOR: No que se trata do banho, repouso e troca de fraldas, há restrições para você por ser homem? Por que?

ENTREVISTADO: Nunca encontrei (enfática) (longa pausa)! Normalmente (enfática)! A gente faz, porque (enfática) (pausa), se está ali na sala de aula, e está tendo(oo?) (pausa), a

necessidade (enfática) (pausa), e você (pausa), coloca o seu profissionalismo (enfática) (pausa), ali (enfática) (pausa), e você faz, naturalmente (enfática)!

ENTREVISTADOR: Alguma família já expôs insegurança em ter você como profissional que cuida e educa os filhos dela? Por que?

ENTREVISTADO: Não (enfática)! Até hoje ainda não encontrei (enfática)!

ENTREVISTADOR: E a equipe gestora, o que tem realizado para estreitar os laços entre você e as famílias?

ENTREVISTADO: Reuniões (enfática) (pausa), debates (enfática) (pausa), encontro(oooo?) familiares (enfática) (pausa), festas (enfática) (pausa), apresentações (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acredita que este projeto de lei coloca os homens profissionais de Educação Infantil como abusadores? Por quê?

ENTREVISTADO: Mediante o que foi lido (enfática), e o que foi passado (enfática) (pausa), acredito que sim (enfática) (pausa)! Agora (pausa), embasado em que (enfática) (pausa), eu não(ooo?) (pausa), não sei (enfática) (pausa)! Entendeu (enfática)? Porque até porque(eeee) (pausa), quem está nessa área (enfática), é um profissional (enfática) (pausa)! Então ele está ali dentro, agindo com profissionalismo (enfática)!

ENTREVISTADOR: A maneira como a gestão, pais e profissionais veem o profissional homem na Educação Infantil é a mesma como veem as mulheres? Por que?

ENTREVISTADO: De certa forma, por parte da família (enfática) (pausa), eu já me deparei mesmo (pausa), é(éééé?) (pausa), com alguma restrição momentaneamente (enfática) (pausa). Mas (pausa), depois que você (pausa), começa (enfática), que a família (pausa), começa a caminhar junto com o profissional (enfática) (pausa), que vai conhecendo os seus trabalhos pedagógicos desenvolvidos (enfática) (pausa), aí, isso, totalmente desarma, a família (enfática)!

ENTREVISTADOR: Na justificativa a proponente diz que esse projeto de lei tem a intencionalidade de proteger as crianças de abuso sexual, mas também os homens que ao serem retirados dessas ações de cuidado e higienização das crianças, ficam resguardados de serem acusados de práticas e atos caracterizados como estupro de vulnerável. O que você tem a dizer sobre essa justificativa?

ENTREVISTADO: Eu acredito que ela foi(iiiii?) (pausa), é(éééé) (longa pausa), que ela agiu, não muito pegando com uma pesquisa que tem 100% (enfática) (pausa)! Acho que foi a (pausa), partir de(eeeee?) (pausa), de uma necessidade dela (enfática) (pausa), talvez (pausa), né(?) (enfática) (pausa)! E aí acabou generalizando isso tudo (pausa), de um contexto de modo geral (enfática)!

ENTREVISTADOR: O que você tem a dizer sobre esse excerto?

“A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo de quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com apenas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem para tal punição. Indague-se “como um agente vai dar banho em uma menininha sem lavar (com a própria mão) sua

pequena vagina?” Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”.

ENTREVISTADO: De uma vez, quando(ooo?) (pausa), exercemos essa questão do banho (enfática) (pausa), isso tudo tem um trabalho (enfática) (pausa), feito em sala de aula, ou no agrupamento (enfática) (pausa), e nas instituições (pausa), a gente dá um banho pedagógico (enfática) (pausa)! Ou seja (pausa), a criança tem toda essa autonomia (pequena pausa), dela mesmo (enfática) (pausa), está fazendo (pausa), todo esse manuseio, e todo esse trabalho (enfática) (pausa), inclusive (pausa), em suas áreas íntimas (enfática)!

ENTREVISTADOR: Destaque alguns avanços/desafios superados por você nesse trabalho.

ENTREVISTADO: O conhecimento por parte (pausa), das famílias (pausa), é(éééé?) (pausa), e essa(aaaa?) (pausa), esse carinho que eles adquirem (pausa), por nós (enfática) (pausa), a partir do momento em que a criança conhece (pausa), esse profissional (pausa), e tem um carinho muito grande (enfática) (pausa), entendeu(?) (enfática), e respeito, acima de tudo (enfática) (pausa)! E isso só vem, mediante o nosso profissionalismo (enfática) (pausa)! O que nós fazemos (pausa), e isso (pausa), em nossas salas de aula, ou agrupamentos (enfática) (pausa)! E os desafios mesmo (enfática) (pausa), encontrado (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), é as famílias (enfática) (pausa), é(éééé?) (pausa), desarmarem mais (enfática) (pausa)! Ter esse conhecimento (enfática) (pausa), entendeu (enfática) (pausa), do que é o profissional homem (enfática) (pausa), e saber que ele está contribuindo (pausa), para a vida futura do seu filho (enfática)!

ENTREVISTADOR: Alguns estudos sobre estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima. Sendo assim esse projeto de lei daria conta de proteger as crianças em outros espaços? Por quê?

ENTREVISTADO: Eu acredito que não (enfática) (pausa)! Porque(eee?) (pausa), ele vem (pausa), claro (enfática) (pausa), falando que(eee?) (pausa), que isso é para os professores em instituições (enfática) (pausa)! E de uma vez, que vende casa (enfática) (pausa), como(?) (pausa), que isso vai abranger (enfática) (pausa), a família em casa com a criança (enfática) (pausa), se ela tem uma especificidade (enfática)!

ENTREVISTADOR: Você acha que esse projeto de lei é discriminatório tanto com homens como com mulheres? Por quê?

ENTREVISTADO: Acredito que sim (enfática) (pausa)! Porque(eeeee), eu acho que a gente não deve é(éééé?) (pausa), distinguir (enfática) (pausa), gêneros (enfática) (pausa)! Uma vez que está é(éééé?) (pausa), uma equipe de profissional (pausa), que andam juntos (enfática) (pausa)! Ali nós estamos sendo profissionais (enfática), dentro das nossas instituições (enfática) (pausa), que queira ser homem (pausa), ou mulher (enfática)!

ENTREVISTADOR: A quem você recorreria para sentir-se seguro em relação à sua atuação? Por que?

ENTREVISTADO: No caso mais próximo, seria as coordenações, das instituições (enfática) (pausa), de ensino, na qual onde eu trabalho (enfática) (pausa)! Mesmo para ver se dar um suporte, de(eee?) (pausa), dos nossos anseios (enfática) (pausa), ter uma conversa (pausa), mais clara (enfática), e por ter essa acessibilidade entre o profissional (pausa), e a família (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado aos outros profissionais homens, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Avante profissionais (enfática) (pausa)! Nós estamos aí (enfática) (pausa)! Nós somos profissionais (enfática) (pausa), e a gente precisa mostrar isso (enfática) (pausa), tanto(oo?) (pausa), para as famílias das nossas instituições (enfática), que são os lugares, mais próximos (enfática) (pausa), onde nós temos esse acesso (enfática) (pausa), e quanto o mundo (enfática) (pausa), que está aí (enfática), que rotularam (enfática) (pausa), essa educação só de mulheres (enfática) (pausa), e por que não nós homens (enfática) (pausa), estar também de uma vez enfática (enfática) (pausa)! Que somos profissionais (enfática) (pausa)! Que temos esse conhecimento (enfática) (pausa)! É no passado isso (enfática) (pausa)! Porque não a gente repassar (pausa), [...] a gente passar isso adiante (enfática) (pausa)? Somos um time (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema aqui tratado, se você pudesse mandar um recado para as famílias, o que você diria a elas? Por que?

ENTREVISTADO: Famílias (pausa), acreditem mais no nosso trabalho (enfática) (pausa)! Tenham esse conhecimento (enfática) (pausa)! Medos e ansiosos, e tal (pausa), podem surgir (enfática) (pausa), mas não deixe que isso prevaleça (enfática) (pausa)! Vão atrás (enfática)! Procure se informar (enfática) (pausa), e se socializar (enfática) (pausa), para que juntos (enfática) (pausa), a gente(eeee?) (pausa), alavanque aí essa(aa?) (), Educação Infantil a mais (pausa), adiante (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse mandar um recado para os gestores, o que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Gestores (pausa), é(ééééé?) (pausa), nos fortaleçam (enfática) (pausa), vocês como(ooo?), estão à frente (enfática) (pausa), é(ééééé?) (pausa), de todos os respaldos (pausa), para nós, enquanto profissionais (enfática) (pausa), e nos ajude (pausa), a seguir adiante (enfática)!

ENTREVISTADOR: Em relação ao tema tratado, se você pudesse dizer algo a si próprio, que diria? Por que?

ENTREVISTADO: Continue assim, sendo esse, [...] esse profissional excelente (enfática) (pausa), responsável acima de tudo (enfática) (pausa), [...].

APÊNDICE I

TERMO CONSENTIDO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título “**INQUIETAÇÕES E MEDOS SOBRE O TRABALHO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**”. Meu nome é Clemerson Elder Trindade Ramos, sou mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Goiás, orientando do professor Dr. Romilson Martins Siqueira na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número (62) 32806076 ou 982431105, ligações a cobrar (se necessárias) ou através do *e-mail* clemersonelder@hotmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisadores: Clemerson Elder Trindade Ramos e Romilson Martins Siqueira.

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é compreender como está se constituindo a profissionalidade dos profissionais homens que atuam na Educação Infantil. Tem por objetivo investigar sob a ótica da instituição, dos pais das crianças e dos profissionais os sentidos da presença e do trabalho masculino na Educação Infantil. O procedimento de coleta de dados será questionário de pesquisa via *google drive* e roteiro de entrevista. A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa, onde por meio do questionário de pesquisa pretende-se alcançar o maior número de profissionais homens (professores e auxiliares de atividades educativas) que atuam na Educação Infantil do Município de Goiânia e Aparecida de Goiânia. No roteiro de entrevista, a intencionalidade é abarcar todos os profissionais homens de Aparecida que aceitar participar, por ser um número muito pequeno (10 profissionais). Já em Goiânia, o critério será escolher um Centro Municipal de Educação Infantil de cada Coordenadoria Regional de Educação, atentando para o critério que será a instituição que apresentar o maior número de homens trabalhando. Para realização desta pesquisa pretende-se gastar cerca de 15 dias, e o lócus da pesquisa será o local de trabalho dos profissionais pesquisados ou onde os mesmos espontaneamente julgarem mais apropriado.

Riscos: A presente pesquisa é de risco, podendo causar danos à dimensão moral, cultural ou constrangimento ao responder algumas perguntas relacionadas ao participante e ao trabalho que desenvolve. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação você poderá solicitar a qualquer momento a interrupção da entrevista, ter a decisão respeitada caso não queira responder

algumas perguntas da entrevista ou o questionário de pesquisa. Fica assegurado o mais absoluto sigilo nas informações repassadas ao pesquisador no momento da pesquisa, bem como o respeito ao pesquisado caso ele sinta vontade de interromper a pesquisa.

Benefícios: Seus benefícios se traduzem em conhecer como está se constituindo o trabalho e a presença do profissional (professor e auxiliar de atividades educativas) do sexo masculino na Educação Infantil, bem como os dilemas, sentidos e significados que permeiam essa discussão na visão dos profissionais e famílias das crianças que são cuidadas e educadas por esses homens. Visa também apresentar como está constituindo a profissionalidade dos homens nessa primeira etapa de Educação Básica, no sentido de dar vez e voz aos sujeitos participantes da pesquisa, para que possam expressar o que pensam do assunto e apontar caminhos para os desafios que essa temática apresenta. Não há necessidade de identificação dos participantes, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados serão guardados por, no mínimo, 5 anos e, após esse período, será realizada a incineração do material resguardando o sigilo e a confidencialidade firmados entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a indenização. Os dados e os resultados da pesquisa estarão à disposição dos sujeitos participantes, que terão total acesso, o pesquisador se compromete a dar a devolutiva da mesma sempre que for solicitado pelos participantes. Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Declaração do Pesquisador

O responsável por este estudo declara que cumprirá com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido à sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Declaração do Participante

Eu, _____, abaixo assinado, discuti com Clemerson Elder Trindade Ramos sobre a minha decisão em participar como voluntário (a) do estudo Inquietações e Medos do Trabalho Masculino na Educação Infantil. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia integral e gratuita por danos diretos, imediatos ou tardios, quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiânia, _____, de _____, de 2019.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO A
AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM



PREFEITURA DE
APARECIDA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CMEI DEUSDETE LÊDO DAVID

AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria de Lourdes Dantas Reges, CPF nº 246.602.641-49, gestora do Centro Municipal de Educação Infantil Deusdete Lêdo David autorizo o professor Clemerson Elder Trindade Ramos utilizar a imagem das crianças das quais ele atendeu em 2018 na época no Agrupamento II, na sua dissertação de mestrado.

Essa instituição possui autorização dos pais para uso da imagem das crianças em pesquisas, divulgação jornalística e/ou institucional.

Por ser verdade assino a presente.

Maria de Lourdes Dantas Reges
Gestora Educacional
Decreto nº 11

Maria de Lourdes Dantas Reges

Mat. 13777

Gestora Educacional

[26.854.981/0001-28]

CONSELHO ESCOLAR CMEI
DEUSDETE LEDO DAVID
Goiás Lei de Criação - 3.206
Rua 33 Qd. 39 - Jardim Bonança
CEP: 74.919-250

[APARECIDA DE GOIÂNIA - GO]

eldercremtn@gmail.com

ANEXO B

PROJETO DE LEI Nº 1174, DE 2019

Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Na Educação Infantil, os cuidados íntimos com as crianças, com destaque para banhos, trocas de fraldas e roupas, bem como auxílio para usar o banheiro, serão realizados exclusivamente por profissionais do sexo feminino.

Artigo 2º - As atividades pedagógicas e aquelas que não impliquem cuidado íntimo com as crianças poderão ser desempenhadas por profissionais de ambos os sexos.

Artigo 3º - Os profissionais do sexo masculino que, na data da publicação desta lei, forem responsáveis pelos cuidados íntimos com as crianças serão reaproveitados em outras atividades compatíveis com o cargo que ocupam, sem sofrer prejuízos em sua remuneração.

Artigo 4º - No Ensino Fundamental I, quando necessitarem de auxílio para usar o banheiro, as crianças serão acompanhadas exclusivamente por profissionais do sexo feminino.

Artigo 5º - O disposto nesta lei também se aplica aos cuidadores das crianças com necessidades especiais.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

JUSTIFICATIVA

Em outubro do ano corrente, a primeira subscritora da presente propositura recebeu mensagem de uma mãe, noticiando que, em Araçatuba, por força de lei municipal, homens haviam sido admitidos em concurso, para tratar dos cuidados íntimos com crianças nas instituições públicas de ensino infantil.

Na mensagem, a mãe se dizia insegura para trabalhar e solicitava auxílio, por temer ser sua criança vítima de algum tipo de abuso sexual.

Em uma breve consulta, foi possível constatar que a munícipe estava a falar da Lei Complementar 260/17, que criou o cargo de agente escolar, com funções amplas, incluindo algumas referentes aos cuidados íntimos com os alunos.

Em busca na imprensa, constatou-se que o desconforto não se restringia a uma única mãe, tendo a Deputada, que recebeu o e-mail, abordado o tema em Plenário, aduzindo que o Prefeito poderia tentar redistribuir as funções, de forma a tirar os homens de atividades como banhos, troca de fraldas, atribuindo-lhes as demais missões previstas na lei.

Muitas são as notícias locais, evidenciando o inconformismo da população com a situação. Confira-se em: <https://www.hojemais.com.br/aracatuba/noticia/politica/maes-protestam-contrahomens-dando-banho-em-bebes-em-creches>

Ocorre que munícipes de outras Cidades do Estado de São Paulo fizeram contato com a Parlamentar, evidenciando que a situação não seria exclusividade de Araçatuba, sendo certo que nova busca na Imprensa mostrou que, já há alguns anos, o tema incomoda muitas famílias paulistas. Confira-se em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1602955-homens-em-creches-causam-revolta-dos-pais-no-interior-de-sp.shtml>; e em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/03/pais-criticam-contratacao-de-homens-nas-escolas-infantis-de-barretos-sp.html>

A Parlamentar buscou a opinião das demais colegas que assinam este Projeto e, juntas, entenderam ser necessário elaborar uma lei para garantir a tranquilidade desejada por toda família que deixa sua criança em uma instituição de ensino, pública ou privada.

Daí nasce a iniciativa de reservar algumas atividades a profissionais do sexo feminino, destacando-se que o rol de atribuições previstas na lei municipal que suscitou a polêmica é extenso o suficiente para que todos os funcionários tenham muito trabalho.

Com efeito, a fim de evidenciar que a lei que ora se propõe não causará transtorno às autoridades locais, listam-se as funções constantes do cargo de agente escolar, instituído pela lei do município de Araçatuba:

- “a) desenvolver atividades voltadas à organização escolar nos momentos em que não estiver em atividades com os alunos;
- b) auxiliar no atendimento à comunidade escolar nos momentos em que não estiver em atividades com os alunos;
- c) executar trabalhos de digitação e reprografia das áreas administrativa e pedagógica nos momentos em que não estiver em atividades com os alunos;
- d) separar e proceder a entrega de materiais pedagógicos conforme solicitação dos professores/coordenação/direção;
- e) controlar a movimentação de alunos no recinto da escola, em suas imediações e na entrada e saída da unidade escolar, zelando pela segurança e orientando-os quanto às normas de comportamento;
- f) acompanhar e orientar os alunos nos horários de intervalos de aula;
- g) orientar e acompanhar os alunos em atividades ao ar livre e extraclasse;
- h) zelar pela segurança dos alunos, cuidando para que não se envolvam em situações perigosas;
- i) inspecionar comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte, cuidando e zelando pela segurança destes;
- j) controlar entrada e saída dos alunos no transporte, conferindo quantidade de alunos presentes;
- k) desenvolver atividades que estimulem a aquisição de hábitos de higiene e saúde pelos alunos;
- l) dar banho nos bebês, nas crianças de período integral, nas crianças com necessidades especiais e, quando necessário, nas demais crianças da unidade escolar;
- m) acompanhar, orientar e completar o banho das crianças que, por serem autônomas, já o fazem sem a participação de um adulto;

- n) trocar fraldas e roupas das crianças que necessitarem;
- o) executar, orientar e acompanhar a troca de roupas pelas crianças, estimulando para que, gradativamente, elas conquistem autonomia e passem a realizar essas atividades sozinhas;
- p) incentivar e auxiliar, quando necessário, a criança a ingerir os diversos alimentos oferecidos no cardápio da unidade escolar, respeitando seu ritmo e paladar;
- q) desenvolver atividades que estimulem a aquisição de hábitos alimentares adequados pelas crianças;
- r) zelar pela organização nos momentos de refeições dos alunos;
- s) orientar e acompanhar a escovação de dentes das crianças;
- t) acompanhar o sono/repouso das crianças, permanecendo, pelo menos um agente escolar, em vigília, durante todo o período do sono/repouso;
- u) auxiliar o professor da classe com matrícula de aluno com deficiência acentuada (física, visual ou múltipla), para que o educando consiga participar das atividades desenvolvidas pelo professor titular, em sala de aula ou fora dela;
- v) cuidar da higiene pessoal do aluno com deficiência acentuada, ou seja, trocas de fraldas e roupas, banhos, limpeza de sialorréia e de outras excreções/secreções, quantas vezes forem necessárias;
- w) oferecer e acompanhar a alimentação do aluno com deficiência acentuada, de acordo com orientações;
- x) auxiliar na locomoção do aluno com deficiência acentuada e demais atividades motoras;
- y) realizar as orientações e procedimentos recebidos dos profissionais que atendem ao aluno com deficiência acentuada;
- z) executar tarefas delegadas pelo diretor da unidade escolar, no âmbito de sua área de atuação;
- aa) executar os serviços com desempenho, zelo e presteza;
- bb) participar de cursos de formação contínua em serviço e de outros relacionados a sua área de atuação;
- cc) zelar e conservar todos os equipamentos e bens públicos que estiverem sob o domínio de sua área de atuação;
- dd) apoiar o diretor da UE na identificação dos reparos necessários nos ambientes escolares e nas providências cabíveis para a devida manutenção imediata;
- ee) controlar o patrimônio juntamente com o diretor da UE;
- ff) cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando forem manifestamente ilegais;
- gg) executar serviços afins." (<https://leismunicipais.com.br/a/sp/a/aracatuba/lei-complementar/2017/26/260/lei-complementar-n-260-2017-cria-o-cargo-de-agente-escolar-no-quadro-de-pessoal-da-prefeitura-municipal-de-aracatuba-instituido-pela-lei-complementar-n-87-01-altera-e-acrescenta-dispositivos-a-lei-complementar-n-204-09>).

Nota-se que, das dezenas de funções acima listadas, apenas algumas poucas ficariam restritas a profissionais do sexo feminino. Para restar mais visível, as atribuições passíveis de serem realizadas por homens foram grifadas.

Reservar atividades como banho, troca de fralda, troca de roupa e acompanhamento em banheiro a profissionais do sexo feminino não constitui discriminação.

A lei ora proposta não implica dizer que todos os homens são abusadores. Muito ao contrário, sabe-se que há homens e também mulheres abusadoras, sendo certo que os abusos não se restringem ao âmbito sexual. No entanto, até em virtude de os abusos praticados por homens terem efeitos mais danosos, em regra, os registros de estupros de vulneráveis mostram autores do sexo masculino.

Com efeito, o Termo de Cooperação da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria da Educação, relativamente ao Projeto Conhecer para Prevenir, mostra que mais de 90% dos autores dos crimes sexuais notificados são homens (cópia do termo, compilando dados referentes a 2017, instrui a presente propositura).

Além dos dados estatísticos dos órgãos de repressão, psiquiatras que se dedicam ao estudo do perfil do agressor sexual de crianças afirmam, categoricamente, que em regra os agressores são homens. (Antonio Pádua Serafim, Fabiane Saffi, Sérgio Paulo Rigonatti, Ilana Casoy e Daniel Martins de Barros. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 36, n. 3, São Paulo, 2009. Perfil Psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300004).

Diante desse contexto, tem-se que a lei que ora se propõe não condena os homens antecipadamente, apenas impõe medidas preventivas, objetivando evitar riscos às crianças, bem como aos próprios profissionais, pois o medo das famílias pode ensejar mal entendidos e acusações infundadas.

Sim, a lei que se roga a esta Casa aprovar protege as crianças e também profissionais do sexo masculino, que serão retirados de situações que podem gerar alguma dúvida acerca da prática de atos, passíveis de serem caracterizados como estupro de vulnerável.

A esse respeito, imperioso consignar que, em 2009, a legislação penal que trata dos crimes contra a dignidade sexual sofreu intensa modificação, sendo certo que quaisquer atos tomados como libidinosos podem caracterizar estupro de vulnerável, com penas da ordem de 8 a 15 anos de reclusão. Passar a mão na vagina de uma criança dá margem a tal punição. Indaga-se: “como um agente vai dar banho em uma menina sem lavar (com a própria mão) sua pequena vagina?”. Mais: “como garantir que a família não vá interpretar esse ato corriqueiro como um abuso, diante do relato da filha?”. Resta evidente que a lei ora proposta constitui medida de proteção também para os profissionais do sexo masculino! A partir de sua aprovação, o profissional do sexo masculino poderá se negar a desempenhar atividades relacionadas aos cuidados íntimos com as crianças.

Na redação proposta, evitou-se fazer referência à denominação “agente”, pois as várias Cidades do Estado de São Paulo adotam nomenclaturas diversas. A Lei Complementar 399/19, por exemplo, recentemente publicada em Barretos, atribui as funções acima listadas aos “Auxiliares de Cuidados Diários”. Desse modo, fez-se menção direta às atividades de exclusividade do sexo feminino.

É bem verdade que os muitos estudos referentes ao estupro de vulneráveis revelam que, infelizmente, a maior parte dos crimes ocorre no seio familiar da vítima, de forma que se poderia alegar ser a norma ora proposta hipócrita, por não proteger a criança do risco existente em casa.

Muito embora se compreenda a objeção, o fato de, eventualmente, a criança vivenciar risco no ambiente familiar não justifica submetê-la a risco também no ambiente escolar! Cumpre aos

poderes constituídos trabalhar para preservar, ao máximo, o bem maior da nação: justamente as crianças!

Ademais, impossível esquecer o célebre caso da “Escola Base”, em que uma criança, ao que tudo indica, sofria abusos em casa e, a fim de proteger o verdadeiro autor dos crimes, os atos foram atribuídos aos responsáveis pela educação. Quando a verdade surgiu, a escolinha já estava acabada.

Houvesse bom senso, a presente lei seria desnecessária. Mas como as autoridades insistem em não circunscrever as incumbências masculinas, imperioso criar uma norma nesse sentido, consignando-se, desde já, que este projeto deve tramitar em regime de urgência, pois a situação se revela urgente!

As autoridades que insistem em manter homens nas atividades que, nesta oportunidade, pretende-se limitar às mulheres, aduzem que sempre houve o pleito de dividir as tarefas de cuidado com as crianças, entre homens e mulheres. Ao ver dessas autoridades, uma norma como a que se apresenta seria um “retrocesso”, ensejando discriminação também contra as mulheres, que voltariam a ser vistas como profissionais de “cuidado”.

Em resumo, acusam o presente projeto de ser, a um só tempo, discriminatório com os homens e discriminatório com as mulheres.

Responde-se a tal acusação, asseverando que o pleito de divisão de tarefas diz com as atividades familiares. As mulheres sempre lutaram (e lutam) para que seus parceiros também se responsabilizassem pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com os próprios filhos. Não se pode, automaticamente, transportar essa discussão para o âmbito escolar!

Quando a mãe pede que seu parceiro ajude com as crianças, ela está querendo que o pai se responsabilize, não qualquer outro homem. Parece lógico! Aliás, muitas mulheres ouvidas pela Imprensa foram categóricas ao dizer que ensinam suas crianças a não deixar homens as tocarem e, agora, a escola contrata homens para lhes banhar!

O argumento de que homens também são pediatras não pode diminuir a importância da lei que ora se propõe. Isso porque, em regra, os pediatras cuidam das crianças ao lado de seus genitores e, na escola, as crianças são deixadas aos cuidados desacompanhados dos profissionais contratados. Ademais, o trabalho do pediatra não necessariamente envolve contato íntimo. Quanto aos enfermeiros, estes são treinados especificamente para as atividades que desempenham.

Fato é que ainda que se entenda que a norma ora proposta tem algum conteúdo discriminatório, o intuito de proteger as crianças, que devem ser nossa prioridade, justifica enfrentar resistências.

Em outras palavras, as subscritoras da presente refutam a ideia de que este projeto seria discriminatório para com quem quer que seja. Porém, preocupam-se menos com essa designação. Melhor estar entre os politicamente incorretos e proteger as crianças, do que figurar entre os politicamente corretos e tentar remediar depois do mal feito.

Foi justamente o fim de prevenir abusos contra as mulheres presas que ensejou a edição da Lei 12.121/09, obrigando todos os presídios femininos a alterar seus quadros, para ter apenas profissionais do sexo feminino. Ora, ninguém ousa falar em discriminação contra os homens, no caso das mulheres presas; por conseguinte, não há motivos para falar em discriminação, nesta oportunidade. As presas são adultas e têm capacidade para se manifestar e noticiar eventual abuso, crianças de tenra idade não têm.

Prevenir implica diminuir riscos. É isso que a propositura ora apresentada à Assembleia Legislativa de São Paulo busca fazer. Roga-se o apoio dos nobres pares para este fim.

Sala das Sessões, em 15/10/2019.

a) Janaina Paschoal – PSL a) Leticia Aguiar – PSL a) Valeria Bolsonaro - PSL